

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Vol. 34 (3-4)

1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

A photograph of a traditional Portuguese village with terracotta roofs and a hillside in the background. The hillside is covered in green vegetation and has a winding path. The village is built on a slope, with houses having white walls and red-tiled roofs. A church with a white dome is visible in the middle ground. The sky is overcast.

ACTAS IV

PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1994

SPA.E
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A D E
A N T R O P O L O G I A
E E T N O L O G I A



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. nº 89, 2ª série, de 16/04/1987). Inscrita na Cons. do Registo C. do Porto sob o nº 49. Contribuinte nº 501663614.



Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)

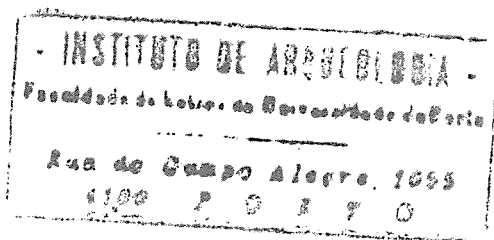
Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge; *Secretários* — João Pedro Paiva Gomes Cunha Ribeiro e Mário Jorge Lopes Neto Barroca.

Direcção: *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* — Alexandra Cerveira Pinto Lima; *Secretário* — António Manuel dos Santos Pinto da Silva; *Tesoureira* — Paula Júlia da Mota Santos; *Vogais* — Maria de Jesus Sanches; Ana Maria Cameirão Leite da Cunha; Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva; Iva João Teles Morais Botelho; Sérgio Emanuel Monteiro Rodrigues.

Conselho Fiscal: *Presidente* — Eduardo Jorge Lopes da Silva; *Secretários* — Carla Cristina Stokler Nunes; José Manuel Pinto Varela.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



Capa: Castelo Melhor (V.ª N.ª Foz-Côa) (foto V. O. Jorge).

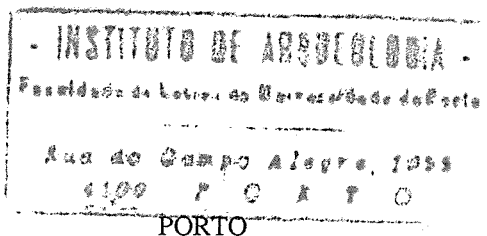
1.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. IV



TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)
Ano 76º vol. XXXIV fasc. 3-4 1994

Coordenação deste volume

Vítor Oliveira Jorge

Redacção

Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 PORTO (Portugal)
(Inscrita na D.G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

Composição, Impressão e Acabamento

Litografia A.C.
R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 BRAGA
Telefone 72967 — Fax 612008

Distribuição:

Afons'eiro, CRL/V.N. de Gaia
Apartado 354 — 4403 Vila Nova de Gaia Codex

Logotipo do Congresso:

Carol Omalyev

Março de 1994.

Tiragem: 1.500 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 — 243 X

Edição subsidiada pela Reitoria da Universidade do Porto,
Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de
Investigação Científica e Tecnológica e Fundação Engº António de Almeida.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

Comissão de Honra

Presidente da República

Ministro do Planeamento e da Administração do Território

Ministro da Educação

Secretário de Estado da Cultura

Governador Civil do Porto

Presidente da Câmara Municipal do Porto

Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte

Reitor da Universidade do Porto

Vice-Reitor da Universidade do Porto para a Área Cultural

Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

Directora do Instituto Português de Museus

Presidente do Instituto Camões

Presidente da Fundação Eng.º António de Almeida

Presidente do Instituto da Juventude

Presidente da Fundação da Casa da Cultura de Língua Portuguesa

Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian

Director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian

Delegado Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura

Vereadora do Pelouro de Animação da Cidade da Câmara Municipal do Porto

Delegado no Porto do Instituto da Juventude

Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras do Porto

Entidades apoiantes

Subsídios:

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
GOVERNO CIVIL DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO CAMÕES
FUNDAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE LÍNGUA PORTUGUESA
INSTITUTO DA JUVENTUDE

Apoio logístico:

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
INSTITUTO DA JUVENTUDE
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA
ADRIANO RAMOS-PINTO (Vinhos)
MONTEPIO GERAL
CAFÉS MONTARROIO
UNICER
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
RN TOURS-TRAVEL AGENCY
LIVRARIA LEITURA
LIBRERIA TIPO
GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO PORTO
INFOR
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS
MUSEU D. DIOGO DE SOUSA (Braga)
ADEGA COOPERATIVA DE FREIXO DE NUMÃO (V.ª N.ª Foz Côa)
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA
ÁREA ARQUEOLÓGICA DO FREIXO
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO
MUSEU MONOGRÁFICO DA CITÂNIA DE SANFINS
MUSEU DE ETNOLOGIA DO PORTO
INSTITUTO DO VINHO DO PORTO
PROLÓGICA

Como o 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular só se considera concluído com a publicação integral das Actas, em 6 volumes, esta lista poderá — e, cremos, deverá — ser acrescida até 1995. Do facto faremos o devido registo nos sucessivos volumes.

Secretários Gerais

Para Portugal: **Vitor Oliveira Jorge**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Para Espanha: **Rodrigo de Balbín Behrmann**, Professor Catedrático da Universidade de Alcalá de Henares

Primitiva Bueno Ramirez, Professora Titular da Universidade de Alcalá de Henares

Comissão Científica Portuguesa

J. M. Peixoto Cabral, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa) (Arqueometria)

Rui Sobral Centeno, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Arqueologia Clássica)

José d'Encarnação, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Arqueologia Clássica)

Susana Oliveira Jorge, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Pré-história)

Maria Manuela Martins, Professora Associada da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Braga) (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Armando Coelho F. Silva, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Cláudio Torres, Director do Campo Arqueológico de Mértola (Arqueologia Medieval)

Comissão Científica Espanhola

Manuel Acién, Professor Titular da Universidade de Málaga (História Medieval)

Carmen Aranegui, Professora Catedrática da Universidade de Valência (Arqueologia Clássica)

M.^a Eugénia Aubet Semmler, Professora Catedrática da Universidade Autónoma de Barcelona (Pré-história)

Ignacio Barandiarán Maestu, Professor Catedrático da Universidade do País Basco (Pré-história)

Miquel Barceló, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona (História Medieval)

Manuel Bendala Galán, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Madrid (Arqueologia Clássica)

Germán Delibes de Castro, Professor Catedrático da Universidade de Valladolid (Pré-história)

Manuel Fernandez Miranda, Professor Catedrático da Universidade Complutense de Madrid (Pré-história)

Manuel Martin Bueno, Professor Catedrático da Universidade de Saragoça (Arqueologia Clássica)

Isabel Martinez Navarrete, Colaboradora científica do Departamento de Pré-história do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Pré-história)

Bernat Martí Oliver, Director do Servei d' Investigació Prehistòrica (València) (Pré-história)

Fernando Molina Gonzalez, Professor Catedrático da Universidade de Granada (Pré-história)

Alfonso Moure Romanillo, Professor Catedrático da Universidade de Santander (Pré-história)

Mercedes Roca, Professora Catedrática da Universidade Central de Barcelona (Arqueologia Clássica)

Javier Sanchez Palencia, Colaborador científico do Departamento de Arqueologia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Arqueologia Clássica)

Manuel Santonja Gomez, Director do Museu de Salamanca (Pré-história)

José Manuel Vazquez Varela, Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela (Pré-história)

Presidentes das Secções

- I – *Pré-história*: **Antonio Arribas Palau**, Professor Catedrático Emérito da Universidade de Granada
- II – *Pré- e Proto-história*: **Hermanfrid Schubart**, Director do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid
- III – *Arqueologia Romana*: **Jorge de Alarcão**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- IV – *Arqueologia Medieval e Pós-Medieval*: **Carlos Alberto F. Almeida**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- V (Sessão plenária dia 16-Manhã) – *Contribuições das ciências naturais e "exactas" à Arqueologia*: **Adília Moutinho Alarcão**, Directora do Museu Monográfico de Conímbriga
- VI (Sessão plenária dia 16-Tarde) – *Metodologia e teoria arqueológicas*: **Juan M. Vicent García**, Investigador do Departamento de Prehistoria do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid)
- VII – *Workshop sobre Datação pelo Radiocarbono*: **João M. Peixoto Cabral**, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa)

SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i>	13
<i>As indústrias líticas pré-históricas do Litoral do Minho (Portugal) e o seu quadro litoestratigráfico</i> , por J. Meireles	17
<i>Paleolítico da Serra de Sicó</i> , por Thierry Aubry e Maria Helena Moura	43
<i>Estudio de la necropolis del grupo de Sepulcros de Fosa del yacimiento de «Bòbila Madurell» (Sant Quirze del Vallès, Barcelona) en el contexto del Neolítico medio reciente en Catalunya</i> , por Roser Pou Calvet, Miquel Martí Rosell, Jaume Díaz Ortells y Anna Bordas Tissier	61
<i>La relacion hombre/espacio en el horizonte megalítico de la Lora (Burgos)</i> , por Manuel Angel Rojo Guerra	81
<i>El megalitismo en Cantabria en el contexto de la Cornisa Cantábrica</i> , por Luis César Teira Mayolini	99
<i>A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal: algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis</i> , por Victor S. Gonçalves	117
<i>Pesos de tear e tecelagem no Calcolítico em Portugal</i> , por Mariana Diniz	133
<i>Origen y desarrollo del Horizonte Cogotas I en el Alto Tajo</i> , por M ^a Concepción Blasco Bosqued	151
<i>A transição do Bronze Final/Ferro Inicial no povoado de S. Julião - Vila Verde: algumas considerações</i> , por Ana M. S. Bettencourt	167
<i>Estructura social y territorio en la cultura castreña prerromana</i> , por M ^a Dolores Fernández-Posse, F. J. Sánchez-Palencia, J. Fernández Manzano y A. Orejas	191

<i>Estudio crítico de la cultura castreña asturiana,</i> por Elías Carrocera Fernández	213
<i>Bracara Augusta, ville latine,</i> por Patrick Le Roux	229
<i>La mano de obra en la minería romana del Noroeste Peninsular,</i> por F. J. Sánchez-Palencia, A. Orejas y M ^a Dolores Fernández-Posse	243
<i>Un taller de útiles óseos de la Legion IIII Macedónica,</i> por Cesareo Perez Gonzalez y Emilio Illarregui Gomez	259
<i>Os Banhos Públicos da Liberalitas Iulia Ebora. Algumas notas sobre o seu estudo,</i> por Panagiotis Sarantopoulos	273
<i>La ciudad de Arcávida en época visigoda: fuentes literarias y testimonios arqueológicos,</i> por Rafael Barroso Cabrera y Jorge Morin de Pablos	287
<i>Algunas consideraciones sobre el siglo VII en el entorno circumpirenaico occidental,</i> por A. Azkarate Garai-Olaun	307
<i>Os castelos de taipa do período muçulmano no Sul de Portugal: o exemplo de Salir (Loulé),</i> por Helena Catarino	335
<i>Obras constructivas en al-Andalus durante el Emirato de Muhammad I segun el volumen II del Muqtabis de Ibn Hayyan,</i> por Juan A. Souto	351
<i>Los rubuṭ de al-Andalus: un ensayo de localización,</i> por Carmen Martínez Salvador	361
<i>Silos medievales de Monzon de Campos (Palencia),</i> por Carlos Lamalfa Diaz, Aurora de la Cruz Pérez y M ^a Julia Crespo Mancho	371
<i>Las pueblas fronterizas entre León y Portugal en los ss. XII y XIII: «ciudadelas» de Riba-Côa (Beira, Portugal),</i> por José Avelino Gutiérrez González, Carmen Benéitez González y Hortensia Larrén Izquierdo	381

<i>Datações de radiocarbono relacionadas com o património arqueonáutico em Portugal</i> , por Francisco J. S. Alves, António M. Monge Soares, João M. Peixoto Cabral, Mário Varela Gomes e Maria Isabel M. Ribeiro	405
<i>A Antracologia em Portugal: progressos e perspectivas</i> , por Isabel Figueiral	427
<i>Fitoarqueologia: uma interface botânica</i> , por T. Mouga e M. T. Almeida	449
<i>La Geoarqueología en España hoy</i> , por Jesús F. Jordá Pardo	465
<i>O método eléctrico da resistividade aplicado à Arqueologia. Tratamento de sinal</i> , por Jorge M. C. Machado de Carvalho e Abílio Tinoco Cavalheiro	481
<i>Datação de micro-quantidades. Técnica de AMS</i> , por António M. Monge Soares	495
<i>Sobre a desvantagem de não haver convenções adequadas nas ciências históricas para referir datas determinadas por métodos físicos</i> , por João M. Peixoto Cabral	503



PREÂMBULO

Aproximadamente seis meses após a realização do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, eis o 4º volume das Actas, totalizando, até ao momento, cerca de 2.000 páginas publicadas. O 5º, embora em termos formais já referente a 1995, sairá do prelo, segundo a nossa previsão, ainda em 1994, se para tanto se conjurem as condições favoráveis.

Está aqui mais uma vez a prova de que Portugal tem instituições e pessoas com experiência organizativa (apesar dos magros recursos, e de tudo se fazer à custa de um esforço de alguns indivíduos trabalhando amadorística e artesanalmente, esforço esse que não é, habitualmente, “contabilizado”, nem, a médio prazo, sustentável) para levar avante realizações de grande monta e qualidade científica, de prestígio internacional, desde que minimamente apoiadas, e fazendo uma gestão séria dos meios disponíveis. Mas, se estas minhas palavras visam superar atitudes derrotistas, não devem ser tidas, como aliás já se insinuou, pela afirmação de que as coisas vão bem neste domínio. Sejamos claros, embora sem a pretensão de fazer aqui, a despropósito, o diagnóstico da grave crise em que, como arqueólogos, nos encontramos, e que constitui o pano de fundo em que este Congresso ibérico se efectua e se publica.

A Arqueologia portuguesa precisa de quase tudo, particularmente um financiamento condigno e a disponibilização de instrumentos técnicos e logísticos; aqueles com que tem trabalhado são uma vergonha nacional. Mas, se algum “capital” importante tem, esse são antes de mais as instituições a que acima me referi e os próprios arqueólogos que as integram, com a capacidade de iniciativa e de trabalho qualificado — a maior parte das vezes prestado a título gratuito, realidade rara nos nossos dias — de que têm dado mostras ao longo dos anos. Por muito adversas que sejam as suas condições de actuação, a nossa pequena comunidade de arqueólogos não tem baixado os braços e não se tem poupado a esforços para fazer um trabalho que honre o país e de algum modo colmate as insuficiências — públicas e notórias — do próprio Estado. Temos pois jus a um tratamento de respeito por parte dos responsáveis pela política da Cultura e a uma visibilidade junto da opinião pública que passa pelo reconhecimento de uma profissão, a qual necessita de preparação científica específica nos seus vários escalões, em detrimento da imagem romântica que a nosso propósito é ainda por vezes anacro-

nicamente construída, relacionando a Arqueologia com um entretenimento de tempos livres, motivado pela excitação da “descoberta” que auto-satisfaz individualisticamente. Essa imagem é ridícula e imprópria de pessoas minimamente cultivadas e advertidas para o papel da Arqueologia no saber contemporâneo e na preservação de um meio onde valha a pena viver, e do qual não sejam portanto sistematicamente arredados os sinais da memória colectiva, como está a acontecer diariamente.

Ao mesmo tempo, devemos reconhecer a importância que têm tido as Universidades e as pessoas que as integram na implantação de uma Arqueologia prestigiada em Portugal. Elas têm o seu papel próprio (embora, num mundo como o de hoje, tudo se encontre em mutação), e não podem, nem estarão em princípio vocacionadas para fazer face a variadíssimas e prementes questões que têm de se constituir em serviço público permanente no âmbito do Património, tanto ao nível do poder central como das autarquias; mas, em última análise, directa ou indirectamente, elas são as detentoras de um capital científico que é o avalizador final de todas as acções. E, sobretudo, a distinção entre “investigação” (que estaria acantonada nas Universidades) e “serviço público” (que competiria ao organismo que tutela o património cultural) é perversa, porque reduziria ambas as instituições à impotência: a primeira pensando sem poder actuar, a segunda actuando sem poder pensar; e as duas dilapidando **o nosso património maior, que é a imaginação dotada de meios de se cotejar com a actuação prática, das pessoas concretas, preparadas, de que dispomos**, e que constituem um bem escasso e infinitamente precioso, porque são elas que actuam utilmente, não quem empilha processos nas secretárias, em alguns casos eventualmente compensando as suas frustrações (muito compreensíveis!) com o atraso da vida de outros.

No caso do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, está também mais uma vez provado, à exaustão, que uma das formas de desenvolver a nossa Arqueologia é descentralizar, dotando de um mínimo de capacidade de actuação instituições (existentes ou a criar) dispersas pelo país (desde que possuam credibilidade científica), e não procurando controlar tudo a partir de Lisboa. E, entre os múltiplos, e graves, problemas pendentes da Arqueologia, os quais deveriam merecer uma muito mais aturada atenção das autoridades, mas também a reflexão autónoma dos arqueólogos, é evidente que se encontram a política editorial neste sector (a todos os níveis) e a da organização de congressos e outras reuniões promotoras de debate e de difusão de conhecimentos e de ideias, sem os quais é o marasmo.

A ultrapassagem do nosso isolamento e da nossa tendência para o anacronismo nos métodos e objectivos passa pelo diálogo com os nossos parceiros numa esfera cada vez mais alargada; e esse alargamento não pode, nem deve, contornar os vizinhos espanhóis. O intercâmbio com o Estado espanhol e as suas várias autonomias é hoje uma condição imprescindível de afirmação da identidade na-

cional, no seio da Península e da Europa; como é obvio, essa identidade não se pode construir autisticamente, por fechamento (seria absurdo, principalmente dada a grandeza da Espanha e a força com que a sua economia está penetrando em Portugal), mas em disponibilidade de abertura e sobretudo em obras concretas que plasmem não uma intenção, mas uma colaboração já em marcha. Colaboração de igual para igual, em que o nosso país não vá sempre atrás de outras iniciativas, mas também lance acções capazes de encontrar eco peninsular, porque correspondentes a uma necessidade real, sentida. Precisamos de fazer, fazer, fazer, e não discutir eternamente como seria a forma ideal de fazer; e assim, pela experiência de choque com a realidade, que nos surpreende sempre, nos iremos constituindo.

O nosso desejo como instituição, e o meu pessoal, é de que o “fermento” que estamos deixando nestes volumes, com tanto esforço e ânimo regularmente publicados, contribua, por um lado, para o elevamento do estatuto público da nossa Arqueologia e, por outro, para o desenvolvimento de acções concretas de cooperação entre arqueólogos portugueses e espanhóis. Tudo isto tem, no estilo e nos objectivos, alguma coisa de idealismo, mas a mim — ou não fosse um homem muito ligado à terra, à sua materialidade e resistência — o que me importa é o lastro de pequenas transformações (por vezes quase indizíveis) que apesar de tudo se deposita quando as grandes palavras se esgotam. Que cada um cumpra, o melhor que pode, o seu papel — e a mais não será obrigado.

Porto, Fevereiro de 1994

Vítor Oliveira Jorge

Secretário-Geral do Congresso para Portugal

AS INDÚSTRIAS LÍTICAS PRÉ-HISTÓRICAS DO LITORAL DO MINHO (PORTUGAL) E O SEU QUADRO LITOESTRATIGRÁFICO

por

J. Meireles*

Resumo: O autor apresenta uma nova proposta relativa à caracterização, evolução e cronoestratigrafia das indústrias líticas pré-históricas do litoral do Minho (Portugal). Tal proposta radica no reconhecimento e estudo dos distintos sistemas de produção representados nos conjuntos industriais até ao momento identificados, bem como na definição e estabelecimento do quadro litoestratigráfico das formações quaternárias regionais.

Palavras-chave: Minho. Litoestratigrafia. Indústrias líticas.

Résumé: L'auteur présente une nouvelle proposition concernant la caractérisation, l'évolution et la chronostratigraphie des industries lithiques préhistoriques du littoral du Minho (Portugal). Celle-ci s'appuie notamment sur l'étude des chaînes opératoires associées aux différents assemblages lithiques identifiés et sur l'établissement du cadre litostratigraphique des formations quaternaires régionales.

Palavras-chave: Minho. Litostratigraphie. Industries lithiques.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de dezenas de anos, o recurso exclusivo a colecções de materiais provenientes de recolhas de superfície, logo desprovidas de qualquer contexto estratigráfico, e o estabelecimento de um quadro litoestratigráfico regional manifestamente incompleto [reduzido a alguns “níveis de praia” e a um único depósito de natureza continental, designado por “formação areno-pelítica de cobertura” (COSTA & TEIXEIRA, 1957; TEIXEIRA & ASSUNÇÃO, 1961; TEIXEIRA, MEDEIROS & ASSUNÇÃO, 1965)] e desfazado da realidade dos factos (definido com manifesto desprezo pelas condições sedimentogenéticas dos depósitos), haveriam de conduzir a investigação e o conhecimento sobre a Pré-História antiga

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Av. Central, nº 39, 4700 BRAGA.

do litoral minhoto a um inevitável beco sem saída.

Impunha-se, por isso, retomar o seu estudo, começando, desde logo, por alterar as metodologias de trabalho, de modo a conferir à investigação um objectivo mais vasto, no quadro da definição de uma estratégia multidisciplinar de abordagem do estudo do Quaternário da região, na sequência, aliás, das propostas avançadas, logo em 1933, por R. de Serpa PINTO (1932).

2. QUADRO LITO E CRONOESTRATIGRÁFICO REGIONAL

Assim e a partir de uma abordagem de natureza morfoestratigráfica, sedimentológica e pedológica, apoiada em trabalhos de carácter pluri-disciplinar, foi possível reconhecer as principais etapas evolutivas morfo-sedimentares regionais (MEIRELES, 1992).

No domínio marinho, estas traduziram-se pela individualização de uma dezena de terraços marinhos escalonados (entre 3 e 140 metros de altitude), estabelecidos em resultado de lentos movimentos de levantamento epirogénico e de sucessivas oscilações de natureza glacio-eustática.

No domínio continental, a sequência litoestratigráfica regional reflecte a ocorrência de uma série de ritmos dinâmicos de sinal diferenciado, sujeitos geralmente a um controlo climático, traduzidos por uma alternância entre períodos de estabilidade e instabilidade morfológica.

Os primeiros surgem marcados pelo desenvolvimento de processos pedogenéticos (traduzidos pela formação de solos vermelhos lessivados e solos de tipo ranker atlântico) e, ainda que pontualmente, quer no tempo, quer no espaço, por processos de sedimentação lagunar. Os segundos encontram-se representados por várias gerações de depósitos coluvionares, cujo estabelecimento se opera, geralmente, num quadro caracterizado por uma acentuada degradação das condições ambientais; contudo, assinala-se que nem todas as coluviões identificadas na região obedecem àquele controlo climático, já que algumas, designadamente as holocénicas, poderão decorrer de condicionalismos estacionais e/ou da própria antropização da região.

Deste modo, a litoestratigrafia das formações integrando os conjuntos industriais líticos reconhecidos até hoje na região, encontra-se assim estabelecida (MEIRELES, 1992), da mais antiga para a mais recente (fig. 3):

- **Terraço marinho M9**: localizado entre 8 e 14 metros acima do nível médio das águas do mar, integra duas formações marinhas, encaixadas uma na outra: M9a e M9b;

- **Coluviões Antigas (CA)**: recobrem o terraço M9, encontrando-se afectadas por um solo vermelho lessivado; do ponto de vista paleoclimático e da sua

dinâmica de estabelecimento, estas coluviões representam uma das mais acentuadas fases de degradação das condições ambientais reconhecidas na região (índices de crioclastismo, crioturbação e eolização);

– **Terraço marinho M10**: situado entre 3 e 5 metros acima do nível médio das águas do mar, a formação marinha que o integra não se encontra alterada, nem pedogenizada;

– **Coluviões Recentes (CR1)**: o seu estabelecimento, caracterizado por uma dinâmica de remeximento intensa, ter-se-á igualmente processado num quadro climático rigoroso, atestado pelo registo de fenómenos criogénicos (crioturbação e crioclastismo);

– **Formações Paleolagunares (L)**: as suas características morfológicas, sedimentares e micro-morfológicas apontam para uma sedimentogénese operada num meio sedimentar de fraca energia, de tipo lagunar; no continente, tem como equivalente lateral um solo de tipo **ranker atlântico**;

– **Coluviões Recentes (CR2)**: as suas características morfo-sedimentares testemunham, comparativamente aos episódios coluvionares anteriores, uma menor competência dos fenómenos de coluvionamento, em resultado, porventura, de uma tendência para uma maior aridificação do clima; suportam um novo solo de tipo **ranker atlântico**;

– **Coluviões Recentes (CR3)**: o seu estabelecimento, operado no quadro de fenómenos de escorrência concentrados bastante activos, associados a uma degradação da cobertura vegetal, resulta do remeximento, por fenómenos de coluvionamento, dos horizontes superiores de **ranker atlântico** acabado de referir; suportam igualmente nova pedogénese do tipo **ranker atlântico**;

– **Coluviões Holocénicas (CH1)**: o seu estabelecimento localizado encontra-se, nalguns casos, já directamente associado à própria antropização do território (desflorestações, práticas agrícolas e práticas de intervenção directa sobre os depósitos - aterros, edificação de sistemas de protecção, vias de comunicação, etc.).

Do ponto de vista cronoestratigráfico, importa sublinhar que as dificuldades decorrentes do carácter azóico dos sedimentos, limitaram grandemente a possibilidade de obtenção de datações numéricas susceptíveis de fundamentar uma cronoestratigrafia regional de índole absoluta. Por este facto, fomos forçados a alicerçar as nossas hipóteses cronológicas em argumentos de natureza morfo-sedimentogenética e paleopedológica (TEXIER, BERTAN & MEIRELES, 1989; BERTRAN, TEXIER & MEIRELES, 1991; MEIRELES, 1992), bem como por analogia ao verificado, nestes mesmos domínios, noutras regiões atlânticas do Oeste europeu.

Assim, admitindo a hipótese de atribuição da formação marinha M10 e do solo vermelho lessivado que afecta as coluviões CA ao derradeiro inter-glaciar, as

coluviões CR1 e os depósitos paleolagunares L corresponderiam, respectivamente, a fases estadiais e inter-estadiais do início do último período glacial, as coluviões CR2, a uma fase de degradação climática do último período glacial, as coluviões CR3, ao Tardiglacial ou ao Holocénico inferior, e, por fim, as coluviões CH1, ao Holocénico¹. Consequentemente, as coluviões CA teriam visto a sua constituição processar-se no decurso do penúltimo período glacial, enquanto a formação marinha M9b ter-se-ia estabelecido no decorrer do penúltimo interglacial.

3. O QUADRO REGIONAL DAS INDÚSTRIAS

Definido o quadro litoestratigráfico regional e em obediência à sua sucessão diacrónica, iremos de seguida explicitar as características tecno-tipológicas mais relevantes de cada uma das indústrias líticas que o integram (MEIRELES, 1992).

3.1. Características gerais da indústria presente na Formação M9b

Sendo em número bastante reduzido os materiais actualmente disponíveis oriundos desta formação, serão, por isso, igualmente limitadas as observações e comentários que a seu respeito iremos levar a cabo. Assim, saliente-se:

- a matéria prima empregue encontra-se representada, até ao momento, exclusivamente por seixos rolados de quartzito;
- do ponto de vista técnico, registe-se a presença de sistemas unifaciais e bifaciais de produção de suportes;
- no domínio tipológico, assinale-se o fabrico de Seixos talhados unifaciais e bifaciais, bem como de utensílios do tipo "Hachereau" (tipo 0), elaborados com percutor duro, a partir de grandes lascas de descorticagem.

Face a tão limitada informação, qualquer apreciação final que pretendamos realizar padecerá, inevitavelmente, de fortes e justificadas insuficiências. Contudo e apesar de tais carências, pensamos não corresponder a uma atitude demasiado ousada e irrealista se, porventura e a partir das características tecno-tipológicas antes referidas, propusermos, a título de hipótese de trabalho, a sua integração no tecno-complexo Acheulense.

¹ Uma destas unidades sedimentares foi objecto de um conjunto de cinco datações numéricas, pelo método da Termoluminiscência, tendo sido encontrados valores médios coerentes que situam o seu estabelecimento à cerca de 4.0 ka B.P. (MEIRELES, 1992).

3.2. Características gerais da indústria lítica presente nas CA (fig.4)

Da análise dos conjuntos industriais associados a esta unidade sedimentar, poderemos destacar, como traços tecno-tipológicos mais característicos, os seguintes aspectos:

- a utilização preferencial do quartzito como principal fonte de matéria-prima (cerca de 75 %), complementada secundariamente pelo recurso ao quartzo (representado, sobretudo, no domínio dos suportes simples de reduzidas dimensões);

- a presença destas matérias-primas ocorre exclusivamente sob a forma de seixos rolados de morfometria marinha, oriundos, por conseguinte, do próprio ambiente litoral (adoção de uma estratégia de exploração do Meio petrográfico de natureza oportunista, reforçada pelo frequente aproveitamento de pseudo-lascas);

- ausência de qualquer evidência que ateste da utilização de percutores elásticos;

- claro predomínio dos suportes de talão cortical (cerca de 50%), reflectindo, assim, uma nítida supremacia dos sistemas de produção unifaciais;

- índices de facetamento amplo e estrito revelando registos diminutos;

- carácter meramente simbólico revelado pela técnica “levallois” e ausência de qualquer produção que possamos qualificar de laminar.

- contrariamente à imagem que de tais factos poderia transparecer (no sentido de uma acentuada simplicidade de processos técnicos, imagem essa porventura reforçada pela presença de numerosos utensílios sobre seixo), esta indústria dá mostras, mesmo assim, de um não menosprezável grau de evolução técnica, expresso no desenvolvimento e coexistência de diversificados sistemas de produção lítica, orientados, tanto para a fabricação de suportes (sendo de salientar, neste capítulo, não só a expressão alcançada pelas lascas de 2ª geração, mas também a presença de processos de lascamento sistematizados, estabelecidos a partir de núcleos organizados, quer de modo preferencialmente unipolar, quer mediante a técnica de extracções centrípetas), como para a fabricação de utensílios;

- retoque predominantemente simples, oblíquo e amplo, por vezes irregular e raramente invasor, o que determina um reduzido grau de modificação do contorno primitivo dos suportes;

- do ponto de vista tipológico, destaque-se a importância assumida pela categoria dos Seixos talhados, observando-se uma nítida preferência pela fabricação de utensílios de tipo unifacial, com gumes simples, definidos através de um número reduzido de levantamentos²;

² O que se traduz, quer por um nível de transformação do contorno dos suportes primários pouco elevado, quer por uma extensão pouco significativa do próprio talhe.

– registre-se também a presença de Bifaces, ainda que exclusivamente representados por formas espessas e/ou parciais, com predomínio para as silhuetas amigdalóides e fabricados mediante amplas extracções;

– atestado está igualmente o fabrico de “Hachereaux”, estabelecidos, quer sobre lasca, quer sobre seixo; no âmbito dos primeiros, assinale-se um predomínio das formas tecnicamente menos evoluídas (tipos 0 e I);

– assinale-se ainda a existência de alguns, raros, Triedros e Esferóides³;

– por último, destaque-se a significativa representação percentual alcançada pelos Utensílios sobre lasca, os quais, juntamente com os Seixos talhados, constituem a esmagadora maioria da utensilagem; os tipos melhor representados correspondem aos Denticulados, Entalhes e Raspadores, podendo ainda observar-se a presença de alguns “Becs” e Furadores atípicos⁴.

Em conclusão e perante as características tecno-tipológicas acabadas de enunciar, defendemos a integração dos conjuntos de materiais identificados nas Coluviões Antigas no tecno-complexo Acheulense.

3.3. Características gerais da indústria lítica presente na formação M10 (fig.5)

Quanto aos materiais associados à formação M10 e não obtante a sua ainda deficiente representação, da sua análise sobressaem as seguintes características:

– ao nível da matéria-prima e por comparação com a indústria anterior, assinale-se o predomínio avassalador do quartzito (cerca de 95 %), seguido, a grande distância, pelo quartzo; a sua presença ocorre unicamente sob a forma de seixos rolados de morfometria marinha, espelhando, de novo, a adopção de uma estratégia de exploração de tipo oportunista;

– emprego exclusivo e percutores de tipo duro;

– sublinhando o carácter não facetado destas indústrias, assinalem-se os diminutos registos observados no domínio dos seus índices de facetamento convencionais;

³ Ambas as categorias surgem representadas pelos respectivos tipos A, isto no quadro dos sistemas específicos de classificação tipológica propostos, para os primeiros, por M. A. QUEROL & M. SANTONJA (1979) e, para os segundos, por J. A. R. ASENSIO (1976).

⁴ O desenvolvimento registado pela utensilagem sobre lasca, associado à presença, ainda que percentualmente muito menos representativa, de um conjunto diversificado de outras categorias tipológicas de instrumentos, nomeadamente Bifaces, “Hachereaux”, Triedros e Esferóides, traduz e reforça, em nosso entender, o carácter relativamente evoluído desta indústria, quer do ponto de vista tipológico, quer, sobretudo, do ponto de vista técnico, contrariando assim e uma vez mais, a natureza porventura arcaizante e tecnicamente incipiente que dela poderia emanar, se cometêssemos o erro de, unicamente, sobrevalorizar a sua componente representada pelos Seixos talhados.

- ausência de qualquer produção de tipo “levallois”, ou laminar;
- significativa representação das lascas de talão cortical, particularmente das que traduzem a prática de um talhe de 1ª geração, reflexo de uma nítida supremacia das técnicas unifaciais, particularmente daquelas associadas ao fabrico de Seixos talhados;
- contudo e ainda que, obviamente, com uma representatividade bastante secundária, assinala-se o desenvolvimento de outros sistemas mais evoluídos de produção de suportes (representados por núcleos de extracções unipolares e de extracções centrípetas);
- o retoque é essencialmente simples, oblíquo, amplo, raramente invasor, determinando, por isso e mais uma vez, um baixo nível de transformação do contorno primário dos suportes;
- do ponto de vista tipológico e no que à macro-utensilagem respeita, saliente-se um predomínio absoluto da categoria dos Seixos talhados, em particular dos unifaciais com gumes simples, definidos por um número reduzido de extracções
- por último e quanto à Utensilagem sobre lasca, a sua ainda escassa amostragem retira significado a qualquer tentativa que possamos empreender tendo em vista a definição das suas principais características tecno-tipológicas; assim, limitar-nos-emos a referir que as categorias melhor representadas correspondem aos Denticulados, Raspadores e Entalhes.

Em síntese, temos aparentemente diante de nós uma indústria que, no domínio dos sistemas de produção líticos, se caracteriza, no âmbito da macro-utensilagem, pela presença de cadeias operatórias exclusivamente orientadas para a fabricação de Seixos talhados unifaciais, enquanto que na esfera da produção de suportes, desenvolve (ou conserva) outras mais complexas e sistematizadas, nomeadamente, a técnica de extracções centrípetas.

Estamos, pois, face a um conjunto industrial que parece corresponder a um estágio evolutivo intermédio, no seio do qual poderá, eventualmente, vir a situar-se a transição entre as indústrias de cariz bifacial, do Plistocénico Médio e as indústrias unifaciais, do Plistocénico Superior.

3.4. Características gerais da indústria lítica presente nas CR.1 (fig.6)

Também ao nível deste conjunto industrial nos debatemos com algumas dificuldades, chegada a hora de proceder à avaliação e valorização das suas principais características tecno-tipológicas. De facto, a única ocupação directamente associada ao estabelecimento desta unidade sedimentar, enferma de um conjunto de características que nos levam a admitir a hipótese dela poder corresponder a

uma “área de talhe”.

Centrando-nos unicamente nos domínios da matéria-prima e dos sistemas de produção lítica representados, referiremos:

- o recurso quase exclusivo ao quartzito como principal fonte de matéria-prima (+ 98 %), detendo o quartzo uma representação praticamente simbólica; a ocorrência destas matérias-primas tem lugar unicamente sob a forma de seixos rolados de morfometria marinha, recolhidos directamente da própria unidade, pelo que, mais uma vez, somos confrontados com uma estratégia de exploração claramente oportunista;

- a utilização exclusiva de percutores de tipo duro;

- no domínio dos sistemas de produção, saliente-se o total predomínio evidenciado pelas técnicas de talhe e de lascamento unifaciais, orientadas, quer para a realização de suportes, quer para a de Seixos talhados.

- no âmbito dos primeiros, assinala-se a simplicidade dos seus processos de fabrico, patente na ausência de cadeias operatórias complexas, estabelecidas a partir de núcleos organizados (quer de modo unipolar, quer mediante a técnica de extracções centrípetas); saliente-se ainda a inexistência de qualquer produção laminar;

- quanto aos segundos, uma chamada de atenção para a presença de um talhe de características bilaterais, porventura convergente (determinado pela necessidade de obtenção de extremidades distais robustas?).

Perante as características peculiares de que se reveste o conjunto de materiais que serviu de base a esta caracterização, sobretudo consubstanciadas no reduzido quantitativo dos utensílios nele representados, não nos é possível, por ora, ultrapassar o nível das considerações de natureza eminentemente técnica acima produzidas.

3.5. Características gerais da indústria lítica presente nas CR2 (fig.7)

Quanto aos conjuntos industriais associados às coluviões CR2, do seu estudo techno-tipológico ressalta o seguinte conjunto de características:

- o recurso quase exclusivo ao quartzito (+ 98%), sendo, por este facto, a presença de outras matérias-primas (quartzo) entendida como meramente fortuita e desprovida de significado; esta matéria-prima ocorre de novo sob a forma de seixos rolados de morfometria marinha, continuando, assim, a reflectir uma estratégia de exploração do Meio petrográfico de índole oportunista;

- o esmagador predomínio registado pelas lascas de talão cortical atesta, de forma inequívoca, a importância assumida pelas técnicas unifaciais; tal suprema-

cia é de tal forma avassaladora (a sua representação ronda sempre os 98 %), que relega as lascas de talão não cortical para uma situação que poderemos igualmente qualificar de fortuita, privada que está de qualquer enquadramento operatório específico e sistematizado;

– saliente-se ainda, por um lado, a preponderância assumida pelas lascas de 1ª geração, decorrentes de um talhe lateral adjacente, relacionado, porventura, com a produção de Seixos talhados; contudo, por outro, destaca-se também a boa representação registada pelas lascas de 2ª geração, associadas, eventualmente, à realização de uma categoria particular de instrumentos sobre seixo presente nesta indústria, os utensílios de tipo Pico;

– especial relevo assume a circunstância de, nos conjuntos até aqui disponibilizados, não ter sido registada a presença de nenhum sistema de produção organizado de suportes, assente numa exploração sistemática de núcleos⁵;

– observa-se sim, embora gozando de um estatuto claramente secundário, o desenvolvimento de um sistema de produção dirigido exclusivamente para a obtenção de lascas de descorticagem de grandes dimensões, destinadas a funcionarem como suporte para a fabricação de macro-utensílios (“Hachoirs”, Utensílios afins aos Seixos talhados e Picos);

– assinala-se igualmente a ausência de produção laminar, bem como a inexistência de qualquer evidência que indicie da utilização de percutores elásticos;

– quanto ao retoque, este continua a afirmar-se pelo seu carácter simples, oblíquo, frequentemente marginal, determinando, por isso, um reduzido grau de transformação dos suportes;

– do ponto de vista tipológico e no que respeita à importância que nela assumem as componentes representadas pela Macro-utensilagem e pela Utensilagem sobre lasca, esta indústria revela-se relativamente equilibrada; contudo e no domínio da primeira dessas componentes, um destaque especial é devido, por um lado, aos Seixos talhados unifaciais e à sua elevada representatividade, e, por outro (não obstante ocupar uma posição secundária em relação àqueles), à presença, sob uma forma claramente individualizada e estandardizada, de instrumentos de tipo Pico, elaborados mediante um talhe unifacial, bilateral convergente e/ou sub-paralelo;

– quanto à Utensilagem sobre lasca, ela ocupa o lugar de maior destaque nesta indústria, surgindo, no que respeita à morfologia dos seus elementos

⁵ Para justificar esta situação, poder-se-á, eventualmente, questionar a própria representatividade das colecções a que tivemos acesso. Contudo e apesar desta poder constituir, porventura, uma das hipóteses de solução imediata e simples do problema, estamos em crer que, neste caso concreto, não poderemos deixar de considerar igualmente uma outra, aquela que passa, justamente, pela admissão da inexistência de qualquer tipo de cadeia operatória exclusivamente orientada para a obtenção de lascas.

constitutivos, perfeitamente enquadrada no contexto técnico anteriormente referido (assim, os suportes conservam importantes reservas corticais nos seus aversos, não denotando nenhum tipo de preparação prévia específica à sua extracção); as categorias tipológicas melhor representadas continuam a ser os Denticulados e os Entalhes, seguidas pela dos Raspadores e por um conjunto diversificado, ainda que pouco numeroso e atípico, de outros de utensílios, nomeadamente, Raspadeiras, Furadores e “Becs”.

Em conclusão, reconhecidas aquelas que consideramos ser as suas principais características tecno-tipológicas e uma vez estabelecido o seu enquadramento litoestratigráfico regional, pensamos estarem finalmente reunidas as condições para, pela primeira vez, se poder empregar, com propriedade e fundamento, o designativo Ancorense, por forma a com ele designar esta indústria paleolítica do litoral minhoto⁶.

3.6. Características gerais da indústria lítica presente nas CR3 (fig.8)

Relativamente à indústria representada nas coluviões CR3, poderemos sintetizar as suas principais características tecno-tipológicas do seguinte modo:

– de novo vamos encontrar a utilização, quase exclusiva, dos seixos rolados de quartzito como principal fonte de matéria-prima, relegando para o domínio das ocorrências fortuitas, qualquer outro tipo de suporte petrográfico que, porventura, possa estar presente; quanto à sua estratégia de exploração, ela situa-se, uma vez mais, num quadro de índole oportunista;

– no âmbito dos sistemas de produção lítica, destaque para o predomínio exercido pelas técnicas unificiais, quer ao nível da fabricação da Macro-utensilagem, quer ao da Utensilagem sobre lasca; tal realidade encontra a sua mais clara expressão, na representação percentual alcançada pelas lascas de talão cortical (97 %), o que, mais uma vez, remete para o domínio das ocorrências casuais a presença de suportes de talão não cortical;

– quanto àquelas, saliência para o predomínio assumido pelos suportes de 1^a, associados a um talhe e/ou lascamento de características laterais adjacentes, decorrentes, tanto da fabricação de Seixos talhados unificiais, como do desenvolvimento de um sistema específico e sistematizado de produção de suportes, consubstanciado numa cadeia operatória estabelecida em torno de núcleos de extracções radiais invasoras; este sistema poderá ainda ser igualmente responsa-

⁶ Ao fazê-lo, é nossa intenção homenagear aquele que, nos seus lúcidos trabalhos pioneiros, foi o primeiro a propor sua utilização: Rui de Serpa PINTO (1928).

bilizado pela presença significativa de lascas de 2^a geração;

– do ponto de vista tipológico, esta indústria encontra-se dominada pela categoria dos Seixos talhados, no seio da qual se observa uma nítida preferência pelo fabrico de utensílios de gume simples;

– quanto à Utensilagem sobre lasca, o seu reduzido quantitativo não permite ter uma noção suficientemente representativa das suas principais características, pelo que nos limitaremos a registar que as categorias melhor representadas correspondem, novamente, aos utensílios do tipo Entalhe, Denticulado e Raspador. Dada a nossa actual incapacidade em proceder a uma definição mais rigorosa do quadro cronoestratigráfico das coluviões CR3 (Tardiglaciar ou Holocénico Inferior, *cf. supra*), ver-nos-emos forçados a limitar a nossa proposta de caracterização dos conjuntos industriais a elas associados a um enquadramento de índole cronológico-cultural genérico, no âmbito das indústrias fini e/ou pós-paleolíticas regionais.

3.7. Características gerais da indústria lítica presente nas CH1 (fig.9)

No quadro dos processos holocénicos de sedimentação local, representados pelo estabelecimento de depósitos de tipo coluvionar associados à antropização do território, foi igualmente possível encontrar testemunhos da sua ocupação pelo Homem. Assim, associada a uma estrutura de combustão (MEIRELES, 1992), podemos detectar a presença de uma indústria lítica cujas principais características tecno-tipológicas são:

– no âmbito das matérias-primas, deparamos com um comportamento em quase tudo idêntico ao que nos foi possível observar até aqui, ou seja: utilização quase exclusiva de suportes constituídos por seixos rolados de quartzito, obtidos mediante uma estratégia de natureza oportunista; contudo e como traço inovador neste contexto, saliente-se a introdução de um outro suporte petrográfico, o xisto, cuja presença decorre das exigências morfo-mecânicas e das condicionantes de natureza tecno-funcional impostas pelo tipo de utensílios que requerem a sua utilização;

– em relação aos sistemas de produção nela representados, verificamos, ao nível da macro-utensilagem, o desenvolvimento de uma cadeia operatória orientada, quase que exclusivamente, para o fabrico de Seixos talhados unifaciais, no seio da qual se regista, inclusivamente, o aparecimento de algumas formas industriais evoluídas e estandardizadas, nas quais se nota uma evidente preocupação na definição de zonas activas laterais;

– no domínio da fabricação de suportes verifica-se uma coexistência entre

dois sistemas de produção distintos: um, bastante evoluído, sistematizado e organizado, representado por núcleos de extracções centrípetas; o outro, mais elementar e incipiente, materializado por núcleos casuais, nos quais foi geralmente praticada uma única extracção;

– do ponto de vista tipológico, esta indústria encontra-se dominada pela categoria dos Seixos talhados unifaciais, no âmbito da qual e apesar de se continuar a manifestar uma tendência para os utensílios de gume simples, se regista, não apenas um acréscimo no grau de transformação dos suportes, mediante um aumento do número de extracções praticadas por utensílio, mas também uma padronização das próprias formas, com especial referência para as de gume lateral;

– por último e quanto à sua Utensilagem sobre lasca, a sua reduzida amostragem aconselham a que, uma vez mais, limitemos as nossas considerações ao mero enunciado dos tipos melhor representados, a saber: os Entalhes e os Denticulados.

A integração deste conjunto industrial no quadro evolutivo cultural da região terá, forçosamente, que tomar em consideração a datação absoluta obtida para a Estrutura de combustão a que ele se encontra directamente associado. Tal datação (cerca de 4.0 ka B.P.) situa esta indústria no âmbito do Calcolítico final/Idade do Bronze antigo (finais do III milénio/1ª metade do II milénio A.C.), tornando-a, assim, contemporânea da edificação dos sepulcros megalíticos de grandes dimensões e de corredor indiferenciado presentes na região [Anta da Barrosa e os dólmenes de Eireira e de S. Romão do Neiva (JORGE, 1990)], bem como, eventualmente, de outros tipos de túmulos, tais como os monumentos de câmara simples do tipo da mamoa de Chafé (SILVA & MARQUES, 1986).

4. A DINÂMICA INTERNA DAS INDÚSTRIAS

No âmbito do quadro evolutivo industrial, pensamos poder reconhecer a existência de um processo interno de desenvolvimento que, pela sua originalidade e importância para a compreensão desse mesmo quadro, se afigura merecedor de destaque.

Este processo traduz-se por uma dinâmica evolutiva centrada em torno de duas linhas de desenvolvimento paralelas: uma, estabelecida no domínio técnico, materializada por uma progressiva simplificação dos processos e métodos de talhe e/ou lascamento; outra, definida na esfera tipológica, consubstanciada numa progressiva standardização dos artefactos.

Centrando a nossa atenção nas características tecno-tipológicas dos conjuntos industriais reconhecidos, quer nas Coluviões Antigas, quer na Formação

Marinha M10, quer nas Coluviões Recentes 1, 2 e 3, verificamos que, em termos evolutivos e do ponto de vista dos Sistemas de Produção lítica neles representados, se assiste, de um modo geral, a uma progressiva substituição daqueles mais complexos e diversificados, assentes em procedimentos técnicos mais organizados e sistematizados, por outros mais simples, apoiados em estratégias de talhe e/ou lascamento menos evoluídas, mas, quiçá, mais eficientes e racionalizadas, visando tirar o máximo partido e rentabilizar de imediato a morfologia dos suportes primários de matéria-prima.

Tipificando esta realidade atente-se ao ocorrido no âmbito dos Sistemas de produção orientados para o fabrico da macro-utensilagem. Assim, enquanto no quadro dos conjuntos industriais associados às Coluviões Antigas é ainda possível reconhecer uma significativa diversidade de sistemas de produção, ao nível dos quais as técnicas de talhe bifacial estão representadas, já nos conjuntos industriais subsequentes esta modalidade técnica praticamente desaparece, assistindo-se, em contrapartida, a um predomínio quase absoluto das técnicas de índole unifacial. Todavia e não obstante este processo de tendência uniformizadora e aparentemente redutora, cremos ser importante salientar que, no âmbito restrito desta modalidade técnica, tal simplificação é acompanhada por uma progressiva fixação de formas industriais em torno de algumas categorias claramente estandardizadas. De facto, é perceptível o desenvolvimento de um fenómeno em que, partindo de um conjunto diferenciado de tipos (representado, na circunstância, pelos artefactos da indústria das Coluviões Antigas), se caminha progressivamente para formas mais individualizadas e estandardizadas. Curiosamente, ou talvez não, este fenómeno decorre num contexto caracterizado por um aumento no grau de elaboração e transformação dos próprios artefactos, registando-se um progressivo aumento diacrónico no número médio de extracções praticadas por utensílio.

Entretanto, ao nível dos Sistemas orientados para a produção de suportes assistimos, em termos gerais, a uma evolução sensivelmente idêntica, verificando-se igualmente a ocorrência de um processo de simplificação das respectivas cadeias operatórias. Ilustrando esta realidade atente-se ao ocorrido com as técnicas de extracção centrípeta e bifacial, já para não referir as de pré-determinação da forma das lascas (técnicas “*levallois*” e de produção laminar), cuja presença no quadro evolutivo industrial regional é praticamente simbólica.

Tais técnicas representam, particularmente as primeiras, um método eficiente e sistemático de exploração intensiva de núcleos que, no quadro das indústrias associadas às Coluviões Antigas, conheceram, ainda que ocupando desde logo um lugar secundário, uma aplicação significativa no quadro dos sistemas de produção de lascas. Contudo, ao nível das indústrias subsequentes, é possível verificar um progressivo abandono destas soluções técnicas, em benefício, também aqui, de métodos mais simples, de características exclusivamente unificiais (representados

pela debitagem adjacente paralela e debitagem radial invasora).

Esta dinâmica encontra-se claramente traduzida na sequência evolutiva representada pelas indústrias líticas das Coluviões Antigas, da Formação Marinha M10 e das Coluviões Recentes 1, 2 e 3. Com efeito e como se poderá constatar (fig. 1), é notório, por um lado, o decréscimo verificado no domínio dos suportes de talão não cortical, acompanhado, por outro, por um aumento directamente proporcional ao nível das lascas de talão cortical.

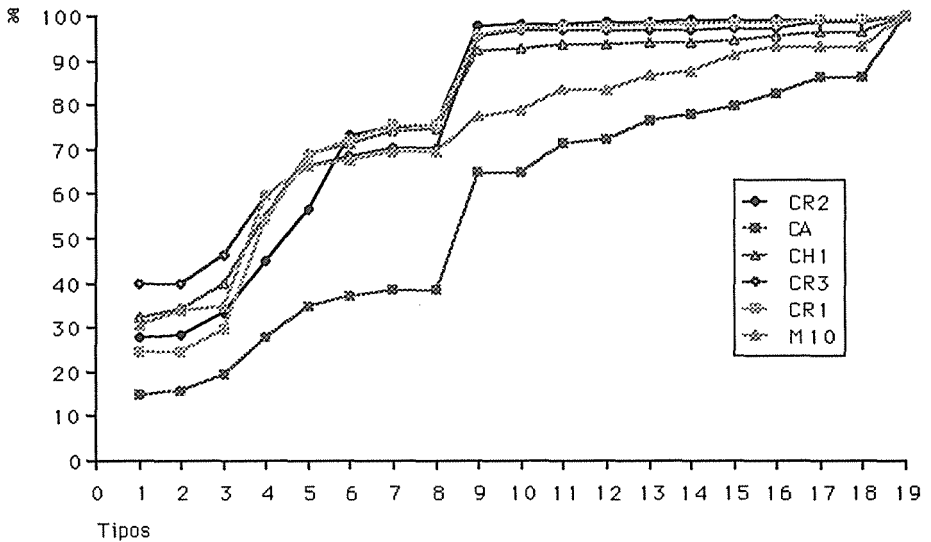


Fig. 1 — Tipologia dos suportes (polígono de frequências cumuladas).

Neste particular e como já anteriormente aludimos (*cf. supra*), gostaríamos de chamar a atenção para o estatuto de transição que a indústria associada à Formação Marinha M10 parece assumir neste contexto evolutivo tecno-tipológico. Com efeito, se do ponto de vista tipológico e no âmbito restrito da sua macro-utensilagem, esta indústria parece caracterizar-se pelo abandono dos sistemas de produção de natureza bifacial, marcando, deste modo, uma ruptura em relação à indústria das coluviões CA, ao nível dos sistemas de fabricação de suportes, em contrapartida, ela parece continuar a assegurar a coexistência entre, por um lado, processos de carácter organizado e sistematizado, representados, sobretudo, pela técnica de extracções centrípetas e, por outro, o reforço de técnicas menos evoluídas, de carácter essencialmente unifacial, que agora passam a ocupar um papel cada vez mais significativo.

Uma outra questão que gostaríamos de abordar, prende-se com o incipiente, quando não nulo desenvolvimento até ao momento observado nos sistemas de produção estabelecidos no quadro das indústrias líticas do litoral minhoto, no domínio das técnicas de debitação baseadas no princípio da pré-determinação da formas das lascas.

Perante esta realidade fica-nos a ideia de que os artífices pré-históricos se foram apercebendo de que as cadeias operatórias mais complexas e organizadas não se revelavam necessárias, ou apropriadas, para a obtenção sistemática de lascas de forma regular e estandardizada e que estas, em contrapartida, podiam igualmente ser produzidas mediante o recurso a procedimentos técnicos mais simplificados.

De facto, tendo presente as características morfológicas e dimensionais dos recursos petrográficos disponíveis (representados fundamentalmente sob a forma de seixos rolados de quartzito e alguns de quartzo⁷), a sua regularidade possibilita, desde que se proceda, por um lado, a uma cuidadosa eleição do plano de percussão e do ângulo com que esta irá ser praticada e, por outro, ao estabelecimento de uma sequência de levantamentos adjacentes sucessivos, a obtenção repetitiva, não só de lascas regulares, mas também e sobretudo, com uma forma e tamanho previsíveis; complementarmente, registe-se ainda que a concretização destes suportes é tanto mais fácil, quanto ela é estabelecida a partir de uma superfície cortical, que proporciona planos de percussão regulares e resistentes.

Este conjunto de circunstâncias torna, por conseguinte, desnecessária a realização de qualquer tipo de preparação prévia do núcleo, contrariamente ao verificado, por exemplo, quando se utiliza uma matéria-prima como o sílex. De facto, a debitação de um “rognon” de sílex, em geral e a produção de lascas de forma pré-determinada, em particular, passam, obrigatoriamente, pela remoção do córtex de alteração superficial, o qual constitui um manifesto estorvo para o lascamento, e por uma acção preliminar de preparação periférica e centrípeta do núcleo, visando a definição e delimitação das arestas directrizes do futuro suporte

⁷ Contrariamente ao verificado, por exemplo, com as indústrias do Paleolítico Superior da província galega de Lugo (LLANA, 1990), não se regista, no litoral do Minho, a utilização do quartzo hialino. Este facto deve-se, não a qualquer atitude selectiva dirigida no sentido da exclusão desta rocha, nem tão pouco à existência de eventuais lacunas no registo arqueológico, antes decorre da inexistência de tal tipo de rocha no substrato rochoso da região. Na realidade, a formação de quartzo hialino requer a observância de determinadas condições, estruturais e composicionais, que não se encontram reunidas nos granitos do litoral do Minho; assim e relativamente às primeiras, ela pressupõe um ambiente distensivo, incompatível com o carácter compressivo em que se verifica a instalação dos granitos da região (F.3 hercínica); quanto às segundas, importará salientar que a formação deste tipo de quartzo ocorre no âmbito da fase hidrotermal, mais propriamente no seu final (fase epitermal), ou seja, num momento em que, nos granitos presentes no litoral minhoto, já se haviam esgotado, no decurso do ápex pneumatólitico, os fluídos hidrotermais (soluções aquosas formadas a altas temperaturas, constituídas por água e compostos solúveis do magma).

morfologicamente condicionado.

Neste sentido, pensamos que a questão do incipiente desenvolvimento registado nas indústrias líticas do litoral minhoto pelos sistemas de produção organizados de lascas, poder-se-á eventualmente perspectivar no quadro de uma corrente tecnológica individualizada, no âmbito da qual as técnicas de lascamento se revelam estreita e progressivamente adaptadas aos parâmetros morfo-mecânicos dos suportes de matéria-prima utilizados. Dentro desta perspectiva, tal adequação ter-se-á manifestado pela implementação de métodos simples, mas eficientes, de debitação, através dos quais se procurou rentabilizar ao máximo aqueles mesmos parâmetros (MEIRELES, 1992).

Em conclusão, podemos admitir que, no quadro evolutivo definido pelas indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto, a simplificação de processos observada não é sinónimo de arcaísmo, degenerescência ou sub-desenvolvimento tecnológico, antes poderá traduzir uma estratégia de adaptação precisa e racional de exploração dos recursos litológicos do Meio, no seio da qual se observa uma paulatina especialização orientada em direcção à exploração dos seixos rolados de quartzito, em detrimento dos de quartzo.

5. SÍNTESE FINAL

Em conclusão, os trabalhos recentemente desenvolvidos no âmbito da Pré-História antiga do litoral do Minho vieram permitir estabelecer, não apenas a sequência litoestratigráfica e reconhecer as principais etapas da evolução morfo e sedimentogenética do Quaternário da região, em especial do Plistocénico Médio final e do Plistocénico Superior, mas também dar início a um processo tendente a definir e caracterizar um novo quadro evolutivo para as indústrias líticas pré-históricas nele representadas (Est. VIII).

Neste último domínio, os primeiros vestígios da presença humana susceptíveis de serem directamente integrados e relacionados com a sequência litoestratigráfica regional, encontram-se presentes no seio da penúltima unidade sedimentar de origem marinha (formação M9b), estando representados por uma indústria que, ainda que sob algumas reservas, poderemos classificar como *Acheulense*; a correlação daquela unidade com o penúltimo período interglaciar (estádio isotópico 7) permite-nos, por ora, propôr para tal ocupação uma cronologia situada entre 250.000 e 200.000 B.P.

Naquele mesmo tecno-complexo inserem-se ainda os conjuntos industriais associados à formação que designámos por *Coluviões Antigas*, os quais, ainda que caracterizados por uma assinalável diversidade de estruturas operatórias, revelam já, contudo, uma clara supremacia dos sistemas de produção de cariz unifacial,

quer ao nível da produção de suportes, quer ao nível da sua macro-utensilagem. Esta tendência, marcando uma originalidade tecno-tipológica, ir-se-á acentuar nas indústrias que, na região, integram o Plistocénico Superior (conjuntos industriais associados à Formação Marinha M10 e às Coluviões Recentes 1, 2 e, eventualmente, 3), acabando por, rapidamente, assumir um predomínio absoluto, no quadro de um processo coerente e racional de gestão das superfícies e volumes de matéria-prima disponíveis.

Assim, longe de traduzir qualquer eventual fenómeno de degenerescência cultural, ou demonstração de arcaísmo e incapacidade técnica, a simplificação observada ao nível dos sistemas de produção representados nas indústrias líticas pré-históricas do litoral do Minho poderá antes corresponder à expressão, por um lado, de uma progressiva adequação e rentabilização das características morfo-mecânicas dos recursos petrográficos disponíveis e, por outro, à manifestação de um processo de standardização das próprias produções.

BIBLIOGRAFIA

- ASENSIO, J. A. R. (1976), Manifestaciones en Asturias del Esferoide. Un util del Paleolítico Inferior, *Zephyrus*, XXVI-XXVII, Salamanca, pp. 85-95.
- BERTRAN, P., TEXIER, J.-P. & MEIRELES, J. (1991), Micromorphology of atlantic rankers on the coast of Northern Portugal, *Catena*, vol. 18, Cremlingen, pp. 325-343.
- COSTA, J. C. da & TEIXEIRA, C. (1957), *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50.000. Notícia explicativa da folha 9-C (Porto)*, Serv. Geol. Portugal, Lisboa, 38 p.
- CUNHA RIBEIRO, J.P., MEIRELES, J. & TEXIER, J.-P. (1989), L'Acheuléen du Nord et du Centre du Portugal: Bilan de nos connaissances actuelles, in *Colloque sur l'Acheuléen dans l'Ouest de l'Europe* (Saint-Riquier, 6-10 Juin 1989), résumé des communications, policopiado, pp. 76-81.
- JORGE, S. O. (1990), Desenvolvimento da Hierarquização Social e da Metalurgia, in *Nova História de Portugal* (dir. J. Serrão e A. H. de O. Marques), Vol. I (coord. J. Alarcão), Ed. Presença, Lisboa, pp. 163-212.
- LLANA, C. (1990), *El problema de la ordenacion del espacio en el Paleolítico Superior de Galicia y Asturias: el territorio economico*, Tese de doutoramento, Universidad de Santiago, 542 p.
- MEIRELES, J. (1986), Problemas e perspectivas do Quaternário do litoral Minhoto a Norte do rio Lima, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 3, pp. 11-147.
- MEIRELES, J. (1992), *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto (Portugal) no seu contexto cronoestratigráfico e paleoambiental*, Tese de doutoramento, Universidade do Minho, policopiada, 654 p.
- PINTO, R. de S. (1928), O Asturiense em Portugal, *Trab. Soc. Port. Antrop. Etnologia*, Vol. IV, Fasc. I, Porto, pp. 5-44.
- PINTO, R. de S. (1932), Nota para um plano de estudos geológicos entre o Minho e o

- Lima, *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, Vol. I, pp. 27-28.
- QUEROL, M. A. & SANTONJA, M. (1979), *El yacimiento acheulense de Pinedo (Toledo)*, Excavaciones Arqueológicas en España, 106, Min. Cultura, Dir. Gen. Pat. Artístico, Archivos y Museos, Madrid, 181 p.
- SILVA, E. J. L. da & MARQUES, J. M. (1986), Escavação da mamoa de Chafé - Viana do Castelo (notícia preliminar), *Arqueologia*, 13, pp. 207-208.
- TEIXEIRA, C., ASSUNÇÃO, C. T. de (1961), *Carta Geológica de Portugal (escala de 1/50.000). Notícia explicativa da folha 1-C (Caminha)*, Serv. Geol. Portugal, Lisboa, 41 p.
- TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A. C. de & ASSUNÇÃO, C. T. de (1965), *Carta Geológica de Portugal (escala de 1/50.000). Notícia explicativa da folha 9-A (Póvoa de Varzim)*, Serv. Geol. Portugal, Lisboa, 50 p.
- TEXIER, J.-P., BERTRAND, P. & MEIRELES, J. (1989), Les dépôts "areno-pelitiques" du litoral Nord du Portugal: approche micromorphologique, implications dynamiques, paléopédologiques et paléoclimatiques, *Trab. Antrop. Etnologia*, 29, 1-4, Porto, pp. 9-22.

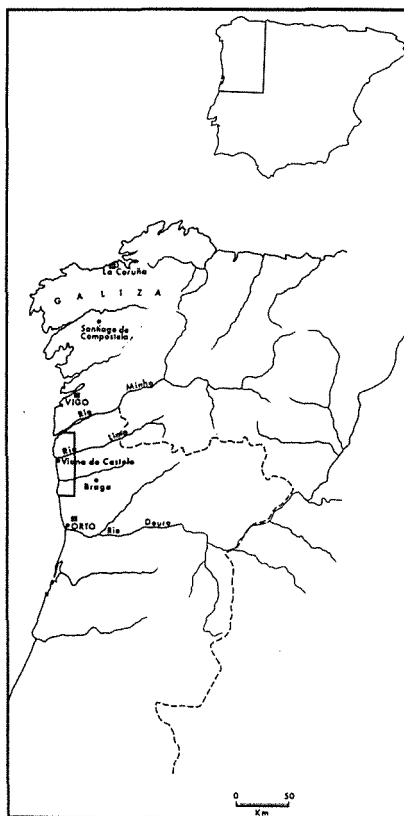


Fig. 2 — Mapa de localização da área de trabalho.

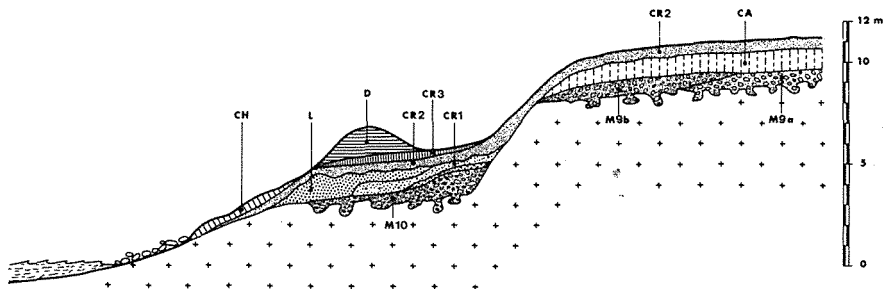


Fig. 3 — Corte geológico esquemático-interpretativo da seqüência litoestratigráfica do Quaternário do Litoral do Minho.

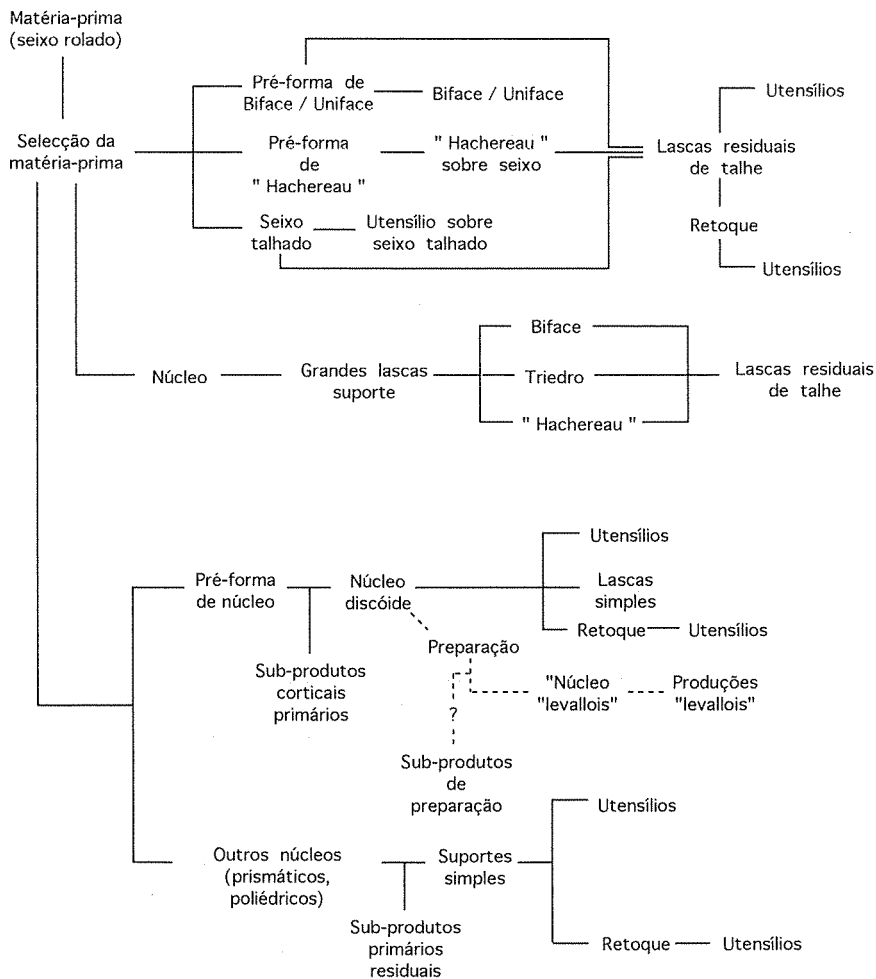


Fig. 4 — Sistemas de produção de utensilagens líticas presentes na indústria das Coluviões Antigas (C.a.).

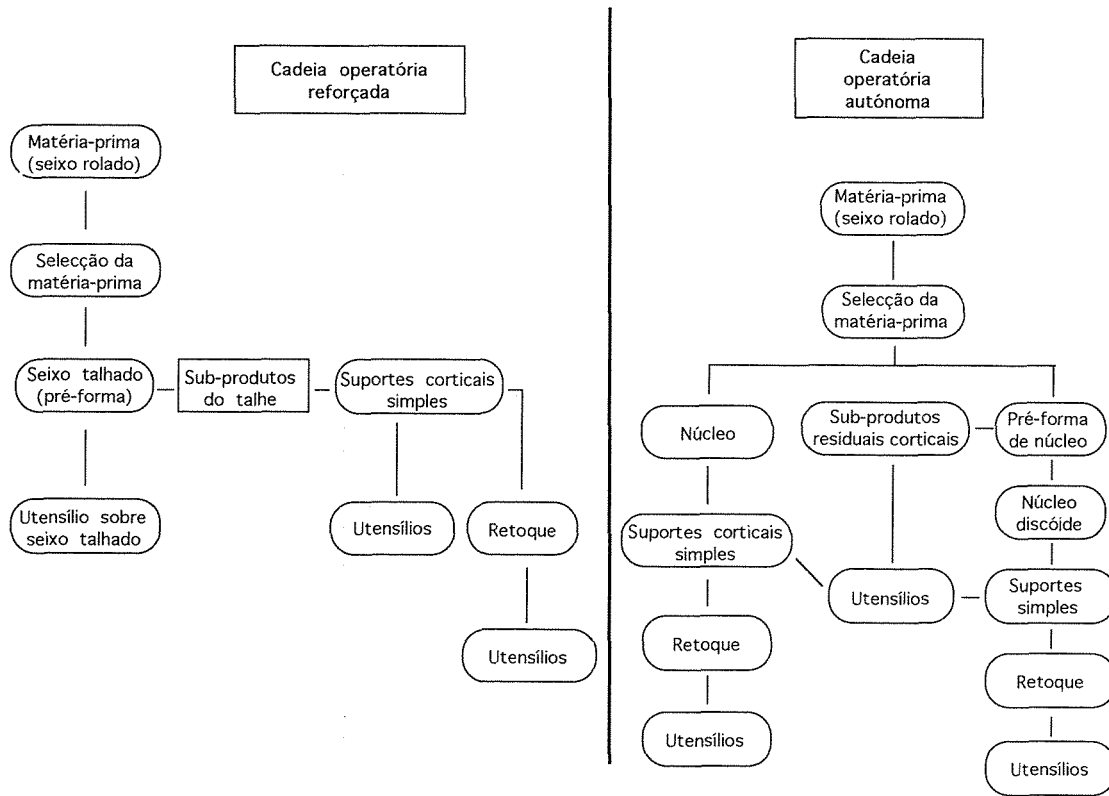


Fig. 5 — Sistemas de produção de utensilagens líticas presentes na indústria da Formação Marinha M 10.

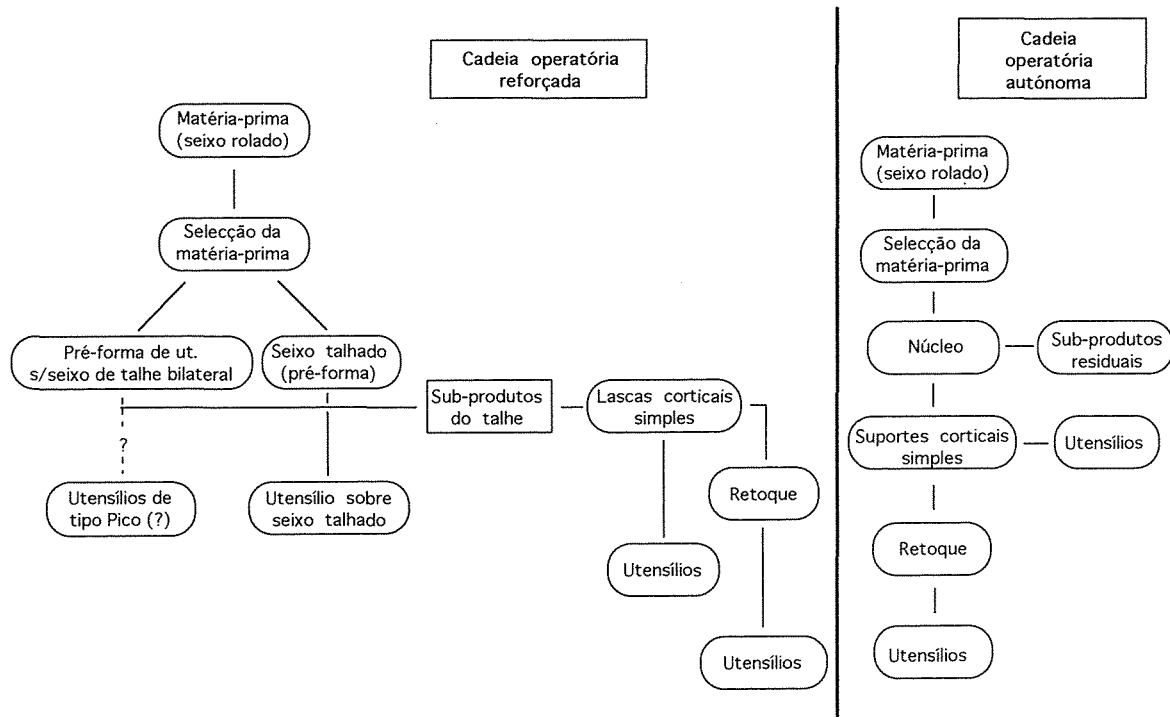


Fig. 6 — Sistemas de produção de utensílios líticos presentes na indústria das Colúviões Recentes 1.

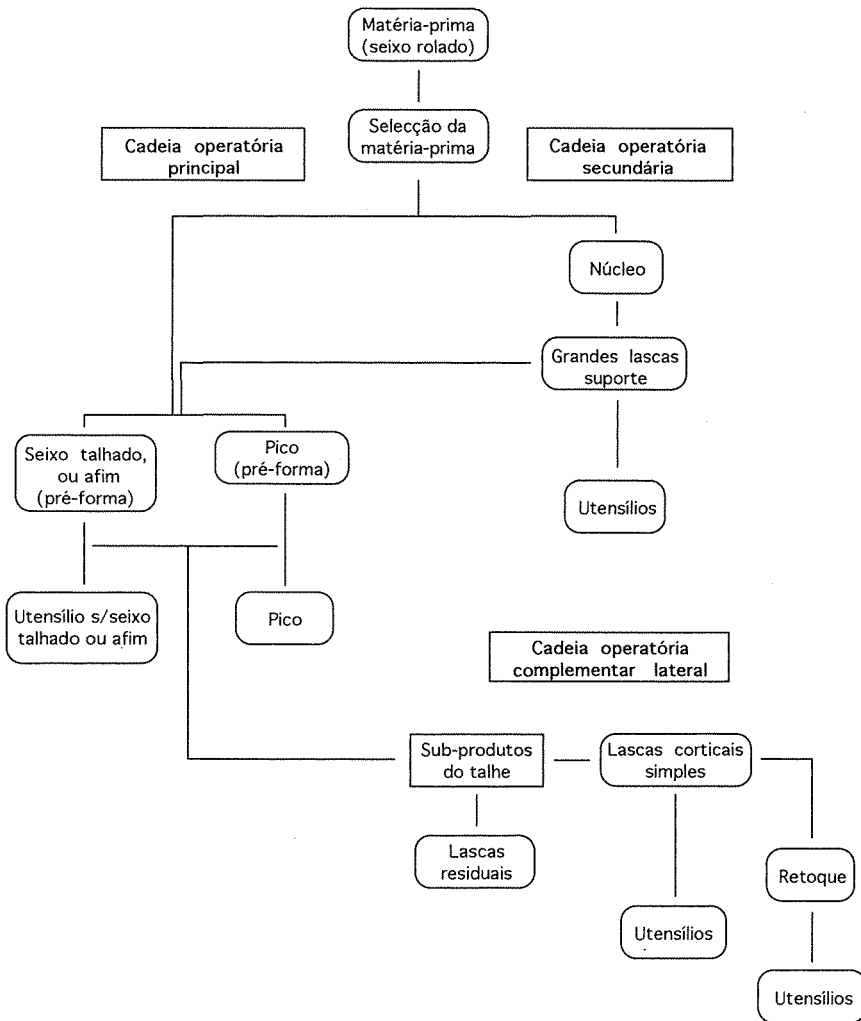


Fig. 7 — Sistemas de produção de utensílios líticos representados na indústria das Colúviões Recentes 2 (indústria Ancorense).

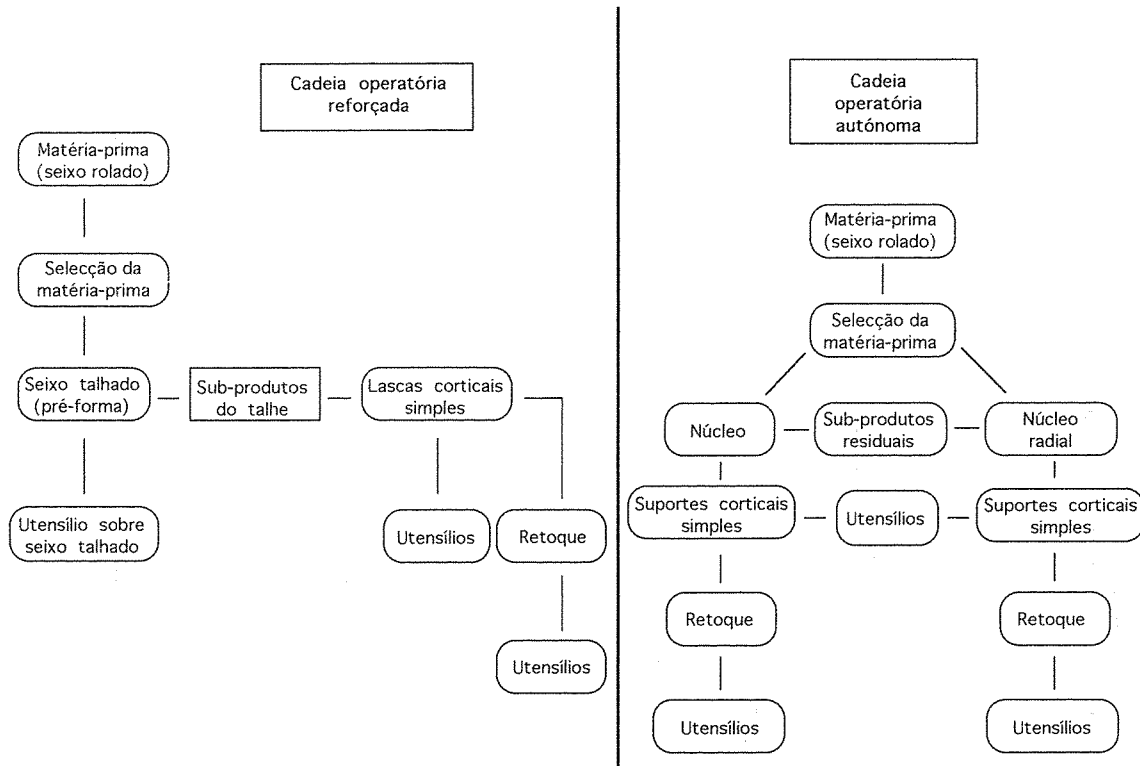


Fig. 8 — Sistemas de produção de utensilagens líticas representados na indústria das Coluviões Recentes 3.

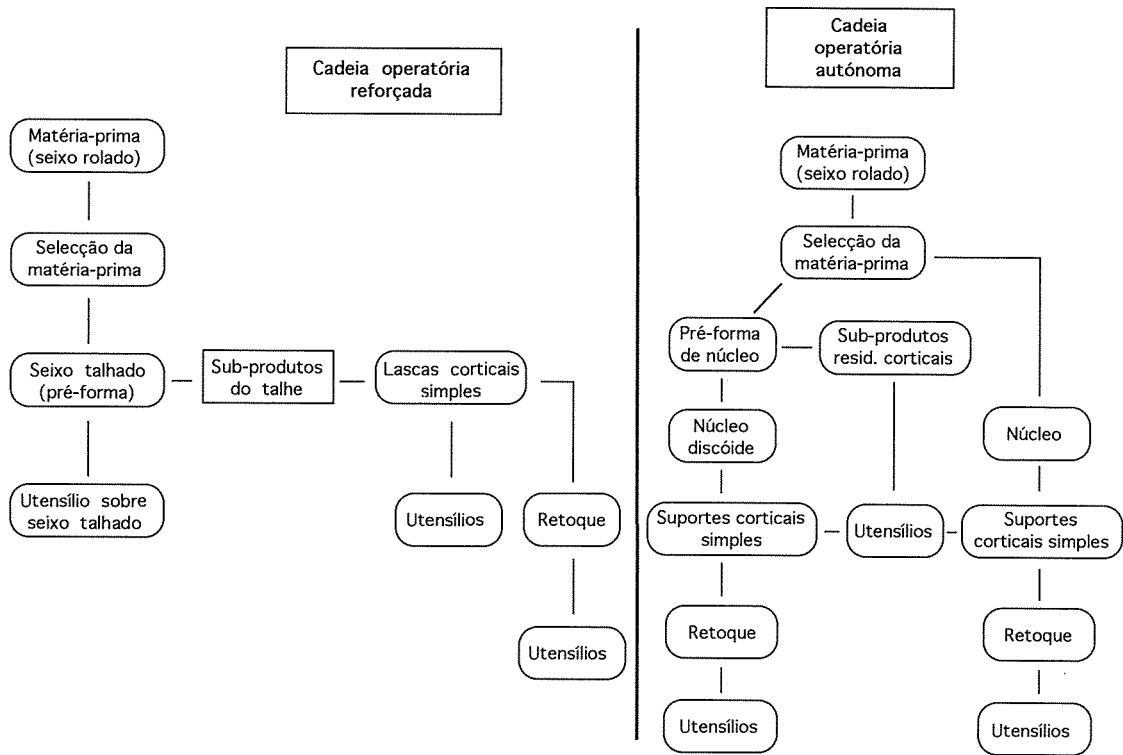


Fig. 9 — Sistemas de produção de utensílagens líticas presentes na indústria das Coluviões holocénicas 1 da jazida de Carreço-Praia.

Est. VIII

Unidades Litoestrat.	Fenóm. Morfo-sedimentares	Pedologia	Pré-História	Hipótese Cronológica	Estádios Isotópicos
C.H./D.	Deflaccão litoral e fenómenos de coluvionamento locais	↑ Ranker atlântico	Indústrias líticas do Pós-glaciar	Actual e Sub-actual	H O L O C É Estádio 1 ↑
C.R.3	Coluvionamentos		↓	Holocénico Inf. ou Dryas Sup.	N I C O ↓
		Ranker atlântico		Holocénico Inf. ou Bölling/ Alleröd	
C.R.2	Coluvionamentos		Ancorense ↑	Fase de degrad. climática do último período glacial	Estádio 2 a
L.	Formações lagunares	Ranker atlântico	?	Fase temperada [1º ou 2º Inters. do último período glacial (5a/5c?)]	
C.R.1	Coluvionamentos + crioclastismo e crioturbação Erosão / Coluvionamentos		Indústria lítica unifacial	Fase de degradação climática (1º ou 2º Estádio do último período glacial)	Sub-estádio 5d
M.10	Formação do nível de praia de 3-5 m.	↑ Ranker atlântico Fase de hidromorfia Solo vermelho lessivado	↑ Indústria de facies particular (Acheulense?)	Último Interglaciar	Sub-estádio 5e
C.A.	Coluvionamentos + crioturbação, eolização e crioclastismo		Acheulense	Penúltimo período glacial	6
M.9b	Formação do nível de praia de 8-14 m.	Fase de hidromorfia Solo vermelho lessivado ↓ ?	Acheulense ↓	Penúltimo Interglaciar	7

Quadro dos fenómenos morfo-sedimentares, pedológicos e da sequência evolutiva industrial do Quaternário do litoral do Minho. Interpretação paleoclimática e hipótese cronológica.

PALEOLÍTICO DA SERRA DE SICÓ

por

Thierry Aubry e Maria Helena Moura

Resumo: O vale do Poio Novo, como outros pequenos vales que lhe são paralelos, constitui um meio privilegiado de ligação entre as planícies aluviais e litoral e a Serra de Sicó. Trata-se de um vale rico em grutas. O início das escavações em duas destas cavidades permitiu a identificação de sequências estratigráficas com características sedimentológicas que variam em função da evolução das duas redes cársticas.

A Buraca Escura, exposta a norte, foi ocupada alternadamente pelo homem e por carnívoros. Fornece raros vestígios líticos, e fauna em grande abundância, tanto nos níveis do Paleolítico médio como do superior.

A Buraca Grande, situada na vertente, oferece boas condições de *habitat* e acesso e revelou diferentes níveis de ocupação ao longo do Paleolítico superior. Destes, um nível solutrense é particularmente rico em artefactos líticos e no que diz respeito ao sílex de origem local, estando presentes todas as fases da cadeia tecnológica do Solutrense inicial. Outros níveis não puderam, ainda, ser caracterizados, desconhecendo-se actualmente a proveniência estratigráfica de um fragmento de plaquinha de xisto, gravada com motivos figurativos típicos do Paleolítico, encontrada na camada superficial, remexida.

Palavras-chave: Paleolítico. Poio Novo. Redinha.

A Serra de Sicó faz parte de um relevo montanhoso calcário, que se integra num conjunto mais vasto e que são as Serras de Condeixa (Avesada, S. Domingos e Ponte), Rabaçal e Alvaiázere, constituindo uma unidade geomorfológica (CUNHA, L.J. S. 1988). É este o limite N. da Estremadura Portuguesa.

É na Serra de Sicó que tem origem a rede hidrográfica que define a margem S. do Baixo Mondego, território onde os AA. desenvolvem um projecto de Carta Arqueológica, que visa a prospecção sistemática e as escavações de emergência que se justifiquem.

PROSPECÇÕES

Foi no âmbito deste projecto que em 1990 iniciámos as prospecções, na freguesia da Redinha (Pombal), em torno de um Outeiro que fora reflorestado e

onde sete jazidas arqueológicas, do Paleolítico e da Pré-História Recente, foram profundamente afectadas pelas lavras mecânicas.

As prospecções alargaram-se depois, perdendo então o carácter sistemático, à zona de escarpa de falha da S.^a da Estrela, ao Vale do Poio Novo, ao Vale do Poio Velho, e à nascente do Ourão, (AUBRY, T.; MOURA, M. H. 1990). De então para cá alguns sítios novos têm sido acrescentados aos reconhecidos em 1990.

Assim, foram cartografadas várias jazidas com objectos líticos, que podemos classificar como sendo do Paleolítico Antigo e Médio, períodos de que se não conheciam vestígios alguns, na margem S. do Baixo Mondego. Enquanto que no Outeiro de Já Vou temos dados que nos permitem identificar sítios de *habitat* (Est. I, fig. 1, nº 10, 11 e 12), no Alvito e Vale de Sorza, devemos, além de *habitats* considerar a existência de oficinas de talhe (Est. I, fig. 1, nº 4, 5 e 3 respectivamente). Aqui abundam nódulos de sílex, de razoável aptidão para o talhe, (resultando esta informação do talhe experimental levado a cabo por um de nós, T. A.).

Do Paleolítico superior, de que se conheciam já, os vestígios da Gruta do Ourão, (RIBEIRO, 1982), foram identificadas estações de ar livre com indústria atribuível a uma fase avançada do Paleolítico superior, (Est. I, fig. 1, nº 1) ou ainda não caracterizada (nº4), bem como várias outras de gruta, no Vale do Poio Novo: as Buracas Escura, Grande e da Cortiça, (respectivamente nº 9 e 8 da Est. I, fig. 1). Em 1991, em codirecção dos AA. e de J. Zilhão, realizaram-se sondagens, em duas delas (Buraca Escura e Buraca Grande), trabalhos estes a que se daria continuidade nos anos seguintes e que possibilitam a apresentação de novos dados arqueológicos e crono-estratigráficos.

BURACA ESCURA

A cavidade denominada Buraca Escura situa-se no Vale do Poio Novo, freguesia de Redinha. Esta pequena gruta (*vide* apresentação e descrição estratigráfica em AUBRY, MOURA, s.d.), exposta a Norte, parece ter sido um local de ocupações de curta duração, provavelmente acampamentos de caça. A raridade dos vestígios líticos (apenas artefactos acabados) opõe-se a abundância de restos de fauna, tendo esta sido acumulada pelo Homem e por carnívoros. Estes deixaram traços nos ossos dos animais suas presas e coprólitos, além dos seus próprios restos.

Apesar de só ainda ter sido escavada parte da cavidade parece já possível descrever uma sequência sedimentológica representativa dos fenómenos registados na Buraca Escura (*vide* Est. I Fig. 1).

Assim, o conjunto 4, o mais profundo dos já identificados, caracterizado pela sucessão alternada de lentilhas argilosas e areias grosseiras, é estéril do ponto de vista arqueológico, mas forneceu alguns restos de lagomorfo e parece ter-se depositado anteriormente á abertura da cavidade ao exterior, quando ela constituia, apenas uma parte da rede de galerias carsicas.

O conjunto 3, onde foram reconhecidos 6 níveis de ocupação humana (Est. 2, fig. 1., estratos identificados com os números: 4 a 9), caracteriza-se por apresentar uma matriz argilo-arenosa de cor avermelhada. Os artefactos aqui exumados são atribuíveis ao paleolítico médio, registando-se um muito reduzido número de utensílios em sílex, sendo a maioria dos objectos em quartzo leitoso (Est. III, fig.1). Os restos de fauna, muito abundantes, são o testemunho de variadas espécies que povoavam a área: a cabra montês, a camurça, o auroque, o cavalo, o coelho entre outros, encontram-se largamente representados. A presença de carnívoros, lince e hiena, pelo menos, atestada pelos próprios restos osteológicos e por coprólitos, levanta o problema da interpretação da fauna aqui acumulada e da importância respectiva dos animais predadores e do Homem, cuja presença é indubitável. Só um estudo faunístico numa perspectiva arqueo-zoológica poderá destringir os traços de acções antrópicas, dos vestígios deixados pelas unhas, garras e dentes atribuíveis aos carnívoros, trabalho já iniciado por J. L. Cardoso.

No nível arqueológico 6 (NA 6) foi identificada uma "lareira", tipo de estrutura raramente registada em níveis desta época em toda a Europa. Esta foi exumada em 1992, no quadrado D 11, quadrado afectado por uma alteração química destruidora de parte da estrutura de combustão: os vestígios osteológicos e os carvões foram atacados a ponto de nada restar que nos indique a sua presença. Este fenómeno parece circunscrever-se a parte da área E. do corredor de acesso, ao longo da bancada que ocupa parcialmente os quadrados das bandas B e C, 7, 8, 9, 10 e 11, (Est. II, fig. 3) onde vários níveis arqueológicos sofreram alteração, numa espessura superior a um metro. Logo que foram detectados os primeiros carvões, com dimensões de 1 a 2 mm, adoptou-se um método de decapagem mais minucioso do que aquele habitualmente praticado, deixando-se *in situ* todo e qualquer vestígio, lítico (incluindo-se aqui aqueles cuja presença na Buraca Escura não é antrópica), ósseo ou antracológico independentemente das suas dimensões, e os sedimentos exumados, removidos da gruta a fim de serem crivados a água.

Os carvões, que tinham tamanhos variando entre uns escassos milímetros e os dois centímetros, desenhavam uma mancha cujas dimensões originais não podemos reconstituir com precisão, e cuja espessura atingia os 5mm (Est. II, Fig.2). Raros elementos calcários, de dimensões muito reduzidas, e apresentando a superfície rubefacta, foram encontrados no interior desta mancha de carvão, que continha, ainda, pequenas bolinhas de argila cozida e fragmentos de ossos apresentando vestígios de contacto com o fogo, bem como dois desperdícios de talhe de

quartzo, medindo menos de um centímetro. Alguns blocos de calcário parecem dispor-se em torno da mancha negra definida pelos carvões, registando-se uma concentração nítida e sem paralelo em qualquer outra situação nesta cavidade, a N. da referida área de carvões. Estes blocos de calcário, á semelhança do que acontece com inúmeros outros e mesmo com os restos de fauna, encontram-se envolvidos por uma concreção metálica, maioritariamente composta por Fe¹, que impede a vizualização de eventuais vestígios do contacto com o fogo, que se traduzem, por emprestar tons rosa ou avermelhados ao calcário. No seio destas pedras, foram exumados alguns restos osteológicos. Não nos foi dado observar traços de rubfacção sob a mancha de carvões, o que levanta o problema de se interpretar este espaço como sendo o coincidente com aquele em que o fogo teve lugar. A natureza, compacta, deste sedimento da camada 3, bem como a sua cor, vermelha-acastanhada, impedem a observação do fenómeno de rubefacção. Imediatamente sob esta mancha de carvão surgiram placas de areia concrecionada, correspondendo, provavelmente, a uma circulação de águas carregadas de carbonato de cálcio.

Da fauna exumada na lareira, ou na área envolvente, fazem parte esquirolas indetermináveis, provenientes de ossos de grandes mamíferos, rara micro-fauna, uma falange e um astrágalo de *Capra pyrenaica*, bem como um incisivo de um jovem *Equus caballus*.

De salientar, ainda, a ausência de restos atribuíveis aos carnívoros, presentes em diversos níveis deste conjunto 3. Um coprólito de hiena viria a ser achado no quadrado contíguo (D 12), a um nível inferior em 5 centímetros ao da base da lareira.

Neste momento, e não tendo sido dado início à análise detalhada desta estrutura, parece-nos lícito avançar três hipóteses interpretativas:

- a fogueira teria sido acesa no local hoje delimitado pela mancha dos carvões, servindo as pedras concentradas a N. como estrutura adventícia;
- a fogueira teria sido acesa sobre aqueles blocos de calcário - entrando assim na categoria das lareiras sobre-elevadas - e os carvões depositaram-se a S. por acção erosiva das águas infiltradas na gruta;
- a fogueira teria sido acesa sobre os blocos de calcário e os carvões deliberadamente removidos da área de combustão a fim de a libertar do lixo (ossos e carvões em excesso) que dificulta a sua reutilização. Os carvões desenhavam, assim, a área de despejo, adjacente à estrutura de combustão.

¹Provém esta informação da análise que foi feita à crosta metálica que frequentemente envolve os blocos e impregna os ossos, nesta cavidade. Agradecemos este esclarecimento ao Professor Doutor António F. Soares, Director do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, onde se procedeu à referida análise.

Qualquer uma destas hipóteses tem paralelos em evidências arqueológicas (*vide* PERLÈS, 1976) o que lhes confere um carácter plausível; porém, aguardamos os resultados de uma análise de pormenor que conforte uma destas hipóteses em detrimento das outras². Espera-se actualmente o resultado da datação, por C 14, desta estrutura.

O que acima foi dito relativamente à dupla origem dos restos de fauna na Buraca Escura, (origens antrópica e animal) é igualmente válido para os vestígios osteológicos exumados no **conjunto 2**, onde parece lícito destringer dois níveis de ocupação atribuíveis ao paleolítico superior.

Também aqui se verifica a desproporção supra-mencionada, entre os restos de fauna e os objectos líticos. Os artefactos até agora exumados (Est. III, Fig.3) correspondem principalmente a armaduras (lamelas de dorso abatido) no N A 3, a peças esquiroladas em quartzo e a pontas denticuladas no N A 2 (Est. III, fig. 2). O primeiro destes níveis arqueológicos parece poder atribuir-se ao gravettense, enquanto que o segundo, provavelmente corresponde já à transição gravettense-solutrense (*vide* ZILHÃO *et alii* neste Congresso). Aguardam-se, no entanto, os resultados das datações em curso, pois ambos os níveis forneceram carvões, nunca se tendo encontrado qualquer estrutura ou superfície de combustão.

O sedimento deste conjunto 2 é constituído por uma matriz de elevado teor em argila, sendo abundantes as placas e os blocos de calcário.

No **conjunto 1**, foram identificados alguns vestígios arqueológicos raros, e muito fragmentados. São constituídos por diversos fragmentos de vasos de cerâmica não torneada, lisa, bem como por duas lascas de machado de pedra polida, uma lâmina fragmentada e um outro fragmento de lasca, em sílex. O diminuto número de artefactos impede-nos de caracterizar esta ocupação da cavidade que se reporta à Pré-história recente.

Este conjunto sedimentar é de formação muito recente, pois nele encontramos plásticos, restos de lareiras actuais, e alguma cerâmica torneada no mesmo contexto dos carvões nossos contemporâneos. Caracteriza-se por uma matriz pulverulenta, com grande percentagem de matéria orgânica, de fraca consistência e cor castanha muito escura.

Entre este conjunto e o que lhe subjaz verifica-se uma fase erosiva que afectou de forma diversa os níveis arqueológicos. Talvez ela seja responsável pelo estado vestigial da ocupação mais recente da Pré-história, em quase toda a área superficial da Buraca Escura. À entrada da gruta, a erosão foi de tal forma violenta que o conjunto 2 não está sequer representado assentando a camada

² A bibliografia disponível sobre este assunto é escassa, devendo sobretudo ver-se as diversas comunicações das Actas do Colóquio de Nemours, em 1989, bem como alguns dos trabalhos de Catherine Perlès. Existem ainda artigos de diferentes autores dispersos por toda a bibliografia arqueológica, que nos dispensamos de enumerar aqui.

superficial directamente num dos níveis do paleolítico médio.

Entre o conjunto 2 e o que lhe subjaz tínhamos observado igualmente um fenómeno erosivo cuja amplitude não pudemos ainda avaliar devidamente.

BURACA GRANDE

Esta cavidade situada na vertente N. do Vale do Poio Novo, está exposta a SE. Os primeiros trabalhos nesta gruta, que possui cerca de 13 metros de comprimento, permitiram a identificação de três sequências sedimentares distintas, que foram descritas de forma preliminar (AUBRY, *et alii* s/d). O reconhecimento mais conveniente da estratigrafia da parte mais recuada da cavidade só viria a ser possível após a campanha de 1993 (AUBRY, MOURA, s.d.).

A cavidade que oferece boas condições de habitat, foi ocupada pelo homem ao longo do paleolítico, da pré-história recente, da proto-história, e em épocas históricas incluindo nas mais próximas de nós, em finais do último século ou inícios deste (MOURA, AUBRY, neste Congresso).

Até meados do presente, ela foi objecto de extracção de sedimentos férteis pois, no pretérito como nos nossos dias, serve de refúgio a pastores e rebanhos. Por esta razão, grande parte das camadas mais recentes não foram conservadas e apenas sabemos da sua existência pelo achado de vários artefactos, que encontramos sem qualquer estratificação, na camada superficial. Os poucos vestígios dos eventos que tiveram lugar da proto-história até aos nossos dias, não permitem caracterizar o tipo de ocupação de que são testemunho.

Ao fundo da cavidade, zona que terá sido pouco afectada pela extracção de terras, pudemos identificar a mais completa das sequências existentes na gruta e que passamos a descrever (Est. IV, fig.1).

O conjunto 10, formado por uma argila plástica com muitos blocos depositou-se aquando da entrada em funcionamento de uma chaminé situada sobre os quadrados O16 e O17. Esta encontra-se actualmente rolhada por intermédio de uma brecha. A chaminé é responsável pela formação de um cone, de perfil assimétrico, podendo atingir inclinações da ordem dos 40 graus. O corte que apresentamos situa-se a N. do cone e nele vemos que todas as camadas que lhe sobrejazzem são horizontais. A constatação deste facto, não é ainda, apoiada de explicação satisfatória, aguardando-se a continuação dos trabalhos, na expectativa de melhor compreensão dos fenómenos aqui registados.

O conjunto 9 para o qual possuímos uma datação (Gif. 9502) - 17.850 ± 200 BP, forneceu uma indústria do solutrense recente. Estes dados suscitaram um confronto de resultados de datações radiométricas e respectivas posições crono-estratigráficas, de várias publicações sobre as jazidas do Solutrense Ibérico

(AUBRY, MOURA, s.d.).

Neste conjunto estratigráfico é possível identificar uma ocupação que assenta directamente na camada de argila subjacente que é considerada como sendo um proto-solutrense. Os artefactos líticos, (Est.V, fig. 1) encontram-se patinados e são idênticos aos de Vale Comprido, (*vide* ZILHÃO *et alii* neste Congresso; ZILHÃO, 1987). Pouco numerosos, os objectos aqui exumados, não permitem já descrição tipológica. Ao invés, artefactos líticos do solutrense recente que se identificaram ainda no mesmo conjunto sedimentar, podem já ser descritos (Est. V, fig. 2). Dos 80 utensílios aqui recolhidos:

- o grupo das raspadeiras conta 13 (16, 25%)
- o grupo dos buris conta 06 (7, 5%)
- o grupo solutrense conta 11 (13, 75%)
- o grupo das lâminas de dorso abatido e micrólitos conta 12 (15%)
- o grupo dos denticulados, bicos e entalhes conta 15 (18, 75%)
- o grupo dos diversos, lâminas retocadas mais raspadores conta 10 (12, 5%)
- o grupo das peças esquiroladas conta 13 (16, 25%)

Decorrem actualmente o estudo tecnológico e o do aprovisionamento e gestão da matéria prima lítica, podendo, desde já afirmar-se que foram utilizadas matérias locais (sílex, quartzito e quartzo leitoso), bem como alóctones: diversas variedades de sílex e ainda quartzo hialino. De realçar também a importância do quartzito, não tanto em termos de utensílios acabados, havendo ainda assim lascas denticuladas, mas mais como seixos brutos e como *choppers*, sendo certo que em dados absolutos (peso) esta é a matéria prima mais largamente representada nos níveis solutrenses da Buraca Grande.

Do ponto de vista da tecnologia, numa primeira análise constata-se a existência de numerosas lascas de fabricação de folhas de loureiro, que evidenciam o tratamento térmico do sílex, em peças já em fase de esboço. Notamos também que são frequentes as lascas exploradas como núcleos de lamelas, que por sua vez se destinam a ser transformadas em lamelas de dorso abatido. No sílex de origem local, os núcleos presentes mostram a debitagem de lascas pouco estandardizadas que servem de suporte a peças esquiroladas, a bicos e denticulados.

A indústria sobre chifre está igualmente bem representada, nomeadamente no que diz respeito às zagaia, constituindo estas o grupo mais numeroso e mais variado, em contexto estratigráfico claramente definido, de uma só jazida, em Portugal, (Est. VI). Na Buraca Grande, não foram, até agora exumados, restos de chifres, á excepção da extremidade de um galho de armação de veado, nem desperdícios de fabricação de utensílios feitos a partir desta matéria prima. É-nos impossível determinar com precisão se os exemplares nº 8 e 9 são confeccionados em osso ou em chifre, sendo certo que a peça nº 15 tem como suporte um dente de javali.

Da totalidade das peças apresentadas na estampa 4, note-se que nem todas são provenientes dos níveis paleolíticos, e que nem todas podem ser integradas na categoria das zagaias. Assim as numeradas de 10, 12 e 14, foram encontradas remexidas em níveis superiores, apresentando esta última uma fossilização diferente, o que talvez autorise a sua atribuição ao nível arqueológico NA 4 b, ou a um outro mais recente. Tanto a nº 8 como a nº 15 parecem-nos mais objectos com características de furadores. O suporte desta última, é um incisivo de javali cuja raiz foi afeiçoada em ponta. A peça numerada de 11, é um fragmento de costela gravada com traços paralelos entre si. As restantes são de facto zagaias e foram exumadas em níveis solutrenses.

As peças numeradas de 1, 2, 4, 5, 6, 15, 13 e 11, são provenientes da parte mais recuada da cavidade enquanto que na zona mediana foram encontradas as numeradas de 3, 7, 8 e 9.

Num breve apontamento tipológico referiremos que as nossas zagaias tanto podem apresentar secção oval assimétrica, o que é o caso das peças numeradas de 2, 3, 4 e 5, como apresentar secção circular, caso das nº 1, 8, 9 e 10, ou uma ligeira variante desta: circular com facetas sendo caso único a nº 6. Os exemplares completos ou quase são de tipo biapontado. Nas zagaias nº 1, 4 e 14 observam-se estrias oblíquas numa das extremidades. Nós atribuímos-lhes um carácter funcional, ou seja o de facilitarem a boa aderência da matéria colante por intermédio da qual se fixaria o projectil na haste. Esta seria, portanto a parte basal das peças.

Os especímenes designados sob os números 4 e 5, de secção oval assimétrica, apresentam a particularidade de serem torcidas isto é, de terem as arestas descentradas. A razão de ser desta torção deve, em nosso entender, relacionar-se com a precisão da trajectória ligada à rotação do projectil.

A zagaia nº 1, que não sofreu senão uma pequena fractura da extremidade distal, apresenta bisel simples. Este tipo de zagaia aparece no solutreo-gravettense de Parpalló (VILLAVARDE; MARTI, 1984) e tem paralelos no solutrense superior e terminal da Cantábria (*vide* ainda CORCHON RODRIGUEZ, 1986).

Possuimos dois fragmentos da peça nº 2, faltando a parte mesial e ambas as extremidades. Na face aplanada desta zagaia, que nas indústrias da Cantábria, em razão da tipologia da sua secção, poderia ser classificada como varinha, observam-se 11 traços oblíquos, paralelos entre si, sendo as fracturas coincidentes com dois destes traços. Na face convexa, pequenas covinhas (15 visíveis) alinham-se em duas formações paralelas entre si, na parte central e mais espessa da peça. Dentro destas covinhas, bem como no interior dos traços descritos para a face plana, é possível observar restos de concreção que podem ser o vestígio da parte mineral dum mastique, destinado a solidarizar a zagaia à haste. Num dos flancos (o que está representado na estampa) apresenta igualmente traços oblíquos que

não tocam nos descritos para a face plana da zagaia, mas que lhe são semelhantes. Estas incisões e estas pontuações podem também ser interpretadas como motivos destinados a decorar a zagaia, admitindo-se então que os traços acima descritos não são funcionais.

Na Casa da Moura (Peniche), foi exumada uma zagaia, entre outras, que tem, algumas semelhanças com esta nossa: o facto de ter secção plano-convexa e de apresentar a face plana com traços paralelos entre si e de uma fractura seguir um dos traços, em tudo idênticos aos da nº 2 de Buraca Grande, (ROCHE, 1951).

Na ausência de peças indicadoras da técnica de extração das varinhas brutas de chifre, a tecnologia de fabricação só pode ser baseada sobre os esboços e peças acabadas abandonadas após utilização. Os nº 7, 12 e 13 são esboços e evidenciam a secção aplanada das varinhas suporte. Estas peças, que não parece terem sido afeiçoadas na gruta, podem constituir uma reserva de produtos aguardando a fase terminal de fabricação.

As técnicas de raspagem dos suportes deixam traços longitudinais, similares a traços obtidos por intermédio da utilização de flancos de buris. Sobre o exemplar nº 1, o bisel, ligeiramente côncavo, obteve-se por extração de matéria, trabalho que se terá realizado, com um instrumento de tipo goiva. As estrias da parte basal das zagaias, foram realizadas por intermédio de quaisquer bordos cortantes e são diferentes dos traços e covinhas observáveis no exemplar nº 2.

As zagaias nº 3, 4, 5 e 14 de secção plano-convexa, ou oval assimétricas, são exemplares de objectos acabados e fabricados segundo uma técnica de rápida execução que consiste na raspagem de varinhas suportes, do tipo da nº 7, previamente extraídas das hastes dos veados. Nestes casos os canalículos ficam aparentes. Alguns exemplares, nº, 1, 2, 6, 8 e 10, mostram um acabamento mais elaborado e mais perfeito das zagaias, ou revelam uma outra técnica de extração das varinhas suporte.

Os espécimenes nº 1 e 5 encontram-se quase inteiros, tendo a primeira uma pequena fractura distal e a segunda uma fractura de utilização em lingueta. Outros tipos de fracturas de utilização são observáveis, nas zagaias nº 2, 3, 6, 8, 9 e 10. Em qualquer um dos casos, as zagaias conservadas na Buraca Grande, nunca conservam a extremidade distal, à excepção da que recebeu o nº 9.

No NA 5 dos quadrados J18, K17 e K19, foram recolhidos adornos, constituídos por conchas marinhas e fluviais e um canino de veado, perfurados. Em área de dispersão sensivelmente coincidente com a dos adornos e mesmo mais lata, apareceram restos humanos de pelo menos dois indivíduos, sendo um adulto e o outro uma criança. Outros vestígios osteológicos humanos foram exumados em campanhas anteriores na parte mediana da Buraca Grande (uma descrição com mais pormenores foi já feita na comunicação apresentada às Terceiras Jornadas do

Quaternário Ibérico). Estas primeiras identificações tiveram lugar antes do estudo sistemático dos restos de fauna, que é muito abundante e variada.

Nesta gruta, foram encontradas, sobretudo na última campanha, algumas vértebras de peixe e outras espécies aquáticas: conchas, cujo estudo foi entregue a P. Callapez. Os restos malacológicos indicam a frequentação do mar, de estuários e de rios.

De entre as espécies terrestres, destaque-se a extrema abundância de ossos de lagomorfo, à semelhança do que se registou na Casa da Moura, (Peniche), onde Nery Delgado terá encontrado uma situação muito comparável à nossa (DELGADO, 1867). A restante fauna, é constituída por restos de veado, cabra montês, javali e cavalo, podendo esta lista de espécies vir a ser acrescentada após os estudos paleotológicos que o J. L. Cardoso já iniciou.

O solutrense antigo, como o solutrense recente equivalentes do NA5 do corte que agora apresentamos, estão igualmente representados na parte mediana da Buraca Grande, onde se exumou uma indústria lítica com pontas de face plana e pontas de tipo Vale Comprido (*vide* ZILHÃO, *et alii*, neste Congresso). Estes níveis foram anteriormente descritos (AUBRY *et alii*, s.d). Diremos, apenas que a zona de transição entre a área mais recuada da cavidade e a sua parte mediana, parcialmente escavada, se apresenta muito remexida pelo que se não podem, neste momento, estabelecer correlações entre estas duas estratigrafias. Nesta parte intermédia da Buraca Grande, não foram identificadas lascas de fabricação de folhas de loureiro, o que nos levou a pensar estarmos em presença de uma ocupação do solutrense antigo, ideia que expressámos anteriormente, (AUBRY *et alii* s.d). Actualmente, depois da datação obtida para o conjunto estratigráfico onde estão associadas formas características do Solutrense recente e pontas de face plana, avançamos a hipótese de esta ausência se relacionar com a estruturação interna do espaço, que poderá implicar uma diferenciação rígida das áreas destinadas às várias actividades, ou a zonas de lixeira bem delimitadas. A datação, em curso, destes níveis, do quadrado M9 trará outros elementos que permitam o melhor conhecimento das ocupações solutrenses desta cavidade.

Os conjuntos 8 e 7 são estéreis do ponto de vista arqueológico, correspondendo o primeiro à deposição de grânulos de argila e o segundo a um evento que se acompanhou da queda de blocos.

A escavação permite verificar, que foi o sedimento do nível que se sobrepõe ao **conjunto 6**, que se introduziu nos espaços vazios entre os blocos, o que explicaria que se tenham exumado alguns artefactos líticos neste contexto. A proveniência destes materiais deve, assim, atribuir-se à ocupação identificada como sendo do magdalenense, nível arqueológico NA4b, que forneceu uma indústria lítica pouco numerosa, caracterizada por uma tendência para a microlitização, com núcleos de lamelas sobre lascas, núcleos de esquirolas, segmentos (talvez

estes epicardiais) e lamelas de dorso. Além destes objectos foram aqui recuperadas cerâmicas características do Epicardial. Este facto, tem provavelmente paralelos na sequência da Gruta do Caldeirão, (ZILHÃO, 1992). Um estudo da microfauna realizado nos níveis magdalenense e cardial, desta cavidade, (POVOAS *et alii*, 1992) indica que no período que medeia entre o fim do paleolítico e o neolítico, se regista uma diminuição da velocidade de sedimentação, no interior da caverna, fenómeno que traduzirá a expansão da cobertura vegetal e consequentemente a fixação dos solos. Um hiato sedimentar, no nosso caso, deve ser responsável pela mistura de objectos da ocupação Epicardial (NA4a) com os objectos do nível inferior, que documentam a ocupação do Magdalenense.

No conjunto remexido, superficial, foi exumado, na campanha de 1992, um fragmento de plaquinha de xisto com motivos figurativos (AUBRY, MOURA, 1993). Enquanto que os dados estilísticos não levam a duvidar da sua atribuição ao Paleolítico, a proveniência crono-estratigráfica é ainda incerta, podendo ser o NA5 ou o NA4b. No estado actual dos trabalhos, todos os fragmentos de xisto exumados na Buraca Grande, provêm do Solutrense o que pode tornar-se em argumento a favor de uma atribuição mais precisa. No entanto todos os fragmentos têm uma superfície extremamente reduzida.

CONCLUSÃO

Para concluir diremos que estamos certos de que os resultados das análises em curso, antracologia, (I. Figueiral), malacologia, (P. Callapez), paleontologia, (J. L. Cardoso), sedimentologia e geologia (A. F. Soares) e das datações (Laboratório de Gif sur Yvette) nos tragam novos dados e elementos de discussão sobre as modadidades de ocupação das duas cavidades em escavação, bem como das estratégias de exploração do meio ambiente.

Por outro lado, são neste momento indispensáveis, a uma compreensão mais aturada dos fenómenos, os resultados das prospecções que venham a aumentar o número de jazidas de ar livre.

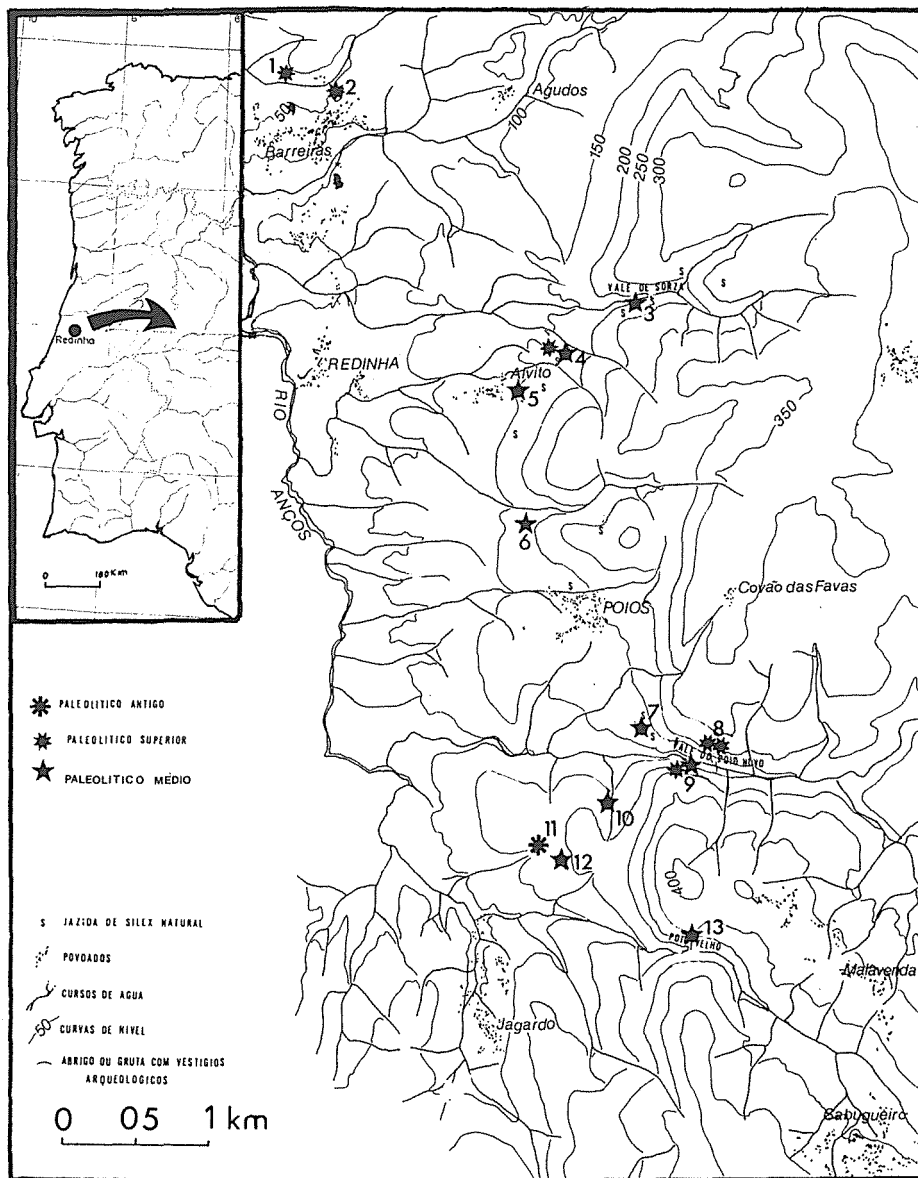
AGRADECIMENTOS

Expressamos a nossa gratidão à Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal, por todo o apoio prestado e que tornou possível a realização deste trabalho.

O nosso agradecimento vai também para os nossos colaboradores durante as escavações.

BIBLIOGRAFIA

- AUBRY, T.; MOURA, M.H. (1990) - Redinha (Pombal). Subsídios para a carta arqueológica da freguesia. *Conimbriga*, 29, pp. 5-37.
- AUBRY, T.; MOURA, M. H. (1993) - Plaquinha de xisto com gravuras paleolíticas. *Boletim da Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal*, s/ nº, pp.13-17.
- AUBRY, T.; MOURA, M. H. (s.d.) - Nouvelles données sur les occupations paléolithiques de la Serra de Sicó. Com. na "3ª Reunião do Quaternário Ibérico" Univ. de Coimbra, 27 Set. a 1 Out. 1993.
- AUBRY, T., MOURA, M. H.; ZILHÃO, J. (s.d) - Dados preliminares sobre as sequências estratigráficas da Buraca Grande do Vale do Poio Novo (Redinha). *Memórias e Notícias*, Pub. do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra.
- CORCHÓN RODRIGUEZ, S. (1986) - *El arte mueble paleolítico cantabrico. Contexto y analisis interno*. Centro de Investigación y Museu de Altamira, Monografía nº 16.
- CUNHA, L. J. S. (1988) - *As Serras calcárias de Condeixa- Sicó-Alvaiázere. Estudo de Géomorfologia*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Física, F. L. U. C.
- DELGADO, J. F. N. (1867) - *Estudos geológicos. Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Primeiro opúsculo: Notícias à cerca das grutas da Cesareda*. "Memórias de Comissão Geológica de Portugal".
- MOURA, M. H.; AUBRY, T. (s.d) - Pré-História recente da Serra de Sicó. *I Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto, 12-18 Out. 1993.
- PERLÈS, C. (1976) - Le Feu. *La Préhistoire Française* (dir: H. de Lumley) p. 679-683.
- POVOAS, L.; ZILHÃO, J.; CHALINE, J.; BRUNET-LECOMTE, P. (1992) - La faune de rongeurs du pleistocène supérieur de la Grotte de Caldeirão (Tomar, Portugal). *Quaternaire*, 3, (1), 1992, pp.40-47.
- RIBEIRO, J. P. C. (1982) - A indústria lítica da gruta do Ourão (Redinha, Pombal). Notícia preliminar. *Arqueologia*, nº 5, pp.27-31.
- ROCHE, J. (1951) - Le niveau paléolithique supérieur de la Grotte de Casa da Moura (Cesareda). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 32, pp.103-122.
- VILLAVARDE, V.; MARTI, B. (1981) - *Paleolític i Epipaleolític. Les Societats Caçadores de la Prehistòria Valenciana*. Servei d'Investigació Prehistòrica de la Diputació de València, Valencia.
- ZILHÃO, J. (1987) - *O Solutrense da Estremadura portuguesa: uma proposta de interpretação paleo-antropológica*. "Trabalhos de Arqueologia", nº 4, I.P.P.C.
- ZILHÃO, J. (1992) - *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. "Trabalhos de Arqueologia", nº 6, I.P.P.A.A.R.
- ZILHÃO, J.; MARKS, A.; BICHO, N.; FERRING, C.R.; FIGUEIRAL, I. (s.d.) - Cronoestratigrafia do Paleolítico Superior Português. *I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 12-Est. I*. — Carta das jazidas paleolíticas da Redinha.



Carta das jazidas paleolíticas da Redinha.

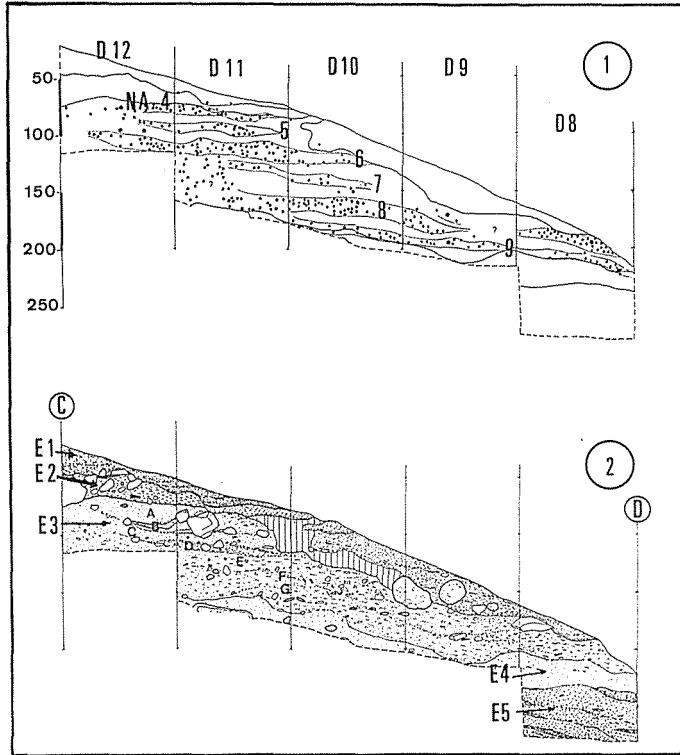


Fig. 1 — Buraca Escura, corte longitudinal D12-D8. 1 — Níveis Paleolítico medio. Projecção horizontal dos objectos cotados, provenientes da banda de 50 centímetros situada a Este. 2 — Corte estratigráfico.

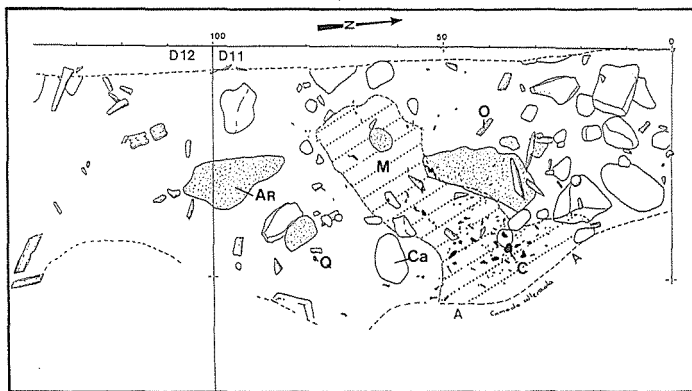


Fig. 2 — Buraca Escura. Desenho das decapagens de profundidades compreendidas entre 108 e 116 centímetros abaixo da cota 0. Ca = calcário, O = osso, C = carvão, M = mancha de carvões, Q = detritos de quartzo, A = limite da camada alterada, AR = areia concrecionada.

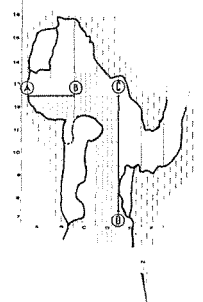


Fig. 3 — Buraca Escura. Planta da gruta e área escavada.

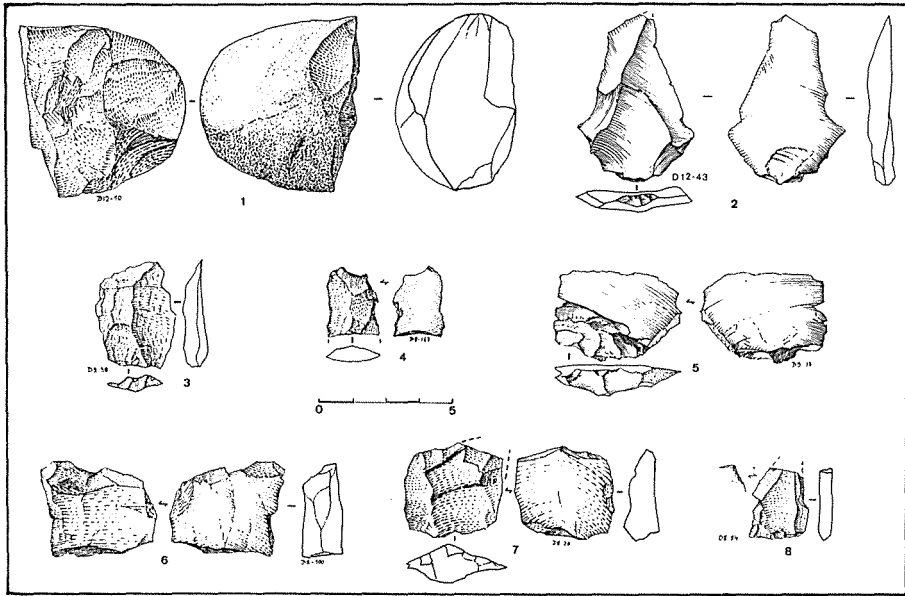


Fig. 1 — Buraca Escura. Indústria lítica do Paleolítico medio. n° 1: NA4, n° 2: NA5, n° 3 e 4: NA9, n° 5, 6, 7, 8: NA8.

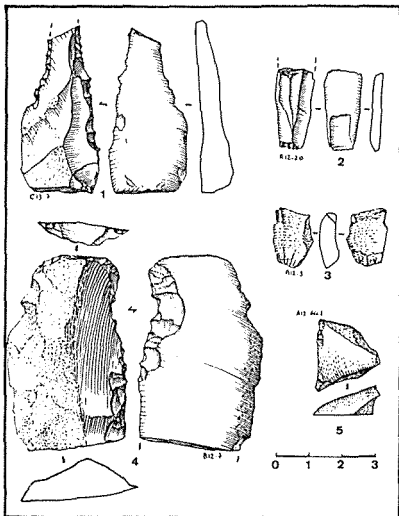


Fig. 2 — Buraca Escura. Indústria lítica do Nível Arqueológico 2.

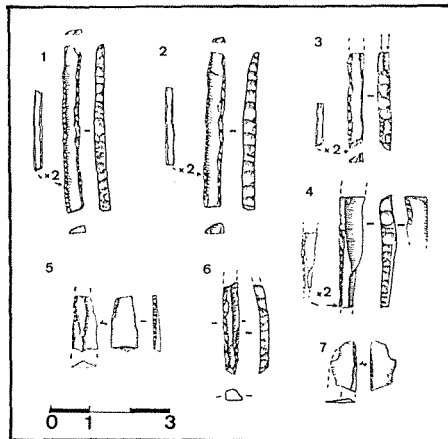


Fig. 3 — Buraca Escura. Indústria lítica do Nível Arqueológico 3.

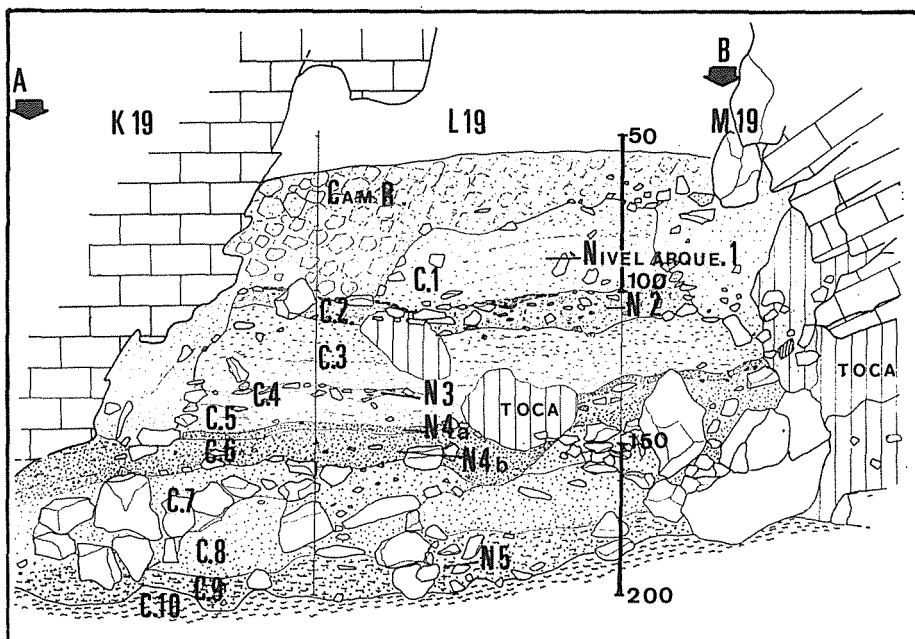


Fig. 1 — Buraca Grande. Corte sagital K19 - M19. C = conjunto sedimentológico, N = nível arqueológico.

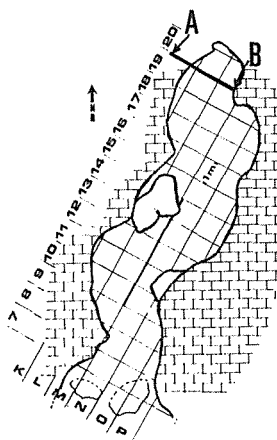


Fig. 2 — Buraca Grande. Planta da gruta, à superfície do enchimento.

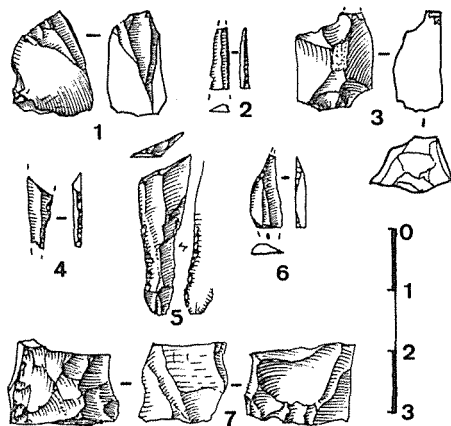


Fig. 3 — Buraca Grande. Indústria lítica do nível arqueológico 4 b.

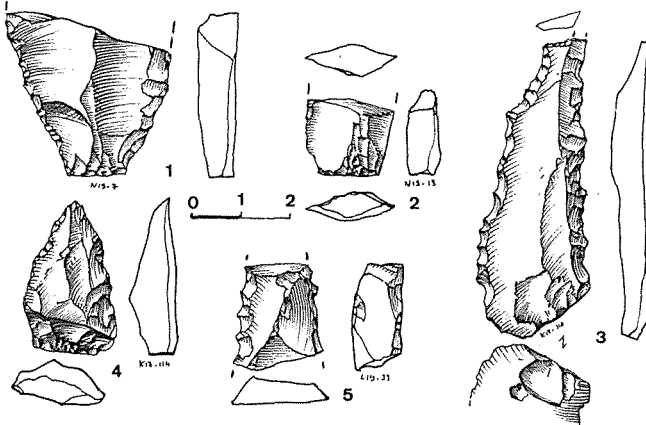


Fig. 1 — Buraca Grande. Indústria lítica do nível arqueológico 5 b.
Pontas de tipo Vale Comprido.

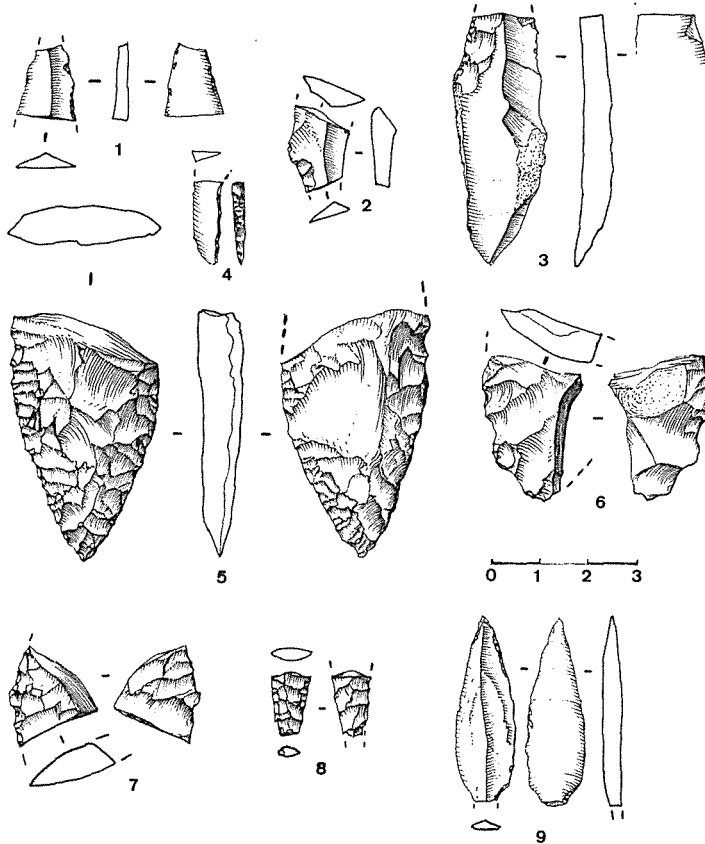
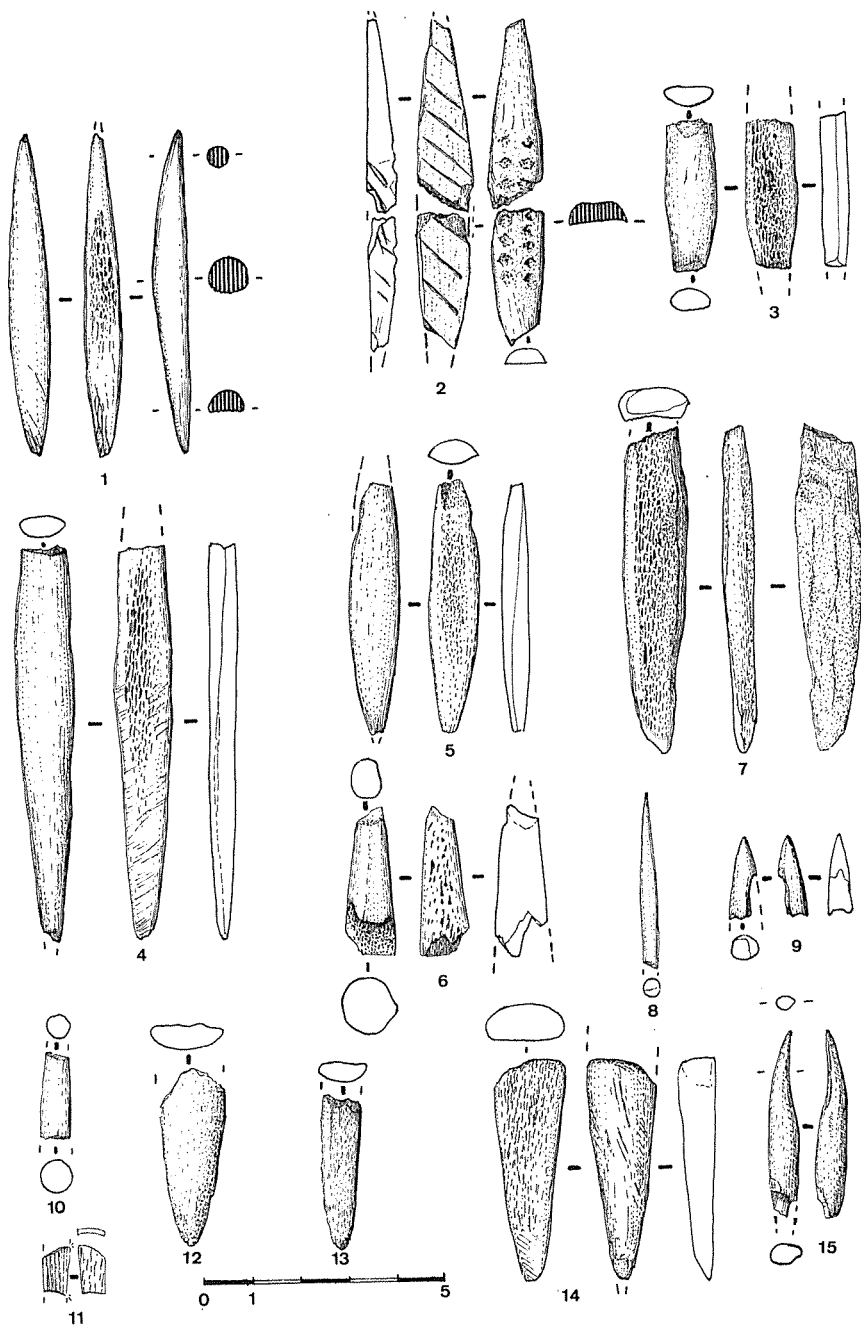


Fig. 2 — Buraca Grande. Grupo solutense, indústria do nível arqueológico 5,
excepto peça nº 8 proveniente do conjunto 8.



Buraca Grande. Indústria óssea.

ESTUDIO DE LA NECROPOLIS DEL GRUPO DE SEPULCROS DE FOSA DEL YACIMIENTO DE "BÒBILA MADURELL" (SANT QUIRZE DEL VALLÈS, BARCELONA) EN EL CONTEXTO DEL NEOLÍTICO MEDIO RECIENTE EN CATALUNYA¹

por

Roser Pou Calvet*, Miquel Marfí Rosell*, Jaume Díaz Ortells*
Y Anna Bordas Tissier*

Resumen: En el yacimiento de la Bòbila Madurell se encuentra la mayor necrópolis del Neolítico Medio catalán. Se han excavado un total de 133 sepulturas entre 1921 y 1992. En la campaña realizada en los dos últimos años se han recuperado 32 enterramientos que contenían restos de 38 individuos entre los que se han identificado 12 individuos masculinos, 4 femeninos, 12 infantiles y 3 subadultos.

La gran diversidad morfológica que presentaban las sepulturas excavadas en estos dos últimos años, nos ha llevado a revisar la tipología establecida por la Dra. Ana M. Muñoz, afín de englobar los nuevos tipos que han ido apareciendo. El resultado ha sido la elaboración de una nueva tipología de los Sepulcros de Fosa que presentaremos en este Congreso.

Paralelamente, se ha llevado a cabo la reconstrucción del ambiente socioeconómico del grupo mediante análisis antropológicos, así como el estudio de los ajuares a partir de métodos analíticos y estadísticos.

Los primeros resultados obtenidos muestran una diferenciación clara entre los ajuares de individuos masculinos y femeninos, así como entre ajuares de individuos de un mismo sexo. Los individuos infantiles también muestran diferencias en la composición de sus ajuares, siendo una característica de este grupo la presencia de objetos de adorno (cuentas de collar).

Todo ello nos lleva a pensar que nos encontramos delante de un grupo con una compleja estructura social en la que se constata la presencia de la división sexual y el desarrollo de una jerarquización.

Palabras-clave: Neolítico, Cataluña, Sepulcros de fosa.

El grupo de los Sepulcros de Fosa se sitúa cronológicamente a finales del IV y principios del III er. milenio dentro del Neolítico Medio Catalán. Básicamente se le conoce por sus manifestaciones funerarias a las que debe su nombre.

¹ Agradecemos la inestimable ayuda de Araceli Martín y Rafael Mora.

* "Servei d'Anàlisi Arqueològiques, Universitat Autònoma de Barcelona". Facultat de Letras. 08193. Bellaterra. España.

Hasta hace dos décadas era considerado como un grupo homogéneo que abarcaba la casi totalidad del territorio catalán, caracterizándose por la existencia de inhumaciones individuales en fosas excavadas en el subsuelo, recubiertas o no por losas, asociadas a un material arqueológico compuesto por cerámicas lisas y una industria lítica de talla laminar. El origen de este grupo se relacionaba con influencias foráneas de origen mediterráneo e incluso orientales (Ripoll, 1963; Muñoz, 1965), o bien como un *fenómeno sin raíces conocidas* (Llongueras, 1986).

En los últimos años se han ido descartando las tesis foráneas para dar paso a un reconocimiento de las aportaciones locales, sobretudo a partir de los años 70, en los que se individualizaron los grupos postcardiales. Las teorías actuales consideran a éstos como el substrato sobre el que se desarrollará el Neolítico Medio y en el que actuarán ciertas influencias de grupos coetáneos de zonas próximas, como el sur de Francia (Grupo Chassey) y norte de Italia (Cultura de los Vasos de Boca Cuadrada).

Será M. Cura (1973) quien cuestionará esta homogeneidad y reclamará para las fosas revestidas de losas (cistas) una facies diferenciada (Solsoniana) (Cura, 1975). Posteriormente se ha llegado a distinguir tres facies culturales asociadas a diferentes áreas geográficas y diferentes representaciones funerarias:

– Facies Vallesiana o Madurell (también llamada Sabadellense), caracterizada por enterramientos en fosa y que se extiende por las zonas bajas de la depresión prelitoral y zona litoral. (Martín y Miret, 1990)

– Facies Solsoniana caracterizada por enterramientos en cista, extendiéndose por las zonas de altiplanos del prepirineo y Pirineo. (Cura, 1973)

– Facies Empordanesa caracterizada por sepulcros de corredor, fosas y cistas, extendiéndose por el extremo noreste de Cataluña, en la zona del Empordà. (Martín y Tarrús, 1991)

Es la primera de estas facies la que puede identificarse plenamente con lo que hoy se conoce como grupo de los sepulcros de fosa. El yacimiento más representativo de esta facies cultural es la “Bòbila Madurell”, en el que se han localizado y excavado un total de más de 130 sepulturas adscritas cultural y cronológicamente a este periodo, lo que la convierte en la mayor necrópolis del Neolítico Medio catalán.

El yacimiento de la “Bòbila Madurell” está ubicado en el término municipal de Sant Quirze del Vallés (Vallés Occidental, Barcelona), entre los núcleos urbanos de Sabadell y Sant Quirze.

Ocupa un amplio paraje en el que se documentan restos arqueológicos pertenecientes a diferentes periodos desde el Neolítico Antiguo hasta época Alto Medieval. La construcción, en 1921, de la línea ferroviaria de los “Ferrocarrils

Catalans” puso al descubierto los primeros restos arqueológicos correspondientes a diferentes sepulturas de época neolítica, que fueron estudiados por el arqueólogo Vicenç Renom, quien prolongó sus estudios hasta 1947. La instalación, en 1931, de una bóvila propiedad del señor Madurell y la consiguiente extracción de arcillas para su uso industrial propició el descubrimiento de nuevas sepulturas, lo que convirtió al yacimiento en la mayor necrópolis neolítica de Cataluña documentada hasta entonces. A partir de este momento el yacimiento sería conocido con el nombre de “Bòbila Madurell”. En años posteriores, diferentes obras de infraestructura urbanística realizadas en los terrenos contiguos de este primer núcleo fueron poniendo al descubierto nuevos vestigios, al tiempo que provocaron diferentes intervenciones arqueológicas de urgencia². La última de estas campañas realizada en el Sector B³, los años 1991-92 concluyó los trabajos arqueológicos en este paraje. Durante esta campaña se localizaron y documentaron 67 fosas de uso doméstico, 2 estructuras de habitación y 32 fosas sepulcrales. Estas últimas son objeto de estudio de esta comunicación.

El grupo humano representado en estos 32 sepulcros ha sido estudiado por la Dra. Elisenda Vives, el análisis antropológico efectuado sobre los diferentes restos exhumados, le ha permitido identificar un total de 38 individuos, algunos de los cuales ínfimamente representados. Su división por sexo y edad es la siguiente:

- Infantiles (0-12 años): 12 individuos sin sexo determinado.
- Subadultos (12-18 años): 3 individuos sin sexo determinado.
- Adultos (20-39 años): 3 femeninos y 11 masculinos.
- Maduros (40-59 años): 1 femenino y 6 masculinos.
- Dos individuos de edad y sexo indeterminados.

La mayoría de las sepulturas presentaban el inhumado en conexión anatómica, orientado NE/SW, con la cabeza en el NE, excepto en un caso donde el inhumado estaba orientado N/S con la cabeza al Norte. La posición más habitual era la de decúbito supino con las piernas semiflexionadas y los pies en fase plantar o lateral. Las piernas habrían basculado por razones postdeposicionales

² La intervención de urgencia llevada a cabo los años 1991/92 fue realizada por un equipo de la “Universitat Autònoma” y financiada al 50% por los promotores de la obra y la “Generalitat de Catalunya”, a través del “Servei d’Arqueologia”, y un Plan de Ocupación, derivado de convenios INEM-“Generalitat” (“Departaments de Treball i Cultura”). Coordinaron los trabajos Araceli Martín, arqueóloga territorial del “Servei d’Arqueologia de la Generalitat”, y Rafael Mora, profesor titular de Prehistoria de la “Universitat Autònoma de Barcelona”.

³ El sector B queda limitado al Norte por la Avenida Arraona, que une los núcleos urbanos de Sant Quirze del Vallès y Sabadell, al Sur por la carretera comarcal C-1413 y la estación de los FF.CC. de Sant Quirze, al Este por la autopista A-18 y al Oeste por el núcleo urbano de Sant Quirze (Ver lámina I).

indistintamente a derecha o a izquierda, quedando la pelvis plana sobre la base de la estructura. En algunos casos las piernas habían quedado apoyadas contra la pared de la estructura. Los brazos estaban flexionados con las manos sobre el tronco, excepto en dos casos: en uno estaban estirados a lo largo del tronco y en otro, uno de los brazos estaba flexionado sobre si mismo.

Fuera de esta norma general encontramos dos enterramientos en sepulcros circulares en los que el inhumado se encontraba en posición lateral. Descansaban indistintamente sobre su lado izquierdo o derecho, con las piernas flexionadas en posición fetal arrinconados de espaldas al lateral de la fosa y orientados E/W.

En otros casos los restos del inhumado no aparecían en conexión anatómica, encontrándose de forma dispersa y en diferentes grados de conservación.

En algunas sepulturas, junto con el inhumado se ha determinado la presencia de fragmentos óseos pertenecientes a otros individuos. Este hecho nos hace pensar en una posible reutilización del sepulcro, y explicaría que en algunas estructuras domésticas se encontraran restos humanos.

La diversidad morfológica de los sepulcros contenedores de este grupo humano nos ha llevado a revisar la tipología establecida por la Dra. Ana M. Muñoz, a fin de poder sintetizar las nuevas morfologías aparecidas. Para establecer esta nueva tipología, ya expuesta anteriormente (Bordas et alii, 1993, en prensa), nos hemos basado en el trabajo realizado por la misma Dra. Muñoz (1965), y publicaciones de trabajos anteriores de la "Bòbila Madurell" (Alaminos et alii, 1991).

Se han establecido los siguientes tipos (Lam. II):

– Tipo 1. **Sepulcros rectangulares/ovalados simples.**

Este tipo quedaría subdividido en dos grupos según presenten cubierta o no de losas. El hecho de que en el momento de su localización se encontrara o no losa de cubierta no excluye la posibilidad de que existiera en su origen.

1.a. Sepulcros rectangulares/ovalados sin losa de cubierta.

Equivale al Tipo 1 de la Dra. Muñoz, que define como *simples fosas*. Sus dimensiones varían entre 105 y 190 cm. de eje máximo. Su profundidad, más uniforme, oscila entre los 50 y 70 cm. Los individuos inhumados en estas estructuras son de ambos sexos, quedando excluidos los individuos infantiles.

1.b. Sepulcros rectangulares/ovalados con losa de cubierta.

Equivale a los Tipos 2, 3 y 4 establecidos por la Dra. Muñoz que los define respectivamente como *fosas cubiertas por una o más losas*, *fosas cubiertas por un montón de piedras* y *fosa ovalada con banqueta*. Sus dimensiones

oscilan entre 140 y 180 cm. de eje máximo. Su profundidad es homogénea, alrededor de 80 cm. Alguno de estos sepulcros presentan una pequeña banqueta en su parte superior, cuya función sería la de soporte de la losa, que en algunos casos viene acompañada de pequeñas piedras de refuerzo. Los inhumados asociados a estas estructuras pertenecen al sexo masculino de edad adulta, a excepción de un individuo infantil.

– Tipo 2. **Sepulcros circulares.**

Sus dimensiones varían entre 85 y 170 cm de diámetro. Su profundidad oscila entre 15 y 30 cm; solo en un caso dentro del Sector B se ha documentado una profundidad mayor (90 cm), se han podido documentar profundidades mayores en otros sectores del mismo yacimiento. Los inhumados asociados a estos sepulcros corresponden a distintos sexos y a edades diversas.

– Tipo 3. **Estructura circular con sepulcro central.**

Se presentan con una estructura superior circular con un diámetro mayor a los 2 m., ésta puede estar o no cubierta con piedras. En el centro de esta estructura se abre un sepulcro de planta circular, sección de paredes convergentes y base plana. Su profundidad aproximada es de 1 m. Los restos humanos recuperados en estos enterramientos no estaban en conexión anatómica, siendo su conservación muy deficitaria, lo que impide establecer el sexo, la edad y la disposición de los inhumados.

– Tipo 4. **Estructura cuadrangular con sepulcro lateral.**

Se incluyen dentro de este tipo los enterramientos con una estructura superior cuadrangular, de unos 2 m. de lado, que presenta un sepulcro rectangular lateral (abierto en el lado N/NE en los casos estudiados) con la base plana y una profundidad alrededor de 1 m. A partir de la estructura interna del sepulcro podemos diferenciar dos subtipos:

– 4.a. **Sepulcro en forma de pozo rectangular con paredes rectas verticales.**

– 4.b. **Sepulcro en forma de pozo rectangular desarrollado en visera hacia el N/NE.**

No se han documentado inhumados femeninos en este tipo de sepulturas.

– Tipo 5. **Sepulcro ovalado con cámara inferior lateral absidal.**

Sepulcro ovalado de secciones muy irregulares, de 1, 30 m. de eje máximo y unos 50 cm. de profundidad. Desarrolla lateralmente una cámara inferior absidal de hasta 70 cm de profundidad, abierta hacia el Este unos 65 cm. En este tipo de sepulcro se localizó un adulto femenino.

– Tipo 6. **Sepulcro con acceso en rampa, losa vertical y cámara de tendencia circular.**

Este grupo corresponde al Tipo 8 de la Dra. Muñoz, que ella define como *fosa en forma de covacho con losa vertical*. El inhumado asociado a este tipo corresponde a un hombre de edad adulta.

Por último, encontramos un grupo de estructuras, que por su alto grado de destrucción no se han podido incluir en ningún grupo tipológico. Todas estas estructuras contenían un inhumado infantil, por lo que deducimos que se trataría de sepulcros pequeños y poco profundos.

DISTRIBUCION ESPACIAL DE LOS SEPULCROS

Las sepulturas excavadas durante las campañas de 1991/92 se localizaban en dos ámbitos diferentes. Un grupo de 13 inhumaciones concentrado en la zona Sur del área excavada y otro grupo de 17 agrupadas en la zona central. (Lam. I)

Entre ambas áreas dos ámbitos existen diferencias destacables en las tipologías de los sepulcros. La zona Sur presentaba mayor diversidad, quedando representados casi todos los grupos tipológicos antes mencionados. En cambio, en la zona central la homogeneidad era el rasgo más característico, respondiendo casi todos los sepulcros al tipo rectangular/ovalado simple con o sin losa. En esta zona también se documentó en dos casos el tipo de sepulcro circular y la estructura circular con sepulcro central. La división espacial de estos dos grupos y su diversidad tipológica podría responder a una diacronía temporal o bien a diferenciaciones socioeconómicas dentro del grupo pero la falta, por el momento, de dataciones absolutas no permite contrastar esta hipótesis.

La disposición de las sepulturas marca zonas de mucha densidad pero en ningún caso las encontramos superpuestas. Este hecho, junto a la reutilización de algunos sepulcros, ya mencionada anteriormente, nos permitiría hablar de la señalización de estas sepulturas.

CARACTERISTICAS DE LOS AJUARES

CERAMICA

La presencia de elementos cerámicos en las sepulturas no es uniforme. En gran parte de los sepulcros encontramos fragmentos de cerámica informes, y en algunos el elemento cerámico es inexistente. Solo en algunos casos los vasos están enteros, las características de los cuales describiremos a continuación (Lam. III):

– **Vasos de pequeñas dimensiones:**

– cuenco de borde exvasado, base ligeramente aplanada y asa tubular horizontal cerca del borde.

– vaso carenado (carena cerca de la base), borde exvasado y base cóncava. Asa tubular horizontal situada en la carena.

– copa esférica con la base ligeramente aplanada y asa tubular horizontal.

– **Vasos medianos:**

– vasos carenados, con la carena situada cerca de la base, y paredes divergentes con la base ligeramente cóncava. Asas tubulares o aplicaciones situadas en la carena.

– vasos carenados con la carena situada en la parte media del cuerpo de la pieza y prensión tubular horizontal en la carena.

– olla hemisférica, base cóncava y aplicaciones de lengüeta diametralmente opuestas situadas cerca del borde.

– Vasos de boca cuadrada, de paredes rectas y base ligeramente cóncava. Prensión tubular horizontal.

Dentro de este conjunto cerámico podemos encontrar elementos relacionados con cerámicas tipo Chassey y naturalmente con el grupo de los Vasos de Boca Cuadrada del Norte de Italia. Relacionado con el grupo Chassey encontramos una forma abierta, descrita anteriormente (copa esférica con asa tubular horizontal), aunque los mejores ejemplos no se dan en las estructuras funerarias, sino en las domésticas de este mismo periodo (copas i platos con incisiones internas). Los dos vasos de boca cuadrada encontrados durante estas campañas de la “Bòbila Madurell” tienen paralelos claros en las culturas del Norte de Italia (grupo de los Vasos de Boca Cuadrada situados cronológicamente en el Neolítico Medio, en un momento anterior a la cultura de la Lagozza). Los análisis de pastas cerámicas que se llevaran a cabo nos permitirán saber si se trata de copias locales de estas formas o bien si son elementos de intercambio. Las formas restantes están vincu-

ladas a los tipos característicos del grupo de Sepulcros de Fosa. Las formas cerámicas encontradas en las estructuras funerarias no difieren de las localizadas en estructuras domésticas, siendo todas ellas ejemplos de cerámicas lisas de formas carenadas, tulipiformes, hemisféricas, de paredes finas y cocción reductora que da lugar a colores oscuros. No obstante, hay que señalar que las asas de cinta, características de los sepulcros de fosa, no se documentan en los sepulcros pero sí en las estructuras domésticas de este mismo periodo.

INDUSTRIA OSEA

Encontramos representados punzones de diferentes tamaños, los más pequeños y gruesos sobre metápodos de animales y los más estrechos y alargados sobre costillas (Lam. IV). Por su localización en relación a los inhumados, los primeros posiblemente formarían parte del vestuario, mientras que los últimos estarían relacionados con el peinado. Otros elementos que aparecen son las espátulas y plaquetas perforadas, aunque en número inferior a los punzones. El análisis morfológico y tipológico aun no ha sido realizado por lo que no podemos aportar más información que los datos obtenidos a partir de la excavación de los sepulcros.

INDUSTRIA LITICA

Para el estudio de la industria lítica se ha utilizado el Sistema Lógico Analítico (Mora et alii 1992) que se fundamenta en los criterios analíticos establecidos por Laplace (Laplace, 1972). A pesar de tratarse de un método creado para industrias paleolíticas, su carácter analítico y dialéctico permite que sea utilizado en otros periodos, descartando el carácter cerrado de las listas tipo.

La industria lítica (137 objetos) que compone los ajuares está tallada mayoritariamente sobre sílex melado de procedencia no local. Las piezas sobre cuarzo, poco representativas (16), proceden de las tierras de relleno de los sepulcros, por lo que posiblemente correspondan a intrusiones.

La técnica de talla que se documenta es la laminar generando núcleos prismáticos o piramidales en los que se han realizado extracciones por presión, desarrollándose plataformas de talla lisas y con superficies de talla que ocupan la totalidad del plano en que se desarrolla y diametralmente opuestas. En la parte medial presentan una ligera inflexión que constantemente es reavivada para su sujeción. Sus dimensiones oscilan entre los 92x101x69 mm y los 34x47x33 mm (longitud, anchura y espesor). Algunos de estos núcleos presentan zonas reserva-

das de córtex y la mayoría no han sido agotados totalmente.

De los restantes objetos (129) que componen el ajuar lítico, 47 son BPF (Base Positiva Fragmentada) representadas por fragmentos de láminas, 44 BN2G (Base Negativa de 2 Generación) representadas por útiles retocados, 31 BP (Base Positiva) que corresponden a láminas y 7 BPI (Base Positiva Informe) que están asociados a los cuarzos. Los soportes varían desde los 8 a los 17 mm. con un predominio de la sección transversal trapezoidal y sección sagital recta o continúa.

La plataforma de percusión dominante es la no cortical, al igual que en las caras dorsales, no documentándose los productos de inicio de la talla. Los útiles retocados, todos sobre soporte laminar, se distribuyen en tres órdenes: Abruptos (30), Simples (8) y Planos (6). Dentro de los tipos primarios se observan dos grupos claramente diferenciados. En el primero encontramos las bitroncaduras (13), las raederas (7), las bipuntas de dorso (6), los foliaceos (6) y los abruptos continuos (5). En el segundo grupo con una representación menor encontramos los abruptos denticulados (3), las truncaduras (2), los denticulados (1) y las láminas de dorso truncadas (1) (ver gráfico pág. 7) (Lam. IV).

El análisis de esta industria refleja parte de la cadena operativa lítica, a excepción de los primeros desbastados y los restos de talla. Hay que destacar la procedencia no local del sílex melado (se cree que procedería de Provence - Francia-). Los núcleos asociados a los sepulcros presentan una escasa amortización y los soportes laminares corresponden a las extracciones no corticales.

Si comparamos esta industria con la localizada en las estructuras domésticas de este mismo periodo, apreciamos una diferencia significativa en la utilización de la materia prima. En estas últimas, el sílex melado es minoritario y sólo se localizan los núcleos en los sepulcros. El carácter foráneo de este material aportado posiblemente por intercambios, así como su alta calidad, nos permite hablar de un grupo humano con un concepto funerario complejo, en el que hallamos elementos de distinción.

INDUSTRIA PULIMENTADA

El estudio de la industria pulimentada se ha basado principalmente en diferentes variables que nos permiten distinguir los tipos de útiles. El método empleado se basa en el trabajo realizado por A. Bosch (Bosch, 1984) en el que propone las siguientes variables:

- INDICE LONGITUD/ANCHURA
- INDICE ANCHURA/ESPESOR

- SECCION SAGITAL: simétrica, asimétrica
- SECCION TRANSVERSAL: oval/rectangular, rectangular
- FILO:- EJE/FILO: perpendicular, oblicuo
- FORMA: convexo, plano/convexo

Según estas variables podemos distinguir 5 tipos:

- Hachas: presentan desgaste en las dos caras (simétricas) con un índice L/A entre 1, 5 y 2, 5 cm. y con un índice A/E entre 1, 5 y 2, 5 cm. Las otras variables no son significativas. En los sepulcros estudiados se han documentado 4 piezas de este tipo.

- Azadas: presentan desgaste por una sola cara (asimétricas) con un índice L/A entre 1, 5 y 2, 5 cm y con un índice A/E entre 1 y 2 cm. Las otras variables no son significativas. Se ha documentado una sola pieza en los sepulcros.

- Azuela: presentan una sección sagital asimétrica igual que las azadas, pero sus dimensiones son menores (L/A entre -1 y 1, 5 cm; A/E entre 2 y 2, 5 cm). El numero de azuelas documentadas es de 3.

- Formón: sección sagital asimétrica al igual que las azadas, pero con un índice de longitud mayor (más de 2, 5 cm.). Se ha documentado un solo resto.

- Reja: sección sagital simétrica igual que las hachas pero de dimensiones mayores. En los sepulcros estudiados no se ha documentado ningún ejemplar de este tipo.

La materia prima utilizada para este tipo de útil es diversa y de distinta procedencia. El análisis de láminas delgadas permitirá la identificación de estos materiales y su procedencia.

MACROUTILLAJE

Sólo en algunos casos se ha podido documentar la presencia de molinos de mano en los sepulcros. Se presentan sobre soporte de arenisca y rocas metamórficas indeterminadas, de planta elipsoidal, sección sagital y transversal, elipsoidal y aquillada respectivamente. La superficie activa es recta diferenciándose de los molinos documentados en las estructuras domésticas en las que es cóncava, fruto de la amortización, por lo que consideramos que en el primer caso se trataría de molinos utilizados como ajuar funerario, representando, posiblemente, una actividad económica.

ELEMENTOS DE ORNAMENTACION

Los objetos de ornamentación representados son las cuentas de variscita o esteatita y los moluscos marinos. La tipología de estas cuentas varía entre las discoidales y las tuneliformes, encontrando entre ellas diferentes tamaños. Éstas, se encuentran formando parte de collares o bien de forma dispersa. El número de cuentas documentadas en los diferentes sepulcros va desde un solo ejemplar a las 63, localizadas en un enterramiento infantil. Los moluscos marinos están representados principalmente por conchas pertenecientes a la especie *Glycymeris* y *Dentalium Sp.* De esta última especie encontramos un conjunto de 21 formando parte de un collar perteneciente a un individuo infantil. En el primer caso, se pueden encontrar perforadas de forma natural o por abrasión.

La importancia de estos objetos de adorno viene dada por lo que suponen de intercambios con otras zonas. Las explotaciones mineras neolíticas de Can Tintorer (Gavà, Baix Llobregat) son el centro de explotación y de intercambio de la variscita utilizada para los objetos de adorno encontrados en los ajuares. Esta materia prima sería un preciado producto de intercambio entre estas comunidades neolíticas, y en cierto modo representaría el grado de complejidad socioeconómica y cultural que habían alcanzado (Edo et alii, 1992). Los moluscos marinos mostrarían las relaciones de estas comunidades emplazadas en la depresión pre-litoral catalana con las zonas costeras.

DISTRIBUCION INTERNA DE LOS AJUARES

La mayoría de los enterramientos iban acompañados por un ajuar compuesto por industria lítica y ósea, cerámica y objetos de adorno. En algunos casos la composición del ajuar varía, quedando excluido alguno de estos elementos. La disposición interna de éstos en relación con el inhumado podría ser un rasgo significativo del ritual de inhumación⁴.

La industria lítica nunca aparece en las extremidades inferiores. La industria ósea, en cambio, la encontramos siempre en la zona del tronco y el cráneo, haciendo pensar en una parte de la vestimenta o tocado del peinado. En esta misma zona se sitúan otros elementos de adorno como las cuentas de collar o los moluscos, encontrando alguno de ellos claramente alrededor del cuello.

La disposición de la cerámica, refiriéndonos siempre a recipientes enteros, establece dos grupos dentro del conjunto estudiado. Los sepulcros situados en el

⁴ Los datos utilizados sólo hacen referencia a los sepulcros donde el inhumado se encuentra en conexión anatómica (Lam. I).

extremo sur del área excavada presentan los vasos cerámicos a la derecha del inhumado, en cambio, en la zona central los recipientes cerámicos se encuentran en el lado izquierdo del inhumado.

APUNTES SOBRE LA DIFERENCIACION SEXUAL Y SOCIOECONOMICA DEL GRUPO

Somos conscientes que el numero de sepulcros estudiados representa una parte del total hallados en la "Bòbila Madurell". Los resultados que se obtengan de este trabajo tendrán que ser contrastados con el resto del conjunto.

Para llevar a cabo este estudio hemos utilizado el análisis multivariante de presencia/ausencia que nos permite trabajar con diversas variables dando a cada una de ellas el mismo peso a nivel de X^2 sin dar importancia a la frecuencia absoluta. La composición de los ajuares en relación con los individuos nos ha permitido evidenciar una serie de características:

– diferencias entre el ajuar masculino y el femenino. Ciertos elementos nunca aparecen asociados a las mujeres, así los núcleos de sílex, la industria pulimentada, los geométricos y las puntas de flecha los encontramos siempre formando parte del ajuar de los individuos masculinos e infantiles. Las diferentes tipologías de la industria pulimentada no parecen estar relacionadas con las distintas edades. En las inhumaciones femeninas los únicos útiles retocados representados son las raederas. También se les asocia los vasos cerámicos pequeños, aunque éstos los podemos encontrar en algunos inhumados masculinos. Los vasos medianos se encuentran asociados a individuos masculinos e infantiles.

– diferencias entre los individuos masculinos según la composición de sus ajuares. Los núcleos de sílex, las puntas de flecha, los geométricos y la industria pulimentada no se documentan en todos los casos, encontrando inhumaciones masculinas muy pobres.

– diferencias de los individuos infantiles respecto al resto del grupo: se caracterizan por su asociación con los elementos de adorno, sobretudo los collares, aunque los podemos encontrar, también, en individuos adultos de ambos sexos. Entre los individuos infantiles también existen diferencias en la composición de sus ajuares, encontrando niños con un ajuar muy rico, incluso más ricos que los de algunos adultos, y otros en los que el ajuar es prácticamente inexistente.

– el macroutillaje representado por los molinos barquiformes, estrechamente relacionados con la agricultura, se asocian a individuos masculinos e infantiles.

Estos datos muestran las diferencias dentro del grupo humano, atribuyendo un ajuar determinado en función de edad y sexo. Este hecho nos hace pensar que

estamos ante un grupo con una estructura social compleja. Se constata la presencia de una división sexual del trabajo y el desarrollo de una jerarquización social.

CONCLUSIONES

La información aportada en esta última campaña nos ha permitido una visión amplia del conjunto funerario de la "Bòbila Madurell", aunque debemos tener en cuenta que todos los datos que se obtengan de los estudios que se están llevando a cabo tendrán que ampliarse con los datos de campañas anteriores.

El conjunto estudiado representa una diversidad de formas constructivas, así como diferencias significativas en los ajuares. Es esta diversidad la que nos permitirá un estudio del fenómeno Sepulcros de Fosa del Neolítico Medio Catalán, así como su contextualización en el periodo y su relación con los grupos coetáneos citados anteriormente (Solsonés, Empordanés, Sudeste francés y Norte de Italia).

Desde el punto de vista arquitectónico tenemos representados tipos morfológicamente distintos siguiendo una misma idea constructiva: sepulcro excavado. Esta diversidad morfológica podría deberse a una evolución en la arquitectura funeraria de este momento, o bien tratarse de formas diversas utilizadas sincrónicamente. Las dataciones absolutas que se puedan llevar a cabo, ayudarán a situar cronológicamente este conjunto, así como sus posibles variaciones.

La diversidad documentada en los ajuares nos muestra diferencias significativas dentro del grupo. La composición de los ajuares: cerámica, industria lítica, industria ósea, objetos de adorno no es homogénea, no pudiendo considerar un ajuar "típico". Lo que se había considerado el ajuar típico de los Sepulcros de Fosa (cerámica, núcleos de sílex, láminas de sílex, hachas, collares de variscita...) solo lo encontramos en un sepulcro que ha sido considerado el más "rico" del grupo. Las diferencias de los ajuares según el sexo y la edad, así como entre individuos del mismo sexo y grupo de edad, ponen de manifiesto una comunidad socialmente compleja, con una división sexual importante y una jerarquización social establecida; dejando atrás la idea de igualdad defendida por Ana M^a Muñoz (1965) y corroborando lo que ya se había documentado en campañas anteriores sobre la diferenciación en el tratamiento funerario de los individuos infantiles (Martín, 1990) (Mercadal; Vives, 1991).

Los elementos que habían servido para diferenciar los distintos grupos culturales dentro del Neolítico Medio Catalán: la forma constructiva y los elementos cerámicos de los ajuares deben tenerse en cuenta, pero sin olvidar que los vasos cerámicos no quedan representados en la totalidad de los sepulcros, siendo éstos un elemento de diferenciación.

Así pues, dentro de lo que llamamos Sepulcros de Fosa encontramos ajuares

con paralelos claros con los de facies solsoniana, así como con los del grupo Chassey, siendo sus conjuntos líticos muy similares (puntas, geométricos, foliáceos...). Por consiguiente se pueden establecer grupos diferenciados según sus formas constructivas, pero las características de sus ajuares, más que alejarlos los acercan.

¿Se podrían establecer unas características propias del grupo de Sepulcros de Fosa? Tendríamos que afirmar que se trata de una forma constructiva basada en la excavación del sepulcro en el subsuelo, que puede adoptar formas diversas, pero en ningún caso estarían totalmente revestidas por losas, diferenciándolo de la facies Solsoniana y Empordanesa. Respecto a los ajuares podríamos distinguir los que contienen vasos cerámicos y los que no. Los primeros con una cerámica típica de los sepulcros de Fosa, algunas influencias foránicas como los vasos de Boca Cuadrada y algún elemento Chassey; conjuntos líticos de láminas, puntas de flecha, hachas... y elementos de adorno compuestos por cuentas de variscita y moluscos marinos (pudiendo estos ajuares variar en su composición), y los segundos compuestos por industria lítica y elementos ornamentales. Debe tenerse en cuenta que nos enfrentamos ante un grupo complejo y el mayor conocimiento de sus rituales, es decir, de los elementos repetitivos reflejados ante sus muertos, nos ayudará a conocer al grupo desde los puntos de vista socioeconómico y cultural.

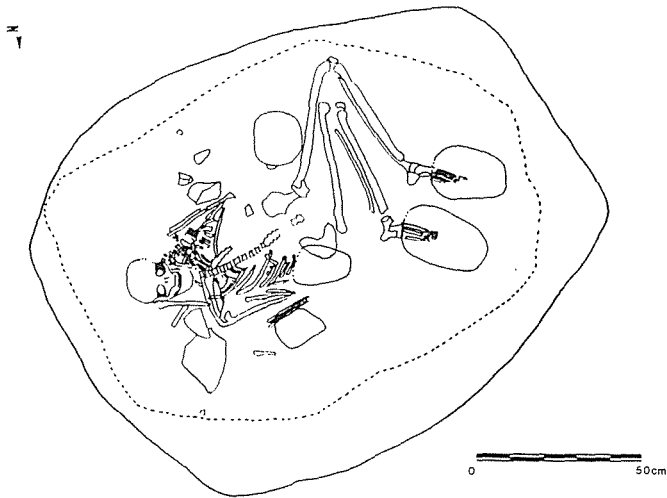
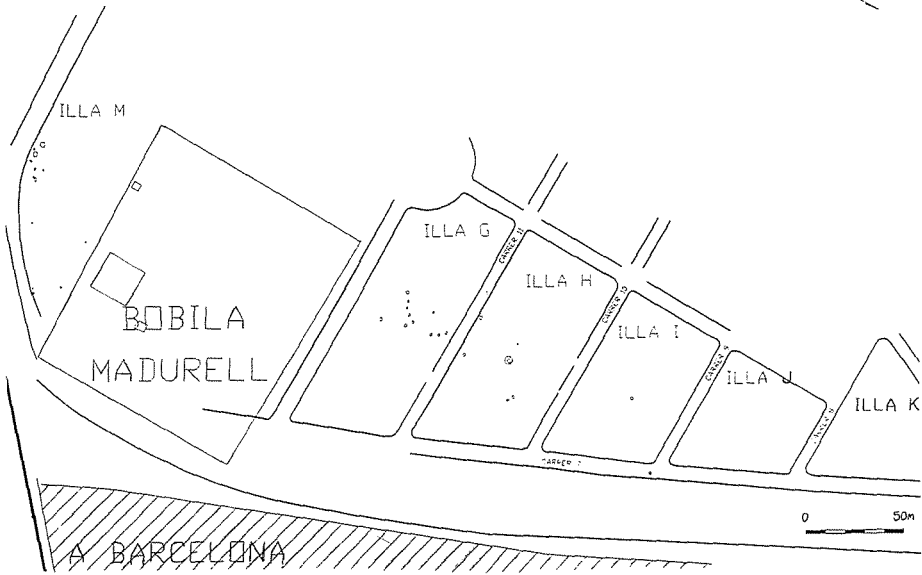
La posibilidad de efectuar futuras dataciones absolutas que nos situarán cronológicamente el conjunto de sepulcros, nos permitirá un mayor conocimiento de su desarrollo, así como su contextualización y relación con los grupos diferenciados dentro del territorio catalán y el Mediterráneo occidental.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., (1981), *El Neolític a Catalunya. Taula Rodona de Montserrat, Maig 1980*. Publicacions de l'Abadia de Montserrat.
- ALAMINOS, A; BLANCH, R.M.; LAZARO, P., (1991), *Bòbila Madurell. Su contribución al Neolítico Medio en Cataluña*, en "Revista de arqueología" nº 128, Madrid.
- ARNAL, G.B., (1989), *Céramique et céramologie du Néolithique de la France Méditerranéenne*. Mémoire n.V du Centre de Recherche Archéologique du Haut-Languedoc.
- BARCELO, J.A., (1990), *La arqueología y el estudio de los ritos funerarios: métodos matemáticos de análisis*, en "Zephyrus" XLIII, Ediciones de la Universidad de Salamanca, pp.181-187.
- BORDAS, A.; DIAZ, J.; POU, R.; PARPAL, A.; MARTIN, A., (en prensa), *Excavacions arqueològiques 1991/92 a la Bòbila Madurell-Mas Duran (Sant Quirze del Vallès, Vallès Occidental)*, en "Tribuna d'Arqueologia", 1993.
- BOSCH, A., (1984), *Les destrals polides del nord de Catalunya: tipologia i petrologia*, en "Fonaments n.4", Barcelona, pp.221-245.
- CANALS, A; MERCADAL, O.; RIBÉ, G., (1988), *El complex arqueològic "Bòbila Madurell-Serrat de Can Feu": Història de la investigació (1921-1987)*, en "Arraona"

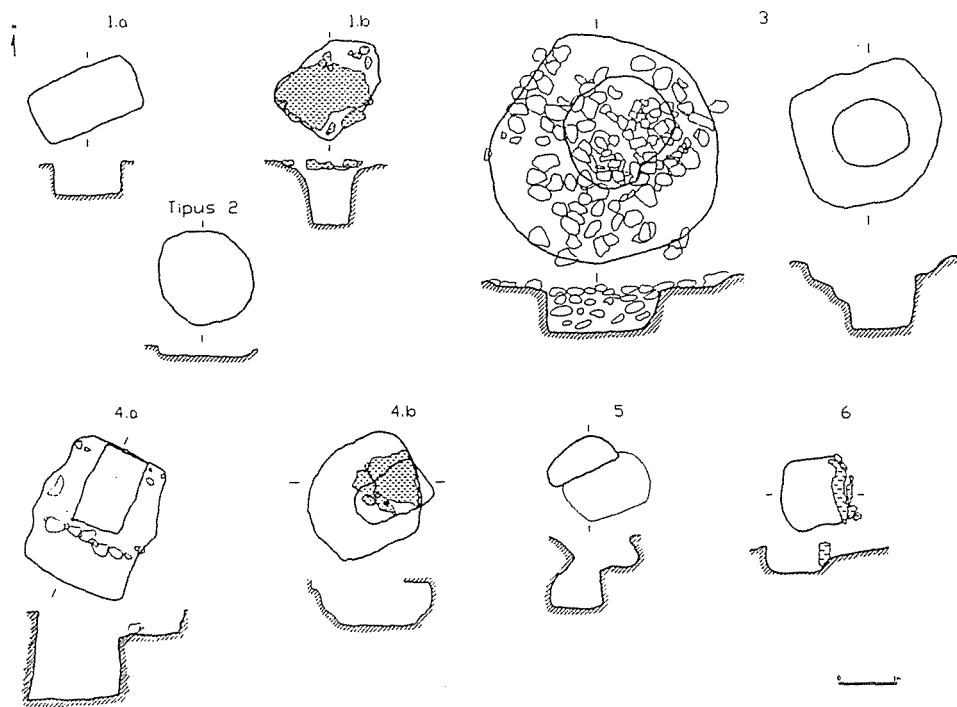
- nº 2, Sabadell, pp. 9-26.
- CASTANY, J.; SANCHEZ, E.; GUERRERO, LL.A.; MORA, R.; VILA, G., (1990), *El Berguedà: de la Prehistòria a l'Antiguitat*. Llibres de l'àmbit, Berga.
- CASTANY, J., (1992), *Arquitectura i rituals als sepulcres neolítics del Solsonès* en "Gala" n.1, Sant Feliu de Codines, pp.71-77.
- CIBOIS, Ph., (1984), *L'analyse des données en sociologie*. Presses Universitaires de France. París.
- CURA, M., (1975), *Consideraciones sobre los enterramientos en cistas neolíticas y su evolución posterior en Cataluña*, en C.N.A. XIII, Huelva, 1973, Zaragoza, pp 279-289.
- EDO, M.; VILLALBA, M.J.; BLASCO, A., (1992), *Can Tintorer. Procedència i distribució de la cal.laïta catalana*, en "Estat de la investigació del Neolític a Catalunya", 9. Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà, Institut d'Estudis Ceretans, pp.203-206.
- LLONGUERAS, M.; PETIT, M.A; MARCET, R., (1979), *Recientes excavaciones en la Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona)*, en "XV C.N.A." Lugo, 1977, Zaragoza, pp. 253-264.
- LLONGUERAS, M.; PETIT, M.A; MARCET, R., (1980), *Nouvelles fouilles sur le site de la Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona)*, en "Le groupe de Véraza et la fin des temps neolithiques dans le sud de la France et la Catalogne". Narbona, 1977, París, pp 151-153.
- LLONGUERAS, M.; MARCET, R; PETIT, M.A.; GUILAINE, J.; THOMMERET, Y., (1979-80), *Noves dates de C14 a Catalunya. La Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona)*, "Ampurias" nº 41-42, Barcelona, pp. 352-354.
- LLONGUERAS, M.; MARCET, R; PETIT, M.A., (1981), *Excavacions de jaciments neolítics a la Bòbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona)*, en "El Neolític a Catalunya. Taula Rodona de Montserrat" 1980, Montserrat, pp. 188-190.
- LLONGUERAS, M.; MARCET, R.; PETIT, M.A., (1981), *Ceràmica tipus "Chassey" a Catalunya* en "El Neolític a Catalunya. Taula Rodona de Montserrat" 1980, Montserrat, pp. 185-193.
- LLONGUERAS, M.; MARCET, R.; PETIT, M.A., (1982), *Bòbila Madurell, Sant Quirze del Vallès*, en "Les excavacions arqueològiques a Catalunya en els darrers anys", Excavacions arqueològiques a Catalunya nº 1, Barcelona, pp. 85-87.
- LLONGUERAS, M.; MARCET, R.; PETIT, M.A., (1986), *La cultura catalana de los Sepulcros de Fosa y su relación con el Chasseense*, en "Le Néolithique de la France. Hommage à G. Bailloud", París, pp. 251-258.
- MALUQUER, J., (1950), *La cultura neolítica del Vallès en el marco de la Prehistòria del Occidente Mediterràneo*, en "Arraona" nº 1-2, Sabadell, pp. 61-75.
- MARTIN, A., (1985), *De la cultura de los "Sepulcros de Fosa" al grupo de "Veraza" en el Vallès*, en "Estudios de la Antigüedad" nº 2, Bellaterra, pp. 3-57.
- MARTIN, A.; MIRET, J.; BLANCH, R.M.; ALIAGA, S.; ENRICH, R.; COLOMER, S.; ALBIZURI, S; BOSCH, J., (1988), *Campanya d'excavacions arqueològiques 1987-1988 al jaciment de la Bòbila Madurell-Can Feu (Sant Quirze del Vallès, Vallès Occidental)* en "Arraona" nº 3, Sabadell, pp. 9-23.
- MARTIN, A., (1990), *El Neolític i el Calcolític al Vallès*, en "Limes" n.0, Publicacions del CRAC, Cerdanyola.
- MARTIN, A.; TARRUS, J., (1991), *Les groupes de l'horizon Néolithiques Moyen catalan et ses rapports avec le Chasséen*, en "Identité du Chasséen, Actes du Colloque

- International de Nemours 1989”, Mémoires du Musée de Préhistoire d’Ile-de-France n° 4, pp 81-90.
- MARTIN, A., (1992a), *La economía de producción a lo largo del Neolítico en Cataluña*, en “Elefantes, Ciervos y Ovicaprios” Universidad de Cantabria, pp. 203-227.
- MARTIN, A., (1992b), *El Neolític Mitjà Ple: nova estratègia d’organització social i econòmica*, en “Estat de la investigació sobre el Neolític a Catalunya”, 9è Col.loqui Internacional d’arqueologia de Puigcerdà. Institut d’ Estudis Ceretans, pp 164-166.
- MERCADAL, O.; VIVES, E., (1992), *Noves dades sobre el ritual d’enterrament al Neolític Mitjà: l’exemple de la Bòbila Madurell*, en “Estat de la investigació sobre el Neolític a Catalunya”, 9è Col.loqui Internacional d’arqueologia de Puigcerdà. Institut d’ Estudis Ceretans, pp 157-163.
- MOLIST, M., (1992), *El Neolític Mitjà a Catalunya: estat del coneixement, debats i preguntes a inicis dels anys 90*, en “Estat de la investigació sobre el Neolític a Catalunya”, 9è Col.loqui Internacional d’arqueologia de Puigcerdà. Institut d’ Estudis Ceretans, pp 157-163.
- MORA, R.; MARTINEZ, J.; TERRADAS, X. (1992), *Un proyecto de análisis: el Sistema Lógico Analítico (SLA)* en Treballs d’Arqueologia, 1. Tecnología y cadenas operativas líticas. Bellaterra, pp. 173-199.
- MUÑOZ, A.M., (1965), *La cultura neolítica catalana de los Sepulcros de Fosa*. Instituto de Arqueología y Prehistoria. Universitat de Barcelona. Publicaciones eventuales n° 9. Barcelona.
- RIPOLL, E.; LLONGUERAS, M., (1963), *La cultura neolítica de los Sepulcros de Fosa en Cataluña*, “Ampurias” n° XXV, Barcelona, pp. 1-90.
- SERRA-RÀFOLS, J.de C., (1947), *La exploración de la necrópolis neolítica de la Bòbila Madurell en Sant Quirze de Galliners*, en “Museo de la Ciudad de Sabadell” n° III, pp. 57-75.
- VAQUER, J., (1985), *La ceramique chasséenne du Languedoc*, Laboratoire de Préhistoire et de Palethnologie, Carcassonne.

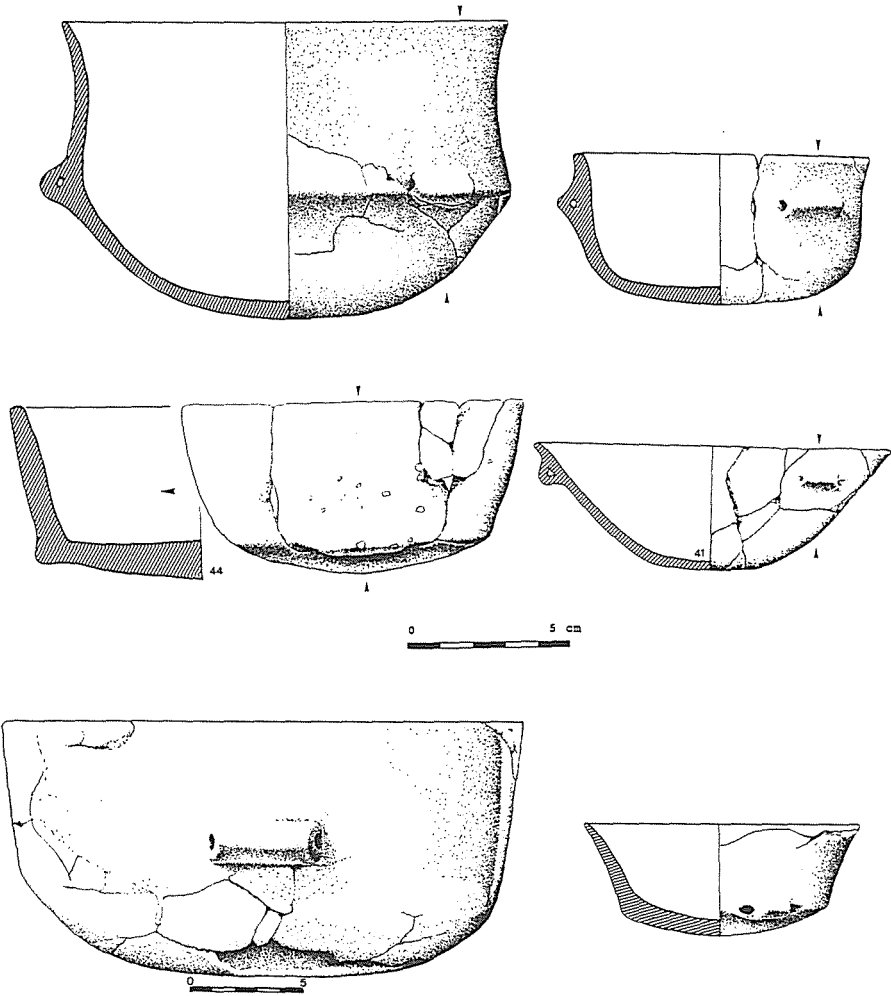


Distribución de los sepulcros. Campañas 1991/92. Sepulcro rectangular/ovalado (Tipo 1.a) (Diseño gráfico A. Parpal). Inhumado, ajuar (Dibujo J. Villafruela).

Est. II

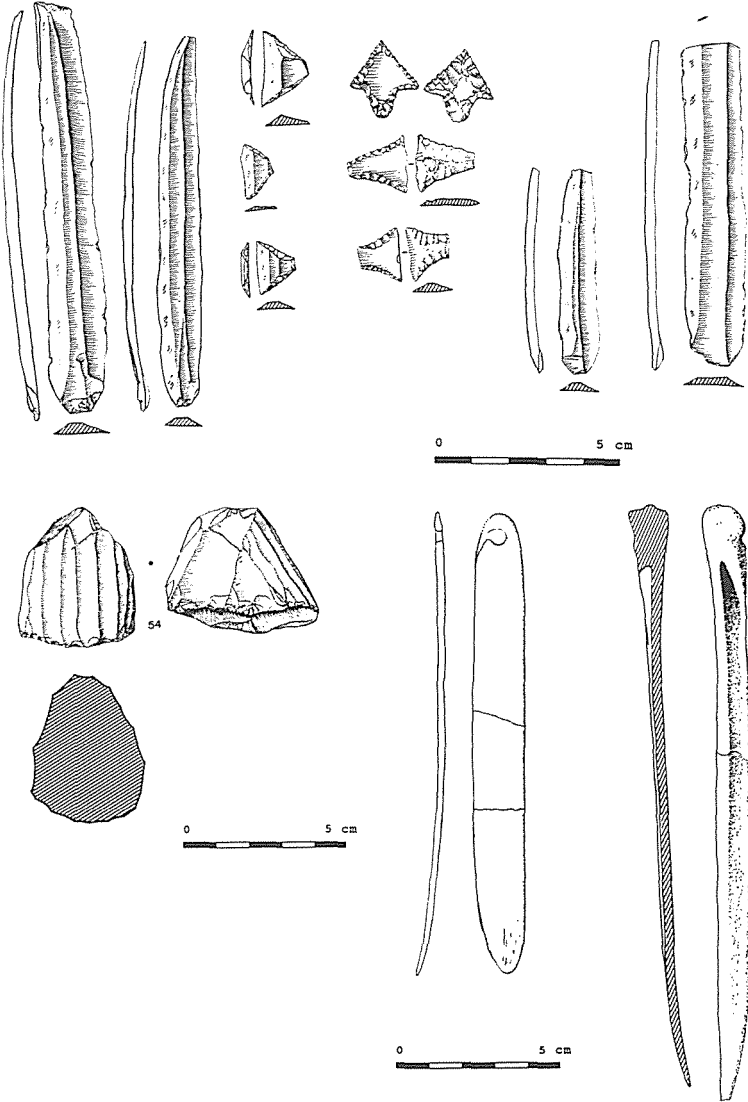


Tipología de las sepulturas (Diseño gráfico A. Parpal).



Elementos cerámicos de los ajuares (Dibujos J. Ariza).

Est. IV



Industria lítica y ósea representada en los distintos ajuares (Dibujos J. Ariza).

LA RELACION HOMBRE/ESPACIO EN EL HORIZONTE MEGALITICO DE LA LORA, BURGOS

por

Manuel Angel Rojo Guerra*

Resumen: Con relativa frecuencia se considera la tumba megalítica como un tipo de yacimiento en tomo al cual se articula toda la existencia de las poblaciones responsables de su construcción, olvidando que son un tipo específico de evidencia material de dichas poblaciones: una tumba, y como tal, deben reflejar sólo una faceta de la sociedad o del pensamiento.

Las razones que han contribuido a ello son de diversa índole: la ausencia de asentamientos de cierta entidad que puedan relacionarse con los responsables de las construcciones monumentales, pese a que se van conociendo algunos datos, no muy concluyentes todavía, tanto en Galicia como en el Centro de la Meseta Norte; los trabajos de prestigiosos investigadores que ante la falta de las evidencias antes mencionadas y de la mano de análisis tomados de la geografía, realizaron estudios territoriales considerando los monumentos megalíticos como hitos o delimitadores territoriales de distintas sociedades y, por último, la propia distribución de las tumbas que, en casos concretos (Galicia, Arran, Rousay), parecen presidir espacios perfectamente individualizados y con una entidad "per se" desde puntos de vista estratégicos y, quizás, económicos.

En cualquier caso, hay un hecho evidente y es que el megalito es la primera huella humana visible y perdurable, lo que ha originado multitud de análisis y consideraciones subrayando la importancia que se debe dar a la relación entre los monumentos y el paisaje. Pero tampoco debemos ocultar que esta misma situación geográfica puede ser reflejo de otros indicadores: miedo ancestral a la muerte lo que favorece el alejamiento de las necrópolis de los poblados y su situación en lugares señalados, diferentes organizaciones sociales (aislamiento o agrupación de tumbas), e incluso, diversidad de situaciones socioeconómicas.

Estas cuestiones previas presidirán la línea argumental del presente trabajo que tratará de descender y concretar a nivel práctico, en la Lora Burgalesa, la expresión de carácter espacial y monumental del megalitismo atendiendo a los diferentes aspectos ("oposiciones" en terminología de nuestros colegas galegos) que se contemplan en la tumba: distribución espacial, asentamiento a nivel local, monumento, espacio y arquitectura, y monumentalidad interior (ajuar).

Palabras-clave: Megalitismo. Paisaje. Arquitectura.

Hace unos años (1990) realizamos una primera aproximación a la distribución general de los megalitos en La Lora Burgalesa tratando de explicar el emplazamiento de los mismos desde una óptica meramente descriptiva en la que se

* Colegio Universitario de Soria — Universidad de Valladolid.

computaban toda una serie de variables (condiciones edafológicas, litológicas e hidrológicas del terreno, situación topográfica, dominio territorial según visibilidades...) que nos conducían al establecimiento de dos modelos que definíamos como “sepulcros en culminación de páramo” y “sepulcros en valle alto” (remitimos a este trabajo para las observaciones y descripción geográfica del paisaje de la comarca burgalesa de La Lora).

Desde entonces, no sólo contamos con nuevos datos en cuanto a número de yacimientos y su distribución, sino que existe también un bagaje teórico más importante que nos ayuda a plantear nuevas propuestas de interpretación y enfoques más profundos en relación con los datos descriptivos que poseemos. En este sentido no oculto mi atracción y admiración por los trabajos y planteamientos teóricos de nuestros colegas gallegos que, con cierta asiduidad, irrumpen en la bibliografía científica con conceptos novedosos y peculiares que obligan a considerar el megalitismo desde una óptica diferente y globalizadora (Criado Boado, 1989; Criado y Fábregas, 1989; Vaquero Lastres, 1989; Criado, Fábregas y Vaquero, 1990-91).

De este modo, conjugando los nuevos datos de La Lora con este tipo de enfoques, intentaremos escudriñar en el carácter espacial del megalitismo y en su valor simbólico en función de una serie de variantes -“oposiciones”- que se interrelacionan y que, en definitiva, configuran el monumento en su conjunto, creando una monumentalidad perseguida, muy posiblemente, por las sociedades responsables de su construcción.

Este enfoque implica la asunción de un doble riesgo: de una parte la concepción global del fenómeno megalítico huyendo de cualquier intento de clasificación o seriación de los monumentos, tanto desde el punto de vista arquitectónico como cronológico, en aras a concebir el megalitismo como un fenómeno social que trasciende los particularismos. Sin embargo, no habría que desechar la posibilidad- y de ahí el riesgo- de que tanto el carácter monumental como el simbólico de una tumba varíe o haya variado a lo largo del tiempo, y por ello, determinadas pautas que se observan podrían ser explicadas desde un punto de vista cronológico.

De otra, la propia consideración de la tumba como un todo, es decir, un yacimiento que se convierte en el centro de la actividad de un determinado grupo social y no como lo que en realidad es, un tipo específico de yacimiento que refleja, por tanto, sólo una faceta del pensamiento de la sociedad megalítica. Esta concepción de la tumba como un todo se hace a veces ineludible y en ello influyen varios factores:

1.- La ausencia de asentamientos de cierta entidad que puedan relacionarse inequívocamente con los responsables de las construcciones monumentales. Como decía Delibes (1991), hallar los hábitats será el reto de la investigación en los

próximos años, aunque, con distinto éxito se viene intentando desde hace tiempo en Galicia (Peña Santos, 1984 a y b), en el centro de la Meseta (Zapatero, 1991) y Portugal (Jorge, S. 1991).

2.- Los trabajos de prestigiosos investigadores (Renfrew, 1976; Fleming, 1973) que de la mano de análisis tomados de la geografía y aplicando técnicas de Análisis de Captación de Recursos (Higgs y Vita-Finzi, 1970) para reconstrucciones paleoambientales, realizaron estudios territoriales de algunos conjuntos megalíticos, llegando a considerar cada tumba como un hito delimitador del espacio vital de las distintas sociedades constructoras. Muchos trabajos posteriores siguen esta línea y al desconocerse, como hemos dicho, los hábitats megalíticos, el propio monumento se convierte en referencia de su entorno con vistas a evaluar la distribución de recursos en el mismo, para llegar a conclusiones fundamentalmente económicas y sociales (Cara Barrionuevo y Rodríguez López, 1984; Bello Dieguez et alii, 1982 y 1985; De Carlos, 1988).

3.- La propia distribución de las tumbas y su relación con el espacio o relieve. En aquellos casos en que ha sido estudiada, la situación de los dólmenes no parece aleatoria sino que guarda unas determinadas pautas en relación con ciertos recursos o situaciones estratégicas. Así, por ejemplo en la isla de Arran en Escocia o en Rousay (Islas Orcadas) los 18 y 13 monumentos que respectivamente existían en cada isla parecen estar en relación con los únicos terrenos disponibles para una utilización agrícola (Renfrew, 1986, 118) y que todavía en el siglo XIX definían explotaciones agrarias. En Galicia, se afirma que los megalitos se sitúan en zonas de gran visibilidad y en las orlas de relieve más elevado (tierras altas) que rodean a las zonas aptas para el asentamiento humano y para una explotación mixta agro/pastoril (suelos ligeros, cerealeros y fáciles de trabajar) basada en el sistema de rozas (Bello et alii, 1982 y 1985; Criado, 1988 y 1989). Recientemente se han dado otras explicaciones sumamente sugerentes en cuanto a la ubicación de ciertos túmulos y su relación con zonas o áreas de tránsito entre diferentes comarcas gallegas (Vaquero Lastres, 1988; Criado et alii, 1990-91).

Algunas consideraciones similares pueden desprenderse de los trabajos llevados a cabo en la sierra de Aboboreira en Portugal donde resulta interesante observar en el plano de la "serra" (Cruz, 1980) cómo la distribución de las mámoas se dispone a lo largo de la vía de acceso, situándose, a escala más restringida, en superficies aplanadas, en "Chas" o pequeños "outeiros" bien destacados en el paisaje y en zonas aptas para una agricultura de rozas (Jorge, V. 1984). En el País Vasco, varios investigadores observaron cómo los dólmenes se situaban en zonas de gran visibilidad (Mujica y Peñalver, 1987, 14) o a lo largo de vías de comunicación (Vegas Aramburu, 1984, 82). Todas estas apreciaciones podrían hacerse extensivas a las tierras del interior en donde los monumentos según han señalado recientemente Delibes y otros (1992) tienden a situarse en lugares abiertos

y de amplios horizontes, aún cuando no exista uniformidad ubicacional variando ésta en función de cada unidad paisajística; así, en el sector de penillanuras ocupan el “fondo del valle” (Delibes y Santonja, 1986, 136), en la zona central, los bordes de las terrazas fluviales (Delibes et alii, 1987) y en las estribaciones montañosas del sector oriental se reconocerían “auténticos emplazamientos en altura” (Rojo Guerra, 1990; Rojo et alii, 1992, 178).

Al margen de estas constataciones empíricas que por sí sólo hablan de la peculiaridad de la localización de los megalitos en el paisaje, habría que resaltar la importancia que tácitamente nosotros otorgamos a esta relación con el medio físico cuando consideramos zonas apropiadas para su implantación en, por ejemplo, zonas elevadas, de montaña o sus estribaciones frente a zonas llanas, valles o tierras abiertas de amplios horizontes. Aunque estas impresiones puedan ser más o menos ciertas, debemos reconocer, como hemos puesto de manifiesto recientemente (Delibes et alii, 1992) en la Meseta Superior, que la distribución megalítica es bastante general y homogénea aunque a menor escala guarde las pautas que, por zonas, acabamos de referir. Tampoco debemos olvidar que esa misma situación geográfica puede ser reflejo de otros indicadores todavía no suficientemente ponderados como son un miedo ancestral a la muerte, lo que hace alejar las sepulturas de los poblados y situarlas en zonas elevadas y abiertas, organizaciones sociales diferentes en relación con el tamaño, las agrupaciones o el aislamiento de tumbas, e incluso, reflejo de situaciones socioeconómicas diversas en relación con los diferentes aprovechamientos específicos de cada entorno.

MONUMENTOS EN EL PAISAJE

Por encima de todas estas consideraciones permanece el hecho de que el megalito es la primera huella humana visible y perdurable sobre el paisaje. Una huella que se relaciona, en determinadas zonas, con la escasez de espacio disponible a raíz del advenimiento de un sistema productivo basado en la agricultura de colonización (Sherrat, 1990) y la necesidad, por consiguiente, de delimitar o señalar de alguna manera el control de unos recursos escasos. Explicación que, si bien se considera atrayente para determinados focos megalíticos de importancia (Armórica) no parece extensible al resto de áreas de implantación del fenómeno, al no darse esa circunstancia de colonización. En su lugar la explicación se centra en el surgimiento de otro modelo agrícola denominado de “**Tala y quema**” que llevaría consigo un hábitat en pequeñas comunidades autónomas dispersas en pequeñas aldeas. Este modelo parece corroborarse en Galicia no sólo por la propia distribución de las tumbas, sino también por la presencia en los diagramas polínicos de especies sintrópicas (Bello et alii, 1982) que acompañan a los cultivos

(ruderales) o a desforestaciones mediante incendios(Asphodelus).

En cualquiera de los casos expuestos, el megalito se convertiría en un elemento señero que de alguna manera presidiría un territorio de explotación. De este hecho se deduce la importancia tanto de la **distribución general** de los megalitos en el paisaje como de la **ubicación del propio emplazamiento** en relación con el entorno inmediato.

En la Lora Burgalesa la distribución de monumentos a nivel general muestra una primera dualidad entre el AISLAMIENTO que se observa en casi todas las tumbas, frente a unas recientemente descubiertas AGRUPACIONES o concentraciones de túmulos (una de ellas excavada) que podrían definir una auténtica necrópolis en el sentido que se toma en Vaquero Lastres (1989) "*zona de enteramientos, terreno de muerte definido por la abundancia y concreción de túmulos, dejando al margen la posible relación entre ellos tanto a nivel temporal como cultural*".

La mayor parte de los monumentos excavados, y de los conocidos, aparecen AISLADOS en el espacio a una elevada altitud media sobre el nivel del mar, siempre por encima de los 900 m. ocupando diversas posiciones en relación con el entorno paisajístico. En unos casos se sitúan en zonas elevadas (mesetas, lenguas de páramo), culminaciones de suelos esqueléticos y pedregosos de escasa vegetación que si bien en tiempos pasados fueron cultivadas de forma ocasional, en la actualidad son auténticos eriales dedicados a lo sumo para el pasto de una cabaña vacuna no muy prolija.

Hay otra serie de tumbas localizadas en zonas deprimidas, valles secos y hondonadas a mayor altura absoluta (entre 1000 y 1100 metros), de suelos más ricos y profundos que en la actualidad son las únicas zonas cultivadas de los páramos de La Lora.

Todos estos monumentos se encuentran alejados unos de otros considerables distancias que, siempre superan los 3 km. en línea recta (exceptuando dos casos a 800 metros), existiendo entre casi todos ellos, especialmente entre los más próximos, accidentes orográficos relevantes (valles con desniveles de hasta 200 metros) que dan una cierta entidad o independencia geográfica a los espacios que dominan (Fig. 1). Curiosamente nunca se halló un dolmen en estos estrechos y profundos valles ni en las laderas de los mismos.

No son frecuentes, por contra, las NECROPOLIS MEGALITICAS, entendiéndose por tales la agrupación de tumbas o túmulos, en opinión de Mohen (1982) separadas entre sí distancias que no sobrepasen apenas los 100 metros. Con tales características se ha excavado únicamente una agrupación de cuatro tumbas en el paraje conocido como Fuentepecina. Se trata orográficamente de una superficie más bien llana a más de 1000 metros sobre el nivel del mar, delimitada al norte por alturas superiores y al sur por el valle de las Hazas, que la separan del Monte

de Masa, densa masa forestal de considerable riqueza cinegética. Es un lugar, por tanto, relativamente deprimido, sin apenas vegetación y de suelos que evolucionan de espesos arcillosos en las vertientes de las elevaciones septentrionales a calcáreos raquíuticos en el llano; cultivados los primeros y abandonados a la colonización de especies autóctonas los segundos.

Esta misma situación orográfica podría servir, con ligeras modificaciones, evidentemente, para describir la localización de algunos otros conjuntos de túmulos, aún sin excavar, pero que pudieran formar igualmente necrópolis megalíticas o tumulares paramegalíticas. Se trata de los conjuntos registrados en Huidobro, en el Paramillo entre Tubilla y Sedano, e incluso en el mismo Monte de Masa (Fig. 1).

LOS MONUMENTOS EN SU ENTORNO INMEDIATO

A escala más reducida, la elección de un EMPLAZAMIENTO que reuniese determinadas condiciones orográficas tendría su incidencia desde un punto de vista práctico a la hora de construir la tumba y simbólico por cuanto presiden, generalmente, un espacio más o menos amplio.

Así, la elección del asentamiento concreto de la tumba solía recaer sobre pequeños afloramientos del sustrato calcáreo que facilitaban un ahorro de energía y tiempo empleado en la construcción, a la vez que hacían destacar el monumento sobre el terreno circundante y potenciaban, por tanto, el valor simbólico del mismo.

En estrecha relación con ésto se encuentra, además, el impacto visual que producen los túmulos y la referencia pasiva de visibilidad que ostentan. En este sentido volvemos a encontrar una dualidad de situaciones en La Lora: la especial ubicación de algunos monumentos en mesetas elevadas (San Quirce, Arnillas), geográficamente abiertas o en lenguas de páramos delimitadas por estrechos valles encajados (La Mina) les otorgan amplísimos campos de visibilidad tanto desde el monumento como hacia el monumento, aunque los sectores deprimidos próximos (valles) se sustraigan a su campo visual. Teóricamente, todos los dólmenes con estas características de ubicación serían visibles entre ellos.

En otros casos -aquellos dólmenes ubicados en zonas deprimidas- disponen igualmente de un importante campo visual, indudablemente más restringido que en los casos anteriores, pero sin embargo, orientados hacia esas depresiones en las que se ubican, ocupadas por terrenos de cultivo. De todas formas gozan siempre de una situación topográfica privilegiada; por parafrasear a nuestros colegas gallegos, probablemente se situarían para "*ser vistos desde aquellos lugares donde debían verse*" (Criado et alii, 1986, 144). Desde ellos no resulta visible ningún otro monumento de la Lora.

Aunque haya también claras diferencias de tamaño entre monumentos -los mayores sobrepasan los 30 metros de diámetro por 2 de alto y los menores 12 por 1 metro-, esa peculiar situación sobre elevaciones naturales hace que mantengan un idéntico valor simbólico de referencia.

En los casos en que nos enfrentamos con agrupaciones de tumbas o necrópolis, parece ser que la visibilidad se considera a otra escala diferente. En Fuentepecina, dos tumbas -I y IV- ocupan un promontorio natural de la paramera que les destaca ligeramente sobre el entorno aunque no en demasía. Los otros dos túmulos -II y III- se reparten por la superficie más o menos llana de la altimeseta que ocupan. Aunque más adelante nos detendremos en ello, no parece haber una jerarquía en las tumbas ni a nivel de situación geográfica ni de monumentalidad. En el caso de la necrópolis de Huidobro las observaciones deben ser, por el momento, prudentes pero parece darse una cierta ordenación de un túmulo señero, de mayor tamaño en el centro y cuatro más en su derredor de dimensiones claramente más modestas. En este caso, el campo visual se dirige hacia una amplia zona baja. El hecho de que en las proximidades de esta necrópolis se encuentren otros monumentos tumulares como el Paso de la Loba (Rojo Guerra, 1990), o claros monumentos megalíticos (La Cista, El Moreco) nos induce a pensar, bien es cierto que en un intento de explicación simplista, en una gradación cronológica de las tumbas ya que tendrían un espacio vital común, idea que se contradice con la hipótesis inicial de que cada tumba refleja el dominio territorial de un espacio dado. En cualquier caso, sólo futuras investigaciones y la excavación de esta necrópolis podría poner luz sobre esta cuestión.

Otra forma de integrar o relacionar el monumento con el espacio es el **propio túmulo** que frecuentemente es un recurso para destacar sobre el entorno sin eliminar, en casos, funciones meramente constructivas. En efecto, frente a otras regiones o zonas megalíticas en las que los túmulos tienen exclusivamente un carácter simbólico (recuerdense los inmensos túmulos carnacenses de más de 100 metros de largo por 10 de alto que recubren pequeñas construcciones megalíticas) en La Lora el túmulo guarda una manifiesta armonía con el tamaño de la estructura propiamente megalítica. Desde esta óptica sería lógico pensar, máxime cuando su estructura interna encierra elementos de refuerzo tales como anillos peristálticos intratumulares, coraza externa...etc, que los túmulos detentasen sólo esa función constructiva. Sin embargo, en todos los casos el propio túmulo cubría con creces la cota cimera de los ortostatos más elevados, con lo que trascendería ya esa mera función arquitectónica detentando de forma evidente un carácter también simbólico.

En otras zonas como Portugal y Galicia el propio túmulo se reviste de estructuras no funcionales que le dan vistosidad tales como corazas revestidas con bloques de cuarzo blanco muy visible en el horizonte, anillos en la culminación

de bloques de gran tamaño con la misma finalidad... (Cruz, 1992; Cleto y Faro, 1988; Jorge, 1980; Criado y Fábregas, 1989). En La Lora no conocemos nada similar, quizás justificable en parte por la inexistencia de materia prima adecuada (recordar que es un medio geológico exclusivamente calizo), sin embargo, todos los túmulos sin excepción aparecen recubiertos por una coraza de lajas calizas más o menos planas para las que siempre hemos supuesto una función constructiva en relación con preservar al monumento de la erosión eólica o pluvial. Es probable que, aún cuando en la actualidad toda la superficie tumular se encuentre colonizada por especies vegetales (herbáceas, brezos, aulagas, gayuba), en origen la coraza calcárea debía ser visible tal como ocurre en reconstrucciones de túmulos efectuados en Bretaña o Irlanda. En estas circunstancias, la superficie caliza en contacto directo con el aire y el sol adquiere una coloración blanca intensa y brillante que la haría destacar y ser vista desde distancias considerables.

Por último, es probable que la función principal del túmulo fuera la constructiva a juzgar por su estructura interna. Dos modelos se han documentado que podríamos verlos repetidos en casi todas las zonas o áreas megalíticas que consideremos. Así, unos están formados por un auténtico "*cairn*" de piedras agrupadas de forma más o menos ordenada en torno a la estructura funeraria principal. Dicha ordenación viene exclusivamente del tangible intento de colocar en la base del túmulo y en el sector más próximo a los ortostatos camerales las piedras de mayor tamaño. Otro modelo consiste en disponer en torno a la cámara y corredor varios anillos estructurales de distinta composición. El primero, pericameral, siempre de piedras de gran tamaño que retienen los empujes centrífugos de los ortostatos, el segundo, de arcilla compactada que da la sensación de servir como regularizador de todo el conjunto y de acrecentador del tamaño del monumento. Sobre éste se dispone una coraza cortical calcárea de piedras intencionadamente planas e imbricadas de tal manera que dificultan la erosión eólica y pluvial a la vez que da homogeneidad a todo el conjunto y serviría, como dijimos, de elemento señero del mismo.

Estos modelos constructivos no son exclusivos de monumentos pequeños o grandes, o de sistemas topográficos concretos. Si en relación con la situación topográfica o el tamaño de monumentos hemos definido una dualidad constante: aislamiento/agrupación, visibilidad amplia/restringida, en cuanto al sistema constructivo no podemos decir lo mismo ya que los modelos descritos se dan indistintamente en túmulos grandes, pequeños, de visibilidad amplia o restringida.

CONTINENTE Y CONTENIDO; ESTRUCTURAS PROPIAMENTE MEGALÍTICAS Y AJUAR

La estructura propiamente megalítica, es decir, el recinto funerario aparece

siempre enmascarado por la masa tumular de tal forma que ninguno de sus elementos habría sido visible en origen desde el exterior. Por otra parte, aunque ya lo hemos mencionado, debemos insistir en la estricta proporcionalidad entre el tamaño de la estructura megalítica y el de la masa tumular tanto en altura como en diámetro. Digno de señalar también sería el hecho de que todos menos uno de los sepulcros que aparecen aislados en el espacio corresponden a modelos arquitectónicos con estructuras de acceso, ésto es, pasillo (sepulcros de corredor), mientras que las agrupaciones o necrópolis, en un caso conocida por haber sido excavada y en otros por su apariencia externa, corresponden bien a modelos simples o incluso a túmulos pétreos sin estructura colosal. En cualquier caso, el túmulo cubre siempre la estructura propiamente megalítica, haciendo de la tumba lo que pudiéramos considerar como un volumen cerrado.

De esta forma, la relación entre el monumento y el entorno se establece únicamente en función de la **aparición externa** del conjunto y no de su estructura interna ya que no es visible ni tan siquiera parte de la cubierta. En efecto, de todos los monumentos excavados en ningún caso hemos hallado estructura de cubrición alguna mediante un gran dintel monolítico o por falsa cúpula con aproximación de hiladas. En algún caso (Fuentepecina II) el hecho de hallar una cierta cantidad de restos carbonizados en el interior de la cámara pudiera ser indicio de una posible cubierta a base de materiales perecederos (ramaje y barro).

De todas formas, resulta sorprendente esta ausencia de toda evidencia de cubrición, lo que nos hace considerar, a modo de curiosidad, las observaciones realizadas por Joussaume (1990, 67) para dólmenes provenzales en los que se habla de una ausencia sistemática de cubierta de forma intencionada, de tal forma que el sepulcro sería una especie de “fosa en relieve” donde los muertos se inhumarían en sentido estricto (depósito del cadáver recubierto por tierra) y no un mero depósito de huesos. En este caso lo difícil resultaría explicar la existencia en muchos casos del corredor, auténtico pasillo de acceso al recinto funerario principal, aunque ello ratificaría a su vez, el hecho de que algunos estuviesen sellados e inutilizados desde, posiblemente, el momento mismo de su construcción a juzgar por la falta de hallazgos y el sistemático relleno de piedras, al margen de la ausencia, también sistemática, de otras estructuras de acceso como atrios, umbrales, puertas, pavimentos...

Esta observación de que el túmulo y el recinto propiamente funerario forman un todo (espacio cerrado), se hace más patente en los monumentos de menor tamaño en los que las estructuras de acceso (pasillos) están menos desarrolladas, formando monumentos megalíticos simples e incluso, sustrayéndose a esta característica de megalítico para disponer de un espacio central, insuficientemente (mal) definido, en el que se depositan los difuntos acompañados de un ajuar que nos obliga a considerar su simultaneidad con el resto de las construcciones monu-

mentales (Rebolledo y Pecina IV).

Es en este aspecto, en el del ajuar depositado en los enterramientos, en el que encontramos más dificultades a la hora de valorar las comparaciones entre distintos monumentos o de acceder con ciertas garantías a la comprensión integral de la "monumentalidad interior". Ello en función, sobre todo, del hecho constatado de que los dólmenes más espectaculares han sido objeto de saqueos y violaciones desde épocas remotas (en muchos casos se constatan elementos romanos y de épocas protohistóricas) con lo que se ha destruido no sólo gran parte de su arquitectura, sino sobre todo de su ajuar. Lo que ha llegado hasta nosotros es una parte indeterminada y desconocida de lo que en origen debió constituir el depósito primitivo. Por ello so sabemos muy bien qué valor puede tener el hecho de que los monumentos más pequeños, menos espectaculares (sustraidos a la destrucción antrópica) cuenten con un ajuar muy superior en cantidad a los grandes sepulcros de corredor. Por dejar constancia de esta desproporción quizás sea significativo reflejar que en un pequeño túmulo como es Pecina IV se recogieron más de setenta microlitos, un número similar de láminas, varios millares de cuentas de collar y casi una docena de hachas pulimentadas. Frente a este abundante ajuar, el espectacular sepulcro de corredor de Las Arnillas sólo deparó media docena de microlitos, algunas cuentas de collar, un par de hachas pulimentadas y algunos objetos más.

Este ajuar es, por otra parte, monótono y bastante uniforme a base de unos elementos tipo que se repiten sin demasiada variación: láminas de sílex, frecuentemente sin retocar, microlitos geométricos (trapecios, triángulos y segmentos), puntas de flecha, hachas pulimentadas y elementos de adorno en distintos materiales (pizarra, variscita, lignito, calcita...) junto a ciertos objetos más raros como algunas espátulas de hueso, punzones o conchas marinas llegadas probablemente desde el Atlántico.

A diferencia de las zonas del oeste peninsular (Galicia, Portugal, Salamanca, Extremadura), en los megalitos de La Lora Burgalesa y gracias al predominio del componente básico en los suelos, tenemos evidencia directa de sus constructores, ésto es, sus restos oseos. En contrapartida a este hecho claramente positivo nos encontramos, al igual que ocurría al valorar los ajuares, ante unas violaciones casi sistemáticas de la mayoría de los megalitos, lo que tergiversa cualquier intento de estudio global y completo de las tumbas. A pesar de ello, somos conscientes de la importancia que su detallado análisis puede tener para el conocimiento de estas gentes desde distintos puntos de vista (social, poblacional, alimenticio, paleopatológico) por lo que se está realizando en nuestro Departamento una Tesis Doctoral específica sobre estos restos oseos. A la espera de sus resultados, sólomente podemos adelantar algunos datos que nos han sido facilitados de un mero recuento y clasificación de huesos por parte de los doctores Echevarria y

García Ruíz.

Por lo general los osarios se presentan como un amontonamiento de huesos sin ningún orden aparente, ocupando toda la superficie de la cámara y, en ocasiones, prolongándose también a lo largo del corredor. Las conexiones anatómicas son raras y esporádicas, y atañen, por lo general, a las articulaciones fuertes (coxo-femoral, fémur-tibia...). Se dan, en algunos casos, agrupamientos de ciertos huesos (p.e. fémures en San Quirce) o partes del cuerpo (cráneos en Las Arnillas) que es fácil pensar se realizaran tras la desaparición del tejido blando, lo que nos indicaría actuaciones y recolocaciones de huesos después de su primera deposición y también, que ésta debió de producirse sin otro tipo de tratamiento como pudiera ser el recubrimiento con tierra de los restos, ya que hubiese impedido posteriores actuaciones sobre los mismos. El hecho de que aparezcan por lo general todas las partes del cuerpo más o menos representadas, nos habla, en principio, de unos enterramientos primarios que, como hemos dicho, en el transcurrir del tiempo y con vistas a albergar nuevas deposiciones pudieron verse manipulados de alguna forma. En cualquier caso, resulta difícil discernir y precisar las distintas técnicas de tratamiento de los cadáveres y, consecuentemente, los ritos desarrollados a tal efecto. Lo que constatamos es el resultado de esos ritos e incluso, estos resultados son tergiversados por un deficiente tratamiento de los restos oseos en el proceso de excavación. En efecto, la mayoría de las tumbas se excavaron hace años cuando, justo es reconocerlo ahora, las técnicas de tratamiento de los datos y la consideración de los huesos como material arqueológico de primera mano no era el adecuado.

Es evidente que el ritual generalizado, y hasta hace poco casi único empleado en esta época era el de la inhumación -recientemente se ha excavado un túmulo de esta época en el que el fuego debió jugar un papel importante a juzgar por las cremaciones detectadas (todavía en estudio) y que se suma a la serie de tumbas de características similares que están apareciendo en el centro de la cuenca del Duero (Delibes et alii, 1985), e incluso en Portugal como puedan ser los excavados por A. Palomino en Barbadillo del Mercado o M. J. Sanches en Pena Mosqueira (1987). Se utiliza el término de inhumación en oposición a incineración, pero si queremos trascender el significado de las evidencias materiales deberíamos precisar el significado de inhumación con otra serie de complementos como puedan ser las nociones de depósitos de cadáveres o de huesos en un espacio cerrado frente al de inhumación en sentido estricto, es decir, con un recubrimiento de tierra sobre el cadáver, y ello tendría importancia con vistas a poder plantearse cuestiones de enterramientos primarios o secundarios (cuyo umbral muchas veces es tan sutil que apenas puede diferenciarse) e incluso fórmulas mixtas (primarios y secundarios), o de posibles actuaciones sobre los muertos una vez depositados en la tumba (agrupamientos de huesos, alineamientos...). En definitiva, en aras a

tener una visión más completa de todo el ritual desarrollado en torno al megalitismo.

En cuanto a la composición de la población los datos que revelan los osarios nos hablan de un posible tratamiento sepulcral diferente o una especialización de las sepulturas colectivas por cuanto el número de población infantil representada (en ningún caso llega al 10%) es anormalmente bajo para una sociedad arcáica o ágrafa como denominaría Lévi-Strauss (1964) que tradicionalmente refleja un alto índice de mortalidad infantil. Pensamos que este hecho, ampliamente constatado también en otras zonas (Verron, 1977) no puede deberse a una mayor fragilidad de los restos infantiles, antes bien habría que pensar en una consideración especial en este tipo de sociedades hacia la infancia como elemento más ajeno al grupo social.

Por otra parte, la esperanza de vida parece cifrarse en torno a los 40 años, siendo el segmento de edad más representado el de adultos entre 25 y 40 años. Por sexos, no parece que haya una especial consideración en cada tumba ya que ambos se hallan representados en todas, si bien es cierto que el de hombres en una proporción superior.

CONCLUSIONES

En las páginas que anteceden se ha pretendido describir todo el elenco de relaciones que de una forma empírica pueden observarse entre la situación y características de los monumentos megalíticos de La Lora y el paisaje en el que se insertan tanto a nivel general como restringido. A partir de aquí y tras una breve recopilación de características trataremos de penetrar en el significado social de éstas en términos de estrategias de ocupación del territorio.

Como característica principal de la ocupación megalítica de La Lora hemos señalado la dualidad existente entre necrópolis, o si se quiere, agrupamiento de cierto número de túmulos en determinadas zonas frente a la dispersión y el aislamiento de la mayoría de las tumbas.

Esta primera diferenciación o pauta en la ocupación del territorio se acompaña de otra serie de características que acentúan más aún esta primera oposición. Así, las necrópolis ocupan normalmente áreas deprimidas, de suelos profundos con amplias superficies aptas para el cultivo. La visibilidad general tanto desde los monumentos como hacia los monumentos no parece tener una especial consideración, si bien, el hecho de situar algunos túmulos sobre promontorios naturales hace pensar en la preocupación por un valor simbólico de referencia.

Son monumentos pequeños que contienen estructuras megalíticas simples e

incluso, en ocasiones éstas están ausentes, reduciéndose la tumba a un "cairn" de piedras que rodea un espacio central donde se depositan los enterramientos. Estos, no muy numerosos, poseen un riquísimo ajuar que contrasta, sin ninguna duda, con el pequeño porte de la tumba. En cuanto al tipo de ajuar de la necrópolis excavada deberíamos introducir aquí alguna observación sobre sus características generales por cuanto que nos permitirán explicar en cierta medida esta dualidad que señalamos. En efecto, la necrópolis de Fuentepecina en su conjunto ha depurado un ajuar homogéneo en el que están representados una serie de útiles sumamente característicos y faltan otros que si aparecen en algunos de los dólmenes restantes y que encierran ciertas connotaciones cronológicas. Por ejemplo, son frecuentes las láminas simples, sin retoques y los microlitos geométricos (trapezios, triángulos y segmentos). En estos últimos parece observarse un mayor índice de alargamiento que en los del resto de monumentos y están representados en buen número los triángulos de dos truncaduras cóncavas y ápice central, "tipo Cocina" que caracterizan una fase del epipaleolítico geométrico mediterráneo (Fortea, 1973). Este hecho, por sí sólo ya nos podría indicar una cierta antigüedad para este conjunto de industria lítica tallada, pero se completa aún más por la ausencia absoluta de puntas de flecha y de cualquier tipo de foliáceo en general que, tradicionalmente (Arnaiz y Esparza, 1985) son considerados como muestra de mayor modernidad. El ajuar se completa con una abundantísima serie de objetos de adorno (cuentas de collar, algunas conchas marinas del tipo dentalium), alguna espátula del tipo más simple -sin apenas decoración-, y una ausencia, también significativa de elementos cerámicos.

Frente a estas necrópolis se disponen una serie de tumbas dispersas por el territorio y aisladas, con unas características bastante diferenciadas. Ocupan bien zonas elevadas de suelos esqueléticos no productivos, bien zonas deprimidas de suelos más ricos pero en el borde de éstos. En ambos casos poseen un control o dominio visual evidente, el primer grupo sobre un vasto territorio, el segundo sobre unas zonas deprimidas que se alinean a lo largo de los valles ciegos en que se ubican. En cualquier caso, el valor simbólico de referencia, aunque a escala territorial sea desigual, permanece por encima de otras consideraciones estratégicas.

Hay gran variedad de tamaño entre los monumentos, desde grandes sepulcros próximos a los 30 metros de diámetro por casi 3 de altura hasta los 12 por 1,5 si bien, en casi todos los casos -excepto en dos- corresponden a sepulcros de corredor. El ajuar es bastante más pobre que en el caso anterior aunque están representados elementos similares a los que habría que sumar los foliáceos (no en todos los casos) y señalar la particularidad de que los geométricos (sobre todo trapezios) son algo más evolucionados.

El significado que, a nuestro juicio tiene esta dualidad de comportamiento

espacial es la constatación de dos modelos de ocupación del territorio o dos tipos de relaciones entre las comunidades megalíticas y el espacio, con ciertas connotaciones cronológicas (Fig.2).

1.- El primer modelo llevaría consigo una ocupación parcial del territorio habitando zonas aisladas entre sí. En origen la tumba correspondería a un grupo de población muy pequeño, no más de veinte individuos posiblemente, que vivirían en las proximidades de aquella de, indudablemente suficientes recursos primarios y en un entorno adecuado para establecer el campamento o el poblado. El aumento de población crearía la necesidad de realizar otras tumbas -ya que la primera, pequeña necesariamente, se haría insuficiente para albergar más deposiciones- en el mismo ámbito territorial, que todavía podría seguir soportando, en cuanto a producción de recursos, ese aumento paulatino de población. Esta situación de relativo bienestar permitiría, frente al escaso porte de la tumba, otorgar más importancia al lugar de los muertos, lo que se concretaría en la potenciación del ajuar.

2.- Un aumento desmesurado de población, probablemente de la mano de cambios climáticos atestiguados en los diagramas polínicos -período más húmedo y cálido en el que parecen construirse los grandes megalitos (Mariscal. sin fecha)- lleva consigo una disgregación de los anteriores grupos y una ocupación más regular del espacio, creándose monumentos más espectaculares que sirven de tumba a una colectividad más grande por más tiempo y, a la vez, son la referencia de disuasión que indica el control de unos recursos en un espacio dado.

La diferencia de tamaño y de complejidad constructiva entre monumentos puede explicarse, no muy fácilmente, bien es cierto, por la distinta importancia y quizás, el tamaño de los distintos grupos responsables de su construcción, o como recientemente se ha defendido (Delibes, 1992; Jorge, 1992) por el surgimiento de linajes con diferente estatus social dentro de las comunidades megalíticas.

BIBLIOGRAFIA

- ARNAIZ ALONSO, M. A. y ESPARZA ARROYO, A. (1985). "Un yacimiento al aire libre del Neolítico Interior. El Altotero de Mondubar de la Emparedada (Burgos)", *BSAA*, VL. pp. 5-45.
- BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J. M. (1982). "Aproximación a un modelo económico-social del megalitismo del noroeste peninsular", *Brigantium*, vol. 3. pp. 33-39.
- (1984). "Medio físico y sociedades megalíticas. Aproximación a los problemas constructivos de los megalitos en el N.W. peninsular", *Gallaecia*, 7/8, pp. 31-59.
- CARA BARRIONUEVO, L.; RODRIGUEZ LOPEZ, J. M. (1984). "Análisis de distribución espacial de las comunidades megalíticas en el valle del río Andarax (Almería)", *Arqueología Espacial*, 3 pp. 53-77.

- CARLOS, J. I. de (1988). "Una aproximación territorial al fenómeno megalítico: la Rioja alavesa y el valle de Cuartango", *Munibe* (II Congreso Mundial Vasco) pp. 113-127.
- CLETO, J.; FARO, S. (1988). "Escavação da mamoa de Igrejinhãs (Marco de Canaveses-Serra de Aboboreira)", *Arqueología*, 17, GEAP, pp. 44-57.
- CRIADO BOADO, F. (1988). "Mamoas y Rozas: panorámica general sobre la distribución de los túmulos megalíticos gallegos", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 28, pp.151-171 (1989,a). "Asentamiento megalítico y asentamiento castreño: una propuesta de síntesis", *Gallaecia*, 11, pp. 109-137. (1989,b). "Megalitos, espacio, pensamiento", *Trabajos de Prehistoria*, 46, pp. 75-98.
- CRIADO BOADO, F.; AIRA RODRIGUEZ, M. J. y DIAZ-FIERROS, F. (1986). *La construcción del paisaje. Megalitismo y ecología en la sierra de Barbanza*. Santiago.
- CRIADO BOADO, F.; FABREGAS VALCARCE, R. (1989). "Aspectos generales del megalitismo galaico", *Arqueología*, 19, GEAP, PP. 48-63.
- CRIADO BOADO, F.; FABREGAS VALCARCE, R.; VAQUERO LASTRES, X. (1990-91). "Concentraciones de túmulos y vías naturales de acceso al interior de Galicia", *Portugalia*, nova serie, vol. XI-XII, pp. 27-38.
- CRUZ, D. J. da (1980). "Contribuição para o levantamento cartográfico do conjunto megalítico da serra da Aboboreira (Concelhos de Amarante e Baião)", *Actas do Seminário de Arqueologia*, Universidad de Coimbra, pags. 168.
- DELIBES DE CASTRO, G.: (1991). "Megalitos, ¿Todavía una civilización de muertos?" *Arquítica*, nº2.
- DELIBES, G.; ALONSO, M.; GALVAN, R.: (1986). "El Miradero: un enterramiento colectivo tardoneolítico de Villanueva de los Caballeros (Valladolid)", *Estudios en homenaje al Dr. Antonio Beltrán*, pp.227-237, Universidad de Zaragoza.
- DELIBES DE CASTRO, G.; ALONSO, M.; ROJO GUERRA, M. A.: (1987). "Los sepulcros colectivos del Duero Medio y Las Loras y su conexión con el foco dolménico riojano". *El megalitismo en la Península Ibérica*, Ministerio de Cultura, pp. 181-197.
- DELIBES, G.; PALOMINO, A. L.; ROJO GUERRA, M. A. y ZAPATERO, P.: (1992). "Estado actual de la investigación sobre el megalitismo en la Submeseta Norte", *Arqueología*, 22, GEAP, pp. 9-20.
- DELIBES, G.; SANTONJA, M.: (1986). *El fenómeno megalítico en la Provincia de Salamanca*, Diputación Provincial, Salamanca.
- FLEMMING, A.: (1973). "Tombs for de living", *MAN*, 7, pp. 177-193.
- FORTEA, J.: (1973). *Los complejos microlaminares y geométricos del Epipaleolítico Mediterráneo Español*, Memorias del Seminario de Prehistoria y Arqueología, nº 4. Salamanca.
- HIGGS, E. S.; VITA-FINZI, C.: (1970). "Prehistoric Economy in the Mount Carmel Area of Palestine: Site Catchment Analysis", *Proceedings of the Prehistoric Society*, XXXVI, pp. 1-37.
- JORGE, S.O.: (1991). "Habitats du Néolithique et du Chalcolithique du Nord du Portugal (IV^e-II^e mill. av. J.C.)", *Revista de História*, vol. XI, Centro de História da Universidade do Porto, pp. 261-268.
- JORGE, V. O.: (1980). "Escavação da mamoa 3 de Outeiro de Ante (Serra da Aboboreira, Baião)" *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, pp. 41-69. (1984). "Megalitismo do Norte de Portugal: novos elementos", III seminário de Arqueologia do NW Peninsular, *Rev. Guimarães*, XCIV, pp. 263-289. (1992). "As mamoaas funerárias do norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze Antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço

- preliminar da questão”, *Revista da Faculdade de Letras*, II série, Vol. IX, Porto, pp. 463-480.
- JOUSSAUME, R.: (1990). *Megalithisme et Société*. Table ronde CNRS des Sables d'Olonne (Vendée). Rennes. La Roche sur Yon.
- LEVI-STRAUSS, CL.: (1964). *El Pensamiento Salvaje*. Fondo de Cultura Económica. Mexico.
- MARISCAL, B.: Sin Fecha.- *Análisis polínicos en dólmenes de Sedano*. Informes mecanografiados.
- MOHEN, J.P.: (1982). “La necropole megalithique”, *Dossiers Histoire et archeologie*, nº 66, pp. 60-64.
- MUJICA, J.A.: PEÑALVER, X.: (1987). “Notes sobre el megalitismo a Euskal Herria”, *Cota Zero*, nº 3, pp. 13-26.
- PEÑA SANTOS, A.: (1984, a), “Sondeo estratigráfico en el yacimiento de A Fontela”, *Pontevedra Arqueológica*, I, pp. 91-96.
- 1984,b.- “Sondeo estratigráfico en el yacimiento de O Regueiriño” *Pontevedra Arqueológica*, I, pp. 85-87.
- RENFREW, C.: (1976). “Megaliths, Territories and Populations”. En S.J. de Laet (ed): *Acculturation and continuity in Atlantic Europe*. Dissertationes Archaeologicae Gandenses XVI, pp. 298-320.
- (1986). *El Alba de la Civilización. La Revolución del radiocarbono y la Europa Prehistórica*. Ediciones Itsmo. Primera edición, Londres, 1973.
- ROJO GUERRA, M. A.: (1990, a). “El túmulo protohistórico del Paso de la Loba”, *Trabajos de Prehistoria*, 46, pp. 99-116.
- (1990,b). “Monumentos megalíticos de la Lora Burgalesa: Exégesis del emplazamiento”, *BSAA*, LVI, pp. 53-63.
- ROJO GUERRA, M. A.; JIMENO MARTINEZ, A.; FERNANDEZ MORENO, J. J.: (1992). “El fenómeno megalítico en la provincia de Soria”, *Actas 2º symposium de Arqueología soriana*, Diputación Provincial, pp. 165-182.
- SANCHES. M.J.: (1987). “A mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro)”, *Arqueologia*, 15, GEAP, pp. 3-24.
- SHERRAT, A.: (1990). “The Genesis of Megaliths: monumentality, ethnicity and social complexity in Neolithic North-West Europe”, *World Archaeology*, vol, 22, nº 2 pp. 147-167.
- VAQUERO LASTRES, X.: (1988). “¿Dónde diablos se esconden nuestros muertos que no los podemos ver?”, *Gallaecia*, XI, pp. 81-107.
- VEGAS ARAMBURU, J.I.: (1984). “Asentamientos en la Altiplanicie de Encia (Alava)”, *Arqueologia Espacial*, 1, Teruel, pp. 167-187.
- VERRON, G.: (1977). “Un type de monuments funéraires classiques dans le Neolithique de Normandie”. *L'Architecture Megalithique*. Colloque du 150º anniversaire de la Société Polymathique du Morbihan. Chateau Gaillard, pp. 187-219.
- ZAPATERO MAGDALENO, P.: (1991). “Sobre las relaciones entre Neolítico Interior y megalitismo. Notas sobre el túmulo de La Velilla, en Osorno (Palencia)”, *BSAA*, LVII, pp. 53-63.

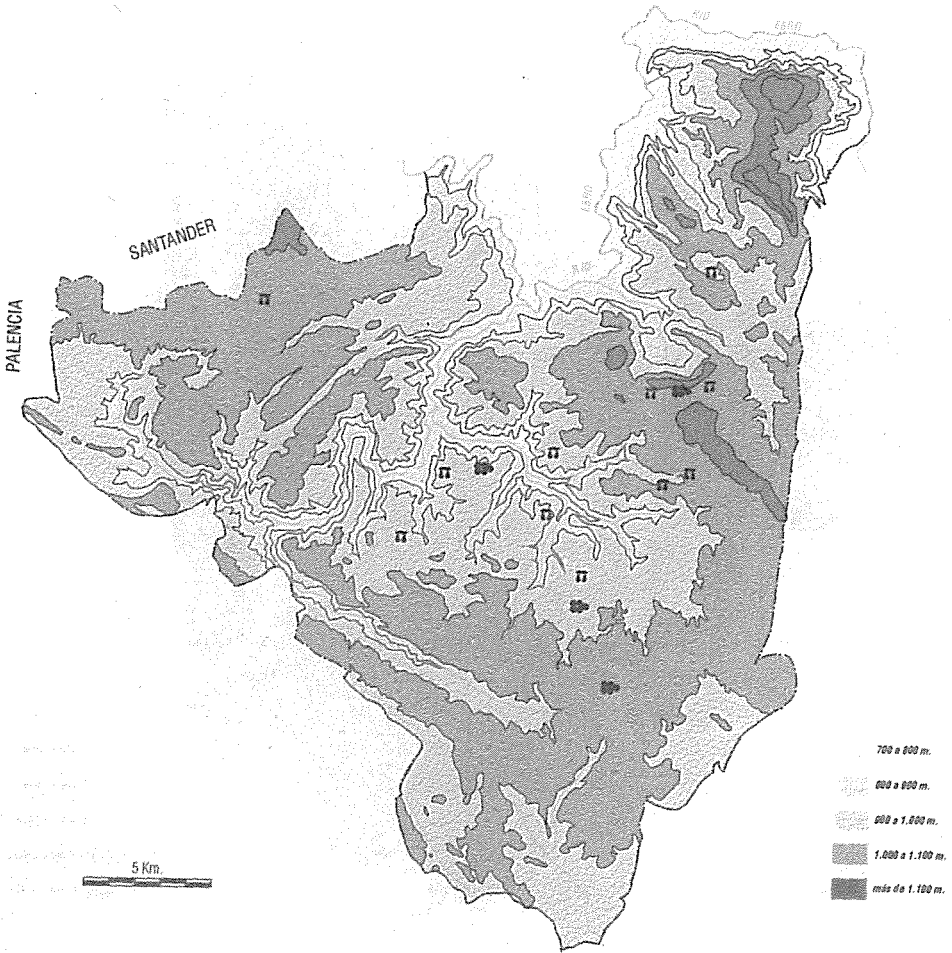


Fig. 1 — Mapa de la Lora con la dispersión de los sepulcros:
▧ dólmenes excavados. ☒ posibles necrópolis.

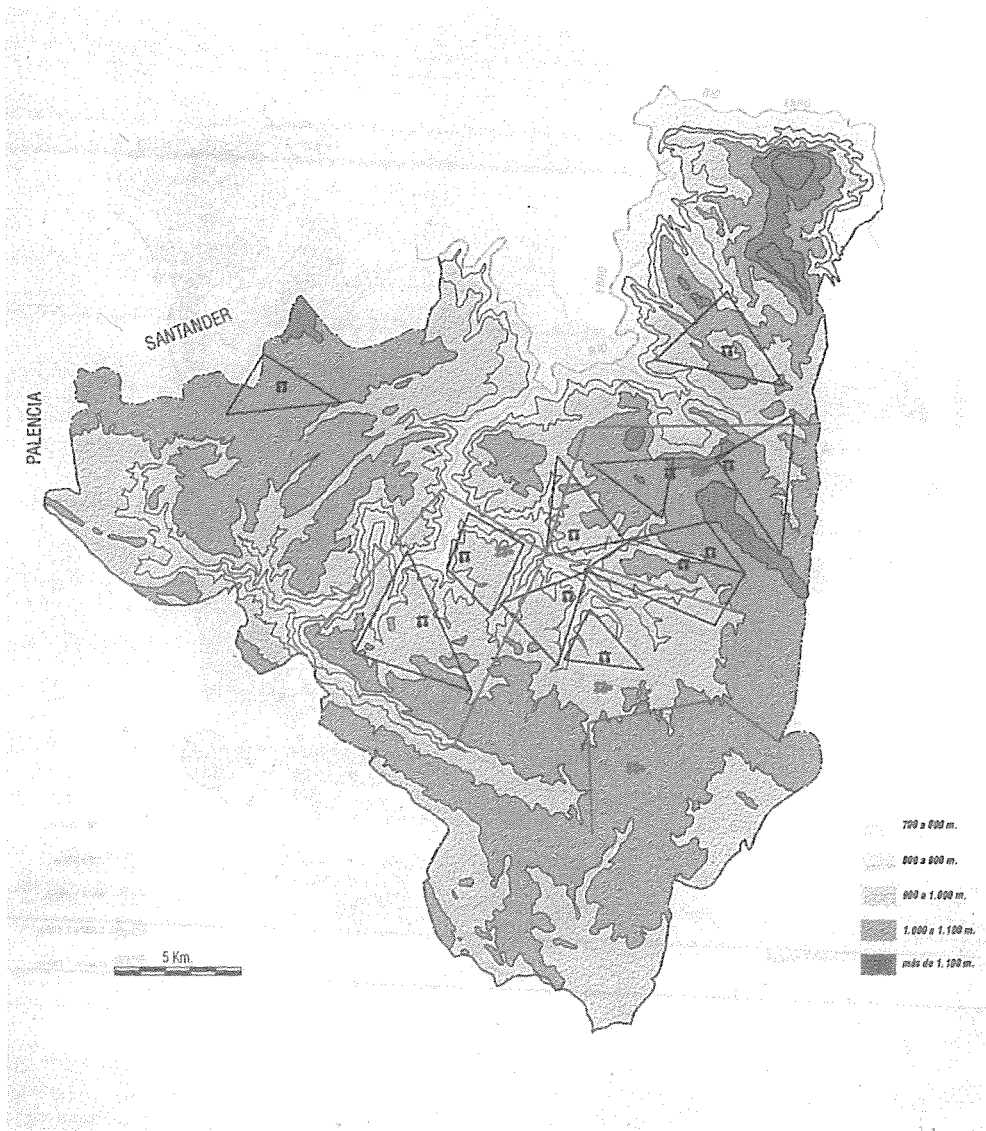


Fig. 2 — Modelos de ocupación del territorio en las comunidades megalíticas de La Lora: — ocupación de grupos aislados. \triangle Ocupación más regular del espacio con dominio territorial sobre superficies delimitadas por importantes accidentes geográficos.

EL MEGALITISMO DE CANTABRIA EN EL CONTEXTO DE LA CORNISA CANTABRICA

por

Luis César Teira Mayolini*

Resumen: En la comunicación se pretende dar contexto a un fenómeno apenas analizado hasta los años 80 en los valles medios de la Cornisa. De hecho, el espacio regional de Cantabria ha venido asumiendo el papel de "tierra de nadie" entre los clásicos focos megalíticos asturiano y vasco o, en una perspectiva más amplia, entre lo galaico/portugués y pirenaico. Analizadas las características generales del fenómeno en esta región y tras un análisis crítico de los modos de investigación o "escuelas" de pensamiento en el tercio norte peninsular, proponemos un esquema alternativo de relaciones o de dependencias que definan los ambientes megalíticos de la zona.

Palabras-clave: Megalitismo. Cantabria. Tumular.

El objeto de la presente comunicación es dar a conocer la naturaleza y contexto del fenómeno megalítico de una región, Cantabria, que hasta fechas recientes no contaba con una documentación básica sistematizada y que, por ello, históricamente ha venido asumiendo unos roles de comportamiento artificiales en la tradicional dialéctica megalítica del tercio norte peninsular. La incorporación de este nuevo conjunto documental en el contexto del cantábrico ve reforzado su interés toda vez que se localiza entre dos áreas en sí personalizadas que definen sendos ambientes megalíticos propios: el asturiano y el vasco o, en una perspectiva más amplia, lo galaico portugués y lo vasco pirenaico. Para estas dos grandes unidades la zona central de la Cornisa suponía un espacio carente de manifestaciones, una especie de "tierra de nadie" entre ambas. En este sentido se puede señalar que la tardía incorporación de Cantabria -o de la entonces provincia de Santander- al desarrollo de la investigación megalítica del norte, lejos de animar a sus vecinos a presumir una lógica continuidad de evidencias por su espacio geográfico, les ha servido como vacía certidumbre de los límites de su área. Es verdad que diversos investigadores abogaron por la necesaria existencia

* Dpto. de ciencias Históricas. Universidad de Cantabria.

de manifestaciones más allá de sus divisiones político-administrativas, pero siempre permaneció la idea de una insoslayable ruptura que marcara los perfiles de los ambientes megalíticos tradicionalmente contemplados, los cuales dividían este espacio costero en una fachada oriental y otra occidental. Como trataremos de explicar en los párrafos siguientes, la delimitación de áreas de influencia o de "entornos culturales" en el tercio norte peninsular se estructuró a favor de las propias lagunas documentales del momento. A su vez, el desigual grado de conocimiento de la prehistoria en esta franja septentrional de la Península en etapas tempranas de la investigación se debe a unas causas en las que no es ajeno, como es lógico, el ambiente sociocultural de la época y la particular sensibilidad histórica de los diferentes territorios que la componen.

LA HISTORIA DE LA INVESTIGACIÓN

En Cantabria, la investigación de los horizontes postpaleolíticos se ha visto tradicionalmente marginada por el poder de atracción que ejerció siempre su notable patrimonio paleolítico, tanto en lo que respecta a estratigrafías como a pintura parietal. De hecho, en las primeras décadas del siglo, por excavaciones localizadas en la provincia deambuló lo más granado de la investigación paleolítica europea¹. Esto dio origen a una escuela de investigadores regionales mayoritariamente interesados en las fases pleistocénicas de esa prehistoria.

No obstante, y relacionada con el megalitismo, cabe citar alguna trayectoria individual previa, como la de A. de los Ríos, marginal en cuanto al conjunto documental que aporta, pero de interés por lo temprano de su aparición y la suerte posterior que acompañó la divulgación de sus noticias. Este polígrafo erudito campurriano desarrolló su labor investigadora desde la mitad hasta finales del siglo pasado. En razón de ello, su discurso metodológico estuvo marcado por la sucesión de dos paradigmas científicos radicalmente diferentes -el creacionismo y el evolucionismo-, cuya bisagra, para esta latitud y entorno local, se sitúa en torno a la década de los setenta del siglo pasado. Es de interés, ahora, incidir en la primera de sus etapas por cuanto en ella, a partir del descubrimiento de dos estructuras de filiación megalítica -el dolmen de Abra y los menhires de Sejos (entonces denominados tumbas de los siete infantes de Lara)-, se nos muestra una de las más genuinas interpretaciones románticas del fenómeno (Ríos, 1857: 249-

¹ Así investigadores como E. Cartailhac, H. Breuil, J. Bouyssonie, P. Wernert y H. Obermaier en excavaciones como las de Altamira (Santillana del Mar), El Castillo (Puente Viesgo), Hornos de la Peña (San Felices de Buelna) o El Valle (Rasines). Una recopilación sobre estos aspectos de la historia de la investigación paleolítica aparece en González Sáinz y González Morales (1986: 24 y ss.).

-252)². Fue ésta una imagen que también importaron a contextos peninsulares otros autores en el Cantábrico y que, de una u otra manera, ha pervivido en la definición del objeto de estudio del megalitismo en esta franja septentrional.

El dolmen de Abra, en la sierra de Brañosera, es una estructura pseudo-adintelada natural, es decir, ajena a la mano del hombre y sin posibilidad de uso sepulcral interno. En el momento de su descubrimiento, 1857, fue paralelizada con otras manifestaciones -como la *Table des Marchands* en Bretaña- por su parecido formal, ajeno a cualquier circunstancia de carácter funcional, poco clara entonces. Conviene no olvidar que el interés romántico hacia este tipo de manifestaciones -origen de su gran popularización- está marcado por una concepción meramente arquitectónica, inserta en ese gusto por la ruina histórica que caracteriza la estética del movimiento. De hecho A. delos Ríos concibe lo que debiera ser un espacio funerario adintelado como un portentoso aparejo de una gran piedra levantada del suelo sobre la que se realizan diversos ritos iniciáticos. A pesar de no ser un verdadero dolmen, resulta curioso comprobar que fue ésta la única cita megalítica de Santander que trascendió a la literatura de síntesis hasta los años 50 (Castillo, 1947: 546; Pericot, 1967: 116). La definición de entonces materializaba su objeto de estudio en la clásica tríada: *dolmen*, *cromlech* y *menhir*. Tal concepción ha pervivido en el cantábrico adherida, más que integrada, a otros paradigmas posteriores, interesados ya en el carácter funerario de esas, por lo demás, poco *megalíticas* manifestaciones. Por expresarlo en otros términos, algunas tradiciones de investigación del norte, además de analizar los elementos de una ritualización funeraria concreta, parecen verse obligadas a tipificar fenómenos -como cromlechs y menhires- parcialmente vinculados con el megalitismo en otras latitudes, pero que aquí, cuando consiguen ser fechados, manifiestan cronologías muy tardías, ya en la Edad del Hierro o, incluso, en la Edad Media (Blot, 1974: 219-236; Blot, 1982: 33-42). Insistimos en estos aspectos porque es la propia indefinición del objeto de estudio lo que añade cierta complejidad a una más correcta comprensión global del fenómeno megalítico de la Cornisa.

La pervivencia de estos, en cierta manera, anacronismos en los modos de investigación se comprende mejor al analizar el paradigma utilizado en los estudios de la Prehistoria Reciente de estas zonas. Por ejemplo, el temprano desarrollo de la investigación megalítica en el País Vasco no se debe a un interés estricta-

²Las noticias sobre los menhires de Sejos o "*las tumbas de los siete infantes de Lara*" no llegaron a ver la luz en forma de publicación. Sin embargo se conocen a partir de informes y manuscritos de este investigador fechados entre los años 1856 y 1867. Actualmente se encuentran depositados en archivos controlados por los herederos o catalogados en la colección de E. de la Pedraja, en la biblioteca municipal de Santander.

mente arqueológico sino de raíz antropológica. Estudiosos como J.M. de Barandiarán no son, en irugén, prehistoriadores sino antropólogos que, interesados por los orígenes de la comunidad euskaldún, alcanzan etapas de la prehistoria. El “*problema vasco*”, así entendido, esta perfectamente tipificado ya en el siglo pasado. El desarrollo de esta corriente investigadora ha seguido una trayectoria, en cierta manera, independiente del de la prehistoria o la arqueología de sus vecinos, y como tal no ha sido globalmente sustituida por otra. Aunque algunos autores actuales no se sientan directamente influidos por ella, hoy por hoy se siguen buscando respuestas a problemas planteados a principios de siglo bajo aquellos presupuestos. De hecho, las grandes directrices en las que se han movido los estudios de megalitismo en el País Vasco hasta fechas recientes, o incluso en la actualidad, fueron establecidas por Aranzadi, Ansoleaga, Barandiarán, y Egueren antes de los años 30. Una de las características definidoras de esta escuela antropológica -finalmente interesada por determinados periodos de la prehistoria- es la escala geográfica de análisis: el País Vasco como unidad. En su búsqueda retroactiva del pueblo euskaldún el ámbito espacial de partida es el territorio histórico de las provincias vascas. Todas las etapas, sucesivamente más antiguas, en las que recaló este impulso de investigación fueron seleccionadas porque reflejaban algún rasgo de su entorno personalizado. Al alcanzar la prehistoria de horizontes megalíticos, este fenómeno quedó impregnado de un barniz propio que lo individualizaba respecto de ejemplos exteriores: es el entorno megalítico vasco. En este sentido, el que su vecino de occidente desconociera la existencia de manifestaciones megalíticas reforzaba la imagen de unidad personalizada de ese ámbito.

Inciendo en la idea de división del Cantábrico en una fachada occidental y otra oriental, Bosch Gimpera, al analizar los diferentes contextos culturales de la Península durante el Neolítico y el Eneolítico, define un ámbito diferenciado para su sector nororiental: la *Cultura Pirenaica* (Bosch, 1923: 18). En la sistemática propuesta por este autor también jugará un papel relevante la presencia o ausencia de estructuras megalíticas en los diferentes territorios del tercio norte peninsular. En definitiva será una estructuración elaborada, así mismo, a favor de las carencias documentales del momento. En este sentido, frente a la *pirenaica*, que abarcaba las zonas alledañas de las dos vertientes de la cadena montañosa, la *cultura central o de las cuevas* extendía su influencia septentrional por el sur de Cataluña, el valle del Ebro y el centro de la cornisa cantábrica, a través del “portillo de Santander” (Bosch, 1923: 15)³. Tal referencia montañesa tiene que

³ Todavía no incluye en el foco vasco la llanada alavesa, ya que en ese momento sólo se conocían los monumentos de Sorginetxe y Aitzkomendi. El primero de los grandes sepulcros de corredor será descubierto en el año 35 y publicado en el 46 (Barandiarán, 1946: 111-113).

ver con diferentes horizontes superficiales en cueva en los que se recogió diverso material cerámico y metálico. En concreto cita El Castillo (Puente Viesgo), Hornos de la Peña (San Felices de Buelna) y Canto Pino (Iruz). Es decir, materiales supuestamente contemporáneos de los aparecidos en contextos con estructuras megalíticas pero encontrados en una región en donde éstas se desconocían. Esta salida al mar de un entorno cultural interior supondría la primera ruptura del precedente *continuum* cantábrico, que para Bosch incluía los horizontes de su *cultura asturiense*, definida, entonces, a lo largo de toda la Cornisa (Bosch, 1945: 47).

Además de las estructuras megalíticas, la cultura pirenaica era identificada por un conjunto de piezas mobiliarias como puntas de pedúnculo y aletas, hachas de piedra, gran variedad de objetos de adorno, punzones y leznas de cobre y cerámica, tanto lisa como campaniforme. Insistimos en estos aspectos porque, a pesar de ser elementos que en la actualidad no servirían para aislar ningún ámbito peninsular concreto, la idea de cultura pirenaica ha pervivido, más o menos vaciada de contenidos, a lo largo del tiempo. Esto sobre todo en relación a las escalas geográficas de análisis que se proponían en el norte peninsular y que Pericot, continuador de la idea, subrayó años después, con la variante, eso sí, de diferenciar una fachada cántabrica y otra mediterránea (Pericot, 1950: 254). El País Vasco veía reforzada su imagen de unidad megalítica personalizada y separada de lo galaico-portugués por el conocido vacío de evidencias del centro de la Cornisa.

En los años 50 era evidente el estancamiento documental de la entonces provincia de Santander respecto a sus vecinos, especialmente al País Vasco y Galicia ya que, en Asturias, por aquellos años sólo se conocían los megalitos de Mián y Abamia, el dolmen de Santa Cruz y las necrópolis de Vidiago y Boal. El desarrollo de la investigación posterior subrayó, aún más, tal desequilibrio. Incluso, los pocos datos obtenidos en Santander se producían en los límites de su espacio, con lo que eran incorporados, no sin cierta inercia, al ámbito de los mencionados focos. Así pasó con las noticias de las prospecciones entre los valles del Asón y del Agüera, en el extremo oriental, o con las de la necrópolis de La Raíz, en San Vicente de la Barquera, en el occidental⁴. Cuando finalmente se acometió la sistematización de todo lo conocido en el área, disperso en una colección bibliográfica de muy diversa credibilidad, surgió el problema de fondo: ¿Cómo plantear el contexto arqueológico de un conjunto documental fatalmente localizado en un espacio hasta ese momento considerado “tierra de nadie” entre

⁴ Una recopilación de las prospecciones de la zona oriental de esos años la tenemos en Gorrochategui y Yarritu, 1980: 449-495. Para las del municipio de San Vicente de la Barquera se debe consultar el trabajo de Occjo, 1986: 63-78.

diferentes ambientes megalíticos? ¿A qué lado del Cantábrico se debería mirar para vincular este nuevo corpus monumental?

NATURALEZA DEL FENÓMENO MEGALÍTICO EN CANTABRIA

Hasta el momento, en Cantabria han podido ser documentadas algo más de 130 estructuras tumulares y una docena de menhires, aún cuando la adscripción prehistórica de estos últimos es, ciertamente, conflictiva (Teira, en prensa). Sin duda se trata de un número de monumentos bastante limitado en comparación con las 700 estructuras conocidas en Asturias o las más de 800 del País Vasco (Blas Cortina y Fernández-Tresguerres, 1989: 108; Armendáriz, 1987: 146). No obstante, nos ajustamos más a la realidad si tenemos en cuenta que las asturianas se reparten en el doble de extensión y las vascas mantienen una distribución muy desigual en un territorio, así mismo, más amplio. De hecho las mayores concentraciones de esta zona oriental de la Cornisa se producen en la divisoria de aguas cantábrico/continental -sierras de Urbasa y El Aralar- y en la propia vega del Ebro. Las manifestaciones estrictamente cantábricas no superan las 140.

En la región objeto de nuestro análisis, la distribución tampoco es homogénea, evidenciando, en mayor medida que en otras zonas, la falta de labores de prospección. Así, frente a las concentraciones de monumentos de las cuencas del río Deva y del Nansa, en el extremo occidental, valles como el Pisueña o el Miera, en la zona centro-oriental, permanecen yermos de monumentos. Aparte de las escasas labores prospectoras allí realizadas, una primera aproximación a su geografía física y social, sobre todo en sus cabeceras, revela un factor distorsionante tan concreto como posiblemente definitivo en lo que a expolio se refiere: las estructuras de piedra inherentes al hábitat pasiego. Los cercados y cabañas de piedra que definen, todavía en la actualidad, este modelo socio-económico minifundista, en verdad han debido resultar ruinosos para cualquier construcción anterior que tuviera tal tipo de material como base de su aparejo. Esta circunstancia, que probablemente se muestre en el futuro como un factor destructivo radical en ese lugar, debe advertirnos sobre determinadas tendencias morfológicas observadas en los monumentos de otras zonas, para los cuales el expolio histórico ha debido actuar como un filtro selectivo que permitió preservar unas estructuras y no otras en función de la naturaleza de sus componentes constructivos.

En cualquier caso, Cantabria sigue siendo un área de baja densidad de localizaciones y su potencial informativo está, hoy por hoy, muy limitado dados los escasos trabajos de excavación realizados. Pese a ello, puede apuntarse ya alguna tendencia general sobre sus características. Las dimensiones de los túmulos de estos monumentos rondan los tamaños medios o pequeños. En términos concretos,

más de la mitad de la muestra se agrupa en un intervalo entre 6 y 11 m. Una familia de túmulos mayores, entre 11 y 15 m, suponen otro 25%. El resto se reparte en un amplio abanico desde los 3,9 m de Riofrío 6 (Vega de Liébana) a los 26,6 m de Hayas 4 (Ampuero). Cabe apuntar que los diámetros menores se ven con frecuencia afectados por problemas de desmantelamiento de la masa tumular, con lo que es de suponer que sus medidas originales fueran más amplias. Estas estructuras encierran espacios interiores, así mismo, de reducidas dimensiones, aún cuando, sobre estos aspectos, poseemos una información muy limitada. En ningún monumento se han observado estructuras complejas, cámaras con corredor, etc.. La mayoría de los casos se circunscribe a aparejos ortostáticos de planta rectangular. No obstante, y como excepción, se conoce algún ejemplo poligonal. En términos generales podemos decir que se trata de estructuras cistoides, es decir, de cámaras en las que es necesario -y posible por sus modestas dimensiones- levantar uno de los elementos para incorporar nuevas inhumaciones. El conjunto se distribuye desde prácticamente el nivel del mar hasta más de 1800 m, en una de las más amplias secuencias altitudinales de la Península. Además, excepto dos pequeños saltos entre 300-400 m, y 1600-1700 m, todas las centenas contienen, en mayor o menor número, estructuras tumulares. Tal distribución no es, sin embargo, aleatoria. La posición de estas manifestaciones parece evidenciar, entre otras posibles causas de velada apariencia, una constante más explícita: la búsqueda de lugares con un amplio dominio paisajístico. Efectivamente, esta, en apariencia, muy repartida muestra megalítica se amolda sucesivamente a las diferentes situaciones orográficas, prevaleciendo en cada localización la selección de una posición destacada. Junto a éste, resulta conveniente señalar otro aspecto que, por intrascendente u obvio que parezca, puede ayudarnos a comprender más correctamente su modelo de distribución: la necesidad de un microespacio mínimamente apto para la construcción de éstas arquitecturas. Es decir, una superficie homogénea y llana, o con poco desnivel, donde puedan aparejarse de manera efectiva sus respectivas masas de tierra y piedras. Esta segunda variable adquiere protagonismo, lógicamente, en la orografía cantábrica, con una alta energía del relieve, y no tanto en los abiertos paisajes de la submeseta norte. De hecho, el análisis conjunto de ambas variables -dominio paisajístico y aptitud topográfica- da una satisfactoria respuesta a otras circunstancias recurrentes en el modelo de distribución, las cuales han sido valoradas, a lo largo del desarrollo de la investigación, desde diferentes puntos de vista, incluso como pretendidas pautas de comportamiento socio-económico. Sin duda, unas circunstancias no son excluyentes de otras, pero entre ellas es necesario establecer cierta jerarquía causal. Para entender mejor este planteamiento conviene recalcar en la dinámica paisajística de estos valles centrales del cantábrico.

La orografía de la Cornisa es producto de diversos plegamientos y bascula

mientos laterales producidos durante la época herciniana y alpina. Éstos han provocado la emersión de un duro núcleo paleozoico, en longitudes centro occidentales, y una cobertera mesozoica y terciaria más blanda a medida que nos trasladamos hacia el oriente. En virtud de ello, la orografía resultante está fundamentalmente vinculada a las morfoestructuras en su sector W y a un mayor peso específico de los procesos erosivos en el E⁵. El espacio que comprende la región de Cantabria se sitúa a mitad de camino entre ambos tipos de modelado paisajístico. Los valles occidentales se caracterizan por una dinámica más agreste y sus cuencas fluviales se ven encajadas entre las fallas y desigualdades de la litología. Los centro orientales se ven condicionados, como decimos, por un mayor protagonismo de los procesos erosivos, lo que provoca la orientación N/S de sus cuencas, a la búsqueda de un rápido alcance del nivel del mar. En definitiva, el espacio regional de Cantabria se resume en una apretada sucesión de estrechos cordales montañosos y profundos valles. Éstos mantienen cabeceras más elevadas a medida que nos trasladamos hacia el W -influidas por el entorno de ese duro núcleo paleozoico (Picos de Europa)- y unos cursos bajos en los que los perfiles de las respectivas cuencas se diluyen conformando un nuevo entorno común denominado La Marina.

Sin embargo, pese a la poco homogénea distribución de litologías deducible del párrafo anterior y teniendo en cuenta que en ellas es dominante la presencia de calizas y areniscas, la muestra tumular de Cantabria decanta mayoritariamente su localización en sustratos de esta última naturaleza, es decir, sustratos silíceos. El comportamiento se explica, a nuestro modo de ver, atendiendo a dos cuestiones. Por una parte, a la escasa localización, hasta el momento, de manifestaciones tumulares en los dominios de La Marina, donde se generalizan las series carbonatadas. Por otra, a las diferentes formas de erosión asociadas a ambos tipos de roca, lo que también trae aparejado un diferente grado de idoneidad de sus superficies para un adecuado asentamiento constructivo de estas arquitecturas.

La erosión química de las rocas carbonatadas acentúa las irregularidades de las zonas superiores de sus paquetes, produciendo lapiaces o profundos lenares. Sólo en pisos inferiores del sistema se producen superficies más homogéneas por depósito de las arcillas de descalcificación. Al contrario, la erosión mecánica de las silíceas desarrolla en altura entornos alomados, espacios más homogéneos y con menor energía del relieve. A esto hay que añadir las mayores posibilidades, como elementos de construcción, de las bancadas areniscosas, directamente aprovechables sin apenas esfuerzo de desbastado a diferencia de las más caprichosas formas de los bloques calizos.

⁵ Una introducción al marco geográfico de Cantabria podemos encontrarla en Frochoso, 1986: 39 y ss.

Así, podemos generalizar señalando que siempre que se ha localizado una estructura tumular cercana a un contacto areniscas/calizas, ésta se dispuso en la banda silícea. El hecho se observa incluso en entornos mayoritariamente dominados por calizas como puede ser el de los Picos de Europa. Excepción a este comportamiento es, por ejemplo, el del conjunto del Collado de Llaves (Peñarrubia) (Arias y otros, en prensa). Aquí las estructuras se han dispuesto en altura sobre una litología calcárea, entre torcas y sumideros. Ahora bien, están claramente asociadas a una estrecha banda de areniscas, la cual, a pesar de no tener una potencia suficiente para crear un microespacio llano donde aparejar un túmulo de medianas dimensiones, sirvió de cantera para los materiales de construcción de esos monumentos.

La tesis de "*compatibilidad topográfica de posiciones con un amplio dominio paisajístico*" como base de explicación del modelo de distribución de estructuras megalíticas en Cantabria o en buena parte del cantábrico, se ha de someter a nuevos exámenes al integrar otras variables que, sin duda, aparecen relacionadas con las anteriores. En paisajes con alternancia de sustratos calcáreos y silíceos, estos últimos no sólo suponen, en altura, una transición allanada entre perfiles más agrestes, sino que están directamente vinculados al desarrollo de suelos y, por su menor resistencia a la erosión, con zonas de paso entre macizos poco accesibles. Tanto la delimitación de espacios productivos como la identificación de itinerarios de comunicación, son ideas asiduamente manejadas en la bibliografía megalítica del norte, desde principios de siglo. El concepto en el que se materializaban éstas respondía a la fórmula "pastoreo nómada" o "móvil" (Barandiarán, 1979: 155). El problema, por lo tanto, está en que todas las variables que hemos venido manejando son de difícil discriminación o jerarquización interna. Es decir, la posición de estos monumentos ¿localiza zonas de paso entre territorios controlados? ¿define un espacio económico concreto? ¿es simplemente un lugar elevado o de control con un mínimo de compatibilidad para construir sobre él la estructura tumular? Para discriminar entre lo improbable, más que para dar una respuesta positiva, resulta adecuado analizar el cantábrico como una unidad. Es éste un test que, por lo variado de su orografía, relega a su verdadera importancia alguna de las propuestas planteadas. Sobre tales cuestiones volvemos en el apartado final del trabajo.

Otra característica definidora del fenómeno megalítico en Cantabria es la tendencia a localizar sus manifestaciones agrupadas o, por lo menos, no claramente aisladas. Ahora bien, dependiendo de la escala que manejemos podemos distinguir entre verdaderas necrópolis o monumentos con una directa relación visual pero entre sí distanciados. Para encuadrar a las primeras se puede atender a dos ideas. Por una parte a la inexistencia de cualquier tipo de exclusividad territorial de una estructura respecto a otra, más allá de una mínima distancia de

respeto. Por otra, la búsqueda de un entorno personalizado que define un espacio funerario excluyente, esta vez sí, de otros usos o funciones realizados por el mismo grupo humano. Bajo tales presupuestos podemos integrar los conjuntos de Peña Oviedo (Camañeño), La Raíz (San Vicente de la Barquera), Collado Pirú (Tresviso) o Collado de Llaves (Peñarrubia). A diferencia de esto, en los valles centro-orientales encontramos una disposición más lineal en la que únicamente podemos percibir una relación de cercanía visual. Vuelve a manifestarse como condicionante, en estas variaciones, el ambiente orográfico en el que se integra cada localización. En zonas con mayor predominio de rocas calizas -al occidente de la región-, donde tienen un carácter más nuclear las superficies aptas para la consolidación del aparejo tumular, localizamos un mayor número de *necrópolis*. Por contra, los valles centro-orientales, donde se generalizan los entornos silíceos y, como consecuencia, el paisaje se ordena a partir de estrechos cordales de perfil más homogéneo y rumbo general N/S, las estructuras se disponen a lo largo de los mismos, dibujando una línea sinuosa con una frecuencia monumental interna más o menos variable.

La naturaleza de los materiales empleados en estos monumentos es, en la mayor parte de los casos, afín al sustrato litológico. Por ello, también aquí, es dominante la presencia de rocas silíceas/areniscosas, tanto para materiales de la calota exterior como para los ortostatos de las cámaras. Excepción a esta norma es el ejemplo de la anteriormente citada *necrópolis* del Collado de Llaves (Peñarrubia), localizada sobre un sustrato calcáreo pero utilizando materiales de un inmediato y estrecho afloramiento de areniscas. La composición de las masas tumulares varía desde las que son aparejadas exclusivamente con piedras a las que incluyen únicamente tierra, pasando por una mayoría de casos de combinación de piedras de arenisca y tierra o, de manera más marginal, piedras de caliza trabadas con arcilla. Los ejemplos en los que ha podido verificarse la existencia de cámaras interiores no sobrepasan el 31%, y sólo en la mitad de estos últimos se logra reconstruir la superficie de la planta original. No olvidemos que estamos hablando de un conjunto documental en el que apenas se han desarrollado labores de excavación. El espacio que se puede deducir para estas cámaras funerarias es, ciertamente, exiguo. La media sobrepasa en poco los 2 m², con lo que queda en entredicho, o por lo menos no se afianza, la idea de sepulcro colectivo para tales manifestaciones. No obstante, se conocen ejemplos bastante alejados de estas medidas. Es el caso de la estructura de Arcillares (Cillorigo-Castro), con una planta trapezoidal de 3,85 m de lado mayor, o, posiblemente, el de Cotero de la Mina (San Vicente de la Barquera)⁶. En pocos casos se conocen las soluciones de

⁶ Aunque no es posible observar en la actualidad la forma de la planta de este último, sin embargo en él afloran dos grandes ortostatos en posiciones bastante descentradas respecto de la masa tumular, lo cual nos invita a suponer que ésta al menos alcanza el centro de la estructura. Además, lo que

cubierta, aun cuando por las modestas superficies a *techar* y por la propia pérdida de sus vestigios, no parece que requirieran elementos voluminosos. En esto se distancia la muestra de Cantabria de otros ejemplos de estructuras más occidentales, sin corredor pero con sistemas de cubierta adintelada grandiosos y pesados.

Los restos mobiliarios pertenecientes a ajuares o a actividades inherentes a la construcción de estos monumentos son extremadamente escasos. Hasta ahora sólo han sido publicados los trabajos de las excavaciones de Alto de Lodos (Rasines/Guriezo) y los avances de labores en curso referentes a las necrópolis de La Raíz (San Vicente de la Barquera) y Peña Oviedo (Camaleño) (Serna y otros, 1989: 85-98; Serna, 1991: 231 y ss.; Díaz Casado, 1991: 183 y ss.). En los tres casos la documentación mobiliaria obtenida es bastante pobre y fue recogida en contextos revueltos. No obstante, el primero aportó una reveladora colección de microlitos geométricos -dos triángulos y dos trapecios-, junto a otras piezas de lascado en sílex, que están en perfecta armonía con lo documentado en el cercano túmulo de Galupa II (Apellániz, 1965: 72 y ss.) y que nos remiten a un horizonte antiguo en el desarrollo de este tipo de ritualización funeraria en el Cantábrico. En La Raíz han sido excavados dos monumentos de muy diferente morfología. La Raíz II es una estructura de unos 9 m de diámetro cuya masa tumular está compuesta por piedras de caliza y arcilla. En su interior se documentó una cámara, posiblemente de planta poligonal, aparejada con ortostatos de la misma naturaleza y muy arruinada en el momento de excavación. El material mobiliario recuperado fue escaso. En él destaca, entre otras piezas de lascado, dos grandes láminas de sílex. La Raíz III es un túmulo de unos 16 m de diámetro de tierra compactada con un nivel de losetas, en cuyo interior -y siempre siguiendo el relato de sus excavadores- no parecen haber sido observados restos ortostáticos de la cámara. La colección de artefactos aquí recogida es más variada, incluyendo diversas láminas en sílex, microlitos y puntas romboidales de retoque plano. Colección encuadrable, en principio, en un periodo amplio de tiempo aunque, por las circunstancias de su documentación, resulte una muestra poco diagnóstica. Lo demás son restos recogidos en superficie aunque asociados espacialmente a diversas construcciones megalíticas. Así, una pieza foliácea de aletas en apéndice fue localizada en la escombrera de violación de un túmulo en Guriezo, en la cuenca del río Agüera (Gorrochategui y Yarritu, 1980: 477). Varias hachitas pulimentadas y una lámina posiblemente fueron extraídas de los mencionados túmulos de La Raíz, pero anteriormente a su documentación sistemática⁷. También dos geométricos y un

sobresale de dichos ortostatos es la parte superior de sendos bloques erigidos en vertical, toda vez que la altura que resta de masa tumular es mucho más amplia que la longitud -mejor dicho anchura- de lo observado en superficie.

⁷No es posible determinar de manera concreta el contexto arqueológico original de tales piezas. Parece que, si no en los túmulos, sí fueron recogidas en los alrededores. Las mismas se depositaron

hacha pulimentada fueron encontrados junto a dos túmulos en el collado de Pelea (Cillorigo-Castro), en el valle de Liébana⁸. Finalmente, un fragmento de punta de retoque plano fue encontrado en la campa de Llandelallana (Peñarrubia), entre un grupo de cuatro túmulos. Se trata, en cualquier caso, de una muestra muy poco significativa, localizada en contextos alterados aunque no disonante de lo reconocido en regiones vecinas y que nos remite a horizontes antiguos dentro de la implantación del rito megalítico en el tercio norte peninsular.

SOBRE UN CONTEXTO CANTÁBRICO DEL MEGALITISMO

Dado el estado actual de la investigación megalítica en Cantabria, sin apenas iniciativas de excavación y prácticamente reducida, su información, a una distribución puntual de localizaciones, resulta conveniente tomar el fenómeno como un todo, como una unidad independiente de desarrollos temporales internos. A pesar de que esto supone la renuncia a la mayor parte de las cuestiones sobre la dinámica de los grupos humanos implicados en su construcción -pero que en esta región carecen de base documental concreta-, obtenemos una imagen global que potencia la vinculación de este espacio con algunas áreas vecinas, a la vez que lo contrasta y aleja de las peculiaridades de otras.

Dos características aparecen como constantes definidoras del megalitismo en Cantabria. De un lado, un aspecto arquitectónico: ausencia de tipos constructivos complejos sobre todo en lo que respecta a sepulcros de corredor. Es decir, generalización de las estructuras simples, cistoides, rectangulares o poligonales. De otro, su modelo de distribución orográfica: acotando el horizonte visual del paisaje; seleccionando lugares con un dominio panorámico del territorio. A partir de estas dos pautas características, podemos movernos por una gran parte del cantábrico sin observar alteraciones apreciables del modelo. Al occidente, sólo a partir de la longitud del cabo de Peñas (Asturias) se localiza un monumento -hasta ahora aislado- que responde a la fórmula de sepulcro de corredor⁹, teniendo que alcanzar la cuenca del río Navia para constatar otros casos del mismo tipo constructivo. En la longitud de Cantabria o del País Vasco los ejemplos de tales manifestaciones se sitúan al S o en la propia divisoria de aguas cantábrico/con-

en el Museo Regional de Prehistoria de Santander en el verano de 1973 por una maestra del cercano pueblo de La Acebosa.

⁸ Materiales recuperados por Gonzálo Gómez Casares, quien nos informó de su existencia. Sirva esta escueta cita de agradecimiento.

⁹ Nos referimos al localizado en el monte Areo, el cual se presenta en otra comunicación de este Congreso expuesta por M.A. de Blas Cortina de título "El monte Areo, la Llaguna de Niévaros y la Cobertoria: tres espacios funerarios para la comprensión del complejo cultural megalítico en el centro de Asturias".

tinental. Así los grandes sepulcros de las parameras del norte de Burgos (Rojo, 1993: 53) o los respectivos de la llanada alavesa, los cuales tienen como referente más septentrional el caso de Igartza W, entre los municipios de Ataun y Urdiain (Apellániz, 1973: 245). Aunque agrupables todos bajo el mismo término “sepulcro de corredor”, parecen corresponder a tradiciones constructivas diferentes. Los asturianos, en perfecta armonía con las manifestaciones del finisterre peninsular, rematan sus cámaras con un potente dintel pétreo. Por contra, en los de las cabeceras del Duero y del Ebro, con cámaras de mayor diámetro, este sistema de cubierta no está documentado salvo excepciones: San Martín (Laguardia, Alava) y Txabola de la Hechicera Elvillar, Alava). La carencia actual de vestigios desecha, así mismo, la posibilidad de la falsa cúpula por aproximación de hiladas, ya que, esta solución hubiera aportado gran cantidad de material al contexto arqueológico. Se ha apuntado la posibilidad de materiales perecederos como estructuras de madera, etc.

No parece, tampoco, que los elementos mobiliarios depositados en estas estructuras subrayen diferencias apreciables entre la ritualidad de los grupos humanos de longitudes centrales y orientales en el tercio norte peninsular. Al contrario, la tipificación del horizonte funerario San Martín/El Miradero reveló una reiterativa comunidad de rasgos en las cabeceras de los ríos Duero y Ebro. Esto no tanto por aspectos arquitectónicos -como pueda ser la generalización de los sepulcros de corredor- como por una estrecha vinculación de los elementos de ajuar, en sí, de variada naturaleza (Delibes y otros, 1987: 181-197).

En definitiva, lo que tratamos de valorar es un modelo de relaciones megalíticas definido a partir de líneas de tensión horizontales, el cual permita hablar paralelamente de un contexto megalítico cantábrico a diferencia de otro interior Duero/Ebro, ambos separados por la propia divisoria general de cuencas. Se persigue, así mismo, romper con una concepción vertical de relaciones que perpetúa al País Vasco como unidad individualizable respecto de áreas vecinas.

El conjunto de la cordillera cantábrica se revela como marco idóneo de análisis. Por una parte, porque como escala geográfica parece mostrar más correctamente la dinámica de los diferentes entornos o ambientes megalíticos en el tercio norte peninsular. Por otra, porque su variabilidad orográfica y biológica puede actuar como un notable *test* al que someter las diferentes hipótesis comúnmente manejadas para inferir aspectos socioeconómicos de la vida de estos constructores de megalitos. Efectivamente, el paralelo etnográfico utilizado por J.M. de Barandiarán que relacionaba espacios históricamente dedicados al pastoreo y la afín distribución de estructuras tumulares, fue una sugerente imagen que se adaptaba bien a la orografía de esas latitudes orientales del cantábrico, con una divisoria general de cuencas relativamente baja y conformada por superficies abiertas y alomadas. Sin embargo, si se hubiera tomado otra longitud del cantá-

brico como base de análisis o una más amplia que la del País Vasco, esa asociación no habría sido tan inmediata o, quizás, no se habría planteado. La pertinaz localización de estructuras tumulares en entornos tan contrastados como los de los valles centrales de la Cornisa -entre el nivel del mar y más de 1800 m- no invita a suponer la búsqueda de un ambiente natural concreto sino que, de hecho, resulta un completo catálogo de los biotopos de ladera conocidos en el cantábrico: desde aquellos en los que son predominantes las herbáceas hasta los que definen el desarrollo maduro del bosque. Además, el planteamiento tiene que salvar otra serie de inconvenientes teóricos que están en relación con una precisa definición de “economía pastoril”, es decir con ideas sobre creación de excedentes, especialización social o necesidad de dietas agrarias complementarias, etc.¹⁰.

En descargo de la opción de Barandiarán e independientemente de la orientación antropológica de sus estudios, conviene recordar que en aquel momento las regiones vecinas al País Vasco no aportaban datos cualitativos sobre la existencia de este tipo de estructuras, lo cual conducía a crear esa imagen de isla o de mundo megalítico individualizado geográficamente.

Incluso en ese orden unificador del País Vasco, la Cornisa Cantábrica, cumplía un papel menor o se adaptaba a esquemas establecidos en esencia al S de la divisoria de aguas. Desde los años 40, ya descubiertos los grandes monumentos de la vega del Ebro, los dos aspectos que mayor protagonismo asumen en la caracterización del megalitismo de la zona son: por una parte, las concentraciones dolménicas de las sierras de Urbasa y El Aralar, es decir, de la propia divisoria de aguas. Por otra, la especificidad de los sepulcros de la llanada alavesa, completada más tarde -en los 60- por los de Aratajona (Navarra). Las hipótesis referidas a la dinámica de los grupos humanos responsables de tales construcciones, se estructuraban en torno a esos dos aspectos. Así ocurre, por ejemplo, con el clásico orden global que divide estas manifestaciones en *dólmenes de valle o de montaña*, en donde encuentran razón conceptos como los de *sepulcro panteón* a diferencia de *ritualizaciones funerarias perentorias*, los cuales, en definitiva, vinculan las manifestaciones de la cuenca media del Ebro con ese horizonte septentrional de la divisoria de aguas (Maluquer, 1971: 20). Para tal esquema siempre fueron conflictivas las localizaciones cantábricas, sobre las que no se tenía claro que variable atender a la hora de integrarlas en una u otra división: su tipo arquitectónico o su altitud sobre el nivel del mar (Vivanco, 1981: 67-144). Tampoco parecían disfrutar de esa complementariedad funeraria que caracterizaba a las

¹⁰La idea de un periodo de la prehistoria fundamentalmente basado en economías ganaderas está, hoy por hoy, muy cuestionada (Criado y otros, 1986: 146; Renfrew, 1990: 76). En cualquier caso, en grupos mayoritariamente dedicados al pastoreo de bóvidos, surge la necesidad de complementariedad comercial -que de lógica a su esfuerzo de creación de excedentes- con otros de base agrícola (Childe, 1976: 103; Harris, 1991: 281-282).

concentraciones de la divisoria respecto de los más complejos monumentos de la vega del Ebro. De hecho se las consideraba derivadas o más tardías que sus respectivas meridionales, testigos del máximo apogeo del megalitismo vasco (Apellániz, 1974: 385-386). Tal interpretación cronológica no sólo afectó a las manifestaciones de este sector oriental de la Cornisa. En la mayor parte del cantábrico, cuando las características de su muestra megalítica se alejaban de los tipos sistematizados en otras zonas, especialmente de las arquitecturas más aparatosas, el fenómeno se hacía derivado de ellas. Por el contrario, cuando algún aspecto podía ser paralelizado con ejemplos ajenos a este sector septentrional de la Península, el ambiente megalítico envejecía¹¹. Es este un síntoma de que el área asumía un papel periférico en los esquemas interpretativos del tercio norte peninsular. Las recientes aportaciones de datos radiocarbónicos en estructuras de la Cornisa confirman un momento antiguo de implantación de este rito funerario, paralelizable al de manifestaciones homónimas al S de la divisoria de aguas. Efectivamente contamos ya con una escueta serie de fechaciones, no obstante bien repartidas por el cantábrico, que, de W a E, se refieren a los siguientes contextos¹²:

			<i>C-14 BP</i>	<i>cal BC 2\bar{O}¹³</i>
Llaguna de Niévares D	carbón	GrN-16647	5135±40	4034-3816
Llaguna de Niévares D	carbón	GrN-16648	5110±60	4036-3780
Peña Oviedo	?	?	5195±25	4040-3976
Larrarte	carbón	I-14781	5810±290	5330-4005
Larrarte	carbón	I-14919	5070±140	4233-3539
Trikuaizti I	carbón	I-14099	5300±140	4457-3790

Excluida la muestra I-14781 por excesivamente antigua y perteneciente, en principio, al mismo horizonte que I-14919, se confirma el cambio del 5º al 4º milenio (calibradas ya las muestras) como momento en el que está perfectamente

¹¹ Así, se considera un aspecto arcaizante, por sus paralelos con Galicia, determinadas decoraciones interiores de cámaras dolménicas, como Santa Cruz (Cangas de Onís, Asturias). Contrariamente, las manifestaciones tumulares no ortostáticas o sin cámara definida se sitúan en momentos tardíos o de prolongación del rito.

¹² Las dos primeras muestras pertenecen a un conjunto tumular localizado en el municipio de Villaviciosa (Asturias) (Blas Cortina, 1992: 127). La tercera se recogió en otra necrópolis en Camaleño (Cantabria) (Díez Castillo, 1992: 43). Las tres últimas pertenecen al conjunto de Murumendi (Beasain, Guipúzcoa) (Mújica y Armendáriz, 1991: 129 y 158).

¹³ La calibración de estas fechas se refiere a las curvas de Pearson y otros, presentadas en la Conferencia Internacional de Radiocarbono de Trondheim (Pearson y otros, 1986: 911-934). Se ha utilizado el programa informático CALI para la conversión de dataciones BP en años cal BC, diseñado por C. González-Gómez, del Laboratorio de Datación por Carbono-14 de la Universidad de Granada.

asentado el rito de la inhumación en estructuras megalíticas en el Cantábrico. Resulta curioso, como señala De Blas (Blas Cortina, 1992: 127), que una vez obtenido un conjunto de fechaciones absolutas, éstas se circunscriban a un horizonte relativamente preciso dentro del más abierto periodo temporal inferido para tales monumentos; y esto, sobre todo, en un área cuya tradición historiográfica se caracterizaba por hablar de perduraciones. Debe descartarse, a partir de estos datos, la idea de que las estructuras simples, e incluso otras menos ortodoxas -como demuestra el variado conjunto de Llaguna de Niévares-, pertenecen a un mundo megalítico posterior al representado por las más grandes manifestaciones de la submeseta norte, aunque sin pretender alcanzar los horizontes de fundación de otros monumentos ya en la fachada atlántica portuguesa.

Queriendo manejar la perspectiva más general, podemos concluir hablando de la cornisa cantábrica como una poderosa cuña que separa dos ambientes megalíticos o dos interpretaciones del fenómeno, las cuales, por su carácter de aculturación, nos están mostrando cierta dualidad del sustrato indígena anterior. Esta cadena montañosa ejerce de manera más efectiva su poder discriminador allá donde sus volúmenes son más evidentes: el sector centro occidental. Por el contrario el complejo septentrional parece desbordarse hacia el S en longitudes en las que tal accidente orográfico modera su relieve: el sector oriental. Las concentraciones de monumentos de este área evidencian, todavía, el modelo de distribución cantábrico, y sus tipos constructivos siguen pareciendo herederos de aquellas latitudes. Sin embargo, también aquí empiezan a localizarse ejemplos arquitectónicos generalizados ya en latitudes meridionales. Por otra parte, a medida que nos trasladamos hacia el occidente, el megalitismo cantábrico se hace tributario de las formas constructivas y decorativas del más dinámico foco megalítico galaico-portugués. De hecho, debe ser éste el origen de las influencias que, posteriormente, modelaron el fenómeno en la vertiente norte de la Cornisa.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- APELLANIZ CASTROVIEJO, J.M^a "Monumentos megalíticos de Vizcaya y Alava". *Munibe* 1-4. San Sebastián 1965. pp.72 y ss.
- APELLANIZ CASTROVIEJO, J.M^a "*Corpus de materiales de las culturas prehistóricas con cerámica de la población de las cavernas del País Vasco meridional*". *Munibe*. Supl. nº1. San Sebastián 1973.
- APELLANIZ CASTROVIEJO, J.M^a "*El grupo de Los Husos durante la prehistoria con cerámica*". *Est. de Arq. Alavesa* nº7. Vitoria 1974.
- ARIAS, P.; PEREZ, C.; TEIRA, L.C. "Nuevas necrópolis megalíticas en el área de los Picos de Europa" En prensa.
- ARMENDARIZ, A. "Problemas sobre el origen del megalitismo en el País Vasco". En: *El megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid 1987. pp.143-148.

- BARANDIARAN, J.M. "Algunos vestigios prehistóricos en la etnografía actual del País Vasco". *Anuario de eusko-folklore*, t. XII. Vitoria 1932. Reed. en Obras Completas de J.M. de Barandiarán. t. X. Ed. La Gran Enciclopedia Vasca. Bilbao 1976.
- BARANDIARAN, J.M. "Sorginaren txabola". *Ikuska*, nº 1. Sara 1946. Reed. en Obras Completas de J.M. de Barandiarán. t. XII. Ed. La Gran Enciclopedia Vasca. Bilbao 1978. pp. 111-113.
- BARANDIARAN, J.M. "*El hombre prehistórico en el País Vasco*" Ediciones vascas. San Sebastián 1979.
- BLAS CORTINA, M.A.; FERNANDEZ-TRESGUERRES, J. "*Historia primitiva en Asturias. De los cazadores-recolectores a los primeros metalúrgicos*". Ed. Silverio Cañada. Gijón 1989.
- BLAS CORTINA, M.A. de "Arquitecturas megalíticas en la Llaguna de Niévares (Villaviciosa). Excavaciones de 1988 a 1990". *Excavaciones Arqueológicas en Asturias, 1987-90*. Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias. Oviedo 1992.
- BLOT, J. "Les rites d'incineration en Pays Basque durant la protohistoire". *Munibe*, año XXXI. San Sebastián 1979. pp.219-236.
- BLOT, J. "Des rites funeraires protohistoriques ont-ils persisté, en Pays Basque, jusqu' au moyen-age? *Kobie* nº12. Bilbao 1982. pp.33-42.
- BOSCH GIMPERA, P. "El problema etnológico vasco y la arqueología". *Soc. de Est. Vascos*. t.XIV, num.4. San Sebastián 1923.
- BOSCH GIMPERA, P. "*El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España*". Imprenta Universitaria, 1944. México 1945.
- CASTILLO, A.del "El Neoenolítico". En: *Historia de España*. Dirigida por R. Menéndez Pidal.t.I apart.IV. cap.II. Madrid 1947.
- CRIADO, F.; AIRA, M^ªJ.; DIAZ-FIERROS, F. "*La construcción del paisaje: megalitismo y ecología. Sierra de Barbanza*". Xunta de Galicia. Santiago de Compostela 1986.
- CHILDE, V.G. "*Los orígenes de la civilización*". Ed. Fondo de Cultura Eco. Novena reimpresión. Madrid 1976.
- DELIBES, G.; ALONSO, M.; ROJO, M."Los sepulcros colectivos del Duero medio y Las Loras, y su conexión con el foco dolménico riojano". En: *El megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid 1987. pp. 181-197.
- DIAZ CASADO, Y. "Excavaciones en el conjunto megalítico de la Peña Oviedo. (Camaño, Cantabria)". *XX C.N.A.* Zaragoza 1991. pp. 183-190.
- DIEZ CASTILLO, A. "La neolitización en Cantabria". *Nivel Cero*. nº 1. Santander 1992. pp.35-45.
- FROCHOSO SANCHEZ, M. "El medio físico". En: González Sáinz, C.; González Morales, M.R. "*La prehistoria en Cantabria*". Ed. Tantín. Santander 1986. pp.39 y ss.
- GONZALEZ SAINZ, C.; GONZALEZ MORALES, M. "*La Prehistoria en Cantabria*". Ed. Tantín.Santander 1986.
- GORROCHATEGUI, J.; YAR3RITU, M^ªJ. "Catálogo de talleres y manifestaciones funerarias (dólmenes, túmulos, cronlechs y menhires) del Bronce y Hierro en Este de Santander". *Kobie* nº10. Bilbao 1980. pp.449-495.
- HARRIS, M. "*Introducción a la antropología general*". Ed. Alianza. 3ª edición. Madrid 1991.
- MALUQUER DE MOTES, J. "Las comunidades prehistóricas alavesas y sus problemas". *Inv. Arq. en Alava*. 1957-1968. Ins. Sancho el Sabio. Vitoria 1971. pp.13-24.
- MUJICA, J.A.; ARMENDARIZ, A. "Excavaciones en la estación megalítica de Murumendi. (Beasain, Gipuzkoa). *Munibe* 43. San Sebastián 1991. pp.105-165.

- OCEJO HERRERO, A. "La necrópolis tumular megalítica del término municipal de San Vicente de la Barquera y megalitismo en Cantabria". *Altamira* t.XLIV. 1983-84. Santander 1986. pp.63-78.
- PEARSON, G.W.; PILCHER, J.R.; BAILLIE, M.G.L.; CORBETT, D.M.; QUA, F. "High-Precision ¹⁴C Measurement of Irish Oaks to Show the Natural ¹⁴C Variations from AD 1840-5210 BC". 12th International Radiocarbon Conference. Trondheim, Norway. *Radiocarbon*, vol. 28. nº 2B. New Haven 1986. pp.911-934.
- PERICOT GARCIA, L. "*Los sepulcros megalíticos catalanes y la cultura pirenaica*". C.S.I.C. Barcelona 1950.
- PERICOT GARCIA, L. "Las épocas de la piedra pulimentada y del Cobre". En *Historia de España*. t.I Epocas primitiva y romana. Barcelona 1967.
- RENFREW, C. "*Arqueología y Lenguaje. La cuestión de los orígenes indoeuropeos*". Ed. Crítica. Barcelona 1990.
- RIOS Y RIOS, A.de los "Monumentos Célticos en Campóo". *Semanario Pintoresco Español*. Agosto 1857. pp. 249-252.
- ROJO, M. "Megalitismo en la Lora burgalesa: una forma de relación hombre-espacio". *1º Congreso de Arqueología Peninsular*. Livro-Guía. Porto 1993.
- SERNA, M^ªR.; DIEZ, A.; RUIZ, J.; TEIRA, L.C. "El dolmen del Alto de Lodos (Rasines, Cantabria)". *Veleia* nº6. Vitoria 1989. pp.85-98.
- SERNA CONZALEZ, M.R. "La necrópolis megalítica de La Raíz. (San Vicente de la Barquera, Cantabria). XX C.N.A. Zaragoza 1991. pp.231-237.
- TEIRA MAYOLINI, L.C. "*El megalitismo en Cantabria*". Universidad de Cantabria. En prensa.
- VIVANCO, J.J. "Orientación y tipología de las cámaras de los dólmenes de montaña y valle". *Est. de Arq. Alavesa* nº10, Vitoria 1981. pp.67-144.

A PRIMEIRA METADE DO 3º MILÉNIO NO CENTRO/SUL DE PORTUGAL. ALGUMAS BREVES REFLEXÕES, ENQUANTO OUTRAS NÃO SÃO POSSÍVEIS

por

Victor S. Gonçalves*

Resumo: A primeira metade do 3º milénio reveste-se, no Centro/Sul de Portugal, de um conjunto de características que têm directamente a ver com (1) diferentes estratégias do povoamento e organização do espaço; (2) experimentação de novos modelos económicos e aquisição de outras formas de organização social; (3) substituição ou adequação das superestruturas.

O conteúdo dos inventários e a análise das estruturas de habitação e dos dispositivos defensivos revelam mudanças aceleradas bem como transformações específicas. Parecem indicar duas vias específicas de transporte de artefactos, arquitecturas e ideias. Uma, marítima e mediterrânica, tem particular expressão na Península de Lisboa, na região central de Portugal. A outra, terrestre, é perceptível através da similitude de artefactos entre a primeira das regiões citadas, o Alentejo, a actual Estremadura espanhola e a Andaluzia.

Esta comunicação apresenta algumas das questões nucleares e efectua, de passagem, uma breve análise crítica dos elementos disponíveis.

Palavras-chave: 3º milénio. Calcolítico. Centro/Sul de Portugal.

It is only when archaeologists are able to build social theory on an intra-archaeological data base and using an intra-archaeological comparative method - one that demands the possibility of discovering and explaining contrasts as well as similarities - that archaeological theory can be said to flourish.

Yoffee e Sherratt, 1993: 8

So, new social evolutionary theorists unite! You have nothing to loose but your chiefs.

Yoffee, 1993: 74

1. A QUESTÃO DAS CRONOLOGIAS E DAQUILO A QUE SE REFEREM

A primeira série de datações de radiocarbono disponível para o povoamento do 3º milénio no Ocidente peninsular, as referentes ao povoado fortificado

* Director do Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras. P-1699 Lisboa Codex PORTUGAL.

do Zambujal (Schubart, 1977; Schubart e Sangmeister, 1981), levantam alguns problemas, pelas datas excessivamente curtas, ainda que posteriormente corrigidas, problemas agravados ainda pelo facto de as correspondências se efectuarem habitualmente entre «fases de construção» do dispositivo defensivo e datas de radiocarbono, não havendo associações fechadas de artefactos datadas com segurança.

As datações entretanto conseguidas para o Cerro do Castelo de Santa Justa, Alcoutim (Gonçalves, 1989a), Monte da Tumba, Torrão (Silva e Soares, 1985, 1987, 1988; Soares e Cabral, 1987), Sala nº 1, Pedrógão do Alentejo (Gonçalves, 1987), Monte Novo dos Albardeiros, Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1988-89) e Liceia, Oeiras (Cardoso, 1989) permitiram rectificar algumas imagens pouco nítidas, ainda que estejamos longe de uma visão «definitiva».

No caso do Cerro do Castelo de Santa Justa, uma série significativa de datações agrupou na 1ª metade do 3º milénio os níveis correspondentes à fundação do sítio.

No caso do Monte da Tumba, estas datas parecem recuar ainda, sendo necessária uma muito minuciosa e crítica caracterização dos níveis a que se referem os intervalos de tempo que, não sendo sequer referentes ao momento inicial do povoado, ainda assim o colocam no 4º milénio.

No caso do *locus* 1 da Sala nº 1, a sequência obtida evidencia uma predominância artefactual da associação taça carenada/prato de bordo espessado na 2ª metade do 4º milénio e a sobrevivência aparentemente exclusiva do prato de bordo espessado na 1ª metade do 3º milénio.

No caso da Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, o povoado fortificado provido de espessa muralha reforçada por grande(s?) torre(s?) data claramente da 1ª metade do 3º milénio e sobre as suas ruínas se construirá a Estrutura 1, num dado momento de uso certamente funerário.

No caso de Liceia, e enquanto não estão disponíveis as datações referentes a «Liceia II», podemos aceitar como *terminus ante quem* as existentes para a Casa P (Liceia III), um conjunto a vários títulos significativo, cuja calibração a 2 sigmas coloca a fase anterior, com forte probabilidade, e mais uma vez claramente, nos inícios do 3º milénio (ICEN 92: 4120 ± 80 BP; ICEN 89: 4200 ± 70 BP; ICEN 95: 4370 ± 60 BP; ICEN 101: 4400 ± 50 BP; ICEN 102: 4350 ± 60 BP).

De qualquer modo, sabemos hoje que o conjunto de datações disponíveis parece claramente apontar para um facto novo: algures na primeira metade do 3º milénio, em anos de calendário, a implantação dos principais povoados passa a fazer-se em locais muito bem destacados na paisagem, controlando vias na-

turais de grande importância estratégica, acumulando com essa implantação um processo defensivo até então desconhecido no Ocidente Peninsular: muralhas e torres semicirculares, ocas ou maciças.

As populações que constroem estes povoados fortificados são, aparentemente, e segundo tudo indica, os primeiros metalurgistas do cobre e trazem consigo as inovações a nível do modelo económico próprias do que Sherratt chamou a Revolução dos Produtos Secundários.

Como sabemos, o modelo de Sherratt foi construído numa perspectiva macro-geográfica e macro-económica, consistindo numa interpretação sequencial de fenómenos que se definem, primeiro, numa escala regional e que, depois, ocorrem em áreas muito mais vastas.

Contrariamente ao que se receou e se conseguiu iludir com eufemismos e parágrafos suaves, a perspectiva de Sherratt é claramente difusionista e os próprios co-protagonistas do processo têm quatro patas e andam depressa. E se os camelos se ficaram pela Bactriana e áreas anexas, os cavalos tiveram outra sorte. Quanto ao terceiro protagonista quadrúpede, existia localmente em quase todas as regiões afectadas pela RPS e mais importante que uma sua eventual (e fácil) domesticação foi sem dúvida os acessórios que para ele foram inventados, nomeadamente o carro de bois.

As datações ¹⁴C disponíveis para o Ocidente peninsular, e particularmente para o Sul peninsular, apontam-nos intervalos de tempo praticamente coincidentes para um apreciável conjunto de transformações que ocorre no universo dos vivos, onde as mudanças são extremamente visíveis. Para o mundo dos mortos, a situação muda radicalmente, mesmo considerada a impressionante falta de informação disponível.

Ainda assim, e registando a fase inicial em que nos encontramos, ao procurar datar as alterações e as persistências no processo, foi possível estabelecer uma primeira proposta para o enquadramento cronológico de um artefacto ideotécnico de primeira importância, a placa de xisto com motivos geométricos (Gonçalves, 1989b), cuja existência na 2ª metade do 4º milénio e na 1ª metade do 3º parece hoje confirmada, quer em povoados (onde muitas das placas naturalmente teriam sido feitas) quer nas necrópoles em que elas eram depositadas.

Ao mesmo tempo, e permanecendo ainda em aberto, por absoluta falta de datas, a localização cronológica das grutas artificiais (para as quais, porém, experimentalmente, aponto habitualmente a transição do 4º para o 3º milénio), a escavação do *tholos* OP2b, em Reguengos de Monsaraz, confirmou a nítida posição na 1ª metade do 3º milénio da construção de um novo tipo de monumentos, os *tholoi* de tipo alentejano, cuja similitude morfológica com modelos da actual Estremadura espanhola é acompanhada pela sincronia cronológica (veja-se o caso dos dois níveis de utilização do monumento de Almendralejo,

correspondentes à fundação e segunda utilização de OP2b).

Parece evidente que o 3º milénio não se partiu em dois para nos agradar e que falarmos de 1ª e 2ª metade do 3º milénio é tão artificial, ainda que mais seguro, por mais impreciso, que falarmos em qualquer um dos seus quatro quartos. Mas sendo as datações de radiocarbono o que são, os intervalos de tempo de que dispomos não nos permitem a desejada precisão em blocos de medida mais curtos.

Não é improvável que novas datações determinem a consolidação (não falo da génese) dos povoados fortificados nos primeiros séculos do 3º milénio, coincidindo o fim da primeira metade do milénio com o desaparecimento dos fenómenos que determinaram a sua emergência e difusão. Mas temos de esperar por novas datas, com intervalos de tempo mais curtos, para obtermos uma imagem com maior resolução.

2. ARTEFACTOS, ESTRUTURAS, ESPAÇOS

A 1ª metade do 3º milénio consagra, a nível da produção cerâmica, a afirmação estatística de um recipiente hoje muito bem conhecido, o grande prato de bordo espessado, bem como a extinção do recipiente de morfologia e volumetria próximas que o antecedeu e com ele coexistiu, a taça carenada (Gonçalves, 1991b).

Por via de uma rotulagem a que cedemos por vezes com demasiada facilidade, habituámo-nos a considerar «neolítica final» a taça carenada e «calcolítico» o prato de bordo espessado. Se as cronologias datam efectivamente «períodos» ou «Idades», conceito posto em causa pela geral aceitação da descontinuidade do evoluir cultural, fazem-no apenas na sua perspectiva mais generalizadora (com as virtudes e os defeitos que tal situação implica). Neste aspecto, a datação dos níveis 4 a 6 do *locus* 1 do povoado da Sala nº 1 levantou questões interessantes, quando, para esses níveis, foram obtidos intervalos de tempo de 3510-2910, 3491-2920 e 3502-2910, a 2 sigmas. Nestes três níveis, cuja proximidade cronológica, garantindo sequência não interrompida, é evidente, pratos de bordo espessado e taças carenadas coexistem, confirmando situações verificadas em Papa Uvas. Parece assim confirmada a localização cronológica das taças carenadas na 2ª metade do 4º milénio e a sua associação aos pratos. Mas a datação da Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, em Reguengos de Monsaraz, acrescenta outras questões a estas.

O primeiro momento de ocupação do Monte Novo dos Albardeiros pode ter sido um simples acampamento temporário sobre o qual possuímos muito poucos elementos. Mas a Estrutura 2, que se sobrepõe aos frágeis restos da

primeira ocupação, está datada de 2886-2460, a dois sigmas (Gonçalves, 1988-89: 58) e nela apenas estão presentes pratos de bordo espessado, nem uma única taça carenada tendo sido aí recolhida.

Recorda-se que a Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, integralmente escavada, é uma grande torre oca integrada numa espessa muralha que protegia um povoado muito provavelmente similar a Santa Justa ou ao Monte da Tumba, portanto «calcolítico».

Mas se a taça carenada está ausente da Estrutura 2 do Monte Novo dos Albardeiros, também copos e taças canelados não surgem significativamente nos registos dos sítios do Centro/Sul exteriores às penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Entre os artefactos votivos presentes na transição do 4º para o 3º milénio e a 1ª metade deste, contam-se três tipos que justificam particular atenção. Refiro-me, naturalmente às placas de xisto com motivos geométricos, aos artefactos votivos de calcário e à cerâmica com motivos simbólicos.

Sobre as primeiras, sabemos que apesar da sua concentração maciça no Alentejo estão registadas nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, surgindo em outros contextos geográficos (é o caso da Andaluzia e da Estremadura espanhola), mas aí sempre em reduzido número.

A sua presença, em termos de anos de calendário, parece situar-se claramente entre 3500 e 2500, ainda que seja interessante a sua grande concentração em sítios atribuídos por comparações não cronométricas à 2ª metade do 4º milénio (Anta Grande do Olival da Pega), antas de corredor médio e longo de Reguengos, antas do grupo Crato/Nisa, e a sua localização em sítios de *habitat* da 1ª metade do 3º milénio, tal é o caso do Cabeço do Pé da Erra, Coruche, e do nível 3 do *locus* 1 da Sala nº 1, Pedrógão do Alentejo. O intervalo de tempo obtido neste último sítio para um nível com placas gravadas e lisas (nível 3) é bem significativo: 3018-2460.

Associadas por várias vezes ao que se tem vindo recentemente a designar por «fundo indígena», as placas são adaptadas às novas simbólicas presentes na 1ª metade do 3º milénio, particularmente aos mitogramas associáveis à Deusa dos Olhos de Sol, a sua considerável longevidade específica contrasta com outras simbólicas, de vida bem mais curta.

Aos artefactos votivos de calcário dediquei recentemente diversos trabalhos (Gonçalves, 1991a, 1993c, 1993d...) e uma frase resume o que penso sobre o seu significado: «à medida que nos afastamos da Península de Lisboa, a diversidade das formas reduz-se significativamente. Sem erro, podemos dizer que, até hoje, fora dessa região central, os artefactos que constam dos inventários são, para além das formas betilóides, quase sempre pequenos vasos e almofarizes.» (Gonçalves, 1993c). O que me levou a concluir que «com elevado

grau de probabilidade: *o conjunto de artefactos cerâmicos com decorações caneladas, os artefactos votivos de calcário, grutas artificiais, primeiro, e tholoi, depois, faziam originalmente parte de um só conjunto, sendo oferendas fúnebres e monumentos funerários dos primeiros construtores de povoados fortificados.*

A difusão deste conjunto artefactual a partir de uma região determinada - neste caso, a Península de Lisboa - teria acarretado a fragmentação do conjunto inicial, determinada pelas condicionantes regionais em matéria prima, mas, sobretudo, pela natureza e evolução local das redes de povoamento.» (*ibid.*)

São assim os artefactos votivos de calcário um conjunto inicialmente muito diversificado, em uso na plenitude das suas variedades nos inícios do 3º milénio, mas do qual apenas uma escassa parte se generaliza a todo o Centro/Sul de Portugal, processo que envolve sobretudo os betilos e os pequenos recipientes destinados à trituração do ocre vermelho ou a conter o produto preparado, com vista às cerimónias fúnebres.

As cerâmicas com motivos simbólicos que se referem à Deusa dos Olhos de Sol têm também atribuições cronológicas específicas. Na Sala nº 1, onde foram identificados e datados rituais mágicos de grande importância, aplica-se-lhes o intervalo de tempo 3018-2460, enquanto alguns componentes isolados desta simbólica (as linhas ziguezagueantes, preenchidas ou não com pasta branca, associadas ou não a figuras antropomórficas) têm maior sobrevivência, localizando-se na Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros algures entre 2470-1910 (Gonçalves, 1988-89: 58).

No mundo dos vivos e no mundo dos mortos os artefactos mais representativos indicam assim a grande transformação e mudança que a transição do 4º para o 3º milénio e a 1ª metade deste representam, bem como uma específica e regionalmente diferenciada evolução.

Mas se, numa sempre útil perspectiva artefactual, estas alterações são óbvias, é talvez a nível de estruturas e espaços que as alterações configuram mudanças significativas a nível da própria estrutura da sociedade.

Há, entre outras, duas maneiras de encarar os povoados fortificados da 1ª metade do 3º milénio:

- como lugares centrais de uma rede de povoamento dependente;
- como lugares «únicos», afirmando-se agressivamente na paisagem, em contraste com os sítios não fortificados ou os acampamentos sazonais das pequenas comunidades agropastoris.

Sem malabarismos de pensamento ou de escrita, parece-me hoje evidente que as duas possibilidades não são contraditórias e que, conforme as regiões, teremos a primeira, a segunda ou ambas possibilidades em combinatória.

No caso de sítios como Liceia, o cuidado em colocar o povoado numa cota elevada, à vista da costa, mas afastada dela, controlando caminhos para o in-

terior, parece indicar uma estratégia de ocupação de territórios. No caso de Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal, a localização fala por si (e no primeiro dos dois casos não se conhecem sequer povoados significativos em redor).

Em Reguengos de Monsaraz, o caso do Monte Novo dos Albardeiros é particularmente significativo: o povoado fortificado domina toda a planície até Monsaraz e atrás de si ficam sítios já abandonados na 1ª metade do 3º milénio, como o povoado do Marco dos Albardeiros. A implantação da grande torre aumenta ainda a visibilidade potencial, permitindo um controlo efectivo do território.

Ainda nesta região, o Monte do Azinhalinho traduz a deliberada escolha do único lugar que, a meio da planície, a controla eficazmente. O que se pode também conseguir, ainda que com menor eficácia a partir do sítio dos Perdigoes.

Contrariando assim a tendência dominante na 2ª metade do 4º milénio para a instalação em sítios baixos, ainda que frequentemente com boa visibilidade, caso do sítio 3 da Torre do Esporão (TESP3), os novos povoados do 3º milénio, com ou sem muralhas, exibem a preocupação de controlar território e prevenir a defesa dos seus habitantes com o tempo adequado.

Maior contraste não há que o da implantação do sítio Areias 15, um povoado rodeado de pequenas antas, que constituiriam provavelmente a sua necrópole, e cujo controlo territorial é mínimo, ou de Gorginos 6, por um lado e, de novo, o Monte do Azinhalinho ou o Monte Novo dos Albardeiros.

Na paisagem plana do Alentejo médio, esta situação é ainda mais evidente que em outras paisagens de maior recorte. Nas más terras do Alto Algarve Oriental, o único povoamento marcante é, efectivamente, o do 3º milénio, ainda que, também aí, as muralhas estejam presentes, completando a defensabilidade oferecida pelos cerros em que o povoamento do 3º milénio se situa.

Em nenhum momento da evolução das sociedades humanas se construíram muralhas sem a presença, presente, passada ou iminente, de graves confrontações entre grupos ou comunidades. Em todos os casos conhecidos, a emergência de fortificações foi acompanhada pela presença de formas organizativas da sociedade que a encaminharam para a hierarquização. *Too many chiefs?*, perguntava recentemente Yoffee, acrescentando ironicamente em subtítulo *Safe texts for the '90s* (Yoffee, 1993). Questão que está longe de encerrada, recordando-se que *chefes* e *chefaturas* estão longe de ser exactamente a mesma coisa e se os primeiros indubitavelmente existiram no 3º milénio, as segundas são, antes da Idade do Bronze, bem mais duvidosas.

3. MONUMENTOS FUNERÁRIOS, SÍMBOLOS E MITOS

Quando recentemente tive oportunidade de rever a questão das grutas artificiais e da sua localização no processo de calcolitização do Centro de Portugal (Gonçalves, 1992b), afirmei que a grande inovação dos fins do 4º milénio e inícios do 3º consiste, a nível da arquitectura funerária na emergência de dois tipos de monumentos radicalmente diferentes das antas, as grutas artificiais e os *tholoi*. E enquanto as primeiras parecem ter em Portugal uma tipologia única, pelo menos nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, e uma muito curta utilização inicial, os *tholoi* subdividem-se em vários tipos morfológicos, registando os monumentos do Alentejo consideráveis diferenças em relação aos da Península de Lisboa ou do Algarve. Essas diferenças nem sequer se resumem à arquitectura dos monumentos, centrando-se também nos espólios funerários e, naturalmente, nas cronologias. Se as grutas artificiais foram objecto de uma primeira utilização curta em inícios do 3º milénio, ou na transição do 4º para o 3º, os *tholoi* foram muito provavelmente construídos ao longo da 1ª e da 2ª metade do 3º milénio, sendo que, em pleno Alentejo, esta distribuição está documentada paradigmaticamente pelo *tholos* do Escoural e pela construção de OP2b, o *tholos* anexo à anta 2 do Olival da Pega, ambos com espólio «antigo», e pela Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros, cuja localização na 2ª metade do 3º milénio foi estabelecida pelo radiocarbono, sendo muito provavelmente síncrona da segunda grande fase de utilização de OP2b.

Ora se os depósitos votivos em antas apresentam diferenças muito sensíveis, de acordo com os grupos megalíticos em que elas se integram, e tanto numa perspectiva cronológica como regional, o espólio dos *tholoi* apresenta similitudes impressionantes. Os monumentos do Alentejo e os da Estremadura espanhola, tal como os monumentos tardios do Algarve, apresentam notáveis coincidências com os da Andaluzia.

O início da escavação sistemática de povoados colocados na transição do 4º para o 3º milénio, e a cujos habitantes se poderia atribuir a primeira construção de *tholoi*, como parece ser o caso da primeira fase de ocupação da Sala nº 1, em Pedrógão do Alentejo, de TESP3 ou Areias 15, em Reguengos de Monsaraz, do Cabeço do Cubo ou da primeira fase de Santa Vitória, em Campo Maior, permite começar o longo processo de triagem indispensável a uma mais eficaz compreensão de este processo.

A palavra chave que começou a ser usada, como sempre entre nós com critérios indiscriminados, para registar a perda da confiança numa análise simples, rápida e efectiva dos problemas do megalitismo, foi a de «complexificação». Estender o seu uso ao 3º milénio foi ainda mais fácil. E havendo alguma razão para tal escolha ela é, afinal, em si própria tão óbvia que se torna inútil. Por

outro lado, a complexificação da problemática em análise não tem forçosamente a ver com a complexificação das sociedades. Ela deve-se sobretudo à ineficácia ou insuficiência dos dados disponíveis para «entender» sociedades cujo funcionamento não é em si complexo, sendo-o efectivamente, na prática, apenas pelas deficiências de informação.

E quando se analisaram duas questões fundamentais, a do colapso das sociedades complexas (Tainter, 1988) e a do abandono de sítios e regiões (Cameron e Tomka, 1993) as diferentes perspectivas escolhidas traduzem a correcta interpretação da informação disponível. As sociedades complexas emergem efectivamente com as estruturas proto-urbanas e urbanas e a sua complexidade decorre sobretudo do número dos habitantes por sítio, e da necessidade consequente da gestão dos interesses individuais readaptados ao interesse colectivo, e da malha social que eles constituem. Falar assim de complexidade social para os pequenos grupos de pastores-agricultores ou de agro-metalurgistas, não sendo forçosamente errado, exige uma definição específica da localização da complexidade.

A tensão do número dita os movimentos de «enxameamento», reproduzindo em células inicialmente mais pequenas uma visão revista do grupo original e originando movimentos de colonização interna que irão gerir espaços até então pouco utilizados.

Mas os costumes funerários, que traduzem eles?

Sem dúvida, atitudes individuais ou colectivas perante a morte, propagadas por comunidades em deslocação, evoluindo mais lentamente nos grupos fixos, traduzindo prescrições rituais específicas.

A construção mais rápida e económica, em termos de mão de obra, tempo de construção e duração, a melhor relação qualidade/custo, encontra-se certamente nos diversos tipos de monumentos de falsa cúpula. A construção de uma gruta artificial parece mais lenta e complexa que a de uma anta, mas se juntarmos a esta última a construção dos *tumuli*, por vezes com terras extraídas longe do lugar de implantação dos monumentos (Leisner e Leisner, 1951), a situação não é tão nítida.

A noção de «custo de construção», tal como a de «durabilidade de construção» são conceitos actuais e a sua projecção no passado não pode ser feita sem reservas, mas como perspectiva de análise não pode deixar de ser sublinhada esta alteração radical que os monumentos funerários do 3º milénio apresentam: durabilidade razoável a um custo muito menor.

Mas se custo maior traduz, em muitas sociedades, «prestígio», a exclusividade da diferença não se situa aí e os monumentos anteriores ao 3º milénio implicam, como já foi sublinhado (Jorge, 1989, 1990), uma selecção de mortos cujos critérios e fundamentos nos escapam ainda integralmente. Tal selecção pode

estar ausente de pequenos monumentos como Poço da Gateira 2, que poderia ser a necrópole de uma pequena «quinta» do 4º milénio, mas poderia ser a única forma de explicar a disparidade de espólio entre monumentos de dimensões semelhantes e grandes arquitecturas, como Tapadão 1 e Penedos de S. Miguel, no Crato. Mas os cálculos possíveis para o número médio de inumações nestes monumentos, com base artefactual menos de 6 para o Tapadão e com base antropológica cerca de 60 para os Penedos de S. Miguel, é largamente ultrapassado pelo número presumido para OP1 (pouco mais de 150) ou para o mínimo de 118 para o pequeno monumento de falsa cúpula anexo à anta 2 do Olival da Pega.

Traduzem estes números exactamente o quê? Uma selecção social efectiva dos inumados em monumentos megalíticos, que desaparece durante o 3º milénio? Ou apenas a dispersão dos mortos de comunidades mais numerosas por diversos monumentos?

Não sei quais as respostas em curso de obtenção para outras regiões, sei apenas que, nos casos alentejanos que estudo, as respostas não parecem ser fáceis e que as teorias elaboradas para situações alógenas não têm aqui automática aceitação.

A nível da simbólica, escasseiam dados para que a compreensão da mudança seja mais rápida.

Um único conjunto parece ser indiscutivelmente exclusivo do 3º milénio, e a sua origem e difusão parece fazer-se pela via terrestre que liga as bacias do Tejo/Sado/Guadiana à Andaluzia, o «caminho terrestre» a que recentemente fiz referência (Gonçalves, 1992a, 1993c, 1993g, indirectamente já referido em Gonçalves, 1970, 1980). É o conjunto de símbolos e mitogramas que se refere à Deusa dos Olhos de Sol, cuja presença no Centro/Sul de Portugal, na Estremadura espanhola e na Andaluzia, é mais um contributo para o reconhecimento de uma identidade cultural específica a abranger o Sul peninsular, sobre a qual se inscrevem as influências mediterrânicas perceptíveis de El Malagón até Vila Nova de S. Pedro I.

A infiltração na gramática decorativa exclusiva das placas de xisto com motivos geométricos dos símbolos da Deusa dos Olhos de Sol (placas de Chelas, Cabacinheiros, OP2, Farisoa...) ou da figuração do Jovem Deus (placas do Bugio, da Cova da Moura...) traduz precisamente a progressiva assimilação dos símbolos próprios à 1ª metade do 3º milénio, já visível nas figurinhas do «ídolo chato» ou «almeriense».

Inserir aqui algumas reflexões finais representa naturalmente o que poderia ser um compromisso entre o tempo disponível para este texto, o espaço de que se dispõe para a sua publicação e a linguagem a seleccionar. Uma vez mais,

a questão do discurso: «No archaeological text is anything more or less than a flood of words so the question becomes which ones are deemed desirable as metaphoric transformations of the material reality being studied.» (Tilley, 1971: 174).

Listar questões é mais simples que triá-las o que, por sua vez, é mais simples que discuti-las, sendo a discussão mais importante, neste contexto, que uma eventual «solução».

Fica, no entanto, um ponto em aberto e algumas palavras podem talvez ser úteis para o esclarecer (o que é diferente de «solucionar»). Se não parece haver uma colonização oriental do Extremo Ocidente peninsular durante a 1ª metade do 3º milénio, no sentido que a palavra colonização ganhará com gregos e fenícios, parece indiscutível que, num dado momento de transição do 4º para o 3º milénio, se desenha no território hoje português uma rede de influências exógenas que, assimiladas localmente, produziram combinatórias diferenciadas.

Escrevi recentemente que «Se da Andaluzia ao Alentejo (e vice-versa), e daí à Península de Lisboa, o caminho é obviamente o terrestre, atravessando as linhas de fecho das três grandes bacias hidrográficas (Guadiana, Sado e Tejo), nada impede a previsão de um segundo caminho, marítimo. E na possível sequência do estabelecimento de essa rota costeira, Paimogo, na Lourinhã, marcaria ou estaria perto do limite Norte desse amplo movimento de colonização agrícola em que as comunidades dominando a metalurgia do cobre conferem à Península de Lisboa uma tão grande identidade.» (Gonçalves, 1993c).

Queria então dizer que a génese das sociedades agro-metalúrgicas do 3º milénio, no Centro/Sul de Portugal, marca a retracção e posterior colapso das comunidades agro-pastoris de construtores de antas, inicialmente com territórios de exploração secundária abrangendo o Alentejo e a Estremadura?

E que o controlo progressivo do território por grupos agro-metalúrgicos, detentores de uma economia assente na Revolução dos Produtos Secundários, se faz pela emergência de comunidades ligadas, no Sul alentejano e algarvio, aos grupos gémeos da Estremadura e da Andaluzia e, no Centro, às comunidades de cariz mediterrânico, presentes através de navegadores de média distância?

O que implica uma dupla via de transformação activa durante toda a primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal?

Exactamente.

Lisboa, Setembro de 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMERON, CATHERINE M., e TOMKA, STEVE A. (1993) - *Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: CUP
- CARDOSO, JOÃO LUÍS (1989) - *Leceia, Resultados das escavações realizadas, 1983-1988*, Oeiras: Câmara Municipal
- GALLAY, GRETTEL; SPINDLER, KONRAD; TRINDADE, LEONEL, e FERREIRA, O. DA VEIGA (1973) - *O Monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses
- GONÇALVES, J. L. M. (1992) - «Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Monte Redondo, Torres Vedras)». *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. IX-X, p. 247-276.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1970) - «Sobre o Neolítico na Península de Setúbal», *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, I, 407-421, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses
- GONÇALVES, VICTOR S. (1980) - «Dois novos ídolos tipo Moncarapacho». *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital. 4. p. 47-58.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1987) - «O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha 1(88)». *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Nova Série, 8, p.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1988/89) - «A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz)». *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série, 9-10, p. 47-60.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1989a) - *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1989b) - «Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 1. Deusa(s) Mãe, placas de xisto e cronologias. Uma nota preambular». *Almansor*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal. 7, p. 289-302.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1990) - «Sítios, «Horizontes» e Artefactos: o caso da Parede (Cascais, Lisboa)». *Arquivo de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 9, p. 13-44.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1990/91) - «TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz)». *Portugália* (Nova Série). Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 11-12.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1991a) - «Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho». Comunicação apresentada às *I Jornadas de Arqueologia do Sudoeste Alentejano*, Sagres. *No prelo*.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1991b) - «Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 2. algumas breves considerações sobre as chamadas taças carenadas e a primeira metade do 3º milénio em Portugal». *Arquivo de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal. 10.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1992a) - *Revedo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC
- GONÇALVES, VICTOR S. (1992b) - «Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 3. A Questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal». *Arquivo de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal. 11.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993a) - «Pai Mogo, na Lourinhã, um monumento exemplar». *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1, Parte V, Cartelas

- finais. Lisboa: Ediclube.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993b) - «Alapraia e S. Pedro do Estoril, duas necrópoles de grutas artificiais». *História de Portugal* dir. João Medina. Lisboa: Ediclube. Vol. I.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993c) - «O tholos de Pai Mogo, na Lourinhã, e o processo de calcolitização da Península de Lisboa». Comunicação às *I Jornadas de História Regional e Local*. Lourinhã. No prelo.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993d) - «Os artefactos votivos de calcário, oferendas votivas do 3º milénio». In *Lisboa Subterrânea*. Ed. Lisboa 94 (no prelo).
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993e) - «As sociedades camponesas na Península de Lisboa (do 6º ao 3º milénio)». In *Lisboa Subterrânea*. Ed. Lisboa 94 (no prelo).
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993f) - «O «Castelo» de Vila Nova de S. Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3º milénio». In *Lisboa Subterrânea*. Ed. Lisboa 94 (no prelo).
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993g) - «Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar». *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* (no prelo).
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993h) - «A Revolução dos Produtos Secundários e a Metalurgia do Cobre». *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1, Parte IV, Cartelas finais. Lisboa: Ediclube.
- GONÇALVES, VICTOR S. (COORDENADOR) (1983-84) - «Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva». *Clio/Arqueologia*. Lisboa: UNIARCH, 1, p. 141-154.
- GONÇALVES, VICTOR S. E DAVEAU, SUZANNE (1985) - «A evolução holocénica do Vale do Sorraia e as particularidades da sua antropização (Neolítico e Calcolítico)». In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2, p. 187-197.
- GONÇALVES, VICTOR S.; CALADO, MANUEL E ROCHA, LEONOR (1992) - «Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão». *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. IX-X. p. 391-412.
- HODDER, IAN; GLYNN, ISAAC e HAMMOND, NORMAN, EDS. (1981) - *Patterns of the past*. Cambridge: CUP.
- JALHAY, EUGÉNIO, e PAÇO, AFONSO (1941) - «A Gruta II da Necrópole de Alapraia». *Anais da Academia Portuguesa de História*. Vol. 4. Lisboa: APH.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1990) - «Complexificação das Sociedades e sua Inserção Numa Vasta Rede de Intercâmbios». in *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Ed. Presença.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1989) - *Arqueologia social dos sepulcros megalíticos: conhecimentos e perspectivas actuais*, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II Série, VI: p. 365-443.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1990a) - *Arqueologia em Construção. Ensaios*. Lisboa: Presença.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1990b) - «"Monumentalização" e "Necropolização" no megalitismo europeu». *Arqueologia em construção. Ensaios*. Lisboa: Presença. p. 243-249.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1990c) - «Contextos religiosos do megalitismo». *Arqueologia em construção. Ensaios*. Lisboa: Presença. p. 211-240.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1991) - «Le rôle social des phénomènes symboliques (tombes,

- art rupestre, proto-estatuaire) dans la Préhistoire récente du Nord du Portugal». *Revista do Centro de História da Universidade do Porto*. 11. p. 255-260.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1992) - «As mamoas funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão». *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. 2ª Série. 9. p. 463-480.
- KUNST, MICHAEL (1987) - *Zambujal*. Mainz: Philipp von Zabern.
- LEISNER, GEORG, E LEISNER, VERA (1951) - *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reedição em 1985 - Lisboa: UNIARQ/INIC).
- LEISNER, VERA; PAÇO, AFONSO DO; RIBEIRO, LEONEL (1964) - *Grutas artificiais de S. Pedro do Estoril*, Lisboa.
- LEISNER, VERA; ZBYSZEWSKI, GEORGES, E FERREIRA, O. DA VEIGA (1961) - *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- LEISNER, VERA; ZBYSZEWSKI, GEORGES, e VEIGA, O. DA (1969) - *Les monuments préhistoriques de Praia das Maças e Casaínhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- MARQUES, GUSTAVO, e SERRÃO, EDUARDO DA CUNHA (1971) - «Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra)», *Actas do II CNAP*, I, 121-142, Coimbra.
- PAÇO, AFONSO DO (1955) - *Necrópole de Alapraia*. «Anais da Academia Portuguesa de História». II Série. Vol. 6. Lisboa: APH.
- PARREIRA, RUI (1990) - «Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal», *Estudos Orientais* I, 27-43, Universidade Nova, Lisboa
- SANGMEISTER, EDWARD e SCHUBART, HERMANFRID (1981) - *Zambujal. Die grabungen 1964 bis 1973*. Mainz: Philipp von Zabern. 2 vols.
- SCHUBART, HERMANFRID (1977) - *Datas de radiocarvao para o Castro do Zambujal. XIV CNAE*. Victoria, 1975. p. 259-266.
- SHERRATT, ANDREW (1981) - «Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution». Hodder et. al, 1981: 261-305.
- SHERRATT, ANDREW (1990) - «The genesis of megaliths: monumentality, ethnicity and social complexity in Neolithic north-west Europe». WA. London: Routledge, 22, 2, p. 147-167.
- SHERRATT, ANDREW (1993) - «The relativity of theory». In Yoffee e Sherratt, 1993: 119-130.
- SILVA, CARLOS TAVARES E SOARES, JOAQUINA (1985) - «Monte da Tumba (Torrão). Eine befestigte siedlung der kupferzeit im Baixo Alentejo (Portugal)». *MM*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern. 26. p. 1-21.
- SILVA, CARLOS TAVARES E SOARES, JOAQUINA (1986) - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: SNPRCN.
- SILVA, CARLOS TAVARES E SOARES, JOAQUINA (1987) - «O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I - escavações arqueológicas de 1982-86. Resultados preliminares.» *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. VIII. p. 16-43.
- SILVA, CARLOS TAVARES e SOARES, JOAQUINA (1988) - «O povoado fortificado da Idade do cobre do Monte da Tumba (Torrão). 5 anos de escavações arqueológicas». *Movimento Cultural*. 4. p. 16-43.
- SOARES, ANTÓNIO M. MONGE, e CABRAL, JOÃO M. PEIXOTO (1987) - «O po-

- voados calcólicos do Monte da Tumba. VI. Cronologia absoluta». SA. 8. Setúbal: MAEDS. p. 155-165.
- SOARES, JOAQUINA e SILVA, CARLOS TAVARES (1992) - «Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos». SA. Setúbal: MAEDS. IX-X. p. 37-88.
- TAINTER, JOSEPH (1988) - *The Collapse of Complex Societies*. Cambridge: CUP. NSA.
- TILLEY, CHRISTOPHER (1991) - *Material culture and text. The art of ambiguity*. Londres: Routledge.
- TOMKA, A. STEVE (1993) - «Site abandonment and archaeological interpretation». In Cameron e Tomka, 1993: 11-24.
- YOFFEE, NORMAN (1993) - «Too many chiefs? (or, Safe texts for the '90s)». In Yoffee e Sherratt, 1993: 60-78.
- YOFFEE, NORMAN, e SHERRATT, ANDREW, eds. (1993) - *Archaeological theory: who sets the agenda?* Cambridge: CUP.
- YOFFEE, NORMAN, e SHERRATT, ANDREW (1993) - «(Introduction) - the sources of archaeological theory». Yoffee, Norman, e Sherratt, Andrew, eds. 1993: p. 1-9.

PESOS DE TEAR E TECELAGEM NO CALCOLÍTICO EM PORTUGAL

por

Mariana Diniz*

Resumo: Ao contrário da situação verificada em outros contextos associados a grupos produtores, as evidências directas ou indirectas sobre tecelagem, no actual território português, serão um fenómeno tardio, aparentemente associado à Revolução dos Produtos Secundários.

A temática a tratar divide-se em dois pontos:

1 — os níveis arqueológicos em que surgem pesos de tear, a sua distribuição espacial dentro da área dos povoados, as formas que apresentam;

2 — com base na(s) morfologia(s) encontradas, e entendendo estes artefactos como componentes de um mecanismo, procuram-se paralelos etnográficos que nos possam elucidar sobre o aspecto e o modo de funcionamento desses prováveis teares.

Propõe-se ainda o reconhecimento de diferentes tradições de tecelagem no Calcolítico em Portugal.

Palavras-chave: Pesos de tear. Tecelagem. Calcolítico.

“Nasceu uma rapariga, nasceu um tear”
Provérbio popular português

Apresentar a realidade artefactual associada a teares, no actual território português, durante o Calcolítico e discutir os principais problemas que se colocam á elaboração de uma ficha descritiva de pesos de tear, tendo em conta os paralelos etnográficos, são algumas das questões que se pretendem abordar.

Apontam-se, por vezes, situações exteriores a este limite cronológico-espacial quando parecem pertinentes, porque mais uma vez se constata que as fronteiras medievais dividem áreas que se comportaram de forma semelhante do ponto de vista cultural, durante longos períodos da Pré-História.

O panorama traçado não se pretende exaustivo, mas suficiente para definir para um tempo, um determinado aspecto da realidade material.

* Departamento de História da F.L.L. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O conhecimento de que se dispõe para as diferentes áreas, não é evidentemente o mesmo, quantitativa ou qualitativamente. Áreas intensamente prospectadas na primeira metade deste século, com publicações de resultados segundo os padrões do tempo e hoje um pouco esquecidas, como a península de Lisboa. O Alentejo e Algarve, alvos de trabalhos recentes que completam ou alteram ideias antigas. As Beiras e o Norte, com um número menor de informações, mas fundamentais para a compreensão do espaço, hoje, nacional.

A presença no registo arqueológico nacional de pesos de tear, designação que abaixo discutirei, pode entender-se como uma das consequências da Revolução dos Produtos Secundários, apresentada por Sherrat em 1980 (*in* Gonçalves, 1989).

A exploração das fibras animais e vegetais apresenta, a partir do Neolítico final, as primeiras evidências indirectas, materializadas em pequenos artefactos cerâmicos normalmente interpretados como pesos de tear, designação utilizada a partir dos anos 70, depois de uma série de outras nomenclaturas/funções que lhe foram sendo atribuídas.

Pequenos discos cerâmicos, com uma perfuração central, têm sido interpretados como cossoiros. A unidade formal que apresentam, em todo o território nacional, torna possível presumir pacificamente a sua função, pelo que aqui não serão tratados.

Parecem destinados a imprimir rotação ao fuso, aquando da criação do fio. São, assim, artefactos relacionados com a fição, processo que antecede a tecelagem.

Porque os teares foram construídos com materiais perecíveis, não encontramos vestígios da sua existência, pelo que as fontes iconográficas, ainda que muito posteriores dos teares calcolíticos, tornam-se imprescindíveis quando tentamos reconstituir aqueles aparelhos.

A pintura não pretende ser desenho técnico, fiel e rigoroso de um instrumento, no entanto algumas informações podemos retirar deste tipo de imagens, que encontramos representadas, sobretudo em vasos áticos do século V a. C. Penélope, Calipso e Tétis são algumas das mulheres que se imortalizam junto a um tear (Oliveira, Galhano, Pereira, 1976)¹.

São representados teares verticais, onde se tece de cima para baixo, estando a urdidura suspensa de uma travessa que constitui o topo do quadro do tear, existindo um liço e uma barra separadora. Estamos assim na presença de um

¹ Existem, no entanto, representações anteriores de teares. Por volta de 3500 a.C., num selo da Mesopotâmia, é representado um tear horizontal. Por volta de 1500 a. C., surge no Egipto um tear vertical, **sem** pesos, onde o fio se encontra esticado por pressão na travessa inferior. A inexistência de pesos nestes teares parece filiá-los numa tradição distinta daquela a que pertenceriam os teares calcolíticos, e posteriores, existentes no espaço peninsular (Oliveira, Galhano, Pereira, 1976).

verdadeiro tear e não apenas de uma simples teia montada num quadro². Cada fio encontra-se em tensão pela existência de um peso na sua extremidade inferior. A forma dos pesos não é muito clara, oscilando entre a circular e a triangular, parece, no entanto, certo que teriam apenas uma única perfuração.

Encontram-se, efectivamente, em sítios da Idade do Ferro pesos com forma de pirâmide truncada e com apenas uma perfuração. Se a realidade material exumada não se esgota nesta forma, há uma parcela onde representações iconográficas/artefactos concordam.

A partir daqui, recuam-se os teares de pesos para outros períodos. Objectos cerâmicos com duas ou quatro perfurações são interpretados como pesos de tear. A sua variedade formal será adiante analisada.

Ainda no século passado, outra interpretação é avançada para estes objectos, pelos irmãos Siret, em Almizaraque (Fernandez Gomez, Oliva Alonso, 1985). A associação destes artefactos a cinzas, leva-os a avançar a hipótese de que se tratariam da abóbada de fornos de fundição. Não se registaram escórias pelo que devem os irmãos Siret ter encontrado o forno onde os pesos seriam cozidos, tal como parece acontecer no povoado de El Malágon (Arribas, Molina, 1978).

Leite de Vasconcelos (1918), confrontado com estas peças cerâmicas em forma de crescente, com uma perfuração em cada extremidade, considera-as componentes de xorca.

O número elevado em que irão surgir um pouco por toda a parte, faz com que os arqueólogos abandonem interpretações não funcionais, que recaíam principalmente sobre os “crescentes”, designação com pouco significado pela realidade tão ampla que abarca.

As placas rectangulares ou quadrangulares com quatro ou duas perfurações foram pacificamente associadas a teares. Esta associação pode ser menos problemática que no caso dos “crescentes” por motivos que adiante analisaremos.

Finais de 60, década de 70, a expressão “pesos de tear” é aceite e vulgariza-se, sem uma verdadeira discussão prévia da sua funcionalidade. Passam estes artefactos a fazer parte da “cerâmica industrial”, nos artigos da especialidade.

Ao longo dos anos 80, sobretudo na sua segunda metade, vamos encontrar os pesos de tear, na maior parte dos casos, serenamente relegados para a entrada “Outros objectos” aquando da publicação de materiais dos sítios estudados.

Serão aqui empregues os termos; pesos de tear e “crescentes”, tentando caracterizar criticamente o conteúdo de cada expressão.

² A característica distintiva de um tear consiste em permitir que com um único gesto se cruzem todos os fios da urdidura. Para conseguir fazer passar o fio da trama num único movimento, é necessária uma vara de separação que afaste do plano do quadro todos os fios pares. Para obter nova passagem, no sentido inverso e com um só movimento unem-se os fios ímpares a um trancelim solto e perpendicular à urdidura (Oliveira, Galhano, Pereira, 1976).

Enunciar, as principais questões que a prática da tecelagem coloca, num dado período da Pré-História, implica a consideração de alguns pontos:

1 — Com os conhecimentos disponíveis sobre tecelagem arcaica que argumentos podemos encontrar para a resolução da questão “pesos de tear”? Que elementos há a considerar que afirmam ou não a plausibilidade desta função. Não é objectivo deste estudo uma alteração de nomenclatura, mas a análise dos problemas que ela coloca;

2 — Analisar a distribuição geográfica de determinados tipos de artefactos, tipos criados pela descrição empírica e não normalizada de formas. Que informações cronológicas e culturais podemos retirar desse quadro baseado em presenças/ausências. Constatar a existência de distintas tradições de tecelagem, no Calcolítico português;

3 — Quais os problemas que se colocam à construção de uma tipologia. Como hierarquizar os atributos, como distinguir o fundamental do acessório. Sugerir um critério de apresentação, onde se considerem as principais variáveis.

1. A EVIDÊNCIA ARTEFACTUAL

“Sorprende comprobar que desde el Neolítico, ni en yacimientos hispanos ni en otros contextos europeos, se han hallado pesas (...) en cantidad suficiente para pertenecer a hipotéticos telares, hecho advertido por algunos arqueólogos e expertos en tejidos arcaicos...” (Castro Curel, 1985: 230).

A inexistência de uma obra, pelo menos em língua portuguesa, dedicada exclusivamente a pesos e teares pré-históricos, pode justificar este aparente deserto artefactual que Castro Curel menciona, no entanto, a simples análise de publicações demonstra um outro panorama.

Em 1921, Vergílio Correia publicava em Espanha, os seus estudos na área de Pavia e mencionava para o “Castelo” “...suben a muchos cientos las chapas de barro horadadas...”. Afonso do Paço (1940) há-de impressionar-se com as placas de barro de Vila Nova de S. Pedro, não só porque estão decoradas, mas também pela sua quantidade. Ernani Barbosa (1956) recolhe “algumas dezenas” de placas de barro no Castro da Pedra do Ouro, Alenquer.

Recentemente outras associações numericamente consideráveis de pesos de tear de uma mesma forma, foram encontradas em Portugal.

No Cerro do Castelo de São Brás, Serpa, Rui Parreira (1983) aponta inclusivamente a existência de um possível tear, pela concentração de “várias dezenas de crescentes” numa área limitada. A mesma situação detectada em Santa Justa, Alto Algarve Oriental (Gonçalves, 1989), apresentada de forma mais com-

pleta; são avançados números exactos, e claramente afirmada a unidade formal das peças. "...813 fragmentos (de crescentes) provenientes de quadrados contíguos..." indicariam uma área de tear.

Nalguns povoados calcolíticos, da actual Andaluzia, verificamos um panorama semelhante. Em Valencina de la Concepcion, Sevilha (Fernandez Gomez, Oliva Alonso, 1985), os "crescentes", única forma detectada, ainda que com variações internas, são interpretados pelos autores como peças de tear, cuja função exacta seria ainda desconhecida.

O povoado de El Malagón, Granada, apresenta uma realidade semelhante à de alguns povoados povoados alentejanos e algarvios. Parecem existir apenas "crescentes", concentrados em duas áreas: onde terá sido o forno em que eram cozidos e no interior de uma cabana.

Penso poder colocar-se a hipótese, não avançada pelos autores, de se tratar de uma área de tear, tal como existia no povoado do Cerro do Castelo de Santa Justa.

Pareceria então questão pacífica afirmar a existência de teares nos povoados calcolíticos da Estremadura e do Sul de Portugal. Em sítios como a Pedra do Ouro, Alenquer, o elevado número destes artefactos garantia a sua funcionalidade. Existência duplamente assegurada quando em escavações de povoados preservados a sua associação espacial é evidente.

Podiam ter funcionado efectivamente teares nestes sítios, o número de peças, a semelhança formal destes artefactos, com o mesmo número de perfurações, garantiria a homogeneidade a estes conjuntos de natureza técnica.

A situação altera-se quando constatamos realidades inversas. Estações amplamente escavadas fornecem um número de pesos insignificante, no entanto, conhecemos resultados opostos vindos de prospecções, responsáveis, por vezes, por várias dezenas de pesos de tear.

Podemos supor então que na necessária existência de um número considerável de pesos de tear, número ainda não definido com exactidão, mas que alcance umas dezenas, a sua ocorrência em quantidades irrelevantes levanta alguns problemas.

Os pesos, e logo o possível tear, encontram-se preservados em área ainda não escavada, os pesos uma vez dispersos do seu lugar original perderam-se definitivamente, sendo os encontrados uma pálida amostra do quantitativo inicial, ou o número reduzido de pesos corresponde sensivelmente ao número inicial.

Nesta última hipótese, a questão da sua possível funcionalidade teria que ser entendida de uma outra forma.

Note-se o número reduzido de pesos de tear aparecidos em povoados ou abrigos como o Castelo de Aguiar e Pastoria (Jorge, 1986), o Penedo da Penha (Estevinha, Senna-Martinez, Valera, s.d.) e o Castro de Santiago (Valera, Este-

vinha, 1989), o Cunho e o Barrocal Alto (Sanches, 1992), onde não ultrapassam as duas, três unidades.

São artefactos não funcionais, sendo a tecelagem realizada noutras áreas e/ou por outros processos, os tecidos obtidos noutras partes, produtos integrados em redes de troca, ou são apenas, como mais provável será, “a parte que resta do todo”?

2. UNIDADE E DIVERSIDADE

Acerca das formas algumas simplificações apressadas foram feitas. A situação descrevia-se, aparentemente, numa linha. Na Estremadura, os pesos de tear quadrangulares, no Sul as placas e os “crescentes”. Se a realidade fosse linear, bastaria acrescentar, o resto do país segue a Estremadura, e encerrar-se-ia o assunto.

Existem, de facto, duas áreas materialmente distintas, mas que não se deixam assim resumir.

Começemos por nos deter sobre o que, objectivamente falando, porque se tratam de objectos, se encontra por detrás das designações “pesos de tear” e “crescentes”.

“Pesos de tear”, paralelepípedos ou cubos cujas faces maiores podem ser rectangulares ou quadrangulares. Com duas ou quatro perfurações. Larguras, espessuras, comprimentos variáveis, entre 2 e 6 cm, 0.9 e 3 cm, 5 e 12-13 cm, respectivamente. O comprimento é a medida mais difícil de obter porque a peça tende a fragmentar-se transversalmente.

Estão assim englobados sob a mesma nomenclatura peças de diferentes dimensões, com um número diferente de perfurações.

“Crescentes” é o termo empregue para rotular conjuntos não homogéneos. Apenas uma característica é partilhada *obrigatoriamente* por todos os elementos, as duas perfurações. Formalmente oscilam entre o crescente de secção circular, com diâmetros que podem variar entre 1 e 2cm, crescentes de secção rectangular ou subrectangular com espessuras que variam entre 1 e 2 cm. A largura e o comprimento, nestes últimos casos, podem variar substancialmente.

Variedade de formas e dimensões, do número de perfurações. Qual pode ser o verdadeiro significado da diversidade formal? Cronológico, espacial, tecnológico?

Uma característica é comum a todos os pesos de tear do Calcólítico português: a existência de perfurações múltiplas em número par, 2 ou 4.

Analisando a distribuição das formas, em Portugal, podemos definir duas áreas, onde, neste ponto concreto a realidade material evidencia diferenças signi-

ficativas.

Uma primeira área, o Norte, as Beiras e a Estremadura. Um segundo espaço, o Alentejo e o Algarve. O que distingue estes “dois mundos” é a ausência no primeiro de pesos de tear em forma de “crescente”.

Os contactos que, ao longo do Calcolítico, existiram entre a Estremadura e o Sul, não tornaram estas comunidades permeáveis às distintas tradições de tecelagem.

O Alentejo e Algarve integram-se, no âmbito das técnicas de tecelagem, no Sul Ibérico. A proximidade geográfica parece ser substituída por uma proximidade cultural.

O Sul peninsular apresenta-se, ao longo do Calcolítico, como um espaço em que se estabelecem profundas afinidades culturais. Área privilegiada de contactos, de trocas e bens e muito provavelmente de mulheres que tecem.

Parece evidente a semelhança entre os pesos de tear rectangulares ou quadrangulares de Pastoria, Penedo da Penha, Vila Nova de S. Pedro (Paço, 1940), Chibanes (Costa, 1906) Rotura, (Costa, 1903) e Castelo de Pavia.

Dentro desta família podemos incluir alguns “filhos bastardos”, placas do Cabeço da Mina e de Vale Pincel II (Silva, Soares, 1976-77)? Ou será preferível considerar estes pesos sobretudo rectangulares, pouco espessos, com duas perfurações apenas, na maior parte dos casos, como parte de outra tradição, de outra história ?

Seguindo C. Tavares da Silva e J. Soares (1976-77), no Sul as placas antecedem os “crescentes”. Teria, assim, existido um primeiro momento de unidade técnica a partir do qual se tomam caminhos distintos. O Norte, o Centro e a Estremadura a continuação. No Sul, a inovação.

Se considerarmos, no entanto, que as placas alentejanas pertencem a outro grupo cultural, como me parece provável, abandona-se a ideia de uma unidade técnica mesmo que momentânea para constatar desde um primeiro momento a diversidade cultural.

As características do grupo de Pavia, onde existem pesos de tear placa, não permitem colocar estes pesos em nenhuma outra família que a da Estremadura-Centro-Norte.

Teria existido um “corredor” no Alto Alentejo, Montemor-o-Novo, Pavia, que participando na família cultural estremenha, vai depois acompanhar o Sul. A proximidade física às penínsulas de Lisboa e Setúbal não parece ser a causa desta influência, uma vez que, outros povoados nas mesmas condições geográficas, como o Monte da Tumba, não a registam.

O “crescente”, a técnica de tecer em teares de pesos de duas perfurações é ideia que parece não ter ultrapassado a linha do Tejo, não atingindo sequer a Península de Setúbal.

Analisando as unidades espaciais que são os sítios, a situação não é sempre clara. Os pesos de tear quadrangulares de Vila Nova de S. Pedro apresentam uma unidade interna considerável. Existe, apesar de pequenas diferenças de dimensões, uma coerência, podemos imaginá-los como um conjunto, fazendo parte de um mecanismo. O mesmo se pode afirmar em relação aos pesos de Chibanes, aos pesos quadrangulares e rectangulares de Pavia, ou apesar do seu número reduzido, aos pesos do Abrigo do Penedo da Penha.

Nos povoados calcolíticos do Alentejo, uma explosão formal que se incongruente em cada sítio se repete, no entanto, nas diferentes estações.

Face aos conjuntos de pesos de tear, que estudei pessoalmente, da Mangancha nº1 e da Sala nº1, parte do espólio das campanhas que aí se efectuaram, respectivamente em 1986 e 1988, ambas sob a direcção de Victor S. Gonçalves, pude constatar que a simples observação dos pesos de tear da Mangancha demonstrava uma significativa heterogeneidade formal, no entanto se “baralhados” com os da Sala nº1, tornava-se impossível destrinçar a que sítio pertenciam sem recorrer à marcação das peças.

Situação semelhante à que encontramos em Famão e Aboboreira (Vila Viçosa) (Arnaud, 1971), no Monte da Tumba (Silva, Soares, 1987), no Cabeço da Mina (Torrão do Alentejo). “Crescentes”, placas com duas ou quatro perfurações, algumas de reduzidas dimensões.

Criar uma ordem para o inordenável, onde cada peso parece um tipo, sem possibilidades de funcionamento conjunto. Parecem ser estes, de momento, os tais contextos onde não “... se han hallado pesas uniformes en cantidad suficiente para pertenecer a hipoteticos telares...” (Castro Curel, 1985: 230).

3. FORMA E FUNÇÃO

“Si el peso de cada uno no fuera similar, se producirían distorsiones en los hilos transversales de la trama que con ello perderían su paralelismo”. (Castro Curel, 1985: 232).

Se os teares têm pesos é sua função manter o fio ou um conjunto de fios em tensão. No museu de Lejre, Dinamarca (Castro Curel, 1985), reproduziu-se um tear de pesos uniformes, troncocilíndricos com quinhentas gramas, unidos a um conjunto de fios.

O peso dos “pesos” pré-históricos não é, normalmente, apresentado, no entanto não atinge este valor. Se os pesos rectangulares ou quadrangulares com quatro perfurações podem alcançar pesos capazes de manter em tensão um conjunto de fios, muitos dos “crescentes” e das finas placas do Sul, mesmo quando

peças intactas, não terão ultrapassado as poucas gramas. Esta distinção que podemos verificar entre as formas e o peso dos pesos de tear poderá, de alguma forma, estar relacionada com as fibras animais e vegetais preferencialmente exploradas nas diferentes áreas?

É aqui inevitável a questão: terão de facto estes “crescentes” funcionado como pesos, ou o seu papel num tear era outro? Não se vislumbra imediatamente qual ele podia ser. Aproveita o seu comprimento para criar um afastamento entre os fios na parte inferior da trama? Não parece provável. No entanto as condições de jazida não deixam dúvida quanto ao funcionamento em conjunto, como partes de prováveis mecanismos.

Abandonando a questão peso ou a sua falta e debruçamo-nos agora sobre o número de perfurações, que não é constante.

Se aceitássemos a hipótese que Afonso do Paço, em 1940, avançou para as placas de Vila Nova de S. Pedro, de quatro perfurações, ao admitir que duas delas funcionaram como sobresselentes, teríamos apenas uma questão técnica a resolver. Como funcionaram os teares de pesos com duas perfurações.

Para confirmar esta hipótese, seria necessário um exame directo das peças, mas não podemos, no entanto, assumir que só as perfurações com sinais de desgaste, funcionaram efectivamente. O desgaste pode ter ocorrido apenas nas perfurações sujeitas a maior tensão.

Mantêm-se dois problemas: 4 perfurações, 2 perfurações.

Os exemplares decorados, que ocorrem essencialmente na Estremadura, podiam dar-nos algumas indicações sobre a sua posição face ao tear.

O facto de uma, mais raramente duas, das faces se apresentarem decoradas, não altera necessariamente a funcionalidade da peça, mas pode conferir-lhe um novo estatuto.

As peças de Vila Nova de S. Pedro apresentam motivos que variam entre representações solares, um ou outro zoomorfo e mais frequentemente geométricos. Linhas paralelas cruzadas por linhas perpendiculares. Numa possível alusão ao conjunto teia-trama?

Se a decoração não altera a função, pelo menos no caso destas peças, ela provavelmente existe para que possa ser vista³. Admito que a face decorada fosse observada por quem utilizasse o tear. O peso seria unido aos fios, paralelamente à travessa superior do tear. A medida que dita o afastamento entre pesos, e logo entre fios não é a espessura, medida menor, mas seria então a largura.

³ A decoração de qualquer objecto pode existir por si mesma, ou representar algum princípio simbólico. que hoje não podemos reconstituir. Neste caso a decoração dos pesos de tear poderia ter alguma funcionalidade ainda que não fosse observada pela tecelã. J. Leite de Vasconcelos refere, ainda nos inícios deste século, a existência de pesos de tear decorados para proteger a teia contra o mau-olhado, impossibilitando assim a sua destruição.

Os pesos apresentam por norma 6 cm de largura, logo cada 6 cm de teia teriam apenas um peso, onde se iriam unir dois conjuntos de fios às perfurações superiores. Possivelmente por algum esquema de passagens seriam as quatro perfurações utilizadas.

Os pesos de duas perfurações, sejam placas ou “crescentes”, ter-se-ão colocado na perpendicular face à travessa superior do tear, tendo então a espessura do peso um papel determinante. É possível então a existência de um número muito superior de pesos, o que anularia o pouco peso de cada um.

Se os pesos de tear decorados fossem assim colocados os motivos não seriam observáveis. Os sinais de desgaste nas perfurações afastam qualquer hipótese de se tratarem de peças “simbólicas”.

Os teares pré-históricos, como podemos ver, são-nos quase desconhecidos. Suspeita-se a forma, o funcionamento, os componentes.

O nome das peças, sem corresponder a tipos definidos, remete o leitor para este vasto e vago mundo.

4. CONSIDERAÇÕES TIPOLÓGICAS

Os pesos de tear não estão ausentes da bibliografia arqueológica, a informação não é, no entanto, apresentada segundo normas fixas. Esboços de organização foram tentados por diversos autores, frágeis tipologias que não conhecem sucesso. A descrição do objecto é, na maior parte dos casos, tão vaga, que muitos “tipos” podiam aí encontrar o seu lugar.

Tratando-se de cerâmica manual, corre-se o risco de criar para cada peça um tipo. Tipos excessivamente amplos são igualmente inúteis. Existem, no entanto, diferenças que importa reconhecer e notificar, porque não parece útil a enunciação cega de propriedades.

É objectivo deste estudo não a construção de uma tipologia, mas distinguir diferenças. Hierarquizar atributos. Os “pesos de tear” são peças extraordinariamente mudas, como já não há muitas. A tarefa torna-se difícil porque a função é apenas presumida. Atributos em função de quê? Consideramos estes artefactos como pesos ou elementos de tear?

Considero que de uma ficha descritiva deviam fazer parte as seguintes informações:

1 — Origem dos pesos de tear. Depositados em museus, com indicação de proveniência, de recolhas de superfície/prospecções, de escavações arqueológicas, com contexto e coordenadas. Se vindos de escavação; os pesos encontravam-se dispersos ou em concentração espacial. Indicar o número de peças ou fragmentos. Quando associados indicar a forma ou formas que surgem no conjunto e a posição

relativa de cada elemento. Encontra-se um amontoado caótico, uma ordem ou os restos desta. Se estão em filas paralelas. Associação a possíveis estruturas que revelem o tear ou aquilo que o sustentava, “buracos de poste”, paredes. Detecta-se uma alteração formal de significado cronológico e expressa de forma quantitativamente aceitável.

Da análise do contexto para a análise da peça.

2 — A indicação do peso em exemplares intactos ou pouco fragmentados. O número de perfurações e o diâmetro destas. Apresentar o diâmetro, no caso de se tratar de “crescentes”, ou a espessura, largura, comprimento, para todos os outros exemplares. Descrever a forma geral. Com ou sem decoração.

Reunindo um número considerável de elementos descritos torna-se possível distinguir essencial e acessório. As aparências deixariam de iludir. Tipos, mesmo que criados empíricamente, mas que resultem do conhecimento da coisa.

Predominando as tipologias formais é se tentado a não aceitar que duas formas distintas sejam um tipo. Retoma-se a hierarquização de atributos. Qual é a chave da questão? Peso, número de perfurações, largura, espessura. Variáveis comuns a todas as peças de um mesmo tear ideal que não se imagina completamente.

A diversidade só espanta porque é amostra reduzida, o real quando completo oferecia conjuntos coerentes e homogêneos, com que alguém teceu, mesmo que formalmente as peças não fossem idênticas.

Serão teares diferentes, técnicas distintas que exigem realidades materiais conformes. A este facto, que pode ser inegável, junta-se o gosto de se fazer como se faz e não de outra maneira.

5. INTEGRAÇÃO CRONOLÓGICA

A construção de uma sequência tipológica de pesos de tear, com um correspondente significado cronológico, depende em grande parte da possibilidade de auferir para cada sítio escavado uma cronologia, pelos menos relativa, suficientemente segura.

A observação de situações limite, pode, no entanto permitir ultrapassar algumas incertezas cronológicas.

Para além do carácter espacial, da variedade formal, onde podemos identificar distintas tradições de tecelagem, contemporâneas, em determinadas áreas como o Sudoeste Ibérico deve-se ter registado, numa perspectiva diacrónica, uma

transformação das técnicas de tecer, ou pelo menos uma alteração/selecção dos artefactos empregues.

Assim, se em povoados, do Sul de Portugal, cujas fases de ocupação podem ser atribuídas ao Neolítico final, e ao Calcolítico encontramos a coexistência de pesos de tear placa e de “crescentes”, nos povoados de fundação calcolítica *ex novo* podemos encontrar apenas pesos de tear em forma de “crescentes”.

As placas de duas ou quatro perfurações estão ausentes no Cerro do Castelo de Santa Justa, no Castelo de S. Brás, em Monte Novo, no Cortadouro e em Alcalar (Silva, Soares, 1976-77).

Na Estremadura portuguesa, identificamos ao longo de todo o Calcolítico apenas um tipo único de pesos de tear, espessas placas, sobretudo quadrangulares, com quatro perfurações.

Estes podem incluir-se nos pesos de tear com algum peso real. Integrados possivelmente numa distinta tradição de tecer, que eficaz desde o seu início parece não ter sido sujeita a alterações.

Os pesos provenientes das Beiras e do Norte de Portugal, ainda que não sejam absolutamente idênticos aos da Estremadura, uma vez que tendem a ser sobretudo rectangulares e com as arestas bolcadas, penso que se podem integrar na mesma família técnica da Estremadura. O reduzido número em que normalmente surgem deriva certamente das condições de deposição dos próprios sítios.

Também, neste espaço, ainda que os dados sejam em número reduzido, parece ter-se mantido uma única técnica de tecelagem ao longo de todo o Calcolítico.

A História e a Etnografia demonstram-nos a real importância cultural que os tecidos e as cores assumem entre as comunidades humanas. Não só como bem de troca, mas essencialmente como factores de distinção social, como formas materiais de representar princípios simbólicos, como concretização de sentimentos.

Todo este rico mundo de informação está-nos, aparentemente, vedado. Reconhecer distintas técnicas de tecelagem pode elucidar-nos sobre áreas de troca preferencial de elementos humanos.

A exogamia, eventualmente praticada pelas comunidades calcolíticas, pode materializar-se na dispersão dos pesos de tear e das mulheres que os usam.

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUD, J.M., (1971) “Os povoados de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa). Notícia Preliminar” *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, 199-222.
- ARRIBAS, A., MOLINA, F., (1971): *El Poblado de “los Castillejos” en las Penãs de los Gitanos (Montefrío) Granada. Campanã de Excavaciones de 1971. El Corte num.1* CPUG, Serie Monografica, 3, 115-137.

- ARRIBAS, A., MOLINA, F., (1978) "El Poblado de la Edad del Cobre de "El Malagón" (Cullar-Baza, Granada) Campanã de 1975" *CPUG*, 3, 67-116.
- BARBOSA, E., (1956) "O Castro da Pedra do Ouro (Alenquer)" *Arqueólogo Português*, série III, vol. 75-86.
- CAETANO, L., (1983) "A Tecelagem artesanal na freguesia de Almalaguez" Coimbra, *Cadernos de Geografia*, 2, 23-64.
- CARDOSO, J.L., (1989) *Liceia. Resultados das escavações efectuadas. 1983-1988*. C. M. Oeiras, 146 p.
- CASTRO CUREL, Z., (1985) "Pondera. Examen cualitativo, quantitativo, espacial y su relación con el telar con pesas" *Empúries*, 47, 230-253.
- CORREIA, V., (1921) *El Neolítico de Pavia (Alentejo - Portugal)*. Museo Nacional de Ciencias Naturales, Memoria num. 27, 113 p.
- COSTA, A.I.M., (1903) "Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal: Objectos prehistoricos encontrados no Castro da Rotura" *O Archeologo Português*, vol. VIII, 137-148.
- COSTA, A.I.M., (1906) "Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal: o castro de Chibanes" *O Archeologo Português*, vol. XI, 40-50.
- ESTEVINHA, I.M., SENNA-MARTINEZ, J.C., VALERA, A.C., (s.d.) "O complexo 1 do Penedo da Penha, Vale Medeiros (Canas de Senhorim): alguns resultados preliminares da campanha 1(1987) Sep. *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, 125-142
- FERNANDEZ GOMEZ, F., OLIVA ALONSO, D., (1985) "Excavaciones en el yacimiento calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla) El Corte C ("la Parrera")" *Noticario Arqueologico Hispanico*, 25, 102-113.
- GONÇALVES, V.S., (1989) *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental - uma aproximação integrada*. C. A. H. estudos e memórias 2, 2 vols. 566, 333 p.
- JORGE, S.O., (1986) *Povoados da Pré-História Recente da região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar (III - inícios do II milénio a. C.) (Trás-os-Montes Ocidental)* vol. I - A, Porto, Instituto de Arqueologia da F.L.U.P.
- MORENO ORORATO, A., (1979) "Los Materiales Arqueológicos del poblado de los Castillijos y Cueva Alta (Montefrío) Granada. Procedentes de las excavaciones de 1946-1947" *CPUG*, 7, 235-266.
- OLIVEIRA, V., GALHANO., PEREIRA., (1976) *Tecnologia Tradicional Portuguesa: o Linho*. Etnologia 1.
- PAÇO, A., (1940) "Placas de barro de Vila Nova de S. Pedro" *Congresso do Mundo Português*, 1 vol., 235-249.
- PAÇO, A., SERRÃO, E.C., VICENTE, E.P., (1956) "Estação Eneolítica da Parede (Cascais) Reconhecimento de 1955" *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol*, tomo VIII, 411-429.
- PAREIRA, R., (1983) "O Cerro dos Castelos de S. Brás (Serpa). Relatório Preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980" *O Arqueólogo Português*, s. IV, 1, 149-168
- SANCHES, M.J., (1992) *Pré-História Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto, GEAP, Monografias Arqueológicas 3, 170 p.
- SANGMEISTER, E., SCHUBART, H., (1981) *Zambujal*. Madrider Beltrage.
- SILVA, C.T., SOARES, J., (1976-77) "Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo-Alentejo" *Setúbal Arqueológica*, 2-3, 179-279.
- SILVA, C.T., SOARES, J., (1987) "O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba - I. Escavações arqueológicas de 1982-1986 (resultados preliminares)" *Setúbal Arqueológica*, VIII, 29-79.

- VALERA, A.C., ESTEVINHA, I.A., (1989) Castro de Santiago (Figueró da Granja) Fornos de Algodres - Contribuições para o estudo da Pré-História recente da bacia do médio e alto Mondego. *GAFAL*, 39 p.
- VASCONCELOS, J.L., (1918) "Passeios pelo Alentejo" *O Arqueólogo Português*, 1ª série, 136.

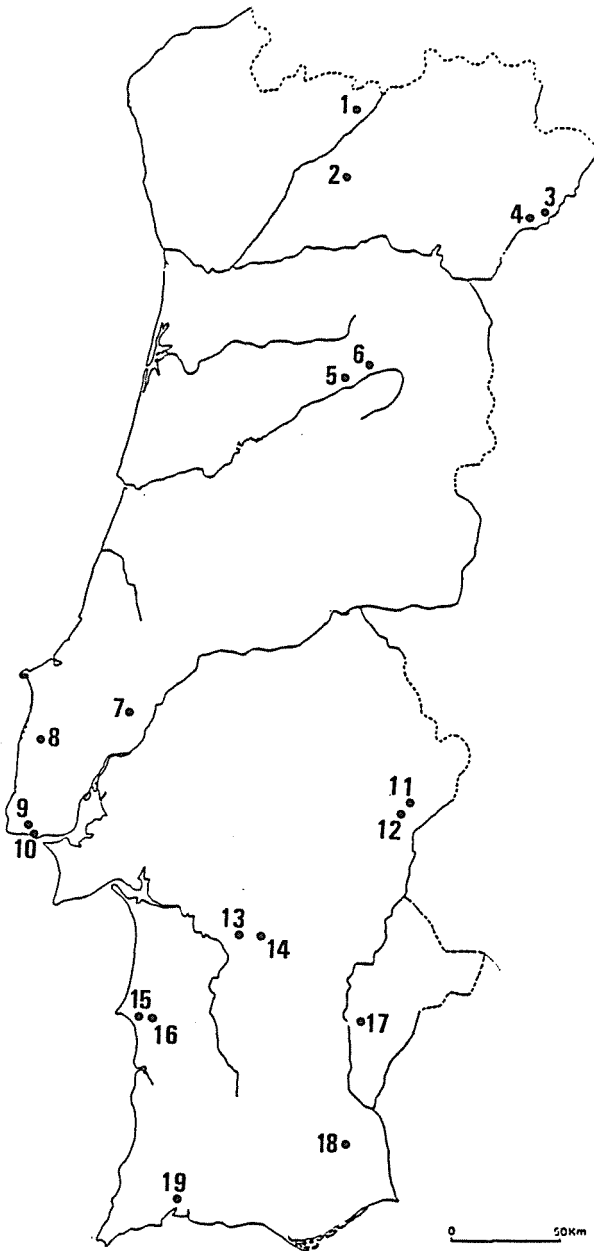
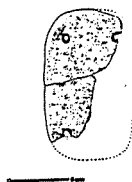


Fig. 1 — Sítios do Neolítico final e Calcolítico com pesos de tear: 1 — Pastoria; 2 — Castelo de Aguiar; 3 — Cunho; 4 — Barrocal Alto; 5 — Penedo da Penha; 6 — Castro de Santiago; 7 — Vila Nova de S. Pedro; 8 — Zambujal; 9 — Liceia; 10 — Parede; 11 — Aboboreira; 12 — Famão; 13 — Monte da Tumba; 14 — Cabeço da Mina; 15 — Vale Pincel II; 16 — Monte Novo; 17 — Castelo de S. Brás; 18 — Cerro do Castelo de Sta. Justa; 19 — Alcalar.

Est. II



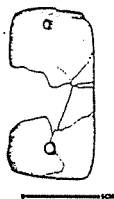
1 - Pastoria
(Jorge, 1986)



2 - Castelo de Aguiar
(Jorge, 1986)



3 - Cunho
(Sanches, 1992)



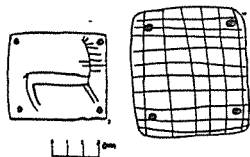
4 - Barrocal Alto
(Sanches, 1992)



5 - Penedo da Penha
(Estevinha *et al.*, s.d.)



6 - Castro de Santiago
(Valera *et al.*, 1989)



7 - V.N. S. Pedro
(Paço, 1940)



8 - Zambujal
(Sangmeister *et al.*, 1983)

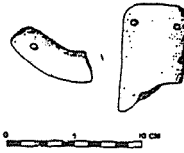


9 - Liceia
(Cardoso, 1989)

Fig. 2 — Pesos de tear do Neolítico final e Calcolítico em Portugal (I).



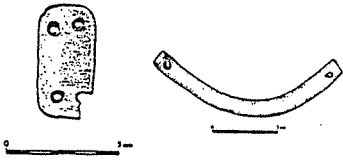
10 - Parede
(Paço *et al.*, 1956)



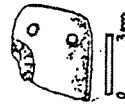
11 - Aboboreira
(Arnaud, 1971)



12 - Famão
(Arnaud, 1971)



13 - Monte da Tumba
(Silva *et al.*, 1987)



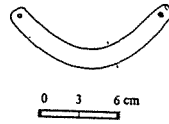
14 - Cabeço da Mina
(Silva *et al.*, 1976-77)



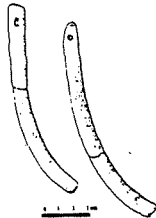
15 - Vale Pinçel II
(Silva *et al.*, 1976-77)



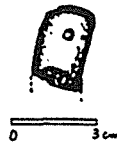
16 - Monte Novo
(Silva *et al.*, 1976-77)



17 - Castelo de S. Brás
(Parreira, 1983)



18 - Castelo de St.^a Justa
(Gonçalves, 1989)



19 - Alcalar
(Silva *et al.*, 1976-77)

Fig. 3 — Pesos de tear do Neolítico final e Calcolítico em Portugal (II).

ORIGEN Y DESARROLLO DEL HORIZONTE COGOTAS I EN EL ALTO TAJO¹

por

M^a Concepción Blasco Bosqued*

Resumen: El presente trabajo sintetiza las características del Horizonte Cogotas I en el Alto Tajo, tanto en su etapa de formación como en su fase de plenitud, a la luz de las novedades registradas los últimos años. Recientes excavaciones han documentado que las diferencias entre ambas fases no sólo se evidencian en la cerámica sino también en la metalurgia y en la industria lítica, ya que mientras la fase Protocogotas mantiene una industria lítica laminar y una metalurgia de bronce de tipos muy próximos a los de otros círculos del Bronce Pleno peninsular, en la fase Cogotas I de Plenitud prácticamente se abandona la industria lítica tallada, mientras que la metalurgia se ve claramente afectada por la influencia de los talleres atlánticos. Así mismo las costumbres funerarias y rituales experimentan cambios sustanciales entre ambos períodos. Únicamente los asentamientos mantienen las mismas características y ocupan los mismos lugares.

Palabras-clave: Cogotas I. Bronce Pleno. Bronce Final.

De todos es conocido el importante avance que se ha registrado durante la última década en el conocimiento del Horizonte Cogotas I dentro del marco general del Bronce Final Peninsular, sin embargo todavía quedan puntos oscuros en algunos aspectos y, muy especialmente, en lo referente a su origen y formación, pero los datos aportados por los yacimientos del Caserío de Perales y de la Fábrica de Ladrillos de Preresá (Getafe, Madrid), situados en la cuenca del Bajo Manzanares y cuya excavación acabamos de finalizar, han facilitado importantes aclaraciones sobre este tema, así como sobre otras parcelas de este horizonte, tanto de su etapa de formación como de la de plenitud.

El interés sobre las circunstancias que rodean al surgimiento del Horizonte Cogotas I está íntimamente ligado al desarrollo de los trabajos que sobre este

¹ Este trabajo ha sido realizado dentro del marco del Proyecto de Investigación financiado por la Comunidad Autónoma de Madrid (P024-90: "Patrimonio arqueológico de las cuencas bajas del Manzanares y Jarama").

* Universidad Autónoma de Madrid.

círculo cultural se han realizado, sobre todo, teniendo en cuenta la amplia difusión geográfica que alcanza. La primera piedra la ponen F. Molina y O. Arteaga en su estudio de la cerámica excisa (MOLINA, F. y ARTEAGA, O. 1979) al comprobar que dentro del círculo Cogotas I, tanto la excisión, como los demás sistemas de ornamentación cerámica utilizados “están fuertemente enraizados y parecen proceder de una misma tradición [y]... tienen una localización peninsular, tanto en sus procesos originarios como en sus fases evolutivas [ya que]... hasta el momento actual no está documentada la existencia de un complejo europeo similar al del Horizonte Antiguo de Cogotas” (MOLINA, F. y ARTEAGA, O. 1979, pp. 184 y 185) la idea es rápidamente asumida por la mayoría de los investigadores.

Así Fernández Posse piensa que el origen de las técnicas decorativas de las cerámicas Cogotas I presentan ciertas similitudes con el campaniforme que “apoyan la continuidad de ciertos elementos culturales pero, sobre todo, indican el entronque de la casi totalidad de las técnicas y diseños... aunque no existan los nexos materiales intermedios de la evolución. Es decir, no se conoce el proceso de formación de la cultura a expensas de la etapa anterior de la Edad del Bronce”.

No obstante, según esta misma autora, “algunas circunstancias añaden verosimilitud a esa dependencia de la tradición anterior: de un lado el rito de enterramiento y la significativa ocupación repitiendo los mismos tipos de asentamientos” (FERNANDEZ POSSE, M^a D. 1982, p. 149).

En esta línea de buscar dentro de la propia tradición del Bronce meseteño el origen de Cogotas I, Delibes y Fernández Manzano, al estudiar los materiales del castro de “La Plaza”, en Cogeces del Monte, apuntan la idea de la existencia, dentro del Horizonte Cogotas I, de una serie de fases diacrónicas, e incluso de una fase Pre-Cogotas I, con varios elementos que preludian algunos de los rasgos definitorios de ese horizonte. Esta fase Pre-Cogotas I representada en el castro de La Plaza, enlazaría en sus orígenes con otros yacimientos de La Meseta Norte como Las Pinzas donde aparecen elementos que recuerdan al mundo argárico (DELIBES, G. y FERNANDEZ MANZANO, J., 1985).

Esta propuesta de la existencia de una fase Pre o Proto-Cogotas I presente en el yacimiento de La Plaza de Cogeces del Monte ha sido inmediatamente admitida por numerosos investigadores que han ido incorporando a ella diversos yacimientos, fundamentalmente de la Meseta Norte, como los Tolmos de Caracena, o la Cueva de Arevalillo de Cega (JIMENO, A. y FERNANDEZ MORENO, J. J., 1991, p. 130) e incluso de regiones periféricas, como es el caso de Moncín en el Valle del Ebro (HARRISON, R. y MORENO, G., 1990).

La etapa de formación (Pre o Protocogotas), que es la que ahora nos interesa, corresponde a la identificada por Delibes y Fernández Manzano en el castro de La Plaza. En la actualidad está documentada, al menos, en más de una treintena de yacimientos repartidos por toda la cuenca del Duero los cuales han sido carto-

grafiados por Gonzalez Tablas (GONZALEZ TABLAS, J. 1984-85, p. 275, fig. 3) y en, al menos una decena de habitats de la provincia de Madrid (BLASCO, M^a C. 1987), una circunstancia que nos permite suponer que la región del Alto Tajo, al igual que la Meseta Norte, se inscribe dentro del área de origen de este horizonte tal como apunta Fernández Posse (FERNANDEZ POSSE, M. D., 1986, p. 480).

Sin embargo en el Alto Tajo, pese a conocerse un importante número de hallazgos pertenecientes al Horizonte Protocogotas, ninguno de los yacimientos había sido objeto de excavación sistemática, por lo que únicamente existía la sospecha de un proceso similar al de la Meseta Norte a través de algunos materiales recogidos en distintos puntos de la cuenca baja del Manzanares como el arenero de Los Vascos o La Aldehuella (MENDEZ, A., 1982) e, incluso, en algún punto de la Sierra como las Canteras de Zorzalejo (FERNANDEZ VEGA, A., 1980).

En los últimos años la existencia de una etapa de formación del Horizonte Cogotas I en el Alto Tajo no solo ha quedado plenamente confirmada a través de la excavación de los dos sitios antes mencionados, sino que además, estos trabajos de campo, nos han ofrecido datos de gran interés que nos permiten conocer contextos de otras industrias asociados a la cerámica de los que apenas se tenían datos así como otros rasgos culturales significativos, tanto del período de formación como de plenitud de Cogotas I.

Sin embargo, hay un aspecto pendiente de resolver, nos referimos al marco cronológico ya que no contamos con ninguna fecha para este momento, a no ser que el “fondo” o “basurero” 2/6 del Cerro Ecce Homo, fechado en 1150 a.C. \pm 70 (ALMAGRO, M. y FERNANDEZ GALIANO, D., 1980, p. 125), pertenezca a esta etapa, algo muy probable por las características de las cerámicas que encerraba. Por otra parte, contamos con una fecha de la Loma del Lomo de 1390 a.C. \pm 100 (VALIENTE, J. 1992, p. 195) que fecha un enterramiento en pithos que podría representar un momento inmediatamente anterior al inicio de esta etapa debido a la similitud de formas que algunas de las cazuelas que acompañan a otros enterramientos de este yacimiento, guardan con respecto a recipientes recuperados en Perales del Río o La Fabrica de Ladrillos de Preresá. Por tanto podemos intuir que esta etapa pudo desarrollarse entre los siglos XIV y XII a.C., aproximadamente, un período cronológico revisable cuando contemos con más datos.

Por lo que respecta a las características de los asentamientos Protocogotas hay que subrayar su constante asociación a los típicos “hoyos” excavados en el subsuelo en los cuales se encierra la totalidad del material arqueológico, dicho material corresponde a distintas reocupaciones que generalmente pertenecen a las fases Proto Cogotas y Cogotas I, además de un esporádico asentamiento campaniforme en la Fábrica de Ladrillos y otro neo-eneolítico en el Caserío de Perales (figura 1). Al parecer, estas diferentes ocupaciones no debieron de tener

relación entre sí, salvo las más inmediatas, ya que sus restos se concentran en áreas muy localizadas en las que con frecuencia se amortizan subestructuras preexistentes.

Este régimen de asentamientos temporales que a menudo reocupan un determinado lugar en el que nunca se llegan a formar ni estratigrafías más o menos potentes ni rastros de suelos de ocupación es un rasgo que caracteriza a los grupos de la prehistoria de Alto Tajo desde comienzos del Calcolítico, momento en el que se produce la colonización de las cuencas bajas de los ríos, por lo que las gentes del Bronce Medio-Final no hacen sino mantener una tradición de más de un milenio de vigencia que se quiebra, precisamente tras la liquidación del Horizonte Cogotas I.

Estos hábitats, se localizan al borde de la terraza inferior de los ríos, dominando el lecho de inundación, en aquellas zonas donde el encajamiento del río ha creado aterramientos más amplios, se trata de lugares abiertos, sin ningún tipo de defensas naturales ni antrópicas, de características similares a la mayoría de los asentamientos campaniformes y del Bronce Pleno de la zona y que sólo se abandonarán a partir de inicios de la Edad del Hierro.

Al igual que en la mayoría de los hábitats del Horizonte Cogotas I de ésta y de otras zonas peninsulares, tanto de la etapa de formación como de la de plenitud, hemos documentado en los dos yacimientos excavados una gran proliferación de “hoyos” o “silos” excavados en el subsuelo, un tipo de subestructuras que las encontramos, en proporciones muy inferiores, desde el Calcolítico, tal como lo evidencia, entre otros, el yacimiento de La Esgaravita (Alcalá de Henares) (MARTINEZ NAVARRETE, M^a I. 1979), pero que se generalizan desde el comienzo de la Edad del Bronce, en yacimientos como la Loma del Lomo (VALIENTE, J., 1992) o el Tejar del Sastre (QUERO, S., 1983), en contextos de cerámicas lisas con abundancia de carenas medias o bajas. La desaparición o, al menos, la rarificación de estas subestructuras tiene lugar precisamente también tras la desaparición del Horizonte Cogotas I.

Este tipo de hábitats, en los fondos de los valles, caracterizados por las subestructuras de “hoyos” o “silos” que hasta hace poco era conocido casi exclusivamente en esta área de los alrededores de Madrid donde ha habido una intensa remoción del suelo, empieza a documentarse en prácticamente toda la Península, desde el Valle del Guadalquivir (ALCAZAR, J., MARTIN, A. y RUIZ, M. T., 1992) al del Ebro (REY, J. y ROYO, J. I., 1993), pasando por la Meseta Norte, donde empiezan a ser muy numerosos (GONZALEZ TABLAS, J., 1984) (MISIEGØ, J.C. y otros, 1992). Tienen una cronología que abarca, como en el área de Madrid, desde el Calcolítico al Bronce Final, aunque la proliferación de “hoyos” comienza a producirse a partir del Bronce Medio. Por ello no resulta raro que la mayoría de los grupos del Horizonte Cogotas I mantengan esta misma

fórmula de asentamientos.

Si la filiación de los hábitats Cogotas I con la tradición anterior de la zona parece estar fuera de toda duda, tampoco existen dudas sobre la continuidad en el régimen de asentamientos de escasa estabilidad propiciados, seguramente, por la práctica de una economía muy similar a la de sus predecesores y en la que todavía la caza tiene un papel muy destacado, ya que las capturas suponen cerca del 20 % de la fauna aparecida entre los desechos domésticos. Desgraciadamente, la escasez de análisis faunísticos no nos permite contar con una evolución fiable de la cabaña a la vez que la ausencia de análisis polínicos y de semillas nos impide conocer aspectos puntuales de la agricultura practicada.

Pero en la fase Protocogotas hay otros muchos elementos en común con la tradición de la zona, en este sentido tienen especial importancia las prácticas funerarias, hasta ahora apenas conocidas, y de las que el yacimiento del Caserío de Perales nos ha proporcionado una importante información, ya que en él se han recuperado un total de cinco sepulturas en las que se habían inhumado seis individuos (figura 2).

Todos los enterramientos eran individuales, a excepción de uno que acogía a dos individuos infantiles y se practicaron en “fosas” semejantes a las del resto del poblado utilizadas para distintos fines. Los únicos arreglos efectuados son, en unos casos, la cubrición de los cuerpos con una importante acumulación de piedras y, en otros, la deposición del inhumado en un nicho lateral sellado con piedras, acondicionamientos que encontramos también en el Bronce Medio de la zona, según se desprende del yacimiento de la Loma del Lomo (VALIENTE, J., 1992). Por el contexto material, al menos tres de las cinco sepulturas pertenecen a la fase Protocogotas, mientras que las otras dos resultan de difícil adscripción aunque es muy probable que pertenezcan también a esta etapa de formación, teniendo en cuenta estos datos y los que han proporcionado otros yacimientos de la Meseta Norte como Los Tolmos de Caracena (JIMENO, A. y FERNANDEZ MORENO, J. J., 1991), o Carrelasvegas (STRATO, 1992), parece que estos enterramientos son más frecuentes en la etapa Protocogotas y se rarifican en el horizonte de plenitud.

Tanto por las subestructuras en las que se acomodan las inhumaciones, como por la posición contraída de los cuerpos, como por la pobreza de ajuares y la presencia, entre ellos, de restos animales así como por la ubicación dentro del espacio doméstico, estos enterramientos tienen un claro precedente en las prácticas funerarias del Bronce Antiguo y Pleno de la zona, como lo prueba el yacimiento de La Loma del Lomo de Cogolludo (Guadalajara) (VALIENTE, J., 1992). Además, son también relativamente frecuentes entre otros círculos culturales peninsulares del Calcolítico y del Bronce Antiguo y Pleno, como es el caso de las motillas o el Argar.

Centrándonos en el área que nos ocupa, los orígenes de estas prácticas funerarias las encontramos en el Calcolítico ya que, al menos desde el Horizonte Campaniforme de la zona, tenemos documentados hallazgos de este tipo entre los que hay que mencionar los propios enterramientos de Ciempozuelos (RIAÑO, J. F., RADA, J. y CATALINA, J. 1894) así como algunos recipientes hallazgos a tan sólo unos centenares de metros del Caserío de Perales. En ellos hemos localizado, próximos a los restos de unas cabañas, dos fosas con una inhumación en posición contraída en cada una de ellas. Sin duda alguna, en el Alto Tajo como en el resto de la Península, las inhumaciones individuales en fosa conviven con otros tipos de enterramientos, particularmente durante el Calcolítico, momento en el que se practica también las inhumaciones colectivas en dólmenes, siendo el ejemplo más claro en nuestra área de estudio el dolmen de Entretérminos que contiene un ajuar de campaniforme puntillado similar al que encontramos en la fosa del arenero de Miguel Ruiz, en la cuenca baja del Manzanares. Incluso, tal como plantea A. Esparza, la utilización de los megalitos para enterramientos más o menos ocasionales perduró hasta el Horizonte Cogotas I (ESPARZA, A., 1990). Los escasos enterramientos en fosa hallados en los poblados se explicarían no sólo porque parte de la población se inhumaría en otros lugares y con fórmulas distintas, sino también porque no todos los componentes del grupo recibieron sepultura.

Otras manifestaciones de carácter ritual que a menudo se documentan en la fase Protocogotas son las deposiciones o enterramientos intencionados de animales completos, generalmente jóvenes, como lechones, ovejas y terneros, o de partes más o menos grandes de ellos. Tales deposiciones se colocan en “hoyos” similares a los que acogen los enterramientos humanos. Esta práctica encuentra también sus precedentes en los grupos del Bronce Medio de la zona, pues así se ha documentado en La Loma del Lomo, el Sector III de Getafe o el Tejar del Sastre.

También los conjuntos industriales nos orientan en la misma dirección de enraizamiento con las tradiciones y aunque quizás sea la cerámica la que muestre una mayor ruptura con los ejemplares precedentes, como veremos, tiene también elementos que la vinculan a la tradición de la zona. Concretamente la cerámica de la fase Protocogotas presenta una morfología claramente similar a la de los yacimientos del Bronce Medio de la zona, entre cuyos rasgos más significativos están las carenas medias y los fondos convexos de fuentes y cazuelas, si bien estos recipientes son lisos o con mamelones plásticos en la línea de carena en los yacimientos del Bronce Medio como La Loma del Lomo, El Tejar del Sastre o el Sector III de Getafe y presentan una sencilla decoración de zig-zags o espigas incisas o impresas en la fase Protocogotas (figuras 2 y 3).

Este hecho nos lleva a suponer que los yacimientos con cerámicas lisas carenadas representan un horizonte inmediatamente anterior a la fase Protocogotas

de la zona, pudiendo, incluso llegar a ser coetáneo ya que, en la Loma del Lomo dos, de las seis fechas obtenidas por C14 corresponden al 1500 y al 1390 a.C. y, por tanto coinciden con algunas de las obtenidas en Los Tolmos de Caracena (Soria) de ambiente netamente Protocogotas. Esta posibilidad se desprende no sólo de la similitud que presentan los yacimientos con ambos tipos de cerámicas, por las características, disposición y elevado número de fosas de gran capacidad, sino también por la coincidencia en los ritos funerarios y por el gran paralelismo de las industrias no cerámicas como son la lítica y la metálica.

Concretamente la industria lítica se caracteriza, tanto en la Loma del Lomo, como en la fase Protocogotas del Caserío de Perales, por la perduración de la talla laminar, mientras que la metalurgia destaca por el mantenimiento de tipos muy sencillos de un amplio espectro cronológico y temporal como son los punzones biapuntados de sección cuadrada, las puntas de flecha de pedúnculo prolongado y los puñales de sección lenticular (figura 3), una metalurgia que encontramos también en otros círculos culturales del Bronce Pleno Peninsular como es el Argar (LULL, V., 1983), las motillas (NAJERA, T. y otros, 1979) y poblados de altura manchegos o el Valle del Ebro (PEREZ ARRONDO, C. y LOPEZ CALLE, C. 1986), además del propio Horizonte Protocogotas en la Meseta Norte, tal como lo certifica el yacimiento de los Tolmos de Caracena (JIMENO, A. y FERNANDEZ MORENO, J. J., 1991).

No obstante la metalurgia de esta zona del Tajo presenta un rasgo que la diferencia de otros círculos peninsulares de la Edad del Bronce y es la temprana incorporación y generalización de los Bronces binarios cobre-estaño, hecho que se ha documentado tanto en La Loma del Lomo como en la fase Protocogotas del Caserío de Perales. Este dato tecnológico, unido a los otros aspectos de índole socio-económica y cultural avalan de manera definitiva el surgimiento de la fase Protocogotas en nuestra área de estudio como una evolución, sin solución de continuidad, de la tradición de la zona, en la que el único rasgo auténticamente novedoso es la ornamentación a punzón de determinados recipientes, generalmente carenados.

La fase Protocogotas desmebocará en el Horizonte Cogotas I de plenitud, con el que claramente se cierra un ciclo, no tanto por la aparición del hierro sino por un paulatino cambio que se produce en los patrones de asentamiento y en las estructuras domésticas que tienden a hacerse más estables.

El tránsito a la etapa de plenitud de Cogotas I lo tenemos atestiguado por las fechas de C14 del yacimiento de Ecce Homo, la más antigua de las cuales ha proporcionado un 3.100 ± 70 B.P. = 1150 a.C. y está obtenida en una "fosa" con materiales que podrían corresponder a un momento todavía Protocogotas, sin boquique ni excisa, las otras tres fechas de este mismo yacimiento: $3020 \pm 70 = 1070$ a.C.; $3020 \pm 100 = 1070$ a.C. y $2990 \pm 70 = 1040$ a.C. (ALMAGRO y FER-

NANDEZ GALIANO, 1980, p. 125) se han obtenido en unidades con materiales de la fase de plenitud, por lo que se podría afirmar que este tránsito se produce en torno a fines del siglo XII a.C. en fechas no calibradas.

Otras dataciones obtenidas en el área que nos ocupa proceden del yacimiento de la Fábrica de Ladrillos, las cuales se han obtenido por Tl y corresponden a 1198 ± 257 a.C.; 1078 ± 257 a.C. y 894 ± 213 a.C., a ellas hay que sumar otras dos de C14 que corresponden a un 540 a.C. y a un 890 a.C. respectivamente. Dejando aparte la fecha del 540 que seguramente no es correcta, podríamos concluir que también en este yacimiento la fase de plenitud se desarrollaría entre el siglo XII y el IX a.C., un marco cronológico que encaja perfectamente, tanto con las dataciones de este horizonte en otras áreas peninsulares, como con el contexto de los materiales que ha proporcionado.

El Horizonte Cogotas I, en su fase de plenitud, mantiene el predominio de los habitats en el borde de las terrazas inferiores, con preferencia de las zonas bien irrigadas reocupando, con frecuencia, lugares en los que se habían producido asentamientos Protocogotas como es el caso del Caserío de Perales y de la Fábrica de Ladrillos, aunque no parece existir contacto entre unos grupos y otros ya que son numerosos los "fondos" amortizados por la apertura de nuevos "hoyos". Los yacimientos siguen ofreciendo un importante número de "fondos" u "hoyos", si bien tienden a ser más reducidos, particularmente por su menor profundidad. Quizás haya que poner en relación con este hecho la menor presencia de determinados elementos pesados como molinos y las acumulaciones de piedras de gran tamaño.

La ausencia de determinados depósitos intencionados de cerámicas y de materiales completos y/o de gran peso invita a pensar que en esta fase de plenitud no existe una intención tan clara de reocupación de un mismo lugar, al menos a corto plazo, una situación que podría estar provocada por una cierta tendencia a la estabilización de la población a causa de la mayor duración de cada uno de los establecimientos. La coincidencia con ocupaciones de la fase Protocogotas o incluso del Horizonte Campaniforme, tal como se documenta en la Fábrica de Ladrillos de Preresca, puede deberse exclusivamente al especial atractivo que ejercieron determinados lugares bien irrigados en zonas donde las terrazas fluviales son especialmente amplias y, por tanto, ofrecen una amplia superficie de pastos y para cultivos de regadío sin necesidad de realizar infraestructura alguna.

Los enterramientos parecen enrarecerse y son relativamente frecuentes fragmentos de restos humanos entre los materiales de desecho acumulados en los fondos o basureros, dichos restos podrían proceder de cadáveres expuestos a la intemperie y posteriormente dispersados por diferentes agentes. Así mismo los depósitos de animales completos o de grandes porciones de ellos, no son tan habituales como en las etapas previas. Tanto el enrarecimiento de los enterra-

mientos humanos como el menor número de depósitos de animales podría interpretarse como un cambio en las pautas rituales.

De todas formas parece evidente que los grupos del Horizonte Cogotas I parecen haber quedado totalmente al margen del fenómeno de los Campos de Urnas que en ese momento afecta a buena parte de los territorios europeos, si bien es cierto que esta misma situación afecta a la mayoría de los territorios mediterráneos y atlánticos en cuya órbita se inscribe este círculo cultural.

Las cerámicas enriquecen sus técnicas y motivos decorativos barroquizándose y las formas de los recipientes más cuidados se hacen más complejas. Predominan los pies reducidos y los galbos muy marcados con la parte inferior troncocónica y no convexa, como en la etapa anterior. Aparecen las técnicas más significativas como el boquique y la excisión así como la incrustación de pigmentos rojos y blancos, antecedente de las pinturas postcocción de la I Edad del Hierro. Entre los temas ornamentales hay que destacar la aparición de las guirnaldas y el gusto por los ajedrezados, los puntillados rellenando triángulos y las "líneas cosidas". De la etapa anterior perduran los zig-zags y las espiguillas, aunque con frecuencia se combinan con otros temas, dentro de sintaxis compositivas barroquizantes (figura 4).

Estos cambios en la cerámica están acompañados de importantes transformaciones en otras parcelas industriales como la lítica y la metalurgia, donde es más fácil conocer tanto los adelantos técnicos que se van produciendo, como las herencias de etapas anteriores. Por otra parte, interesa destacar la estrecha relación que mantienen la lítica y la metalurgia, una circunstancia que se observa con claridad en estos momentos en los que la industria del bronce ha conseguido la plena experimentación desbancando, casi definitivamente, al utillaje lítico.

En consecuencia, en la producción lítica de este momento desaparece todo indicio de industria laminar y queda reducida a la elaboración de elementos de hoz en forma de "D" sobre lasca gruesa. Podría decirse que en esta fase se asiste al final de la producción lítica tallada cuya función queda definitivamente suplantada por el metal.

La metalurgia ofrece cierta relación con las producciones precedentes aunque también evidencia novedades muy importantes que reflejan los cambios tecnológicos que se están incorporando en los centros de producción más activos. Las vinculaciones con la etapa precedente se manifiestan sobre todo en la morfología de los útiles ya que entre los tipos más comunes hay que mencionar los punzones biapuntados, pero encontramos también algunas anillas abiertas, típicas de las producciones del Bronce Final (figura 4, b).

Por el contrario, las novedades se manifiestan, particularmente, en determinados cambios tecnológicos como es la generalización de las aleaciones ternarias y la evidencia de la utilización, de forma amplia, del metal reciclado. La circu-

lación de los metales que intervienen en las aleaciones es un aspecto del que no tenemos otro dato que la presencia de un lingote de plomo realizado con una única valva de hacha plana, lo que podría indicar que en algunos casos, la aleación requerida se obtenía en los propios poblados en los que tenemos constancia se fabricaban las piezas de uso cotidiano.

Otro aspecto que nos interesa destacar es el marco de relaciones. Si durante la etapa de formación las relaciones se establecen con otras áreas culturales peninsulares, a juzgar por la similitud de poblados, rituales funerarios y, sobre todo, de tipos metálicos, en la etapa de plenitud el marco debió de ampliarse no sólo por medio de los intercambios comerciales con el ámbito atlántico, tal como se ha puesto ya de relieve, para el caso de los grupos Cogotas I de la Meseta Norte (FERNANDEZ MANZANO, J., 1986), sino también con el área mediterránea, al menos así se desprende de la fíbula "ad occhio" de ambiente sículo que hemos obtenido en el yacimiento del kilómetro 8,600 de la carretera de San Martín de la Vega (Getafe, Madrid) (BLASCO, M^a C., 1987).

Todos estos datos han permitido profundizar en el conocimiento del Horizonte Cogotas I, en su génesis, desarrollo y áreas de influencias; en sus actividades económicas y sus niveles tecnológicos y acercarnos a algunas de sus manifestaciones rituales, dentro del marco general del Bronce Final Peninsular.

BIBLIOGRAFIA

- ALCAZAR, J., MARTIN, A. y RUIZ, M. T., (1992): "Enterramientos calcolíticos en zona de habitar". *Revista de Arqueología*, año XIII, n^o 137, septiembre. Madrid, 18-27.
- ALMAGRO, M. y FERNANDEZ GALIANO, D., (1980): Excavaciones en el Cerro Ecce Homo. (Alcalá de Henares, Madrid). *"Arqueología 2"*, Diputación de Madrid.
- BLASCO, M^a C. (1987): "Un ejemplar de fíbula de codo "ad occhio" en el Valle del Manzanares". *Boletín Asociación española de amigos de la Arqueología*, n^o 23. Diciembre 1987, Madrid, pp. 18-28.
- BLASCO, M^a C. (1987): "El Bronce Medio y Final", en *130 años de Arqueología madrileña*. Comunidad de Madrid, pp. 83-107.
- DELIBES, G. y FERNANDEZ MANZANO, J. (1985): "El Castro prehistórico de "La Plaza", en Cogeces del Monte (Valladolid). Reflexiones sobre el origen de la fase Cogotas I". *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*, n^o 46, Valladolid, pp. 65 y ss.
- ESPARZA, A. (1990): "Sobre el ritual funerario de Cogotas I". *Boletín del seminario de Arte y Arqueología*, LVI. Valladolid, pp. 106-143.
- FERNANDEZ MANZANO, J., (1986): *Bronce Final en la Meseta Norte española: El utillaje metálico*. Almazán.
- FERNANDEZ POSSE, M^a D., (1982): "Consideraciones sobre la técnica de boquique". *Trabajos de Prehistoria*, n^o 39, Madrid, pp. 137-159.
- FERNANDEZ POSSE, M^a D., (1986): "La cultura de Cogotas I". *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*. Junta de Andalucía, pp. 465-487.

- FERNANDEZ VEGA, A., (1980): "Canteras de Zarzalejo (Madrid)". *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 10., Madrid, pp. 117-135.
- GONZALEZ TABLAS, F. J., (1984-85): "Proto-Cogotas I o el Bronce Medio de la Meseta: La Gravera de "Puente Viejo" (Avila)". *Zephyrus XXXVII-XXXVIII*, Salamanca, pp. 267-276.
- HARRISON, R. y MORENO, G., (1990): "Moncín: una secuencia cultural de la Edad del Bronce (Borja, Zaragoza)". *Cuadernos de estudios borjanos*, XXIII-XXIV, Borja, pp. 11-28.
- JIMENO, A. y FERNANDEZ MORENO, J. J., (1991): *Los Tolmos de Caracena (Soria). (Campañas 1981 y 1982). Aportación al Bronce Medio de la Meseta*. "Excavaciones Arqueológicas en España, 161", Madrid.
- LULL, V., (1983): *La cultura de El Argar. (Un modelo para el estudio de las formaciones económico-sociales prehistóricas)*. Madrid.
- MARTINEZ NAVARRETE, M^a I., (1979): "El yacimiento de "La Esgaravita" (Alcalá de Henares, Madrid) y la cuestión de los llamados fondos de cabaña del Valle del Manzanares". *Trabajos de Prehistoria*, 36. Madrid, pp. 83-118.
- MENDEZ, A., (1982): "Algunos yacimientos con materiales del Bronce Final en la provincia de Madrid". *Estudios de Prehistoria y Arqueología madrileñas*. Madrid, pp. 21-52.
- MISIEGO, J. C. y otros, (1992): "La Huelga. Bronce Medio en la Meseta Norte". *Revista de Arqueología*, año XIII, nº 136, Agosto. Madrid, pp. 18-25.
- MOLINA, F. y ARTEAGA, O., (1979): "Problemática y diferenciación en grupos de la cerámica con decoración excisa en la Península Ibérica". *Cuadernos de Prehistoria de Granada*, nº 1., 1976, pp. 175-212.
- NAJERA, T. y otros, (1979): "La motilla del Azuer (Daimiel; Ciudad Real). Campaña 1976". *Noticiario Arqueológico Hispánico. Prehistoria*. nº 6. Madrid. pp. 19-50.
- PEREZ ARRONDO, C. y LOPEZ DE CALLE, C., (1986): *Aportaciones al estudio de las culturas eneolíticas en el Valle del Ebro. II: Los orígenes de la metalurgia*. Logroño.
- QUERO, S., (1982): "El poblado del Bronce Medio del Tejar del Sastre (Madrid)". *Estudios de Prehistoria y Arqueología madrileñas*. Madrid, pp. 185-247.
- REY, J. y ROYO, J. I., (1993): "Balsa La Tamariz. Un yacimiento de la Edad del Bronce en la comarca de las Cinco Villas". *Revista de Arqueología*, año XIV, nº 147, julio. Madrid, pp. 18-27.
- RIAÑO, J. F., RADA, J. y CATALINA, J. (1894): "Hallazgo prehistórico en Ciempozuelos". *Boletín de la Real Academia de la Historia*, XXV. Madrid, pp. 436-450.
- STRATO (1992): "Hallazgo de un enterramiento en fosa de la Edad del Bronce". *Revista de Arqueología*, año XII, nº 134, Junio. Madrid, p. 56.
- VALIENTE MALLA, J., (1987): *La Loma del Lomo I. Cogolludo, Guadalajara*. "Excavaciones arqueológicas en España", nº 152. Ministerio de Cultura. Madrid.
- VALIENTE MALLA, J., (1992): *La Loma del Lomo II. Cogolludo (Guadalajara)*. Guadalajara.

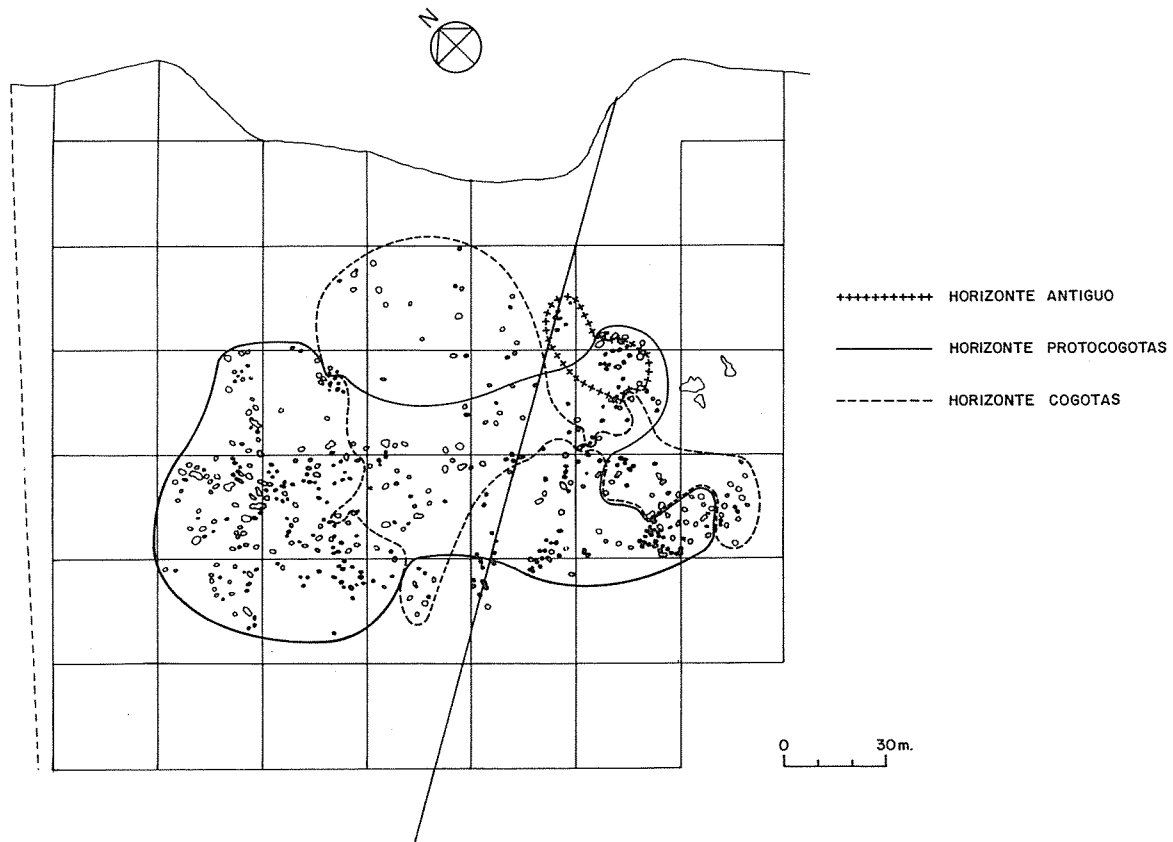


Fig. 1 — Planimetría del yacimiento del Caserío de Perales del Río (Getafe, Madrid), con la extensión de las tres fases documentadas.

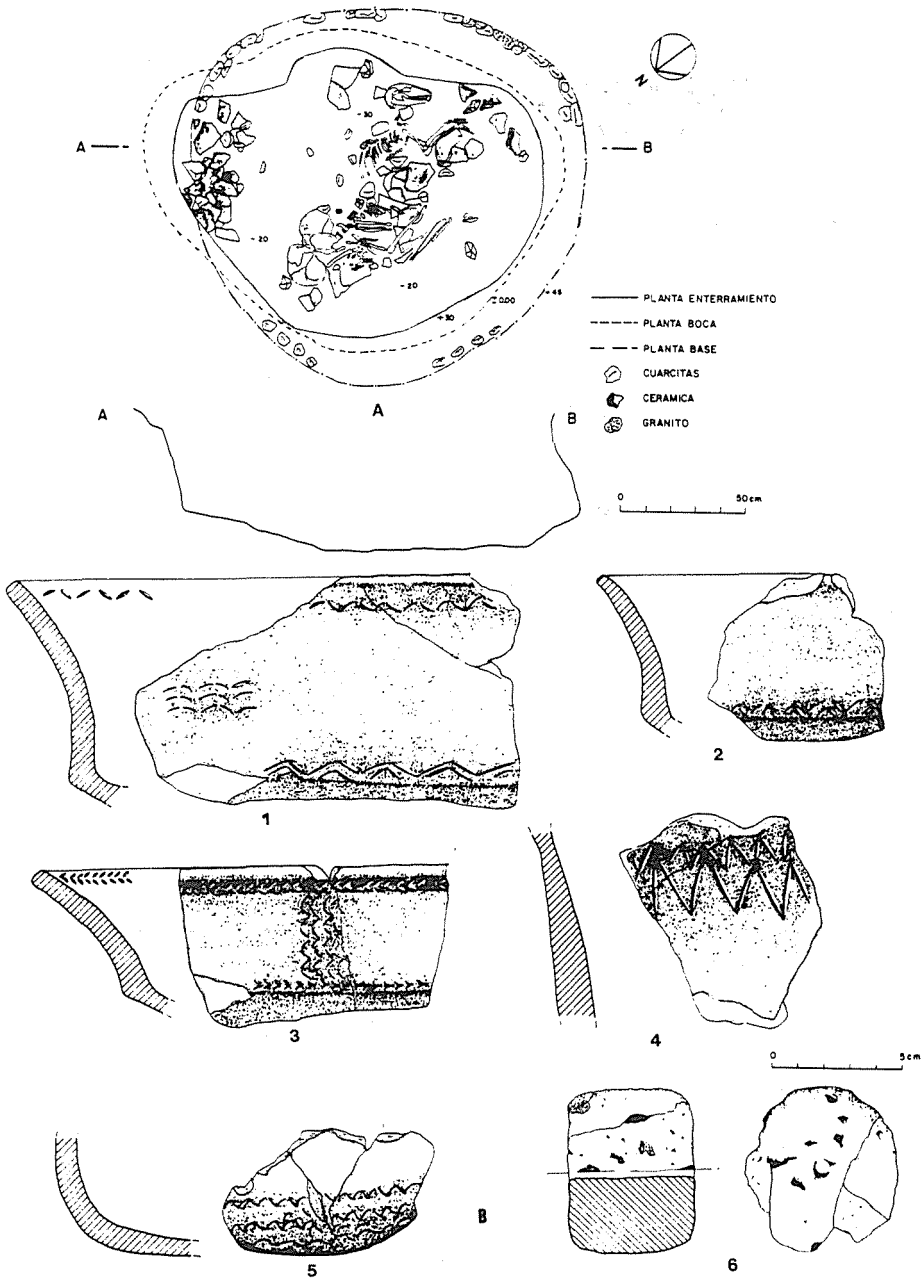


Fig. 2 — Caserío de Perales: doble enterramiento infantil del Horizonte Protocogotas con algunos de los materiales más significativos recuperados en el conjunto.

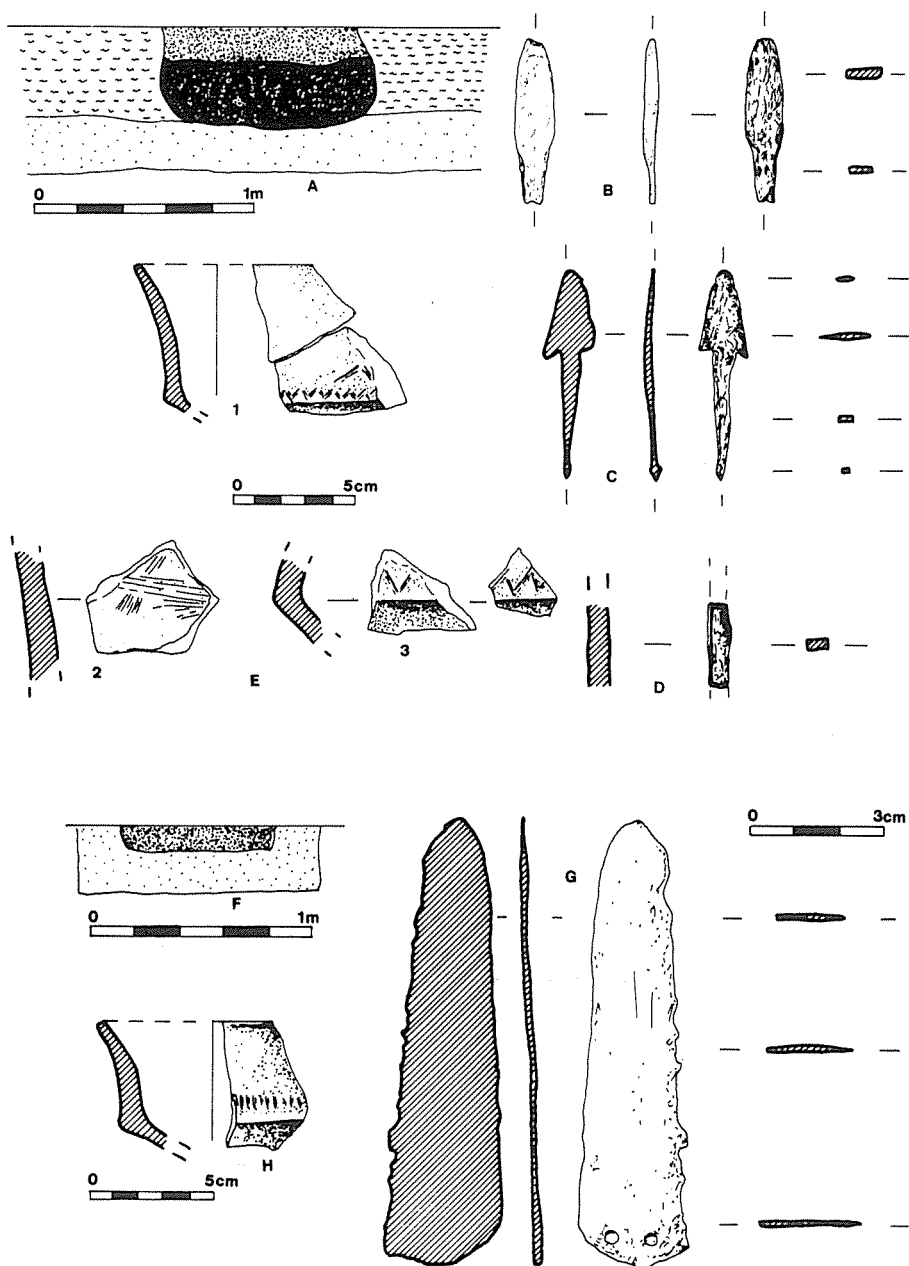


Fig 3 — Caserío de Perales: “fondos” de la fase Protocogotas con materiales metálicos y cerámicos.

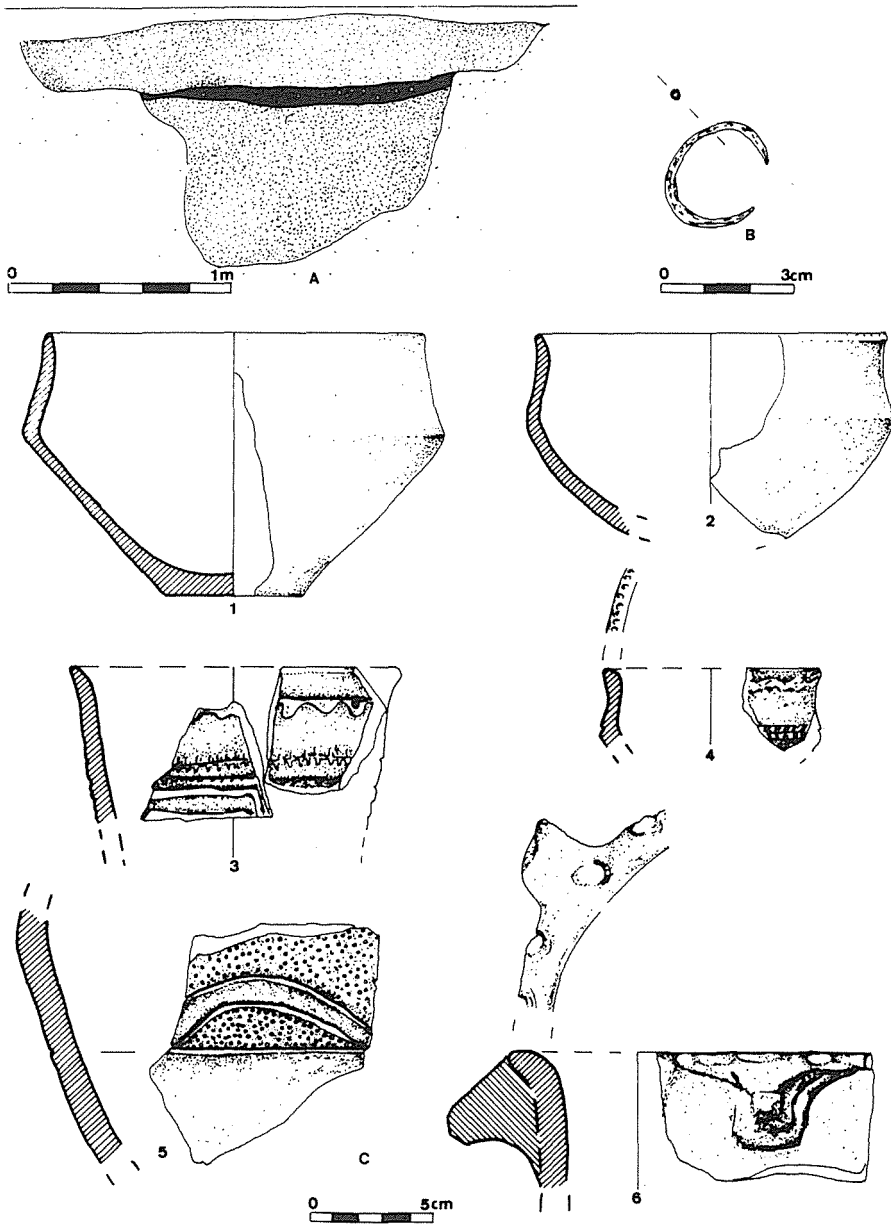


Fig. 4 — Caserío de Perales: “fondos” del Horizonte Cogotas I con material metálico y cerámico.

A TRANSIÇÃO DO BRONZE FINAL/FERRO INICIAL NO POVOADO DE S. JULIÃO - VILA VERDE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

por

Ana M. S. Bettencourt

Resumo: Baseada nas evidências arqueológicas, a autora elabora uma hipótese de evolução cultural para os períodos entre o séc. VIII e IV a.C. no povoado de S. Julião.

Os dados de que dispõe permitem-lhe tirar ilações acerca da evolução da cultura material móvel, das estruturas de habitat e, eventualmente, de ordem económica e social.

Palavras-chave: Bronze Final. Ferro Inicial. Transição.

INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se na problemática de estudo do fenómeno de continuidade ou ruptura entre as comunidades do Bronze Final e do Ferro Inicial no Noroeste português.

Entendemos que este problema é, em primeira análise, um problema arqueológico (SORENSEN *et al.*1989:4). É pois através das evidências materiais, indicadoras de mutações cognitivas, sociais e económicas, que tentaremos contribuir com algumas observações sobre o tipo de mudanças verificadas entre os períodos considerados, tendo por base as escavações de S. Julião. Cientes de que os dados de que dispomos são escassos e parciais, não pretendemos fazer generalizações precoces, pelo que as observações efectuadas neste trabalho são apenas válidas para a citânia de S. Julião, onde as campanhas de escavações efectuadas desde 1981 até 1985, por Manuela Martins e as realizadas desde 1989 até 1992, pela signatária, permitiram uma base analítica em diferentes estádios de ocupação, passível de tratamento quantitativo. A generalização das hipóteses formuladas a nível micro-espacial, i. é, o seu enquadramento num quadro da evolução do povoamento a nível regional, passaria pela comparação de várias sequências de ocupação, baseadas em evidências estratigráficas fiáveis e em cronologias segu-

ras; designadamente de dados provenientes de vários povoados.

Para que se possam esboçar algumas hipóteses sobre a evolução estrutural das comunidades em análise há que tentar, a partir dos dados, o estudo das estruturas sócio-económicas e simbólicas de cada período, bem como a procura dos factores intervenientes na mudança e nos processos de transformação sócio-económica das comunidades.

As dificuldades de “resposta” inerentes ao último *item*, pressupondo a procura, não de um factor determinante que explique todo o processo de mutação, mas de um grupo de factores interactivos, prevê, por parte do investigador, o domínio de um vasto manancial de dados sobre a região que estuda, pelo qua as hipóteses a formular para este povoado, terão que ser revistas à luz de um quadro mais geral, trabalho a que nos dedicaremos posteriormente.

Ao optarmos por usar como título desta comunicação termos como “transição”, “Bronze Final/ Ferro Inicial” estamos conscientemente a aceitar a dicotomia expressa na periodização tradicional. O próprio conceito de transição implica que caracterizemos as estruturas do final da Idade do Bronze bem como os critérios que definem os inícios da Idade do Ferro (SORENSEN *et al.* 1989). É comum considerar-se que este período se inicia com o aparecimento dos primeiros objectos de ferro, embora o papel desempenhado pela presença deste metal não ofereça consenso entre os investigadores. Para Pons i Brun (1989:123) o ferro teve um papel secundário na transição Bronze/Ferro e a presença deste metal, por si só, não parece ser factor de mudança das estruturas económicas e sociais. Pelo contrário, Snodgrass (1989) defende que só uma economia fortemente baseada na metalurgia do ferro, trará consequências significativas ao nível sócio-económico. Numa posição mais moderada Sorensen (1989) defende uma “mudança de personalidade” no sistema cultural das duas idades. Provavelmente as diferentes interpretações poderão ser aceitáveis se considerarmos a diversidade cronológica e os diferentes contextos geográficos em que surge a I. do Ferro europeia. De qualquer modo o início deste período parece estar sempre associado a transformações internas, de vária ordem, quer seja significativo ou não o papel da metalurgia do ferro nessas transformações.

LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GEOMORFOLÓGICA

Pertencente ao lugar do Crasto, freguesia de Ponte, concelho de Vila Verde, S. Julião situa-se na crista de um esporão montanhoso, contraforte da Serra Amarela, orientado no sentido NW-SE, à cota máxima de 296m. A sua localização e morfologia, com encostas escarpadas a Norte, Oeste e Sul permitem-lhe boas condições naturais de defesa, bem como uma posição estratégica em relação

aos recursos dos vales do Homem e Cávado que correm nas proximidades (Est I, fig. 1)¹.

METODOLOGIA

A abordagem deste tema pressupõe uma análise criteriosa de vários elementos que passaremos a discriminar:

— Análise da cultura material móvel e monumental das fases mais recentes detectadas no Corte 3a) do Sector B, i. é., na plataforma superior do monte.

— Análise das estruturas e da cultura material móvel dos níveis mais antigos, detectados até 1992, no Corte 6, do Sector B, pequena plataforma a Norte do tabuleiro superior do monte e contígua a ele (Est. II, fig. 1).

* No *item* cultura material móvel privilegiámos a análise das cerâmicas, embora o estudo dos objectos líticos e metálicos se tenha efectuado.

* As cerâmicas foram analisadas segundo aspectos tecno-tipológicos.

* A tipologia utilizada é a proposta por Martins (1988).

* Considerámos cerâmicas arenosas todas as que apresentavam uma pasta, fina ou grosseira, com desengordurantes de quartzo, feldspato, ou outros, que não mica, adicionados intencionalmente.

* Considerámos cerâmicas arenosas/micáceas todas as que apresentavam uma pasta, fina ou grosseira, com desengordurantes de quartzo ou feldspato, em grande quantidade, embora contivessem uma percentagem de moscovite ou biotite adicionada intencionalmente.

* Considerámos cerâmicas micáceas aquelas que apresentavam como desengordurante maioritário os diferentes tipos de mica, quer sejam de pasta fina ou grosseira.

Deste trabalho resultarão tabelas passíveis de:

— comparações quantitativas das permanências e das especificidades dos diferentes tipos de materiais analisados entre os dois períodos definidos.

CORTE 3A

Estratigrafia e Estruturas

O Corte 3a, ocupa uma área de 81,25m quadrados e localiza-se na plataforma superior do monte, no interior de um talude que delimita a zona nuclear da

¹ Todas as fotografias foram executadas pelo Sr. Manuel Santos, fotógrafo do Museu D. Diogo de Sousa. Os desenhos foram realizados pelos Sr.^{es} Alfredo Barbosa e Quenor Rocha, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

ocupação do Bronze Final.

Como o objectivo deste trabalho é o estudo da transição Bronze Final - Ferro Inicial estudámos apenas as zonas onde a potência estratigráfica apresentava maior densidade, na tentativa de detectarmos os níveis de ocupação mais recentes existentes na plataforma superior do povoado. Essa zona correspondia aos quadrados C1, C2, C3, D2 e D3.

Pelo mesmo motivo optámos por estudar apenas as duas camadas mais superficiais pelo que a nomenclatura usada na designação dessas camadas é provisória.

O nível de cota mais baixa foi designado por camada I e é constituído por terra castanha acinzentada. O nível superficial foi identificado como camada II, e caracteriza-se por terras castanhas, granulosas, não argilosas. Pelo facto de se encontrar à superfície esta camada estava parcialmente perturbada nos primeiros centímetros. Na camada I, detectámos resquícios dispersos de um pavimento em saibro e algumas pedras em associação, sem forma definida que poderão corresponder ao que resta de um fundo de cabana. O material estudado corresponde, grosso modo, aos níveis de derrube desta construção. A camada II não forneceu qualquer tipo de estrutura (Est. III, fig. 1).

Análise Descritiva dos Materiais

Cerâmicas

A camada I forneceu 1392 fragmentos cerâmicos que se distribuíam do seguinte modo:

Categories	Fragmentos	Formas
aren. - 1278 (92%)	panças - 1078	pote - 33 (22%)
	bordos - 153	pot/púc. - 31 (20%)
	fundos - 45	taça - 20 10b. (7%)
	asas - 2	malga - 1 (1%)
		bordos ind. - 78 (51%)
mic. - 63 (5%)	panças - 63	
aren./mic. - 51 (4%)	panças - 41	pote - -
	bordos - 9	pot/púc. - 4 (44,4%)
	asas - 1	taça - 1 (11,1%)
		bordo sind. - 4 (44,4%)

Uma análise criteriosa do material da **camada II**, num total de 492 fragmentos, permitiu seleccionar as seguintes categorias, fragmentos e formas cerâmicas:

Categorias		Fragmentos		Formas	
aren. -	370 (75,2%)	panças -	330	pote -	13 (33%)
		bordos -	40	pot/púc. -	12 (30%)
				taça -	2 (5%)
				bordos ind. -	13 (33%)
				cossoiro -	1
mic. -	61 (12,4%)	panças -	49	pote -	2 (29%)
		bordos -	7	bordos ind. -	5 (71%)
		fundos -	5		
aren./mic.-	61 (12,4%)	panças -	53	pote -	1 (14%)
		bordos -	7	pot/púc. -	6 (86%)
		fundos -	1		

Toda a cerâmica é manual, mesmo a micácea da camada II. Em ambas as camadas estão representados os mesmos tipos de formas.

Quer na camada I quer na camada II, os potes arenosos, apresentam, na sua maioria, bordos verticais embora se observem alguns ligeiramente esvasados e de aba soerguida.

A cerâmica micácea apresenta exclusivamente bordos de aba horizontal. Na camada I os fundos são maioritariamente planos, com excepção de dois umbilicais. Na camada II os fundos das cerâmicas micáceas são todos de tipo plano alargado.

As asas encontradas, em número de três, parecem de púcaro e apresentam secção sub-rectangular.

As decorações da camada I são predominantemente incisas; três peças apresentam incisões sobre o bordo, quatro representam o que pensamos serem triângulos preenchidos e uma, caneluras horizontais. As restantes apresentam decoração plástica, quer em forma de mamilo alongado com duas perfurações verticais, quer em forma de cordões.

A camada II não forneceu cerâmica arenosa decorada. No grupo das cerâmicas micáceas destacamos duas peças com uma linha incisa horizontal.

Lífticos

A camada I, forneceu alguns fragmentos de seixos rolados, um fragmento

móvel de moinho manual, uma lasca de quartzo, um núcleo de lâminas em quartzito e uma lâmina residual desse mesmo núcleo, com vestígios de cortex.

CORTE 6

Estratigrafia e Estruturas

O Corte 6, com uma área de 116,25m quadrados, localiza-se na plataforma superior do monte, numa zona exterior ao núcleo do povoado do Bronze Final e fora do talude que delimita aquele núcleo (Est. IV, fig. 1).

Apesar de não se encontrar totalmente escavado, os dados obtidos permitem definir várias fases de ocupação que se sucedem estratigraficamente. Embora no perfil apresentado não se verifique a sobreposição das camadas em estudo, ela ocorre noutras zonas do corte ainda não desenhadas. A ocupação mais antiga corresponde à camada I, ainda em fase de escavação. Caracteriza-se por terras heterogéneas, variando desde o castanho amarelado ao castanho com mesclas cinzentas; é granulosa, algo argilosa, e associa-se a uma estrutura pétreia, (estrutura A) de significado ainda desconhecido.

A segunda ocupação corresponde às camadas IIa, com terras castanhas acinzentadas, com carvões, pouco granulosa e algo compacta e à IIb com terras castanhas acinzentadas, com carvões, heterogénea, e granulosa. Estas camadas poderão corresponder a momentos diferentes dentro da mesma ocupação. A camada IIa encontrava-se parcialmente selada por um fundo de cabana, circular, em saibro, com lareira, medindo cerca de 3,8m de diâmetro (estrutura B) e por restos de um outro pavimento, também em saibro, isolado do terreno subjacente por um lageado de pedras de pequena e média dimensão, sobretudo na zona que correspondia à estrutura de combustão (estrutura C). A camada IIb, associava-se aquelas estruturas e encontrava-se selada por um grande pavimento (?), de saibro, com várias lareiras (estrutura D). As restantes camadas associavam-se a derrubes diversos, alguns tardios, adentro da Idade do Ferro Recente e da Romanização, pelo que o seu estudo não cabe no âmbito deste trabalho.

Análise Descritiva dos Materiais

No Corte 6, foram analisados 719 fragmentos cerâmicos exumados na camada I e 2374 fragmentos nas camadas IIa e IIb, que analisaremos de forma sistemática.

1ª Ocupação

Caracteriza-se pela **camada I.**

Categorias		Fragmentos		Formas	
aren. -	649 (90%)	panças -	592	pote -	12 (30%)
		bordos -	40	pot/púc. -	4 (10%)
		fundos -	16	taça -	3 (8%)
		asas -	1	malga -	1 (3%)
				bordos ind. -	20 (50%)
mic. -	36 (5%)	panças -	31	pote -	1 (20%)
		bordos -	5	pot/púc. -	3 (60%)
aren./mic. -	34 (5%)	panças -	32	bordos ind. -	1 (100%)
		bordos -	1		
		fundos -	1		

Cerâmicas

Os potes apresentam quase exclusivamente bordos verticais com exceção de dois, um arenoso e outro micáceo que registam abas soerguidas.

Os fundos são todos planos, com uma quantidade pouco significativa de planos alargados nas pastas arenosas.

As decorações são raras, embora variadas. Na cerâmica arenosa aparecem os mamilos, as incisões sobre o bordo, por vezes utilizando a técnica do picotado, as linhas incisivas pouco profundas e irregulares e as impressões de dedadas sobre a pança.

Nas pastas arenosas/micáceas também aparecem as incisões, quer distribuídas em linhas horizontais, quer por linhas oblíquas sobre cordões. Dois fragmentos apresentam decoração brunida, com linhas verticais.

Líticos

O granito é a matéria prima mais representada. Neste material exumámos um fragmento móvel de moínho manual e um polidor. O quartzo manifesta-se num núcleo de lâminas.

Metálicos

Não conhecemos qualquer objecto metálico desta camada. Foi, no entanto, encontrado um fragmento de cadinho cerâmico.

2ª Ocupação

Esta ocupação corresponde às camadas IIa e IIb.

A intenção de seriar o material dentro da mesma ocupação, tem como objectivo perspectivar semelhanças e diferenças entre elas e eventualmente tirar conclusões de ordem diacrónica quanto à evolução da cultura material e das estruturas, na tentativa de compreendermos melhor o período de transição entre o Bronze Final e o Ferro Inicial.

Cerâmicas

O quadro que se segue resume as características do material cerâmico estudado nas camadas IIa e IIb. Na camada IIa a totalidade do espólio corresponde a 1301 fragmentos, e na IIb a 1073.

Categorias			Fragmentos			Formas		
Cam. IIa	Cam. IIb		Cam. IIa	Cam. IIb		Cam. IIa	Cam. IIb	
aren.	684(53%)	530(50%)	panças	605	444	aren.	8(15%)	11(19%)
			bordos	52	57	pot/		
			fundos	21	23	púc.	13(25%)	18(32%)
mic.	558(43%)	487(45%)	asas	6	5	taças	1(2%)	4(7%)
			outros	—	1	malga	1(2%)	23(40%)
aren./mic.	42(3%)	40(4%)	panças	497	375	pote	6(16%)	31(37%)
			bordos	38	83	pot/		
			fundos	19	25	púc.	19(50%)	33(40%)
mic. mal. cal.	17(1%)	16(1%)	asas	1	4	p.a.i.	—	2(2%)
			cossoiros	3	4	malga	—	1(1%)
			ind.	—	2	tampa	1(3%)	—
						b.ind.	12(32%)	6(19%)
			panças	—	3	pote	3(11%)	3(17%)
			bordos	28	18	pot/		
			fundos	7	5	púc.	14(50%)	5(28%)
			asas	4	3	taças	—	3(7%)
			ind.	3	1	malga	1(4%)	1(4%)
						b.ind.	10(36%)	6(33%)
			panças	15	16			
			ind.	1				
			outros	1				

Na **camada IIa** os potes arenosos apresentam maioritariamente bordos verticais, embora os de aba soerguida, representem 12% da totalidade. Nos potes micáceos são predominantes as abas soerguidas. Nos pot/púc. estão presentes os bordos de aba soerguida nos dois tipos de pastas mais representadas, sendo em número mais elevado nas micáceas. Nalguns pot/púc. de pasta arenosa/micácea aparecem os únicos bordos de aba horizontal pequena.

Os fundos são todos planos. Os mais representados são os planos simples.

As asas estão representadas em todas as pastas, constituindo as de secção sub-retangular e rectangular as de maior expressão.

A decoração é rara nos objectos de pasta arenosa, embora tenhamos registado um fragmento com linhas verticais brunidas e outro com decoração mamilar. Nas pastas arenosas/micáceas, estão presentes os brunidos em associação com linhas incisas e a decoração em espinha.

Nas pastas micáceas predominam as linhas incisas simples ou duplas e os triângulos inscritos, em raros casos associados a impressões. Existem também decorações plásticas em forma de cordão com incisões em espinha, os brunidos em associação com incisões e impressões e alguns motivos impressos, embora estes últimos sejam mais característicos das cerâmicas arenosas/micáceas.

As impressões mais comuns são os círculos concêntricos, as séries de SSS e os triângulos, por ordem decrescente.

Líticos

A camada IIa forneceu alguns seixos rolados fragmentados; vários fragmentos de filoneanas e de aglomerados de biotite e moscovite; um cristal de quartzo, translúcido; um nódulo de quartzo; uma lasca, uma lâmina, um fragmento de outra e uma lamela de xisto argiloso; uma lasca de filoneana muito erodida; uma lasca de seixo granítico, de grão fino; uma lasca laminar de xisto parcialmente talhada com retoque abrupto, num dos lados; um seixo rolado, quartzítico, afeixado unifacialmente; um peso e um percutor em seixos graníticos; um elemento móvel de moínho manual em granito de grão fino e um pequeno disco de arenito, talvez um dado. No seio das rochas filoneanas, espalhadas pelos vários quadrados da camada, detectámos algumas com óxidos de ferro, limonitizadas².

² As filoneanas com óxidos de ferro são rochas com limonite um dos principais minerais de ferro. Agradecemos as informações de ordem geológica ao Prof. Doutor Carlos António Regêncio Macedo e ao Prof. José Manuel Matos Dias, do Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Metálicos

Existem vestígios de três objectos indefinidos, de bronze, em simultâneo com fragmentos de dois objectos indeterminados de ferro.

Camada IIb

Cerâmicas

Os bordos de potes arenosos continuam maioritariamente verticais, embora existam alguns esvasados e o único exemplar de bordo horizontal detectado na camada.

Dentro dos potes micáceos e arenosos/micáceos predominam os de aba soerguida, seguidos dos esvasados.

Os fundos são todos planos com ligeira predominância para os planos alargados.

As asas, na sua maioria de púcaros, são relativamente abundantes e variadas em todas as pastas, pelo que não é possível estabelecer tendências. Existem quatro exemplares de secção rectangular, quatro de secção pentagonal, três de secção circular e uma de fita.

O número de pastas arenosas decoradas aumentou, bem como a variedade da gramática decorativa. Existem agora panças com decoração mamilar, três casos; com cordões, um caso e com cordões incisos em forma de espinha, um caso. As incisões são relativamente comuns, existe um fragmento com linhas onduladas, pouco profundas; quatro cerâmicas com triângulos incisos preenchidos e duas com triângulos preenchidos e incisões ovais. As linhas picotadas aparecem em três fragmentos.

Nas pastas arenosas/micáceas existem igualmente motivos plásticos associados a incisões em dois casos e triângulos preenchidos num caso. Os triângulos em associação com impressões em SSS e círculos, aparecem duas vezes. Também as linhas verticais brunidas, a linha incisa simples e as caneluras estão presentes em três fragmentos.

A gramática decorativa da cerâmica micácea não difere muito da das pastas anteriores, existem elementos plásticos associados a incisões, linhas incisas horizontais em dezoito casos, caneluras em cinco casos, triângulos em sete e impressões de círculos concêntricos num caso.

Os cossoiros, em número de três, apresentam toda morfologia variada.

Líticos

Esta camada forneceu um fragmento de uma rocha migmatítica com concen-

tração de óxidos de ferro e biotite; lascas de xisto; fragmentos de seixos, um deles com vestígios de gordura; elementos móveis de moinhos manuais; pesos sobre seixos graníticos rolados; alguns percutores duplos e um polidor feitos sobre seixos; um fragmento de quartzito com uma superfície coberta de incisões; um fragmento de um objecto polido, em três fase, de hematite e três cossoiros em arenito.

Metálicos

Os objectos metálicos desta camada são de bronze e de ferro. No primeiro grupo inserimos um fragmento de várias placas sobrepostas e rebitadas, que interpretámos como pertencentes a um caldeiro e no segundo um machado de alvado, provavelmente votivo e uma pequena escória.

SÍNTESE

A análise comparativa das áreas de distribuição espacial da cultura material móvel e monumental entre os cortes 3a e 6 e entre os efectuados por M. Martins, publicadas em 1988, poderá contribuir para uma melhor apreciação das **permanências e especificidades** entre os dois períodos em estudo.

Ao analisarmos as **áreas de distribuição espacial** das comunidades do Bronze Final e do Ferro Inicial, detectadas por M. Martins, entre 1981 e 1985, verificamos que a distribuição dos vestígios parecia já evidenciar uma certa continuidade espacial de ocupação, quer na área contígua à plataforma superior, Corte 1, quer na encosta Nordeste, Sector F, com excepção da encosta Este, embora aquela autora considerasse a ocupação do Bronze como esporádica naquelas zonas, e não quizesse valorizar as camadas que lhe sobrepunham, onde foram detectadas cerâmicas arenosas e micáceas em simultâneo, por poderem corresponder a níveis misturados ou de escorregamento (MARTINS 1988: 25, 39, 105-106, 132, 158-159; 1990:21, 135-136).

As escavações em área efectuadas recentemente no Corte 6, quer pela potência estratigráfica, quer pela área de distribuição dos vestígios, cerca de 19 m quadrados, permitiram verificar uma ocupação intensiva do Bronze Final, em volta da área fortificada (camada I). A esta 1ª fase de ocupação, sucede-se estratigraficamente a camada II que corresponde ao Ferro Inicial ou a um período de transição.

A escavação do Corte 3a, no tabuleiro superior, forneceu, embora numa camada superficial, um nível, que a julgarmos não perturbado, se poderia consi-

derar também de transição. De qualquer modo, a não valorização desta camada como homogênea, no caso dos elementos micáceos serem intrusivos, devido à grande alteração que sofreu esta plataforma, não nos impede de verificarmos que eles apresentam uma grande homogeneidade de fabrico e de formas, pelo que poderiam corresponder ao que resta de uma camada atribuível ao Ferro Inicial no local. Em qualquer dos casos, estaríamos em presença de uma certa continuidade estratigráfica entre o Bronze Final e o Ferro Inicial na plataforma superior do monte o que parece corroborar a hipótese já sugerida por Martins (1988: 159), baseada na existência de uma muralha do Ferro Inicial, que reaproveitou como miolo, parte da muralha antiga do Bronze.

A existência de camadas estratigráficas com cerâmicas micáceas e arenosas semelhantes às estudadas por M. Martins³, no Corte 6 e eventualmente no corte 3a, parecem-nos um dado mais para valorizar essa ocorrência e considerar que não se tratam de níveis eventualmente perturbados ou de escorregamento, (MARTINS 1988:121) mas sim de camadas arqueológicas correspondentes a uma verdadeira fase de transição Bronze Final/Ferro Inicial, como aliás aquela autora já tinha insinuado⁴.

Vejam os que ocorre ao nível dos **materiais e das técnicas construtivas** entre os níveis do Bronze Final e os primórdios da Idade do Ferro.

Nos últimos níveis do Bronze Final do Corte 3a, em que se conhecem cabanas, estas apresentam pavimentos de saibro, por vezes parcialmente lageados nas zonas de lareiras e rodeados por pedras pousadas no solo, formando construções circulares com cerca de 3,8 a 4m de diâmetro.

Na camada IIB, do Corte 6, em contextos do Ferro Inicial detectámos restos de fundos de cabana igualmente em saibro. Numa delas (estrutura B) foi possível verificar a forma circular com cerca de 3,8m de diâmetro e noutra (estrutura C) o mesmo lageado de pedra isolando a zona de combustão, encontrado nos níveis do Bronze Final, pelo que também nos parece existir uma continuidade ao nível das estruturas de construção.

A análise comparativa da **cultura material móvel** permitiu verificar que a **louça** de fabrico arenoso/micáce sofre um aumento na ordem dos 8%, na camada II do Corte 3a, em detrimento da arenosa que reduz 17%, nesta camada mais recente (Est.V, fig. 1). Quanto às formas, continuam maioritários os potes e os pot./púc. mas há uma redução considerável das taças carenadas que passam de 1,4% da totalidade dos fragmentos, na camada I, para 0,4%, na camada II.

As camadas I dos Cortes 3a e 6 parecem ser correlacionáveis mas a ausência do teste de X2, aconselha-nos prudência. Pelo contrário as camadas II dos dois

³ Nos cortes 1 do Sector A, 1 do Sector B e 1 do Sector F.

⁴ MARTINS 1988: 25-39 -121.

cortes parecem-nos algo distintas, quer ao nível das percentagens de fabricos, quer das formas.

A análise detalhada do Corte 6 revela, entre as camadas I e II e uma diminuição das pastas arenosas e arenosas/micáceas e um aumento das micáceas, reveladora, talvez, de um maior domínio deste novo tipo de fabrico (Est. V, fig. 2).

Em termos formais perpetuam-se, como peças mais frequentes, os potes e os pot./púc., embora se note uma maior representatividade da segunda forma na camada II, o que poderá relacionar-se com modificações económicas ou áreas de funcionalidade distinta (Est. V, fig. 3).

As taças carenadas diminuem de 1,1% do total dos fragmentos estudados na camada I, para 0,3% na camada II.

As malgas sofrem um ligeiro aumento na camada II. As painéis de asa interior aparecem, pela primeira vez, na camada IIb, numa percentagem de 0,18% do total de peças (Est. V, fig. 4).

O estudo dos bordos, entre as camadas I e II, revela uma diminuição dos bordos verticais, normalmente associáveis a fabricos arenosos, em detrimento dos esvasados e de aba soerguida, maioritários nas pastas micáceas. É de salientar que os bordos esvasados ou mesmo os de aba soerguida não são desconhecidos das camadas do Bronze Final, quer num ou noutro Corte, embora pouco representados (Est. VI, fig. 1). Na camada IIa do Corte 6 o aumento dos bordos de aba soerguida também se faz sentir nas pastas arenosas. Os bordos horizontais estão ausentes, com excepção de dois, em potes micáceos, da camada II do Corte 3a e de um, na forma pote, proveniente da camada IIa, do Corte 6, em pasta arenosa.

Os fundos são essencialmente planos na camada I e IIa do Corte 6. Aumentam progressivamente para fundos planos alargados na camada IIb.

As asas são tendencialmente rectangulares ou sub-rectangulares nas camadas I e IIa, apresentando maior variedade na IIb, com o aparecimento das asas de fita e o aumento das pentagonais e circulares.

Analisemos agora as técnicas e os motivos decorativos das camadas I e de ambos os cortes. Apesar dos raros fragmentos decorados, a técnica e a gramática decorativa são variadas. Encontrámos linhas brunidas, linhas incisas, triângulos inscritos, impressões de dedadas e elementos plásticos, por vezes em associação com incisões oblíquas.

Na camada IIa do Corte 6, aumenta a percentagem das cerâmicas decoradas e surgem novos motivos impressos: os círculos concêntricos, os pequenos triângulos e as sucessões de SSS, em pastas muito finas. Curiosamente na camada IIb parecem diminuir o número de impressões e de temas impressos enquanto perdem as decorações "tradicionais". Se tivermos em linha de conta que essas novidades foram introduzidas na fase IIa, é possível que algumas peças sejam

exógenas ou de influência externa, trazidas como produtos de luxo ao serviço de uma elite, o que poderia explicar a sua lenta assimilação ou transformação nos níveis superiores, por parte dos oleiros⁵. Esta hipótese terá de ser confirmada pela análise fina das pastas de algumas peças, bem como confrontada com datas de radiocarbono⁶.

Em resumo, as formas cerâmicas do Bronze Final e do Ferro Inicial continuam a ser maioritariamente os potes e os potinhos /púcaros; as taças carenadas não desaparecem de forma abrupta de um nível para o outro e as malgas vão aumentando lentamente. A única forma nova parece ser a panela de asa interior que se faz representar apenas por um elemento. Também o aparecimento dos fabricos micáceos não parece ter sido abrupto, mesmo que a ideia ou estímulo fosse exterior, mas antes o resultado de várias décadas de experimentações e ou assimilação/transformação. A adopção maioritária de bordos de aba soerguida no Ferro Inicial parece ter sido lenta, quer assente em protótipos locais quer em influências externas e não excluiu de imediato formas mais arcaizantes.

As asas e os fundos apresentam progressos lentos e, apesar das novas temáticas decorativas detectadas nos níveis do Ferro, a maioria das técnicas é conhecida desde o Bronze Final, pelo que mais uma vez se atesta uma grande continuidade de ocupação que permite uma lenta transformação técnica e morfológica da cerâmica.

O estudo do **material lítico** revelou uma grande permanência de matérias primas, das técnicas e das tipologias dos objectos. O granito, o quartzo, o quartzito e o xisto, são as matérias mais usadas.

Perpetuam-se os utensílios de pedra lascada e os de pedra polida, aproveitando-se muitas vezes o polimento natural dos seixos rolados.

Os utensílios mais comuns no Bronze Final e no Ferro Inicial são os moíños móveis, os pesos⁷ e os polidores. A novidade detectada verificou-se ao nível dos cossoiros de pedra.

A utilização dos mesmos tipos de moíños com as mesmas dimensões médias, poderá revelar poucas alterações ao nível agrícola, entre os dois períodos em estudo, hipótese que necessita dos resultados das análises dos ecofactos para ser testada.

A permanência **metalúrgica** de formas tipológicas do Bronze Final (caldeiro

⁵ Little (1990:38) no trabalho efectuado sobre as cerâmicas da Idade do Ferro no Noroeste de Portugal defende que enquanto os oleiros usam facilmente técnicas decorativas culturalmente definidas pela comunidade, só raramente experimentam novas técnicas.

⁶ Aguardamos as datações de radiocarbono, que por motivos alheios à nossa vontade, não se encontravam disponíveis à data deste congresso.

⁷ Embora estes objectos não se encontrem nas camadas do Bronze Final aqui estudadas, são comuns em S. Julião neste fase. (MARTINS 1988: 157; 1990:133)

de rebites) (Est. VI, fig. 2), a intrusão ou fabrico de formas, em ferro, que imitam as tipologias da metalurgia do bronze⁸ (Est. VI, fig.3), como é o caso do machado de alvado e os poucos indícios de uma verdadeira siderurgia, são um elemento mais em abono da continuidade e não da ruptura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos estudos efectuados, parece-nos oportuno salientar que entre as duas fases, S. Julião I (Bronze Final) e os inícios de S. Julião IIA (Ferro Inicial)⁹, as permanências são em maior número que as diferenças, pelo que os níveis estratigráficos em estudo não representarão um *hiatus* ocupacional, mas antes uma grande continuidade. De qualquer modo, há especificidades registadas que é preciso analisar, compreender e tentar explicar em termos dos mecanismos que lhe estão subjacentes.

No povoado de S. Julião, o aparecimento dos primeiros objectos de ferro em contextos do Bronze Final, cronologicamente enquadrados entre o séc. IX e o VIII a.C.¹⁰, não parecem trazer de imediato modificações estruturais, pelo menos assinaláveis ao nível do registo arqueológico. A morfologia do objecto encontrado, um fragmento de lâmina de uma pequena falcata ou foicinha¹¹, o carácter isolado do seu achado e a ausência de indícios da metalurgia do ferro na camada onde foi exumado, indiciam tratar-se de um objecto de importação, provavelmente de carácter ritual, funcionando como indicador de prestígio e não como um objecto de utilização quotidiana (Est VI, fig. 4).

A manifestação da rede de intercâmbios supra-regionais, com populações detentoras da metalurgia do ferro, subjacente neste achado, não parece ter provocado, de imediato, alterações estruturais, pelo que os factores de mutação terão de ser procurados não só nos estímulos externos, mas nas condições internas da comunidade que em determinado momento da sua evolução permitiram que esses estímulos actuassem como agentes/factores de mudança.

⁸ Pleiner (1988) citado em Mohen (1992:176) defende que a primeira fase da metalurgia do ferro na Europa, caracterizar-se-ia, não por uma verdadeira siderurgia, implicando a transformação dos minerais, mas sim pela circulação de lingotes, a partir dos quais se teriam fabricado objectos de ferro obedecendo a padrões tipológicos locais muitas vezes ainda associados à metalurgia do bronze. Mohen (1992:182) refere que esta prática não está ausente de outros locais, nomeadamente do Sul da Alemanha em que se nota uma certa tradição da metalurgia do Bronze, no séc. VI a. C.

⁹ Periodização de M. Martins (1988: 106-121; 1990:112).

¹⁰ Datas de radiocarbono, obtidas em camadas estratigraficamente subjacentes às estudadas, no Corte 3a. Ainda não foram publicadas.

¹¹ Agradecemos ao Sr^o Vítor Hugo Torres, Técnico de Conservação e Restauro do Museu D. Diogo de Sousa, a limpeza e o tratamento dos objectos metálicos, o que possibilitou a sua identificação.

Só posteriormente ao séc. VIII ou VII a.C., parece iniciar-se uma fase de modificações no registo arqueológico, em relação ao Bronze Final. Essas modificações, ainda que reduzidas, poderão corresponder a um momento inicial, de uma dinâmica em que as comunidades indígenas começaram a “adoptar” uma nova ordem socio-económica. É, no entanto tardiamente, já em contextos que denominamos do Ferro Recente, que as modificações arqueológicas, se tornam mais evidentes no povoado de S. Julião, (introdução da roda de oleiro, do moíno giratório, da verdadeira siderurgia do ferro, do aumento significativo do número de objectos deste metal, da introdução provável de novas técnicas de cozedura dos recipientes cerâmicos, de novas formas de louça, de inovações ao nível das técnicas construtivas, casas agora sistematicamente de pedra, muitas vezes com vestíbulo, muralhas com aparelho e técnicas de contrafortagem diferentes, aumento substancial da área do povoado e talvez uma certa proto-urbanização) parecendo corresponder ao culminar da nova ordem política e socio-económica iniciada no período anterior.

A problemática dos mecanismos de adopção de novos objectos e ideias, por parte de uma comunidade local e o estudo da(s) área(s) de proveniência dessas novas ideias/objectos é um assunto que tentaremos abordar, embora cientes da sua dificuldade. Em S. Julião não estão ausentes as importações de origem mediterrânica, embora de forma esporádica e provavelmente trazidas por povos do Sul peninsular, mais desenvolvidos em termos sócio-económicos e políticos, funcionando como “mediadores” entre grupos de povos culturalmente distintos. As primeiras evidências desse facto parecem ocorrer entre o séc. IX e VIII a.C., através da presença de contas de vidro policromáticas e provavelmente da foice ou falcata de ferro encontrada no mesmo contexto. Mais tarde, num período que situamos provisoriamente entre os séc. VII e IV a.C.¹² os contactos externos parecem incentivar-se e diversificar-se: são visíveis no aumento das decorações com linhas verticais brunidas a negro ou vermelho, talvez de influência meridional; nalguns motivos impressos de cerâmicas de provável influência continental; nos primeiros, ainda que tenues, registos do trabalho do ferro, através de um cadinho de fundição, em cerâmica totalmente distinta dos fabricos conhecidos no povoado, pelo que se trata provavelmente de uma peça de importação.

A importância desses contactos manifesta-se na troca de informação entre diferentes áreas e poderá influenciar ou provocar mutações nalgumas comunidades desde que elas tenham atingido uma fase de maturidade capaz de as assimilar, sem que tal entre em choque com as suas tradições histórico-culturais.

As evidências arqueológicas em S. Julião, parecem demonstrar que os primeiros contactos com a zona meridional e continental se deram de forma

¹² Ver nota 4.

esporádica, provavelmente devido a vários factores em interacção; conservadorismo cultural das populações em áreas geográficas de difícil acesso, pelo facto dos *items* procurados de início, serem normalmente produtos de luxo, adoptados por uma pequena elite, como indicadores de prestígio, e não como objectos utilitários de uso quotidiano¹³, e porque, provavelmente, as comunidades dispunham de uma economia relativamente estável, baseada em recursos variados, cujo acesso facilitado às jazidas de estanho poderá ter contribuído para a perpetuação da metalurgia do bronze e para a lenta introdução da siderurgia do ferro e de outras novidades a ela associadas. Esta mera hipótese de trabalho, a confirmar por trabalhos futuros, não exclui a importância que a continuidade e intensidade dos estímulos, com povos mais desenvolvidos, possa ter provocado nas modificações posteriores das comunidades em estudo. Serve antes para explicar a **lenta adopção, assimilação e generalização das novidades**.

Parece plausível colocar a hipótese de que no longo processo de transição Bronze/Ferro, em S. Julião, ocorrido provavelmente entre os séc. VII e IV a.C., datas que necessitam evidentemente de confirmação através de análises de radiocarbono, foram intervenientes factores internos e externos, de origem mediterrânica ou continental, geradores de estímulos, no seio de uma sociedade culturalmente preparada para os receber, adoptar e transformar consoante as suas necessidades e as suas tradições históricas.

Perante o que ficou exposto pensamos não existirem razões para considerarmos os primórdios do Ferro Inicial como um período de ruptura ou de mutação populacional em relação ao Bronze Final. Encara-mo-lo antes como uma **longa fase de transição** em que gradualmente se vão intensificando os mecanismos de mudança que culminarão numa “nova” estrutura socio-económica durante o que se convencionou designar Ferro Recente e que consideramos antes como um período de maturidade de uma sociedade ou de uma população que se desenvolve, se não antes, pelo menos por volta do séc. X a.C., com a emergência dos povoados fortificados no Bronze Final III.

¹³ LITTLE 1990:31 refere que a emergência de uma elite poderá estar associada a cerâmicas exóticas e de decoração complexa. Como mera hipótese de trabalho sugerimos que esse motivo poderá explicar a raridade das decorações impressas, numa primeira fase, e que o seu aumento traduzirá uma maior complexificação social ou a simples vulgarização de um *item* que perde o seu valor inicial e passa a fazer parte do reportório doméstico.

BIBLIOGRAFIA

- BUCK, D-W. R. (1989) "The Transition from Bronze Age to Iron Age among the Tribes of the Western Lusatian Culture", *The Bronze Age-Iron Age Transition in Europe. Aspects of Continuity and Change in European Societies c. 1200 to 500 B. C.*, (ed. de Sorensen, M. e Thomas, R.), BAR n° 483, vol. 2, Oxford, p. 356-338.
- DABROWSKI, J. (1989) "The Social Structures of the Lusation Culture Population at the Transition of the Bronze and Iron Age", *The Bronze Age-Iron Age Transition in Europe. Aspects of Continuity and Change in European Societies c. 1200 to 500 B. C.*, (ed. de Sorensen, M. e Thomas, R.), BAR n° 483, vol. 2, Oxford, p. 408-429.
- LITTLE, G. (1990) *The technology of pottery production in Northwestern Portugal during the Iron Age*, Cadernos de Arqueologia-Monografias, n° 4, Braga.
- MARTINS, M. M. R. (1988) *A Citânia de S. Julião, Vila Verde*, Cadernos de Arqueologia-Monografias, n° 2, Braga.
- MARTINS, M. M. R. (1990) *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia-Monografias, n° 5, Braga.
- MOHEN, J.P.-1992 *Metalurgia Prehistórica. Introducción a la Paleometalurgia*, Ed. Masson, Barcelona.
- PONS I BRUN, E. (1989) "The Beginning of the First Iron Age in Catalonia, Spain", *The Bronze Age-Iron Age Transition in Europe. Aspects of Continuity and Change in European Societies c. 1200 to 500 B. C.*, (ed. de Sorensen, M. e Thomas, R.), BAR n° 483, vol. 1, Oxford, p. 112-136.
- SNODGRASS, A. M. (1989) "The Coming of the Iron Age in Greece:Europe's Earliest Bronze/Iron Transition", *The Bronze Age-Iron Age Transition in Europe. Aspects of Continuity and Change in European Societies c. 1200 to 500 B. C.*, (ed. de Sorensen, M. e Thomas, R.), BAR n° 483, vol. 1, Oxford, p. 22-35.
- SORENSEN, M. L. S. (1989) "Period VI Reconsidered: Continuity and Change at the Transition from Bronze to Iron Age in Scandinavia", *The Bronze Age-Iron Age Transition in Europe. Aspects of Continuity and Change in European Societies c. 1200 to 500 B. C.*, (ed. de Sorensen, M. e Thomas, R.), BAR n° 483, vol. 2, Oxford, p. 457-492.
- SORENSEN, M. L.; THOMAS, R. (1989) "Introduction", *The Bronze Age-Iron Age Transition in Europe. Aspects of Continuity and Change in European Societies c. 1200 to 500 B. C.*, (ed. de Sorensen, M. e Thomas, R.), BAR n° 483, Oxford, vol.1, p. 1-21.



Fig. 1 — Vista geral do povoado de S. Julião.

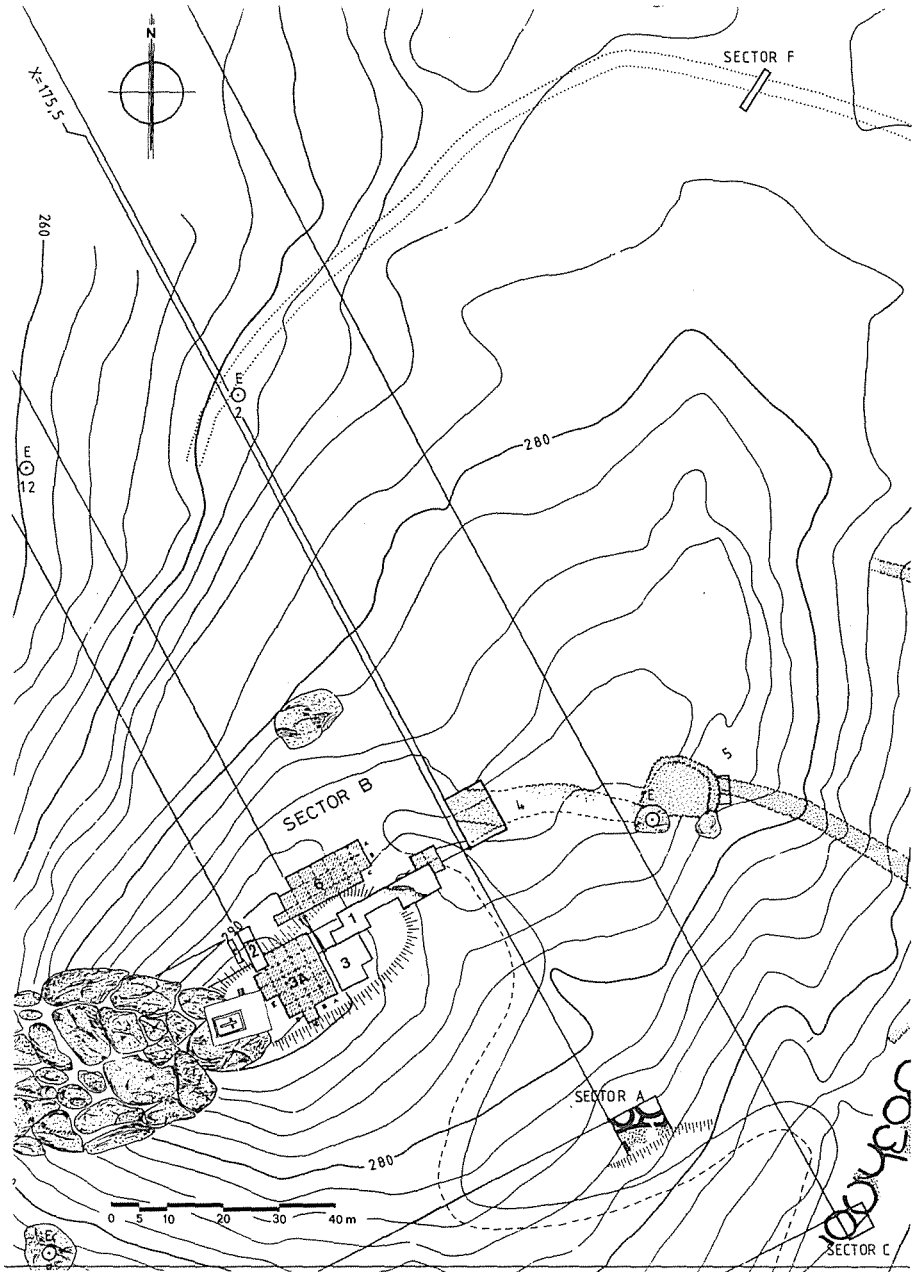


Fig. 1 — Distribuição espacial dos cortes efectuados no Sector B e F do povoado de S. Julião.

Corte SW

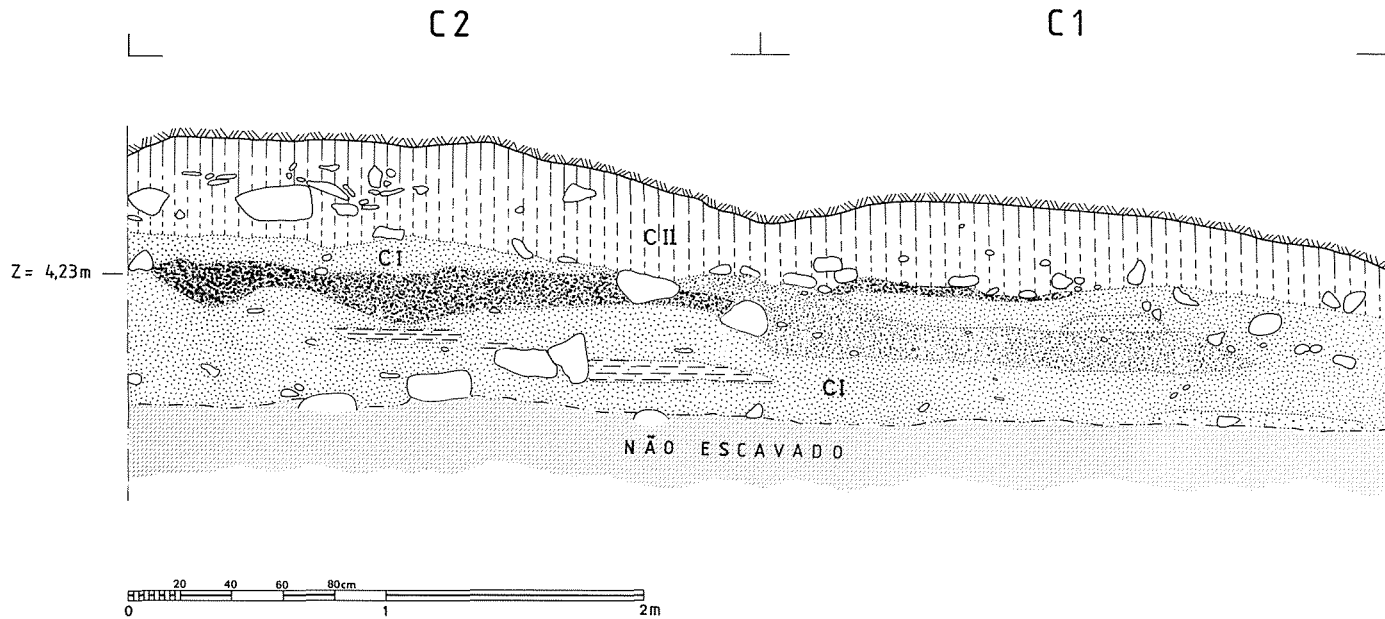


Fig. 1 — Perfil estratigráfico do Corte 3a, onde estão assinaladas as camadas estudadas neste trabalho.

S. JULIÃO

Sector B
Corte 6

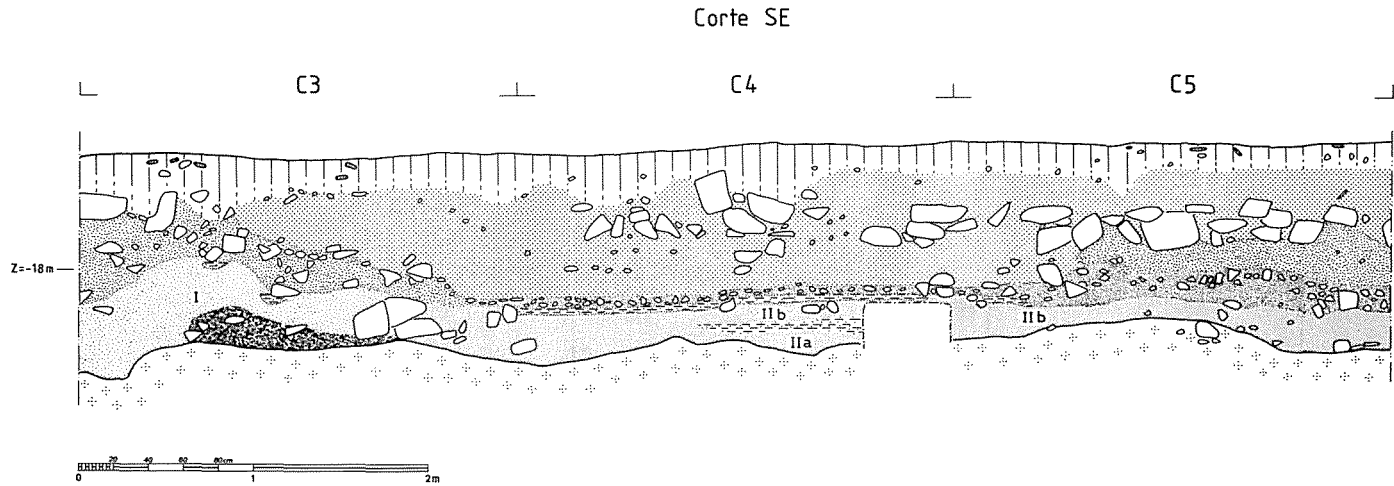


Fig. 1 — Perfil SE do Corte 6, onde se pode observar que a camada II corta a camada I.

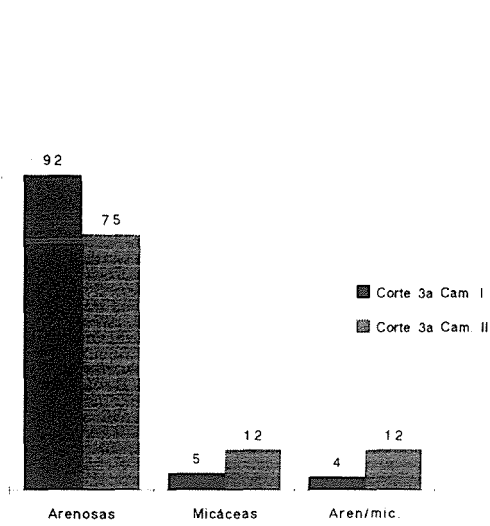


Fig. 1 — Distribuição percentual das cerâmicas arenosas e micáceas no Corte 3a.

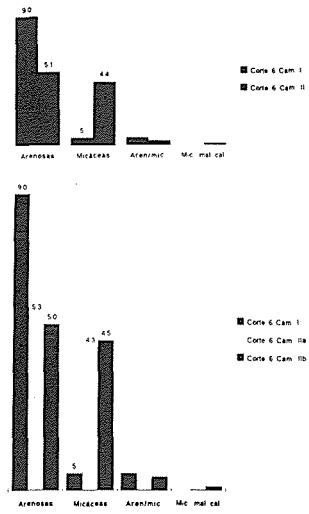


Fig. 2 — Distribuição percentual das cerâmicas arenosas e micáceas no Corte 6.

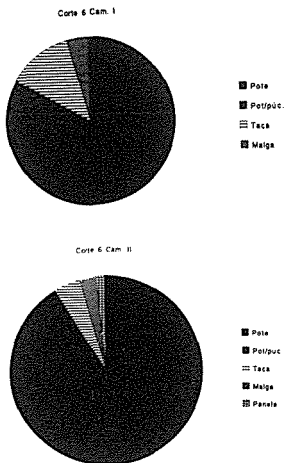


Fig. 3 — Formas tipológicas representadas nas camadas I e II do Corte 6.

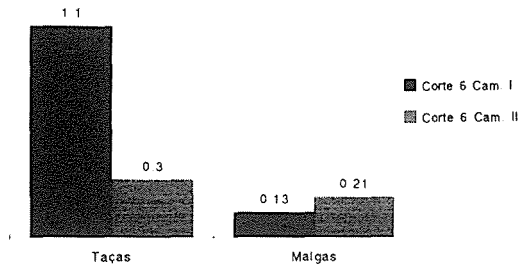


Fig. 4 — Distribuição percentual das taças carenadas e das malgas nas camadas I e II do Corte 6.

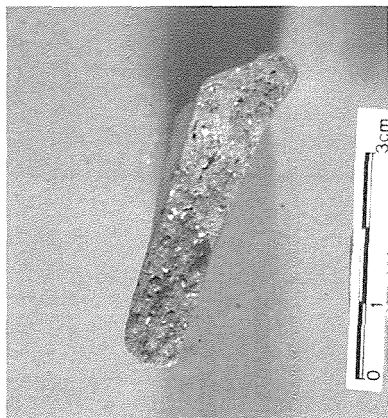


Fig. 1 — Bordo de aba soerguida do Bronze Final pertencente à camada I do Corte 3a.



Fig. 2 — Fragmento de um caldeiro de rebites encontrado na camada IIb do Corte 6.



Fig. 3 — Machado de alvado de ferro, encontrado na camada IIb do Corte 6.

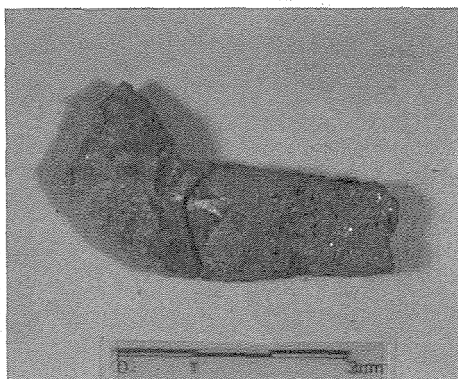


Fig. 4 — Fragmento de falcata ou foicinha de ferro, encontrada em contexto do Bronze Final, no Corte 3a.

ESTRUCTURA SOCIAL Y TERRITORIO EN LA CULTURA CASTREÑA PRERROMANA

por

M^a Dolores Fernández-Posse*, F. J. Sánchez-Palencia**,
J. Fernández Manzano*** y A. Orejas**

Resumen: Se parte de los datos obtenidos en la Zona Arqueológica de las Médulas (SW prov. de León) para analizar las comunidades prerromanas que se identifican con la Cultura Castreña del Noroeste peninsular. El análisis a partir del registro arqueológico permite definir la fuerte independencia de los diversos castros en el modelo de ocupación y explotación del territorio, en contraposición con la marcada interdependencia y cohesión interna que manifiestan este tipo de poblados. Se analizan esencialmente tres momentos: la etapa final de lo castreño prerromano, el impacto hacia el cambio de era con la presencia romana y su posterior integración y disolución territorial y comunidad de poblamiento dentro de las nuevas estructuras romanas.

Palabras-clave: Cultura castreña. Estructuras sociales. Noroeste peninsular.

Vamos a examinar algunos aspectos arqueológicos de la Cultura Castreña prerromana del Noroeste que ilustran sobre la organización social de sus comunidades. Se refieren, en primer lugar, a lo que podríamos denominar estructura interna de sus poblados, es decir, cuestiones como las características constructivas, la ordenación del espacio doméstico y la funcionalidad y desarrollo de ese espacio construido; también hablaremos de la razón de sus bien delimitados recintos y sus emplazamientos tan selectivos topográficamente. En segundo lugar analizaremos los castros como unidad de ocupación y explotación del territorio. En cada uno de esos niveles de análisis iremos extrayendo explicaciones sobre el tipo de sociedad, asumiendo -como lo hacemos en nuestra investigación- que existe una relación dinámica y recíproca entre organización espacial y estructura social. Es decir, que tanto la arquitectura doméstica como la implantación de las comunida-

* ICRBC del Ministerio de Cultura.

** Centro de Estudios Históricos del CSIC.

*** Depto. de Prehistoria y Arqueología. Univ. de Valladolid.

des en el territorio -entendida tanto como núcleos de población considerados individualmente como en su distribución e interacción con el territorio- contienen información sobre la organización social de sus constructores y ocupantes.

Por otro lado creemos que no hace falta hacer hincapié en las carencias de la investigación sobre estos temas en la llamada Cultura Castreña. O, dicho de forma quizás más apropiada, de su registro arqueológico y, sobre todo, de sus explicaciones culturales e históricas, puestas de manifiesto repetidas veces por los autores que de ella se ocupan. Así por ejemplo, Criado (1991:199-201) ve deficiencias empíricas notables en la documentación disponible y señala con acierto una disociación entre arqueólogos e historiadores o Peña (1992) que incluso se muestra más pesimista cuando recientemente plantea la problemática general de la Cultura. Sólo hace falta mencionar que entre esas carencias están cuestiones tan insustituibles para una investigación arqueológica que pretende tener un enfoque *social* como los estudios espaciales (Carballo, 1993: 55-56) -aunque hay meritorias tentativas (Carballo, 1986 y 1990; Xusto, 1988-89; Criado, 1991)- y, lo que es peor, la falta de una minimamente solucionada secuencia cronológica, pese a esa curiosa proliferación de periodificaciones que aparecen desde las primeras síntesis de López-Cuevillas, en 1953, hasta las más modernas (por ejemplo, Fariña, Arias y Romero, 1983; Silva, 1986; Martins, 1990 y Peña, 1992).

Esa ausencia de espacio y tiempo en los estudios castreños justifican en cierta medida que para analizar la arquitectura doméstica tratemos en primer lugar de una zona considerada periférica dentro de la Cultura y en un momento relativamente moderno dentro de la etapa prerromana. Allí la base empírica del registro arqueológico es suficiente para analizar los recintos castreños y el espacio construido en su interior.

Nos referimos a dos castros de la zona suroeste de León, territorio astur para la mayor parte de los autores, ocupados por comunidades prerromanas en los tres siglos anteriores al cambio de Era. En ellos hemos realizado excavaciones dentro de un proyecto a escala regional, denominado Zona Arqueológica de Las Médulas (fig. 1), cuya finalidad última es precisamente el conocimiento de las transformaciones sociales producidas en esas poblaciones indígenas por el contacto romano. Contacto allí doblemente interesante puesto que se trata de una zona donde fué impuesta una nueva actividad económica, planificada y dirigida desde la Administración romana, como es la minería del oro a gran escala. En ambos hemos puesto al descubierto la suficiente extensión de su núcleo edificado como para poder entender como se organiza su espacio interno. El primero de ellos es La Corona de Corporales (Sánchez-Palencia y Fernández-Posse, 1985 y Fernández-Posse y Sánchez-Palencia, 1988). Está situado en la cima de una colina sobre el curso alto del río Eria, en uno de los pasos de comunicación entre la Meseta y Galicia, justo en la divisoria entre las cuencas del Duero y del Sil. El segundo es

El Castrelín de San Juan de Paluezas (Sánchez-Palencia y otros, 1990 y Fernández-Posse y otros, 1993), situado sobre la propia margen izquierda del río Sil. Se emplaza en un espolón desde el que se domina casi todo El Bierzo. Su lado sur, el único relativamente accesible, se prolonga en un paisaje alomado hasta la Subfosa de Las Médulas.

Pertenecen ambos castros a un modelo bien establecido. Son recintos bien delimitados natural y artificialmente que eligen relieves aislados o casi aislados de topografía muy regular (Fernández-Posse y Sánchez-Palencia, 1988: 238-240). Son de tamaño reducido -no suelen sobrepasar las 2 Ha.- y albergaban a comunidades también reducidas, puesto que la superficie marcadamente horizontal que tan bien define ese recinto -muralla y foso continuos a lo largo de todo su perímetro- no está edificado en su totalidad. El caserío suele ocupar una franja que se desarrolla, en arco y en varios metros de anchura, paralela a la muralla a la que no llega a adosarse. Esa banda construida presenta un índice de edificación bastante alto: numerosas construcciones de dimensiones reducidas y diferentes formas se disponen en una trama densa y aparentemente regularizada. También se observan frecuentes adosamientos, muros dobles o que parecen superfluos y estrechos espacios inútiles (fig. 2). Los dos temas apuntados, "casa" y "urbanismo", son recurrentes en la bibliografía de la Cultura Castreña (Romero Masia, 1976; Fariña, Arias y Romero, 1983: 104-110; Almeida, 1984; Silva, 1986: 33-65), aunque siempre tratados desde su faceta de elemento definitorio de cultura, es decir, desde una perspectiva puramente objetual. Además, siempre terminan plasmandose en cuestiones como la supuesta "petrificación", la asumida introducción de las plantas cuadrangulares por los romanos (Maya, 1983: 26; Almeida, 1984: 35-36; Peña 1992: 22) y la equívoca consideración -cuando se trata de construcciones exentas entre sí- de que cada una de ellas es una casa (Romero, 1987: fig.7, p 82). Las explicaciones en que se supera ese binomio construcción=casa, es decir, que no todas sean viviendas y obedezcan, por tanto, a algún tipo de agrupación, se enmarcan ya en los grandes castros de época romana (Almeida, 1984 y Silva 1986: 45-54).

Así pues, con un análisis espacial y funcional de nuestras excavaciones en esos castros de la Zona Arqueológica de las Médulas vamos a tratar de romper con parte de esas generalizaciones apriorísticas o al menos encontrarles otra explicación.

ANÁLISIS DE LA ESTRUCTURA INTERNA DE LOS CASTROS

En esa trama amenudo densamente edificada de los castros, tanto de éstos dos excavados por nosotros como en aquellos del ámbito gallego cuyo caserío

está puesto al descubierto en medida suficiente y es con seguridad de época prerromana, las construcciones ostentan entre sí marcadas diferencias. Y no sólo en sus formas y tamaños, sino también en otros aspectos como pueden ser su calidad y cuidado constructivo, lo que podríamos denominar su equipamiento, las relaciones espaciales entre ellas, etc. En definitiva son tipos diferentes de construcciones que vamos agrupar desde tres puntos de vista también diferentes: constructiva, funcional y espacialmente, que se corresponden con los tres niveles de análisis siguientes:

Diferenciación constructiva de los espacios

Si seleccionamos las características constructivas que faciliten la comparación de todas las construcciones puestas al descubierto en los dos castros y que indiquen el nivel tecnológico alcanzado en las técnicas constructivas, o, lo que es lo mismo, el grado de pericia o habilidad con que los constructores utilizan esos materiales disponibles, de un lado, y la procedencia, diversidad y manipulación de que éstos han sido objeto, por otro; y, una vez seleccionadas, damos un valor numérico a aquellas características constructivas que consideramos positivas, es decir, que requieren una mayor inversión de recursos, trabajo y tiempo, obtendremos las gráficas de la figura 3. Vemos que algunas construcciones se significan desde ese punto de vista: son las que están edificadas con mayor cuidado, presentando un nivel constructivo bastante superior a la media. Se utiliza arcilla depurada como argamasa y revoco en sus muros que además presentan mayor anchura. Se adoptan plantas de formas muy definidas y pavimentos elevados con sus consiguientes nivelaciones previas y rellenos artificiales. También están dotadas de protecciones exteriores contra la humedad, mayor número de vigas en la cubierta, etc.

No hemos avanzado mucho pero no deja de ser interesante que la forma de la arquitectura doméstica sea un instrumento básico en sí mismo y que, desde este primer nivel de análisis meramente constructivo, las construcciones, pese a su aparente homogeneidad, se diferencien por su calidad indicando decisiones de voluntad de inversión y planificación.

Diferenciación funcional de las construcciones

Si admitimos que la forma de los espacios construidos refleja decisiones planificadas en cuanto al puro hecho constructivo, cuanto más debemos admitirlo para su uso o utilización. Forma y actividad en cada construcción se convierten así en determinantes de este segundo nivel de análisis de carácter funcional; en el sentido que forma y uso pueden tomar un aspecto predictivo en el estudio del espacio doméstico.

Ahora los datos del registro que se unen a los constructivos del primer nivel son, junto a la habitual dispersión y tipo de hallazgos, el mobiliario -es decir,

elementos e instalaciones que aparecen en su interior- en los que la presencia/ausencia de algunos de ellos es tan significativa como la neta información suministrada por los hogares. Porque en los castros no todas las construcciones tienen hogar. Las que lo poseen tienen además un ajuar altamente “doméstico”: contenedores de agua, molinos y afiladeras -elementos de presencia exclusiva y constante en este tipo de construcciones- y un mayor número y diversidad de vasijas. Parece, pues, patente su función de manipulación y consumo de alimentos. Constructivamente son de calidad y tamaño mediano pero con frecuencia ese ajuar tan característico se reparte de forma complementaria en dos construcciones: son respectivamente las “viviendas” y los “anejos de habitación”.

La proliferación y diversidad de ajuar de esos espacios funcionalmente domésticos contrasta con el resto de las construcciones. Así el tipo que anteriormente veíamos como más cualificado constructivamente carece por completo de ajuar; lo que unido a su aislamiento del exterior, su alto pavimento y el que no presente nunca puerta a nivel de calle, entre otras cosas, permite clasificarlo funcionalmente como “almacén” u “horreo”. Es decir, que si el tipo anterior, la vivienda y sus anejos, representan el ámbito doméstico por excelencia, estos almacenes representan, en el registro constructivo, la esfera de la actividad agropecuaria.

De tan fácil lectura como las viviendas son los espacios destinados a trabajo. Estos “talleres”, de muy mediana calidad constructiva, se individualizan en sus propias instalaciones interiores en las que generalmente queda patente la actividad, o la tendencia de actividad, que a nivel artesanal se desarrollaba en su interior. En unos casos se trata de instalaciones muy específicas y en otros la actividad produce desechos característicos que se acumulan en el mismo espacio o en los adyacentes. De esta forma sucede, por ejemplo, con la metalurgia o la producción lítica.

Restan unos espacios semiacondicionados, a veces no totalmente cubiertos, con suelos enlosados y bajo nivel constructivo -tanto que se discriminan perfectamente en las gráficas de la figura 3- cuya funcionalidad es variable pero siempre con un cierto carácter auxiliar: son los corrales, patios o vestíbulos que funcionan como lugares de paso y comunicación entre diversas construcciones y que ilustran bien sobre las conductas de limpieza y vertido de los ocupantes pues son los únicos espacios -excluyendo evidentemente los especializados como basureros- en los que hay, por ejemplo, restos de fauna.

No hace falta extenderse más para que pueda proponerse la existencia de una nítida diferenciación funcional entre las construcciones. Es decir, en los castros prerromanos las diversas actividades se llevaban a cabo en espacios también diferenciados.

Diferenciación espacial de las construcciones

De la anterior definición de tipos funcionales se desprende en pura lógica que cada espacio doméstico, es decir la construcción dotada de hogar y sus anejos de habitación, representen a una unidad de ocupación y que de ellas dependan un almacén y un taller además de algunos de esos espacios auxiliares más o menos acondicionados sobre los que ejerce su influencia. Es decir, unas construcciones dependen de otras y cada casa está formada por más de una construcción. La definición de cada uno de esos grupos queda notablemente facilitada por las marcadas relaciones espaciales que existen entre todas ellas. Esa lectura espacial, que puede hacerse en la figura 2, permite numerosas observaciones entre las que anotamos las siguientes:

– La mayor parte de las construcciones se relaciona, al menos, directamente con otra, es decir, tienen un muro común.

– Bastantes de entre ellas fueron levantadas exentas. Es el caso de los almacenes y las viviendas, pero solamente los almacenes permanecen aislados. Es decir, no sólo fueron construidos exentos sino que conservan esa característica espacial que, como vimos, depende de su funcionalidad. Las viviendas, por el contrario, casi nunca se mantienen exentas. Aunque en el desarrollo constructivo son las primeras levantadas, se le van adosando diversos anejos, ya sean de habitación ya sean de trabajo.

– Incluso las construcciones aisladas en doble grado -como hemos dicho son los almacenes- se relacionan, dentro de su premeditada independencia espacial, con otras construcciones. Lo hacen por medio de esos espacios complementarios que hemos denominado auxiliares.

– Otra cuestión que apoya la dependencia espacial entre construcciones es el hecho de que solo una de cada uno de estos grupos de construcciones, presenta un umbral a nivel de calle hacia un espacio exterior. Este vano principal aparece normalmente en la vivienda o en su defecto los talleres. Es decir, existe una clara relación entre entrada y fuego.

Estas anotaciones nos muestran unas relaciones precisas entre las construcciones y que están, en cierto modo, modelizadas, siempre en conexión con sus características constructivas y funcionales.

A esta lectura se le puede añadir otra de carácter más global: como hemos dicho existen muros comunes, pero no se producen en todos los casos. Es decir, numerosas veces no se dan adosamientos que podrían haber supuesto un ahorro y una comodidad a la hora de construir y que es práctica corriente, e incluso característica de su arquitectura doméstica, en otros ámbitos geográficos de la Edad del Hierro. Ese cuidado en evitar ciertos adosamientos es el motivo de los muros dobles entre construcciones o los estrechos espacios entre ellas, impracticables para el tránsito. También algunos muretes de demarcación que actúan

como límites espaciales hacen la misma función que los casos anteriores, abundando en esa modelización de marcas o pautas de comportamiento espacial entre grupos de construcciones. En realidad se trata de mecanismos espaciales tan marcados que no se puede menos que pensar que existe entre ellos una premeditada independencia espacial.

También un buen reflejo de esa buscada independencia lo tenemos en la posición de los accesos: nunca abren a una misma fachada, ni siquiera a un mismo espacio exterior. Es decir, toman orientaciones claramente excluyentes. Ejemplo de ello es que solamente uno de los núcleos de construcciones que flanquean los espacios H de El Castrelín y E de La Corona abre a ellos, pese a su aspecto de calles y que serían su salida más lógica y natural (fig. 2).

Cada grupo de construcciones, esto es cada casa, se caracteriza, por tanto, por una acusada independencia, perfectamente consciente y conseguida a veces con esfuerzo en el apiñamiento del núcleo edificado de los castros. Esas agrupaciones son lo que hemos definido en trabajos anteriores como unidades de ocupación (Sánchez-Palencia y Fernández-Posse, 1985: 289; 1986: 146ss; Fernández-Posse y Sánchez-Palencia, 1988: 56-64) que pueden considerarse como la unidad espacial mínima con componentes diferenciados constructiva y funcionalmente. Esta definición es importante por varias razones. Una de ellas es acercar la superficie útil de las viviendas de la Cultura Castreña a lo que es habitual en otros círculos culturales con los que nunca resistían la menor comparación (Ruiz, Lorrío y Martín, 1986: fig. 5, p. 93). Pero en esta ocasión vamos a fijarnos especialmente en dos de sus aspectos que consideramos más importantes: la función de las unidades de ocupación en la ordenación del núcleo edificado del poblado y su conexión, dentro de ese ordenamiento espacial, con la muralla, de un lado, y la información de tipo económico que suministran, de otro.

LAS UNIDADES DE OCUPACIÓN Y LA MURALLA COMO ELEMENTOS DE DESARROLLO Y ORDENACIÓN DEL ESPACIO

De lo que antecede es fácil concluir que las unidades de ocupación son el mecanismo por el que se desarrolla y se articula el espacio construido. Es decir, cumplen la función de las calles y plazas de otros núcleos de habitación, tipo de espacios de tránsito y de comunicación inexistentes en estos castros. Sin embargo, este planteamiento de marcada independencia espacial entre unidades y de crecimiento espontáneo de la arquitectura doméstica contrasta con el esquema relativamente ordenado, regularizado y vagamente ortogonal que se observa en la figura 2. Un análisis más atento deja ver, además, que es la delimitación del recinto, es decir, la muralla, la referencia para ese desarrollo y ordenación del

espacio. En efecto, la banda o arco de construcciones siempre se aproxima a ella y se adapta a su trazado. Y las unidades de ocupación se disponen en sucesivas bandas paralelas a aquélla. Esta función de la muralla es particularmente clara en los vértices o ángulos del recinto, como es el caso de los dos ejemplos de la citada figura, donde vemos a las construcciones cambiar la orientación de sus muros respecto a ella y a las unidades de ocupación adoptar esa planta longuilínea, cuando de acuerdo con su marcado aislamiento espacial cabría esperar, por el contrario, un esquema más central e integrado.

Por otro lado, es precisamente en la Zona Arqueológica de Las Médulas donde contamos con un dato inapreciable para entender y justificar ese mecanismo de ordenación del espacio: el Castro de Borrenes. Se trata de un asentamiento dotado de unas importantes estructuras defensivas, de las que hemos puesto al descubierto un buen sector. Se sitúa sobre un cerro aislado y obedece en todas sus características morfológicas al modelo prerromano de superficie horizontal bien delimitada por un foso y una muralla que alcanza los 4 m. de anchura. Esta muralla fué destruida rápida e intencionadamente, pero resta lo suficiente -parte de su andamiaje de madera, unas escaleras sin huellas de haber sido utilizadas,...- para saber que estaba casi concluida pero todavía en fase de construcción. Dentro del recinto, que fué sondeado al efecto, sólo presenta, paradójicamente, dos construcciones y una serie de lugares donde se hizo fuego en los que se recuperó un restringido ajuar. Esas y otras circunstancias permiten interpretar este castro como síntesis de la actitud defensiva de la población indígena que, quizás procedente de otras zonas más propicias, pretende refugiarse en el interior de un valle aislado frente a la acción conquistadora romana, que sorprende a los constructores en ese crítico momento y les impide proseguir la ocupación del recinto fortificado. Parece evidente, pues, que frente al establecimiento de un nuevo castro estas comunidades prerromanas acometían como primera tarea la excavación del foso -que les servía además de cantera- y la construcción de la muralla. Sólo una vez que disponían de ese recinto bien delimitado y protegido, el poblado comenzaba a edificarse. No es de extrañar que ese primer resultado de su esfuerzo se convirtiera en referencia espacial de la ordenación del caserío.

LA UNIDAD DE OCUPACIÓN Y SU ANÁLISIS ECONÓMICO

Por medio de esas unidades de ocupación, además de espacialmente, se organiza la comunidad desde el punto de vista económico.

En primer lugar, cada unidad de ocupación es diferente, tanto por el número de construcciones y espacios que la forman, como por su disposición espacial, tanto por el número de metros de superficie de espacio útil de que disponen como

por el número de esos metros que destinan a las distintas actividades que en su seno se realizan. Esas actividades nos permiten, además, encontrarles a cada una tendencia económica. Tomemos como ejemplo la unidad de ocupación que en La Corona dispone de varias dependencias donde se realizaban labores metalúrgicas. Es un grupo de construcciones -las 11, 12 y 13- y de espacios -los D y E- (fig. 2) que, además de una unitaria y particularmente acusada integración espacial y de su neta independencia de las demás, que presenta en todas sus dependencias excepto en la doméstica una serie de instalaciones, mobiliario y dispersión de materiales relacionados con labores metalúrgicas tanto del bronce como del hierro. Esta actividad a la que se dedicaban sus ocupantes se refleja, por ejemplo, en la escoria recogida: los más de 100 Kg. recogidos en sus espacios de influencia contrastan con los apenas dos o tres fragmentos dispersos por el resto del poblado. Otras unidades, por su parte, poseen una construcción cuya lectura es igualmente fácil: eran talleres líticos. Sin embargo, la mayor parte de ellas presentan como espacio económico un almacén de los definidos algo atrás, tipo de dependencia de la que precisamente carece la unidad metalúrgica. Si se admite, como apuntamos que esas dependencias representan la producción de alimentos en el registro de la arquitectura doméstica, parece evidente que la mayoría de las unidades se dedicaban a la actividad agropecuaria. Evidencia que cuadra muy bien con otras no menos significativas como son, por ejemplo, la ausencia de molino en la vivienda de esas unidades metalúrgicas -útil que está presente en el resto de las unidades en uno o dos ejemplares- o que exista una cierta relación entre el tamaño de los almacenes y la tendencia económica de la unidad a que pertenecen. Todo ello permite plantear que, aunque la mayor parte de las unidades de ocupación se dedicaban al trabajo agropecuario, la metalúrgica se dedicaba al trabajo del metal a tiempo completo (Férrandez-Posse y otros, 1993) sirviéndose de los excedentes agrícola-ganaderos y otros productos de recolección del resto de las unidades de ocupación del poblado, con las que mantendría un continuo intercambio. Y, por su parte el artesano del taller lítico produciría parte de los productos agrícolas representados por su pequeño almacén (construcción 6), obteniendo el resto también por intercambio de su producción dentro de la misma comunidad. Podemos ahora ampliar la definición de la unidad de ocupación con esa asignación de tendencias económicas que las diferencian funcionalmente entre sí. Serían las unidades mínimas y básicas de producción económica -que vemos no sobrepasan una escala doméstica- que serían asimismo complementarias desde ese mismo punto de vista económico en el ámbito del poblado: sólo hay una unidad metalúrgica y ella aprovisiona de utillaje metálico a todo el poblado. Y sólo hay un taller lítico que hace otro tanto, dedicándose las demás a la producción agropecuaria.

LECTURA SOCIAL DE LA ESTRUCTURA INTERNA DE LOS ASENTAMIENTOS CASTREÑOS

Pasamos ahora a la información que proporcionan las cuestiones examinadas sobre la estructura social de las comunidades indígenas que habitaban estos castros, lectura social que puede resumirse en los siguientes puntos:

– La complejidad social de estas comunidades castreñas se desprende ya desde la primera lectura espacial y funcional de su arquitectura doméstica: no solo están claramente diferenciadas las funcionalidades de cada construcción, sino que, dentro de la base económica agropecuaria del poblado, las unidades de ocupación manifiestan diversas tendencias económicas, a veces tan diferenciadas, especializadas y exclusivas como es el caso de la metalurgia.

– Esa complejidad social se refleja desde el desarrollo del espacio construido. En efecto, las pautas de comportamiento constructivo y espacial están muy modelizadas, con un uso continuo de límites y marcas espaciales. Ese código es particularmente rígido en lo que se refiere a la independencia espacial de cada unidad de ocupación respecto a las demás y a su disposición en relación con la muralla o límite del recinto.

– La unidad básica de habitación -es decir, cada vivienda- está, pues, muy diferenciada espacialmente, indicando en esa independencia una familia de tipo cerrado. Ese grupo familiar reducido se representa también en la ajustada superficie útil de que dispone cada unidad de ocupación, en su mobiliario y ajuar, etc. Esta familia nuclear, concuerda muy bien con las formulaciones de carácter no gentilicio de la epigrafía gallega (Pereira, 1982: 265; González, 1986:93-95).

– Cada vivienda es además una unidad económica básica que funciona independientemente de las demás: cada una tiene su propio almacén o, incluso, su taller a tiempo completo, con lo que ello supone de formas privadas de propiedad. Estamos pues ante una familia autónoma y un modo de producción doméstica de escala artesanal. Económica y espacialmente queda descartada la familia de “linaje” o colectiva.

– En el registro arqueológico no es evidente una diferenciación social entre las unidades de ocupación. Tampoco es patente una distribución diferencial de la riqueza o del prestigio social: las características constructivas, el espacio doméstico disponible, la situación dentro del núcleo edificado, los ajuares, etc., son similares en todas las unidades de ocupación. Incluso la unidad metalúrgica, en todos aquellos parámetros que evalúan la diferenciación social, es idéntica a las demás. Esto, sin embargo, no niega la estratificación social ni mucho menos supone una sociedad igualitaria, puesto que no es inusual que en economías cerradas tal diferenciación no se manifieste en el registro directo de un poblado.

– Cada comunidad es autárquica y autosuficiente: cada unidad de ocupación

por encima de su independencia como unidad productora, por encima de la división de trabajo en los sectores más especializados, es complementaria con las demás. Sólo hay una unidad metalúrgica, pero existe en todos los poblados.

– Esa organización de la producción plantea que cada castro es un grupo socialmente cohesionado. El factor que permite esa cohesión es la clara delimitación del recinto con defensas a lo largo de todo el perímetro. La importancia de la muralla se demuestra en el hecho de que es la primera obra efectuada por la comunidad al elegir un emplazamiento y que continuará ordenando el espacio interno a lo largo de toda vida del poblado. Algo que, además, informa sobre el nivel de organización social alcanzado por tal comunidad. La delimitación del espacio a ocupar adquiere así un significado que trasciende lo puramente castrense o defensivo, dando cohesión social al grupo que lo ocupa y contrarrestando las tendencias disgregadoras propias de un grupo que se organiza por medio de unidades mínimas que guardan celosamente su independencia espacial.

ESTRUCTURA SOCIAL Y TERRITORIO: UN MODELO DE CASTRO INDEPENDIENTE

La sociedad que se refleja en esas consideraciones sobre la estructura interna de los castros cuadra muy bien con su modelo de ocupación y explotación del territorio, que examinaremos brevemente a continuación.

En primer lugar, el carácter cerrado de que dotan las murallas a las comunidades que albergan conviene a su economía autárquica y autosuficiente. Pero además de ese papel hacia adentro, la muralla cumple otro hacia afuera. En efecto, convierten a los castros en elementos visibles del paisaje que actúan como marcas territoriales (en el sentido que les da Criado, por ejemplo en 1988: 65-71 y 98-99) respecto a otras comunidades igualmente cerradas e independientes. Para ello todos estos asentamientos castreños obedecen, a unas características comunes que definen un concepto de emplazamiento muy selectivo, en la medida que requieren unas condiciones naturales óptimas y por lo tanto bastante excluyentes topográficamente. Destaca en primer lugar la combinación que ha de darse entre la regularidad que a todos los efectos ha de poseer el terreno elegido con su fácil aislamiento respecto al entorno inmediato. De esta forma, sin necesidad de efectuar transformaciones topográficas importantes, queda facilitada la construcción de un recinto que permita obtener ese poblado bien delimitado, cerrado y protegido.

Las posiciones topográficas escogidas -lo que puede denominarse condiciones del emplazamiento- conjugar una necesaria proximidad a terrenos susceptibles de ser cultivados con un control estratégico basado en una visibilidad directa en

todas las direcciones. Para cumplir estas condiciones se eligen cerros aislados o espolones que dominan visualmente todo o casi todo su entorno. Pero ese dominio sobre el territorio no tiene connotaciones de control militar o de ocupación integral, sino simplemente la búsqueda de unas buenas condiciones de habitabilidad, como pueden ser una óptima insolación, una visión permanente sobre el territorio agropecuario en que se basaba su subsistencia, un rápido acceso a él y a las vías de comunicación naturales. Todo ello combinado con una inaccesibilidad que, en un equilibrio bastante logrado, garantiza simultáneamente el buscado aislamiento y un control del castro sobre su entorno más inmediato. Esos entornos son siempre lugares donde la potencialidad de los recursos es mayor u ofrece mayores posibilidades.

Por otro lado, su distribución en el territorio, es decir, su modelo de ocupación, está expresando también algunas de las características de su estructura económica y su conducta social, como son la independencia con que actúan las comunidades que los habitan, ya que quedan aislados entre sí con unas relaciones espaciales que no van más allá de su entorno más inmediato. En efecto, los castros quedan separados por distancias arbitrarias y a veces considerables donde no se busca nunca, por ejemplo, la intervisibilidad. Se escalonan a lo largo de las vegas sin que exista ocupación global del territorio, ni jerarquización de asentamientos, ni obedezcan al menor esquema de lugar central, como ha señalado Carballo recientemente (1993: 66-67). Se observa, pues, un aislamiento premeditado que revela una estructura autárquica y fuertemente autosuficiente, de forma que puede decirse que el rasgo más característico de los castros prerromanos es su independencia y un sentido claro de territorialidad respecto a los demás.

Esos dos factores que tan expresivamente se desprenden del modelo de ocupación de los castros prerromanos permiten establecer que:

– Esa independencia en el territorio concuerda muy bien con el carácter voluntariamente cerrado de la estructura interna de cada uno de los castros. De tal forma que podría decirse que el grado de unidad y cohesión es mayor dentro de la comunidad que habita un castro que el que existe entre esa comunidad y las de los castros vecinos.

– De esta forma los castros se convierten en la unidad básica del territorio de estas comunidades prerromanas. Cada castro se abastecía no sólo de los recursos agropecuarios necesarios para la subsistencia de sus habitantes, sino también de las materias primas imprescindibles para elaborar en el propio poblado aquellas manufacturas, como por ejemplo las metalúrgicas, que constituían su ajuar y utillaje.

– Esa entidad territorial tan manifiesta está en perfecto acuerdo con los estudios de entidades organizativas indígenas realizados sobre material epigráfico de época romana. Desde el carácter territorial de los *castella* hasta su función

como entidad social intermedia para indicar el origen del individuo (Pereira, 1982: 258-262; Santos, 1986: 104-106; y Gonzalez, 1986: 95-96). El castro sería, pues, la estructura indígena por medio de la cuál se organizaban socialmente estas comunidades prerromanas.

– Estamos, por tanto, ante una sociedad muy poco integrada políticamente una vez se supera el núcleo social que es el castro. Es decir, cuando se pasa de la escala del asentamiento a otra que pudieramos denominar regional. Por más que eso no deba llevarnos a pensar en comunidades totalmente aisladas unas de otras. Prueba de ello es que los romanos encuentran una cultura relativamente homogénea en la que existía una fuerte interacción en otros aspectos culturales y sociales, como la lengua o la religión.

Un ejemplo de ello lo encontramos en un tipo de objeto abundante en El Castrelín: moldes de arcilla para fabricar un tipo determinado de sítulas que ostenta una dispersión amplia en el Occidente gallego y portugués (Carballo, 1983). La presencia de estos moldes constata dos cuestiones: que estos castros leoneses mantienen contactos e intercambios en un ámbito regional extenso y que estamos ante una interacción de tipo simbólico o religioso. Así lo afirmamos porque las sítulas son una clase muy especial de objeto, muy estandarizado y siempre con una connotación ritual. Sobre todo cuando vemos hasta que punto son iguales estos moldes de El Castrelín y los aparecidos en el Castro da Forca, cerca de la desembocadura del río Miño (Carballo, 1987: fig.50). Y contrastamos esa similitud con el hecho de que en ese mismo castro gallego, y en unas fechas incluso algo más antiguas que las de El Castrelín, hay molinos circulares que no aparecen en estos castros leoneses excavados por nosotros, donde son siempre planos y, por lo tanto, mucho menos rentables. Los contactos o intercambios parecen, por lo tanto, no tener lugar en el más simple nivel de los medios de producción agropecuaria, es decir, en un tipo de objeto tan abundante, utilitario y cotidiano como son los molinos de mano, pero sí en esa manufactura de especial significación y difícil factura que son las sítulas. La interacción entre estas poblaciones castreñas del Noroeste parece, pues, obedecer a conductas diferenciales según el ámbito de los objetos, quedando patente en la esfera simbólica-religiosa, como ya establecimos en otra ocasión (Fernández-Posse y otros, 1993), pero no en la tecnológica.

– Este ejemplo remite otra vez a la cuestión de la estratificación la sociedad castreña. El elemento ritual o de prestigio que son las sítulas parece concordar con jerarquías de rango, dignidad u honor, es decir, sin base económica, que algunos ven como jefaturas de carácter guerrero (Bermejo, 1981: 273-274 y 1986: 110-114; Criado, 1991: 211), en las que la mujer, por su parte, realiza un relevante papel detectando la propiedad y el trabajo de la tierra (González, 1993). Pero esta sociedad, tal y como la exponen la mayor parte de los historiadores a través de

las más conocidas citas de Estrabón, no forman parte todavía del registro arqueológico.

LOS “NIVELES ANTIGUOS” Y LA “PETRIFICACIÓN” EN LA CULTURA CASTREÑA

Muchos de los mecanismos espaciales, tanto de la estructura interna como de la ocupación del territorio, examinados en los castros prerromanos leoneses son tan marcados -y en cierto modo tan patentes- que debieran ser generales a los ocupados por comunidades de estructura social semejante y del mismo periodo al occidente del Sil. Deberíamos, pues, ver en que medida el modelo descrito puede extrapolarse o transponerse a esa zona. Sin embargo, no contamos con áreas geográficas suficientemente conocidas ni con castros suficientemente excavados que pertenezcan a esa etapa anterior a la presencia romana. Con la dificultad añadida de que no siempre se interpreta en su justo término la presencia de materiales romanos en los castros: en general son considerados como el resultado de influencias o comercio y calificados amenudo de irrelevantes (Criado, 1991: 210), cuando tal presencia significa la mayoría de las veces que son asentamientos romanos y obedecen ya a otra estructura social. Una segunda dificultad es lo poco detallado de las plantas de los núcleos edificados en la mayor parte de las publicaciones más antiguas, que se reducen a representar las construcciones principales, prescindiendo de esas estructuras menores -como los hogares- y muros auxiliares tan necesarias para un análisis espacial, por no mencionar la casi ausencia total de la localización de los hallazgos.

Aún así, podemos ver en los planos de las excavaciones más recientes varias de las características funcionales o espaciales que hemos establecido más arriba. Es el caso de la posible existencia de una unidad de ocupación dedicada a tareas metalúrgicas en El Castro de Borneiro, como parece deducirse de un plano de dispersión de hallazgos metálicos recientemente publicado por su excavadora (Romero, 1992: fig. 1) y reproducido por nosotros (fig. 4). Caso que, por otro lado, no es único, ya que frecuentemente aparecen en los castros evidencias de un taller de ese tipo documentado en la aparición de restos, muy localizados, de todo el proceso metalúrgico, como ocurre por ejemplo en el Castro da Forca (Carballo, 1987: 119). Tampoco es infrecuente que el esquema de las construcciones se acomode al trazado del límite del recinto como sucede incluso en un castro de cronología tan antigua como Torroso (Peña, 1991: fig. 15), donde áquel parece ser el referente de ordenación del núcleo excavado.

Debemos reconocer, sin embargo, que estas evidencias son pobres, como también son escasos los castros prerromanos, o con claros niveles de esta época,

excavados, pero el papel de la muralla en el desarrollo del espacio doméstico y en la estructura social del poblado está relacionada con tres de los temas constantes en la literatura arqueológica de la Edad del Hierro del Noroeste: la sistemática presencia en los castros de unos “niveles antiguos”, el supuesto fenómeno de “petrificación” relacionado con tales niveles y el carácter exclusivamente castrense, propio de una sociedad siempre en situación inestable, de sus defensas.

La frecuente aparición de un nivel de poca entidad que parece corresponder a frágiles y reducidas cabañas o instalaciones -hoyos de poste, materiales perecederos, cortes en la roca, hogares al aire libre, barro y escasos materiales- siempre subyacente al típico poblado de mampostería de piedra, dió pie a un planteamiento de carácter gradualista o evolucionista que se ha mantenido con fortuna en la bibliografía como proceso de “petrificación” en los castros y que numerosas excavaciones recientes parecen venir a corroborar (Xunta de Galicia, 1991: 54-57 y 61). Para el paso de ese poblado inestable al permanente de piedra se han propuesto muy diversas fechas aunque pocos motivos: desde el VII hasta el II a.C., es decir, todo el desarrollo de la Cultura (Fariña, Arias y Romero, 1983: 120-123; Silva, 1983-84: 125; Almeida, 1984: 35-36). Parece claro que aunque se admitan desarrollos diferenciados y regionales para el mundo castreño, este gran intervalo cronológico para la cristalización de las viviendas en piedra es algo forzado y, en cierto modo, vanaliza el fenómeno. Sobre todo cuando ese nivel “antiguo” también está presente en castros de época o fundación claramente romana (Xunta de Galicia, 1991: 121-125; Criado, 1991: 211).

Es ese carácter generalizado, y el que se trate siempre de un nivel de poca entidad, corta vida, área restringida y con los mismos materiales que el poblado petrificado que se le superpone, lo que nos permite suponer que estamos ante las cabañas provisionales donde se alojan los constructores de la muralla, tal y como hemos visto sucede en el Castro de Borrenes. Peña (1991: 17-22), aunque que sostiene para otros castros esa consecución progresiva de la arquitectura doméstica en piedra, considera que esa sucesión de niveles no es posible mantenerla en Torroso, donde relaciona las estructuras de materiales perecederos con las obras defensivas y de acondicionamiento previo, es decir, lo considera, como nosotros para la mayoría de los castros, un nivel de obra.

En el Castro de Troña (Hidalgo y Rodríguez, 1988: figs. 2 y 3) encontramos un magnífico ejemplo de la reducida extensión de esas primeras ocupaciones de los castros y, lo que es más interesante, de su conexión con la muralla. Puesto que, es evidente, que la demostración de que las defensas son de la misma fecha que ese inicio de ocupación es condición previa al mantenimiento de nuestra hipótesis. Y, aunque suele ser aceptada la presencia de fortificaciones desde el principio de los asentamientos -por más que sean escasas las fechadas- son interpretadas como muestra de estados de peligro, como prueba del carácter bélico de

las comunidades, o incluso, como rasgo étnico. Sólo recientemente comienza a haber alguna lectura menos literal, como la de Peña (1992) que, además de un un sensato mecanismo de protección, ve connotaciones de poder económico y o prestigio; algo más cerca del significado espacial y social que nosotros le atribuimos. En este sentido el citado Castro de Troña es doblemente interesante puesto que es la muralla la que organiza el espacio edificado que, como en los castros leoneses, se dispone en arco por medio de unidades de ocupación. Así lo vemos reproducido en la figura 4.

Las explicaciones que hemos articulado tienen en cuenta que la Cultura Castreña, como todas las culturas, ha de ser siempre contemplada con una visión diacrónica y no estática, puesto que sus siglos de existencia y ese espacio tan amplio que parece haber ocupado, dan pie a pensar en desarrollos diferenciados, sobre todo en su ocupación y explotación del territorio y, lo que es más importante, permiten suponer cambios en su estructura social aunque no siempre se reflejen claramente en el registro arqueológico. No hay mejor ejemplo de este mecanismo que el que tiene lugar, precisamente, en la etapa final del mundo castreño, cuando la presencia romana hace que las estructuras sociales y económicas indígenas entren en crisis para integrarse en su compleja organización política y administrativa: pronto, pese a la pervivencia del modelo formal de asentamiento -el castro- o los altos porcentajes de cerámica castreña, nada queda de aquella sociedad anterior, pese a que numerosos autores sitúan paradójicamente en este momento la etapa de apogeo de la Cultura Castreña.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1977): "Panorama de la Cultura Castrexa en el N.O. de la Península Ibérica", *Bracara Augusta*, 31, 235-253.
- ALMEIDA, C. A. FERREIRA DE, (1984): "A casa castreja", *Memorias de Historia Antigua*, VI. Oviedo. 35-44.
- BERMEJO BARRERA, J.C. (1981): "La función guerrera en la mitología de la Gallaecia antigua. Contribución a la sociología de la cultura castreña", *Zephyrus*, XXXII-XXXIII, Salamanca. 263-275.
- BERMEJO BARRERA, J.C. (1986): *Mitología y mitos de la España prerromana*. Madrid.
- CARBALLO ARCEO, L.X. (1983): "Aportación al estudio de las sítulas en el Occidente de la Península Ibérica", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXXIV, 99. 7-32.
- CARBALLO ARCEO, L.X. (1986): *Povoamento castrexo e romano da Terra de Trasdeza*, Arqueoloxía/Investigación, 2. Xunta de Galicia. La Coruña.
- CARBALLO ARCEO, L.X. (1987): *Castro da Forca. Campaña 1984*. Arqueoloxía/Memorias, 8. Xunta de Galicia. La Coruña.
- CARBALLO ARCEO, X. (1990): "Los castros de la Cuenca media del Ulla y sus relaciones con el medio físico", *TP*, 47, 161-200. Madrid.
- CARBALLO ARCEO, X. (1993): "Espacio e povoamento castrexo de Galiza", *Concepcions*

- espaciais e estratexias territoriais na historia de Galicia*. Asociación Galega de Historiadores. Santiago. 55-82.
- CRIADO BOADO, F. (1988): "Arqueología del Paisaje y espacio megalítico en Galicia". *Arqueología Espacial*, 12. Lisboa-Teruel. 61-117.
- CRIADO BOADO, F. y OTROS (1991): *Arqueología del Paisaje. El área Bocelo-Furelos entre los tiempos paleolíticos y medievales*. Arqueoloxía/investigación, 6. Xunta de Galicia.
- FARIÑA, F., ARIAS, F. y ROMERO., A. (1983): "Panorama general sobre la Cultura castrexa", en G. Pereira (Ed.): *Estudos de Cultura Castrexa e Historia Antiga de Galicia*. Compostela.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M.D. y SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J. (1988): *La Corona y El Castro de Corporales II. Campaña de 1983 y prospecciones en La Valderia y la Cabrera (León)*. EAE, 153. Madrid.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M.D., MONTERO, I, SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J. y ROVIRA, S. (1993): "Espacio y metalurgia en la Cultura Castreña: El Castrelín de San Juan de Paluezas", *TP*, 50. Madrid (en prensa).
- GONZÁLEZ RODRIGUEZ, M.C. (1986): "Las unidades organizativas indígenas del área indeuropea de Hispania". *Veleia*, anejo nº 2. Vitoria.
- GONZÁLEZ RODRIGUEZ, M.C. (1993): "El papel de la mujer entre los cántabros", en J. Santos (dir.), *Indígenas y romanos en el Norte de la Península Ibérica*. San Sebastián. 51-66.
- HIDALGO CUÑARRO, J.M. y RODRÍGUEZ PUENTES E. (1988): "Dos modelos de habitat castreño: Castro de Troña y Castro de Fozara". *Trabalhos de Antropología e Etnografía*, 28. Porto. 133-145.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1953): *La civilización céltica en Galicia*. Santiago de Compostela.
- MARTINS, M. (1990): *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. Braga, U.A.U.M.
- MAYA GÓNZALEZ, J.L. (1983): "La cultura actreña asturiana: de los orígenes a la romanización". *Indigenismo y romanización en el Conventus Austurum*. Madrid-Oviedo. 11-44.
- PEÑA SANTOS, A.DE LA (1992): *Castro de Torroso (Mos, Pontevedra)*. *Síntesis de las Memorias de las campañas de excavaciones 1984-1990*. Arqueoloxía/Memorias, 11. Xunta de Galicia. La Coruña.
- PEÑA SANTOS, A. DE LA (1992): "El primer milenio a.C. en el área gallega: génesis y desarrollo del mundo castreño a la luz de la arqueología", en M. Almagro y G. Ruiz Zapatero, G. (Eds.) *Paleoetnología de la Península Ibérica*. Complutense, 2-3. Madrid. 373-394.
- PEREIRA MENAUT, G. (1982): "Los castella y las comunidades de *Gallaecia*". *Zephyrus*, XXXIV-XXXV, Salamanca. 249-268.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976): *El Habitat castreño. Asentamientos y arquitectura de los castros del Noroeste peninsular*. Santiago de Compostela.
- ROMERO MASIÁ, A. (1987): *Castro de Borneiro, Campañas 1983-1984*, Arqueoloxía/Memorias, 7. Xunta de Galicia. Puentedeume.
- ROMERO MASIÁ, A. (1992): "Obxetos metálicos no Castro de Borneiro. Finisterrae". *Estudos en lebranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Universidad de Santiago de Compostela.
- RUIZ ZAPATERO, G.; LORRIO ALVARADO, A. Y MARTÍN HERNÁNDEZ, M. (1986):

- “Casas redondas y rectangulares de la Edad del Hierro: aproximación a un análisis comparativo del espacio doméstico”. *Arqueología Espacial*, 9. Teruel. 79-101.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J. y FERNÁNDEZ-POSSE, M.D. (1985): *La Corona y El Castro de Corporales I. Truchas (León) Campañas de 1978 a 1981*. EAE, 141. Madrid.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J. y FERNÁNDEZ-POSSE, M.D. (1986): “Habitat y urbanismo en La Corona de Corporales”, *Arqueología Espacial*, 9. Teruel. 139-154.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J., FERNÁNDEZ-POSSE, M.D., FERNÁNDEZ MANZANO, J., ALVAREZ, Y. y LÓPEZ, F. (1990): “La Zona Arqueológica de Las Médulas”, *AEArq*, 63. Madrid. 249-264.
- SANTOS YANGUAS, J. (1983): “Cambios y pervivencias en las estructuras sociales indígenas”. *Indigenismo y romanización en el Conventus Asturum*. Madrid-Oviedo. 89-106.
- SILVA, A. COELHO FERREIRA DA (1983-84): “A Cultura Castreja no Noroeste do Portugal: habitat y cronologías”. *Portugalia*, IV/V. Porto. 121-146.
- SILVA, A. COELHO FERREIRA DA (1986): *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Câmara Municipal. Paços de Ferreira.
- XUNTA DE GALICIA (1991): *Arqueoloxía/Informes*, 2. *Campaña de 1988*. La Coruña.
- XUSTO RODRIGUEZ, M. (1988-89): “Area de visión, topografía e territorialidade: o mundo dos castros”, *Boletín Auriense*, XVIII-XIX. Orense, 23-30.

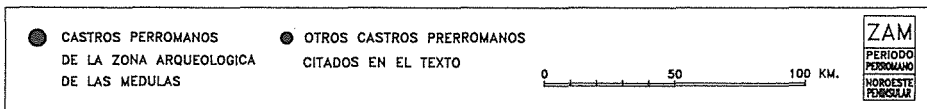
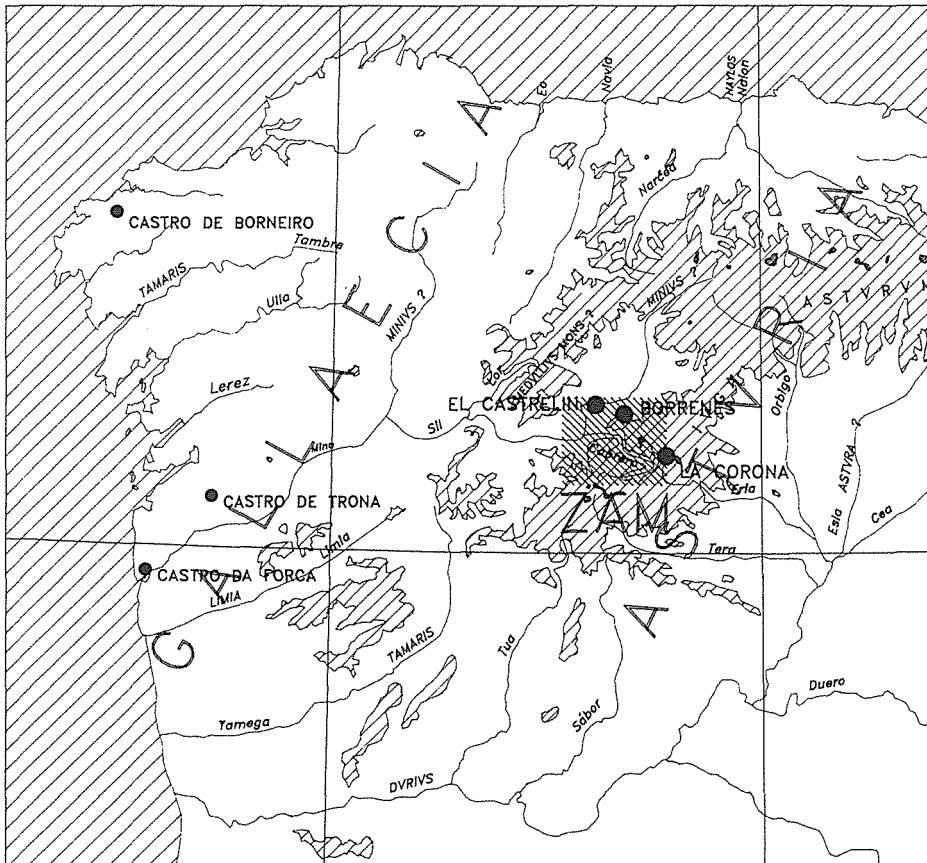


Fig. 1

Est. II

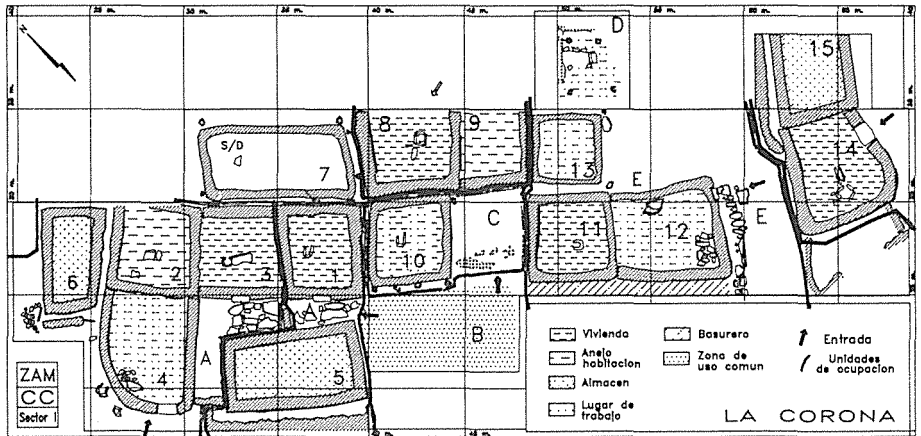
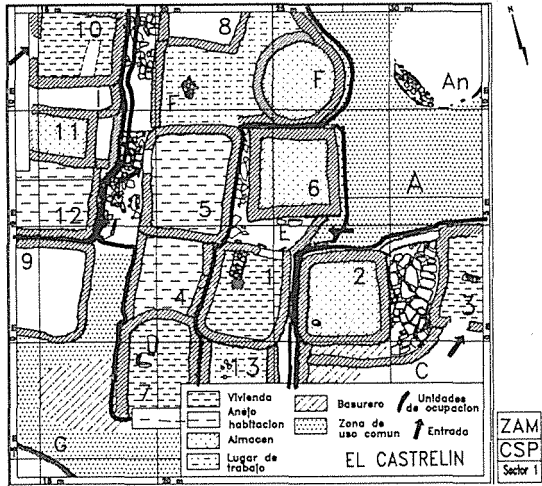


Fig. 2

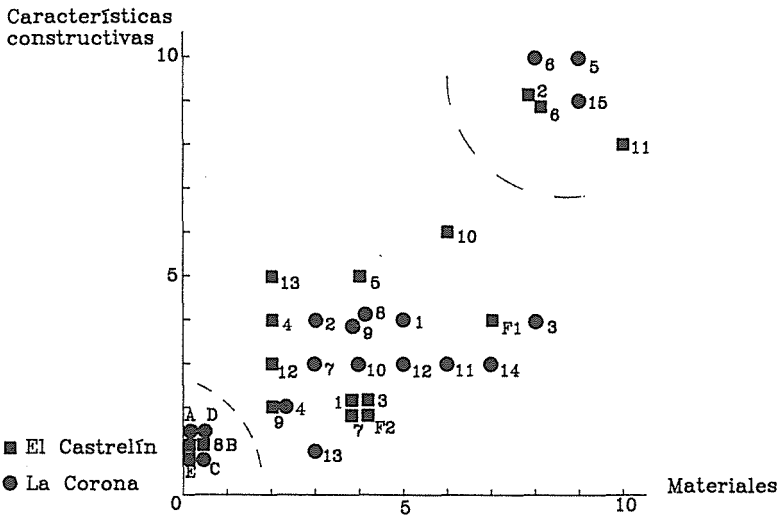
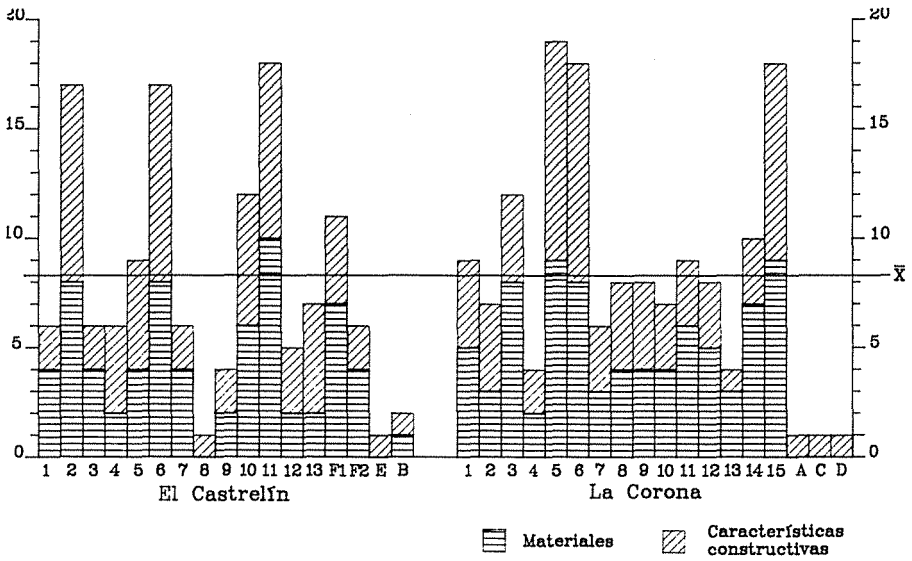


Fig. 3

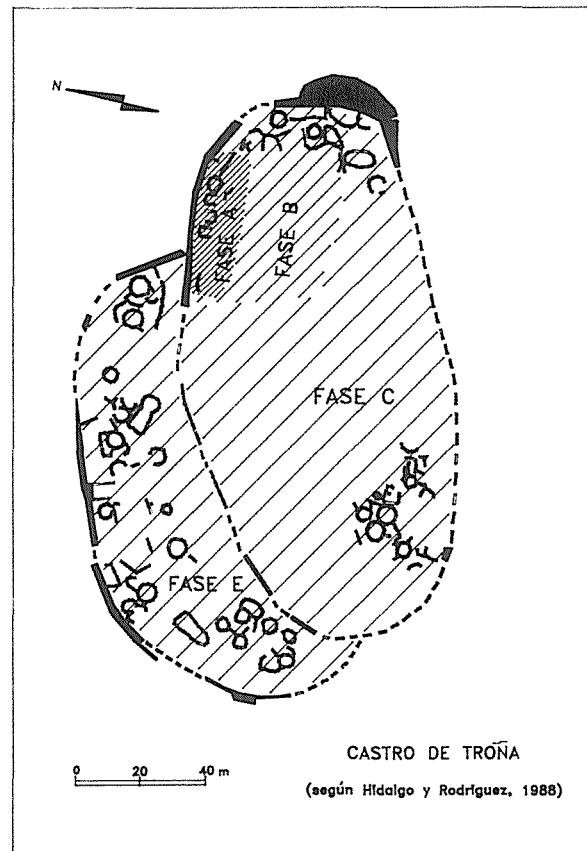
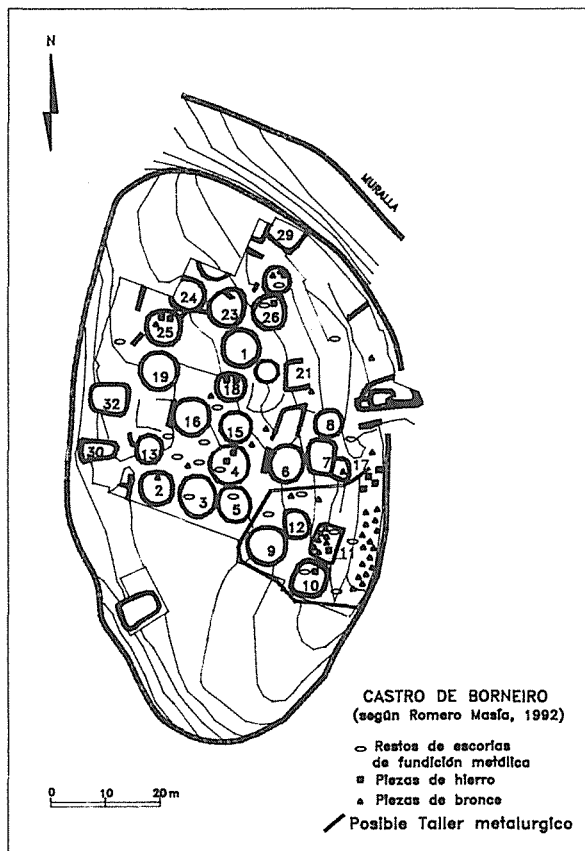


Fig. 4

ESTUDIO CRITICO DE LA CULTURA CASTREÑA ASTURIANA

por

Elías Carrocera Fernández*

Resumen: Se presenta una revisión de la cultura castreña asturiana a partir de las excavaciones en los castros de Coaña, La Escrita, Mohías, San Isidro, Picu da Mina, Chao Samartín y de los resultados, recientemente publicados, de las investigaciones en torno a la ría de Villaviciosa.

Las conclusiones se apartan de las sostenidas hasta el momento. La discrepancia no afecta exclusivamente al ámbito cronológico, sino que mis conclusiones siguen, entre otras cosas, el camino de la desmitificación de las estrategias de ciertos autores clásicos, algunas de ellas sostenidas por la investigación contemporánea.

Palabras-clave: Revisión. Castros. Asturias.

I. TODAVIA ES PODEROSA LA VOLUNTAD DE CREER

La actualidad de la investigación sobre la “cultura castreña” en Asturias está tomando unos derroteros, que hacen imposible cualquier tipo de acercamiento entre los arqueólogos y los que utilizan otras formas de registro y documentación en el intento de reconstrucción del proceso histórico¹.

La cultura castreña, en un principio, fue encuadrada exclusivamente dentro de la Edad del Hierro y los castros fueron símbolos y estandartes de resistencia

* Univ. de Oviedo.

¹ La insuficiencia de fuentes literarias primarias es una constante, que para Asturias alcanza varios siglos de nuestra era. No obstante, determinados historiadores son incapaces de analizar el panorama histórico con esos vacíos, y los llenan, rellenan e incluso saturan por medio de la especulación histórica sin fundamento científico.

Es notorio que la Historia de Asturias que nos llega de la mano de los Historiadores de la Antigüedad es consecuencia de lo sucedido en otras latitudes. Es una historia que no se ajusta a un espacio geográfico concreto. Es una historia que derivada de la evidencia escrita, y al ser ésta mínima, resulta pura invención.

Parafraseando a Finley, podemos concluir esta nota de la siguiente manera: “ Han pasado los días, los buenos tiempos, en que los Historiadores de la Antigüedad podían relegar la arqueología como una actividad auxiliar menor, que proporcionaba una información pintoresca sobre la vida privada y el arte con la cual revestir la historia “real” derivada de la evidencia escrita.

contra el ejército romano y, por ende, al no documentarse hábitat propiamente romano, se apuntaba una romanización superficial.

II. HISTORIA DE LA INVESTIGACION

J.L. Maya, en su Tesis de doctorado, realiza por primera vez una visión general de la “cultura castreña” en Asturias a partir del análisis de la cultura material. Aglutina y revisa todos los materiales que, procedentes de excavaciones antiguas, se encuentran en el Museo Arqueológico de Oviedo, a la vez que rastrea y recupera la información de los materiales que se encontraban desperdigados.

Por otra parte la “cultura castreña” fue compartimentada en tres ámbitos, que respondían a la división tradicional de los pueblos prerromanos según las fuentes escritas. Así el occidente de Asturias se asoció al mundo galaico, la zona central a los ástures y el oriente al ámbito de los cántabros. La “cultura castreña” fue concebida con una cronología monolítica, que se repitió a modo de soliloquio. En ese corsé cronológico, todos los yacimientos y espacios geográficos pasaron por las mismas vicisitudes. En definitiva, se trata de trabajos de aluvión que pretenden ser ilustrativos de un periodo concreto pero ni resultan consecutivos ni sinópticos.

El análisis que puede realizarse, intentando ser objetivos, no concuerda con muchas de las opiniones de J. Maya. Mientras que éste vierte sus esfuerzos más considerables en cuestiones tipológicas, desde nuestro punto de vista deberían prevalecer las situaciones contextuales.

La discusión moderna sobre el mundo castreño en Asturias y su cronología comienza en Oporto en 1983², donde J. Maya propuso una secuencia cronológico-cultural en la que, utilizando materiales sin un contexto claro que circulaban por museos y colecciones, formuló una propuesta cronológica que desde los siglos VII-VI a.C. llegaba hasta época romana. Hoy día, ya no mantiene las mismas conclusiones explicitadas durante el Coloquio de Porto de 1983 (Homenagem a Rui de Serpa Pinto), y luego dulcificadas en el texto final.

No obstante, J.L. Maya mantiene cronologías viejas para la Asturias Central. En efecto, propone una cronología para la Campa de Torres que desde el siglo VI-V a.C. llega hasta el III d.C. Expresa una fecha del siglo VI-V para los niveles prerromanos, en los que incluye una muralla de módulos, sobre la base de una serie de cerámicas que él correlaciona con las del Soto de Medinilla II. La fase intermedia la fecharían algunos fragmentos cerámicos de barniz negro y un borde

² Como es lógico, existen trabajos de investigación fechados con antelación a 1983. En ningún momento supusieron ningún cambio de orientación en la línea argumental al uso, en la que las conclusiones iban por delante del análisis de la documentación.

de ánfora greco-italica, para continuar con un contexto claro de mediados del siglo I d.C.

A tenor de lo publicado unido al análisis “in situ” de la Campa de Torres, considero que pueden efectuarse las siguientes apreciaciones:

a) La excavación de la muralla de la Campa no ofrece, a mi juicio, suficientes garantías, ya que se excavó mediante una zanja paralela a la muralla.

b) Los materiales que se definen como correlacionables con el grupo Soto, que son la base argumental para establecer la cronología de los niveles prerromanos y de la muralla por parte de J.L. Maya, a mi juicio distan mucho de poder correlacionarse con el Soto. Este detalle tendría que ser solventado por especialistas de ese mundo.

c) Debido a las características físicas del material publicado, unido a la posición topográfica que ocupan los propios materiales prerromanos con respecto al poblado romano, cabe la posibilidad, a modo de hipótesis, que el material prerromano esté en posición secundaria. Unas buenas estratigrafías transversales a la muralla, en donde se pudiesen apreciar los niveles que son cortados y los que se apoyan, disiparían estas dudas.

En el homenaje a López Cuevillas, celebrado en Orense en 1986, propusimos una revisión de la cronología que había establecido J. Maya³ para la cultura castreña asturiana. A nuestro juicio no existían elementos claros para definir un momento prerromano, y los que existían, invalidaban las divisiones efectuadas hasta ese momento, ya que los escasos datos disponibles sin un contexto claro, pero de tipología prerromana, señalaban más bien conexiones con el sur que con el oeste. Como colofón a ese apartado de la revisión cronológica, indicábamos el desconocimiento de algún nivel de ocupación prerromano en la totalidad del territorio de la actual Asturias a excepción del castro de Caravia.

En la actualidad, además de las investigaciones en la Campa de Torres y de las llevadas a cabo por nosotros en el valle del Navia, se están excavando una

³ J. Maya realiza la primera síntesis histórica, reproducida por otros directa o solapadamente en algunas ocasiones. El grueso de sus elementos de juicio proceden de los fondos del Museo Arqueológico del Principado. De forma escueta y resumida los argumentos que utiliza son los siguientes:

-El origen de los castros lo ve en el contacto de gentes continentales que penetraron por el Pirineo con la gente anteriormente establecida en el país, dando origen a toda una serie de desajustes que cristalizarán en la construcción de poblados fortificados.

-El territorio asturiano lo divide en dos áreas que suponen adscripciones culturales e influencias distintas. Por un lado la zona occidental, claramente influenciada por el mundo galaico, y por otra el centro y el oriente, que los relaciona con la Meseta y con asentamientos como Miraveche o Monte Bemorio.

-Establece una secuencia, partiendo exclusivamente de materiales sin un contexto claro. Para los momentos antiguos o de formación y procedentes del occidente asturiano cita, y les atribuye una posición en la secuencia cronológico-cultural, hachas de talón y anillas, fragmentos de caldero remachados, fíbulas de bucle, puñales de antenas e incluso hace referencia a un fragmento de una posible ánfora de tradición púnica documentada en Coaña.

serie de yacimientos en torno a la ría de Villaviciosa (Asturias central) que vienen a llenar de contenido esos siglos oscuros, previos a la presencia de materiales romanos y comportamientos mediterráneos en bastantes de los castros asturianos. En las excavaciones del castro de Miravalles, definido por una muralla de módulos de idénticas características a la de la Campa de Torres, se están excavando suelos de ocupación y restos importantes de fondos de cabañas con indicios claros que permiten aproximarse a la utilización del espacio cabañal. La diferencia entre los dos yacimientos estriba en la cronología; mientras que para la Campa se manejan cronologías del siglo VI-V a.C., utilizando como método la extrapolación⁴, para

⁴ Las cronologías, tanto absolutas como relativas procedentes de las investigaciones de la Campa de Torres, que nos llegan a través de las distintas publicaciones o medios informativos nos producen un reiterado desconcierto. Así a lo largo de los últimos años, sin una nota aclaratoria que indique las causas de los cambios de apreciación cronológica, vemos publicadas las siguientes fechas:

1) El nivel indígena es claro en las defensas desde un momento muy antiguo, (esto es, siglos VI-V a.C.). Publicado en *Excavaciones Arqueológicas en Asturias (1987-90)*, 1990.

2) Los castros se agrupan por su emplazamiento básicamente en dos tipos, los costeros y los interiores... Uno de los ejemplos más claros es el castro de Campa Torres, cuyo origen se remonta a momentos anteriores al siglo II a.C. *Historia de España*. Tomo 1. 1990.

3) Este yacimiento arqueológico se sitúa en los inicios del siglo VI a.C. Es el único yacimiento que se está moviendo en el Principado en esta banda cronológica. Publicado en *La Voz de Asturias*, 26-6-91.

4) Según los restos aparecidos en los últimos tiempos la antigüedad del asentamiento de la Campa de Torres es muy anterior a la prevista, "... se creía que se trataba de un asentamiento del siglo II a.C. pero ahora podemos asegurar que se trata de restos de los siglos V o VI a.C.". Publicado en *La Voz de Asturias*, 26-6-91.

5) Los arqueólogos aseguraron que ya habían encontrado en la Campa restos que permiten datar el yacimiento en el siglo VI a.C, cuatro siglos más atrás de la datación inicial. En la Campa se vivió entre el siglo VI a.C. y el siglo III de nuestra era. *La Nueva España*, 26-6-91.

6) Se trabajará en la zona más próxima a la entrada del yacimiento arqueológico, donde se han encontrado vestigios de actividad humana en el siglo X a.C. El poblado de la Campa Torres, debidamente documentado, data del siglo VI a.C.

En otro aspecto los estudios de las próximas semanas aclararán la procedencia -humana o no- de un trozo de mandíbula encontrado en la Campa de Torres y que según todos los vestigios procede del siglo VI a.C., en una época totalmente indígena. *La Nueva España*, 4-7-91.

7) La muralla de la Campa, que mide unos 150 m., es del siglo IV a.C., por ejemplo. Los castros son el resultado de varias culturas.

Incluso hay indicios de que en el siglo X a.C. ya había un asentamiento en la Campa de Torres. Los estudios de C14 demuestran que en ese tiempo hubo un bosque de robles a la entrada de la Campa. Este bosque se quemó y encima de los restos se edificó. Este incendio fue resultado de la acción del hombre.

Queremos saber cómo vivían hace 3000 años y deducir el paisaje. *La Voz de Asturias*, 17-10-91.

8) El conocimiento de la flora y de la fauna permitirá reconstruir la vida en la Campa desde el siglo VI a.C.

Encontramos un primer nivel, que podríamos llamar de preindustrialización, que va desde el siglo VI al III a.C. El segundo nivel comienza en el siglo III, con un asentamiento ya muy consolidado y una economía de subsistencia básica. Trabajaban con objetos metálicos, pero nos los fundían. *La Nueva España*, 21-10-91.

9) Gracias a los hallazgos obtenidos hasta el momento, se sabe que, aproximadamente, durante los

Miravalles existen cronologías C14 que nos sitúan en el siglo III-II a.C. Las fechas son las siguientes:

- 1) Para la fábrica de la muralla, tenemos un 2.200 ± 50 B.P. (C.S.I.C.-874).
- 2) Para los restos de construcción de la cabaña 1, tenemos un 2.100 ± 60 (C.S.I.C.-876)⁵.

Por otra parte, la cultura material de Miravalles (Villaviciosa), resulta congruente con las fechas C.14 disponibles; los materiales, entre los que destacan una importante colección de bronces y de cerámicas decoradas con muelles y otras incisiones, resultan idénticos a los de la Campa de Torres⁶.

III. VALORACION CRONOLOGICA

La información que podemos manejar en estos momentos resulta sustancialmente de mejor índole y supone un cambio cuantitativo en la interpretación, pero en líneas generales el panorama sigue parecido al que propusimos en 1986. Seguimos sin poder precisar afinidades, nexos o diferencias entre los territorios que los escritores clásicos nos cuentan como pertenecientes a galaicos y ástures.

Los niveles prerromanos se están documentando en el centro y centro-oriente de la región. Esta afirmación no quiere decir que en el occidente no existan castros o niveles prerromanos, sólo expresa la realidad de la investigación y no significa ningún vacío cultural, ni la inexistencia de castros con antelación al

siglos V y VI a.C. -hasta el pasado año se hablaba del siglo II a.C.- un grupo de astures (perteneciente a la tribu de los cilúmgos, según se supo a través de la lápida hallada en Cimadevilla) llegaron hasta la costa y se instalaron en el Cabo de Torres, por considerarlo un sitio fácil de defender. *El Comercio*, 3-3-92.

10) La Campa de Torres es el lugar donde el pueblo astur tuvo su primer asentamiento a comienzos del siglo IV a.C. Llamado inicialmente "Oppidum Noega", fue el germen de Gijón. *La Nueva España*, 9-9-92.

11) En espera de los resultados de ciertas dataciones absolutas mediante métodos químico-físicos podemos suponer, gracias a las cerámicas romanas anteriores a la conquista, que el castro estaba edificado al menos ya en el siglo II a.C. con sus fortificaciones esenciales y un núcleo urbano y metalúrgico de gran importancia. *Los orígenes de Gijón*, 1992.

Desconcertante.

⁵ Estas fechas, especialmente la de la zona de habitación, coinciden perfectamente con la fecha del siglo II a.C. que nosotros propusimos en su momento para los materiales, sin un contexto claro, procedentes de excavaciones de principios de siglo, del castro de Caravia. Nuestra propuesta cronológica, plasmada en nuestra Tesis Doctoral defendida en 1985, se basaba en el análisis y comparación de los materiales de Caravia con los del castro cántabro de Celada de Marlantes. Entre los materiales de Celada de Marlantes, muy similares o con idéntico aire que los de Caravia, se documentó un denario de TURIASU que en principio nos puede situar a caballo de los siglos II-I a.C.

⁶ Los datos y la información sobre Miravalles nos fueron suministrados por D. Jorge Camino Mayor.

cambio de Era.

En el centro y centro-oriente se siguen documentando niveles asimilables a los del castro de Caravia, con claros paralelos en el centro-oriente de la Meseta. El hábitat se asocia a recintos fortificados en los que las murallas, al menos los tramos excavados, están moduladas. La cronología de los niveles asociados a este tipo de murallas, a nuestro juicio y a tenor de los materiales y fechas C14 de Miravalles, los podemos cifrar en el siglo II a.C., tal vez finales del III a.C.

La etapa de la cultura castreña relacionada con la presencia romana en Asturias se inicia, según todos los trabajos publicados, en los primeros años del cambio de Era.

Nuestra visión, al menos para el occidente de Asturias, después de varias campañas de excavación, difiere sustancialmente. Es un hecho notorio, si comprobamos las tablas cronológicas que se adjuntan del occidente de Asturias, que la cronología del numerario no concuerda con la cronología propuesta para las cerámicas. Las monedas, si son las de material noble, por lo general, tienen una fecha de acuñación antigua; sin embargo, las troqueladas en bronce o cobre se les puede buscar una correlación cerámica. (Graf. 1 a 7).

En casi todos los yacimientos analizados en el occidente de Asturias se cumple el siguiente esquema:

La fundación de los poblados, sin temor a equivocarnos, se puede establecer en mitad del siglo I d.C. En la segunda mitad del siglo I d.C es cuando documentamos el momento de máximo esplendor, siempre según el registro material. No obstante, dentro de esa segunda mitad del siglo I d.C. tenemos que hacer hincapié en el período flavio, que se caracteriza por toda una serie de remodelaciones y ampliaciones en el interior de los poblados.

En el siglo II d.C, con menos fuerza que en el momento precedente, perviven y languidecen los castros del occidente asturiano.

Los poblados pierden su condición de fortificados durante el siglo II d.C. Algunos como Mohías o La Escrita, quizás pierdan esa condición tempranamente antes de su abandono. En Mohías, sellando un foso, se documentó la presencia de formas 14-A de M.Vegas, que cronológicamente están a caballo de los siglos I y II d.C. En La Escrita, también sellando las defensas, recuperamos una Drag.15/17 hispánica, que según Mayet o Mezquíriz tienen una cronología distinta, pero es notorio que esta forma no sobrepasa los primeros años del siglo II d.C.

A fines del siglo III y durante el siglo IV se aprecia una ligera ocupación de los antiguos poblados fortificados, pero sin levantar de nuevo, aparentemente, las murallas.

Pertencientes a los siglos V y VI documentamos la presencia de materiales en los castros, que quizá indiquen la ocupación con un carácter distinto a los primeros momentos del Bajo Imperio. A este momento podemos adscribir las

cerámicas anaranjadas de imitación paleocristiana de La Escrita, San Isidro o la también de imitación paleocristiana del Chao Samartín, a las que hay que unir la fecha C14 tardía del castro de Mohías, que en su momento fue objeto de crítica por nuestra parte, hoy sin fundamento.

En algunos de los yacimientos analizados están presentes materiales de clara filiación medieval. En Coaña ese material se ve complementado o acompañado de numerario.

IV. LAS MURALLAS DE LA DIGNIDAD

Resulta difícil pasar por alto el carácter del hábitat de estas poblaciones en el siglo I d.C.. Como sabemos, las características del hábitat son eminentemente defensivas. Este hecho choca de plano con muchos de los escritos que, con criterios fundamentalmente filológicos, determinan un abandono general de los castros después de las Guerras Cántabras y un posterior poblamiento de las llanuras. La realidad es bien distinta; la mayor parte de la población del, durante el siglo I d.C se concentra en poblados fortificados.

Este detalle no deja de ser un fenómeno extraño, no solamente porque algunos poblados teóricamente, en el occidente de Asturias, continuarán persistiendo, sino porque muchos de ellos son construidos en el siglo I d.C. con iguales características e incluso con mayor aparato defensivo que los calificados como prerromanos en el NW., debido a la utilización de nuevas técnicas en la fortificación.

Para explicar este fenómeno podemos argumentar y sostener múltiples teorías⁷. No obstante, vamos a intentar profundizar en el tema e intentar dar respuestas a las interrogantes que se nos plantean:

¿Por qué se crean poblados de nuevo cuño?

¿Por qué se levantan castros en el siglo I d.C. con idéntica estructura que los anteriores?

¿Para qué una redistribución del territorio?

¿Qué papel juega el ejército?

Los yacimientos analizados en el occidente de Asturias se corresponden con la presencia romana en la zona. Estos asentamientos ocupan posiciones topográficas dispares, pero a la vez estratégicas. Se localizan yacimientos en puntos topográficos con posibilidades distintas de aprovechamiento del medio. Si esta posición es impuesta, lógicamente tiene que existir una relación que equilibre los defectos productivos derivados de la ubicación topográfica. Los mecanismos y el

⁷ M. Wheeler en su *Arqueología de Campo*, Madrid, 1979, pp. 106-107 señala un buen compendio de posibilidades.

grupo que frene esos desajustes serán los que realmente ejerzan el control de la producción y a la vez el control social.

Como anteriormente apuntábamos, se construyeron castros en el siglo I d.C. con idéntica estructura que los anteriores e incluso más fortificados, dato que nos da pie a pensar que no son destinados a personas o pueblos sometidos militarmente. A los esclavos y sometidos, en sentido estricto, no se les permite vivir o ocupar fortalezas. Esta evidencia nos induce a pensar que después de la conquista, el control no fue ejercido por las armas sino que la disparidad cultural jugó un papel importante. El aumento del nivel de vida y del bienestar general auspiciado por los mecanismos de control y de abastecimiento romanos pudieron ser los factores y las armas de pacificación⁸.

Nosotros pensamos que el control romano tuvo como mejor arma la organización. Esta organización permitiría que determinado grupo de población llevase a cabo trabajos mineros de forma exclusiva.

Esta compartimentación del trabajo, cuyo fin último sería obtener la máxima producción en las minas con la mínima inestabilidad social, propiciaría una distribución del territorio y una redistribución de los excedentes agrícolas.

En definitiva, la suposición antes aludida implicaría una distribución estratégico-económica del espacio en la que presumiblemente existirían castros agrícolas, mineros, asentamientos menores de vigilancia, de mantenimiento de las infraestructuras, etc.

Los distintos mecanismos de observación nos inducen a establecer el marco general de organización antes aludido, pero probablemente el esquema no fuese tan rígido, estructurado y evidente. No obstante, el hecho de que distintos yacimientos ocupen posiciones donde el aprovechamiento del medio y de su entorno era dispar, nos hace pensar en una organización que, como mínimo, determinara la construcción de vías para facilitar el comercio y así paliar los déficits originados por la posición topográfica de algunos castros⁹.

⁸ La teoría de la redistribución y control de una determinada sociedad gracias al bienestar general, son tesis mantenidas por Renfrew, que quedan patentes cuando analiza la prehistoria de Malta. RENFREW.C. *El Alba de la Civilización*. Madrid, 1986, pp. 171-172.

⁹ No se nos puede escapar la visión o análisis del contraste absoluto entre dos culturas, entre dos concepciones del sujeto humano. Para el funcionamiento de estos esquemas, con toda seguridad también fue necesario acomodar la situación a la superestructura, teniendo en cuenta el concepto filosófico clásico del hombre.

El incremento de cotizadores, la opción del reclutamiento de estado, la estabilidad social y todo un cúmulo de circunstancias hicieron necesarias estrategias como las de Vespasiano cuando concedió el *ius Latii* a toda Hispania.

Pero la realidad probablemente fue bastante compleja a tenor de la comprensión del sujeto humano en el Mundo Antiguo. Los Bárbaros eran incapaces de comprender el discurso (la razón), son las almas bárbaras de Heráclito, por consiguiente tienen la misma condición que los esclavos (Mondolfo, R. *La comprensión del sujeto humano en la cultura antigua*. Buenos Aires, 1968; Vegetti, M. *Los*

El ejército, avanzado el siglo I d.C. jugó dos papeles importantes, por un lado, el preventivo, y por otro, el papel técnico en las explotaciones mineras.

La presencia del ejército, acantonado, era sin lugar a dudas una presencia preventiva y atemorizadora, supeditada al funcionamiento de la organización económico social establecida.

orígenes de la racionalidad científica. Barcelona, 1981, pp. 142-143). Los esclavos poseen opiniones, pero están lejos del discurso verdadero. En definitiva si quieres establecer una relación comercial, beneficiosa para tí, Roma en este caso, con hombres libres, debes separarlos de la categoría de bárbaros.

El resultado es ese proceso de aculturación tan brutal que se produce durante la segunda mitad del siglo I d.C. La consecuencia es esa romanización a marchas forzadas, por conveniencia de las dos partes. De aquí arranca el subtítulo de "Las murallas de la dignidad". En este contexto podemos incluir la cantidad ingente de vestigios materiales, técnicos, de comportamiento, etc., de clara filiación romana documentados en los castros. Uno de los ejemplos más significativos pueden ser los estucos documentados y recuperados en 1992-1993 en el castro del Chao Samartín (Grandas de Salime) y actualmente en estudio.

Todo este cúmulo de circunstancias, hacen necesaria una revisión crítica de la romanización en Asturias y por extensión en la zona norte de la Península.

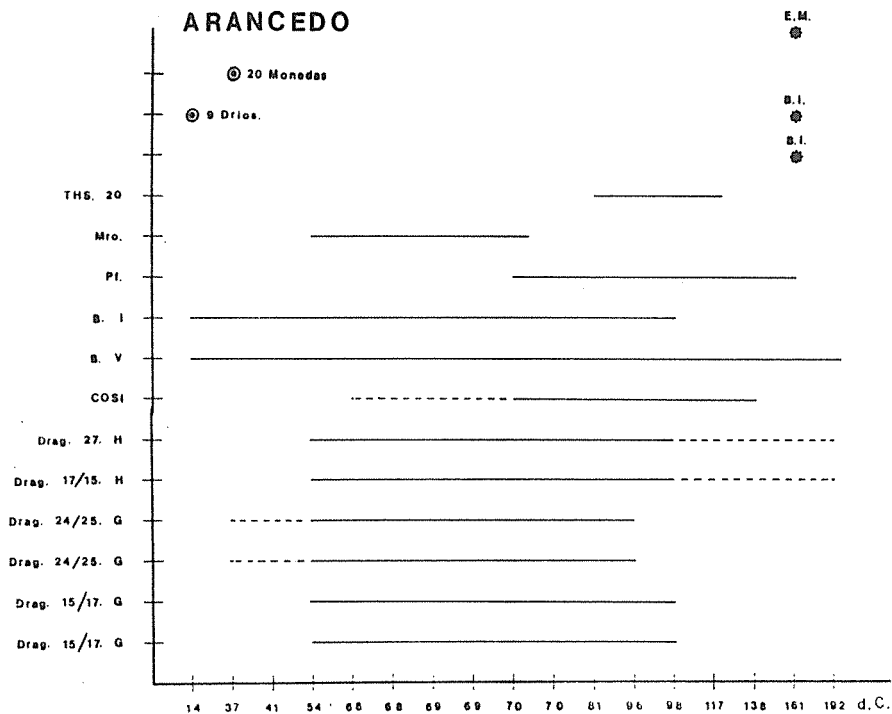


Gráfico 1

ABREVIATURAS UTILIZADAS

- | | |
|--------------------|-----------------------------------|
| Bce.: Bronce | My.: Mayet |
| BI.: Bajo Imperio | Mz.: Mezquíriz |
| B.: Beltrán | Pf.: Paredes finas |
| C14.: Carbono 14 | R.: Ritterling |
| Drag.: Dragendorff | Ses.: Sestercio |
| Drios.: Denarios | SgC.: Sigillata Clara |
| E.M.: Edad Media | Sg PLC.: Sigillata Palcocristiana |
| Lucer.: Lucernas | TSH.: Terra Sigillata Hispánica |
| Mro.: Mortero | V.: Vegas |

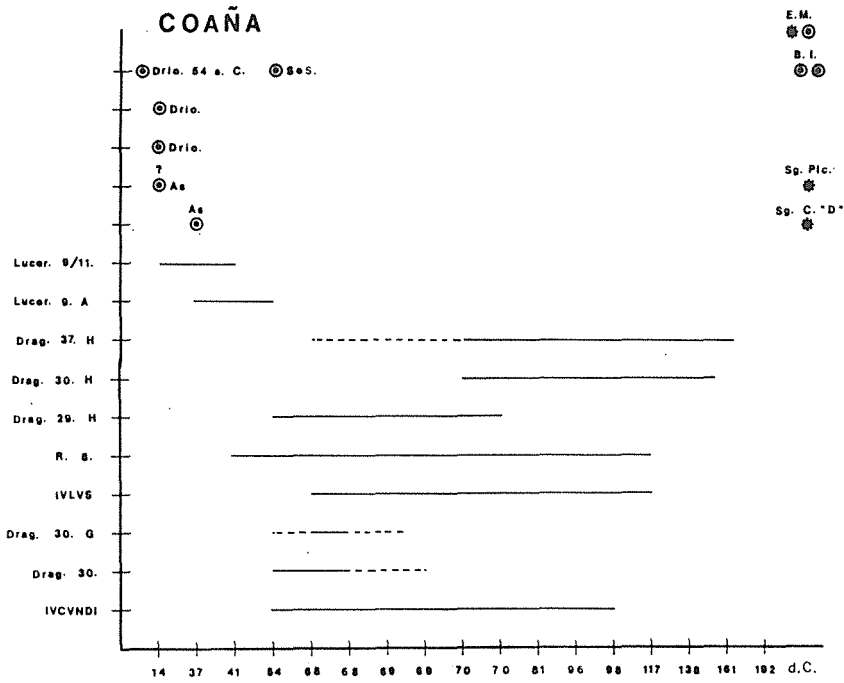


Gráfico 2

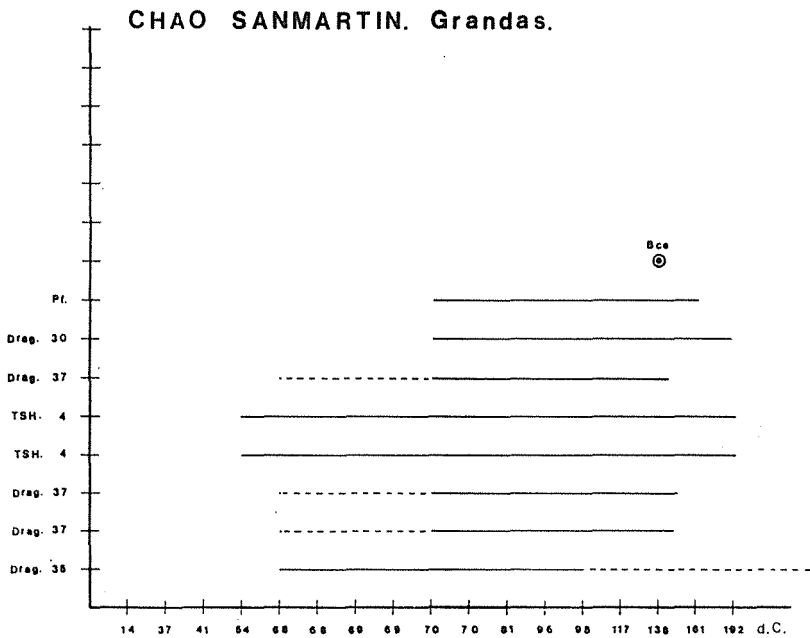


Gráfico 3

LA ESCRITA

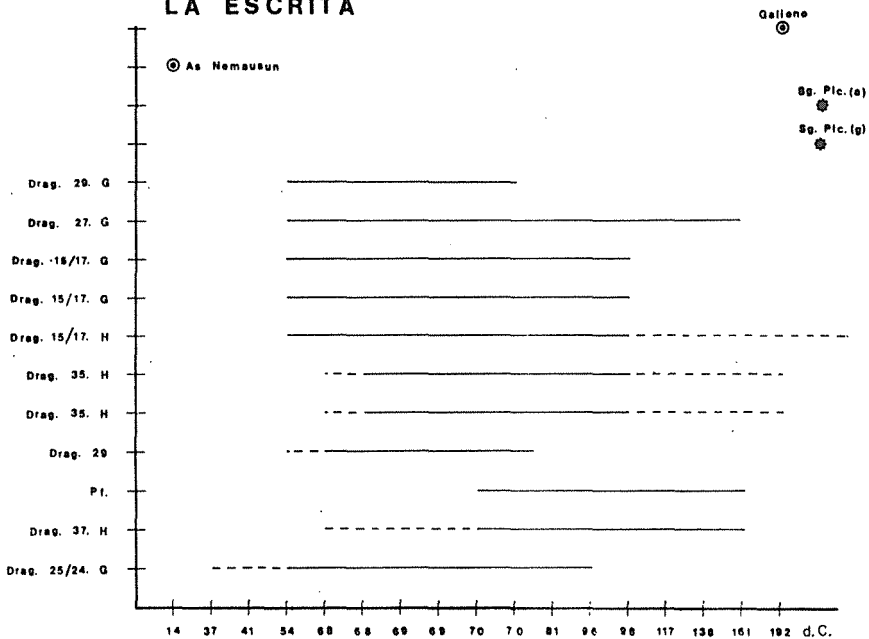


Gráfico 4

MOHIAS

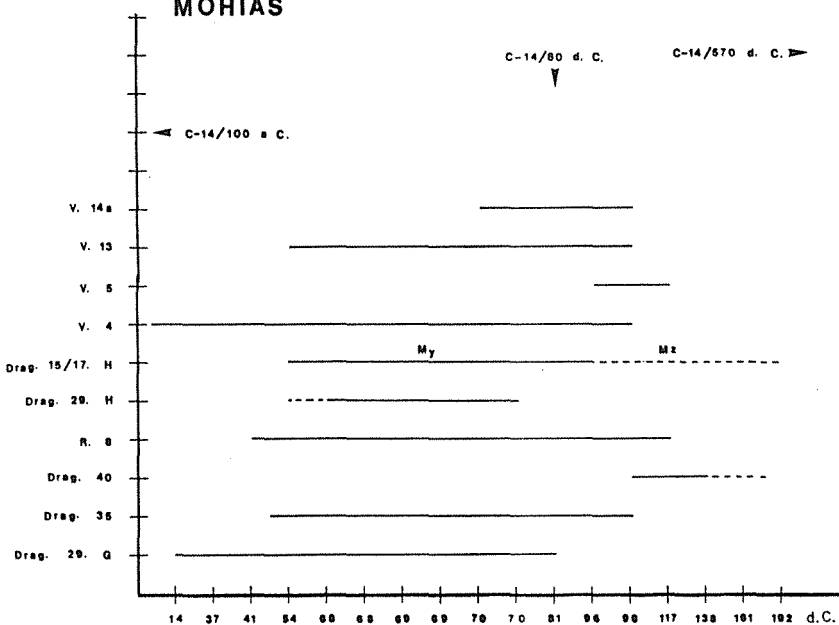


Gráfico 5

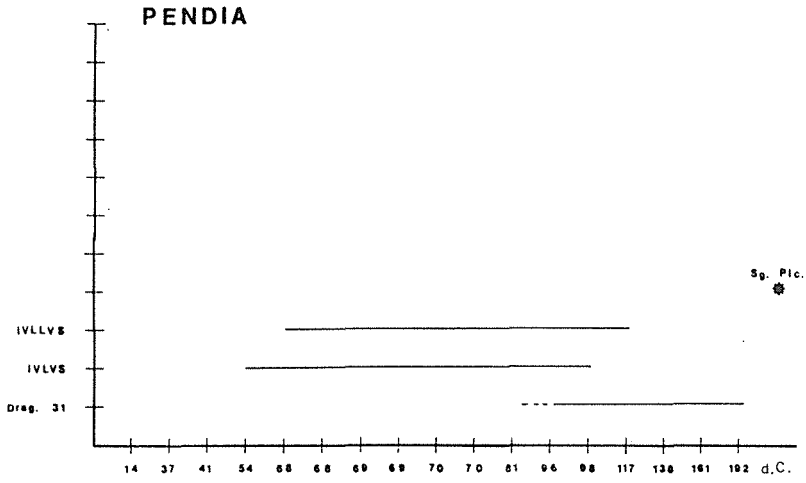


Gráfico 6

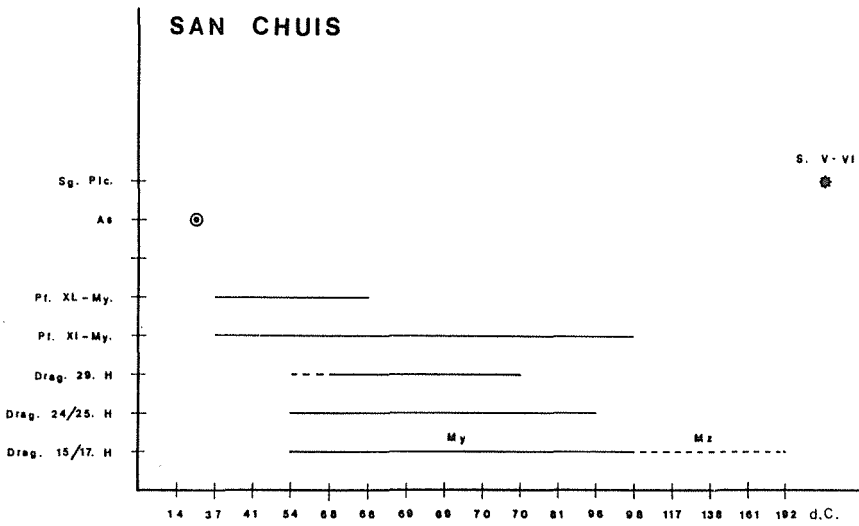


Gráfico 7

Est. V



Fig. 1 — Castro de Pelou (Grandas de Salime). Vista general del yacimiento. Sus fosos fueron abiertos utilizando técnica minera, tal como se aprecia en la fotografía. Por otra parte, ocupa una posición marginal, pero muy en contacto con la red de abatecimiento de agua a la mina de oro romana de Valabilleiro.



Fig. 2 — Puerta de acceso al castro de Coaña. Resulta un diseño que reproduce esquemas bastante clásicos.



Fig. 3 — Chao Samartín. Vista general del área excavada.

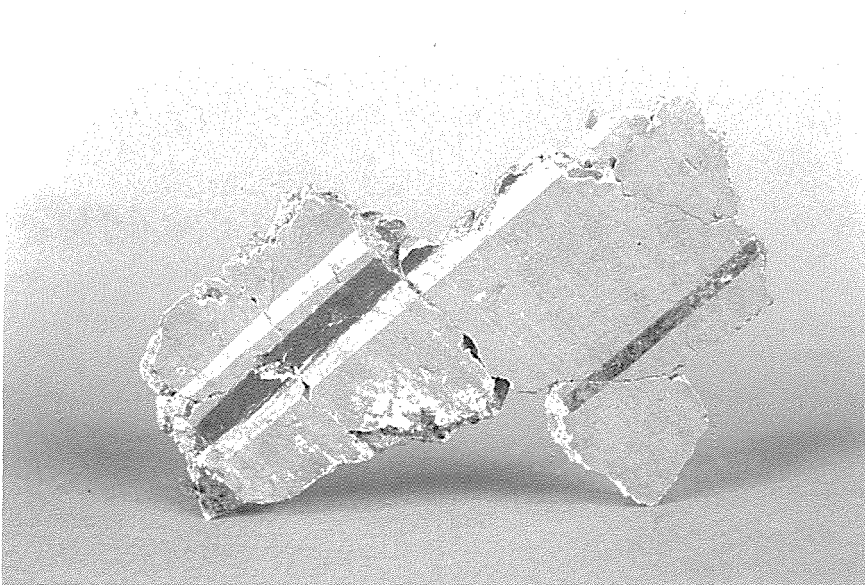


Fig. 4 — Estuco procedente del castro del Chao Samartín. Se trata de un apresto seco de temple y pintura a la cal sobre enlucido de cal. Lo interesante de este documento es su contexto cronológico-cultural ya que procede de un castro con una cronología del siglo I d.C.

BRACARA AUGUSTA, VILLE LATINE

par

Patrick Le Roux

Résumé: Le statut de la ville de Braga sous le Haut-Empire romain n'est pas clairement attesté dans les sources et prête à discussion et à interprétations divergentes. Il s'agit, à la lumière des réflexions nouvelles sur le droit latin, de tenter de définir le rang de cette fondation augustéenne, devenue capitale de *conventus*. Les inscriptions funéraires et l'onomastique devraient permettre de mieux cerner la question et d'éviter les faux problèmes.

Mots-clé: Droit Latin. Capitale. Inscriptions.

Le statut de *Bracara Augusta*, ville des *Bracari*¹, instituée par Auguste et devenue par la suite capitale du district judiciaire portant son nom, le *conventus Bracaraugustanus*², n'est attesté clairement dans aucune source antique. *Oppidum* chez Pline l'Ancien et chef-lieu de *civitas*³, le rang de municipes ne lui est jamais attribué dans les rares inscriptions susceptibles de le mentionner; elles indiquent

¹ La forme correcte est *Bracarus, a, um*, (*Bracari* au pluriel), comme il ressort de Pline lui-même; par ex., III, 3, 28, où il écrit: *Simili modo Bracarum XXIII civitates CCLXXXV (milia) capitum, ex quibus praeter ipsos Bracaros Bibali, Coelerni, Callaeci, Equaesii, Limici, Querquerni citra fastidium nominentur*. Le génitif pluriel *Bracarum* n'implique nullement un nominatif *Bracares*, mais renvoie à une forme archaïque du type de celle observée pour *liberorum* ou *fabrorum* contractés en *liberum* et *fabrum*.

² Cf. pour le bilan chronologique: A. TRANOY, *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris, (Publications du Centre P. Paris 7), 1981, p. 150-153 (= TRANOY, *Galice*); G. ALFÖLDY, *Zur Geschichte von Asturia et Callaecia. Bemerkungen zu Alain Tranoy, La Galice romaine, Germania*, 51, 1983, p. 518-520 (= ALFÖLDY, *Asturia*); M. DOPICO CAINZOS, *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria/Gasteiz, 1988, p. 47-63 (= DOPICO, *Tabula*), qui conclut à une création augustéenne des *conventus* sur la foi de ce document; pour une mise en question de son authenticité, A.M. CANTO, *La Tabula Lougeiorum: un documento a debate, CuPAŪM*, 17-1990, p. 267-275 et P. LE ROUX, *L'Armée romaine dans la péninsule Ibérique sous l'Empire: bilan pour une décennie*, p. 239-240 (= LE ROUX, *Bilan*).

³ *N.H.*, IV, 34, 112: *Bracarum oppidum Augusta, quos super Gallaecia*. La formule fait écho à celle de Florus, II, 59-60, quand il mentionne le rôle de *caput gentis* de la ville des Astures nouvellement créée par ordre d'Auguste: cf. P. LE ROUX, *Aux origines de Braga (Bracara Augusta), Bracara Augusta*, 29, 1975, p. 155-159 (= LE ROUX, *Origines*).

seulement une majorité de citoyens Romains inscrits dans la tribu Quirina pour un recensé dans la Fabia et deux dans la Galeria⁴. Malgré l'expression utilisée à Tarragone à propos des flamines provinciaux originaires de la ville galicienne, *omnibus honoribus in re publica sua functus*⁵, il n'y a pas d'information plus précise sur les institutions locales en dehors d'un laconique *d(ecreto) d(ecurionum)*⁶. Après une période de spéculations plus ou moins fondées, la médiocrité du dossier a convaincu les uns de classer Braga parmi les cités pérégrines⁷, les autres, attentifs aux transformations de l'urbanisme révélées par la stratigraphie due aux récents programmes de fouilles, de l'intégrer au nombre des cités ayant bénéficié des promotions municipales flaviennes⁸. L'évolution récente des recherches sur le droit Latin m'incite à poser la question sous un angle nouveau, dans la mesure où elles mettent en cause certaines affirmations sur la nomenclature urbaine et sur les liens entre urbanisme et promotion juridique.

1) LE STATUT DE LA VILLE CRÉÉE PAR AUGUSTE

La date de la naissance de la ville n'est ni précisément connue, ni problématique: la situer entre 3 a.C. et 4 p.C. n'est pas satisfaisant⁹. Les

⁴ Le tableau proposé par R. WIEGELS, *Die Tribusinschriften des römischen Hispanien. Ein Katalog*, Berlin, (Madriider Forschungen Band 13), 1985, p. 100 (= WIEGELS, *Tribusinschriften*), doit être complété et amélioré. Les indices documentaires pour les tribus Papiria et Sergia sont trop aléatoires pour être mentionnés (Cf. P. LE ROUX et A. TRANOY, *As nécropoles de Bracara Augusta. B. Les inscriptions funéraires, Cadernos de Arqueologia*, 6-7, 1989/1990 [1992], p.188 et 223 [= CA, Inscriptions]). Pour la Galeria, il faut ajouter *CIL*, VI, 3349 (gentilice Pontius qu'on retrouve dans *CIL*, II, 2424): cf. P. LE ROUX, *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris, (Publications du Centre P. Paris 8), 1982, p. 214, n° 151 (= LE ROUX, *L'armée*).

⁵ Cf. *RIT*, 299 et 308; l'ensemble de la série des textes concernant les flamines (252-317) montre bien que la formule ne leur était pas réservée.

⁶ *CIL*, II, 2424, en l'honneur d'un centurion-chevalier, à l'époque de Trajan, vraisemblablement (TRANOY, *Galice*, p. 202).

⁷ H. GALSTERER, *Untersuchungen zum römischen Städtewesen auf der iberischen Halbinsel*, Berlin, (Madriider Forschungen Band 8), 1971, p. 30 (= GALSTERER, *Städtewesen*); B. GALSTERER-KRÖLL, *Untersuchungen zu den Beinamen der Städte des Imperium Romanum*, *ES*, 9, 1972, p. 113 (= GALSTERER-KRÖLL, *Beinamen*). Ces auteurs réagissent contre les excès de A. Schulten en particulier.

⁸ Cf. TRANOY, *Galice*, p. 200-203 et ALFÖLDY, *Asturia*, p.514-515, qui pensent que H. Galsterer fait preuve d'une trop grande prudence. Le statut augustéen retenu est alors celui de ville pérégrine stipendiaire. Pour une mise au point récente: M. MARTINS et M. DELGADO, *Historia e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta*, *CA*, 6-7, 1989/1990 [1992], p. 12-37 (= *CA*, *Historia*).

⁹ C'est celle retenue dans *CA*, *Historia*, p.14: le titre de mon article (= LE ROUX, *Origines*) sur l'inscription à Agrippa le Jeune a parfois été interprété au pied de la lettre; je n'ai jamais suggéré que le document en question permettait de fixer le moment précis de la fondation de la ville; j'attirais seulement l'attention sur le dossier se rapportant à la période augustéenne et aux premières décennies de l'histoire d'une ville créée de toutes pièces.

inscriptions dynastiques relatives à cette période témoignent surtout de ce que Braga avait déjà pris forme et que la première étape de son installation était en quelque sorte achevée¹⁰. Il faut sans doute faire remonter la décision de fondation au voyage d'Auguste dans la péninsule en 16/15 a.C., essentiel pour la réorganisation provinciale après les longues guerres de pacification contre les Astures et les Cantabres¹¹. Il paraît acquis qu'aucun établissement pré - ou protourbain n'a précédé l'*oppidum* d'Auguste¹². La fondation entre donc dans un schéma augustéen bien documenté: avec ou sans transfert de population, le nouveau pouvoir romain et monarchique redistribua l'espace selon des critères politiques et administratifs, fondés sur l'appréciation de la situation culturelle et historique d'une région et établit les centres urbains en fonction de ce canevas¹³.

Le texte de Pline l'Ancien définit sans équivoque le rôle de Bracara Augusta. Chef-lieu du peuple dont elle porte le nom, la ville fut instituée comme *caput* d'une *civitas* conformément à une politique de diffusion systématique d'un modèle d'organisation locale du territoire provincial emprunté aux traditions gréco-romaines¹⁴. C'est ce que traduit aussi la dénomination retenue pour les dédicaces

¹⁰ Il convient de corriger l'analyse chronologique de LE ROUX, *Origines*, p.156-157: Agrippa Postumus est encore *Marci filius* et n'a donc pas encore été adopté; on est avant 4 p.C. Il est probable que la statue a pris place dans un ensemble dédié à la famille impériale, édifié à temps pour être inauguré lors de la légation de Paullus Fabius Maximus entre 4 et 1 a.C. (*CIL*, II, 2422, 5123; *EE*, VIII, 280; l'inscription à Caius ou à Lucius César est mal rapportée et la nature du dédicant, *Callaecia*, est aussi problématique: elle pourrait résulter d'un télescopage entre deux dédicaces consacrées à l'un et à l'autre des princes de la Jeunesse, fréquemment associés et honorés comme membres de la *domus* impériale au même titre que Postumus).

¹¹ La date de 16/15 a.C., semble s'imposer à l'intérieur de la fourchette 16/13, établie naguère par R. Syme (cf. TRANOY, *Galice*, p. 146), au regard du dossier. Récemment, R. ETIENNE, L'horloge de la *civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie, *REA*, 94, 1992-n°3-4, p. 362, va même jusqu'à retenir la date de 16 a.C.

¹² *CA*, *Historia*, p. 15.

¹³ Strabon, III, 4, 20, offre le meilleur éclairage sur la politique augustéenne; voir aussi C. GOUDINEAU, Les provinces de Gaule: problèmes d'histoire et de géographie, *Mélanges Pierre Lévêque*, 6, 1990, p. 161-176. Les transferts de population sont illustrés par le texte de Florus, II, 59-60. Sur les problèmes méthodologiques définis à propos de la Gaule: C. GOUDINEAU, *La ville antique*, dans *Histoire de la France urbaine*, Paris, 1980, p. 88-100 (= GOUDINEAU, *Ville*). Voir encore B. CUNLIFFE, *Greeks, Romans and Barbarians. Spheres of interaction*, Londres, 1988, p.125-128.

¹⁴ La formule *quos super Gallaecia* (cf. TRANOY, *Galice*, p. 65, 149 et 328) ne permet pas, à mon avis, d'affirmer que la ville avait autorité sur une région qui dépassait le territoire de la cité des *Bracari*. Outre qu'il serait plus juste de corriger *Gallaecia* en *Gallaeci*, il semble bien que le texte vise à distinguer *Bracari* et *Gallaeci*. Comme l'a proposé A. Tranoy, les *Bracari* devaient s'étendre à l'est des *Gallaeci* vers le sud, atteignant même le Douro. L'inscription d'Alpendurada (A. COELHO FERREIRA DA SILVA, Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento, *Gaia*, 2, 1984, p. 47) va aussi dans ce sens; cependant elle est fragmentaire et après *Bracari* on peut aussi bien restituer *Augustani* que *et Callaeci* ou encore autre chose. Il est conforme à ce que l'on peut savoir par ailleurs de penser que les *Bracari* augustéens regroupaient des populations de nom varié à l'origine.

collectives d'époque augustéenne, *Bracaraugustani*¹⁵. Elle ne diffère de *Bracari* que par le fait qu'elle privilégie le centre urbain dans lequel s'incarne la cité, mais la réalité est sans ambiguïté: Pline parle bien de *Bracarum oppidum Augusta*¹⁶. Le territoire de cette *gens* ou *populus* était très étendu¹⁷. Comme pour *Asturica Augusta*¹⁸ et *Lucus Augusti*¹⁹, l'unité qui a prévalu est celle adoptée dans les provinces celtisées et peu urbanisées selon les critères romains²⁰: une ville promue au rang de capitale locale, éclipsant toute agglomération concurrente, et en charge d'une cité correspondant dans la mesure du possible aux limites de souveraineté d'un ancien peuple considéré comme prééminent et comme suffisamment nombreux²¹.

Bien qu'il contienne des erreurs, des incongruités et des obscurités ou des lacunes²², le document plinien propose une base digne de foi et logiquement structurée quand il s'agit de comprendre comment l'administration romaine classait ses populations et ses territoires. La trame est géographique et se fonde sur des listes de peuples et de villes regroupées selon deux types de sources: des itinéraires et des descriptions proprement géographiques d'une part, des listes alphabétiques fondées sur les catégories administratives et sur les statuts politiques de l'autre²³. Le problème est celui de la mise à jour des bilans, qui n'est que partiel et n'obéit pas à des motivations uniformes. S'il y a bien, au moins pour les provinces

¹⁵ Cf., *supra*, n. 10. Cette dénomination montre seulement qu'on privilégie l'*oppidum* au sein de la *civitas*, à cause du rôle politique prééminent de la ville et à cause du nom qui évoque le fondateur impérial. L'organisation en *civitas* dès cette époque ne peut être en cause; c'est aussi une question d'habitude de langage et la mention plinienne de *civitates* ne peut être attribuée à la mise à jour de ses listes sans autre argumentation.

¹⁶ *N.H.*, IV, 34, 111.

¹⁷ Cf. TRANOY, *Galice*, p. 64-66.

¹⁸ L'adjectif *Asturica* est évidemment ici l'équivalent d'*Asturum* et n'indique rien d'autre que le territoire dont la ville était le chef-lieu, indépendamment des futurs développements de l'histoire administrative que la dénomination urbaine n'entendait pas anticiper. C'est sans doute à Astorga (cf. aussi, *supra*, n. 3) que s'applique tout particulièrement la phrase de Florus, II, 59-60, sur l'installation de la ville à l'emplacement du camp d'Auguste: LE ROUX, *Origines*, p. 158.

¹⁹ L'absence d'ethnique n'est en rien la preuve que *Lucus* s'affirmait dès le départ comme le chef-lieu de tous les peuples de la région. Le nom de la ville souligne le lien avec le site et ne peut être interprété autrement que comme un simple toponyme indiquant que ce lieu était consacré à la personne d'Auguste, comme dans le cas des deux autres cités.

²⁰ Cf. par ex., A. CHASTAGNOL, *Les cités de la Gaule romaine, Sept siècles de civilisation gallo-romaine vus d'Autun*, Autun, 1985, p. 85-100 (= CHASTAGNOL, *Cités*).

²¹ CHASTAGNOL, *Cités*, p. 86-91.

²² La bibliographie plinienne sur ces questions est surabondante et les problèmes ont été soulevés depuis longtemps: cf. par ex. l'Introduction de J. DESANGES, éd. du Livre V, 1-46, sur l'Afrique, CUF, 1980. La lecture de D. DETLEFSEN, *Die Anordnung der geographischen Bücher des Plinius und ihre Quellen*, Berlin, 1909, demeure indispensable. Les remarques et réflexions qui suivent reposent sur une lecture assidue des descriptions concernant principalement l'Hispanie et les Gaules.

²³ C. NICOLET, *L'inventaire du Monde. Géographie et politique aux origines de l'Empire romain*, Paris, 1988, p. 183-185.

d'Hispanie, des évaluations globales en accord apparent avec la suite de l'inventaire, elles ne semblent prendre en compte que la situation transmise par l'époque augustéenne²⁴. En outre, suivant que la zone décrite était déjà structurée et organisée conformément aux modèles civiques de Rome ou suivant qu'elle ne l'était pas, les incertitudes et l'impression de confusion augmentent. Or - le souci de Pline d'un tableau initial en est aussi le témoignage - l'exigence d'une clarification administrative par la diffusion d'un cadre fondamental désigné sous le nom de *civitas* s'est imposée avec Auguste, mais elle a succédé à l'établissement des documents dont s'est inspiré l'érudit. Ce que n'opère pas Pline pour les régions restées indigènes c'est la fusion entre *populi* et *civitates*, même si, sur des registres différents, les termes sont de fait équivalents et si les peuples jugés dignes d'être nommés ensuite sont ceux qui ont été transformés en *civitas*²⁵. L'exposé sur le conventus de Clunia, zone de transition entre les régions urbanisées et romanisées et les régions rurales en est l'illustration: au lieu d'une appréciation globale assortie d'un récapitulatif des cités remarquables, comme pour les trois conventus précédents, Pline subdivise sa liste en ensembles ethniques constitués d'un certain nombre de *populi* ou *civitates* mal distingués entre eux²⁶. On observe alors que les *populi* du Nord-Ouest sont, au total, les moins nombreux²⁷ et qu'il n'emploie *civitas* que pour le conventus de Bracara Augusta, comme pour signifier que les villes dignes de ce nom y sont seules présentes en quantité non négligeable²⁸. Dans ce passage, Bracara n'est même pas citée; il faut attendre les pages précédant la description de la Lusitanie pour qu'elle soit mentionnée, ce qui

²⁴ Pline est tributaire de sources confectionnées au cours de la conquête et plus ou moins mises à jour ensuite à l'époque d'Auguste. Quand il ne s'agit pas de communes de citoyens Romains ou de villes latines, il ne retient que les groupes susceptibles d'évoquer quelque chose au public auquel il s'adressait, souvent au fait de l'histoire des conquêtes provinciales. Les notations plus contemporaines tiennent ou à son expérience ou au hasard de l'information ou encore à leur caractère remarquable.

²⁵ L'évaluation initiale recense 179 *civitates* pour l'ensemble de la province de Citérieure et leur ajoute 293 *contributae*, ce qui fait un total de 472 *civitates*, selon sa propre formulation. Pourtant, quand on additionne les chiffres des *populi* ou *civitates* classés ensuite par conventus, on n'obtient qu'un total de 292 communautés dans lesquelles sont assurément intégrées les 179 annoncées au départ. On peut expliquer le fait par le décalage entre nombre de villes et nombre de *populi*, source de confusion; on peut aussi penser à des réductions du nombre des communautés par l'intégration de plusieurs *populi* dans une même *civitas*, même si la cité en question a été fondée comme celle d'un seul et même peuple, comme ce fut peut-être le cas pour les *Bracari*.

²⁶ Le vocabulaire plinien est assurément fluctuant, il n'est pas incohérent (Cf. Appendice). Le terme *populus* était commode et justifié, car il s'appliquait, dans le langage officiel, aussi bien à une communauté indigène non urbanisée qu'à une cité comportant un *ordo* et un *populus* ce qui éclaire aussi le passage à *res publica* pour désigner bientôt les communes de la province.

²⁷ Le total de 61 pour les trois conventus, qui peut paraître élevé comparé aux 60 ou 64 cités des Trois Gaules, est relativement peu important dans l'ensemble de la province puisque le conventus de Clunia en contient 69 à lui seul. La population totale de l'Asturie-Galice n'est évaluée, en outre, qu'à 691 000 *capita libera*.

²⁸ *N.H.*, III, 4, 28: *Simili modo Bracarum XXIII civitates...*(cf., *supra*, n. 1).

n'est sans doute pas un hasard à en juger par Strabon²⁹.

Le caractère anachronique du bilan plinien et ses lacunes en ce qui concerne les statuts juridiques des villes interdit de conclure avec certitude au statut pérégrin et stipendiaire de Braga à l'époque augustéenne. On peut assurément exclure le rang colonial et le rang municipal, c'est-à-dire le statut de communauté de droit romain. Celui de ville latine, coloniale ou non, est théoriquement possible puisque Pline ne fait plus de différence entre les cités pour le Nord-Ouest, pas plus qu'il ne s'attarde sur l'évolution du droit Latin dont il ne retient qu'un aspect: le *Latium vetus* ou le *Latium antiquum*³⁰. Pourtant, de nombreux indices permettent de penser que le *ius Latii* a été modifié dans sa conception et dans ses applications à partir de la guerre sociale, comme l'a bien vu E.T. Salmon³¹. C'est, en premier lieu, le texte d'Asconius dans son commentaire sur le discours *in Pisonem* de Cicéron, qui présente les mesures arrêtées par le père de Pompée comme une nouveauté et suggère une transformation du droit Latin coloniaire auquel il faut assimiler le *Latium vetus* de Pline³². C'est encore la politique de César et d'Auguste en Gaule, attestée par Strabon et peut-être par Pline lui-même, dans la mesure où il se contente pour la Narbonnaise de la formule *oppidum Latinum* qu'il n'utilise pas pour l'Hispanie³³. C'est enfin le *beneficium* de Vespasien en faveur de la péninsule Ibérique que Pline utilise comme conclusion de son bilan et comme mise à jour globale justifiant a posteriori les lacunes et les omissions précédentes. Ces textes, qui vont dans le même sens, suggèrent que le droit Latin appliqué aux provinces depuis la guerre sociale avait tendu à dissocier rang colonial et droit latin tout en renforçant son rôle d'instrument de promotion des élites locales conviées à rechercher les honneurs de la *civitas per honorem*³⁴. Le rang de colonie latine pour Braga est peu probable, même si, en théorie, le qualificatif *Augusta* au

²⁹ Cf. III, 4, 20, où les *Callaeci* sont présentés comme une partie de la Lusitanie qui lui a été récemment soustraite au profit de la province de Citérieure.

³⁰ Par ex., *N.H.*, III, 3, 19: *Latinorum veterum XVIII* et 3, 25: *oppidani Latii veteris.*; IV, 22, 117: *Lati antiqui III.*

³¹ E.T. SALMON, *Roman colonization under the Republic*, Londres-Southampton, 1969, p. 126-127.

³² Asconius, *In Pisonianam*, 2-3: *Neque illud dici potest, sic eam coloniam esse deductam quemadmodum post plures aetates Cn. Pompeius Strabo, pater Cn. Pompei Magni, Transpadanas colonias deduxerit. Pompeius enim non novis colonis eas constituit sed veteribus incolis manentibus ius dedit Latii, ut possent habere ius quod ceterae Latinae coloniae, id est ut petendo magistratus civitatem Romanam adipiscerentur. Placentiam autem sex milia hominum novi coloni deducti sunt...* Le droit Latin ancien est présenté comme celui des vieilles colonies Latines, ce qui autorise à penser que Pline y renvoie par les expressions qu'il emploie en parlant de ce droit; il suggère par là aussi que le *ius Latii* octroyé par Vespasien était différent, comme était différent le droit utilisé par Auguste dont il ne fait finalement pas mention.

³³ Sur ces questions, cf. la mise au point de A. CHASTAGNOL, A propos du droit Latin provincial, *Iura*, 38, 1987 [1990], p. 1-24 (= CHASTAGNOL, *Droit*).

³⁴ Pline, *N.H.*, III, 3, 30; Strabon, IV, 1, 12.

féminin en laisse ouverte la possibilité³⁵. Outre qu'il s'agirait d'un statut considéré comme inadapté à l'époque de la fondation³⁶, on peut admettre que Pline aurait relevé le privilège d'une manière ou d'une autre. En revanche, celui de ville latine, à l'image d'un certain nombre de cités gauloises, semble admissible. L'existence de citoyens Romains originaires de Braga et inscrits dans la tribu Fabia et la tribu Galeria, bien que peu nombreux, est un indice favorable chez des gens qui portent des noms indigènes³⁷. La présence d'une communauté de citoyens Romains sous Tibère me paraît être également une donnée à ne pas négliger³⁸. Le surnom *Augusta*, enfin, associé au nom du peuple, exprime plus que le rappel chronologique de la fondation. Il ne faut pas confondre, en effet, ce type de dénomination et les toponymes restreints comme *Iuliobriga*, *Augustobriga*, *Caesarobriga* ou, en Gaule, *Augustomagus*, *Caesarodunum* ou *Augustodunum*³⁹. A l'image d'autres créations augustéennes, y compris de rang colonial⁴⁰, la ville était désignée comme un centre plus noble et plus important que les autres, au même titre que *Lucus Augusti* et *Asturica Augusta*⁴¹. Le droit de porter ainsi le nom impérial traduisait un privilège et un patronage accordé par le prestigieux fondateur, qui avait en même temps confirmé la prééminence des *Bracari* sur les *Callaeci*⁴². Les dédicaces à caractère dynastique, associées en grande partie à la période de légation de Paullus Fabius Maximus⁴³, n'ont ainsi d'autre explication que celle de souligner le lien personnel des habitants avec le premier empereur⁴⁴. Dans ces conditions, est-il admissible qu'Auguste n'ait pas assorti la fondation de

³⁵ Mais cf. GALSTERER-KRÖLL, *Beinamen*, p. 90-92, qui montre les erreurs que peut engendrer un tel principe. Il faut sans doute comprendre *urbs*. Cela ne veut pas dire, à mon avis, que le surnom n'a pas valeur d'indication sur un statut autre que stépendiaire.

³⁶ Comme le laisse entendre la lettre même du texte d'Asconius cité *supra*, n. 32, l'assimilation aux colonies latines par l'octroi du droit Latin n'est pas la preuve que la cité ainsi récompensée pouvait se prévaloir du titre de colonie. Les colonies Latines de César en Narbonnaise ont sans doute repris la tradition ancienne et ne sauraient, je pense, être définies comme des colonies honoraires, car ce titre était réservé aux colonies par excellence, les colonies Romaines; elles ont représenté la dernière vague importante de colonisation Latine proprement dite: cf. aussi M. HUMBERT, *Le droit latin impérial: cités latines ou citoyenneté latine ?*, *Ktéma*, 6, 1981, p. 216-224; CHASTAGNOL, *Droit*, p. 4-7.

³⁷ WIEGELS, *Tribusinschriften*, p. 100. Il s'agit non de bénéficiaires directs, mais de descendants dont l'onomastique n'est pas impériale mais indigène, même quand ils sont militaires.

³⁸ *CIL*, II, 2423.

³⁹ *Augustodunum* est un cas particulier: elle était le chef-lieu de la cité fédérée des Eduens (Pline, *N.H.*, IV, 18, 107).

⁴⁰ Par ex. *Augusta Emerita* (Mérida), capitale de la Lusitanie.

⁴¹ Cf., *supra*, n. 18.

⁴² Cf. TRANOY, *Galice*, p. 64-66.

⁴³ *Ibid.*, p. 328.

⁴⁴ Le faible nombre des *Iulii* enregistrés à Braga ne contredit pas, au contraire, cette interprétation, dans la mesure où les naturalisations par le droit Latin n'entraînaient pas, en principe, l'adoption du nom impérial par les bénéficiaires. A propos des *Iulii*, on notera aussi que l'une des familles de ce

l'octroi d'un statut autre que celui de simple cité sujette ? La présence précoce de citoyens Romains prend alors toute sa valeur. A partir du moment où le statut de cité fédérée n'est pas mentionné par Pline et où, dans le contexte de la fondation, celui de ville libre n'est pas envisageable, il ne reste que la solution de l'octroi du droit Latin destiné aux élites indigènes et probablement aussi au noyau des citoyens Romains installés dans la ville, soucieux de bénéficier du *commercium* et du *conubium*.

Augusta des Bracari était ainsi, selon toute vraisemblance, une ville latine dès sa création, dotée en outre, probablement, de privilèges honorifiques et financiers⁴⁵. La ville proprement dite, l'*oppidum*, constituait l'élément essentiel de la nouvelle cité; c'est dans son périmètre, siège des institutions communales, que le droit Latin prenait son plein effet⁴⁶, même si c'est évidemment l'ensemble de la *civitas* qui était latine. L'appellation *Bracaraugustani* des dédicaces officielles se justifie pleinement dans cette hypothèse: elle met l'accent sur le fait que la communauté des Bracarais tire désormais son identité de la ville devenue son chef-lieu et son centre politique.

2) L'ABSENCE DE PROMOTION MUNICIPALE

Si on souscrit à l'analyse qui précède, la question du rang municipal octroyé par les Flaviens à l'occasion de la latinisation de la péninsule ne se pose plus avec la même acuité, ni dans les mêmes termes. Que pouvait, en effet, lui procurer d'essentiel le statut de *municipium* qui ne fut pas aussi une remise en cause d'avantages acquis depuis la création augustéenne? Les arguments invoqués jusqu'à présent pour conclure à une promotion municipale reposent fondamentalement sur l'inscription de plusieurs citoyens Romains originaires de la ville à la tribu Quirina⁴⁷. La règle ainsi édictée ne tient pas compte de la situation originale des cités latines, à plus forte raison si elles avaient été dotées du *ius Latii* depuis un certain temps. Elle ne peut s'appliquer, me semble-t-il⁴⁸, qu'à des communautés homogènes sur le plan juridique et promues en bloc, c'est-à-dire principalement aux communes de citoyens Romains, municipes et colonies.

nom est inscrite dans la tribu Quirina (AE, 1972, 359 et 1973, 297), ce qui, dans la logique ordinairement suivie, voudrait dire que la citoyenneté remontait aux Flaviens!

⁴⁵ Aucun document ne les atteste expressément, mais on peut rappeler ici les privilèges augustéens de Sabora en Bétique (OLS, 6092) pour s'en faire une idée.

⁴⁶ Cf. l'ex. de Nîmes tel qu'il est rapporté par Strabon, IV, 1, 12.

⁴⁷ Cf. TRANOY, *Galice*, p. 202-204, en particulier.

⁴⁸ Comme le montre WIEGELS, *Tribusinschriften*, p. 4-8, la question de la mention d'une tribu ou d'une autre dans une même communauté n'est jamais abordée que sous l'angle chronologique; il faut y ajouter le statut juridique.

L'inscription dans la tribu Quirina ne prend alors tout son sens, en Hispanie, que dans le cas des communes pérégrines promues au rang de municipes latin en vertu de la décision flavienne, dont elle souligne, par ailleurs, la nouveauté⁴⁹. En ce qui concerne *Bracara Augusta*, la diffusion de la tribu Quirina peut indiquer ou un citoyen d'origine étrangère à la communauté augustéenne de Braga, naturalisé à la suite des dispositions prises par Vespasien et Titus, ou une conséquence d'une mesure administrative de Claude ou de Vespasien lui-même, visant à simplifier les formalités, attribuant la même tribu à tous les nouveaux naturalisés à partir de la date donnée⁵⁰.

Le statut latin de la ville à partir de l'époque flavienne et jusqu'au règne de Caracalla ne peut faire de doute. Les inscriptions provenant des nécropoles urbaines démontrent assez l'importance de la population pérégrine durant cette période pour que l'on conclue à une forme de communauté mixte caractéristique des cités de droit Latin⁵¹. Un rang colonial, remis en honneur dans certaines conditions, serait malgré tout possible⁵². Là encore le silence des sources est gênant, bien qu'il convienne de souligner l'absence de toute mention épigraphique du nom officiel pour la période. Au cas où une évolution du statut serait intervenue, Vespasien serait devenu le refondateur et, comme Hadrien à Augusta des Vindéliciens, n'aurait pas manqué d'ajouter son nom à la nomenclature de la ville⁵³. La fondation d'*Aquae Flaviae* (Chaves), seul municipes flavien attesté dans le conventus, suggérerait peut-être, par son exemple, que sa création cherchait à faire pendant à la fondation augustéenne, sacrosainte⁵⁴, dont elle suivait l'exemple

⁴⁹ Sur le problème de la création des municipes latins: CHASTAGNOL, *Droit*, p. 7-11.

⁵⁰ Cf. note précédente. On observe que dans le domaine de l'épigraphie militaire il est aussi difficile parfois de trancher entre le règne de Claude ou Néron et celui de Vespasien.

⁵¹ Cf. P. LE ROUX, "Municipium Latinum" et "Municipium Italiae": à propos de la "lex Irnitana", *Epigrafia. Actes du colloque en mémoire de Attilio Degrossi*, (Collection de l'Ecole Française de Rome-143), Rome, 1991, p. 565-582; aussi A. CHASTAGNOL, L'onomastique de type pérégrin dans les cités de la Gaule Narbonnaise, *MEFRA* -102 -1990-2, p. 573-593.

⁵² Cf. aussi *supra*, n. 36. La première colonisation honoraire formellement attestée n'est pas, à ma connaissance, antérieure à la promotion de Césarée de Maurétanie sous Claude (Plin., *N.H.*, V, 20: *oppidum ibi celeberrimum Caesarea, ante vocitatum Iol, Iubae regia a Divo Claudio coloniae iure donata*). Une promotion coloniale à Braga aurait signifié l'établissement officiel de colons militaires, ce dont on n'a aucune trace.

⁵³ Ce que n'aurait sans doute pas obligatoirement enregistré Ptolémée ou un itinéraire. Pour le nom *Aelium* du municipes (romain?) d'*Augusta Vindelicorum*: GALSTERER-KRÖLL, *Beinamen*, p. 117, n° 245.

⁵⁴ Sur le municipes d'*Aquae Flaviae* on dispose de plusieurs témoignages épigraphiques: cf. GALSTERER, *Städtewesen*, p. 47 et 69; TRANOY, *Galice*, p. 200-202; J. DE ALARCÃO, *Roman Portugal I*, Wamminster, 1988, p. 31-32 et 39. Le caractère sacrosaint de la ville auguste et augustéenne (à dissocier des manifestations du culte impérial) découlait de la personne même de son fondateur et perdurait tant que la ville n'avait pas failli à la loyauté, ni à la mémoire de son patron divinisé: on ne lui connaît ni révolte, ni trahison digne de la chronique des guerres civiles ou liée à d'autres circonstances malheureuses.

sans vouloir lui porter atteinte.

Dans la liste des flamines provinciaux de Tarragone, les prêtres mentionnés comme originaires de Bracara Augusta entrent dans la série des délégués dont le cursus municipal est décrit par la formule *omnibus honoribus in re publica sua functus*. Celle-ci n'est pas l'apanage des notables issus des cités latines, à plus forte raison du Nord-Ouest. Elle se rencontre pour des personnages dont la patrie est une colonie ou un municipe romain⁵⁵. La *res publica*, à la fin du I^{er} et au II^e siècle, tend à se substituer aux autres formes de reconnaissance de l'identité locale et signifie simplement que la communauté en question est organisée en *civitas* gérée selon les règles romaines de l'autonomie locale⁵⁶. Ville latine non municipale, Bracara Augusta faisait nécessairement partie des *res publicae* et élisait annuellement ses magistrats, pris le plus souvent parmi les décurions qui constituaient l'*ordo* habilité à agir par décret. S'ajoutaient donc des flamines ou prêtres du culte impérial qui contribuaient à la représentation de la cité à Tarragone, la capitale provinciale. Cette situation était déjà, à quelques nuances près, celle qui prévalait à l'époque augustéenne et julio-claudienne. Mais on observe, en outre, par l'étude des inscriptions funéraires d'origine urbaine, que la population comportait une part non négligeable d'individus d'origine servile qui n'étaient ni des agents de l'administration, ni des dépendants de grands personnages, mais plutôt des artisans et des petits boutiquiers⁵⁷. Sans doute le rôle même de capitale de conventus pourrait-il théoriquement suffire à rendre compte en grande partie du phénomène, par l'attraction et le brassage de population qu'il suppose. La comparaison avec Astorga et avec Lugo montre que la réalité est plus nuancée et plus complexe. L'ancienneté de l'intégration d'un élément civique romain en relation avec un statut latin précoce me paraît de nature à le faire mieux comprendre.

On peut ainsi, je crois, faire l'économie d'une promotion municipale flavienne qui n'aurait pas apporté grand-chose de plus à la ville qui s'affirma définitivement à cette époque comme la capitale du conventus⁵⁸. Il n'en reste pas moins qu'on ne peut faire abstraction des observations des archéologues qui ont

⁵⁵ Par ex. pour un prêtre originaire de Carthagène: RIT, 294.

⁵⁶ Cf. *supra* n. 26 et, en outre, S. DARDAINE, Une image des cités de Bétique aux II^e et III^e siècles ap. J.C.: l'emploi du terme *respublica* dans les inscriptions de la province, *Ciudad y comunidad cívica en Hispania en los siglos II y III después de J.C.*, Madrid, 1993, p. 50-58.

⁵⁷ CA, Inscriptions, p. 226-229.

⁵⁸ Cf. LE ROUX, *Bilan*, p. 239-240; pour les problèmes soulevés par la question chronologique: ALFÖLDY, *Asturia*, p. 518-520 et DOPICO, *Tabula*, p. 47-53. Même si des assises judiciaires se sont tenues à Braga dès l'époque augustéenne, il n'y a pas d'indice solide - malgré la *Tabula Lougeiorum* - d'une organisation fixe et bien établie des circonscriptions administratives appelées conventus avant les Flaviens, au moins pour le Nord-Ouest. La réorganisation juridique par l'octroi du droit Latin y imposait plus qu'ailleurs une redéfinition administrative de la région.

été utilisées pour conclure à l'éventualité d'une promotion au rang de municipe avec Vespasien ou Domitien. Fondées sur une fouille minutieuse et une stratigraphie fine du site, repérée en divers points, elles soulignent la pauvreté des structures julio-claudiennes conservées et attirent l'attention sur le départ d'un nouvel urbanisme à l'époque flavienne⁵⁹. Comme pour un grand nombre de villes de la Gaule, l'impression qui prévaut est celle d'une priorité accordée à quelques espaces publics privilégiés dans la première période⁶⁰. Il faut probablement dissocier les faits et chercher une explication dans les rythmes de la croissance de la ville à l'époque julio-claudienne. L'hypothèse d'une architecture fondée sur des matériaux comme le bois et la terre à l'origine est susceptible de rendre compte de la faiblesse des indices conservés concernant les espaces privés⁶¹. L'augmentation de la population et la croissance de l'agglomération induisent une réorganisation de l'espace et justifient le recours à des matériaux plus durables dans un contexte de paix et de rénovation politique, après des années de stagnation et de routine⁶². Dans le cas de Braga, les facteurs favorables à une évolution urbaine sont suffisamment nombreux et contraignants pour qu'on ne s'en tienne pas à l'explication simple de la promotion juridique.

C'est à rétablir la vitalité et la profonde originalité d'une histoire urbaine qu'aboutit la réflexion sur le statut latin de Bracara Augusta. Le caractère auguste de la première agglomération a marqué de son empreinte l'affirmation d'une ville qui réussit à s'intégrer dans une région excentrée et peu romanisée. Cette croissance fut avant tout celle d'une cité indigène, celle du chef-lieu des Bracari qui ont déterminé la postérité du nom parce qu'ils en constituaient l'élément stable et déterminant. Mais, dans le système administratif romain, elle a été choisie pour jouer le rôle d'une capitale régionale, ce qui n'a pu qu'influer sur son destin urbain. Rien ne dit que la progression fut rapide et uniforme, comme rien ne

⁵⁹ CA, Historia, p. 17-30.

⁶⁰ Cf. GOUDINEAU, Ville, p. 237-242.

⁶¹ Lors de la discussion cependant, M. Martins a précisé que la progression des recherches permettait de mieux mettre en évidence des structures augustéennes en pierre, notamment privées. Il convient d'être prudent, mais aussi de ne pas associer trop étroitement et systématiquement statut juridique d'une ville et urbanisme et formes de l'urbanisation.

⁶² L'absence de données suffisantes interdit d'écrire avec la précision souhaitée l'histoire de la période julio-claudienne de Braga. La vision simplifiée d'une croissance linéaire et sous le signe d'une prospérité continue est pour le moins aléatoire, me semble-t-il, surtout si on pense à la remarque de Pline à propos d'Asturica qu'il qualifie d'*urbs magnifica*, ne disant rien de tel pour Braga qu'il devait connaître également. La période claudienne, c'est-à-dire les règnes de Claude et Néron, n'a pas apporté de témoignages nombreux permettant de conclure à une conjoncture très favorable qu'il faut plutôt situer dans la première moitié du II^e siècle, ce qui rend mieux compte de l'épanouissement tardif de Braga au III^e et IV^e siècle (cf. le qualificatif de *dives* chez Ausone): TRANOY, *Galice*, p. 389-404; CA, Historia, p. 20-32.

permet de juger de la prospérité réelle d'un site dont les traces matérielles sont peu importantes. Elle a principalement contribué à acclimater une forme de civilisation politique et urbaine auprès de populations rurales parmi lesquelles existait une élite désireuse de s'adapter et de tirer parti de la pacification romaine. Dans un contexte aussi divers, le *ius Latii* constituait un instrument des plus efficaces pour tenter de concilier les exigences les plus contradictoires et pour asseoir une politique locale indispensable à la tranquillité de l'empire.

APPENDICE

Pline l'Ancien et Bracara Augusta

Pline l'Ancien ne parle que brièvement des Bracari et de Bracara Augusta; en dehors des catégories géographiques essentielles, il ne s'intéresse pas particulièrement à la région tout en mentionnant le conventus Bracaraugustanus. Le statut même de Bracara Augusta n'est pas défini, ce qui ne signifie pas qu'il en fait d'emblée une civitas stipendiaria. En revanche, la notion d'organisation en civitas ressort du bilan de 24 civitates attribuées au conventus. Le tableau ci-dessous classe les catégories pliniennes telles qu'elles apparaissent dans l'ensemble de la description de l'Hispanie, depuis la nomenclature courante jusqu'aux statuts politiques par ordre hiérarchique. La tribu et la formule res publica n'appartiennent pas au registre de la description plinienne des villes et des cités.

Pline l'Anc.	Populus /Civitas	Oppidum	Conventus	Stipendiarium	Liberum	Foederatum	Latium vetus	Municipium (C.R.)	Colonia (C.R.)
Bracari	X								
Bracara Augusta		X	X						
Ius Latii (Vesp.)									

Le tableau montre que Pline ignore l'évolution du droit Latin entre le statut Latin ancien et le statut octroyé par Vespasien aux cités qui n'en bénéficiaient pas encore. Les traits hachurés indiquent que, dans la conception plinienne, la cité de Bracara Augusta se situe entre les deux bornes juridiques et chronologiques marquées par les différents droits Latins.

LA MANO DE OBRA EN LA MINERÍA ROMANA DEL NOROESTE PENINSULAR

por

F. J. Sánchez-Palencia*, A. Orejas*
y M^a Dolores Fernández-Posse**

Resumen: Los trabajos arqueológicos realizados en diversas zonas mineras del Noroeste Peninsular permiten apuntar nuevos datos sobre la mano de obra que participó en ellos. Aunque tradicionalmente se ha admitido para ella un volumen de población muy elevado y un status jurídico esclavo o similar, el registro arqueológico revela pocos cambios demográficos, con una fuerte continuidad respecto al poblamiento indígena prerromano. La población se integra dentro de la estructura social y de los sistemas de producción romanos como individuos libres, aunque ven transformados totalmente sus formas de vida y su articulación territorial dentro de las diversas zonas mineras.

Palabras-clave: Arqueominería. Estructura social. Noroeste Peninsular.

La investigación de las formas de relación establecidas a través del trabajo entre individuos o comunidades en el mundo antiguo es un tema que ha generado gran número de estudios, en especial a partir de las investigaciones sobre el modo de producción esclavista y los posteriores intensos debates que han dado lugar a un buen número de críticas y matizaciones. Sin embargo, frente a la elevada cuantía y diversidad de obras de carácter general, muchas de ellas incluso refiriéndose a toda la Historia Antigua, son contados los estudios concretos efectuados, y menos aún los que realizan un adecuado análisis de la información arqueológica.

Dentro ya del tema que nos ocupa, la mayoría de los estudios insisten en la "marginalidad" de la minería en el conjunto de la economía antigua (básicamente agraria), como también en la excepcionalidad de un trabajo no esclavo en un sistema básicamente esclavista. Efectivamente, contamos con dos documentos de excepcional interés, las leyes de *Vispasca* (Domergue, 1983) y los contratos de *Alburnus Maior* (Russu, 1975, Mrozek, 1968) que nos informan sobre la

* Centro de Estudios Históricos del CSIC.

** ICRBC del Ministerio de Cultura.

peculiaridad del trabajo en estas instalaciones mineras, sin embargo, llama la atención la falta de adecuación de las minas hispanas a estas soluciones documentadas en el Imperio.

Tenemos suficientes datos, de forma que no creemos necesario insistir en un punto por todos admitido, para considerar que las minas de oro del NO peninsular fueron minas del Estado (Domergue, 1990, 279 s., como resumen), explotadas y gestionadas directamente por él, frente a la explotación indirecta como la conocida en los dos casos antes citados de *Alburnus Maior* o *Vipasca* en los que la explotación corría a cargo de *coloni* (*conductores*), es decir, en régimen de arrendamiento.

Nosotros vamos a abordar esta primera aproximación al tema desde la perspectiva de los denominados genéricamente "estudios territoriales". En ellos se tiende a separar ocupación y explotación del territorio como dos procesos diferentes. Tal separación se debe ante todo a causas de índole metodológica e instrumental, ya que se trata de dos aspectos que se apoyan en datos de naturaleza diferente y exigen diferentes técnicas de análisis. Además, en general, el primer aspecto aparece más desarrollado, mientras que el segundo, la explotación, se aborda frecuentemente a partir de documentación incompleta o parcial. No es necesario incidir en la necesidad de no aislar ambos, sin embargo existe una inercia generalizada a mantener en el nivel interpretativo esta disociación que arranca de las diferentes formas de aproximación. En el caso que nos ocupa ahora encontramos una excepcional situación, un punto de encuentro: los núcleos de habitación se encuentran físicamente integrados en las explotaciones, rasgo que no sólo nos pone directamente en contacto con los trabajadores de las minas, sino que nos indica la especial relación establecida que obliga a esta proximidad.

Los datos para este estudio proceden esencialmente de la zona mejor estudiada hasta ahora en relación con el tema dentro de todo el NO: el sector de la cuenca noroccidental del Duero que incluye los ríos Eria (Fernández-Posse - Sánchez-Palencia, 1988), Duerna, Turienzo y Jerga (fig. 1) y la Subfosa de Las Médulas (fig. 2) dentro ya de la cuenca del Sil. Los trabajos realizados por el equipo dirigido por C. Domergue, enfocados muy directamente al estudio de la minería romana, se han visto completados y ampliados por el equipo del que nosotros formamos parte y que en la actualidad desarrolla el proyecto de la Zona Arqueológica de Las Médulas, cuya finalidad última es estudiar las transformaciones sociales que se produjeron en las comunidades que habitaban ese área a raíz de la ocupación y explotación del territorio generada por la minería del oro romana¹. Con tal fin, ha sido imprescindible estudiar no sólo las evidencias

¹ Como resultado de estos trabajos, se posee una amplísima documentación. Las investigaciones dirigidas por C. Domergue se centraron particularmente en la cuenca del río Duerna (Domergue - Martín, 1977; Domergue - Sillières, 1977; Domergue - Heraïl, 1978 y Domergue, 1986 como resumen,

arqueológicas vinculadas a la minería, sino también aquellas otras que reflejan el momento anterior prerromano². La duración del laboreo minero en el conjunto de la zona abarcaría desde el año 15/20, en que se fecha el primer asentamiento de los hasta ahora excavados, La Corona de Quintanilla (Domergue - Sillières, 1977), hasta finales del siglo II o comienzos del III, a partir de cuya fecha no aparece ningún tipo de documentación fehaciente relacionada con las minas de oro del NO.

Vamos a plantear, por lo tanto, el análisis de la mano de obra en las explotaciones auríferas del Noroeste controladas directamente por el Fisco. En primer lugar hay que advertir que lograr determinar su estatuto (entendido como estatuto jurídico) y aunque no es tarea fácil, no supone haber completado el análisis, por más que en muchos casos se ponga así punto final al tema. Un determinado estatuto no conlleva necesariamente unas determinadas condiciones de trabajo, ni una posición social, ni política. En esta primera aproximación al tema, pretendemos abordarlo en tres sentidos:

– Cuál es la condición de la mano de obra: incluyendo aquí su situación jurídica, naturaleza y procedencia.

– En qué términos se establecen sus relaciones con el Estado romano como propietario de las minas.

– La relación de esa mano de obra con la historia de las minas, incidiendo especialmente en su posible papel en el final de las explotaciones

LA CONDICIÓN DE LA MANO DE OBRA

En algunos casos se ha afirmado que la mano de obra de las minas de oro del NO estaba formada por esclavos indígenas, es decir, la población conquistada sometida a esclavitud (Pastor, 1977, 263-5, con bastante rotundidad). En otros casos se ha propuesto que se trataba, efectivamente, de una mano de obra esclava pero no necesariamente de origen local (esclavos públicos, Santos, 1983, 100). Domergue (1986, 42-53 y 1990, 335-351) contempla la posibilidad de que las poblaciones locales fuesen convertidas en esclavos públicos, pero usa como argu-

además de su obra general: Domergue, 1990). A esta misma zona afecta la reciente tesis doctoral de A. Orejas (1993), que incluye también las cuencas del Turienzo y Jerga. Dos de nosotros dedicamos especial atención a las cuencas del Eria y Cabrera (Sánchez-Palencia - Fernández-Posse, 1983 y Fernández-Posse - Sánchez-Palencia, 1988), mientras que los trabajos más concretos sobre la Zona Arqueológica de Las Médulas se encuentran en ejecución (sólo se ha publicado un adelanto: Sánchez-Palencia y otros, 1990).

² Sobre este aspecto, nos remitimos a la comunicación acerca de *Estructura social y territorio en la Cultura Castreña* presentada por M^a D. Fernández-Posse, F. J. Sánchez-Palencia, J. Fernández Manzano y A. Orejas en este mismo Congreso.

mento en contra la posesión de armas por parte de los habitantes de los asentamientos mineros (puñales, cuchillos...) y de cazar libremente por su territorio. Las evidencias epigráficas al respecto son ciertamente pobres, ya que sólo se documenta una sola inscripción en todo el NO con mención de siervo, localizada en Andiñuela, en las cuencas de Turienzo y Jerga (León)³.

Hay que considerar también la posibilidad de la presencia de condenados al trabajo en las minas, *damnati ad metalla*, respecto a la cual no existe ningún testimonio en las diversas zonas mineras hispanas y las referencias generales son más bien tardías, a pesar de las tópicas noticias, en muchos casos sólo orales, del hallazgo de grilletes y sillares a los que se sujetaba a condenados, acogidas frecuentemente con un desmesurado interés.

En último lugar, y junto al texto de Floro (2, 33, 60) que parece indicar claramente que se trata de mano de obra indígena (se refiere concretamente a astures), hay que resaltar que Plinio, autor del texto más explícito y detallado sobre las minas de oro del NO, no hace referencia alguna acerca del estatus de los obreros, a los que califica con el ambiguo término de *operati* (NH, 33, 70).

Respecto a la posible mano de obra libre, a través de la epigrafía se atestiguan un total de 16 individuos (6 más si fueran libres los documentados por graffiti en fragmentos de cerámica). De ellos, 8 se concentran en Três Minas, 3 en la cuenca de los ríos Turienzo y Jerga, 1 más en el Caurel (Lugo) y los otros 4 se dispersan por las cuencas auríferas asturianas. Hay que tener presente, por otro lado, que 9 de ellos, 8 clunienses y 1 uxamense, proceden de fuera del NO, 2 son lucenses, mientras que del resto no conocemos su origen. La primera posibilidad es remitirse a los datos que tenemos sobre otras explotaciones mineras imperiales, en especial, a los datos procedentes de las minas dacias y de Vipasca: es decir, que la mano de obra de las minas estuviese formada por trabajadores libres asalariados (*mercenarii*). C. Domergue (1986, 52 s.) rechaza esta posibilidad por criterios de rentabilidad apoyados en cálculos demográficos a los que más adelante nos referiremos (ver nota 4). Este mismo autor se inclina en definitiva por el carácter indígena de la población minera a partir del antes mencionado texto de Floro y del material arqueológico. No cabe duda sobre la pertinencia de algunos de sus

³ Remitimos a las tablas publicadas por Domergue (1990, 339 s., tablas XVI-XVIII) como repertorio de la mano de obra minera documentada por las fuentes epigráficas. A ellas hay que añadir: dos individuos clunienses más en Três Minas (Wahl, 1988, 238 s); en la cuenca del Narcea, un uxamense (*L. Valerius Postumus*, CIL, II, 5739) documentado junto al castro de Larón, inmediato a las explotaciones de la cabecera del río Ibias, y un lucense cibarco (*Flaus Auledif.*, CIL, II, 5746) cercano a las explotaciones de Ablaneda, al S. de Salas; y el lucense susarro (*Tillegus Ambati f.*, IRPL, 55) de la tabla de hospitalidad del Caurel, encontrada en el Monte Cido, en las inmediaciones de las labores romanas de la cabecera del río Los. En último lugar y dentro de los individuos de estatus no determinable, habría que incluir al *Madrunius* o *Madronius* atestiguado por un graffiti en el Castro de Corporales (Sánchez-Palencia y Fernández-Posse, 1985, 151, fig. 68).

argumentos que le llevan a afirmar que “la mano de obra estaría formada por los Astures que habitaban en las zonas mineras o en sus cercanías; después de la conquista, habrían sido sometidos al trabajo por los romanos, sin perder su estatus libre” (1986, 44). Hasta aquí de acuerdo, pero esto no explica nada, tan sólo da forma a una serie de evidencias y, en último extremo, apunta un estatuto (libre) para estas poblaciones (también Santos, 1983, 98, los llama libres y no ciudadanos).

Hay un aspecto más que no podemos dejar de mencionar ahora, aunque en especial los trabajos de Le Roux y algunas investigaciones para las provincias orientales del Imperio han aclarado de forma definitiva. Se trata de la presencia continúa en tiempo y espacio del ejército en las zonas mineras y su papel en las minas: en el Noroeste su función relacionada en los primeros años del siglo I con el sometimiento militar, enlaza con sus funciones de control, gestión y su papel técnico en las labores mineras (ver en especial Le Roux, 1989, como resumen): construcción de canales, infraestructura, control de la población sin duda.

En resumen, si sintetizamos los datos con que contamos para la zona que nos interesa tenemos el siguiente panorama:

– Ningún elemento permite identificar la existencia de una mano de obra esclava acorde con la gran envergadura de las labores mineras, sin embargo el argumento de más éxito hasta ahora ha sido el *ex-silentio*: no hay huellas de esclavos, luego no los hubo, pero no son descartables.

– La documentación epigráfica de la zona nos presenta un predominio de mano de obra libre en época no precisable, lo que ha dado origen a diversas interpretaciones que luego veremos.

– En las fuentes literarias relativas a la zona no hay ninguna referencia explícita a los trabajadores de las minas descritas por Plinio.

Vamos ahora a centrarnos en el registro arqueológico para intentar extraer de él algunos datos relativos a esta mano de obra.

El rasgo más llamativo es el **aumento del número de asentamientos** en la zona respecto al momento inmediatamente anterior. En el sector estudiado de la Cuenca Noroccidental del Duero (fig. 1: comparar el poblamiento romano con el prerromano de la II Edad del Hierro), frente a 9 castros prerromanos, tenemos 34 castros y otros tantos asentamientos romanos no castreños. Esta evidencia, sin embargo ha resultado radicalmente engañosa: se ha asimilado el aumento del número de asentamientos con un crecimiento demográfico. El análisis realizado para esta zona concreta demuestra que esta afirmación al menos no es generalizable: a partir del cálculo de la superficie habitable de los asentamientos que fueron -al menos parcialmente- coetáneos, se hizo una estimación del número de sus habitantes, llegando a la conclusión de que el volumen de población que habitaba la zona en el siglo I d.C. era sólo muy ligeramente superior (entre 4.025

y 5.360, Orejas, 1993, 576-588)⁴ al de la población de los castros de la etapa inmediatamente anterior (entre 3.582 y 4.478), en otros términos, las superficie habitable es prácticamente la misma.

No obstante, en las cercanas cuencas del Eria y del Cabrera, donde el poblamiento prerromano era lógicamente menos denso, entre unos 500 y 890 (Fernández-Posse y Sánchez-Palencia, 1988, 226-8), por la menor disponibilidad de recursos, sí se produjo un notable incremento de poblamiento castreño romano, entre 1.115 y 3.200, aun disminuyendo la densidad de habitante por ha. de asentamiento y el tamaño de los mismos asentamientos. En la Zona Arqueológica de Las Médulas todavía no se ha realizado una estimación, siquiera aproximada, aunque parece que nos hallamos ante un modelo de ocupación más cercano al del Eria-Cabrera que al de la Cuenca Noroccidental del Duero, puesto que también se trata de un área de escasos recursos naturales y, por otra parte, la envergadura de la minería es notablemente superior.

Del estudio de estas zonas se deduce que lo que ha cambiado es: a) el grado de concentración de la población y b) la distribución global de la misma, ya que se han colonizado áreas antes casi despobladas -por condiciones de habitabilidad en general, incluyendo la ausencia de recursos agropecuarios-.

El segundo aspecto abordado es el análisis de la **morfología de los asentamientos**. En primer lugar de los asentamientos de morfología castreña, aparentemente indiscernibles de los de la etapa prerromana y que conviven con nuevos núcleos (en llano) de diversas morfologías. Su análisis constructivo, espacial y funcional nos permiten afirmar que se trata de rasgos residuales que no responden como antes a una independencia y complementariedad interna, ni a una autosuficiencia y cohesión del conjunto del poblado. En definitiva, se ha producido una ruptura espacial y temporal del modelo castreño.

Ya nos hemos referido hace un momento al análisis de las relaciones espaciales entre los asentamientos (nueva distribución del poblamiento). En este

⁴ Estos cálculos evidentemente no coinciden con los que realizó Domergue (1986, 52 s.) para la Valduerna, inexactos por diversas razones:

a) A partir de las mismas excavaciones y sondeos que él llevó a cabo y por las prospecciones realizadas por A. Orejas (1993) resulta insostenible considerar que sólo tres yacimientos sean simultáneos en la Valduerna.

b) El cálculo de la población se basa en la consideración de La Corona de Quintanilla como modelo, sin tener en cuenta la diversidad de superficies habitables de los distintos asentamientos.

c) Se considera que toda la superficie delimitada del mismo asentamiento-modelo es habitable.

d) La población se calcula como si cada construcción correspondiese a una vivienda o "cabaña", ignorando la diversidad funcional de las edificaciones, deducible a partir del registro arqueológico.

En relación con los tres últimos puntos ya hicimos una revisión (Fernández-Posse - Sánchez-Palencia, 1988, 176-183 y 226-228) de la interpretación que da Domergue de La Corona de Quintanilla, según la cual de los 12.000 m² (12.500 según nuestros cálculos), sólo 4.250 corresponderían a superficie edificada y sus habitantes se reducirían a unos 125, no los 360 que da Domergue.

sentido queda claro que se ha producido una clara ruptura de la independencia territorial que guardaban las comunidades prerromanas (la distancia entre los asentamientos nunca era inferior a los 8 km). Por lo tanto es necesario plantear su estudio a partir de esa tendencia a la agrupación espacial de los núcleos: su proximidad física (entre asentamientos claramente coetáneos) hace imposible la consideración de la existencia de unos territorios de explotación individuales y nos llevó al planteamiento de la posibilidad de que estas comunidades actuaran como “asentamientos múltiples”, es decir, que la complementariedad funcional ha trascendido el ámbito restringido del poblado y se esta produciendo ya sobre todo el territorio.

Desde esta perspectiva abordamos el estudio de las relaciones con los recursos: en primer lugar destaca el desequilibrio en el acceso a los diferentes recursos (que en la etapa anterior garantizaba la tendencia al autoabastecimiento de las comunidades) y, por el contrario, es evidente la importancia concedida en algunos casos claros al acceso a un recurso central: el oro o la infraestructura hidráulica que implica su explotación.

LAS RELACIONES DE LA MANO DE OBRA CON EL ESTADO

Como consecuencia de lo anteriormente expuesto, un dato esencial que tenemos que asumir es que las comunidades indígenas del NO mantienen rasgos específicos que han resultado engañosos, realmente han sufrido importantes alteraciones en las que la explotación del oro tiene mucho que ver.

Lo importante, ahora, es hacer una lectura de estos aspectos, determinados a partir de las diversas fases del análisis morfológico, de forma que podamos acercarnos al estudio de las relaciones sociales que adoptan esta plasmación espacial. En este sentido, vemos que se trata:

– De una población de origen básicamente local, como demuestran los asentamientos y materiales, que se ha visto sometida a una fuerte redistribución espacial.

– Sin embargo sus relaciones han quedado radicalmente alteradas, básicamente hay una ruptura en sus relaciones intercomunitarias y dentro de la comunidad, con un espacio interno que demuestra que se ha perdido la cohesión del grupo, según revelan los diversos niveles de análisis, constructivo, espacial y funcional, de los asentamientos.

– En este mismo sentido y de acuerdo con los análisis morfológicos del territorio, sus posibilidades de acceso a los recursos ha quedado truncada, de forma muy visible en los casos en que un asentamiento o grupo de ellos tiene acceso prácticamente de forma exclusiva a las minas de oro puestas en funcio-

namiento.

¿Qué lectura tienen estas novedades, estas dislocaciones provocadas por la llegada de los romanos y tan claramente relacionadas con las minas? La lectura que se propone es la existencia de una mano gestora a gran escala (podríamos decir a escala regional) que está poniendo en marcha una articulación del poblamiento y de la explotación de los recursos de acuerdo con unos intereses que ya no coinciden con los de las comunidades locales y que genera cambios radicales, aparentemente ocultados por los rasgos de continuidad en la cultura material analizada desde una perspectiva objetual. Vistos en detalle estos rasgos son residuales, ya no responden a un modelo de poblamiento, a una formación social. La intervención se realiza en la planificación global, no en la gestión interna.

Así pues, en el momento en que el Estado puso en marcha las explotaciones, con un carácter no ya artesanal, sino industrial, necesitó un importante contingente demográfico que, lógicamente, tuvo que cubrir de la forma más rentable. En este caso, como hemos esbozado a través de algunos cálculos, resultaba innecesario el trasladado masivo de poblaciones puesto que la reordenación de la población de la zona suministraba un volumen suficiente de mano de obra. No es coherente por lo tanto recurrir al argumento del aporte de poblaciones externas a las áreas mineras, como se ha hecho recientemente aduciendo sobre todo el paralelo de movimientos de pueblos de Dalmacia a Dacia (los *castella dalmata*) bajo el reinado de Trajano, motivados por las necesidades generadas por las minas de oro (Mrozek 1868, 317-21; 1977, 99 y 1989, 163; Daicovicu 1958, 160).

Estamos por lo tanto ante un Estado organizador que permite una cierta libertad, garantiza una gestión global, ordena los circuitos comerciales y de abastecimiento, a cambio de que la población trabaje en sus minas. Un reflejo de esta situación serían los pactos de hospitalidad que vemos proliferar en todo el Norte peninsular; en este caso estamos ante un estado que ejerce de *patronus*, que protege, permite la explotación de determinados recursos, respeta la morfología del asentamiento y la articulación social basada en las estructuras organizativas indígenas (empleándolas en la medida de lo posible como forma de integración) y las comunidades actúan como *clientes* de ese Estado, creando unos vínculos de dependencia que se traducen en *operae* (el trabajo en las minas) y *obsequium*. Este tipo de relación, aunque no a esta escala, arranca de la sociedad romana arcaica, de la forma en que se establecieron las relaciones entre la nobleza patricia y los clientes (Alföldy 1987, 28) basadas en la dependencia personal

La mencionada denominación de libres y no ciudadanos (Santos, 1983, 98), por lo tanto con estatuto peregrino, se ajusta a esta denominación, no así a la de *mercenarii* que el mismo autor añade, puesto que no está documentado ningún tipo de pago, y sí a la de *dediticii* que Domergue (1990, 348, nota 61) menciona de pasada. Es una solución que evidentemente pasa por un sometimiento de las

poblaciones (conquista), ofrece un número suficiente de individuos, no exige una represión constante sobre las poblaciones (pese al levantamiento de astures que testimonia la epigrafía) y es rentable.

El aparato administrativo y las tropas establecidas en la zona actuaban como controladores y garantes del mantenimiento de estas relaciones, según están de acuerdo en señalar prácticamente todos los autores.

Con todo ello no negamos la presencia en las minas de gentes procedentes de otras zonas de la Península, como de hecho se constata en nuestras zonas de estudio, pero no creemos que pueda considerarse como un auténtico movimiento de migración interna (forzada o no). Es más, también aquí es necesario tener más presente la diferenciación funcional de asentamientos que revela el registro arqueológico. Concretamente, existen una serie de establecimientos integrados desde época muy temprana, desde mediados del s. I al menos e incluso desde un poco antes, en las zonas mineras que por sus características destacan del resto de los asentamientos. Nos referimos a la llamada villa de El Soldán (Sta. Colomba de Somoza, León) (Carro, 1934 y Mañanes, 1976-77), indudablemente relacionada con las labores mineras de las cuencas del Turienzo y Jerga y cerca del cual se encontraron tres de las inscripciones de libres conocidas, al yacimiento de Huerña, excavado por Domergue en la Valduerna (Domergue - Martín, 1977), al que nosotros estamos poniendo al descubierto en Las Pedreiras de Lago de Carucedo (inmediato a Las Médulas) o incluso quizás el excavado por Wahl (1988) en Três Minas (sería necesario contar con más elementos de contraste para establecer una diferenciación funcional aquí) y con el que se relacionan 8 de las dieciséis inscripciones de individuos libres, parecen corresponder a una población de un estatuto elevado, claramente diferenciados a través de los mencionados análisis constructivo, espacial y funcional, y que podrían ser perfectamente la sede de ese personal administrativo cualificado que, junto al ejército controla y dirige técnicamente las labores.

LA MANO DE OBRA Y EL FINAL DE LAS EXPLOTACIONES

Los datos con que contamos sobre el final de las explotaciones de oro en el NO peninsular son por todos suficientemente conocidos y nos sitúan entre el final del siglo II y la primera mitad del siglo III:

– Desde el punto de vista administrativo, bajo Caracala encontramos los últimos procuradores de la zona (de *Asturia et Gallaecia*) y su conflictiva conversión en provincia. No hay epigrafía administrativa ni militar posterior a estas fechas.

– El 199 es la última fecha procedente de un asentamiento claramente vin-

culado con explotaciones, el de Huerfía (Domergue - Martin, 1977).

Algunos autores (en especial C. Domergue 1986, 45-46) han establecido una relación directa entre el final de las labores mineras y la naturaleza de la mano de obra empleada en ellas. Así, el citado autor piensa que la situación que él describe fue haciéndose progresivamente insostenible a partir del último tercio del siglo I: cree que la fundación y municipalización (Mangas, 1989) de algunos centros urbanos del Noroeste pusieron en marcha una decidida inserción de los astures en los marcos administrativos y políticos romanos. Empezó a faltar la mano de obra en las condiciones anteriores, y se empezó a recurrir a mano de obra libre asalariada: a ellas pertenecerían buena parte de los individuos libres de las zonas mineras a los que ya nos hemos referido. El proceso avanzaría en esta dirección hasta que el gasto fue insostenible para el estado romano hacia el principio del siglo III.

Este planteamiento puede ser criticado desde varios ángulos:

a) La falta de testimonios sólidos sobre un peso real de la municipalización y de la atracción de centros urbanos (por otra parte muy poco conocidos): en cualquier caso, por ejemplo en Astorga no hay ningún indicio de atracción de población en estas fechas ni hay un despoblamiento en los asentamientos mineros.

b) El final de las explotaciones auríferas en todo el Noroeste presenta un aspecto muy homogéneo (independientemente del agotamiento de yacimientos o de las dificultades técnicas que pudieron desempeñar un papel localmente).

c) En todas las zonas donde se conoce con mayor precisión una mano de obra asalariada hay indicios de la generación de una infraestructura (baños, escuelas..., según testimonian las leyes de Vispasca y las tablas de Alburnus Maior), de una "atención" a esos trabajadores y de la generación de intercambios y circulación monetaria (incluso con las llamadas "monedas mineras"): nada de estos aparece en el Noroeste.

d) Si los planteamientos de Domergue fuesen correctos, desde ese momento (desde el principio del siglo III al menos) tendría que detectarse esa integración de las poblaciones locales, con los considerados como "índices" de romanización.

e) Se apoya en un criterio de rentabilidad erróneo: la rentabilidad no se mide por la relación trabajo-inversión / beneficios, sino por el beneficio que suponía para el fisco el monopolio de la moneda y el control del sistema monetario a través del áureo. En este sentido algunos trabajos recientes han insistido en la imposibilidad de disociar la historia de las minas de la evolución del sistema monetario romano y del volumen necesario de moneda en circulación en cada momento (Crawford 1971, Corbier 1977 y 1989, Howgego 1992). Desde finales del siglo II y culminando en los años centrales del III el áureo sufrió una desmonetización y se metalizó, rompiendo su relación con la moneda de plata y cobre (muy depreciadas). Así aparecen medallas (múltiplos del áureo) y monedas

montadas como joyas. El último intento claro por superar esta situación tuvo lugar bajo Caracala que disminuyó el peso y la ley de los *aurei* (relacionable con las medidas administrativas adoptadas para *Asturia et Gallaecia*). Como resultado de este proceso la moneda de oro dejó de tener validez como patrón del sistema monetario y las acuñaciones disminuyeron progresivamente y por lo tanto la explotación del oro dejó de ser rentable para el Estado (Crawford 1970).

Queda claro que no resulta posible atribuir la responsabilidad directa del final de las labores mineras del Noroeste a un cambio cualitativo de la mano de obra y que, sin embargo, sí tiene mucho que ver con los intereses directos del Estado romano. Apenas sabemos nada de las comunidades que poblaban estas áreas mineras a partir del final de la explotación: sus huellas quedan reducidas a algunos atesoramientos y a restos de ocupación poco significativos en asentamientos anteriores (como es el caso de la Corona de Quintanilla, Domergue 1977, 96), incluso la información procedente de centros de mayor entidad relacionados con las minas, como es el caso de Astorga, disminuye a partir del primer tercio del siglo III d.C.: precisamente este vacío nos da una idea del peso que la actividad minera tuvo en el NO hispano en los dos primeros siglos del Imperio y del impacto que su desaparición causó.

BIBLIOGRAFÍA

- ALFÖLDY, G., *Historia social de Roma*, Madrid, 1984.
- ANDREAU, J., "Recherches récentes sur les mines à l'époque romaine. II. Nature de la main d'oeuvre; histoire des techniques et de la production", *Revue de Numismatique*, 32, 1990,
- ANNEQUIN, J., "Formes de contradiction et rationalité d'un système économique. Remarques sur l'esclavage dans l'Antiquité", *La Pensée*, 244, 1985, 45-63.
- ANNEQUIN, J. - CLAVEL-LEVEQUE, M. - FAVORY, F., *Formas de explotación del trabajo y relaciones sociales en la Antigüedad clásica*, Madrid, 1979.
- BADIAN, E., *Foreign clientelae (264-70 B.C.)*, Oxford, 1958.
- BRUNT, P.A., "Free labour and public works at Rome", *Journal of Roman Studies*, 70, 1980, 81-100.
- CAPANELLI, D., "Aspetti dell'amministrazione minera ibérica nell'eta del Principato", *Minería y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterráneas y Europeas, Coloquio Internacional Asociado, Madrid, 24-28 Octubre, 1985*, II, Madrid, 1989, 138-147.
- CAPANELLI, D., "La explotación de las minas ibéricas y el comercio de metales en la época romana: unas cuantas reflexiones más", *Gerión*, 8, 1990, 227-239.
- CARRO, J., *En la enigmática maragatería. Importantes descubrimientos arqueológicos*. Madrid, 1934.
- CORBIER, M., "Salaires et salariat sous le Haut Empire", *Les Dévaluations à Rome*, 2, Roma, 1980, 79-81.

- CORBIER, M., "Histoire monétaire, histoire des prix, histoire des mines", *Minería y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterráneas y Europeas, Coloquio Internacional Asociado, Madrid, 24-28 Octubre, 1985*, II, Madrid, 1989. 183-194.
- CRAWFORD, M., "Money and exchange in the Roman World", *Journal of Roman Studies*, 60, 1970, 40-48.
- CRAWFORD, M.H., "Le problème des liquidités", *Annales*, 26, 1971, 1228-33.
- CURCHIN, L.A., "Non-slave labour in Roman Spain", *Gerión*, 4, 1986, 177-87.
- DAICOVICIU, C., "Les "Castella Dalmata" de Dacia. Un aspect de la colonisation et de romanisation de la province de Dacie", *Dacia, Nov. Serie*, 2, 1958, 160ss.
- DAVIES, O, *Roman Mines in Europe*, Oxford, 1935.
- DEVALUATIONS A ROME, *Les dévaluations à Rome. Epoque républicaine et impériale (Roma, 13-15 Nov. 1975 (I); Gdansk, 19-21 Oct. 1978 (II))*, Roma, 1980.
- DOMERGUE, C., *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca*, Paris, 1983.
- DOMERGUE, C., "Dix-huit ans de recherche (1968-1986) sur les mines d'or romaines du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique", *Actas I Congreso Internacional Astorga Romana*, 2, 1986, 7-101.
- DOMERGUE, C., *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité romaine*, Roma, 1990.
- DOMERGUE, C. - HERAIL, G., *Mines d'or romaines d'Espagne. Le district de la Valduerna*, Toulouse, 1978.
- DOMERGUE, C. - MARTIN, T., *Minas de oro romanas de la provincia de León, II*. EAE, 94. Madrid, 1977.
- DOMERGUE, C. - SILLIERES, P., *Minas de oro romanas de la provincia de León, I*. EAE, 93. Madrid, 1977.
- DOPICO, M.D., *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria/ Gasteiz, 1988.
- DUSANIC, S., "Aspects of Roman Mining of Noricum, Pannonia, Dalmatia and Moesia Superior", *ANRW*, II, 6, Berlin - Nueva York, 1977, 51-94.
- DUSANIC, S., "The Roman mines of Illyricum: organization and impact on provincial life", *Minería y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterráneas y Europeas, Coloquio Internacional Asociado, Madrid, 24-28 Octubre, 1985*, II, Madrid, 1989. 148-156.
- ESCLAVOS Y SEMILIBRES, *Esclavos y semilibres en la Antigüedad Clásica. Coloquio nº 15 del G.I.R.E.A.*, Madrid, 1989.
- FERNANDEZ-POSEE, M.D. - SANCHEZ-PALENCIA, F.J., *La Corona y el Castro de Corporales II*, Madrid, 1988.
- FINLEY, M.I., *La economía de la Antigüedad*, Madrid, 1975.
- FINLEY, M.I., *Esclavitud antigua e ideología moderna*, Barcelona, 1982.
- FORNI, G., "La provincia della Dacia e la politica romana", *Romania Romana*, 1974, 89-104.
- FRANK, T., *An Economic Survey of Ancient Rome*, 3 vols., Nueva Jersey, 1959.
- GONZALEZ RODRIGUEZ, M.C., *Las unidades organizativas indígenas del área indoeuropea de Hispania (Veleia, anejo 2)*, Vitoria/ Gasteiz, 1986.
- GONZALEZ RODRIGUEZ, M.C. - SANTOS YANGUAS, J., "El caso de las llamadas Gentilitates, revisión y propuestas", *Veleia*, 2-3, 1985-86, 373-382.
- GUEY, J., "L'or des Daces", *Mélanges d'archéologie, d'epigraphie et d'histoire offerts à Jérôme Carcopino*, Paris, 1966, 445-175.

- GUIDO, R., "Liberi e dipendenti nella "Geografia" di Strabone", *Index*, 11, 1982, 245-56.
- HARMAND, L., *Le patronat sur les collectivités publiques, des origines au Bas-Empire*, Paris, 1949.
- HEALY, J.F., *Mining and Metallurgy in the Greek and Roman Worlds*, Londres, 1978.
- HOWGEGO, C., "The Supply and Use of Money in the Roman World 200 B.C. to A.D. 300", *Journal of Roman Studies*, 82, 1992, 1-31.
- JOHNSON, T. - DANDEKER, C., "Patronage: relation and system", *Patronage in Ancient Society*, Londres-Nueva York, 1989, 219-238.
- JONES, A.H.M., *The Later Roman Empire (284-602). A social, economic and administrative survey*, 3 vols., Oxford, 1964.
- LE ROUX, P., *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris, 1982.
- LE ROUX, P., "Exploitations minières et armées romaines: essai d'interprétation", *Minería y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterráneas y Europeas, Coloquio Internacional Asociado, Madrid, 24-28 Octubre, 1985*, II, Madrid, 1989. 171-182.
- MACQUERON, J., *Le travail des hommes libres dans l'Antiquité romaine*, Aix-en-Provence, 1958.
- MAÑANES, T., *El Bierzo prerromano y romano*, León, 1981.
- MAÑANES, T., "Materiales romanos de la villa romana de El Soldán, Santa Colomba de Somoza (León)", *Sautuola*, 2, 1976-77, 227-261.
- MANGAS, J., *Esclavos y libertos en la España Romana*, Salamanca, 1971.
- MANGAS, J., "Esclavos y libertos en Asturica Augusta", *Esclavos y semilibres en la Antigüedad clásica*, Madrid, 1989a, 207-219.
- MROZEK, S., "Aspects sociaux et administratifs des mines d'or en Dacie", *Apulum*, 1968, 307-326.
- MROZEK, S., "Die Goldbergwerke im römischen Dazien", *ANRW*, II, 6, Berlín - Nueva York, 1977, 94-109.
- MROZEK, S., "Le travail des hommes libres dans les mines romaines", *Minería y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterráneas y Europeas, Coloquio Internacional Asociado, Madrid, 24-28 Octubre, 1985*, II, Madrid, 1989. 157-162.
- NOESKE, H.-C., "Studien zur Verwaltung und Bevölkerung der dakischen Glodwerke in römischer Zeit", *Bonner Jahrbücher*, band 177, 1977, 271-416.
- OREJAS, A., *Estructura social y territorio. El impacto romano en la Cuenca Noroccidental del Duero*, 1993 (e.p.)
- PASTOR MUÑOZ, M., *Los Astures durante el Imperio Romano (Contribución a su Historia social y económica)*. Oviedo, 1977.
- PLACIDO, D., "La conquista del norte de la Península Ibérica: sincretismo religioso y prácticas imperialistas", *Mélanges Pierre Lévêque. I. Religion. Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, 367, Paris, 1988, 229-244.
- PROTASE, D., "Lers rapports entre romains et daces dans la province de Dacie", *Assimilation et résistance à la culture gréco-romaine dans le monde ancien. Travaux du VI Congrès International d'Etudes Classiques (Madrid, 1974)*, Madrid, 1976, 493-500.
- ROBERTIS, F.M. DE, *La organizzazione e la tecnica produttiva. Le forze di lavoro e i salari del mondo romano*, Nápoles - Bari, 1948.
- RUSSU, I., *Inscriptile Daciae Romane, I*. Bucarest, 1975 (164-256 para la tabletas de cera de *Alburnus Maior*).
- SANCHEZ-PALENCIA, F.J., *La explotación del oro de Asturia y Gallaecia en la*

- Antigüedad (tesis doctoral inédita)*, Madrid, 1983.
- SANCHEZ-PALENCIA, F.J. - FERNANDEZ-POSSE, M.D. *La Corona y el Castro de Corporales. I.*, Madrid, 1985.
- SANCHEZ-PALENCIA F.J. - FERNANDEZ-POSSE, M.D. - FERNANDEZ MANZANO, J. - ALVAREZ GONZALEZ, Y. - LOPEZ GONZALEZ, L., "La Zona Arqueológica de Las Médulas (1988-89)", *Archivo Español de Arqueología*, 63, 1990, 249-264.
- SANTOS YANGUAS, J., "Cambios y pervivencias en las estructuras sociales indígenas", *Indigenismo y romanización en el conventus Asturum*, Madrid, 1983, 89-106.
- SANTOS YANGUAS, J., *Comunidades indígenas y administración romana en el Noroeste Hispánico*, Bilbao, 1985.
- SCOTT, J., "Patronage or exploitation?", *Patrons and Clients in Mediterranean Societies (E. Gellner-J. Waterbury eds.)*, Londres, 1977, 21-39.
- STE. CROIX, G.E.M. DE, "Slavery and Other Forms of Unfree Labour", *Slavery and other forms of unfree labour. Papers of a workshop held in Oxford, April 1985*, Londres - Nueva York, 1988, 19-32.
- STE. CROIX, G.E.M. DE, *La lucha de clases en el mundo griego antiguo*, Barcelona, 1988.
- VEYNE, P., "Rome devant la prétendue fuite de l'or: mercantilisme ou politique disciplinaire", *Annales ESC*, 34, 1979, 211-244.
- WAHL, J., "Três Minas. Vorbericht über die Archäologischen Untersuchungen im Bereich des Römischen Goldbergwerks 1986/87." *Madridrer Mitteilungen*, 29, 1988, 221-44.
- WALLACE-HADRILL, A., "Patronage in Roman society: from republic to Empire", *Patronage in Ancient Society*, Londres-Nueva York, 1989, 63-87.
- WALLACE-HADRILL, A. (ED.), *Patronage in Ancient Society*, Londres-Nueva York, 1990.
- WOLLMANN, V., "Tablitele cerate din Rosia Montana si datarea "Galeriilor Romane", *Anuarul. Institutului de Istorie si Arheologie Cluj-Napoca*, 19, 1976, 237-57.
- WOLLMANN, V., "Nouvelles données concernant la structure socio-ethnique de la zone minière de la Dacia Superior", *Minería y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterráneas y Europeas, Coloquio Internacional Asociado, Madrid, 24-28 Octubre, 1985*; II, Madrid, 1989. 107-118.
- ZANINOVIC, M., "The Economy of Roman Dalmatia", *ANRW*, II, 6, Berlin - Nueva York, 1977, 796-809.

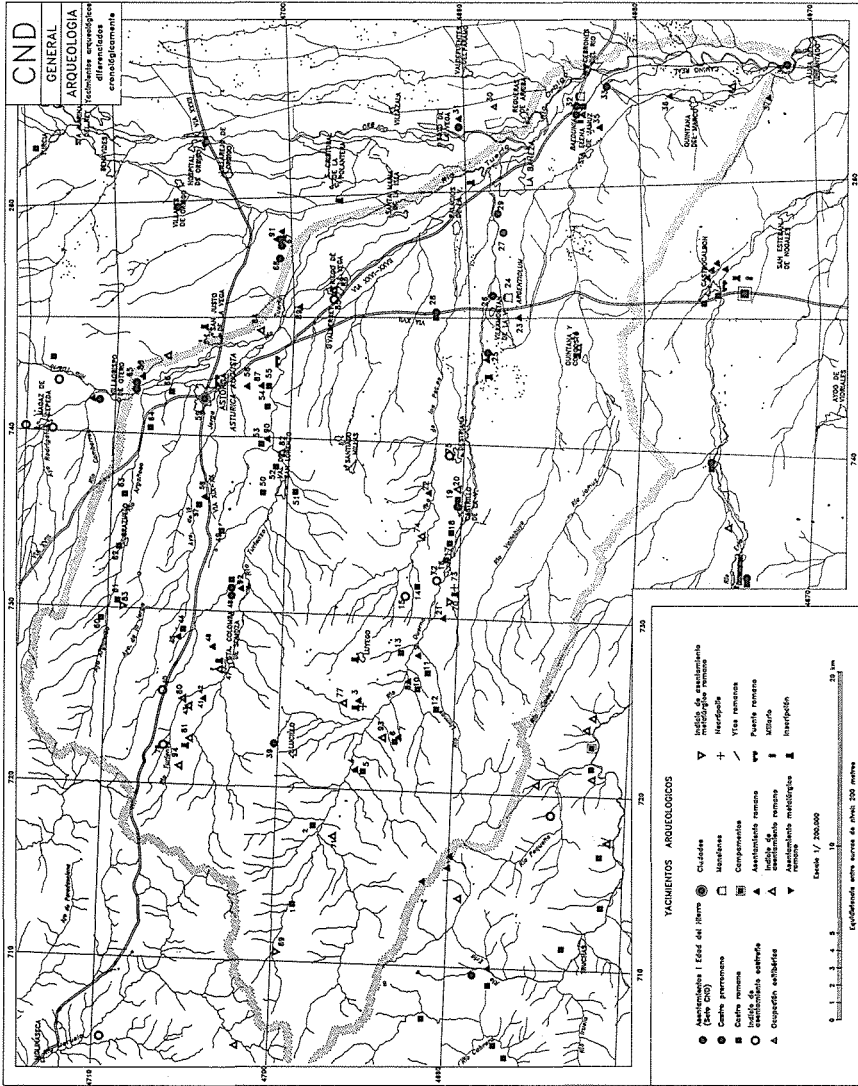


Fig. 1

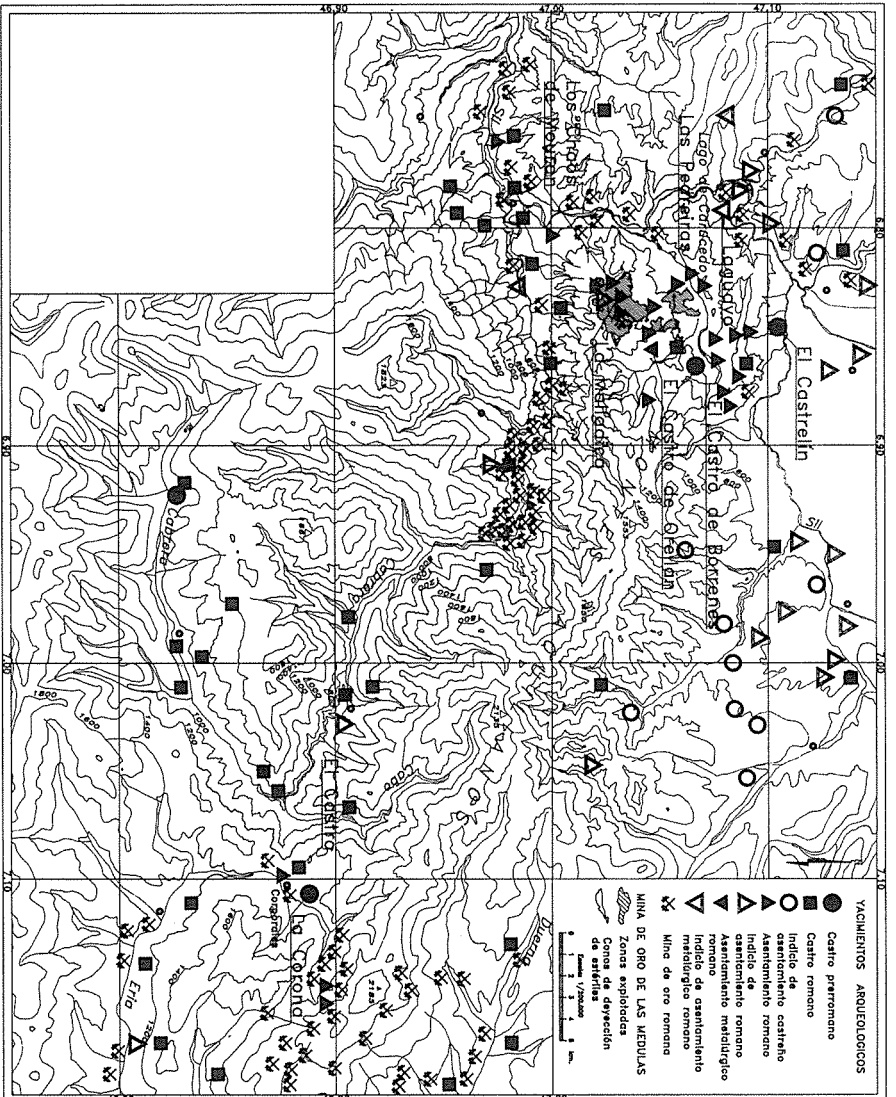


Fig. 2

UN TALLER DE UTILES OSEOS DE LA LEGION IIII MACEDONICA

por

Cesareo Perez Gonzalez* y Emilio Illarregui Gomez*

Resumen: En las excavaciones de San Millán (Herrera) apareció un complejo industrial de trabajo sobre hueso. Su destino final era la realización de mangos y adornos militares. Presentaremos aquí la primicia de este taller inédito de la legión IIII Macedónica. Con todas las fases de fabricación.

Palabras-clave: Taller óseo. Legio IIII. Inédito.

INTRODUCCIÓN

Presentamos en este Congreso un primer avance sobre un taller o fabricante, inicialmente anónimo pero de una u otra forma intimamente ligado con la legión IIII Macedónica tanto en tiempo cronológico como por el lugar físico de su aparición entremezclado con productos metálicos, y sobre todo cerámicos pertenecientes a este cuerpo legionario.

No cabe duda que la importancia y documentación de este hallazgo significa una gran novedad para los estudios hispano romanos puesto que si la bibliografía consultada no nos engaña estamos ante el primer conjunto oséo asignable a un taller concreto, con una ubicación física segura, una cronología cierta aportada por la estratigrafía, material fechable que lo acompaña y lo que tal vez sea más importante: la documentación de un nuevo taller, esta vez no cerámico asignable a miembros de una legión en este caso la IIII Macedónica.

Si en época prehistórica la utilización del hueso está bien atestiguada, y la explotación de los metales parece haber dado un gran golpe a la elaboración del hueso. Los textos griegos y latinos nos hablan muy poco del trabajo del hueso en el mundo clásico.

* Universidad Internacional Sek.

La Historiografía sobre Historia Antigua y Arqueología, inmersa machaconamente sobre algunos temas que en muchos casos ya resultan repetitivos casi nada se ocupan del mundo de los huesos. Salvo, alguna referencia a productos normales y comunes en la mayoría de los yacimientos romanos y largos inventarios en la mayoría de los casos con deficiente o nula interpretación; poco más se puede decir del estudio de los productos materiales óseos en el mundo hispano-romano.

Es curioso como hace unos años, los estudios cerámicos eran reducidísimos teniendo en cuenta que la cerámica es el material arqueológico más abundante en toda excavación de restos antiguos. En la actualidad los estudios cerámicos ya no son tan reducidos, ocupan gran cantidad de páginas en las publicaciones con referencia al mundo clásico.

Habría que preguntarse seriamente si todas aportan algo nuevo muchas se han vuelto repetitivas o refritos para aumentar los currícula.

Con el estudio del hueso trabajado en época romana en Hispania, puede ocurrir algo similar en sus inicios. Nos encontramos ante un producto humilde. Trabajado por artesanos sin prestigio. El hueso es una materia común sin valor intrínseco, no interesa por su estética, ni a los eruditos. Sin embargo un producto tan humilde ha servido para realizar cantidad de objetos muy diversos y de distinta funcionalidad.

En la mayoría de los casos su elaboración genera productos de uso corriente. El hueso era la “joyería de los pobres”. Estaba presente a tenor de lo que conocemos por los restos arqueológicos en la mayoría de las casas del mundo romano.

Nos encontramos por tanto ante un material arqueológico, relativamente abundante en los distintos yacimientos romanos, muy poco estudiado en los trabajos sobre Historia y arqueología romana y que sin duda juega un papel importante y en su mayor parte desconocido en el contexto social e histórico de todo núcleo ya sea rural o urbano de la Hispania romana.

A la hora de afrontar un estudio detenido sobre los útiles de hueso en el mundo hispano-romano nos encontramos con una serie de problemas que podemos resumir en:

- 1 – En la mayoría de los casos presentan difícil datación.
- 2 – Gran parte de los útiles de hueso no se publican en detalle y en muchos casos su reproducción en dibujo o fotografía no presenta un valor relevante.
- 3 – No conocemos o en muy escasos lugares se representan en un plano de ubicación dentro del yacimiento.
- 4 – Los estudios y memorias de excavación han prestado poco interés en buscar una posible funcionalidad a estos útiles.
- 5 – Falta de estudios que determinen el valor real que jugaron los utensilios

de hueso en una sociedad como la romana: en lo económico, lúdico, social, comercial, ocio, etc.

LOCALIZACIÓN Y CONTEXTO

Dentro del programa de excavaciones arqueológicas de Herrera de Pisuerga, a lo largo del año 1989 se procedió a excavar en el Sector C en la finca más conocida como San Millán.

En este lugar se excavó una superficie aproximada de 1.400 m². Por debajo del habitat con estructuras urbanas de época de Nerón y Flavias nos encontramos con un nivel de acarreo conformado por cantos rodados y sedimentos sin material arqueológico que sellaba los estratos inferiores.

En los niveles sellados por el nivel de acarreo es donde podemos situar todo el vertedero aparecido y de donde proceden los útiles de hueso a los que aquí hacemos referencia. No obstante, es conveniente resaltar que este vertedero forma parte de una zona arqueológica en la que ya con anterioridad habíamos documentado como una zona de ubicación de talleres relacionados con la legión IIII Macedónica. En este sector ya hemos dado a conocer un horno cerámico (la Jericó I) (Pérez González, 1989. 243ss) y otros restos (Pérez González-Illarregui-Fernandez, 1991. 22).

La localización de los restos óseos se efectúa en un vertedero en ladera con orientación de deposiciones O-E.

El material arqueológico que compone dicho vertedero en su nivel V donde aparecen los huesos definen un contexto ya conocido por nosotros donde se engloban productos cerámicos del taller de TARENTIVS alfarero de la LEGIO IIII, Lucernas Loeschke IA y Dressel 4; producciones locales de cerámica común; una producción de ungüentarios con engobe parcial rojizo en su parte superior; y un testar de paredes finas con dos formas nuevas, así como distintos vasos decorados de Terra Sigillata Itálica del taller de M. P. BARGHATES, etc.

TALLER DE HUESOS

Dentro de este importantísimo vertedero en estas líneas queremos resaltar por su importancia a los restos óseos.

Son abundantísimos los restos de hueso, calculados en este momento en unos 15.000 fragmentos, cuando todavía no se han acabado de catalogar.

Entre estos restos podemos distinguir dos grupos:

a) Restos alimenticios: Son los más numerosos y a través de ellos podemos

conocer el uso alimenticio de la población de la época y el panorama ecológico-faunístico de la zona geográfica.

Los más representados son: *Sus Scrofa Ferus*, *Cervus Elaphus*, *Capra Hircus*, *Ovies Aries*, *Bos Taurus*, *Equus Caballus*, etc.

Lo que nos hablaría de una amplia superficie boscosa alternando con espacios abiertos aptos para la ganadería.

b) Materias Primas: En el vertedero nos aparecen materias primas cuidadosamente seleccionadas con un criterio de experto tallador.

No nos encontramos con cualquier tipo de hueso sino que por el contrario vemos que predominan las cornamentas de cérvidos, desechándose otros huesos más porosos o de peor terminación. Esto posiblemente se debe a la abundancia de materia prima con la que debían contar y también a la intencionalidad de la propia pieza que les podía servir.

Con respecto a los huesos que nos interesa y que el artesano elaboraba nos encontramos con varias fases de producción observables a primera vista en el material.

1 – Materia prima en bruto: Cornamentas de ciervo, fundamentalmente de machos adultos de gran tamaño. También algún ejemplar de corzo y quizás huesos largos. Estas cornamentas se hallan cortadas por la testuz en su unión con el cráneo. (Fig. I. nº 1-3 y 5).

2 – Materias en proceso de fabricación pero no terminadas: Estos restos, abundantes, están ya desprovistos de su cortex y desvasatados para su trabajo aunque sin esbozar el diseño del útil. (Fig. I. nº 4 y 6).

3 – Objetos en proceso de fabricación: Este tipo lo componen piezas inconclusas y desechadas antes de su terminación. (Fig. II. nº 7 a 11).

4 – Objetos terminados y listos para su uso: Son piezas prácticamente elaboradas y con una capacidad real de uso.

5 – Recortes de talla: Son restos desechados en el proceso de fabricación como elementos sobrantes del útil terminado. (Fig. II. nº 12 a 16).

TIPOLOGÍA DE ÚTILES

Una somera tipología del material nos da los siguientes objetos que se fabricaban:

Mangos de espada (Fig. III. nº 26 y 27), Mangos de cuchillos (Fig. III. nº 28), Mangos de herramientas (Fig. III. 25), Herramientas de alfarero (Fig. IV. nº 40), LLaves (Fig. III. nº 32), Adornos para embutir (Fig. III. nº. 29), Bolillos (Fig. II. nº 17 a 20), Cucharas (Fig. III. nº 32), Agujas (Fig. II. nº 23-24), Acus

Crinalis (minoritarios) (Fig. II. nº 21), dados y fichas de juego (Fig. IV. nº 33-34), chapas de distintos tipos (Fig. III. nº 31), Tesseras acabadas e inacabadas (Fig. IV. nº 35 a 38), píxides (Fig. IV. nº 39) y otros objetos de difícil interpretación (Fig. II. nº 22), etc.

1. Tesserae Lusoriae

Dentro de los objetos curiosos de este taller observamos las distintas piezas de juego. No podemos hablar de que el fabricante fuera un TESSERARIUS puesto que junto a las fichas de juego aparecen otros útiles que nada tienen que ver. Pero es curioso resaltar la presencia de dados y otras fichas de juego de difícil interpretación, tal vez alguna ficha de un LATRUNCVLI, etc. Entre todas ellas cabe destacar por su singularidad las TESSERAE LUSORIAE.

No hace muchos años el Prof. Balil escribía un pequeño artículo en homenaje a Domingo Fletcher sobre las "Tesserae Lusoriae de Ampurias" (Balil, 1987. 331-336) donde reflexionaba sobre estas fichas de juego y recogía las pocas conocidas del mundo romano.

Las cuatro que hoy damos a conocer de Herrera de Pisuegra presentan un gran avance en nuestro conocimiento al ser las primeras TESSARAE LUSORIAE en el mundo romano que podemos asignar a un taller concreto, relacionar con una clientela como es la legionaria y situarlas en el tiempo asignándolas una cronología real como es la época Tiberiana.

Tipología

1 – Pequeña placa de hueso muy pulida de 5.5 cm. de largo por 2.5 cm. de ancho y 0.4 cm. de grosor. La placa se remata en uno de los lados (extremidad superior) por un pequeño apéndice redondo (botón) de 1 cm. con punto central no perforado. Este apéndice sirve para poder tomarla con mayor facilidad y presumiblemente para poder sacar la placa de una bolsa o urna de juego. En el anverso o cara anterior dos líneas incisas que bordean todo el rectángulo enmarcan el rebaje de la cara central donde no lleva ningún tipo de inscripción. (Fig. IV. nº 35).

En el reverso sin rebaje conserva dos círculos incisos con pétalos como radios y una inscripción: ANTE R OTIS en letra capital.

2 – Junto a la placa anterior aparecieron tres más (Fig. IV. nº 36 a 38). Una prácticamente completa a la que falta por terminar el botón. Otra que conserva solo un fragmento y una tercera aparece por la mitad y presumiblemente

rota en el proceso de elaboración.

Consideraciones

Muy poca documentación ha llegado hasta nosotros sobre la elaboración de las fichas de juego y tampoco la arqueología ha apuntado muchos datos sobre ello. Conocemos una inscripción de Roma que nos revela la identidad de un fabricante de dados ARTIFEX ARTIS TESSALARIE LUSORIE (C. I. L. VI, 9927).

En la Península Ibérica, a pesar de existir probablemente ejemplares inéditos en los museos, solo conocemos las dadas a conocer por M. Almagro Basch de Ampurias (Almagro, 1952. 177-180), otra de Sagunto (C. I. L. , II. 6246) y otra de Bilbilis, todas ellas recogidas por A. Balil (Balil, 1987. 332). A ellas tendríamos que añadir las que en este trabajo damos a conocer procedentes de Herrera de Pisuerga (Palencia).

Para el mundo romano sigue vigente el artículo de Hülsen publicado en 1896, donde trato de definir estas plaquitas y recogía 84 ejemplares. (Hülsen, 1896. 226-234) en su mayoría de procedencia Italiana. Con posterioridad se conocen ocho de Delos (Deonna, 1954. 335ss), otras de Magdalensberg (Vetters, 1954. 3ss), etc.

Conocemos plaquitas anepigráficas, pero en su mayoría solían llevar una palabra incisa en su cara anterior. Unas veces suele ser un adjetivo que hace referencia a la buena suerte (BENIGNOS, FELIX, etc.); otras veces se trata de una ironía con referencia al adversario (MALEST, VIX, etc.) o bien un vocativo injurioso (MOECE, EBRIOSE). Sobre la parte posterior suelen llevar inserta una cifra. Las expresiones injuriosas, suelen ir unidas a los numerales mas bajos, mientras las mas agradables o provisorias corresponden con los numerales mas altos.

Las plaquitas de Herrera no llevan nada en su parte anterior y la nº 1 (Fig. IV. nº 35) lleva una curiosa representación de círculos (con pétalos como radios, decoración que se repite comunmente en la epigrafía romana) y el nombre de ANTEROTIS. Posiblemente el genitivo de ANTEROS, el dios del amor correspondido y hermano de EROS.

Es curioso observar como en un mismo taller se hace alusión a ANTEROS y en la píxide a EROS. Tal vez y como suposición sea posible relacionar estas deidades con el mundo legionario al personificar EROS a la amistad diligente que colaboraba en las batallas y aventuras arriesgadas. Y como suposición también es posible que otras Tesseræ llevaran el nombre de los compañeros de EROS, POTHOS que personifica la ansiedad e HIMEROS como personificación

del deseo. Tanto ansiedad como deseo van íntimamente ligados al juego. Otra posibilidad sería que nos encontráramos ante un nombre propio.

2. Cajita de hueso (Píxide)

Fragmentos de píxides ya nos habían aparecido en distintos yacimientos de Herrera de Pisuerga. Pero no en un contexto espacial y cronológico tan claro como la que aquí damos a conocer.

Tipología

Caja de sección circular de apariencia troncónica con una altura de 4 cm. En la parte superior presenta un resalte al exterior que permite adaptar una tapadera el grosor de la pared sin tallar es de 0.5 cm. En su parte inferior se observan dos filetes en rehundido. La pared interior muy alisada se observan las huellas de un torno. Diámetro 3 cm. (Fig. IV. nº 39)

La pared exterior está decorada en relieve con una representación posiblemente de Eros. Similar a un ejemplar de la Colección Samitier Procedente de Bilbilis (En *Arqueología* 92. 1992. p. 78-79. Fig. 44.)

Consideraciones

Este tipo de píxide, al menos los cinco ejemplares que conocemos de Herrera suelen aparecer solo con la pared y en algunas el arranque del fondo. Las bases en su mayoría van pegadas o encoladas.

No son muchas las cajitas de este tipo publicadas en la hispania romana.

Según Alföldi (Alfoldi, 1957. p. 483) podrían según su forma y ornamentación contener tinta, colorantes, alfileres, cósméticos o las mas groseras condimentos. Es discutible que estas píxides en hueso puedan servir de tinteros, puesto que para ello ya conocemos ejemplares en Terra Sigillata y en Cerámica Común incluso en el caso de Herrera con restos de tinta, fechados en época de Tiberio. No tan dudoso se presenta la utilizació como cajas de productos cosméticos o de utensilios de costura (Daremberg, C-Saglio, E, 1969. Fig. 90-91). también es verdad que su uso, mas que en datos fidedignos, viene dado por la comparación de estas píxides con paralelos en otros materiales ya sean de metal, cerámica o madera (Vaulina-Wasowiz, 1974. 145-149. nº 69 Pl. CXXVI-CXXVII. Nº 71 pl. CXXVII)

Paralelos

Se suelen emparentar debido a su forma con la serie de píxides decoradas de los accesorios del arte alejandrino, Eros el más frecuente que contenía la Colección Clercq (De Ridder, 1906. 154-156. nº 189-192. Pl. XXXIX) y que se encuentra en Pompeya (Marangou, 1966, 62-64. Pl. 64. Fig. e) o bien en el Museo de Sigismond de Aime.

Este tipo de cajita cilíndrica se atestigua bien fuera de nuestras fronteras en Delos (con tapa) (Déonna, 1938. 237. nº5181. Pl. LXXVII), Corinto (Davidson, 1952. 136-137. nº 964-965. Pl. 69-70), Ostia (fechaada entre el 50-75 dc) (Carandini Panella, 1973. 272. nº 989. Pl. XCIX), Lyon (Allmer-Dissard, 1888. 566. nº 1816), Intercisa (Alföldi, 1957. 488. nº14. Pl. LXXXIV), Longthorpe (Frere Saint Joseph, 1974. 69. Pl. 37), Tirlmont (Mertens, 1952. 62, Fig. 14), Jarols (Beal, 1981. 14. Pl. III. 6), etc.

En nuestra península conocemos los ejemplares de: Ampurias, fechado en época de Tiberio-Claudio (Almagro, 1955. 161. Fig. 128. 4-181. Fig. 162), Conimbriga (Aларcaо et Alii, 1979. 193. Pl. LIII), Bilbilis y esta de Herrera. Sin duda no son las únicos pero al menos las mas conocidas.

Cronología

Por los datos documentales que tenemos estas cajas se sitúan en el S. I dc, pero tal vez la importancia de esta de Herrera de Pisuerga viene determinada por su aparición en un estrato arqueológico fechado con bastante precisión, entre el año 10 dc y el año 30 dc, o sea en un momento Tiberiano Claro.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. -ETIENNE, R-MOUTINHO, A-ALARCÃO, S DE. (1979): *Fouilles de Conimbriga*, Vol. VII: *Trouvailles diverses-conclusions generales*. Paris
- ALFÖLDI, M. R. (1957): *Intercisa II*. Knochengegenstände Archaeologica Hungarica. Budapest.
- ALLMER, A. -DISSARD, P. (1888): "Trion. Antiquites découvertes en 1885, 1886 et antérieurement au quartier de Lyon dit de Trion". *Mémoires de l'Académie des Sciences, Belles lettres et Arts de Lyon, Classe des Lettres*, Vol. XXV. Paris-Lyon.
- ALMAGRO BASCH, M. (1952): *Inscripciones ampuritanas griegas, ibéricas y latinas*. Monografías Ampuritanas, II. Barcelona.
- ALMAGRO BASCH, M. (1955): *Las necrópolis de Ampurias*, Vol. II: *Necrópolis romanas y necrópolis indígenas*. Barcelona.
- BALIL, A. (1987): "Tesserae Lusoriae de Ampurias". En homenaje a D. Fletcher. *APL*, XVII. Valencia.

- BÉAL, J. C. (1981): "Fouilles de Jarols. 1969-1978. Catalogue des objets en os (II)". *Revue du Geraudan*.
- CARANDINI, A-PANELLA, C (1973): "Ostia, III", Il termi degli Nuotatore". *Studi Miscellanei*. 21. Roma.
- DAREMBERG, CH-SAGLIO, M. E. (1969): *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*. T. V. Graz.
- DAVIDSON, G. R. (1952): *Corinth. Vol. XII: The minor objects*. Princeton.
- DÉONNA, W. (1938): *Le mobilier Délien, exploration archéologique de Délos*. L'Ecole Française d'Athènes. Vol. XIV. Paris.
- FRERE, S. S-SAINTE-JOSEPH, J. K. (1974): "The roman fortress at Longthorpe". *Britannia*, V. Londres.
- HÜLSEN, CH. (1896): *Mittheilungen deutsches archeologische Instituts*. Römische Abtheilung, XI.
- MARANGO, L. (1966): *Benaki Museum, Bone carving from Egypt, Vol. I, Graeco-roman period*. Tübingen.
- MERTENS, J.: "Une riche tombe gallo-romaine découverte á Tirlemont (Belgique)". *AC*, XXI.
- PÉREZ GONZÁLEZ, C. (1989): *Cerámica romana de Herrera de Pisuerga. Palencia-España: Terra Sigillata*. Santiago de Chile.
- PÉREZ GONZÁLEZ, C-ILLARREGUI, E-FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (1991): "Pisoraca, un interesante conjunto romano", *Revista de Arqueologia*. 120. Madrid.
- RIDDER, A. DE. (1906): *Collection de Clercq. Catalogue, T. IV: Les marbres, les vases peints et les ivoires*. Paris.
- VAULINA, M. -WASOWICZ, A. (1974): "Bois grecs et romaines de l'Hermitage". *Ossolineum*. Varsovia.
- VETTERS, H. (1954): *Corinthia*, I.

Est. I

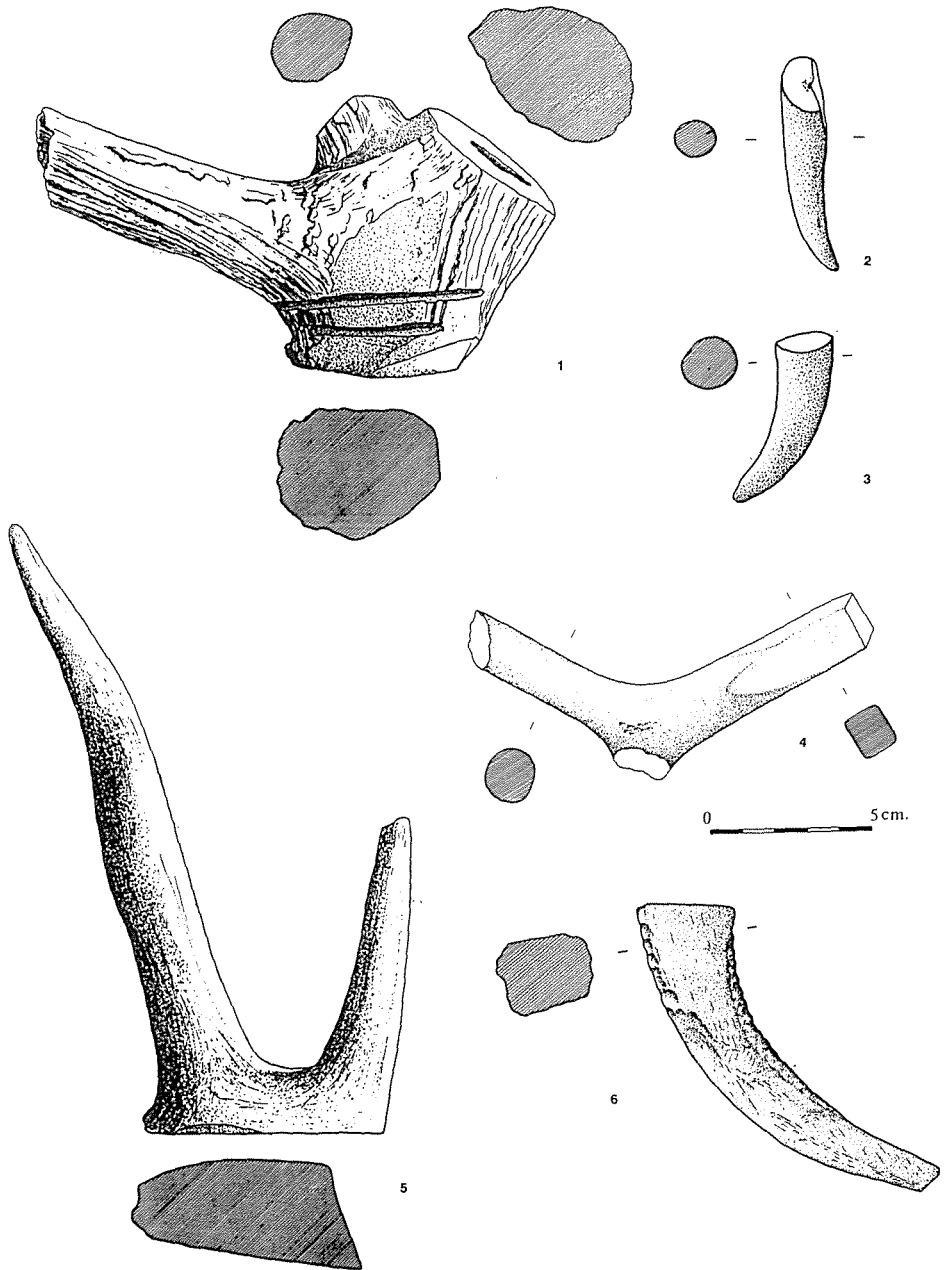


Fig. 1 — Herrera de Pisuergra.

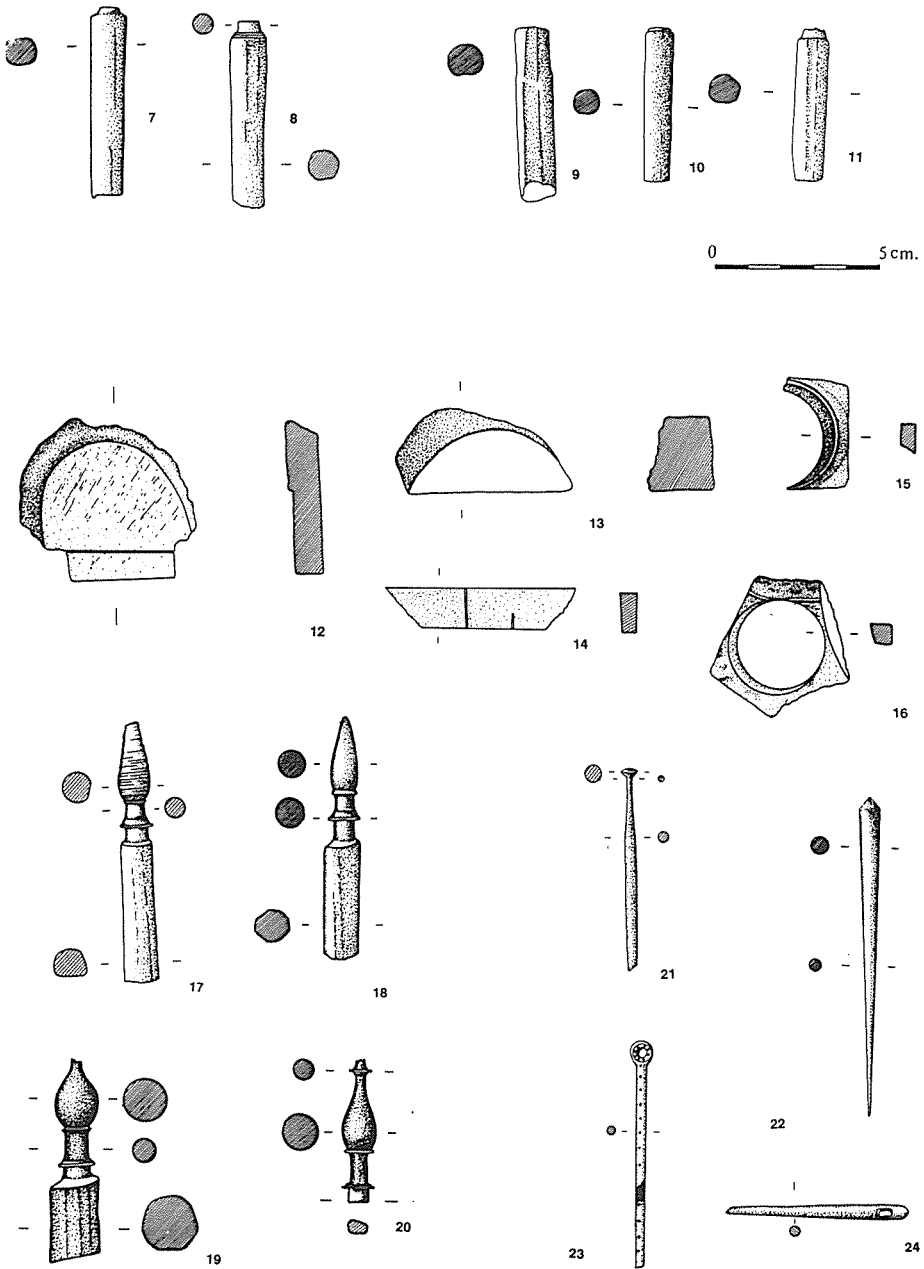


Fig. 2 — Herrera de Pisuega.

Est. III

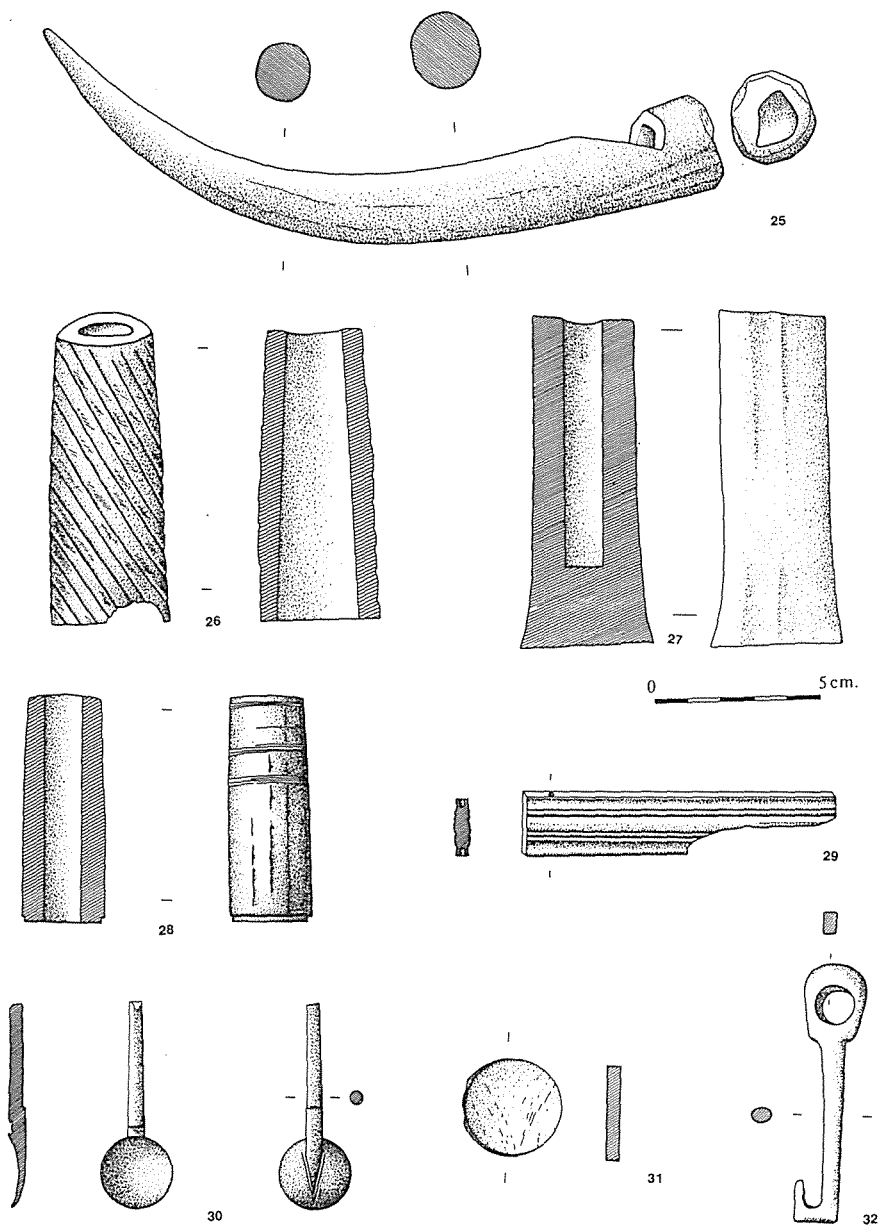


Fig. 3 — Herrera de Pisuerga.

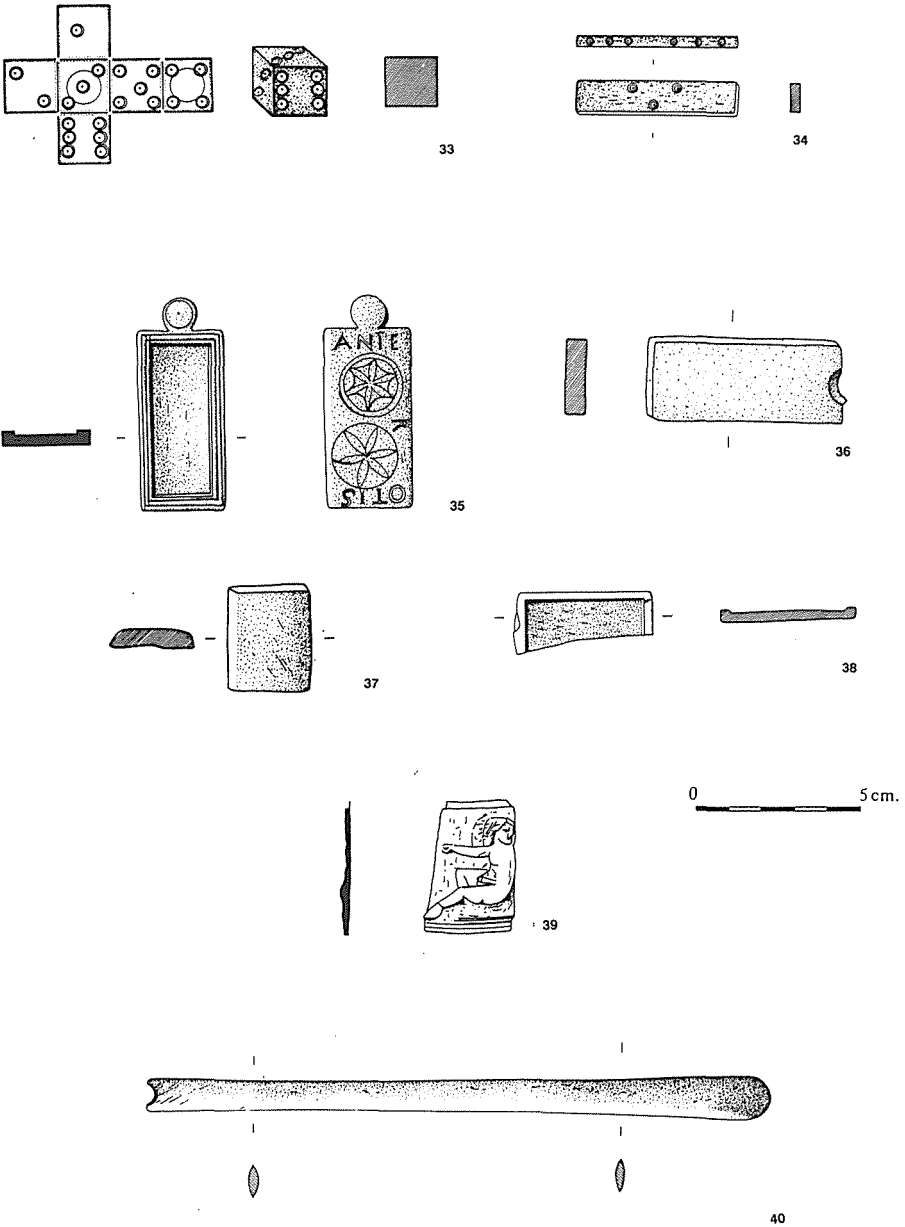


Fig. 4 — Herrera de Pisuerga.

OS BANHOS PÚBLICOS DA *LIBERALITAS IULIA EBORA*. ALGUMAS NOTAS SOBRE O SEU ESTUDO

por

Panagiotis Sarantopoulos

Resumo: Esta comunicação visa uma primeira interpretação alargada do complexo balnear romano identificado no subsolo do edifício dos actuais Paços do Concelho de Évora. Tenta-se interpretar estas estruturas recentemente postas a descoberto, em articulação com os demais edifícios romanos já conhecidos. É também abordada nesta comunicação a problemática do abastecimento de água aos balneários no contexto do sistema hidráulico da cidade romana.

Palavras-chave: Évora. Cidade romana. Balneários.

1. O objectivo desta comunicação é, por um lado, trazer à luz parte do levantamento fotogramétrico de um compartimento (quase totalmente escavado) do complexo balnear para oportunamente efectuar o seu enquadramento tipológico e servir de referência para estudos semelhantes e, por outro lado, tentar dar uma interpretação mais alargada dos vestígios já descobertos e a descobrir no subsolo do edifício dos Paços do Concelho de Évora e dos imóveis limítrofes.

Com a descoberta de referências dos séculos XV e XVI, questiona-se a existência de um aqueduto contemporâneo dos banhos.

A implementação e a articulação com os demais edifícios públicos também é analisada.

O recurso aos clássicos, nomeadamente a VITRUVIO, é outra questão a considerar no âmbito das definições sobre as várias nomenclaturas e a funcionalidade de cada compartimento.

2. Embora existam já três publicações acerca da sala de planta redonda – *laconicum*, já escavada em 1987/88, consideramos oportuno levantar aqui algumas questões relativas ao uso das nomenclaturas e às funções dos vários compartimentos de banhos romanos.

Thermae - devem ser assim denominados os grandes edifícios imperiais e os outros que foram copiados daqueles, cujos principais compartimentos ladeavam

um eixo central e incluíam áreas para a realização de exercícios físicos e de lazer. Ao contrário, com o termo *Balneum* definem-se edifícios mais pequenos que compreendem apenas os compartimentos fundamentais aos banhos (STACCIOLI, 1955, 1958). Por estes motivos, parece-nos prematuro assumir como irrevogáveis as definições até agora empregues, dado que as áreas escavadas são muito limitadas. Pensamos que, com a continuação das escavações arqueológicas, será possível no futuro precisar a nomenclatura dos compartimentos e da estrutura balnear. Por enquanto, sobre o complexo vamos utilizar os termos Banhos Públicos e Balneário.

Questionamos também a classificação da sala redonda como *laconicum* dado que as descrições de VITRUVIO acerca destes compartimentos sempre levantaram dificuldades na sua interpretação. Lugari defende que *laconicum* era o sistema de aquecimento debaixo do *sudatium*. Hartman por seu lado, acredita que as *sudationes* de VITRUVIO eram as absides do *laconicum* onde a temperatura era mais alta. De Angelis D' Ossat aceita que o *laconicum* era uma sala destinada a banhos de vapor, enquanto o *sudatium* era uma simples sala com *hipocaustum*. Delorme defende que o *laconicum* não era destinado a banhos de vapor, mas apenas para provocar sudação.

Observando a planta - Est. III - consideramos o seguinte:

À sala redonda - A - escavada e identificada em 1988 como *laconicum*, acrescentamos agora algumas medidas que nas anteriores publicações não foram incluídas. A espessura das paredes da sala, nas partes mais estreitas, varia entre 1.15 e 0,95 m; a cota do pavimento da entrada original situa-se nos 298,26m; a espessura deste mesmo pavimento, neste ponto é ± 11 cm; a altura entre o pavimento do tanque e o fecho da abóbada do sec. XVI é de 7,30m, algo inferior à altura a que estaria a abóbada romana se os construtores tivessem seguido as regras vitruvianas (as quais para este espaço exigiriam a altura de 9m, igual ao diâmetro); as alturas dos degraus do tanque, de cima para baixo, são 0,32, 0,40, e 0,46 m respectivamente; a dimensão dos tijolos na parede - est. V - varia entre 22 cm(21) x 7 cm.

O arco visível na parte inferior esquerda da est. V conduz-nos à zona - B - (Est. III).As sondagens que efectuámos nesta zona (1991/92) revelaram estruturas relacionadas com o *prae-furnium*. Esta zona foi mais perturbada do que a sala - A -, ao longo dos tempos. Por enquanto não está claro se se trata de aquecimento da sala adjacente ou se era um sistema central que servia várias salas.

A Norte da sala redonda temos indícios de outra sala circular - D -, que somente podemos conjecturar ser formalmente semelhante ao espaço - A - uma vez que a sala - D - ainda não foi escavada, e a sua leitura apenas pode ser tentada através da planta do piso térreo.

A Sudoeste do espaço - A - situa-se o átrio do edifício da Câmara Municipal de Évora. Por baixo do actual pavimento poderão vir a encontrar-se um ou mais compartimentos ortogonais do edifício romano, possivelmente destinados a banhos quentes. Na parte central, inferior da est. V, pode ver-se o fecho de um vão que pensamos dará ligação a esse(s) compartimento(s).

3. O abastecimento de água a Évora com recurso apenas aos poços existentes no seu interior foi sempre problemático. Para superar esta dificuldade, foi construído o aqueduto no século XVI, conduzindo a água da zona da Graça do Divor, onde ela ainda existe em abundância. Já antes da construção deste aqueduto, Mestre André de Resende defendeu a existência de um aqueduto romano. No entanto, em épocas mais recentes a posição de Resende foi muito contestada, com alegações de ausência de referências documentais ou de vestígios arqueológicos que comprovassem o aqueduto romano. Contudo, esta não é a nossa posição. Efectivamente há referências documentais que podem indiciar a existência de um aqueduto anterior ao século XVI, vulgarmente denominado da “Água da Prata” ou “Cano Real”. No espaço intra-muros temos referências à Rua do Cano - por exemplo, em documento de 1412 - LIVRO DO ACENHEIRO, F. 28, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora -, no espaço extra-muros encontramos referências aos “Arcos do Divor” datadas de 1321 (CEC - 3 -II, Códice do Cabido da Sé de Évora).

Relativamente a vestígios arqueológicos da possível existência de um aqueduto romano, feliz foi a descoberta dos Banhos Públicos, cujo funcionamento obrigaria a um consumo de água de tal grandeza que muito dificilmente seria satisfeito sem um aqueduto assim como os tanques de água que circulam o templo romano. Assim admitimos que o Aqueduto da “Água da Prata” reconstruído no século XVI possa tê-lo sido segundo traçado romano, ou utilizado parte do primitivo traçado. Oportunamente tencionamos levar a cabo um estudo do Aqueduto no âmbito do nosso projecto de investigação.

É possível que a implantação do Balneário naquele local possa ter sido condicionada pelo traçado e cotas do Aqueduto. Por isso o estudo da problemática do abastecimento de água à cidade não é menos prioritário do que o estudo dos próprios Banhos.

4. Para os romanos, a cidade ideal devia ter planta hipodâmica. Cruzadas em ângulo recto, as ruas definiriam quarteirões entre si, rectangulares ou quadrados: *insulae*.

Na prática a planta perfeitamente ortogonal é rara. No caso de Évora não houve excepção, o próprio acidentado do terreno (Templo romano: cota - 307m, Balneário - 298,26m, Casa Romana com Frescos ± 295m) não permitiu o urba-

nismo ideal.

À semelhança do Templo, o Balneário - também edifício público - está situado numa zona central da antiga cidade romana, numa plataforma ideal para instalação deste tipo de empreendimentos, e muito próximo daquele monumento - a ± 80 *passus* de distância do perímetro do pórtico do Templo.

A seguir tentamos apresentar as confrontações - est. II - do quarteirão onde se inserem os Paços do Concelho e demais imóveis. Assim temos:

- **Noroeste** do quarteirão: - Actualmente: Rua de Olivença - ocupa parte do demolido Convento do Salvador. - Na época romana: Muralha romana e *pomerium*(?)

- **Nordeste**: - Actualmente: Rua de D. Isabel. - Na época romana: *cardine* que passaria na Rua da Corredoura atravessando a porta romana (a única que sobreviveu), perdendo-se o seu percurso no pátio da casa da Família Fernandes.

- **Sudoeste**: - Actualmente: Praça de Sertório (O mito do Palácio de Sertório sobreviveu neste caso na toponímia). - Na época romana: *cardine* que recentemente foi detectada no logradouro da Casa Nobre da Rua de Burgos (Sede do Instituto Portugues do Património Arquitectónico e Arqueológico - Direcção Regional de Évora) e que se prolongaria em direcção à Praça de Sertório.

- **Sudeste**: - Actualmente: Largo Alexandro Herculano. - Na época romana uma *decumani* poderia partir do Palácio da Inquisição, passando pelo alinhamento do edifício do Instituto do Emprego e Formação Profissional do Alentejo e atingindo o topo da Praça de Giraldo; outra hipótese menos clara poderia ser a de uma *decumani* cujo traçado passaria pela Travessa das Casas Pintadas. Apesar de admitirmos que a cidade romana pudesse não ter um traçado perfeitamente regular, o levantamento topográfico feito pela Arq^a Erica Husmann. do Instituto Arqueológico Alemão, demonstrou que um eixo da sala redonda - *laconicum* do Balneário - é paralelo ao eixo do Templo, e que ambos são paralelos à parede da casa romana com frescos (na Alcárcova de Cima). Assim, podemos admitir que o complexo Balnear poderá ter uma orientação Noroeste-Sudeste e planta rectangular, se bem que esta hipótese precise ser confirmada com escavações arqueológicas.

Qualquer tentativa de reconstituição da quadrícula romana de Évora que se apoie exclusivamente na fotointerpretação não pode considerar-se definitiva. Para um estudo mais integral do problema será necessário analisar também as plantas dos imóveis e perceber as respectivas relações nos quarteirões onde se inserem. Este procedimento fornecer-nos-ia dados para uma melhor compreensão do traçado de Évora e das suas alterações ao longo dos tempos, porquanto é certo que a cidade se foi reconstruindo sobre pré-existências. Estes estudos implicarão igualmente confirmação arqueológica.

5. Aachamos ainda prematuro classificar áreas do complexo sem ter a noção

do seu conjunto, embora seja possível ir procedendo a um estudo comparativo de harmonia com o avanço das escavações.

Pensamos que, para a compreensão do edifício romano encontrado sob os Paços do Concelho de Évora, será importante o estudo de todos os aspectos que lhe possam estar associados: Aqueduto, castelos de água, canalizações, etc.

O levantamento topográfico exaustivo do quarteirão em que se inserem os Paços do Concelho e o progresso das escavações arqueológicas será igualmente fundamental para tentarmos compreender o edifício romano - *Balneum* ou *Thermae*.

Évora, Outubro de 1993.

AGRADECIMENTOS

Registamos aqui os nossos agradecimentos as seguintes instituições e pessoas: Câmara Municipal de Évora; Sr. Manuel Estanislau Vieira de Barahona (Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Évora); Cabido da Sé de Évora; Dr^a Isabel Cid e D. Eduarda Pássaro (Directora e técnica da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora); Dr. Theodor Hauschild (Director do Instituto Arqueológico Alemão - Delegação de Lisboa); Arq^o Miguel Lima; Dr^a Ludovina Grilo; Dr. Manuel Branco; Sr. Francisco Bilou e Sr. Joaquim Duarte pelos apoios manifestados durante a realização deste trabalho.

FONTES MANUSCRITAS

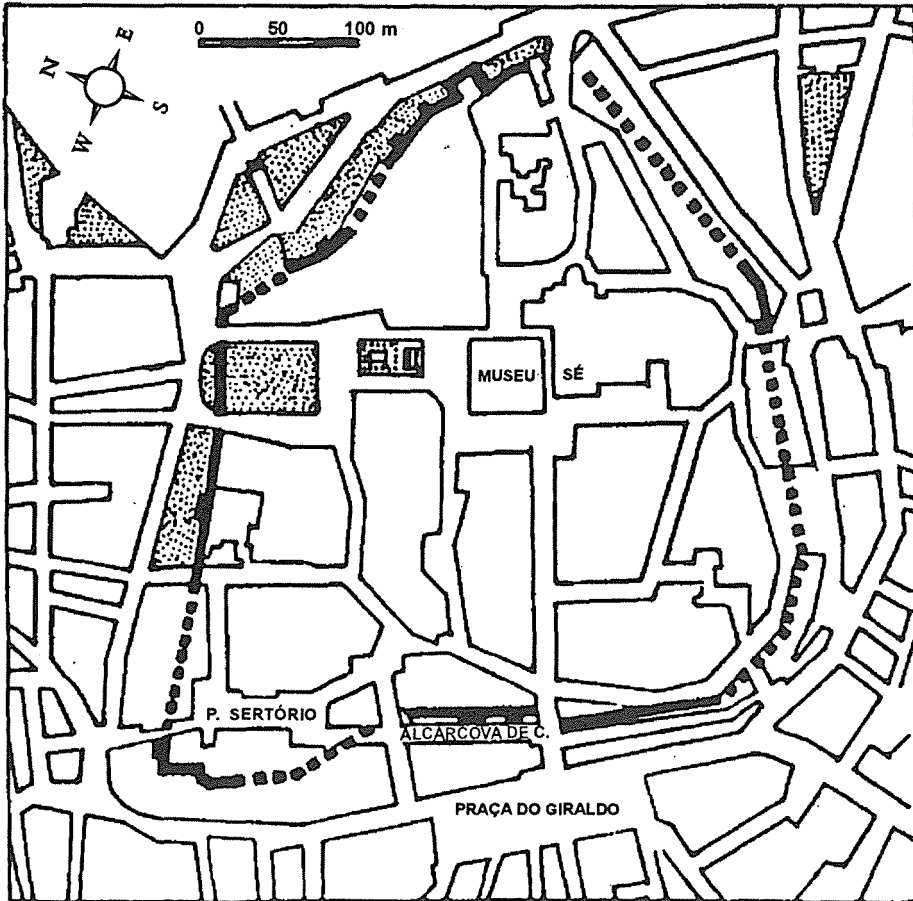
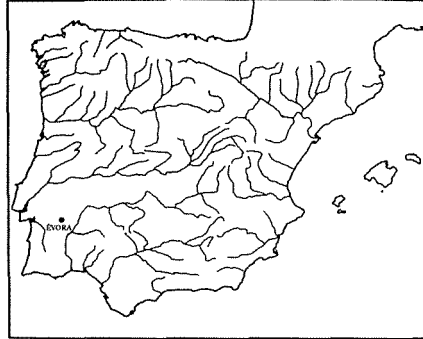
CEC-3-II, Códice do Cabido da Sé de Évora.

LIVRO DO ACENHEIRO, F.28, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora.

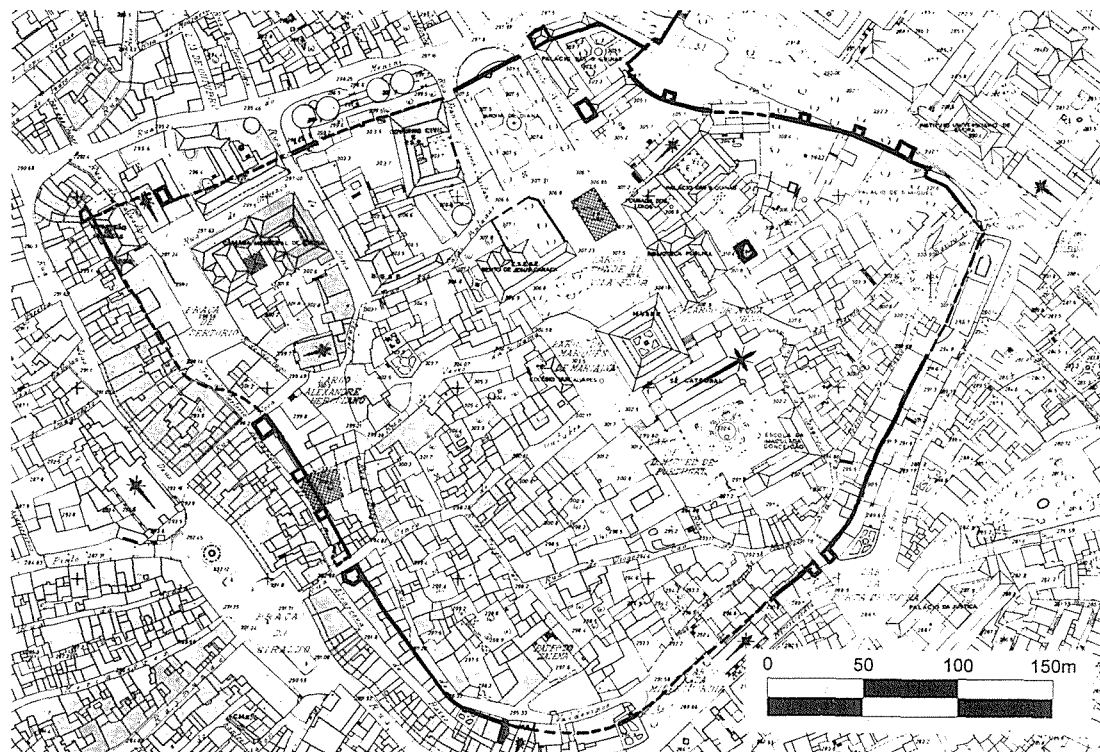
BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, V. H., (1987/88), As termas romanas de Évora. Notícia da sua identificação. Separata de *Hvmanitas*, XXXIX-XL, Coimbra.
- Idem, (1991), As termas romanas de Évora. A estratigrafia do Laconicum. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Lisboa 1990. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- DE ANGELIS D' OSSAT, G. (1943), Tecnica costruttiva e impianti delle terme, Mostra della romanità. *Civiltà romana*, 23, Roma.
- DELORME, J., (1949), Etude architecturale sur Vitruve V, 11, 2, *Bulletin de Correspondence Hellénique*, 73, Paris.

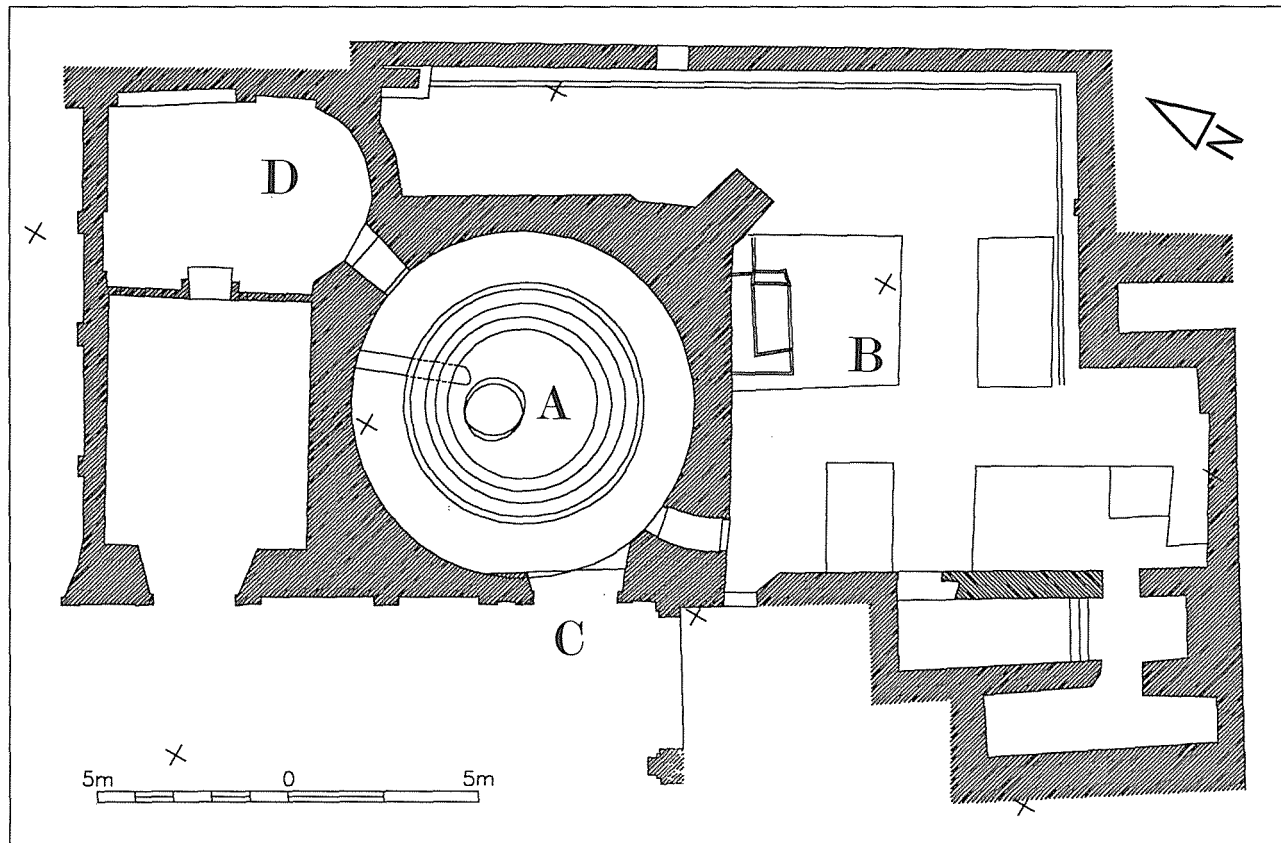
- ESPANCA, T., (1966), *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora*, vol. VII, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.
- GRANGER, F., (1934), *Vitruvius on Architecture*, Loeb Classical Library, London.
- HARTMAN, R., (1920), Das Laconicum der romische Thermen, *Mitteilungen des deutschen archaologischen Instituts*. Romische Abteilung, 35, Mainz.
- HAUSCHILD, T., (1991), El templo romano de Évora, *Cuadernos de arquitectura romana*, 1, Murcia.
- LUGARI, B., (1910), *Il laconicum e la sudatio nell antigo bagno romano*, Dissertazioni della Pontifica Academia Romana di Archeologia, s. II, 10, Roma.
- MANTAS, G., (1987), *As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- MENDES, G., A., (1942) O pavimento romano do Palácio de Sertório, em Évora, *Notícias de Évora*, 12/504, Évora.
- SARANTOPOULOS, P., (1986/87), Os banhos públicos “Thermae” da “Liberalitas Iulia Eborae”. Notícia da sua descoberta nos actuais Paços do Concelho de Évora, Separata de *A Cidade de Évora*, 69-70, Évora.
- STACCIOLI, R. A., (1955), Trasse i terme “pompeiane” a Roma, *Amor di Roma*, Roma.
- Idem, (1958), Sugli edifici termali minori, *Archeologia Classica*, 10, Roma.



Planta das muralhas romanas de Évora - segundo Garcia Bellido e Jorge de Alarcão.

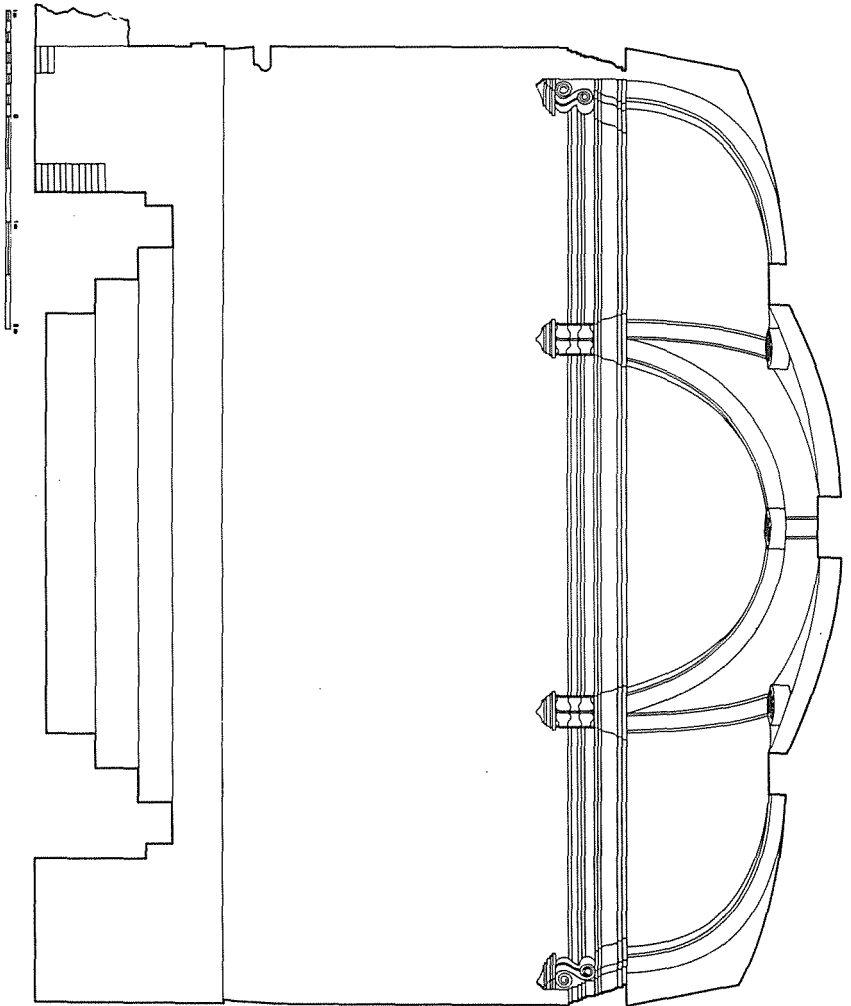


Planta aerofotogramétrica da ARTOP à escala 1:2000 (reduzida aqui) da Cerca Antiga de Évora - seg. Miguel Lima. (————— troços existentes; - - - - - troços hipotéticos; ▨ edifícios romanos).

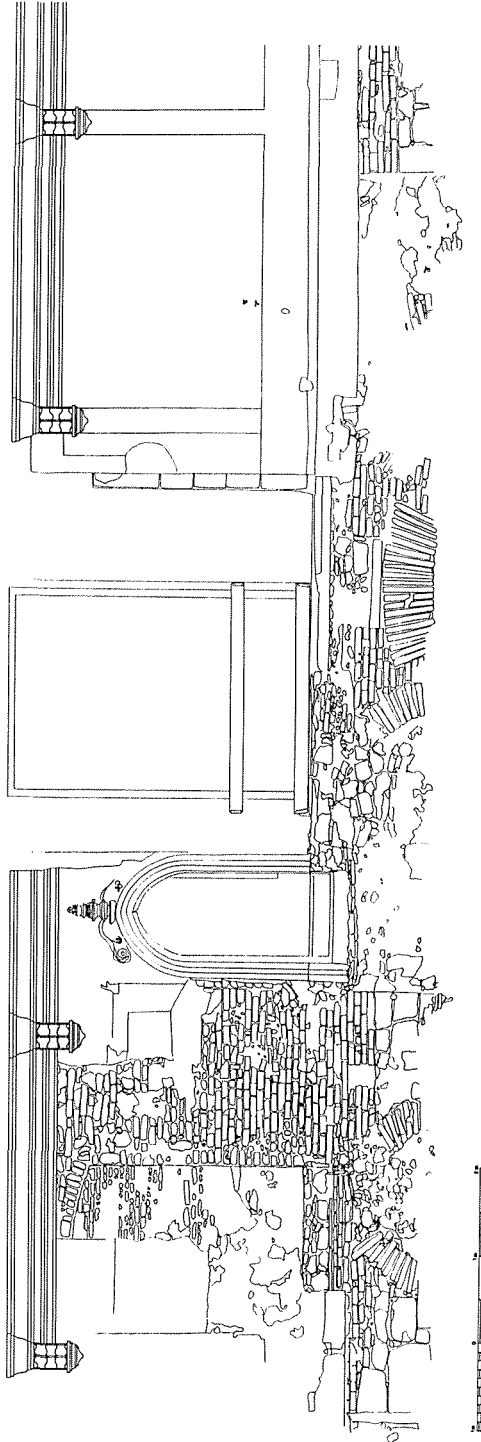


Planta do Balneário Romano (ARTOP): A - *laconicum*; B - *prae-furnium*;
C - sala ortogonal (?); D - sala circular (?).

Est. IV



Corte da abóbada e do *laconicum* na direcção SO-NE (ARTOP).

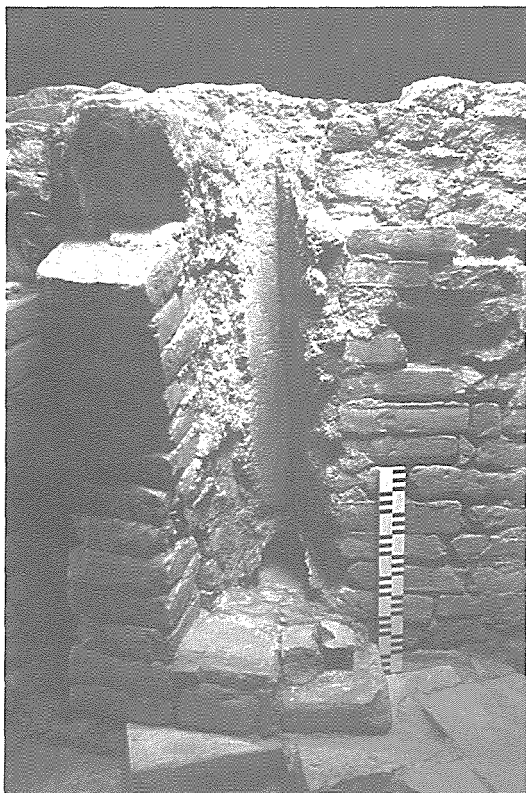


Alçado parcial abrangendo os quadrados Sul e Poente do *laconicum* (ARTOP).

Est. VI



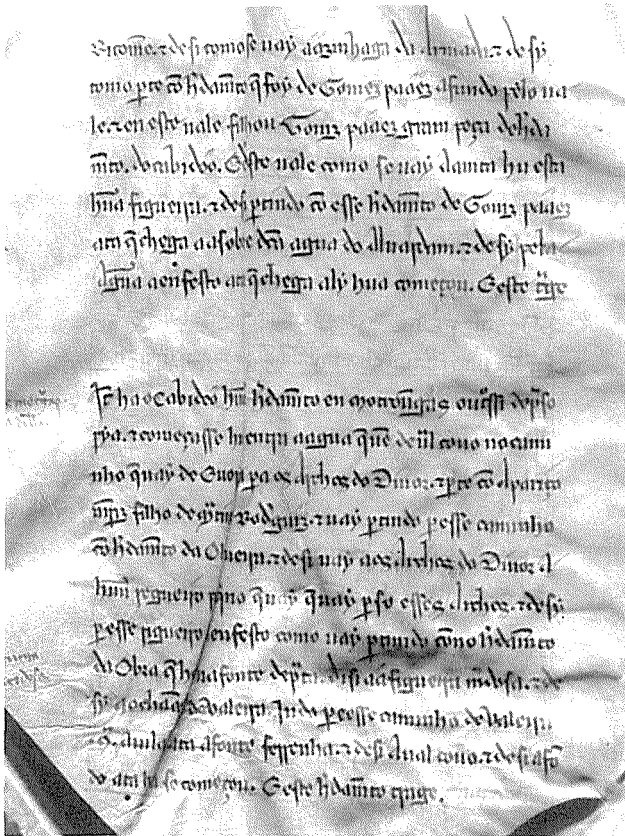
Vista superior do *laconicum*. Foto: CME / M. RIBEIRO.



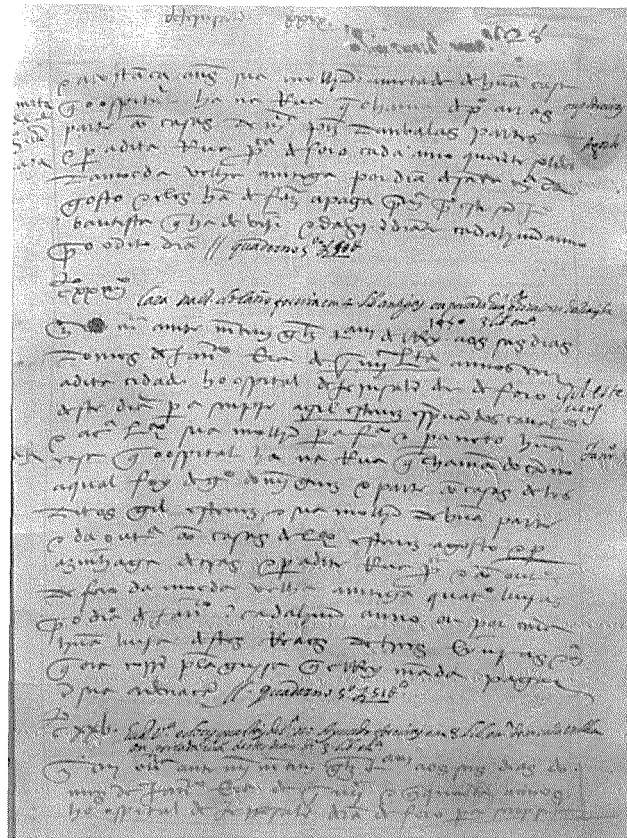
1. Vista da conduita de adução de água ao tanque do *laconicum*.
Foto: CME / M. RIBEIRO.



2. Vista parcial do *hipocaustum* do *laconicum*. Foto: CME / M. RIBEIRO.



1. Extracto do Códice do Cabido da Sé de Évora (CEC - 3-II) com a referência aos “Arcos do Divor”. Foto: A. ALGARVIO.



2. F. 28 do Livro do Aceneiro (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora) com a referência à Rua do Cano. Foto: A. ALGARVIO.

LA CIUDAD DE ARCÁVICA EN ÉPOCA VISIGODA: FUENTES LITERARIAS Y TESTIMONIOS ARQUEOLÓGICOS

por

Rafael Barroso Cabrera y Jorge Morin de Pablos

Resumen: La ciudad de Arcávida fue, en época visigoda, uno de los tres obispados situados en la actual provincia de Cuenca. Apenas aparecen mencionadas en las fuentes de forma directa, si no es por las firmas de sus obispos en las actas conciliares. A pesar de ello, evidencian la importancia de este yacimiento los numerosos restos arqueológicos hallados en torno al cerro que albergó la antigua ciudad celtibero-romana de Arcávida. Pero su interés reside, no obstante, en el problema de la ubicación real del monasterio Servitano: fundado por el norteafricano Donato y sus setenta monjes, su papel se nos antoja fundamental para explicar algunas de las claves arqueológicas del yacimiento y del papel destacado de este monasterio como centro cultural previo al renacimiento isidoriano.

Palabras-clave: Arcávida. Servitano. Eremitorio.

A pesar de ser uno de los monasterios visigodos más célebres, el Servitano continúa planteando no pocos problemas a los investigadores, entre ellos, y seguramente el de mayor importancia, el de su propia ubicación. A través de estas líneas (que no son más que el resumen de un estudio más amplio que esperamos ofrecer en breve), se pretende dar una nueva visión de los datos arqueológicos de la ciudad de Arcávida en época visigoda y su relación con la fundación del abad Donato.

LOCALIZACIÓN

El yacimiento romano de Ercávida (Cañaveruelas, Cuenca) se encuentra situado en el *Castro de Santaver*, en la Alcarria conquense, muy cerca de la raya con la provincia de Guadalajara. Aparece citado con cierta asiduidad en las fuentes visigodas con motivo de la asistencia de sus obispos a los Concilios toledanos,

hecho registrado al menos desde el III Concilio de Toledo (año 589)¹.

Ya el Padre Flórez notó la variedad de denominaciones con que aparece en los distintos autores y manuscritos conservados²; siguiendo el criterio seguido por los manuscritos de la época, hemos preferido utilizar la denominación de Arcávica para la ciudad medieval, diferenciándola así de la Ercávica celtíbera y romana.

En primer lugar, es interesante remarcar la noticia que consigna el mismo Flórez de su cercanía a la ciudad de Recópolis. Según este autor, la nueva urbe se hallaba no lejos de nuestra ciudad, distando "*poco más de dos leguas de Ercávica a la orilla del Tajo entre Sasamón y Zurita*"³. Efectivamente, su situación en las cercanías de la actual Zorita de los Canes (Guadalajara) no dista mucho de nuestro yacimiento, situado en la vía que iba a *Segontia* (Sigüenza) y *Caesaraugusta* (Zaragoza)⁴. La relación entre Recópolis y otras ciudades del entorno alcarreño está atestiguada además por el hallazgo de joyas en Huete y Albendea⁵. El presente trabajo no pretende, en modo alguno, dar a conocer nuevos datos arqueológicos de las excavaciones realizadas en los últimos años en el yacimiento de Arcávica, ya que en la actualidad son objeto de un estudio exhaustivo por parte de D. Carlos Moncó García⁶, sino tan solo incidir en ciertos aspectos ya conocidos de este yacimiento para el periodo visigodo y reinterpretarlos de nuevo según el testimonio de las fuentes literarias⁷.

¹Sobre los obispos asistentes véase: H. FLÓREZ, *España Sagrada Theatro geográfico-histórico de las Iglesias de Esoaña*, t. VII, De la Iglesia Arcavicense o Ercavicense p. 72-79 (desde ahora ES) y GARCÍA MORENO, L. A. *Prosopografía del Reino visigodo de Toledo*. Salamanca, 1974, nº 296-302, p. 131-133.

²ES, t. VII, p. 53-56; LÓPEZ, M. *Memorias históricas de Cuenca y su obispado. Biblioteca Conquense*, V, vol. I, Madrid, 1949 (1ª ed. 1787) p. 122-123.

³ES, t. VI, p. 414 y t. VII, p. 71. Sobre Recópolis, véanse los trabajos de RADDATZ, K. "Studien zu Reccopolis. (1) Die archäologischen Befunde." *MM* 5, 1964, p. 213-233; CLAUDE, D. "Studien zu Reccopolis. (2) Die historische Situation." *MM* 6, 1965, p. 167-194; VÁZQUEZ DE PARGA, L. *Studien zu Reccopolis*. (3). *MM* 8, 1967, p. 259-280 (especialmente, 259-268) y los posteriores de OLMO ENCISO, L. La ciudad de Recópolis y el hábitat en la zona central de la península ibérica durante la época visigoda. *Homenaje al profesor M. Almagro*, t. IV, Madrid, 1983, p. 71-72 y La ciudad visigoda de Recópolis. I *CongHistCM*. t. IV. Toledo, 1988, p. 305-311.

⁴ABASCAL PALAZÓN, J. M. *Vías de comunicación romanas en la provincia de Guadalajara*. Guadalajara, 1982, p. 89; PALOMERO PLAZA, S. *Las vías romanas de la provincia de Cuenca*. Cuenca, 1987, p. 53ss.

⁵BARROSO CABRERA, R. "Dos piezas de orfebrería hispanovisigoda procedentes de Huete (Cuenca) en el M. A. N." *BolMAN*, t. VIII, nº 1-2. Madrid, 1990, p. 83-90.

⁶Quisieramos agradecer al profesor Achim Arbeiter la colaboración que nos ha prestado en la realización de este trabajo.

⁷OSUNA RUIZ, M. "Las relaciones judco-cristianas en la provincia de Cuenca, desde la época romana a los siglos XII-XIII, a la luz de los últimos descubrimientos arqueológicos." *Miscestárhebr*. Granada, 1976, vol. XXV, fasc. 2, p. 151-154 y "Excavaciones arqueológicas en Ercávica. Castro de Santaver, Cañaveruelas (Cuenca). Agosto, 1973." *NAH*, V, 1977, p. 25-28; MONCÓ GARCÍA, C. El eremitorio y la necrópolis hispano visigoda de Ercávica. *I C. A. M. E.* t. II. Huesca, 1985 (Zaragoza,

I. ARCÁVIDA EN LAS FUENTES VISIGODAS

Las fuentes de la época constituyen uno de los elementos fundamentales para el estudio del pasado de Arcávida. No son, sin embargo, frecuentes las alusiones directas a la ciudad, excepto en lo referente a los obispos signatarios de las actas conciliares⁸.

La fundación de la ciudad de Recópolis -cuya proximidad a Arcávida ya se ha señalado- nos es conocida por una noticia transmitida por Juan de Biclario y recogida posteriormente por San Isidoro. Fechada en el año 578, la creación de esta nueva urbe regia pasa a ser la culminación de la política de Leovigildo:

*"Liuvigildus rex extinctis undique tyrannis, et pervasoribus Hispaniae superatis sortitus requiem propriam cum plebe resedit civitatem in Celtiberia ex nomine filii condidit, quae Recopolis nuncupatur: quam miro opere et in moenibus et suburbanis adornans privilegia populo novae Urbis instituit"*⁹.

Fuera del problema de los límites provinciales entre la Celtiberia y la Cartaginense, las citas en torno a la ciudad de Arcávida son de tipo indirecto y, en la mayoría de los casos, dependen de la ubicación del monasterio Servitano. Comenzaremos, pues, con aquellas que hacen mención explícita de la ciudad.

1. Eutropio de Valencia¹⁰

Se conservan dos cartas escritas por el obispo de Valencia Eutropio, cuando aún era abad del monasterio Servitano, dirigidas *ad Petrum papam*, que no es otro, según San Isidoro, que *Petrus episcopus Ircalicensem*¹¹. La primera de

1986) p. 241-257; "El eremitorio de la necrópolis alto-medieval de Arcávida. Cañaveruelas. Cuenca. " CentestPlana. Bul. n.º 6, 1986 y MONCÓ GARCÍA, C. y JIMÉNEZ PÉREZ, A. Las estelas discoideas de la necrópolis del Ejido-Santaver y de la iglesia de San Pedro de Huete. Cuenca. III CAME. Oviedo, 1989 (Oviedo, 1992) p. 534-543; ÁLVAREZ DELGADO, Y. Cerámicas comunes con y sin decoración, siglo IX. Arcávida (Cuenca). *II C. A. M. E.* Madrid, 1987, p. 400-412 y "Cerámicas del siglo IX de Arcávida (Cuenca)". *BolArqMed.* 3, 1989, p. 109-121. Queremos resaltar además un ensayo divulgativo muy acertado de D. Florencio MARTÍNEZ RUIZ, "El Monasterio Servitano, en Arcávida." publicado en *El Día de Cuenca*, Domingo 13-I-1991, p. 10-11.

⁸ GARCÍA MORENO, L. A. Prosopografía, *op. cit.* p. 131-137.

⁹ IOAN. BICL. *Chronica*, 578,4; CAMPOS, J. Juan de Biclario, obispo de Gerona. Su vida y su obra. Madrid, 1960, p. 88 y 127-128; ISID. *HISP. Hist. Goth.* c. 51: "...condidit etiam civitatem in Celtiberia, quam ex nomine filii sui Recopolim niminauit."; ES, t. VI, p. 414 y t. VII, p. 71; RODRÍGUEZ ALONSO, C. Las Historias de los Godos, Vándalos y Suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción. León, 1975, p. 90.

¹⁰ GARCÍA MORENO, L. A. Prosopografía, *op. cit.* n.º 366, p. 147.

¹¹ ISID. *HISP. Vir. illust.* XLV; ES, t. V, p. 447 = CODOÑER MERINO, C. El "De viris illustribus" de Isidoro de Sevilla. Estudio y edición crítica. Salamanca, 1964, c. XXXII, p. 152 (desde ahora Isidoro de Sevilla): "<Eutropius> Scripsit et ad Petrum, episcopum Ircalicensem, de districtione monachorum salubri sermone compositam epistolam, et ualde monachis necessariam."; ES, t. VII, p. 72-74 y GARCÍA MORENO, L. A. Prosopografía, *op. cit.* p. 131-132, n.º 296.

ellas es un centón de Casiano que lleva título de *De octo vitiis* y que es, sin embargo, posterior a otra, mucho más interesante por lo que respecta a nuestro estudio, titulada *De dictrictione monachorum*, obra escrita hacia el año 580¹².

La obra es una justificación del abad Eutropio ante el obispo Pedro de Arcávida, por la acusación de dureza de que ha sido objeto por parte de los monjes de su monasterio. El hecho de esta defensa y el propio tono de la carta están en consonancia con la sumisión disciplinaria que tenían los abades respecto a su obispo. Esto es fundamental para probar que el monasterio Servitano estuvo localizado, efectivamente, en la diócesis de Arcávida, puesto que es al obispo de esta ciudad, esto es, a su diocesano, a quien va dirigida la misma¹³.

Hay que rechazar, por tanto, las antiguas reducciones a *Saitabi* (Játiva) y al monasterio citado por Gregorio de Tours de San Martín, situado tradicionalmente entre Sagunto y Cartagena¹⁴, para localizarlo, sin duda alguna, en tierras alcarreñas, en Arcávida. Esto es más verosímil si se tiene en cuenta la tendencia general del periodo, con un desplazamiento progresivo de los centros vitales - políticos, económicos y culturales- desde la periferia al centro de la Meseta. Este hecho parece atestiguar en la pérdida de la primacía cultural de Mérida en favor de Toledo a lo largo de la séptima centuria¹⁵. La ubicación del monasterio en Arcávida sirve además para explicar satisfactoriamente el destacado papel desempeñado por el abad Eutropio en la organización del III Concilio de Toledo junto a San Leandro, algo que podría resultar chocante en principio tratándose, como es el caso, de un

¹² Ambas cartas están editadas por DÍAZ Y DÍAZ, M. C. La producción literaria de Eutropio de Valencia. *Anecdota Wisigothica*, I. Universidad de Salamanca, 1958, p. 17-35.

¹³ FERNÁNDEZ ALONSO, J. La cura pastoral en la España romanovisigoda. Roma, 1955, p. 502; CODOÑER MERINO, C. El "De viris illustribus" de Ildefonso de Toledo. Salamanca, 1972, p. 50 (desde ahora Ildefonso de Toledo). Para esto, véase ORLANDIS, J. "Las congregaciones monásticas en la tradición suevo-gótica". *AnEstMed*. 1. Barcelona, 1964, p. 101; DÍAZ Y DÍAZ, M. C. "El eremitismo en la España visigótica." *RevPortHist*. t. 6. Coimbra, 1964, p. 10, nt. 19: la jurisdicción episcopal sobre los monjes se deduce del canon 53 del IV Concilio de Toledo y como tal se aplica en el caso de Valerio del Bierzo con la ordenación de Juan. También Pérez de Urbel pensó en la ubicación del Servitano en Arcávida por esta razón, aunque errase en la localización de ésta: Los monjes españoles en la Edad Media. Madrid, 1933-34. t. I, p. 203-205 y LINAGE CONDE, A. Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica, t. I. El monacato hispano prebenedictino. León, 1973, p. 224-227. Contra PUERTAS TRICAS, R.: Iglesias hispánicas (siglos IV al VIII). Testimonios literarios. Madrid, 1975, p. 29.

¹⁴ ES, t. VIII, p. 57-62; LINAGE CONDE, A. *op. cit.* p. 261. Entre otros, reducen el Servitano a tierras levantinas: MUNDÓ, A. "Il monachesimo nella penisola iberica fino al secolo VII. Questioni ideologiche e letterarie". en *SettstudaltMed*. Spoleto, 1957, p. 83; SÁNCHEZ SALOR, E. "La cultura en los monasterios visigodos." *III Semana sobre el Monacato*. CentEstRom. Aguilar de Campó, 1989, p. 25-26; CODOÑER MERINO, C. La Literatura, en *HistEspMenPid*. Jover Zamora, t. III: España visigoda, vol. 2. Madrid, 1991, p. 238.

¹⁵ LACARRA, J. M. "La península ibérica del siglo VII al X: centros y vías de irradiación de la civilización." en *SettstudaltMed*. Spoleto, 1964, p. 237-239; DÍAZ Y DÍAZ, M. C. en *Introducción general a OROZ RETA, J. y MARCOS CASQUERO, M. A.* San Isidoro de Sevilla. Etimologías. Madrid, 1983, p. 16.

simple abad¹⁶. La situación del Servitano en las cercanías de Recópolis permite aventurar como una hipótesis muy probable la labor realizada por Eutropio como tutor del príncipe Recaredo en su conversión al Catolicismo, es decir, la misma que tuvo el obispo hispalense con respecto a Hermenegildo. Si no se acepta esto, resulta ciertamente difícil explicar cómo un sencillo abad es equiparado al mismísimo metropolitano de Sevilla, por encima además de las más altas jerarquías del momento¹⁷.

No obstante, aun cuando no cabe duda que la tarea de organizar el sínodo toledano fuera un cargo honorífico de primera magnitud, la actuación del abad del Servitano no se agota aquí, sino que parece jugar un papel decisivo dentro de la política nacional del nuevo rey. Hay que contar, por supuesto, con que el mencionado abad contaría además con un prestigio intelectual muy superior al de otras personalidades de la época, especialmente por encima de su obispo, Pedro de Arcávida¹⁸. Las obras literarias que se le atribuyen y el hecho de contar el monasterio con una importante biblioteca apuntan también en esta misma línea¹⁹. Otros datos a tener en cuenta, anotados ya por Codoñer, son la posibilidad de una relación de origen entre el Servitano y el toledano monasterio de Ágali, que parece explicar el interés de Ildefonso por recoger la noticia sobre la vida de Donato, y la actuación de los monasterios como centros de formación de los cuadros dirigentes eclesiásticos²⁰.

Interesante es también la serie de cartas cruzada por el abad del Servitano y el obispo de la bizantina Cartagena. Orlandis²¹, siguiendo a Madoz²², lo explica

¹⁶ IOAN. BICL. *Chronica*, 590,1: "summa tamen synodalis negotii penes sanctum Leandrum Hispalensis ecclesiae Episcopum et beatissimum Eutropium monasterii Servitani abbatem fuit"; CAMPOS, J. *op. cit.* p. 97-98 y 148. Véase también PÉREZ DE URBEL, J. Los monjes... t. I, *op. cit.* p. 203-204. LINAGE CONDE, A. *op. cit.* p. 229, siguiendo a Bishko, opina que la participación de los abades lejos de ser una situación de privilegio indica, por el contrario, un testimonio de la obligatoriedad para los abades de los monasterios cercanos a la *urbs regia* de asistencia a los sínodos. Esto viene a confirmar de alguna manera que la actuación de Eutropio es una excepción hecha por alguna razón de importancia capital.

¹⁷ PÉREZ DE URBEL, J. Los monjes... t. I, *op. cit.* p. 204, cree posible que conociera a Leovigildo y a Recaredo puesto que Recópolis quedaba dentro de la diócesis de Arcávida (esto, a pesar de situarla más al sur, en Cabeza de Griego).

¹⁸ En caso contrario, Recaredo lógicamente se hubiera apoyado en éste. Su talento está plenamente demostrado en el Biclarense, pues refiere que su figura brillaba "quasi stella matutina in medio nebulae". IOAN. BICL. *Chronica*, 590,1; CAMPOS, J. *op. cit.* p. 97-98, 140 y 148. Téngase en cuenta que era discípulo de Donato y que a éste se le ha señalado como parte fundamental del renacimiento isidoriano: FONTAINE, J. El prerrománico. *La España románica, vol. VIII*. Madrid, 1978, p. 127-128.

¹⁹ SÁNCHEZ SALOR, E. *art. cit.* p. 25-26 destaca el importante papel cultural jugado por los monjes emigrados del norte de África.

²⁰ CODOÑER MERINO, C. Ildefonso de Toledo, p. 51; *La Literatura, op. cit.* p. 238.

²¹ ORLANDIS, J. *La Iglesia en la España visigótica y medieval*. Pamplona, 1976, p. 205.

²² MADDOZ, J. *Liciniano de Cartagena y sus cartas*. Edición crítica y estudio histórico. Madrid, 1948, p. 15-16. De ser efectivamente discípulo del Servitano, habría que sumar el nombre del obispo Severo de Málaga, "collega et socius Liciniani Episcopi" entre las personalidades educadas en el

suponiendo la probabilidad de que el obispo Liciniano hubiera sido monje del mismo monasterio. Esto puede arrojar mucha luz sobre la correspondencia epistolar mantenida por Eutropio con el obispo Liciniano de Cartagena, paralela a la que mantuvieron este último y San Leandro, y que parece enmarcarse dentro de los esfuerzos de Recaredo por encontrar una solución pacífica que pusiera fin a la ocupación militar bizantina del Levante peninsular. Esta actuación mostraría la importancia del personaje dentro de los planes reorganizadores del nuevo monarca aunque, finalmente, el asesinato de Liciniano en Constantinopla diera al traste con los intentos de solución pacífica del conflicto²³.

2. El abad Donato y la fundación del Servitano

Por lo que se refiere a la fundación del monasterio Servitano, ésta nos es conocida gracias a una noticia recogida con cierto detalle por Ildefonso de Toledo en su *De Viris Illustribus*²⁴.

La noticia se puede fechar *ca.* 571 gracias al testimonio del Biclarense, quien sitúa la acción en el tercer año del reinado de Leovigildo:

"Donatus, abbas monasterii Servitani mirabilium operator clarus habetur²⁵".

El primero de los problemas que suscita el texto de Ildefonso se refiere a la noticia de que fue este abad quien introdujo en España la costumbre de aplicar una regla, algo que contrasta con lo que conocemos por las fuentes (entre otros testimonios, el Concilio de Zaragoza de 380 legisla ya sobre esta materia).

A. Mundó apuntó la posibilidad de que la regla introducida por Donato fuera, en realidad, la de San Agustín, basándose tanto en su origen norteafricano como en el papel desarrollado por su sucesor Eutropio en el III Concilio de Toledo y la relación de éste con Leandro de Sevilla, cuya *De institutione virginum* parece ser una adaptación de la doctrina ascética del Hiponense²⁶. Linage Conde, no obstante, no se decide: por un lado, considera posible la hipótesis de Mundó,

monasterio arcavicense: p. 12 (ISID. HISP. *De vir. illust.* XLIII: ES, t. V, p. 446; CODOÑER MERINO, C. Isidoro de Sevilla, XXX, p. 151). Esto vendría a reforzar la idea de gran centro cultural del monasterio y su situación cercana a un centro aúlico como es Recópolis.

²³ ISID. HISP. *De vir. illust.* XLII y XLV: ES, t. V, p. 445-47; CODOÑER MERINO, C. Isidoro de Sevilla, XXIX y XXXII, p. 150-152. Sobre esta hipótesis véase CODOÑER MERINO, C. Ildefonso de Toledo, p. 52-53 y nt. 130.

²⁴ HILD. TOL. *De vir. illust.* III; C. CODOÑER MERINO, Ildefonso de Toledo, p. 120-123.

²⁵ IOAN. BICL. *Chronica*, 571,4; CAMPOS, J. *op. cit.* p. 81 (ES, t. VI, 384); GARCÍA VILLADA, Z. Historia eclesiástica de España. t. II, parte 1ª. Madrid, 1932, p. 282; FERNÁNDEZ ALONSO, J. *op. cit.*, p. 498-99; MUNDÓ, A. art. cit. p. 83-84; LINAGE CONDE, A. *op. cit.* p. 261 y 267-268.

²⁶ MUNDÓ, A. art. cit. p. 83-84 y CODOÑER MERINO, C. Ildefonso de Toledo, nt. 124. ¿Habría que añadir también la preocupación común por el bautismo de infantes? Como ya se ha dicho, creemos que existen otras razones para explicar la relación de Eutropio y Leandro.

pero la rechaza por la imposibilidad de comprobarlo²⁷. Para este autor, Ildefonso habla de una regla original, muy determinada y bien conocida, por lo que el obispo toledano la da a sobreentender.

Sea como fuere, lo cierto es que, el problema no parece tener solución hoy por hoy y esto se puede ver claramente en la diversidad de juicios sobre el tema, a veces incluso en un mismo autor. Es el caso concreto de Díaz y Díaz que, en principio, se decide por la opinión de que la regla de Donato no estaba fijada por escrito²⁸. En un trabajo posterior, sin embargo, el mismo autor parece considerar que Donato redactó efectivamente una regla, hoy perdida²⁹.

En cualquier caso, aunque nos inclinemos favorablemente por la tesis de Mundó, precisamente por las razones expuestas por Linage Conde³⁰, esta insoluble cuestión no es, para nosotros, la principal. Más interesantes, desde nuestro punto de vista, son las conclusiones que se pueden extraer de algunas otras frases de la narración:

“Donatus et professione et opere monachus cuiusdam eremitae fertur in Africa extitisse discipulus... Tam uiuens uirtutum exemplis nobilis quam defunctus memoriae claritate sublimis. Hic et in praesenti luce subsistens et in cripta sepulchri quiescens, signis quibusdam proditur effulgere salutis, unde et monumentum eius honorabiliter colere perhibentur incolae regionis”.

Es decir, Donato había sido discípulo de un eremita en África y, más tarde, enterrado en una cripta sepulcral, donde su sepultura continuaba siendo venerada por los habitantes de la región aún en el momento en que Ildefonso escribe su relato, hacia mediados de la séptima centuria³¹. Este testimonio es reafirmado por las noticias que anteriormente nos legara el Biclarense, en las que el fundador del Servitano aparece considerado como santo:

*“Donatus, abbas monasterii Seruitani mirabilium operator clarus habetur” ;
“Eutropius abbas Monasterii Seruitani discipulus Sancti Donati clarus habetur”³².*

Esta concepción de Donato como *vir Dei*, que trasciende incluso a su muerte,

²⁷ LINAGE CONDE, A. *op. cit.* p. 261, nt. 254 y 266-267; FLÓREZ: ES, t. VIII, p. 60.

²⁸ *De dict. monach.* líneas 126-134; DÍAZ Y DÍAZ, M. C. *op. cit.* p. 25 y 13.

²⁹ DIAZ Y DIAZ, M. C. Introducción general, *op. cit.* p. 45 nt. 117.

³⁰ Nos basamos tanto en el origen norteafricano del abad y sus monjes, como en que Ildefonso parece hablar de una Regla conocida. Hay que tener en cuenta que la noticia debe inscribirse dentro de la tradición (CODONER MERINO, C. Ildefonso de Toledo, p. 66): lo que le interesa al obispo toledano es aumentar la fama de este santo, no precisar la veracidad del dato (*dicitur*).

³¹ HILD. TOL. *De vir. illust.* III; CODONER MERINO, C. Ildefonso de Toledo, p. 120-123; GARCÍA RODRÍGUEZ, C. *El culto de los santos en la España romana y visigoda*. Madrid, 1966, p. 348; PUERTAS TRICAS, R. Iglesias hispánicas (siglos IV-VIII). Testimonios literarios. Madrid, 1975, p. 28; BANGO TORVISO, I. G. “El espacio para enterramientos privilegiados en la arquitectura medieval española.” *AnDepHistTeorArt*, IV, 1992, p. 105, nt. 59.

³² IOAN. BICL. *Chronica*, 571,4 y 584,5 respect. ; CAMPOS, J. p. 81, 92 y 140. Véase también FLÓREZ, H. ES, t. VIII, p. 60-61.

después de la cual continúa obrando milagros, es muy significativa. Sobre todo porque, como bien ha señalado el insigne hispanista J. Fontaine, “desde el desarrollo de los temas taumatúrgicos en las biografías ascéticas... no se concebía santidad que no se acompañara y manifestara por los poderes sobrenaturales de hacer milagros”³³.

Así pues, las reliquias de Donato se presentan ante la mentalidad popular dotadas de un carácter milagroso, parangonables con los ejemplos mostrados por el Turonense en la Galia³⁴. De este modo, no es extraña la veneración local de su sepultura que constata el obispo toledano y que puede compararse, así mismo, con otros episodios similares de monjes-eremitas como San Millán o San Frutos³⁵.

En cuanto a la fecha de su muerte, ésta debió tener lugar entre los años 571 en que sitúa la narración Juan de Bícilaro, y el 584 en que Eutropio aparece como su sucesor al frente del Servitano³⁶. De aceptarse la cronología que propone Díaz y Díaz para la redacción de las cartas de Eutropio, este lapso podría acortarse hasta 580³⁷.

Fuera ya de los testimonios referidos a Donato y Eutropio, Arcávica cae prácticamente relegada al olvido de las fuentes, si se hace excepción de las Actas de los Concilios toledanos³⁸.

Ya en tiempos de la Reconquista, la ciudad fue arrasada por los musulmanes en época de Ordoño I, huyendo su obispo Sebastián a Asturias. Más tarde, le encontraremos ocupando la recién restaurada sede de Orense. Sebastián aparece como obispo de la ciudad galaica hacia 866, siendo más difícil de precisar su muerte. La noticia de la huida del obispo es uno de los datos que sirven para fechar los materiales cerámicos del monasterio ercavicense³⁹.

Con posterioridad, las fuentes musulmanas inciden en el carácter belicoso de los bereberes asentados en la ahora llamada *Santabariya*, probablemente corrupción árabe del apelativo *Celtiberia*⁴⁰, tema éste que ha sido bien estudiado por Torres Balbás y sobre el que no nos extenderemos.

³³ FONTAINE, J. “El *De viris illustribus* de San Ildefonso de Toledo: tradición y originalidad.” *AnTol. III. Estudios sobre la España visigoda*. Toledo, 1971, p. 80 y p. 82, nt. 45; DUVAL, Y. *Après des saints corps et âme. L’inhumation ad sanctos dans la chrétienté d’Orient et d’Occident de III au VIII siècle. Etudes Augustiniennes*. Paris, 1988, p. 176-179.

³⁴ FONTAINE, J. “*El De viris illustribus...*” art. cit. p. 81-82.

³⁵ ÍÑIGUEZ ALMECH, F. “Algunos problemas de las viejas iglesias españolas.” *Cuad. trab. Esc. Esp. Arq. Roma, VII. Roma-Madrid*, 1955, p. 28-29; MARTÍN POSTIGO, M^a S. *San Frutos del Duratón. Historia de un Priorato benedictino*. Segovia, 1970, p. 26-27 y más recientemente HILLGARTH, J. N. “Popular Religion in Visigothic Spain.” en JAMES, E. (ed.) *Visigothic Spain*. Oxford Clarendon Press, 1980, p. 36-37.

³⁶ ES, t. VIII, p. 61.

³⁷ DÍAZ Y DÍAZ, M. C. La producción literaria, *op. cit.* p. 17-18.

³⁸ ES, t. VII, p. 72-79.

³⁹ ÁLVAREZ DELGADO, Y. Cerámicas comunes, *op. cit.* p. 411-412.

⁴⁰ BELTRÁN, P. “Segóbriga” *ArchPreLev*, nº IV, 1953, p. 245.

II. ARQUEOLOGÍA DEL YACIMIENTO

Los restos arqueológicos de época visigoda se sitúan en tres zonas diferentes: el eremitorio, la necrópolis aneja y el *Pocillo* conforman un área localizada en torno a la ladera sur del Castro; la segunda zona está ocupada por los restos de un monasterio, situado hacia el sureste. Por último, la necrópolis de *La Rinconada*, en pleno valle del Guadiela, justo al pie del cerro, en su parte noroccidental.

1. El Monasterio

Se encuentra ubicado en el despoblado de *Santaver*, en una zona también conocida como *Vallejo del Obispo*, a unos 2 km. de la ciudad romana, en un emplazamiento idóneo por su dominio sobre el valle y su proximidad al río.

Los trabajos efectuados en el yacimiento han sido objeto de tres publicaciones, dos de ellas sobre las cerámicas del siglo IX⁴¹ y una tercera sobre las estelas discoideas aparecidas en una de las necrópolis⁴². A pesar de esta escasez bibliográfica, Caballero Zoreda, sorprendentemente, no duda en compararlo con el caso de Melque, llegando a hablar de un modelo Melque-Ercávida, tanto por la coincidencia en la fecha de abandono del Monasterio, como por la existencia de *campos de silos*⁴³.

Las campañas de excavación realizadas han descubierto un edificio que se extiende sobre un área de unos 2.250 m². El edificio original presenta una técnica constructiva homogénea, con muros de 2 m. de grosor, construidos mediante dos hiladas de sillares y con relleno del espacio intermedio por medio de piedras y tierras. Los materiales de construcción son reutilizados de la cercana ciudad romana.

La trama original del edificio ha sido muy modificada por las sucesivas reutilizaciones del mismo, sin que podamos contar con una planta definitiva hasta su publicación por parte de sus excavadores. Sin embargo, se puede hablar de tres zonas bien definidas: una gran estructura rectangular, en la parte SE, posteriormente reutilizada como iglesia. Otra gran sala, así mismo rectangular, orientada E-W, que se interpreta como la cilla mozárabe y que, probablemente, sea la

⁴¹ ÁLVAREZ DELGADO, Y. Cerámicas comunes, *op. cit.* y "Cerámicas del siglo IX", art. cit.

⁴² MONCÓ GARCÍA, C. y JIMÉNEZ PÉREZ, A. Las estelas discoideas de la necrópolis del Ejido -Santaver- y de la iglesia de San Pedro de Huete. Cuenca. *III C. A. M. E. Oviedo*, 1989 (Oviedo, 1992) p. 534-543.

⁴³ CABALLERO ZOREDA, L. Pervivencia de elementos visigodos en la transición al mundo medieval. Planteamientos al tema. *III C. A. M. E. Oviedo*, 1992, p. 123.

original visigoda algo modificada. Finalmente, una serie de recintos de 3 x 3 m. que parecen corresponder a celdas monacales. De este primitivo cenobio, quedan los restos anteriormente descritos y algunos materiales de la época, entre ellos un fragmento de pilastra, dos capiteles corintios estilizados, dos fragmentos de cancel calados, etc.

Volviendo al monasterio, la cilla fue modificada después de su construcción, compartimentándose en dos recintos mediante un muro de mampostería. Estos dos pasillos proporcionaron abundante material debido a la urgencia con que se abandonó el edificio, atestiguada por los restos de incendio y destrucción del mismo. Entre el material documentado aparecieron cestos de esparto con restos de alimentos carbonizados, ruedas de molino, utensilios, etc. que hacen pensar en un área de almacén y despensa.

Los materiales cerámicos fueron estudiados por Yasmina Álvarez, quien diferenció dos tipos de producciones: un primer tipo, el más numeroso, de cocina y almacén, y otro de mejor acabado que correspondería a la vajilla de mesa. Las primeras seguirían la tradición visigoda y se adscriben a un grupo *mozárabe*. Junto a éstas, existe un pequeño grupo de formas y decoración islámicas, entre las que se incluyen algunos ejemplares pintados que se ponen en relación con el asentamiento bereber⁴⁴. Ambos grupos vienen a fecharse dentro de la novena centuria. Caballero Zoreda las incluye en su *grupo II*, formado por cerámicas que continúan la tradición visigoda, con un empobrecimiento de las formas y con la aparición o incremento de los ejemplares pintados⁴⁵.

Como resumen, nos encontramos ante una fase de ocupación mozárabe que duraría hasta el siglo IX y que modifica parte de la estructura primigenia del edificio, con una pérdida de calidad constructiva. Es interesante constatar la destrucción violenta del monasterio, atestiguada por los restos de un gran incendio y el abandono *in situ* de alimentos y enseres. La datación de esta destrucción se fijaría a mediados del siglo IX, gracias al lote de cerámicas y a la aparición de un *dirham* de la época⁴⁶, lo que concuerda bien con la fecha de huida de la sede del obispo Sebastián.

2. El eremitorio y la necrópolis aneja

La primera campaña fue dirigida por D^a Manuela Barthelemy y D. Manuel

⁴⁴ ÁLVAREZ DELGADO, Y. Cerámicas comunes, *op. cit.* y "Cerámicas del siglo IX", art. cit.

⁴⁵ CABALLERO ZOREDA, L. Pervivencias, *op. cit.* p. 128.

⁴⁶ El *dirham* lleva como anverso la profesión de fe islámica, con leyenda de ceca (*al-Andalus*) y fecha en los márgenes, ésta última incompleta. En el reverso, leyendas religiosas en el centro y en los márgenes. Fecha H. 252-262 / 866-876 d.C.: ÁLVAREZ DELGADO, Y. Cerámicas comunes, *op. cit.* p. 409.

Osuna en 1973⁴⁷. En 1983 D. Carlos Moncó continuó los trabajos de excavación en la zona⁴⁸.

El llamado eremitorio consta de una nave exterior rectangular y una cámara circular abovedada, ambas excavadas en la roca arenisca. Está orientado perfectamente en dirección N-S. A la primera nave se accede mediante dos peldaños tallados en la misma roca; en su ángulo NE se excavó además un agujero circular que se ha interpretado como *silo*. En las paredes E y W se aprecian aún huellas para sujetar una techumbre de material perecedero, así como numerosas oquedades, que interpretamos como huecos para colocar candiles. Desde esta nave y a través de un vano, se accede a la cámara abovedada. La entrada conserva dos rebajes en la parte superior de las jambas para apoyar un madero que haría las veces de dintel.

El acceso a la cámara circular se realizaría a través de dos escalones tallados en la roca. El interior está cubierto por una bóveda excavada en la arenisca, hoy día parcialmente hundida a la altura de la sepultura XXVII, sin poder determinarse si se debe a la construcción de ésta o tras el uso del lugar como chozo de pastor. En el interior de la cámara, en el ángulo derecho, se encontró una sepultura tallada en la roca, muy destruida, aunque se pudo constatar la existencia de un rebaje para colocar la tapa. A la izquierda se observa otro hueco tallado en parte en la roca y en parte natural, que se interpretó como una tumba, aunque más bien parece tener relación con la chimenea del chozo.

Sobre las paredes se encuentran numerosas cruces grabadas. Por lo general cruces de Calvario, con brazos rematados en triángulos o unidas por su base. Entre ellas destaca una inscripción que reza **FAH**, situada justo encima de la sepultura antes citada, y que tiene su paralelo en la inscripción de la *pileta de Tarragona*, cuyo significado exacto se desconoce⁴⁹, si bien haya que vincularlo al contexto funerario en que aparecen ambas.

En el exterior del eremitorio se encuentra el grupo más numeroso de grafitos. Están grabados en una de las paredes del roquedo. Entre los grabados destaca la gran cruz latina que ocupa el centro del panel, una *menorah* coronada por una cruz triunfante⁵⁰ y una cruz de triple travesaño.

Este panel se hallaría protegido de la intemperie por una techumbre de madera, como evidencian las huellas de poste de la parte superior y la supuesta

⁴⁷ Osuna Ruiz, M. Excavaciones Arqueológicas, op. cit, p. 25-28.

⁴⁸ Moncó García, C. El eremitorio y la necrópolis, op. cit.

⁴⁹ CANTERA BURGOS, F. "¿Nueva inscripción trilingüe tarraconense?" Sefarad, XV, 1955.

⁵⁰ El candelabro de siete brazos fue interpretado por Osuna y posteriormente por Moncó como un testimonio de criptojudaismo. A este respecto, hay que recordar que la *menorah* no es en absoluto un símbolo privativo del mundo hebreo, sino que aparece en el ámbito católico con ejemplos muy significativos.

tumba 1, que no es más que un rebaje para encajar una viga que termina en un pie derecho.

Asociada al eremitorio se encuentra una necrópolis que se extiende alrededor del mismo en un nivel superior. Son, en total, unas 51 sepulturas (aunque nosotros no consideremos como tales las que están rayadas en el plano). Se trata de sepulturas rupestres que rodean la bóveda del eremitorio y a ambos lados, siguiendo la línea del frente del roquedo, por razones obvias de espacio. Es interesante constatar la existencia de huellas de poste y de algunos rebajes de planta rectangular tallados en la roca (por ejemplo, en la zona de las sepulturas XIII-XIV y XXIII-XXVI) que dan la sensación de un escalonamiento artificial del roquedo. Este hecho parece indicar la existencia de construcciones semirrupestres en el lugar que antes se interpretara como cantera, en el propio eremitorio, y en la zona superior a éste⁵¹.

Se constataron además reutilizaciones de tumbas, el uso de alguna como osario y, así mismo, se encontraron elementos de adorno personal (cuentas de pasta vítrea, pendientes, pulseras, anillos, etc.), dos vasijas cerámicas y un cuenco de vidrio. La cronología es plenamente visigoda, dentro de la séptima centuria⁵².

3. Otras necrópolis

Se documentan además otras dos necrópolis: una, de época hispanovisigoda ubicada en el valle de la Isabela y otra, de época anterior, situada en pleno Foro de la ciudad romana.

La necrópolis de la Rinconada

Excavada con carácter de urgencia por D. Carlos Moncó en 1982, aprovechando el bajo nivel de las aguas del pantano de Buendía. Se trata de una necrópolis de, al menos, 13 tumbas de lajas orientadas E-W situadas a los pies del espolón noroccidental del cerro. Se fecha en el siglo VII por un broche liriforme aparecido en una de las sepulturas. La localización de esta necrópolis parece probar la hipótesis de un abandono del antiguo centro urbano, cuya población pasaría a establecerse en núcleos diseminados a lo largo del Guadiela, aprovechando la vía hacia *Recopolis* y *Segontia* y la riqueza del valle. Este poblamiento disperso es el que parecen reflejar las fuentes y la toponimia de

⁵¹ Construcciones de fábrica o en madera debieron ser habituales en buena parte de los eremitorios altomedievales: MONREAL JIMENO, L. A. *Eremitorios rupestres altomedievales (el alto valle del Ebro)*. Bilbao, 1981, p. 18-19.

⁵² Contra MONCÓ GARCÍA, C. El eremitorio y la necrópolis, *op. cit.*

época islámica⁵³ y, sin duda, debió favorecer la instalación de la comunidad de eremitas que suelen aprovechar zonas cercanas a antiguas ciudades, pero algo retiradas de los núcleos de población.

La necrópolis del Foro

Esta necrópolis se excavó durante los trabajos efectuados por nosotros mismos en el Foro romano de la ciudad en los años 1991-92. Se documentaron 7 sepulturas orientadas E-W, a excepción de un cenotafio orientado N-S. El ritual es de inhumación en *decubito supino*, sin que se encontrasen restos de ajuar o materiales de adorno personal. La necrópolis viene a situarse en esta zona perpetuando el carácter sagrado del lugar, ya que se ubica justo encima de las subestructuras de lo que se ha considerado un templo⁵⁴.

La decadencia como núcleo urbano de Ercávida queda de manifiesto con esta necrópolis, y puede rastrearse desde la 2ª mitad del siglo IV, dada la ausencia total de TSHT.

La ubicación de la necrópolis en este lugar no pudo realizarse antes de la ley teodosiana que ordena el mantenimiento de templos y monumentos y, probablemente, no sea sino posterior a aquella otra que ordena la destrucción de los templos paganos⁵⁵. Una fecha posterior al siglo V supone un *lapsus* cronológico demasiado amplio que no parece corresponderse con la propia evolución urbana.

4. El Pocillo

Tradicionalmente se viene denominando así a un manantial de agua que ha sido aprovechado para la realización de una fuente. Fue limpiado en 1973 por D. Manuel Osuna, quien lo fechó en el siglo IV⁵⁶. Posteriormente, aprovechando la sequía de 1992, efectuamos una excavación del interior.

La construcción se ha realizado mediante tres muros de sillares romanos reutilizados, colocados a hueso y calzados con teja. El manantial tiene un acceso escalonado que llega hasta el mismo centro, quedando sumergido. En el alzado de la pared norte se encuentra grabada una cruz de Calvario similar a las del interior del eremitorio, hoy día desaparecidas, aunque de trazado más cuidado.

⁵³ TORRES BALBÁS, L. *op. cit.* p. 27; ÁLVAREZ DELGADO, Y. Cerámicas comunes, *op. cit.* p. 405-406.

⁵⁴ Algo similar ocurre en Pollentia: ARRIBAS, A. y TARRADELL, M. El Foro de Pollentia. Noticias de las primeras investigaciones. *Los foros romanos de las provincias occidentales*. Madrid, 1987, p. 135-136.

⁵⁵ *Cod. Theod. XVI. 10. 5* (a. 399) y *XVI. 10. 25* (a. 435); ARCE, J. El último siglo de la España romana : 284-409. Madrid, 1982, p. 137-138.

⁵⁶ PALOL SALELLAS, P. de. *Arqueología cristiana de la España romana (siglos IV-VI)*. Madrid, 1967, p. 147-175.

La interpretación de esta fuente es compleja. Adelantemos que la obra se adapta a la disposición requerida para los baptisterios⁵⁷, así como el agua del manantial se presta a las necesidades litúrgicas del caso⁵⁸. La presencia de una cruz coronando la construcción parece expresar la santificación del lugar. La cronología de esta construcción habría que retrasarla a un momento final del siglo VI, especialmente por las analogías que presenta con el monasterio desde el punto de vista de la edificación.

CONCLUSIONES

Si se observa la colocación de las sepulturas podemos ver como un número considerable de éstas se han excavado alrededor de la bóveda del eremitorio. Esto hace pensar que no se trata de un hecho casual, más aún cuando algunas de estas tumbas ni siquiera guardan la típica orientación E-W. No cabe duda que la colocación de las sepulturas está en íntima relación con la tumba situada en el interior del eremitorio, que además aparece significada con la leyenda **FAH**, la inscripción realizada con mayor esmero. Desde esta óptica, no cabe duda, que las sepulturas del exterior se organizaron respecto a ésta en una típica disposición *ad sanctos*. La misma creencia en el carácter beatífico del difunto allí enterrado debieron tener los numerosos grabados rupestres que se encuentran tanto en el interior, como en el exterior del eremitorio.

Es el momento de volver sobre las narraciones de Ildefonso y el Biclarense, aquellas que refieren que Donato fue enterrado en una cripta sepulcral y que las reliquias del abad eran veneradas entre las poblaciones del entorno a causa de ciertos indicios de carácter milagroso.

Contrastando las fuentes con los testimonios arqueológicos, se puede realizar una descripción de como debieron sucederse los acontecimientos.

En un primer lugar, tendríamos la llegada de Donato y sus setenta monjes y la fundación del monasterio Servitano en tierras arcavicensas, cerca de la corte de Recópolis, antes del año 571 en que aparece citado por el Biclarense⁵⁹. La comunidad cenobítica se establecería, en un primer momento, alrededor de una iglesia rupestre (el llamado *eremitorio*), en celdas semiexcavadas (*laurae*) en la roca o aprovechando ésta en parte, como parece apreciarse a ambos lados de la cripta. La iglesia quedaría constituida por la construcción más representativa, como se puede colegir de algunos grabados (la cruz con aspa en su base situada

⁵⁷ FERNÁNDEZ ALONSO, J. *op. cit.* p. 287.

⁵⁸ Contra OSUNA RUIZ, M. "Excavaciones arqueológicas", art. cit.

⁵⁹ Así lo argumenta con razón el padre Flórez: ES, t. VIII, p. 61.

al fondo de la misma, frente a la entrada). El *silo* tendría, seguramente, una función de almacén de objetos de culto o, quizás, puramente ritual; de hecho, pilas semejantes se encuentran en iglesias rupestres alavesas y de la montaña santanderina⁶⁰ y tal vez así se explique que no se haya regularizado el fondo de este pequeño pozo. Es, pues, muy posible que el monasterio primigenio no fuera en realidad sino una serie de celdas semirrupestres -a modo de las lauras de los Padres del Desierto- en torno a un oratorio común que ocuparía el centro de la vida religiosa, pues lo cierto es que, como recuerda Íñiguez Almech, el monasterio se forma con el *conclave*, es decir, el "*loculus inclusus vel munitur, sive domus quae multis clauditur cellis*", y es allí donde tiene lugar la *collatio* o reunión de los monjes⁶¹. Conviene recordar aquí la educación eremita de Donato atestiguada por las fuentes ya citadas.

De este carácter ascético que se ve en las fuentes y la arqueología se puede deducir que el nombre del monasterio derive del término *servi Dei* y no de un hipotético fundador o poseedor, como recoge Flórez⁶², ya que se trata de un apelativo harto frecuente en la literatura hispanovisigoda para denominar a los monjes⁶³.

Una vez construido el monasterio y tras la muerte del abad, el cuerpo de Donato sería enterrado en el interior de la antigua iglesia, en olor de santidad, según los testimonios antes aducidos. Su sepultura actuaría como foco de atracción de tumbas, dado el carácter milagroso de sus reliquias, y una necrópolis formada por los monjes y personas vinculadas al monasterio se iría extendiendo a su alrededor.

El culto local a confesores aparece registrado en otros casos de la época, tanto entre los cristianos orientales como en Occidente⁶⁴. Aparte de los ya citados de San Millán y San Frutos, conocemos el de Pimenio, fundador del monasterio de Aquis en la Lusitania, sobre el que también existen indicios de veneración popular⁶⁵. Ciertamente, los enterramientos en el interior de iglesias están prohibidos

⁶⁰ ÍÑIGUEZ ALMECH, F. art. cit. p. 49 y GONZÁLEZ ECHEGARAY, J. *et al. op. cit.* p. 16-19.

⁶¹ ÍÑIGUEZ ALMECH, F. art. cit. p. 27-28. Un ejemplo similar, en la iglesia de San Miguel de las Presillas (Burgos): GONZÁLEZ ECHEGARAY, J. *et al. op. cit.* p. 15-19.

⁶² ES, t. VIII, p. 59.

⁶³ BANGO TORVISO, I. G. "L'Ordo Gotorum et sa survivance dans l'Espagne du Haut Moyen Age." *Revue de l'Art*, 70, 1985, p. 14-15 y nt. 77 y *Alta Edad Media. De la tradición hispanovisigoda al Románico*. Madrid, 1989, p. 34-38.

⁶⁴ Existen multitud de ejemplos: DUVAL, Y. *op. cit.* Además, la práctica de enterrar a los fundadores de primitivos asentamientos eremíticos en la celda o cueva que había constituido su morada es habitual desde los orígenes del monaquismo, constituyéndose en puntos focales como santuario o *martyrium*: WALTERS, C. C. *Monastic Archeologic in Egypt. Modern Egyptology Series*. Warminster, 1974, p. 229-234.

⁶⁵ ÍÑIGUEZ ALMECH, F. art. cit. p. 28 y 61-62; GARCÍA RODRÍGUEZ, C. *op. cit.* p. 346 y MARTÍN POSTIGO, M^a S. *op. cit.* p. 26-27. Otros ejemplos altomedievales anónimos en: ÍÑIGUEZ ALMECH, F. art. cit. p. 44ss y AZKARATE GARAI-OLAUN, A. *Arqueología cristiana de la Antigüedad tardía en Álava, Guipúzcoa y Vizcaya*. Vitoria-Gasteiz, 1988, p. 141ss.

por el canon 18 del I Concilio Bracarense (a. 561)⁶⁶, pero esta prohibición no se correspondió siempre con la práctica real, dándose desde antiguo algunos ejemplos en contra⁶⁷. En el caso del abad del Servitano, la iglesia rupestre debió perder su primitiva función y quedar relegada como simple oratorio tras la construcción del monasterio, lo que facilitaría sin duda la deposición de sus restos en este lugar.

Hacia el año 584 aparece ya Eutropio como abad sucesor de Donato en la dirección del Servitano. Años antes, en 578, siempre según la narración del Biclarense, Leovigildo había puesto en orden la totalidad de Hispania y decide entonces, como modo de reafirmación de su poder real y culminación de su obra política, la fundación de una ciudad en la Celtiberia llamada Recópolis en honor de su hijo Recaredo. La cercanía de esta nueva urbe regia a Arcávida y el importante foco cultural que debía constituir para la época el Servitano (no se olvide que Donato y sus monjes vienen con un importante cargamento de libros: "*copiosisque librorum codicibus*"⁶⁸) hacen que Eutropio pase a ser -y aquí nos movemos en un terreno meramente hipotético pero bastante lógico- el tutor del príncipe. Esto explicaría satisfactoriamente el destacadísimo papel que desempeña este abad en la organización del III Concilio de Toledo⁶⁹ y en los planes de orden político que se entrevén en su perdida correspondencia con Liciniano de Cartagena⁷⁰. Nótese que en ambos casos la figura de Eutropio aparece significativamente ligada a la de Leandro de Sevilla: tutor de Hermenegildo, organizador del sínodo de la conversión y, así mismo, con relación epistolar con Liciniano. Realmente, de no aceptarse esta interpretación resultaría un tanto extraño este paralelismo y su encumbramiento, incluso por encima de obispos de la talla de Masona, metropolitano de Mérida, tan significado en la lucha contra el arrianismo⁷¹.

Por otra parte, no es imposible tampoco que esta relación de la nueva ciudad regia con Arcávida y del propio rey con el abad del Servitano expliquen la presencia del obispo Pedro en el sínodo reunido por Recaredo en Toledo el año 597,

⁶⁶ VIVES, J. *op. cit.* p. 75; FERNÁNDEZ ALONSO, J. *op. cit.* p. 583; BANGO TORVISO, I. G. "El espacio para enterramientos", art. cit. p. 94.

⁶⁷ ÍÑIGUEZ ALMECH, F. art. cit. p. 29; BANGO TORVISO, I. G. "El espacio para enterramientos", art. cit. p. 94-95 y nt. 5.

⁶⁸ SÁNCHEZ SALOR, E. art. cit. p. 25-26; LACARRA, J. M. art. cit. p. 241-242.

⁶⁹ Nos remitimos de nuevo a este respecto a las palabras de elogio que le dedica el Biclarense, quien se refiere a la actuación de este abad en el III Concilio de Toledo en términos que no dejan lugar a dudas de su valía personal, llegando a brillar: IOAN. BICL. *Chronica*, 590,1: J. CAMPOS, *op. cit.* p. 97-98, 140 y 148; véase también lo dicho por PÉREZ DE URBEL, J. *Los monjes...*, I, *op. cit.* p. 203-205.

⁷⁰ ISID. HISP. *De vir. illust.* XLII y XLV (ES, t. V, p. 445-447; CODOÑER MERINO, C. Isidoro de Sevilla, XXXII, p. 152) y CODOÑER MERINO, C. Ildefonso de Toledo, p. 50-52 y nt. 129.

⁷¹ Téngase en cuenta además que Masona preside el Concilio de Toledo como obispo de mayor antigüedad y tras de él, posiblemente por el rango y dignidad del sínodo, Eufemio de Toledo y Leandro de Sevilla: VIVES, J. *op. cit.* p. 136; PÉREZ DE URBEL, J. *Los monjes...*, I, *op. cit.* p. 275.

donde no aparecen, sin embargo, los otros dos obispos conqueses que sí habían tomado parte en el anterior⁷².

Como premio a la labor desempeñada a lo largo del gobierno de Recaredo y pensando quizá en este papel de transmisor de las ideas reales en busca de una solución pacífica al conflicto con los imperiales, Eutropio es elegido obispo de la sede valenciana⁷³. A partir de entonces, el Servitano deja de aparecer en los testimonios escritos de la época.

El final de la comunidad mozárabe de Arcávida está atestiguado también por las fuentes y explica satisfactoriamente el nivel de incendio y destrucción que se observa en el edificio, así como el desalojo precipitado del mismo. Es el momento de la huida del obispo Sebastián hacia tierras norteñas, hecho sucedido durante el reinado de Ordoño I, a mediados del siglo IX⁷⁴. Esta huida de poblaciones mozárabes buscando refugio en el norte es un claro indicio de su condición de minoría religiosa a medida que aumentan las conversiones y la islamización de la población hispana, y, junto a ello, la intolerancia. Con el fin de la comunidad mozárabe, el recuerdo del abad Donato y del monasterio por él fundado se pierde entre las páginas del tiempo.

A partir de este momento, Santaver entra ya dentro de la historia de la España musulmana, donde tendrá un destacado papel por su carácter fronterizo y por las continuas rebeliones bereberes que se suceden hasta el definitivo asentamiento del Califato⁷⁵.

El punto final de esta historia lo pone la restauración del obispado de Arcávida, juntamente con el de Valeria, en la recién conquistada Cuenca, realizada por Alfonso VIII merced a una bula pontificia extendida por el papa Lucio III⁷⁶.

⁷² VIVES, J. *op. cit.* p. 157.

⁷³ DÍAZ Y DÍAZ, M. C. Introducción, *op. cit.* p. 21 nt. 43; ORLANDIS, J. *op. cit.* p. 204.

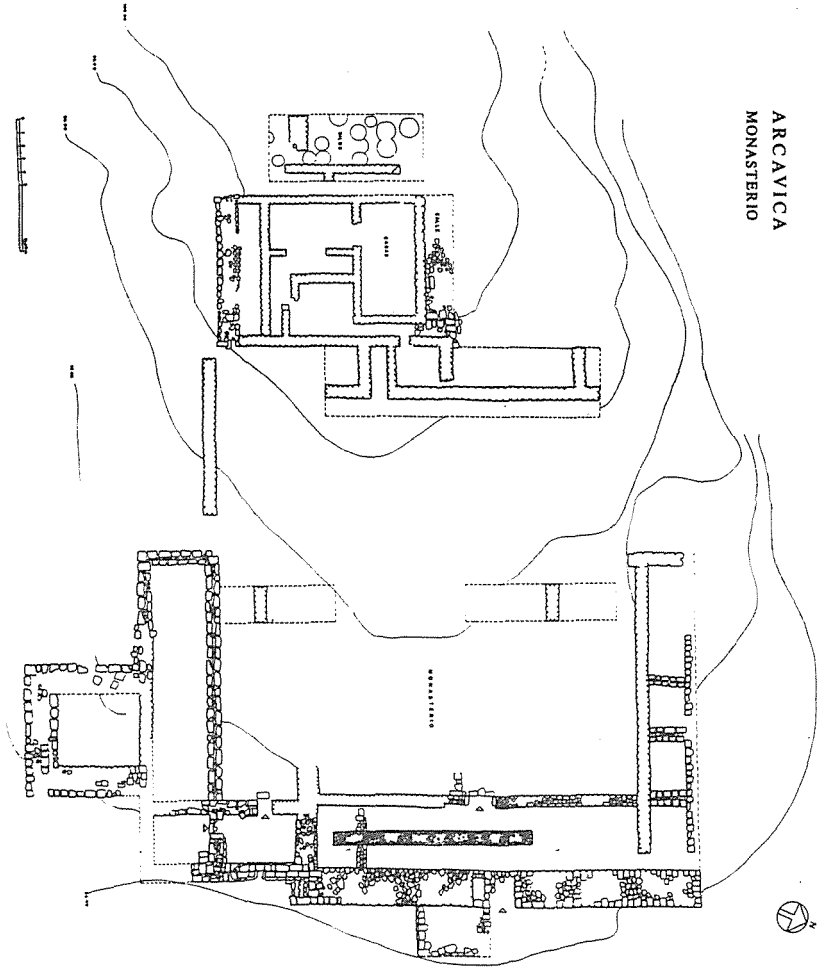
⁷⁴ FITA, F. "Sebastián, obispo de Arcávida", art. cit. p. 333-336.

⁷⁵ Tema estudiado por TORRES BALBÁS, L. *op. cit.* p. 25-34.

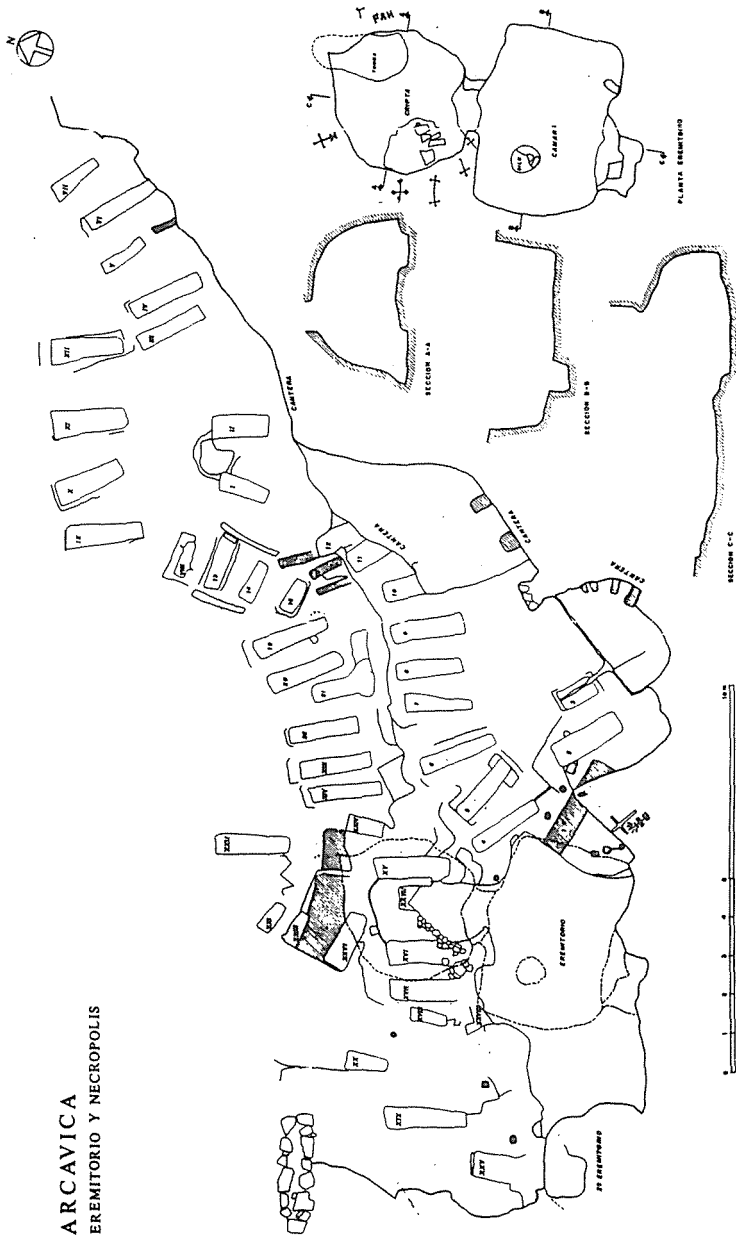
⁷⁶ ES, t. VII, p. 79; t. VIII, p. 207.

Est. I

ARCAVICA
MONASTERIO



I. Arcavica. Monasterio.

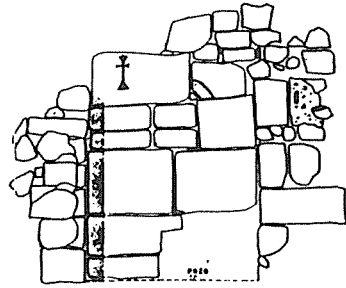


ARCAVICA
EREMITORIO Y NECROPOLIS

II. Arcavica. Eremitorio y necropolis.

Est. III

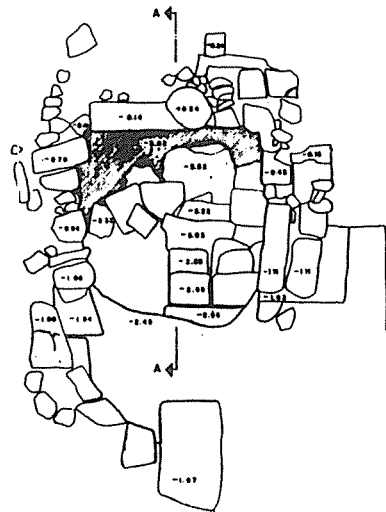
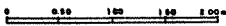
ARCAVICA
POCILLO



ALZADO



SECCION A.A.



PLANTA

III. Arcavica. "Pocillo".

ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE EL SIGLO VII EN EL ENTORNO CIRCUMPIRENAICO OCCIDENTAL

por

A. Azkarate Garai-Olaun*

Resumen: Se abordan en este artículo algunas cuestiones relacionadas con los acontecimientos que, a lo largo del siglo VII, se vivieron en el amplio espacio geográfico que se extiende desde la ribera izquierda del Loira hasta el valle del Ebro. A lo largo de sus páginas, se analiza la existencia probable de una realidad aquitano-vascona que, aunque centrada en el sudoeste de los territorios galos, abarcó también, al parecer, una parte importante de las tierras que se extienden al sur de los Pirineos Occidentales.

Palabras-clave: Arqueología. Tardoantigüedad. Aquitania/Vasconia.

Summary: In this article we approach some matters related with the events that, all the VII th. century long, were lived in the wide geographical area that extends between the left bank of the Loire river and the Ebro valley. Through its pages, we analyse the probable existence of an Aquitaine-Basque reality that, although centered around the Southeastern part of the Gaul territories, also covered, so it seems, to an important part of the lands that extended at the South of the Western Pyrenees.

Key words: Archaeology. Late Antiquity. Aquitane/Basque Country.

Vamos a fijarnos, en este breve trabajo, en la situación que vivió el entorno circumpirenaico occidental durante la Antigüedad Tardía y, más concretamente, en algunos de los acontecimientos que jalonaron el siglo séptimo. El protagonismo, para el período y ámbito referido, fue, sin duda, de un colectivo humano conocido desde antiguo en las fuentes escritas de época romana y que alcanzará en este tramo histórico una relevancia notable. Nos estamos refiriendo a los vascones, fuente de perplejidad para los historiadores por los cambios significativos que parecen sucederse en su seno. Ubicados con relativa precisión por Estrabón, Plinio, Tito Livio o Ptolomeo en un espacio geográfico determinado, bastante después, sin embargo, estarán presentes en lugares tan distantes entre sí como las riveras del Garona (más al norte, incluso) y los territorios que antes ocuparan várdulos o caristios, entre otros. Considerados por la historiografía como una comunidad

* Area de Arqueología. Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea.

pacífica, al parecer, en época romana, su imagen fue transformándose con los años en un estereotipo en el que han cabido todo tipo de apelativos... siempre o casi siempre negativos¹. Lógicamente, han corrido ríos de tinta a la hora de explicar estos cambios tanto de ubicación espacial como de comportamiento (simple corrimiento de un etnónimo sobre viejos substratos comunes para unos, expansionismo y vasconización de nuevos territorios para otros), hasta convertir la cuestión -algunas veces con sutilidad y otras con indudable descaro- en un debate sobre “dependencias” e “independencias” en el que los prejuicios ideológicos han estado a la orden del día... *en todos los casos*. Parafraseando a J. Caro Baroja² podríamos decir que, desde el siglo XVI a nuestros días, ha habido una serie de historiadores dedicados a demostrar, casi única y exclusivamente, que desde Toledo, Oviedo, León o Reims, París, Aquisgrán, según los casos, se ejerció un poder soberano, total, sobre los diversos territorios vascos y otros que, desde aquellas mismas fechas, se han empeñado en demostrar precisamente lo contrario. Entre unos y otros han conseguido que “la Historia de la Historiografía vasca y la de todo lo relacionado con el país vasco (...) sea, en sí, uno de los temas más tristes que pueda tratar un teórico de la Historia”³. Y así seguimos... y seguiremos. Lo más irritante del caso es, sin embargo, la suficiencia de quienes, viviendo empapados desde su más tierna infancia, en las estructuras conceptuales y tradiciones interpretativas de las llamadas “historiografías nacionales” y sintiéndose depositarios de no sabemos qué tipo de objetividad y neutralidad “científicas” (sin duda ilusorias, por imposibles), avisan displicentemente sobre los peligros y excesos de las “historias locales o regionales”. Ya se sabe que, desde siempre, hemos tenido los humanos cierta propensión a ver antes la paja en el ojo ajeno que la viga en el propio.

Con este estado de ánimo queremos reflexionar, como decíamos, en algunos de los acontecimientos que se vivieron en los aldeaños de los Pirineos Occidentales durante el siglo séptimo.

BREVE SINOPSIS HISTORICA DEL SIGLO VII

Los inicios de la séptima centuria conocieron en los aldeaños de los Pirineos Occidentales una actividad militar intensa. El año 602 Teudeberto II de Austrasia

¹ Véase, a modo de ejemplo, M. de MENACA, La légende noire des basques au Moyen Age et le chemin de Saint-Jacques, *II Congreso Mundial Vasco. Congreso de Historia de Euskal Herria*, Bilbao, 1988, II, pp. 591-607.

² J. CARO BAROJA, Alava en los orígenes de la historia vasca, *Historia General del País Vasco*, San Sebastián, 1980, II, p. 269.

³ *Ibidem*, p. 268.

y Teodorico II de Borgoña organizaban una expedición contra los vascones imponiéndoles un *dux* denominado Genial⁴. Al Sur de los Pirineos, Gundemaro, a pesar de su corto reinado (610-612) tuvo tiempo, sin embargo, de luchar contra vascones y bizantinos⁵. Su sucesor, Sisebuto (612-621) protagonizó también diversas intervenciones en el norte de la Península tanto contra los Astures como contra los Ruccones, estos últimos de ubicación geográfica todavía imprecisa⁶. Pero, quizá, la actividad militar más interesante, aunque polémica, de este monarca fue la recogida por Fredegario en un texto de difícil interpretación y de máxima importancia en relación con el tema que tratamos y en el que, como es sabido, se menciona la conquista de la provincia de Cantabria, tras haber permanecido aquella durante algún tiempo en manos de los francos⁷. Suintila, todavía bajo el reinado de Sisebuto, volvió de nuevo a atacar a los Ruccones⁸. Los vascones, sin embargo, debían constituir un verdadero problema con sus incursiones en la Tarraconense para que el antiguo general de Sisebuto interviniera decididamente contra ellos en el primer año de su reinado (621-631), infringiéndoles, al parecer, una severa derrota y construyendo a su costa la *civitas Gothorum* de *Ologicus*⁹. El desastre

⁴ "Eo anno [scilicet, VII regni Theuderici] Theudebertus et Theudericus exercitum contra Wasconis dirigunt ipsosque, Deo auxiliante, deiectione suae dominatione redegiunt et tributarius faciunt. Ducen super ipsos nomen Geniale instituunt, qui eos feliciter dominavit", FREDEGARIO et alii, *Chronicarum quae dicuntur Fredegarii Scholastici Libri IV cum continuationibus*, IV, 21 (Ed. de B. KRUSCH, *Monumenta Germanica Historica. Scriptores Rerum Merovingicarum*, Hannover, 1888, II, pp. 1-193. Traducción inglesa del texto en J. WALLACE-HADRILL, *The Fourth Book of Fredegar Chronicle*, Londres, 1960).

⁵ "Aera DCXLVIII, anno imperii Focatis sexto, Gundemarus post Vittericum regnat annis II. Hic, Wascones una expeditione uastavit, alia militem Romanum obsedit, morte propria Toletu decessit" (ISIDORO DE SEVILLA, *Historia Gothorum, Vandalorum, Sueborum*, 54 (Ed. C. RODRIGUEZ ALONSO, *Las historias de los godos, vándalos y suevos, de San Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción*, León, 1975, p. 270).

⁶ "Astures enim rebellantes misso exercitu in dicionem suam reduxit. Ruccones montibus arduis undique consaeptos per duces euicit" (ISIDORO DE SEVILLA, *Hist. Goth.*, 61). Sobre las distintas ubicaciones atribuidas a los ruccones, véase J. CANAL SANCHEZ, Los ruccones, un pueblo vasconavarro, *I Congreso de Historia de Navarra*, 3. *Comunicaciones. Historia altomedieval, Príncipe de Viana*, Anejo 8, 1988, II, pp. 349-362.

⁷ "Prouinciam Cantabriam Gothorum regno subaegit, quam aliquando Franci possederant. Dux Francio nomen, qui Cantabriam in tempore Francorum egerat, tributa Francorum regibus multo tempore impleuerat" (FREDEGARIO, IV, 33). Sobre este polémico texto, cfr. el trabajo, de aparición inmediata, a cargo de K. LARRAÑAGA, El pasaje del Pseudo-Fredegar sobre el dux Francio de Cantabria y otros indicios de naturaleza textual y onomástica sobre la presencia franca tardoantigua al sur de los Pirineos, *Archivo Español de Arqueología*, 1993 (en prensa).

⁸ "Iste sub rege Sisebuto ducis nactus officio Romana castra perdomuit. Ruccones superavit" (ISIDORO DE SEVILLA, *Hist. Goth.*, 62).

⁹ "Habuit quoque et initio regni expeditionem contra incursus Vasconum Terraconensem prouinciam infestantium, ubi adeo montiuagi populi terrore aduentus eius perculti sunt, ut confestim quasi debita iura noscentes remissis telis et expeditis ad precem manibus supplices ei colla submitterent, obsides darent, Ologicus ciuitatem Gothorum stipendiis suis et laboribus conderent, pollicentes eius regno dicionique parere et quicquid imperaretur efficere" (ISIDORO DE SEVILLA, *Hist. Goth.*, 63).

vascón no fue sin embargo, tan definitivo como quiere dar a entender Isidoro de Sevilla, pues pocos años después¹⁰ Braulio de Zaragoza se excusará por su tardanza en escribir al obispo hispalense aduciendo los graves desórdenes generados por los ataques de los enemigos y la larga pesadilla que se vio obligado a padecer por ello¹¹. Los autores se han mostrado generalmente de acuerdo en atribuir a los vascones las perturbaciones a las que se refiere el prelado zaragozano. Tras un cuarto de siglo de inquietud y movimientos de tropas al Sur de los Pirineos, las fuentes visigodas enmudecen durante algunos años.

El escenario de los acontecimientos parece trasladarse ahora a la Vasconia continental. Sabemos por Fredegario que el año 626 fue testigo de nuevas rebeliones vasconas, denunciadas por el duque sajón de Burdeos, Aighyna¹². Como certeramente ha subrayado M. Rouche, es importante señalar que en esta revuelta estuvieron implicados cualificados miembros de la clase dirigente aquitana: Palladio y su hijo Sidoco, es decir, nada más y nada menos que el mismísimo metropolitano de Eauze¹³. El problema creado fue, sin duda, suficientemente grave como para provocar, por parte de Clotario II, la convocatoria de un Concilio al año siguiente, y en el que la presencia de Sidoco, desterrado poco antes junto con su padre, muestra la fuerza de la aristocracia aquitana para sobreponerse a las situaciones más difíciles¹⁴. Muere Clotario II al poco (628) y, de sus dos hijos, será Dagoberto I quien asuma el control del poder merovingio. Dueño de Austrasia desde algunos años antes (623), ocupará también Neustria y Borgoña (629), creando para su hermano Cariberto un reino al sur del Loira, en un tercer ejemplo que, siguiendo los precedentes de Chramn y Gondoaldo, no hacía sino volver a reconocer la singularidad aquitana, a la vez que confirmaba una estrategia calculada consistente en promover un estado-tapón, un verdadero "Markenkönigum"

¹⁰ El año 625 en opinión de C.G. LYNCH, *San Braulio, Bishop of Saragossa (631-651), his Life and Writings*, Washington, 1938 (Ed. en castellano, Madrid, 1950).

¹¹ "O pie domne et uirorum praestantissime, sera est inquisitio et tarde data mihi scribendi optio, quia peccatis meis ingruentibus non modo sterilitatis vel inopie malo uerum etiam luis et hostilitatis quominus inquirerem orribili sum praepeditus incursu. Nunc autem etsi mille necessitatibus, mille curis adritus, post longum miserie tempus, uelut ad improbi soporis, ut ita dixerim, grauedine suscitatus, istius meae suggestionis affatibus dependere praesumo salutis obsequium et cordis et corporis humilitate prostratus, imprecans excellentissimam tuae beatitudinis postestatem ut peculiarem famulum, quem pio illo sacre dignationis intuitu semper habuisti susceptum, usque in finem habere iubeas commendatum" (BRAULIO DE ZARAGOZA, *Epistolae*, III, 1-2; L. L. RIESCO TERRERO, *Epistolario de San Braulio. Introducción, edición crítica y traducción*, Sevilla, 1975, pp. 64-65).

¹² "Eo anno [scil., XLII regni Chlotarii] Palladius eiusque filius Sidocus episcopi Aelosani, incusante Aighynane duci, quod rebellionem Wasconum fuissent consciae, exilio retruduntur" (FREDEGARIO, *Chron.*, IV, 54).

¹³ M. ROUCHE, *L'Aquitaine, des Wisigoths aux Arabes (418-781). Naissance d'une région*, Paris, 1979, p.89.

¹⁴ *Ibidem*, p. 90.

que frenara el fuerte avance vascón que reflejan los textos¹⁵. La temprana desaparición del rey aquitano concederá a su hermano Dagoberto un total protagonismo. Este enérgico monarca se apoderará pronto del reino de Cariberto¹⁶ e interviene en la política visigoda apoyando la revuelta de Sisenando contra Suintila. Tres años después (635) con un potente ejército aplasta una nueva y preocupante -a juzgar por los medios utilizados- rebelión vascona¹⁷, aunque su victoria no fuera completa por el fuerte revés sufrido, ya de regreso, por el *dux* Arimberto¹⁸. A pesar de todo, al año siguiente se presentaron en Clichy los principales de entre los vascones (*Wascones omnes seniores*), con el *dux* Aighyna a la cabeza, para prestarle juramento¹⁹.

¹⁵ "Cumque regnum Chlothariae tam Neptreco quam Burgundias ad Dagobertum fuisset preoccupatum, captis thinsauris et suae ditione redactis, tandem misericordia mutus, consilio sapientibus usu, citra Legere et litem Spaniae quod ponitur, partibus Wasconiae seu et montis Parenci pagus et civitates, quod fratri suo Cairiberto ad transagendum ad instar privato habeto cum vivendum potuisset sufficere, nuscetur concessisse; pagum Tholosanum, Cathorcinum, Agenninsem, Petrocorecum et Santonecum, vel quod ab his versus montis Pereneos excludetur. Hoc tantum Chairiberto regendum concessit, quod et per pactiones vinculum estrinxit, ut amplius Airibertus nullo tempore adversus Dagobertum de regno patris reptire presumerit. Airibertus sedem Tholosa aeliens, regnat in partem provinciae Aquetaniae. Post anno tercio, quod regnare coepisset, tota Wasconia cum exercito superans, suae ditione redegit; alequantulum largiorem fecit regni sui spacium" (FREDEGARIO, *Chron.*, IV, 56-57). A este respecto, y en general para cuanto decimos referido al viejo solar novempopolano y aquitano, véase la magistral obra de M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, cit., pp. 90ss.

¹⁶ "Anno nono regni Dagoberti Charibertus rex moretur, relinquens filium parvolum nomini Chilpericum, qui nec post mora defunctus est. Fertur, facione Dagoberti fuisset interfectus. Omnem regnum Chariberti unam cum Wasconiam Dagobertus protenus suae ditione redigit" (FREDEGARIO, *Chron.*, IV, 67).

¹⁷ Anno quarto decimo regni Dagoberti, cum Wascones forteter revellarent et multas predas in regno Francorum, quod Charibertus tenuerat, facerint, Dagobertus de universum regnum Burgundiae exercitum promovere iobet, statuens eis capud exercitus nomeni Chadoindum referendarium, qui temporebus Theudericus quondam regis multis priliis probatur strenuos. Quod cum decem docis cum exercetibus, id est Arinbertus, Amalgarius, Leudebertus, Wandalmarus, Waldericus, Ermeno, Barontus, Chairaardus ex genere Francorum, Chamnelenus ex genere Romano, Willibadus patricius genere Burgundionum, Aigyna genere Saxsonum, exceptis comitebus plurimis, qui docem super se non habebant, in Wasconia cum exercito perrixissent, et totam Wasconiae patriam ab exercito Burgundiae fuisset repleta, Wascones deinter moncium rupes agressi, ad bellum properant. Cumque priliare cepissent, ut eorum mus est, terga vertentes, dum cernerent se esse superandus, in faucis vallium montibus Perenees latebram dantes, se locis tutissemis per rupis eiusdem moncium collocantes latetarint, exercitus postergum eorum cum ducibus insequens, pluremo numero captivorum Wascones superatus, seo et ex his multitudine interfectis, omnes domus eorum incinsis, paeculies et rebus expoliant. Tandem Wascones oppressi seo perdomiti, veniam et pacem subscriptis ducibus petentes, promittent se gluriae et conspectum Dagoberti regi presentatus et, suae ditione traditi, cumta ab eodem iniuncta empleturus" (FREDEGARIO, *Chron.*, IV, 78).

¹⁸ "Feliciter haec exercitus absque ulla lesionem ad patriam fuerunt repediti, si Arnebertum docem maxime cum seniores et nobiliores exercitus sui per negliencia a Wasconibus in valle Subola non fuisset interfectus. Exercitus vero Francorum, qui de Burgundia in Wasconia accesserat, patrata victoria, redit ad propies sedebus" (*Ibidem*).

¹⁹ "Anno quinto decimo regno Dagoberti Wascones omnes seniores terre illius cum Aiginane duci ad Dagobertum Clipiaco venerunt, ibique in eclesia domni Dioninsis rigio temore perterriti confugium fecerunt. Clemenciam Dagoberti vitam habent indultam. Ibique sacramentis Wascones firmantes, semul

Habremos de retornar a la Vasconia peninsular para seguir narrando los acontecimientos. No tenemos noticia alguna de enfrentamientos armados entre los vascones y visigodos durante los reinados de Sisenando (631-636), Chintila (636-639) y Tulga (639-642). En realidad, desde que Suintila consiguiera su celebrada victoria en el año 621 hasta que la rebelión de Froya alcanzara Zaragoza, pasará treinta y dos años en los que las fuentes visigodas silencian cualquier enfrentamiento. Sabemos, no obstante, que los choques bélicos continuaron, como lo prueba el epitafio de Villafranca de Córdoba dedicado al noble Oppila, muerto a manos de los vascones cuando encabezaba un transporte de armamento²⁰. Algunos años más tarde (653) iba a suceder uno de los episodios más conocidos en este secular contencioso y que parecía, además, inevitable a tenor de los temores que manifestaban a Chindasvinto, algunos años antes, personajes tan cualificados como Braulio, Eutropio y Celso²¹. El fulgurante ataque vascón a Zaragoza, apoyando la insurrección de Froya²² no hacía, en efecto, sino confirmar

et promittentes, se omni tempore Dagoberto eiusque filies regnumque Francorum esse fœdilis; quod more solet, sicut sepe fecirant, post hac probavit aeventum. Permissum Dagoberti Wascones regressi sunt in terra Wasconiae (*Ibidem*).

²⁰ "haec caua saxa Oppilani | continet membra, / g[lorios]o ort[u] natalium, | gestu abituq. co[nspi]c[um]. / opibus quippe pollens et artuum uiribus cluens / iacula uchi precipitur predoq. | Baccis destinatur. / in procinctum belli necatur | opitulatione sodaliu desolatus / nauiter cede perculsum | clintes rapiunt peremtum. / exanimis domu reducitur, | suis a uermulis humatur. / lugit coniuu cum liberis, | fletibus familia presepit. / decies ut termos ad quater | quatermos uixit per annos, pridie Septemb(r)ium idus | morte a Vasconibus multatus era sescentissima et octagensima | id gestum memento. / sepultus sub d. quiescit | VI id. Octubres. (J. VIVES, *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*, Barcelona, 1969, pp. 90-91, nº 287).

²¹ "Suggerendum gloriosissimo domino nostros Chintasuinto regi, Braulio et Eutropius episcopi seruuli uestri cum presbyteris, diaconibus et omnibus plebibus a Deo sibi creditis, necnon et Celsus seruus uester, cum territoriis a clementia uestra sibi commissis" (BRAULIO DE ZARAGOZA, *Epist.*, XXXVII).

²² "...in quo quidam homo pestifer atque insani capitis Froja tyrannidem sumens, assumptis sceleris sui peruersis fautoribus, aduersus orthodoxum magnumque Dei cultorem Recesvinthum principem fraudulenta praetendens molimina, superbo adnisi Christianam debellaturus aggreditur patriam. Huius itaque sceleris causa gens efferata Vasconum Pyrenaeis montibus promotam, diuersis vastationibus Iberiae patriam populando crassatur. Heu, proh dolor! dicendi studium calamitatis intercipit magnitudo..." (TAJON, *Epistola ad Quiricum cantistitem*, 2. *España Sagrada*, ed. M.RISCO, 31, Madrid, 1776, pp. 171-172). "Temporibus non procul excursis quum quorundam refugarum tumultuosa seditio frequenter vastationes terris inferret, et scandala populis cum excidiis inrogaret, adeo ut captiuorum turmas reducere et desolationes terrae quae tali concursae sunt pesti quilibet conatus nequeat reparare..." (VIII Concilio de Toledo, II, J.VIVES, *Concilios visigóticos e hispanorromanos*, Barcelona-Madrid, 1963, p. 269). M.C. DIAZ Y DIAZ (Noticias históricas en dos himnos litúrgicos visigóticos, *Los visigodos. Historia y civilización. Antigüedad y Cristianismo* (Murcia), III, 1986, pp. 443-456), ha sabido ver en un himno litúrgico visigótico "una doble alusión a la sublevación de Froya y a la violenta y extensa ocupación por parte de los vascones de una buena zona de la región del Ebro hasta llegar al asedio de Zaragoza" (p. 447), con referencias a los monarcas corregentes en este período ("rectores patrae"), al usurpador Froya ("iusto iugulo deseca emulos") y a los propios vascones ("gentes barbaricas cornibus uentilet/ac planta terat inpios"). Todo lo cual, debidamente razonado, le permite concluir afirmando que el himno fue compuesto "en una ocasión muy especial, la de la campaña

sus lúgubres premoniciones²³ y constituyó sin duda uno más de los diversos episodios²⁴ -quizá el más violento- que, protagonizados por los vascones, asolaron las tierras del valle del Ebro.

Transcurrirán casi veinte años para que las fuentes escritas vuelvan a mencionar enfrentamientos armados, aunque, en esta ocasión, se simultanearán a ambos lados de los Pirineos. En Aquitania, tras la desaparición de Dagoberto, el ducado de Wasconia -a cuya cabeza habíamos visto a Aighyna- vivió, al parecer, al margen del control político merovingio. Desaparecen prácticamente las referencias a los territorios que se extendían al sur del Garona, la división del reino de Dagoberto entre sus dos hijos no tuvo aplicación en las ciudades de la antigua Novempopulania, todo indica, en fin, que “le duché de Vasconie tenu par Genialis et Aighyna lors de la première moitié du VIIe siècle a dû échapper à l’emprise de Sigebert II et Clovis II”²⁵. El mayordomo neustrio Ebroíno tratará, aunque inútilmente, de mantener bajo control los territorios meridionales del reino franco y, quizá, con esa intención, había concedido a Félix (658/58-672), ilustre patricio de Toulouse, el “principatum” sobre todas las ciudades hasta los Pirineos y sobre el pueblo de los Vascones, en un acto que ha sido interpretado como una restitución del “Markenkönigtum” de Cariberto II (629-632). Vano intento, sin embargo, a juzgar por el cariz de los acontecimientos, de los que cabe deducir que Félix había cedido a la tentación de asumir un poder político propio. Su sucesor, Lupo, iba a acelerar cualitativamente este proceso. Enfrentándose abiertamente a los francos (671-672)²⁶ provocó la reacción de Clotario III contra Wasconia el año 672. Este año, como veremos, iba a ser prolijo en acontecimientos. Wamba era coronado nuevo rey de los visigodos en Toledo y, al poco tiempo, hubo de enfrentarse a

contra Froya en los últimos tiempos de Chindasvinto, cuando éste ya había asociado al trono a su hijo Recesvinto, en el verano de 653” (p. 448).

²³ “... et uestros labores cogitantes et in futurum patriae prouidentes, inter spem metumque bacillantes, fiducia uincente metum, ad tuam pietatem recurrere decreuimus, ut, quia compendiosius nihil nec quieti uestre, nec casibus nostris prospicimus, in uita tua et te beneualente seruum tuum dominum Recesuindum dominum nobis et regem deposcimus, ut cuius etatis est et belligerare et bellorum sudorem sufferre, ausiliante suprema gratia, et noster possit esse dominus et defensor et serenitatis uestre refectio, quatenus et inimicorum insidie adque strepitus conquiescant et fidelium uestrorum uita absque pauore secura permaneat” (BRAULIO DE ZARAGOZA, *Epist.*, XXXVII).

²⁴ Braulio, Eutropio y Celso son explícitos en este aspecto: “Quapropter, pie domine, libenter seruorum tuorum suscipe preces, quas fidei intentione uideas anelare; spe enim et crebro cogitationis studio, quo unusquisque uite sue tranquillitatem desiderat et periculosos casus euitat, alterna conlatione conferentes et preterita discrimina reminiscentes animaduertimus quantis periculis, quantis necessitatibus, quantis etiam patuerimus aduersariorum incursibus...” (*Ibidem*).

²⁵ M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, cit., p. 97.

²⁶ “Post hanc supputationem usque in annum presentem quo Clotharius exercitum contra Wascones movit id est quinto decimo regni ipsius” (*Addimenta ad Chronica Maiora*, M.G.H. AA., t. XI, 1902, p. 493; cit. por M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, p. 512, nota 90).

graves sucesos, tanto en la Septimania como en el norte de la Península Ibérica, pero más delante nos ocuparemos con detenimiento de todo ello.

No volveremos a saber nada más de los vascones al sur de los Pirineos hasta el final, prácticamente, del período visigodo. Al norte le ocurre algo parecido. “Le silence de textes devint alors absolument total pour environ vingt-cinq ans”²⁷. Nada sabemos del destino de Lupo tras los sucesos de Limoges, aunque se supone que sobrevivió hasta su sucesión -en el umbral mismo entre los siglos séptimo y octavo- por el “princeps Aquitanorum” Eudón y con el que Aquitania alcanzará su máximo grado de poder político. Hasta tal punto se convertirá Eudón en el principal punto de referencia en el debilitado marco merovingio²⁸ que será presentado en una fuente tardía (*Miracula Austresigili*) como un “Romano” enfrentado a los “barbari” francos conducidos por Pipino de Heristal²⁹. Poco después, Chilperico II de Neustria y su mayordomo de palacio Raganfredo no dudarán, incluso, en considerarlo rey de Aquitania³⁰. Su prestigio alcanzó su punto máximo en el año 721. As-Samh, tras apoderarse de Narbona dos años antes, había dirigido sus ejércitos contra Tolosa. Allí le esperaban, sin embargo, las tropas aquitanas infringiéndole una severa derrota en la que perecería el propio As-Samh³¹. Eudón pasó a ser un símbolo al convertirse en el artífice del primer triunfo cristiano en el Occidente europeo. Su estrella, no obstante, comenzaría a declinar al poco. Severamente debilitado por la derrota que, diez años más tarde, cosecharía ante Abd al-Rahman al-Gafiqi³², hubo de ceder al poderoso empuje de un bastardo de Pipino II que la historia conocería con el nombre de Carlos Martel. Mayordomo de palacio de Austrasia y Neustria y fundador de la dinastía carolingia,

²⁷ M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, cit., p. 103.

²⁸ Sobre la decadencia merovingia puede verse P.J. GEARY, *Le monde mérovingien. Naissance de la France*, Paris, 1989, pp. 209-254 (*Before France and Germany. The Creation and Transformation of the Merovingian World*, Oxford, 1988).

²⁹ *Ibidem*, p. 106; E. JAMES, *Les origines de la France. De Clovis à Hugues Capet (486 à l'an Mil)*, Paris, 1986, p. 190.

³⁰ “Chilpericus itaque et Raganfredus legationem ad Eodonem dirigunt eius auxilium postulantes rogant, regnum et munera tradunt” (FREDEGARIO, *Chron.*, X, 88).

³¹ “Sema, rex Sarracenorum, post nono anno quam in Spania ingressi sunt Sarraceni, Narbonam obsidet, obsessamque capit, virosque civitatis illius gladio perimi iussit; mulieres vero vel parvulos captivos in Spaniam ducunt. Et in ipso anno mense tertio ab obsidendam Tolosam pergunt. Quam dum obsiderent, exiit obviam eis Eudo, princeps Aquitaniae, cum exercitu Aquitanorum vel Francorum, et commisit cum eis proelium; et dum proeliare coepissent, terga versus est exercitus Sarracenorum, maximaque pars ibi cecidit gladio (*Chronicon Moissiacense*: ad ann. 721. *Monumenta Germaniae Historica. Scriptores Rerum Merovingicarum*, Hannover, 1884-1920; Ed. G. PERTZ, p. 290).

³² “Anno 732. Abderaman, rex Spaniae, cum exercitu magno Sarracenorum per Pampelonam et montes Pirineos transiens, Burdigalem civitatem obsidet. Tunc Eudo, princeps Aquitaniae, collecto exercitu obviam eis exiit in praelium super Garonna fluvium; sed inito praelio, Sarraceni victores existunt, Eudo vero fugiens maximam partem exercitus sui perdidit, et ita demum Sarraceni Aquitaniam depraedare coeperunt. Eudo vero ad Karolum Francorum principem veniens, postulavit ei auxilium.

supo aprovechar hábilmente las nuevas circunstancias históricas derivadas de las conquistas musulmanas para fortalecer el poder franco y tratar de someter, de una vez por todas, el ámbito vasco-aquitano. Ni él mismo, ni su hijo Pipino el Breve ni su nieto Carlomagno, sin embargo, lo conseguirían del todo. Pero entrar en ello nos alejaría en exceso de los límites cronológicos que nos hemos marcado. Fijémonos, en cambio, en determinados acontecimientos que pudieran ofrecernos alguna luz sobre ciertos paralelismos apreciables a ambos lados de los Pirineos.

LA CUESTION DE LOS CONFUGIENTES AD HOSTES

Tras un primer tercio de siglo en el que, como hemos visto, tanto visigodos como merovingios actúan con cierta frecuencia, y coincidiendo con el fallecimiento de dos de los reyes más enérgicos de ambas monarquías³³, se abre un período de turbulencias que viene a coincidir con una indudable efervescencia entre los colectivos vascos de ambos lados de los Pirineos. En el caso peninsular, estas turbulencias quedan reflejadas en los graves episodios que afectarán muy especialmente al Valle del Ebro. La violenta sucesión entre Suintila y Sisenando no fue, al parecer, el único episodio que alteró la paz interior de la monarquía toledana. Por esas mismas fechas, la correspondencia de Braulio de Zaragoza vuelve a mostrar su preocupación³⁴ “por la inquietud ante los acontecimientos y por las turbaciones que, en el puesto que ocupo, amenazan en cada momento con el naufragio”. El IV Concilio toledano (633) menciona, por primera vez, el temor de los poderes públicos ante los contactos que pudieran darse en zonas fronterizas con enemigos de la patria³⁵, iniciando así un *leiv motiv* que será constante durante tres decenios. El V Concilio (636) refleja la existencia ya de algún intento de usurpación del trono³⁶ y, pocos meses después, el VI Concilio (638) dedica el canon XII a quienes buscaban refugio entre los enemigos “reforzando el poder de los adversarios”³⁷. Como ha señalado Thompson, no resulta aventurado suponer que la causa de estas reiteradas referencias fuera la existencia de diversas

Tunc Karolus, collecto magno exercitus, exiit eis obviam, et inito praelio in suburbio Pictavensi debellati sunt Sarraceni a Francis, ibique rex Abderaman cecidit cum exercitu suo in praelium, et qui remanserunt ex eis, per fugam reversi sunt in Spania. Karolus vero, spolia accepta, cum triumpho gloriae reversus est in Francia (*Chronicon Moissiacense*: ad anno 732. Ed. G. PERTZ, p. 291).

³³ Suintila: 631; Dagoberto I: 638.

³⁴ Cfr. J. ORLANDIS, *Historia de España. La España visigótica*, Madrid, 1977, p. 149.

³⁵ “De sacerdotibus ad gentem extraneam nuntios mittentibus” (J. VIVES, *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Barcelona-Madrid, 1963, p. 203, c.XXX).

³⁶ *Ibidem*, pp. 227-228, c. II-III. Cfr. también J. ORLANDIS, D. RAMOS-LISSON, *Historia de los Concilios de la España romana y visigoda*, Pamplona, 1986, pp. 301-304.

³⁷ “De confugientibus ad hostes” (J. VIVES, *Concilios visigóticos*, cit., p. 241, c.XII).

rebeliones, apoyadas por un poder extranjero, durante el reinado de Chintila³⁸. A la muerte de este monarca, y tras el paréntesis de Tulga, accede al poder un cuasi octogenario Chindasvinto quien, a pesar de su edad, actuó enérgicamente contra una parte importante de la nobleza visigoda. La situación política debió agravarse sobremanera a juzgar por la multiplicación de testimonios que conservamos. Durante los años 642-643 promulga Chindasvinto una durísima ley contra conspiradores, *profugi* y *refugae*³⁹, exigiendo su cumplimiento, mediante juramento, en el VI Concilio de Toledo (646). El canon I de este sínodo es, en su insistencia, casi delirante: “¿Quién ignora cuántos crímenes han sido cometidos por los tiranos y desertores que se pasan al enemigo y cuál su desastrosa soberbia, continuamente repetida, que ha causado gran menoscabo a la patria, e impuesto un esfuerzo sin tregua al ejército de los godos?”⁴⁰. Por estas mismas fechas, Braulio -obispo de Zaragoza-, Eutropio -obispo también en una sede próxima- y Celso -*dux* de la Tarraconense como quieren algunos⁴¹, *iudex* o *comes* de un distrito administrativo del valle medio del Ebro como prefieren otros⁴²-, envían a Chindasvinto una reveladora carta que refleja el estado de cosas que vivía aquel territorio y los profundos temores que asaltaban su estado de ánimo⁴³. Al poco sucederían los acontecimientos protagonizados por Froya contra Zaragoza y el Valle del Ebro. Como ha señalado Thompson, “se trataba precisamente de la clase de acción de los *refugae* que los reyes y los obispos habían intentado evitar durante tanto tiempo”⁴⁴. Quizá por ello y consciente del fracaso de las medidas coativas de sus predecesores, Recesvinto adoptó otra actitud solicitando a los obispos que reconsiderasen los juramentos que se hicieron en el reinado de Chindasvinto y evitaran que una venganza inmisericorde los convirtiera en inhumanos⁴⁵. Lo cierto es que “tras aplastar la revuelta de Froya, ni los reyes ni los obispos volvieron a hablar del problema de los *refugae*. En nuestros documentos estos *émigrées* hacen su primera aparición en las actas del II Concilio de Chintila, aunque es posible que Sisenando fuera calificado de *refuga* en 631. Se habló mucho de ellos en el reinado de Chindasvinto y en los primeros años de

³⁸ E. A. THOMPSON, *Los godos en España*, Madrid, 1971, p. 212.

³⁹ LV, II, 1, 8, Chind. Cfr., al respecto, K. ZEUMER, *Historia de la legislación visigoda*, Barcelona, 1944, pp. 138ss.

⁴⁰ J. VIVES, *Concilios visigóticos*, cit., pp. 249-253, c. I.

⁴¹ E. A. THOMPSON, *Los godos en España*, cit., p. 226.

⁴² J. ORLANDIS, *Historia de España*, cit., p. 167.

⁴³ *Epist.*, XXXVII: “spe enim et crebro cogitationis studio, quo unusquisque uite sue tranquillitatem desiderat et periculosos casus cuitat, alterna conlatione conferentes et preterita discrimina reminiscentes animaduertimus quantis periculis, quantis necessitatibus, quantis etiam patuerimus aduersariorum incurisibus...” (L. RIESCO TERRERO, *Epistolario de San Braulio*, Sevilla, 1975, p. 148).

⁴⁴ E.A. THOMPSON, *Los godos en España*, cit., p. 229.

⁴⁵ J.VIVES, *Concilios visigóticos*, cit., pp. 263ss. Cfr. también, J. ORLANDIS, D. RAMOS-LISSON, *Historia de los concilios*, cit., pp. 344-346.

Recesvinto, aunque no se nos da ningún indicio sobre qué tipo de hombres eran, sobre su identidad y sobre el poder o poderes extranjeros cuya ayuda habían solicitado. Desaparecen de los documentos tan misteriosamente y repentinamente como habían aparecido⁴⁶.

¿Quiénes son, por tanto, estos enemigos a los que que tantas veces se refieren los textos visigodos y que ofrecían refugio y ayuda a los numerosos *confugientes ad hostes* que alteraron la convivencia en el reino toledano durante buena parte del siglo?

El canon XXX del IV Concilio de Toledo se refiere explícitamente a los obispos que, limitando en sus diócesis con los enemigos (*confinitimi hostium sacerdotes*) enviaban mensajes o mantenían relaciones por poderes ajenos al reino (*gentem extraneam*). Thompson supuso que el canon se estaba refiriendo a los obispos del sur que apoyando la rebelión de Iudila, pudieron haberse puesto en contacto con los bizantinos de Africa o las Baleares⁴⁷. Como ha señalado Orlandis⁴⁸, sin embargo, esta revuelta es sólo un supuesto basado en dos hallazgos monetales que podrían, quizá, pertenecer a este período, pero imposible de confirmar por otros medios. A nosotros nos parece más razonable imaginar que estos límites a los que se refiere el concilio toledano debían ubicarse allá donde, desde hace años, sabemos positivamente que existían problemas reales. Los cuatro monarcas que precedieron a Sisenando habían movilizado sus ejércitos para llevar a cabo sus campañas en el norte peninsular. Conocemos ya las preocupaciones de Braulio: “Han llegado unos tiempos muy difíciles, en que conviene más callar que hablar”⁴⁹, confesaba al arcediano Floridio, reflejando, sin duda, la profunda desconfianza que le producía su entorno próximo. No sería, además, la primera vez que las jerarquías eclesiales habían conspirado con los vascones. Sabemos por Fredegario que el año 626 fue testigo de nuevas rebeliones vasconas, denunciadas por el duque sajón de Burdeos, Aighyna. Es importante señalar que en esta revuelta estuvieron implicados cualificados miembros de la clase dirigente aquitana: Palladio y su hijo Sidoco, es decir, nada más y nada menos que el mismísimo metropolitano de Eauze. No resulta descabellado, pues, suponer que el canon XXX del concilio toledano estuviera refiriéndose a sucesos similares que pudieran haber acontecido durante el reinado de Sisenando -quizá sin ir más allá de simples maquinaciones- en alguna de las diócesis próximas a la que presidía el propio Braulio.

Con Chintila y Chindasvinto, el problema de los *profugi* y *refugae* alcanzó, como ya se ha dicho, tintes casi obsesivos. Preguntándonos de nuevo por el

⁴⁶ E.A. THOMPSON, *Los godos en España*, cit., p. 230.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 203.

⁴⁸ J. ORLANDIS, *Historia de España*, cit., p. 148.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 149.

destino de estos huídos, sólo cabe pensar, como ya lo hicieran otros autores⁵⁰, en los territorios de vascones y francos. Estos últimos, sin embargo, no estaban para prestar ayuda a nadie, pues bastante tenían con poner orden en su propio universo doméstico. Hemos visto ya cómo, desde la muerte del enérgico Dagoberto I, la dinastía merovingia venía padeciendo un nuevo período de debilidad política, generada por los conflictos latentes entre austrasianos y neustrios, hasta el punto de que los territorios comprendidos entre el Garona y los Pirineos debieron de escapar totalmente al control de Sigeberto III y Clotario II⁵¹. Es significativo, en este sentido, el paralelismo que se observa a ambos lados de los Pirineos: la debilidad política merovingia tras la desaparición de Dagoberto (638) tiene su equivalente en las graves turbulencias que se viven en el marco toledano desde la destitución de Suintila por Sisenando (631). Los intentos de reactivación mantienen también los paralelos: Recesvinto accederá al poder el año 653 y el mayordomo de palacio neustrio Ebroíno tratará de retomar las riendas del poder franco a partir del 658. Y cuando, tras largos años de silencio, las crónicas franco-visigóticas vuelvan a hablar de nuevas expediciones, los hechos coincidirán en el tiempo con las intervenciones de Wamba y Clotario III.

Parece, en efecto, que en todo este tiempo el entorno aquitano-vascón conoció una indudable efervescencia política cuyos resultados podrán observarse al sur del Loira durante el primer tercio del siglo VIII, aunque sus raíces se hunden en el siglo VII. De hecho, ni las crónicas francas ni las visigodas reflejarán iniciativa militar alguna durante prácticamente cuarenta años, mientras que, por lo que sabemos, parece que aquella había quedado en mano de sus enemigos. El epicentro de esta eclosión se vivió al sur del Loira, aunque tuvo también su reflejo en la Wasconia peninsular donde, como luego veremos, los testimonios arqueológicos ofrecen un fuerte componente aquitano. “Les textes confondent souvent les Aquitains avec les Vascons, mais les Basques eux-mêmes et le région de la rive gauche de la Garonne son toujours qualifiés de Wascones. C’est donc un ensemble politique nouveau que vient de surgir, totalement séparé des Francs”⁵² y añadiríamos nosotros- “des Wisigoths”.

Este “ensemble politique nouveau” debió constituir el destino de los numerosos *profugi* y *refugae* de este turbulento período. Pero no sólo en el reino visigodo. Cuando una facción nobiliaria consigue asesinar a Childerico II, los participantes en ella huyen de las represalias de Ebroíno cruzando el Loira y refugiándose entre los

⁵⁰ Cfr., por ejemplo, J. ORLANDIS, D. RAMOS-LISSON, *Historia de los concilios*, cit. p. 328.

⁵¹ M. ROUCHE, *L’Aquitaine*, cit. p. 97. No hay que descartar, sin embargo, que las facciones rebeldes de la Septimania se refugiaran en tierras borgoñonas, a juzgar por la beligerancia con la que trató Chindasvinto al legado de Clodoveo III, rey de Neustria y Borgoña (J. ORLANDIS, *Historia de España*, cit., p. 166).

⁵² M. ROUCHE, *L’Aquitaine*, cit., p. 99 y 512 (nota 81).

vascones⁵³. Es el único texto que se refiere al destino de unos *refugae*, pero no cabe duda que -en su formulación inequívoca- ilustra muy bien sobre cuál pudo haber sido el camino que eligieron otros muchos conspiradores.

LOS VASCONES Y LA REBELION DE PAULO

Fijémonos, ahora, en los sucesos a los que tuvo que enfrentarse otro enérgico monarca visigodo, Wamba, apenas ser elevado al trono. Se ha supuesto habitualmente que “la primera acción que conocemos en su reinado fue un ataque contra los vascones”⁵⁴ y que, una vez en plena campaña, recibió la noticia de la rebelión de Hilderico en la antigua narbonense. La narración que de los acontecimientos hace San Julián de Toledo, sin embargo, sugiere otra cosa. Como ha señalado certeramente A. Besga Marroquín parece más bien que Wamba se enteró primero de la rebelión de la Septimania (c.5-6), encargó a Paulo su sometimiento (c.7-8) y se dirigió él a Cantabria contra los vascones recibiendo allí la noticia de la traición de Paulo(c. 9)⁵⁵. Es importante precisar todo ello, pues nos encontramos, probablemente, ante el caso más evidente de participación conjunta por parte de vascones de ambos lados de los Pirineos. No parecen dudarlo autores tan cualificados como E. Ewig⁵⁶, M. Rouche⁵⁷ y E. Demougeot⁵⁸. Lo que resulta

⁵³ “Sed Ebroinus fallaciter agens, ut solebat, compatri suo insidias praeparans, ipsum Leudesium interficit; regem Theudericum in regno restituto, ipse suum principatum sagaciter restauravit. Sanctum Leudegarium episcopum crudelissimis tormentis caesum gladio peremi iussit; Gaerenum, germanum eius, diversa tormenta trucidavit. Reliqui vero Franci eorum socii per fugam lapsi, Ligere transgressi, usque Vasconos transfugerunt” (FREDEGARIO, *Contin.*, 2, 96). Sobre el desarrollo de los acontecimientos, cfr. M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, cit., pp. 103; E. JAMES, *Les origines de la France*, cit., pp.186-188.

⁵⁴ E.A. THOMPSON, *Los godos en España*, cit., p. 211. En la misma línea, J. ORLANDIS, *Historia de España*, cit., p. 256 y L.A. GARCIA MORENO, *Las invasiones y la época visigoda. Reinos y condados cristianos, Romanismo y germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos* (Historia de España dir. por M Tuñón de Lara), Barcelona, 1981, p. 359.

⁵⁵ A. BESGA MARROQUIN, *La situación política de los pueblos del norte de España en la época visigoda*, Bilbao, 1983, p. 45: “Es muy difícil concebir que Wamba se enterara en Cantabria de la rebelión de Hilderico, mandase a Paulo a reprimirla y recibiera noticias de la proclamación de éste como rey en Narbona sin que aún no hubiera vencido a los vascones. Victoria que le llevó tan sólo siete días a partir del momento en que se enteró de la última noticia. No pudo, pues, ser tan larga la campaña contra los vascones o los preparativos de la misma en Cantabria. Por consiguiente, Wamba se debió enterar antes de llegar a Cantabria de la rebelión de Ilderico y mandar a Paulo con un ejército a la Septimania. Estimamos que es muy verosímil que ambas cosas ocurrieran en Toledo”; de la misma opinión se muestra J.J. SAYAS ABENGOECHEA, *Euskal Herria y los pueblos germánicos, II Congreso Mundial Vasco. Congreso de Euskal Herria*, Bilbao, 1988, I, p. 399.

⁵⁶ E. EWIG, *Spätantike und frankischen Gallien*, I, Munich, 1976, pp. 217-219.

⁵⁷ M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, cit., p. 102.

⁵⁸ E. DEMOUGEOT, *La Septimanie dans le royaume wisigothique, de la fin du Ve s. à la fin du VIIe s., Actes des IXe Journées d'Archéologie Mérovingienne: Gaule mérovingienne et Méditerranée*, Musée Archéol. de Lattes, 1988, pp. 17.

seguro, desde luego, es que la intervención de Wamba en la frontera de Cantabria no fue “una de las habituales campañas de castigo del ejército visigodo contra los vascones”⁵⁹. Los monarcas visigodos llevaban más de cincuenta años sin organizar una campaña contra ellos (Suintila: 621) y habían pasado veinte años desde que las fuentes escritas recogieran el último enfrentamiento (rebelión de Froya: 653). No resulta razonable presentar, pues, esta campaña como una más de las expediciones rutinarias organizadas desde Toledo. La propia resistencia de Wamba a aceptar el trono, temeroso de que, por su avanzada edad, no fuera capaz de hacer frente a los grandes peligros que amenazaban al reino, está denunciando la existencia de acontecimientos a los que tuvo que hacer frente nada más iniciar su reinado⁶⁰.

Lo cierto es que este monarca envía a Paulo a la Septimania y se dirige él mismo contra los vascones peninsulares. No resulta muy lógica esta actitud a no ser que respondiera a la percepción, por parte del monarca visigodo, de que se encontraba ante un problema que había de ser atajado simultáneamente en dos frentes diferentes. Evidentemente no lo dicen así, de forma explícita, las fuentes escritas, pero los indicios nos parecen suficientes, siempre y cuando se interpreten correctamente. Porque decir que Paulo se refugió en Nîmes con un contingente de auxiliares *francos* y de otras naciones mientras esperaba la ayuda de nuevas *bandas extranjeras* procedentes de las vecinas *tierras merovingias* y que, tras la victoria de Wamba sobre el rebelde, el único ataque que recibió fue una incursión de un *duque franco* llamado Lupus⁶¹, supone interpretar lo ocurrido sólo parcialmente al sobredimensionar lo “franco” en detrimento del verdadero protagonismo aquitano-vascón. Se olvida, por ejemplo, que Hilderico -tras deponer al obispo de Nîmes, Arigio, y desterrarlo a Aquitania- había puesto en su lugar a Ranimiro con la colaboración de dos obispos *extremae gentis*, es decir, probablemente aquitanos y que por “aquitanos” también hay que entender “los francos” que junto a los vascones apoyan la sublevación de Paulo, tal y como sugieren J. de Jaurgain o el propio M. Rouche⁶². Considerar “franco” a Lupus supone, además, olvidar la propia historia de Aquitania, su rebelión contra Clotario II, su participación en el asesinato de Childerico II, los sucesos de Limoges y la transformación, en definitiva, del ámbito vasco-aquitano -cuando suceden los acontecimientos narrados

⁵⁹ J. ORLANDIS, *Historia de España*, cit., p. 256.

⁶⁰ Así lo sugiere E. DEMOUGEOT, *La Septimanie dans le royaume wisigothique de la fin du Ve s. à la fin du VIIe s.*, *Actes des IXe Journées d'Archéologie Mérovingienne: "Gaulle mérovingienne et Méditerranée"*, Musée Archéol. de Lattes, 1988, p. 25.

⁶¹ J. ORLANDIS, *Historia de España*, cit., p. 262.

⁶² J. DE JAURGAIN, *Vasconia. Estudio histórico-crítico. s. VI-XI*, San Sebastián, 1976, I, p. 89.; M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, cit., p. 102. (“Ubi dum Paulus perfidiae suae socios numerosiores efficere vellet, prolatis promissisque numeribus, Francorum Vasconumque multitudines in auxilio sui pugnaturas allegit...”, SAN JULIAN DE TOLEDO, *Historia Wambae*, 8).

por San Julián de Toledo- en un espacio político enfrentado con el poder merovingio.

Véase, en cambio, hasta qué punto es explícito E. Demougeot a este respecto cuando se refiere a la “grave révolte de la Septimanie, appuyée non plus par des Mérovingiens en déclin, mais pour le dux d’Aquitaine Loup, que ses récents succès venaient de rendre indépendant du maire du palais de Neustrie Ebroïn”⁶³. Dos puntos de vista, como se ve, antagónicos.

Conviene, pues, que nos detengamos muy brevemente en algunas cuestiones relacionadas con el ejército aquitano, instrumento fundamental en el proceso de independencia de esta región en época merovingia y en el de su resistencia frente al poder carolingio. Es conocido, en este sentido, el protagonismo vascón, cimentado muy probablemente durante toda la séptima centuria, aunque las fuentes textuales más evidentes en este sentido procedan del siglo siguiente.

Los monarcas merovingios habían tratado de frenar la presión vascona sobre los territorios aquitanos, fueran estos austrasianos o neustrios, con enérgicas expediciones a cuyo término imponían a los rebeldes un *dux* que los mantuviera en orden. Recordemos a Genial -tras la intervención de Teodorico II y Teudoberto II- o al sajón Ayghina -tras la poderosa intervención de Dagoberto-. Se trataba, en definitiva, de crear verdaderas “marcas” fronterizas al mismo estilo de las que existieron frente a los bretones, por ejemplo. A pesar de todo y tras la desaparición de Dagoberto, el ducado de Vasconia vivió, al parecer, al margen del control político merovingio y transcurrieron bastantes años hasta que el mayordomo neustrio Ebroino intentara recuperarlo concediendo a Felix el *principatum* -máxima dignidad de la monarquía merovingia- sobre el pueblo de los vascones y todas las ciudades hasta los Pirineos. Como ha señalado M. Rouche, sin embargo, se vivían tiempos en los que las tendencias centrífugas eran frecuentes en las marcas fronterizas, como lo demuestran los casos de Turingia, Borgoña o los territorios próximos a la Bretaña independiente⁶⁴. Tanto Felix como Lupus y, sobre todo, Eudes culminarán un proceso que hundía sus raíces muy probablemente en el siglo sexto.

En este largo proceso de enfrentamientos entre francos y aquitanos, el elemento vascón constituyó una pieza clave en la fuerza militar de estos últimos. Los hemos visto ya apoyando la rebelión de Lupus contra el poder merovingio, tomando parte de los contingentes que ayudan a Paulo en su rebelión contra Wamba, o acogiendo y protegiendo a los *refugae* francos. Los habríamos visto, más adelante -de haber ampliado nuestros límites cronológicos- apoyando al príncipe Eudes contra Carlos Martel, sublevándose con el *dux* Hunaldo contra Carloman y Pipino

⁶³ E. DEMOUGEOT, *La Septimanie dans le royaume wisigothique*, cit., p. 25.

⁶⁴ M. ROUCHE, *L’Aquitaine*, cit., pp. 99-100.

o prestando sus servicios al *princeps Aquitaniae*, *Wafarius*, en la larga lucha que sostuvo con Pipino el Breve⁶⁵.

En todas las ocasiones -estas y otras que podrían recogerse- los vascones parecen constituir la principal fuerza de choque del ejército aquitano. Su capacidad militar residía, al parecer, en el uso de una caballería capaz de actuar con rápidos movimientos envolventes, lo que les concedía una neta superioridad sobre la infantería merovingia⁶⁶. Pero, además, los vascones participaron también en la guerra de posiciones que llevaron a cabo francos y aquitanos. Cuando Pipino el Breve, en su dura y sistemática campaña contra Aquitania, toma Bourges y Thouars, hizo prisioneros entre sus defensores a contingentes vascones⁶⁷, y tal debía de ser la importancia de estos soldados en la guerra que se venía librando, que el monarca franco -dejando en libertad a los demás partidarios aquitanos de *Wafarius*- a ellos, sin embargo, los integró en su ejército tras exigirles juramento de fidelidad y garantizar su cumplimiento tomando como rehenes a sus mujeres e hijos⁶⁸. M. Rouche ha identificado hasta diez guarniciones más con defensores vascos. "Un veritable cordon de *custodes* basques avait donc été mis au point par les princes d'Aquitaine"⁶⁹.

Nos interesa subrayar especialmente esta participación vascona en los ejércitos aquitanos porque, a la larga, hubo de suponer un *fenómeno de aculturación* importante que nos ayudará a comprender la sorprendente riqueza de algunas necrópolis descubiertas en territorios vascones. Estamos hablando de gentes que forman parte del complejo entramado jerárquico de una estructura

⁶⁵ Para ello resulta de consulta imprescindible la tantas veces citada obra de M. Rouche (*L'Aquitaine...*). Puede acudirse también, con el debido sentido crítico, a las numerosas obras de J.F. BLADÉ (*L'Aquitaine et la Vasconie cispyrénéenne depuis la mort de Dagobert I jusqu'à l'époque du duc Eudes*, Le-Puy, 1891; *La fin du premier duché d'Aquitaine*, Le-Puy, 1892; *Le Sud-Ouest de la Gaule franque depuis la création du royaume d'Aquitaine jusqu'à la mort de Charlemagne*, Paris, 1893; *Géographie politique du Sud-Ouest de la Gaule franque au temps des rois d'Aquitaine*, Agen, 1895, etc.) o a J. DE JAURGAIN, *La Vasconie: étude historique et critique sur les origines du royaume de de Navarre, du duché de Gascogne, des comtés de Comminges, d'Aragon, de Foix, de Bigorre, d'Alave et de Biscaye, de la vicomté de Béarn, et des grands fiefs du duché de Gascogne*, Pau, 1898-1902, e vols. (Ed. castellana: *Vasconia. Estudio histórico-crítico. S. VI-XI*, San Sebastián, 1976).

⁶⁶ M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, cit., pp. 358-361.

⁶⁷ *Ibidem*, pp. 354-358.

⁶⁸ "Factum est autem, ut, post quod Pippinus rex urbem Arverniam cepit hac regionem illam totam vastavit, sequente anno, id est 11. regni ipsius, cum universa multitudo gentis Francorum Bituricas venit, castra metatusque est undique et omnia quae in giro fuit vastavit. Circumsepsit urbem munitionem fortissimam, ita ut nullus egredi ausus fuisset aut ingredi potuisset, cum machinis et omni genere armorum, circumdedit ea vallo. Multis vulneratis plurisque interfectis fractisque muris, cepit urbem et restituit eam ditioni suae iure proelii et homines illos, quos Waiofaius ad defendendam ipsam civitatem dimiserat, clementiam suae pietatis absolvit; dimissisque reversi sunt ad propria. Uniberto comite vel reliquos Vascones, quos ibidem invenit, sacramentis datis, secum adduxit, uxores eorum hac liberos in Frantia ambulare praecepit..." (FREDEGARIO, *Contin.*, 43).

⁶⁹ M. ROUCHE, *L'Aquitaine*, cit., p. 355.

militar, de colectivos cuyos principales se relacionan y conspiran con *romani* tan significativos como el propio metropolitano de Eauze, que acogen y protegen a *refugae* tanto visigodos como francos, que son capaces de asumir la defensa de ciudades como Clermont, Bourges o Thouars, que participan activamente, en definitiva, en el devenir político de una de las regiones más “romanas” del occidente europeo.

Puede arguirse, sin embargo, que todo ello ocurrió únicamente al Norte de los Pirineos. Para cualquiera que conozca el mundo de la montaña y sepa, lógicamente, que aquella une más que separa a las gentes que viven a una y otra vertiente, ésta no debiera constituir, en ningún caso, una objeción relevante. Pero las cosas son como son y habrá que resignarse ante la enorme operatividad de algunos esquemas conceptuales que permiten que las reconstrucciones históricas del pasado se sigan adecuando a los marcos políticos de los Estados modernos y que, en este sentido, sea posible encontrar en la historiografía sobre los vascos numerosos trabajos que ignoran totalmente lo acontecido en la vieja Novempopulania o al norte del Garona, incluso. “Y es que -como señalaba un ilustre investigador tan poco sospechoso de excesos localistas como J.M. Lacarra- por más que lo pretenda, al geógrafo o al historiador le resulta difícil desprenderse del *subtratatum* nacional o cultural en el que vive”⁷⁰. Creemos que los nuevos descubrimientos de estos últimos años, muestran una relación indudable entre ambas vertientes de los Pirineos, sin que -por prudencia- nos atrevamos, sin embargo, a medir el grado de tal relación.

LAS NECROPOLIS DE ALDAIETA, BUZAGA Y PAMPLONA

A) Los datos

Del año 1986 a esta parte se han realizado algunos descubrimientos arqueológicos⁷¹ de singular transcendencia para el tema que nos ocupa: nos referimos a las necrópolis de Aldaieta y de Buzaga.

1.- La primera de ellas, ubicada en la misma orilla del embalse artificial de Ullibarri-Gamboa, se halla enclavada en el término alavés de Nanclares de Gamboa, a unos 15 kms., aproximadamente de Vitoria-Gasteiz. Una vez finalizadas las campañas de excavación, han sido más de cien los enterramientos

⁷⁰ J.M. LACARRA, Acerca de las fronteras en el Valle del Ebro (siglos VIII-XII), *Investigaciones de Historia navarra*, Pamplona, 1983, p. 116.

⁷¹ Para mayor información, véase un trabajo nuestro: A. AZKARATE, Francos, aquitanos y vascos. Testimonios arqueológicos al sur de los Pirineos, *Archivo Español de Arqueología*, 1993 (en prensa).

exhumados⁷², respondiendo todo ellos a la misma tipología: tumbas en fosa simple en la que se depositó el cadáver dentro de una ataúd de madera, con un ajuar y depósito funerarios de notable calidad en muchos casos. El ajuar militar puede considerarse ya único en la Península con 2 “sramasaxes”, más de 50 puntas de lanza de tipología diversa y una treintena de hachas de combate. En un rápido inventario provisional se pueden citar, además, una magnífica empuñadura en asta de ciervo decorada, la estructura metálica de un casco de cuero, una veintena de cuchillos, una espléndida hoz de filo dentado, 1 broche de cinturón con placa articulada y otro de placa rígida, más de 30 hebillas de plata, bronce y baño de oro en un caso, numerosas agujas y remaches escutiformes, 2 agujas de bronce, 2 fíbulas en omega, 6 vasos de vidrio (3 de ellos completos), 10 recipientes cerámicos, 2 espléndidos cuencos de bronce completos también, varias asas de sección helicoidal y refuerzos metálicos de recipientes de madera, una treintena de anillos de hierro, plata y bronce (algunos de ellos espléndidos, con pasta vítrea o camafeos engastados en su cabujón), 2 pendientes, 5 collares, varios centenares de cuentas de ámbar y pasta vítrea, más de un millar de clavos, tachuelas... y un número indeterminado de objetos de hierro y bronce de diversa funcionalidad. Es interesante señalar que los enterramientos se disponen en grupos perfectamente separados unos de otros por amplios espacios libres. Pensamos en un principio que estos grupos -unidos entre sí por lazos probablemente sanguíneos o sociales- se organizaban en largas hileras de enterramientos (al estilo de “les cimetières par rangées” del mundo germánico continental). Las tres últimas campañas, sin embargo, (1991-1993) han ofrecido varios grupos con una organización totalmente distinta y en las que, partiendo de una tumba fundacional con gran riqueza de ajuares, los enterramientos se superponen hasta en tres niveles sepulcrales distintos. Es de señalar que estos grupos, aún disponiendo de amplios espacios libres en sus inmediaciones, prefieren la abigarrada disposición que se ha descrito. No cabe duda de que la atracción del lugar fundacional era más fuerte que otras consideraciones vinculadas a la comodidad o a la mayor racionalización del espacio funerario. Es importante también indicar que estos grupos funerarios se ubican en la zona oriental de la necrópolis, con los cuerpos orientados mayoritariamente en dirección S-N (cabeza al sur y pies al norte), mientras que en la zona occidental la distribución de los enterramientos se desarrolla en largas hileras sin superposiciones y siempre con orientación W-E (cabeza al oeste y pies al este).

⁷² Aunque fueron muchos más en origen. Ya desde las fechas mismas del descubrimiento, supusimos que el pantano habría deteriorado una parte importante la necrópolis. Con el paso del tiempo hemos podido confirmar que la docena de enterramientos recuperados en la playa eran, por desgracia, los últimos testimonios funerarios de un espacio cementerial mucho más amplio. Hoy en día podemos afirmar que han sido varios los cientos de tumbas destruidas por el embalse, lo cual nos da idea de las dimensiones e importancia del yacimiento de Aldaieta.

Los ajuares muestran también diferencias significativas, resultando todo ello del máximo interés para el estudio en curso. Recojamos también, para terminar, la diversidad de ritos funerarios que se observan bien en la orientación de las sepulturas, bien en la posición de los cuerpos, bien en la presencia de depósitos funerarios de indudable significado apotropaico. Los resultados, en algún caso, son espectaculares: individuos inhumados sin cabeza, esqueletos en posiciones intencionalmente violentadas, denticiones de équidos junto a los fallecidos, etc.

2.- La necrópolis de Buzaga se encuentra ubicado en el término municipal de Elorz, a 13 kms., aproximadamente, de Pamplona. En 1986 se localizaban, en una pequeña loma del lugar mencionado, algunos objetos metálicos que afloraban en superficie y que, tras diversas prospecciones efectuadas sin remoción alguna de tierra, han alcanzado un número no desdeñable de materiales del máximo interés. El inventario de las piezas a las que hemos tenido acceso es el siguiente: 21 lanzas de tipología diversa y en distinto estado de conservación; 1 scramasax casi completo y varios más en estado fragmentario; 2 puñales; una veintena de cuchillos, todos en estado fragmentario; varias puntas de flecha; 7 placas de cinturón (3 en estado fragmentario) y 2 contraplacas; 2 apliques escutiformes simples y 1 doble; 5 hebillas arriñonadas de bronce con sus correspondientes agujas escutiformes; 4 hebillas arriñonadas de bronce; tres hebillas ovaladas de bronce; 6 agujas escutiformes de bronce; 4 hebillas arriñonadas de hierro; 1 gran hebilla de hierro con su aguja, decoradas ambas con damasquinados en plata; varias hebillas más de distinta tipología y estado de conservación; 3 probables "briquets"; 5 placas dorsales de bronce; 2 plaquitas con inscripción y una pequeña pieza aviforme, todo ello respondiendo, muy probablemente, a las diversas decoraciones que adornaban los "sac à main" característicos de las sepulturas femeninas; 2 botones o remaches; 1 alfiler de bronce fragmentado con cabeza decorada; 1 cuenta de pasta vítrea; 1 punzón de hierro; 5 anillos (3 de bronce, 1 de hierro y otro fragmentado de plata); 10 tachuelas; 11 lascas de sílex; una treintena de piezas dentarias humanas; varios fragmentos más, finalmente, pertenecientes a objetos de morfología y funcionalidad indeterminados.

3.- La necrópolis de Pamplona es conocida desde antiguo. Excavada en 1895 por F. Ansoleaga y J. Iturralde y Suit, sus materiales fueron dados a conocer primero por el propio Ansoleaga⁷³, recogidos más tarde por H. Zeiss⁷⁴ y publica-

⁷³ F. ANSOLEAGA, El cementerio franco de Pamplona, *Boletín de la Comisión de Monumentos de Navarra*, 1916, n. 25-27.

⁷⁴ H. ZEISS, *Die Grabfunde aus dem Spanischen Westgotenreich*, Berlin-Leipzig, 1934, pp. 178-181, taflen 11-14.

dos por última vez por M.A. Mezquíriz⁷⁵. Según se deduce de las publicaciones mencionadas, la necrópolis de Pamplona ofreció un centenar de sepulturas de lajas en cuyo interior el cadáver del difunto fue depositado directamente sobre el suelo. Los enterramientos, orientados en dirección E-W y dispuestos sin una regularidad aparente dentro del espacio cementerial, ofrecieron un importante conjunto de objetos arqueológicos conservados actualmente en el Museo de Navarra y cuya ubicación original dentro de cada enterramiento nos resulta desconocida. Son bastantes, como decimos, los elementos tanto de ajuar personal como de depósito estrictamente funerario recuperados por Ansoleaga e Iturralde y Suit. Entre los primeros habría que señalar un lote de armas -seis puntas de lanza, tres scramasax, dos puntas de flecha, casi una veintena de elementos pertenecientes a guarniciones de cinturón (hebillas, agujas escutiformes, broches con placa articulada, broches con placa rígida, etc.), dos fragmentos de fíbulas (romano-tardías probablemente), brazaletes, zarcillos, cincuenta y dos sortijas de plata, bronce o hierro, etc. Entre los segundos se recogen ocho recipientes cerámicos de tipología diversa, dos trientes de oro de Suitila acuñados uno en Saldaña (Palencia) y otro en Zaragoza, una defensa de jabalí perforada para su uso como colgante y dos láminas de sílex.

b) Algunas consideraciones

1.- En el caso de Aldaieta nos encontramos ante una necrópolis de notables dimensiones, cuyas inhumaciones acogen a individuos de cualquier edad y de ambos sexos. Se trata, por lo tanto, de un asentamiento estable cuyo rasgo más llamativo, sin duda, es el alto porcentaje de armamento presente en los ajuares. Este dato, por sí mismo, separa Aldaieta de las necrópolis visigodas o hispanovisigodas, habitualmente huérfanas de este tipo de hallazgos. Las puntas de lanza, en cambio, los “scramasaxes” y, sobre todo, la rica tipología de hachas de combate, la acercan sin ningún género de dudas a un contexto inequívocamente norpirenaico. Y qué decir de los cuencos de bronce, cerámicas y vasos de vidrio -típicamente continentales-⁷⁶, de los cubos de madera con refuerzos anulares y

⁷⁵ M.A. MEZQUIRIZ, Necrópolis visigoda de Pamplona, *Príncipe de Viana*, 98-99, 1965, pp. 170ss. Otros materiales recuperados en las campañas de 1956 y 1965 en M.A. MEZQUIRIZ, *Pompaelo I. Campaña de 1956*, Pamplona, 1958, pp. 295-296, fig. 138; *Pompaelo II*, Pamplona 1978, pp. 15 y 50, 77-79, fig. 39 y lám. XXVII.

⁷⁶ “Une autre différence existe encore avec l'Europe continentale: la céramique et les *jarritos* d'Espagne comportent plus de 90 % de contenants à liquide (bouteilles, gourdes, cruches). C'est un héritage de la fin de l'Antiquité en Méditerranée. En Europe continentale, en revanche, au nord de la Seine et jusque dans le monde bavarois, c'est exactement l'inverse. Quelque 80 % des récipients sont ici (para Aldaieta el 100 %) des pots à large orifice, des coupes et des jattes, et non de bouteilles, des

asas de sección helicoidal, de la riqueza de algunos enterramientos, etc. Nada hay, por el contrario, que la acerque a los ajuares y depósitos funerarios de los cementerios españoles. Los broches de cinturón de placa rectangular articulada, las fíbulas aquiliformes, la técnica del cloisonné, los broches bizantinizantes, los jarritos litúrgicos y patenas de bronce, las cerámicas en forma de jarras, botellas, pequeños cántaros..., todo lo que es típico de lo visigodo o hispanovisigodo está ausente en Aldaieta. La cronología de los hallazgos -a la espera, todavía, de algunos análisis- puede extenderse desde la segunda mitad del siglo VI a todo lo largo de la centuria siguiente⁷⁷.

2.- Los materiales de Buzaga, a pesar de su descontextualización, nos parecen de una importancia transcendental para el tema que nos ocupa. Como en Aldaieta, vuelve a repetirse el fuerte componente militar. Pero son, sobre todo, sus placas de cinturón las que merecen una atención relevante, por cuanto reproducen de forma paradigmática los rasgos más específicos de los “tipos aquitanos”⁷⁸. Fijémonos únicamente en un par de ejemplos. Se trata el primero de ellos de una placa rectangular -ligeramente trapezoidal- con dos pares de botones o remaches en los laterales y un remache en el extremo opuesto a la hebilla, cuya decoración sigue escrupulosamente las peculiaridades más características del ciclo aquitano: utilización de puntillado tanto para decorar los fondos de las placas como para ejecutar los motivos lineales⁷⁹, medallón central en círculos concéntricos, doble banda incisa rodeando la placa, etc. Tipológicamente pertenece al grupo IB de E. James (*Becked Buckle-Plates*) y al tipo B1 de S. Lerenter (*Plaques trapezoidales à queue d'aronde*), cuyos prototipos imita toscamente y que, según James, corresponden a un grupo local cuyo centro de producción estaría en algún lugar del Toulousin, sin paralelos fuera del sudoeste francés⁸⁰.

Probablemente también pertenezca al grupo IB de E. James otra placa sumamente interesante, a pesar de encontrarse fragmentada. De ella conservamos sólo parte de la placa trapezoidal, con dos grandes botones o remaches y una decoración

pichets et des cruches, sin l'on excepte les gobelets” (W. HÜBENER, *Temoins archéologiques des wisigoths en Espagne, Actes des VIIe Journées internationales d'Archéologie mérovingienne. Gallo-romains, wisigoths et francs en Aquitaine, Septimanie et Espagne*, Rouen, 1991, p.134).

⁷⁷ Para más detalles cronológicos, cfr. A. AZKARATE, *Francos, aquitanos y vascones*, cit.

⁷⁸ N. ABERG, *The Orient and the Occident in the art of the seventh century*, III, Estocolmo, 1947; E. JAMES, *The Merovingian Archaeology of South-West Gaul*, Oxford, 1977 (BAR, 25), 2 vol.; P. PERIN, *Compte-rendu de l'ouvrage de E. James: The Merovingian Archaeology...*, en M. LARRIEU et alii, *La nécropole mérovingienne de la Turraque, Beaucaire-sur-Baise (Gers)*, Toulouse, 1982, Annexe 4, pp. 277-287; S. LERENTER, *Nouvelle approche typologique des plaques-boucles mérovingiennes en bronze de type aquitain, Actes des VIIe Journées...*, cit., pp. 225-257.

⁷⁹ E. JAMES, *The Merovingian Archaeology*, cit., p. 120. Este sería, según James, el rasgo decorativo más característico de las hebillas aquitanas y un elemento más que separa la “facies aquitana” de otros estilos de trabajo en metal propios de la “facies septentrional o franca”.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 111.

nuevamente característica de lo aquitano, a base de arquerías de semicírculos descansando sobre una doble línea que recorre el perímetro de la placa. En el centro, un motivo peculiar que aparece también en la base de la hebilla. Sus paralelos son frecuentes en el sudoeste galo, procedentes de Tabariane, Milhau, Eymet-sur Dropt, etc.⁸¹.

Buzaga, con materiales de rasgos mayoritaria e inequívocamente aquitanos constituye, como decimos, un testimonio básico. Cronológicamente, al igual que Aldaieta, parece ubicarse en un abanico temporal que se inicia muy avanzado el siglo VI, prologándose durante todo el séptimo, cuanto menos.

3.- Los descubrimientos de Aldaieta y Buzaga nos hicieron volver la mirada a la necrópolis de Aldaieta, yacimiento conocido de antiguo, que debe reinterpretarse a la luz de los nuevos datos que ahora poseemos. Sus materiales, como se sabe, fueron objeto de valoraciones contradictorias, aunque todos cuantos los estudiaron coinciden en subrayar su carácter específico respecto a los ajuares visigodos e hispanovisigodos. De entrada, llamaba ya la atención la presencia de armamento entre los ajuares. F. Ansoleaga definió el yacimiento como “cementerio franco”, H. Zeiss no dudó tampoco en reconocer su carácter “más merovingio que visigodo”⁸² y M. A. Mezquiriz -en un atinado trabajo- reconocía también que, parte de los ajuares conservados, “responden al inventario habitual de los cementerios merovingios”⁸³. Como se ve, todo ellos inciden en lo merovingio, aunque -de haber podido conocer los trabajos más recientes- hubieran, sin duda, matizado lo dicho subrayando más lo aquitano. Ya se apercibió de ello E. James al afirmar que “the cemetery of Pamplona does indeed contain some objects which are not strictly “Frankish”. There is, for instance, a buckle with a *champlevé* enamel decoration which is very similar to a number of examples from Aquitaine (...) Leaving speculation aside and returning to the cemetery of Pamplona, there are two points that must be made; firstly, the finds there do indicate some contact with the north, but with Aquitaine perhaps rather than Frankish Gaul as a whole, and secondly, these finds are very exceptional”⁸⁴. Acertó en su primera apreciación. No, en cambio -aunque hay que reconocer que carecía de datos para ello-, en la segunda.

Los datos arqueológicos presentados son, en sí mismos, suficientemente significativos como para coadyuvar a la mejor contextualización histórica de los acontecimientos que hemos venido recogiendo. Son muchas las reflexiones que

⁸¹ Cfr. referencias bibliográficas en A. AZKARATE, *Franco, aquitanos y vascones*, vit.

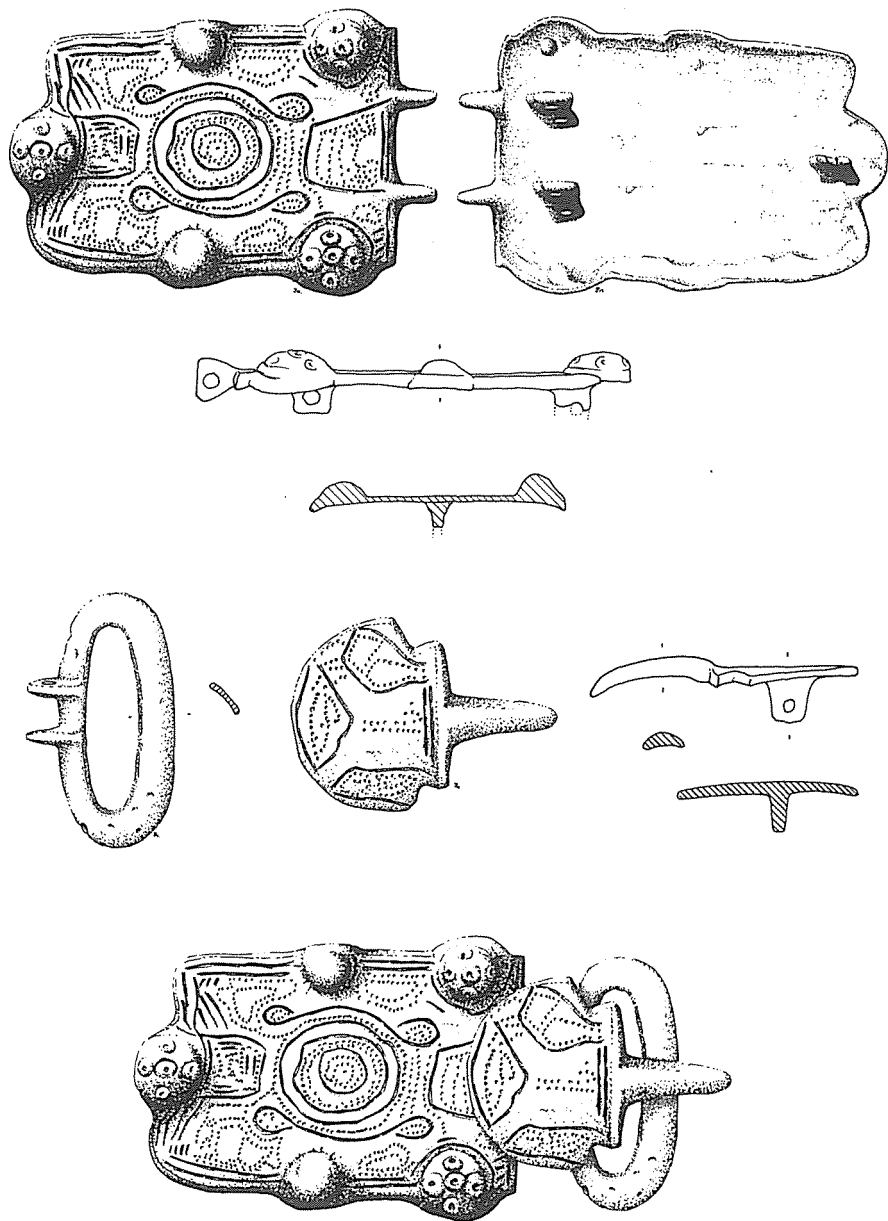
⁸² H. ZEISS, *Los elementos de las artes industriales visigodas*, A.P.M., IV-V-VI, 1933-1935 (1936), p. 149.

⁸³ M. A. MEZQUIRIZ, *Necrópolis visigoda de Pamplona*, cit., p. 131.

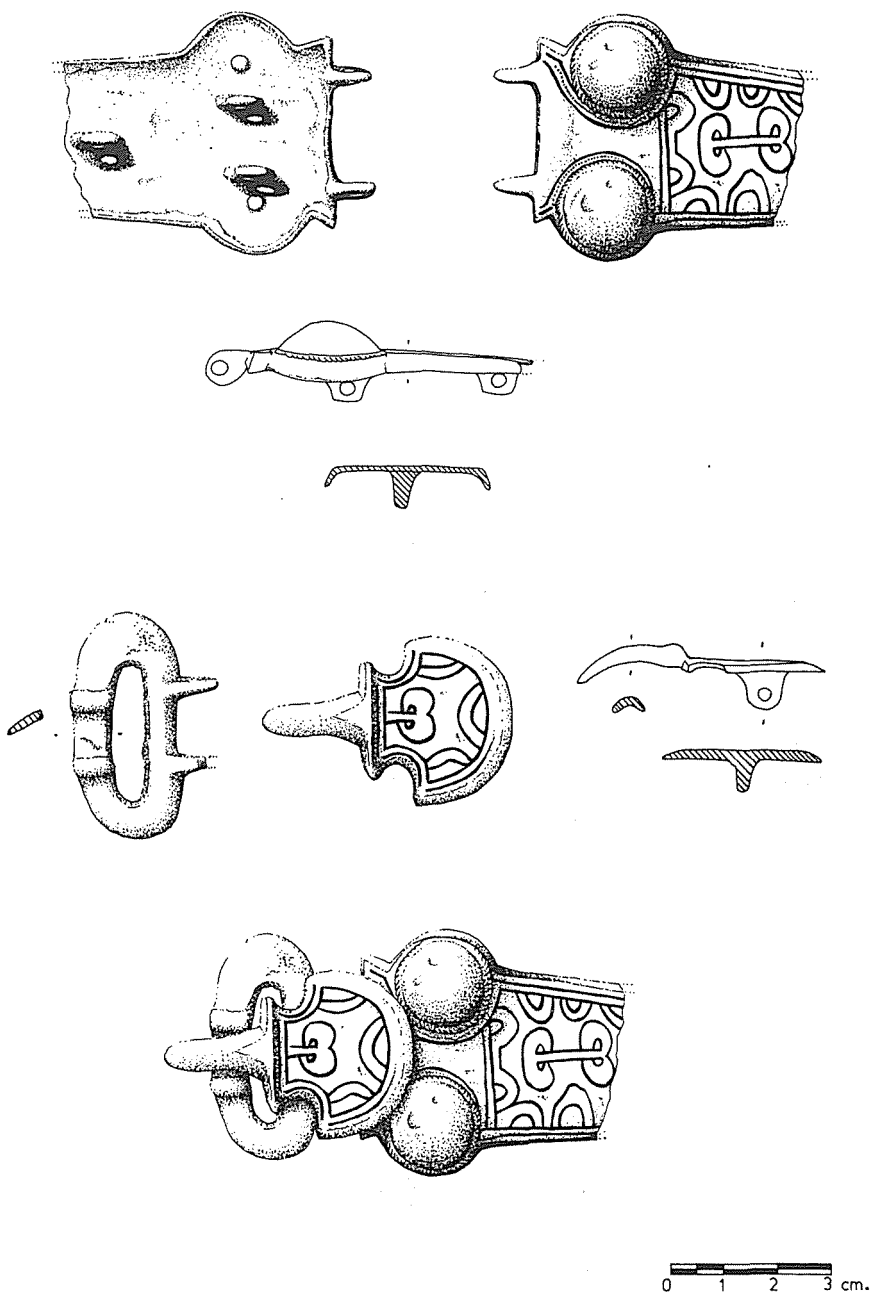
⁸⁴ E. JAMES, *Septimania and its Frontier: An Archaeological Approach, Visigothic Spain. New Approaches* (Ed. by E. James), Oxford, 1980, pp. 227-228.

podríamos hacer a este respecto, pero no nos lo permite el breve marco de esta comunicación y preferimos, además, madurar todavía algunas cuestiones para poder presentarlas, ya elaboradas, en un futuro muy próximo.

Est. I

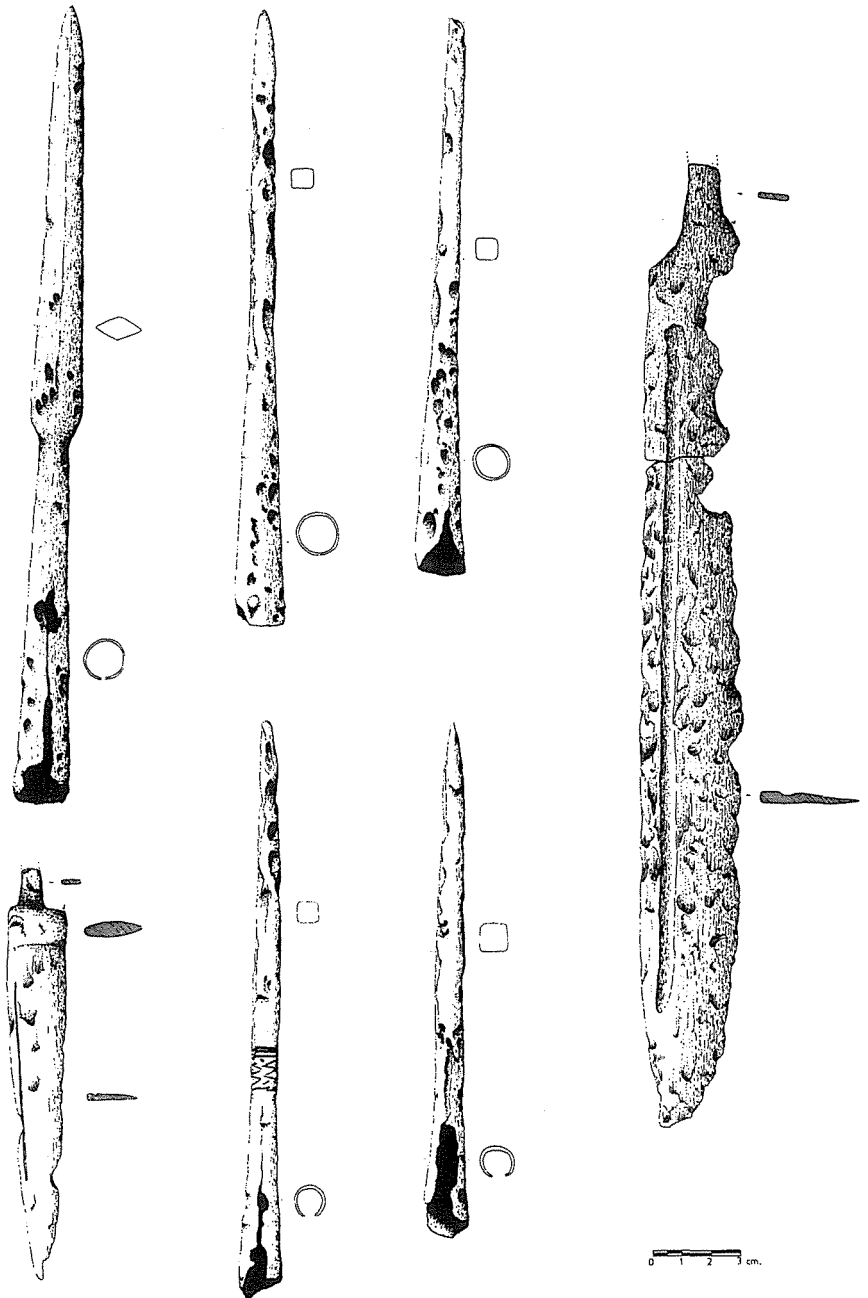


Broche de cinturón de placa articulada, procedente de Buzaga (Elorz, Navarra).

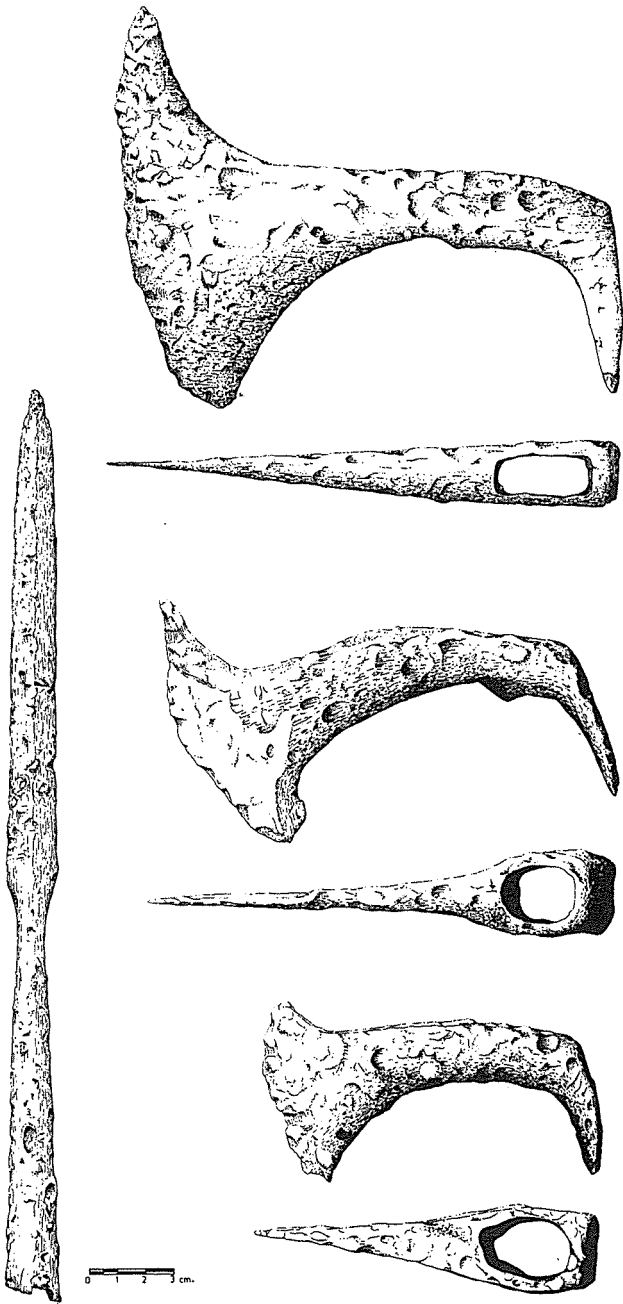


Broche de cinturón de placa articulada, procedente de Buzaga (Elorz, Navarra).

Est. III

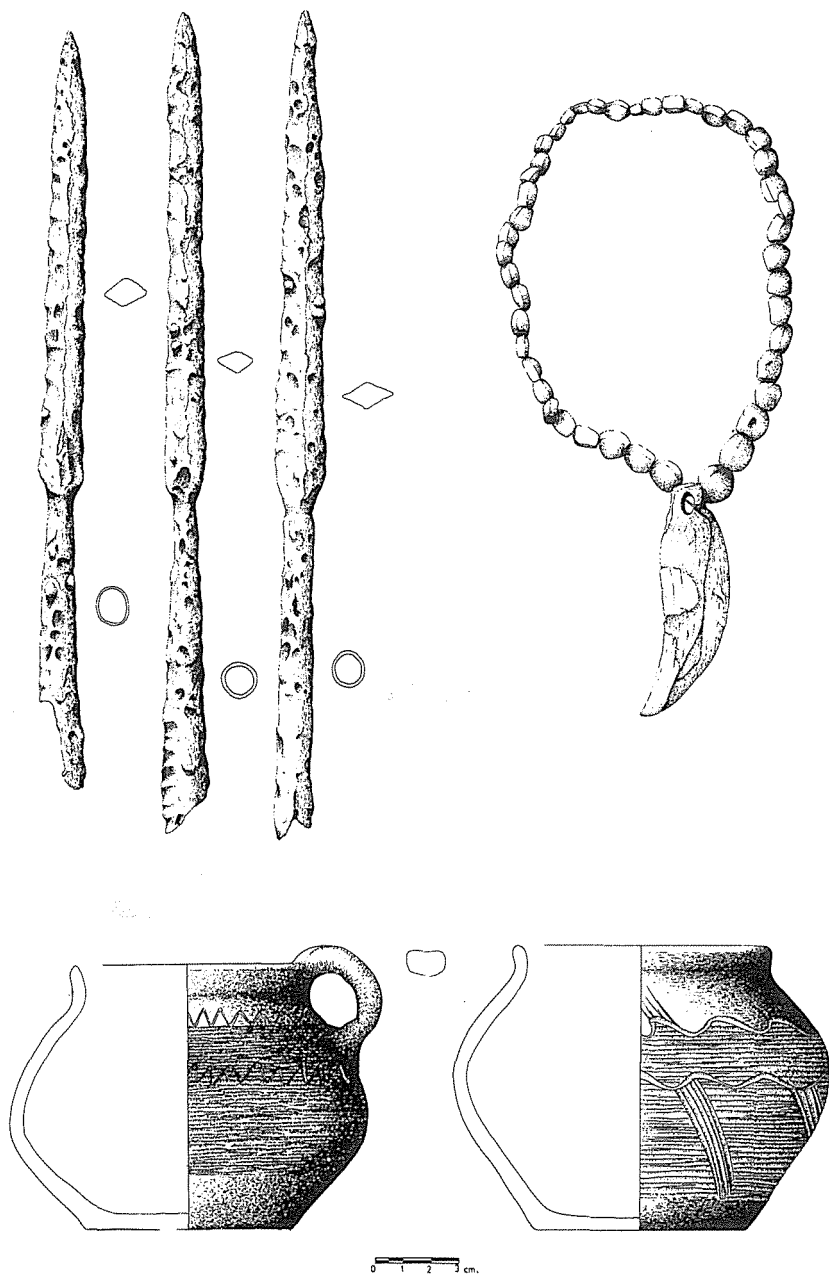


Armamento procedente de Buzaga (Elorz, Navarra).



Hachas de combate procedentes de Aldaieta (Nanclares de Gamboa, Alava).

Est. V



Materiales diversos procedentes de Aldaieta (Nanclares de Gamboa, Alava).

OS CASTELOS DE TAIPA DO PERÍODO MUÇULMANO NO SUL DE PORTUGAL: O EXEMPLO DE SALIR (LOULÉ)

por

Helena Catarino*

Resumo: No Sul de Portugal, são vários os exemplos de castelos muçulmanos construídos de taipa. Embora esta técnica construtiva apareça esporadicamente em castelos do período emiral, é com os almorávidas e almóadas que se generaliza, edificando-se novos dispositivos de defesa, perante o avanço da Reconquista Cristã.

Para o Algarve, referem-se os resultados obtidos nas escavações arqueológicas do castelo de Salir (Loulé).

Palavras-chave: Castelos. Taipa. Almóada.

1. Perante o avanço da Reconquista Cristã para os territórios do Garbe, os muçulmanos tornam urgente uma política defensiva: reconstroem-se as antigas muralhas urbanas, constroem-se novos dispositivos de defesa e edificam-se pequenas fortificações de carácter regional que abrigavam as populações rurais.

Se, numa primeira fase, durante os períodos emiral e califal, predominaram os castelos construídos totalmente de pedra, verifica-se, no entanto, que se começa também a utilizar a taipa em estruturas defensivas, ainda que esporadicamente. Assim, no século IX aparecem pela primeira vez documentadas muralhas construídas de taipa, por exemplo na alcáçova de Toledo (Torres Balbas, 1985: 560) e na alcáçova de Badajoz (Valdés, 1988: 145-146). Nesta cidade, por exemplo, reconstroem-se as muralhas também com taipa, no século X, após as campanhas de Ordonho II, rei de Leão, contra a cidade de Évora (Lozano, 1983: 16).

Contudo, será a partir do século XI, com a queda do califado, que se nota uma nova tendência para a edificação de muralhas em formigão de taipa, com muitas pedras de pequenas e médias dimensões, argamassadas com terra e cal

* Assist. na F.L.U.C. e invest. da UNIARCH.

endurecida. Para este período estão documentadas, entre outras, as muralhas de Almería, de Granada e Maiorca. Quanto à cidade de Badajoz, verifica-se que a dinastia Aftássida, ao consolidar o poder, manda reconstruir as muralhas com formigão de pedra argamassada com cal.

Para o território português, podemos questionar o caso de Alcácer-do-Sal (castelo de Abú Denís), cidade dependente do reino taifa de Badajoz e capital da grande provincia de al-Kassr. As suas muralhas, principalmente na antiga alcáçova, podem corresponder a uma construção do século XI dadas as suas semelhanças com as muralhas de Badajoz e de Almería, enquanto que parte da cerca urbana e das torres serão mais tardias.

Assim, Numa análise superficial, verifica-se que o conjunto das muralhas apresenta vários tipos de argamassa, desde o formigão de pedra à taipa com texturas diversas. Este facto leva-me a pensar em fases distintas de construção que vão desde os finais do califado, ou inícios dos reinos taifas, até ao período almóada.

Será, no entanto, a partir do século XII, com o estabelecimento do domínio africano e perante o avanço dos cristãos para o sul peninsular que começa a evidenciar-se o predomínio da taipa na construção de muralhas e torres defensivas, como por exemplo em Cáceres, Sevilha, Badajoz, Elvas, etc.

A incidência da guerra e a insegurança geral reflectem-se sobre as transformações no habitat fortificado. Perante uma marca fronteiriça cada vez mais débil, torna-se urgente a construção de uma rede de sistemas defensivos, não só nas áreas urbanas como também junto do povoamento rural, capaz de abrigar e proteger as populações que até aí viviam em pequenos casais agro-pastoris e em pequenas povoações dispersas.

Perante uma urgente política defensiva por parte do poder central verifica-se, também, que em 1125 o representante do monarca almorávida decretou um imposto (ta'tib) destinado a reconstruir ou refazer as muralhas das cidades principais. Mais tarde, em 1162, o emir Abd' al-Mu'min ordenou que se fortificassem todas as costas e que os muçulmanos se preparassem para fazer a guerra com os cristãos por terra e por mar (Torres Balbas, 1985: 478). Será, portanto, com os almorávidas e com os almóadas que se verifica a total divulgação deste tipo de construção, bem como o aparecimento de novos dispositivos de defesa, como sejam as torres albarrãs e as portas em cotovelo.

No Sul de Portugal (fig. 1), se algumas cidades, como por exemplo Alcácer do Sal ou Elvas, apresentavam no século XII muralhas construídas de taipa; outras, como Moura, Serpa, Silves ou Faro, vêem as suas fortalezas de pedra serem reparadas, acrescentando-se novos tramos de muralhas e novas torres de taipa. Para além das cidades já existentes, surgem ainda pequenos castelos rurais totalmente construídos de taipa, com funções defensivas restritas e uma ocupação predominantemente almorávida e almóada, como parecem ser os casos dos caste-

los de Salir (Loulé); Paderne (Albufeira) ou Belinho (Portimão).

Estes castelos podem corresponder a povoações fortificadas de raiz, em zonas com pouca tradição de povoamento concentrado. Até ao século XII, na área relativamente fértil do Barrocal Algarvio, longe de eventuais perigos vindos do litoral ou do interior do Alentejo, parece ter predominado um povoamento bastante disperso por pequenos casais cujas actividades dominantes seriam a pastorícia e a pequena agricultura e horticultura.

Estas pequenas fortificações de taipa, principalmente se nos reportarmos aos castelos de Paderne e Salir, entre outros prospectados no interior do Algarve, situam-se sempre em locais estratégicos e controladores de passagens naturais. Vigilantes de caminhos e de eixos de povoações, permitiam o acesso desde as cidades e as terras baixas do litoral, em direcção ao interior da Serra Algarvia e do Baixo Alentejo.

Assim, por Paderne passaria um caminho que vindo de Albufeira, atravessava a ribeira de Quarteira, pela ponte do castelo de Paderne (quase seguramente contemporânea do castelo) e seguiria para Messines e S. Marcos da Serra, onde se juntava ao principal eixo viário do Algarve para o Alentejo, em direcção a Alcácer-do-Sal. Por Salir passaria um caminho que, vindo de Faro, via Almansil, Loulé e Ponte da Tôr (indicada como romana) seguiria em direcção à Serra do Caldeirão, para Almodôvar e Ourique, onde se juntaria também à via principal.

Controladores de territórios e de linhas de comunicações, este tipo de castelos pode obedecer a uma determinada estratégia pré estabelecida. Por exemplo, verifica-se uma certa regularidade na malha de castelos de taipa do Algarve, situando-se quase todos em pontos equidistantes de cerca de 15 a 20 Km em linha recta.

Nesta linha de ideias, se os castelos de taipa do período almorávida/almóada podem resultar, por um lado, das necessidades defensivas por parte das populações locais, podem ser, também, um reflexo das necessidades do poder central. Assim, cada pequeno território ou comarca administrativa estaria associada a um castelo que ao mesmo tempo que protegia a população abrigava uma guarnição militar.

2. Os castelos construídos de taipa apresentam sempre um recorte rectilíneo marcado por cantos de ângulos bem definidos. Sendo estes locais mais propícios à erosão, são frequentemente revestidos de pedra ou totalmente substituídos por cunhais de pedra aparelhada.

Nos alicerces, para proteger as muralhas e dificultar as infiltrações de água, a taipa assenta sempre sobre uma sapata relativamente alta, feita de pedra argamassada com cal bem endurecida. Esta realidade pode verificar-se em Paderne, na muralha poente, e em Salir, onde a base da muralha, identificada aquando das

escavações, é também de pedra argamassada com cal.

No entanto, no caso da construção ser feita sobre um espigão em forte declive a taipa pode assentar directamente sobre uma proeminência da rocha, como acontece nos torreões do castelo de Salir que assentam sobre a brecha calcária.

Como a matéria prima para este tipo de construções é recolhida no local da obra, e aí pisada por meio de cofragens de taipais, o tipo de argamassa varia bastante de local para local. Deste modo, as construções podem apresentar-se muito terrosas de cor castanho avermelhado, como acontece nas muralhas da vila de Portel; terrosas e com muito xisto, na região de Mértola e no Nordeste Algarvio; argamassas argilosas bem endurecidas e com inertes muito finos, de areão grosso e pequenos seixos de ribeira, como no castelo de Paderne; ou argamassas heterogéneas, de pedras misturadas com cerâmicas, conchas e ossos pouco triturados, como por exemplo em Niebla, Saltes (Huelva), Loulé, etc. Em Alcácer-do-Sal, por exemplo, se alguns tramos de muralha apresentam um formigão com pedra endurecida, outros apresentam uma argamassa heterogénea onde se misturam cerâmicas romanas (tegulas e ânforas) e cerâmicas muçulmanas.

Em zonas de muita pedra, como é o caso do Barrocal Algarvio, a grande percentagem deste material é de tal modo elevada que a taipa forma uma argamassa de formigão, como se verifica nas muralhas de Salir até agora postas a descoberto pelas escavações.

Neste castelo, as torres podem apresentar também uma argamassa de terra muito argilosa misturada com cal e diversos tipos de inertes, tais como pedras de várias dimensões (calcário, grés vermelho e xisto) misturadas com fragmentos de conchas, ossos, carvão e cerâmica. Esta encontra-se pouco triturada, notando-se vários fragmentos de telhas e de loiça de cozinha como, por exemplo, fragmentos de taças de vidro melado decoradas a óxido de manganés, jarrinhos ou pucarinhos com restos de pintura a branco ou a negro e fragmentos de outros tipos de recipientes. A argamassa de taipa heterogénea é bastante comum nas construções almóadas do século XII, como por exemplo em Cáceres, Badajoz, Niebla ou Saltes (Huelva).

A taipa aplicada às construções militares apresenta sempre uma grande percentagem de cal que lhe confere um endurecimento muito resistente. Segundo Bazzana podem considerar-se seis critérios principais como índices de arabismo na construção dos castelos de taipa almorávida-almóadas (Bazzana, 1980b: 339-340).

De entre estes critérios salientam-se as argamassas de taipa colocadas com a ajuda de cofragens de madeira. Na estabilização destas cofragens nota-se, no entanto, uma certa diferença de técnica. Enquanto que, por exemplo, no castelo de Salir se terão utilizado troncos de madeira colocados na horizontal e na vertical

(Catarino, 1992a: 13); no castelo de Paderne nota-se um sistema que também incluía estabilização com cordas (Catarino, 1992b: 19).

As aberturas com lintel, situadas junto da base das muralhas, também podem apresentar algumas diferenças. Se em Salir se identificou um pequeno buraco para escoamento com cerca de 30 cm de largura, no castelo de Paderne (fig. 3. 2) ainda são visíveis várias aberturas em galerias subterrâneas. Numa delas, com lages de fecho que atingem os 80 cm de largura ainda foi possível penetrar até cerca de 2,30 m, estando a passagem obtruída a partir daí.

Os traços de separação das linhas de cofragens atestam o emprego do covado como medida de base para a construção. Estes traços de separação, normalmente pintados com cal hidráulica endurecida, apresentam-se sempre em bandas horizontais e verticais, com cerca de 8 a 10 cm de espessura, a imitar grandes silhares bem visíveis na torre poente do castelo de Salir (fig. 4. 2).

As medidas das cofragens de madeira são, quase sempre, coincidentes de castelo para castelo o que leva a pensar numa certa uniformidade de medida padrão aplicada a este tipo de construção. O côvado ma'muni, de tradição oriental, utiliza-se como medida base. Assim, se as estreitas paredes das casas habitacionais medem normalmente um côvado (cerca de 42 a 45 cm de largura), nas muralhas a altura de cada assentada de taipa corresponde aproximadamente ao duplo côvado que pode oscilar entre os 80/84 cm no castelo de Salir, 80/85 cm no castelo de Silves, 84/86 cm no castelo de Paderne, raramente atingindo os 90 cm de altura.

De plantas poligonais e recortes rectilíneos, os castelos de taipa têm em comum a existência de torres albarrãs (fig. 4.), para além de várias outras adossadas às muralhas. Embora a maioria destas torres apresente uma planta subquadrangular ou rectangular, também podem ter uma planta octogonal como acontece por exemplo nos castelos de Tavira e Silves, torres provavelmente contemporâneas de outras existentes em Espanha, como em Cáceres, Badajoz ou sevilha.

Torres albarrãs e portas em cotovelo, simples ou múltiplas com pátios intermédios, parecem associar-se sempre nestas fortificações almóadas. Como refere Torres Balbas (1960: 422), sendo as portas de acesso ao interior de um castelo o local de defesa mais débil, aí se centram os máximos recursos defensivos. Nestes castelos, a construção da porta, com barbacã que liga a uma das torres albarrãs, requer a utilização de materiais mais consistentes que as muralhas. Assim, é comum verificar-se que a zona de entrada é construída em pedra aparelhada ou com blocos de pedra seguros com forte argamassa de formigão, como acontece, por exemplo no castelo de Paderne.

3. Os trabalhos arqueológicos que tenho vindo a desenvolver no castelo de Salir inserem-se num projecto de estudo e recuperação dos castelo de taipa de Paderne e Salir, em colaboração com António Tavares a quem cabem os trabalhos

de consolidação da taipa.

As escavações só têm sido possíveis graças à acção dinamizadora da Câmara Municipal de Loulé que adquiriu um quintal na zona do castelo e tem subsidiado as escavações. Agradece-se igualmente a Maria João Catarino, técnica do arquivo histórico e museu, a quem cabem os restauros de materiais provenientes das escavações.

O que resta da fortaleza muçulmana localiza-se na zona poente da povoação de Salir (freguesia do concelho de Loulé) e ergue-se num cabeço de brecha calcária, com altura máxima de 256 metros, que inclina suavemente para Sudeste e é praticamente abrupta para Norte. É, precisamente, para Norte e Oeste que se alinham os cabeços mais elevados, ora xistosos, ora calcários, típicos dos contactos da Serra com o Barrocal.

Hoje, as casas que se situam na zona onde estava o castelo sobrepõem-se às estruturas medievais, dando ao conjunto do aglomerado um aspecto antigo com casas baixas, com desníveis internos, e ruas sinuosas e estreitas.

Do castelo, restam apenas alguns tramos de muralhas integrados em edifícios antigos e quatro torres de taipa, sendo uma albarrã (fig. 2). É, precisamente, perto desta torre que se localiza a área da escavação.

Embora os resultados obtidos sejam ainda muito parcelares (Catarino, 1992a: 9-51), podemos avançar, contudo, com algumas considerações sobre a evolução diacrónica da ocupação do castelo (fig. 5. 1):

1. Sobre a brecha calcária que caracteriza a rocha desta região, edificaram-se as muralhas e respectivas torres (nível 7). Seguindo a técnica corrente, as muralhas em formigão de taipa, aproximadamente com espessura de quatro côvados e meio, elevam-se sobre uma base ou sapata mais larga, construída de pedra argamassada com terra e cal.

2. A evolução diacrónica da ocupação muçulmana deste castelo pode integrar-se em diversas fases que correspondem a construções e reconstruções de edifícios habitacionais no interior do recinto fortificado:

- a) Na Fase I, correspondente aos níveis 6 e 5, identificaram-se um silo e restos de paredes de taipa assentes numa base de pedra. As estruturas e o espólio apontam para uma cronologia centrada no século XII.

De entre o espólio mais representativo destacam-se as cerâmicas: pequenos fragmentos de taças vidradas de cor melado e com decoração a óxido de manganés em círculos concêntricos e vários fragmentos de jarrinhas, algumas possibilitando reconstituição integral, que apresentam pastas alaranjadas ou pastas cremes, onde se notam restos de decoração pintada a branco ou a negro.

- b) Na fase II, correspondente aos níveis 4 e 3, verificam-se reestruturações nos edifícios com o acrescento de novas paredes que cortam compartimentos mais antigos, uma porta entaipada e parte de um pátio e cozinha com lareira estruturada

com ladrilhos.

Esta fase corresponde nitidamente a uma ocupação almóada que sofre destruições aquando da Reconquista Cristã. Da camada 3 recolheu-se um conjunto de material que se atribui à primeira metade do século XIII (fig. 5. 2).

Destacam-se alguns elementos ligados à tecelagem como fusos de cobre, cabos de roca de osso decorados, cossoiros de osso, um fragmento de tempereiro de ferro, de tear horizontal; e algumas pontas de lança ou de besta, embora se encontrem outros exemplares idênticos tanto no nível 2 como no nível 5.

Predominam, no entanto, os fragmentos de cerâmica que possibilitam muitas vezes reconstituições integrais. São de destacar os fragmentos de grandes tigelas ou caçoilas vidradas de cor esverdeada ou de cor melado e acastanhado. Trata-se de peças com perfil carenado, com bordos arredondados e espessados externamente e fundos de pé anelar saliente.

Um grupo também bem representado, corresponde a grandes malgas ou caçoilas de corpo troncocónico invertido e com uma carena baixa a delimitar o fundo levemente abaulado. Estas, apresentam uma decoração com múltiplos cordões plásticos colados na vertical ao longo do corpo.

Podemos considerar estas formas como sendo típicas do período almóada. Os exemplares de Salir são idênticos, entre outros, aos da camada 2 de Silves (Gomes, 1988: 260) e do castelo de Gibrleón (Huelva), enquadráveis entre finais do século XII e princípios do seguinte (Beida Garcia, 1987: 110 e 112). Assemelham-se também a alguns exemplares de Sevilha, que aparecem nos banhos de la Reina Mora (Carrasco Marin, 1987: 532, fig. a) e, embora com algumas diferenças, aproximam-se das cazuelas do castelo de Monteagudo (Navarro Palazon, 1986: 284-286).

As painelas da camada 3 de Salir pertencem todas ao mesmo tipo. Os bordos são ligeiramente espessados ou adelgaçantes; o colo é curto e de perfil levemente convexo, definido por um estrangulamento ou um sulco na ligação com o ombro. O corpo é globular ou quase bitroncocónico e o fundo é plano ou levemente abaulado. As asas, de secção oval, partem sempre do ombro e terminam no bojo. Alguns exemplares podem apresentar decoração pintada.

Os paralelos mais aproximados para este tipo de painelas encontram-se em Mértola, datados do século XII (Torres, 1987: 6) ou em Múrcia, datados da primeira metade do século XIII (Navarro Palazon, 1991: 35-36), nestes casos com vidro interno. Outras formas muito semelhantes, não vidradas e com cronologias do século XIII, encontram-se em Saltes (Huelva), (Bazzana, et al., 1989:55) ou na área urbana de Lorca (Navarro Palazon, 1986: 60-61, nº 122 e 124).

c) A fase III corresponde ao momento pós-reconquista, presente na camada 2 de alguns quadrados. Esta camada associa-se a derrubes de telhados e de edifícios, à abertura de silos que destroem níveis anteriores, e verificam-se, também,

algumas ocupações esporádicas, principalmente no quadrado I-10 onde se identificou uma lareira, grosseiramente estruturada com pedras e rodeada de muitos ossos de animais, provavelmente de ovicaprinos.

Os materiais arqueológicos encontram-se bastante misturados. Vários fragmentos, muito espalhados espacialmente, de grandes talhas do período almóada, decoradas com estampilhas; vários fragmentos de cerâmica islâmica e raros fragmentos de escudelas tardo-medievais. De notar que também nesta camada se recolheram vários fragmentos de alguidares de fabrico manual muito grosseiro.

d) Finalmente, na fase IV, presente na camada 1, verifica-se o arrasamento total desta zona do castelo, provavelmente a partir do século XVI e XVII. As muralhas foram totalmente ou parcialmente destruídas e construíram-se novas casas na área por onde passavam as antigas muralhas. Hoje, torna-se difícil uma percepção real da área urbana da fortificação muçulmana, sendo apenas possível intervir arqueologicamente em zonas pontuais, designadamente em quintais de casas arruinadas.

4. Pelo exposto, os castelos de taipa do período almorávida/almóada, designadamente as fortificações rurais, incerem-se numa extensa malha de sistemas defensivos, muitas vezes criados de raíz.

A sua função inicial pode ter sido de simples protecção para a comunidade local, ocupando o centro do território com os seus respectivos aglomerados rurais e áreas agro-pastoris. Tomam, depois, uma função estritamente militar de sedes de pequenas comarcas rurais, situadas em pontos de convergência de vários caminhos medievais, na estratégia de defesa dos reinos meridionais, perante o avanço da Reconquista.

Quanto ao exemplo do castelo de Salir, embora o povoamento muçulmano desta região do Barrocal Algarvio seja mais antigo, os resultados arqueológicos, bem como uma estela funerária com inscrição do século XII (Velho, 1970: 63-64) apontam para uma cronologia posterior ao período dos reinos de taifa.

São relevantes as características desta fortificação, o tipo de estruturas habitacionais e uma certa homogeneidade no espólio do período muçulmano. Embora a área arqueológica seja ainda reduzida, os dados de que disponho apontam para uma construção tardia do castelo, talvez durante o período almorávida.

Até ao momento, não se identificaram quaisquer vestígios do período emiral e califal. Nota-se mesmo, que são raras as cerâmicas que têm uma grande difusão nos séculos X e XI, como as malgas (ataifores) vidradas de cor melado claro e decoradas a óxido de manganés.

Por outro lado, são mais frequentes os vidrados monocromos de cor melado escuro e verde que segundo Bazzana (1980a: 83) começam a difundir-se no período dos reinos de taifa. Contudo, também para este período nos faltam quaisquer

exemplares decorados com a técnica da corda seca.

Se as cerâmicas recolhidas nas camadas 6 e 5 podem apontar para cronologias largas, entre finais do período dos reinos de taifa e inícios do período almorávida; o espólio recolhido na camada 3 aponta para um período cronológico tipicamente almóada, principalmente para a primeira metade do século XIII.

Embora não existam quaisquer fontes escritas sobre a reconquista de Salir, penso que o assédio ao castelo foi duro para a população que, perante as destruições e incêndios, abandonou precipitadamente o local para se refugiar, ainda que temporariamente, nos serros mais próximos.

Depois da tomada da cidade de Tavira, D. Paio Peres Correia “foi sobre a vila de Salir e tomou-a pela força” (Guerreiro, 1983: 75), em data não referida. Sabe-se que, pouco depois, provavelmente já em 1248, foi aqui que o mestre da Ordem de Santiago aguardou a hostes militares de D. Afonso III que, vindas do Alentejo, se preparavam para a conquista de Faro. Assim, as hostes do monarca português saíram de Beja em direcção a Almodôvar e passaram a Serra pelas Cortiçadas, indo encontrar-se com D. Paio Peres Correia na vila de Salir, entre Loulé e Almodôvar (ibid: 92).

Terminado o seu papel de defesa muçulmana e sem qualquer função militar posterior (este castelo nem sequer foi doado a nenhuma ordem militar, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em Paderne), o processo de destruição e degradação das muralhas de Salir foi-se acentuando.

No século XVI a povoação passa a sede paroquial mas o castelo já estava arruinado e só existiam alguns pedaços de muralha e as torres. Assim o descreve Henrique Fernandes Sarrão (circa 1600): “nesta freguesia de Salir está um castelo muito antigo, situado no alto de um serro, despovoado, e quasi derribado, e chama-se a povoação do mesmo castelo, porque assi se chamava antigamente” (Guerreiro, 1983: 162).

Hoje, quase nada resta da fortificação muçulmana. A freguesia que se foi desenvolvendo inicialmente no cabeço junto da igreja matriz, acabou por ocupar também o serro do antigo castelo e as casas que então se foram construindo, provavelmente a partir do século XVII, acabaram por se adossar e integrar nos restos de muralhas. Deste modo, as intervenções arqueológicas só podem ser pontuais e os resultados obtidos muito parcelares.

BIBLIOGRAFIA

- BAZZANA, A. (1979) - Céramiques Médiévales: Les méthodes de la description analytique appliqués aux productions de l'Espagne Orientale. *Mélanges de la Casa Velazquez*, vol. XV; Paris, pp. 135-185.
- BAZZANA, A. (1980a) - Céramiques médiévales:... II. Les poteries décorées. Chronologie des productions médiévales. *Mélanges de la Casa Velazquez*, vol. XVI; Paris, pp. 57-95.
- BAZZANA, A. (1980b) - Éléments d'archéologie musulmane dans al-Andalus: Caractères spécifiques de l'architecture militaire arabe de la région valencienne. *Al-Qantara*, vol. I; pp. 338-363.
- BAZZANA, A. et al. (1989) - *Shatish/Saltés (Huelva). Une ville médiévale de l'al-Andalus*. Madrid.
- BEDIA GARCIA, M. J. (1987) - Avance de los trabajos realizados en el castillo de Gibrleón (Huelva). *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, tomo II; Madrid, pp. 103-122.
- CARRASCO MARTIN, M. J. (1987) - Avance del estudio de la ceramica hispano-musulmana procedente de los "Baños de la Reina Mora" (Sevilha). *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, tomo II; Madrid, pp. 529-538.
- CATARINO, H. (1992a) - A fortificação muçulmana de Salir (Loulé). Primeiros resultados arqueológicos. *Al-'Ulyā*, nº 1; Loulé, pp. 9-51.
- CATARINO, H. (1992b) - Fortificações do período almóada no Sul de Portugal. Arquitecturas de terra, *Conimbriga*, pp. 13-27.
- GOMES, R. V. (1988) - Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves. *Xelb* 1; Silves.
- GUERREIRO, M. V. et al. (1983) - Duas descrições do Algarve do século XVI. *Cadernos de História Económica e Social*; Lisboa.
- LOZANO, M. (1983) - *Badajoz y sus murallas*. Badajoz.
- NAVARRO PALAZON, J. (1986) - *La ceramica islamica de Murcia*. Murcia.
- NAVARRO PALAZON, J. (1991) - *Una casa islamica en Murcia. Estudio de su ajuar (siglo XIII)*. Murcia.
- TORRES BALBAS, L. (1985) - *Ciudades hispano-musulmanas*. 2ª ed.; Madrid.
- TORRES; C. (1987) - *Cerâmica islâmica portuguesa*. Mértola.
- VALDÉS FERNANDES, F. (1985) - *La alcazaba de Badajoz. I. Hallazgos islamicos (1977-1982) y testar de la puerta del Pilar*. Madrid.
- VELHO, M. (1970) - A inscrição árabe de Salir. *Anais do Município de Faro*, vol. 2; Faro, pp. 63-64.

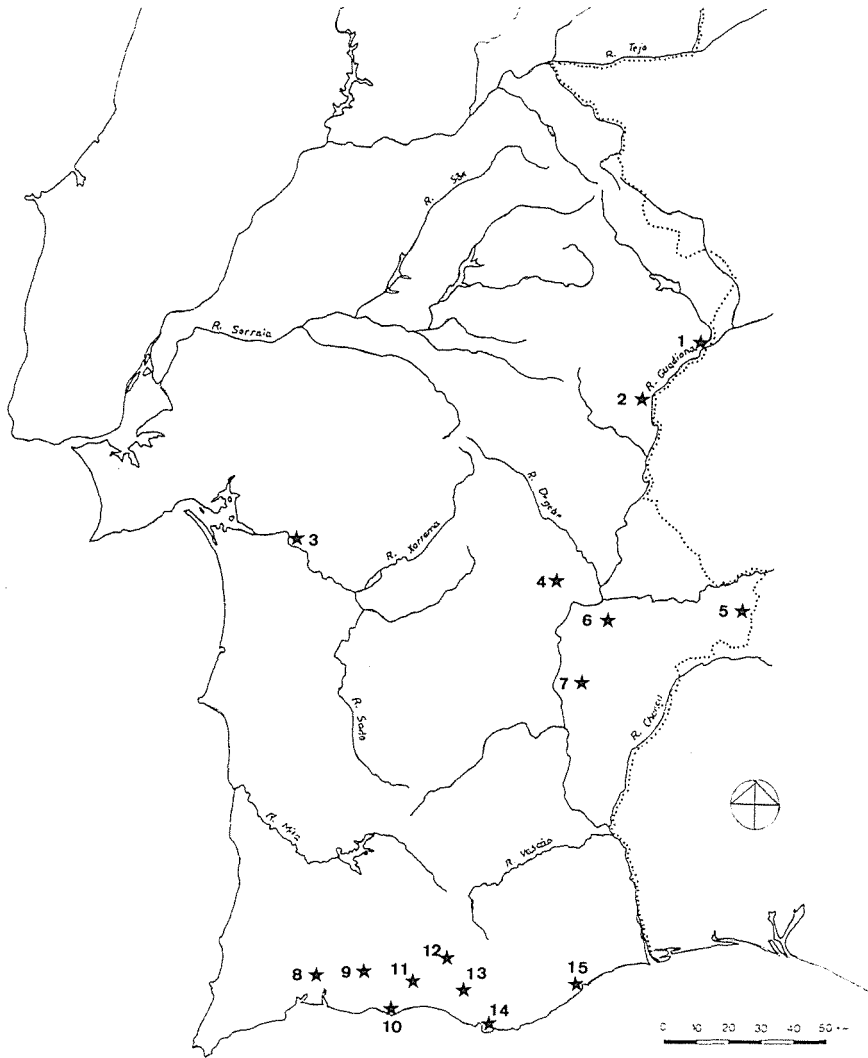


Fig. 1 — Amostragem de alguns dos castelos do Sul de Portugal com dispositivos de defesa de taipa. 1. Elvas; 2. Juromenha; 3. Alcácer-do-Sal; 4. Portel; 5. Noudar; 6. Moura; 7. Serpa; 8. Castelo Belinho; 9. Silves; 10. Albufeira; 11. Paderne; 12. Salir; 13. Loulé; 14. Faro; 15. Tavira.

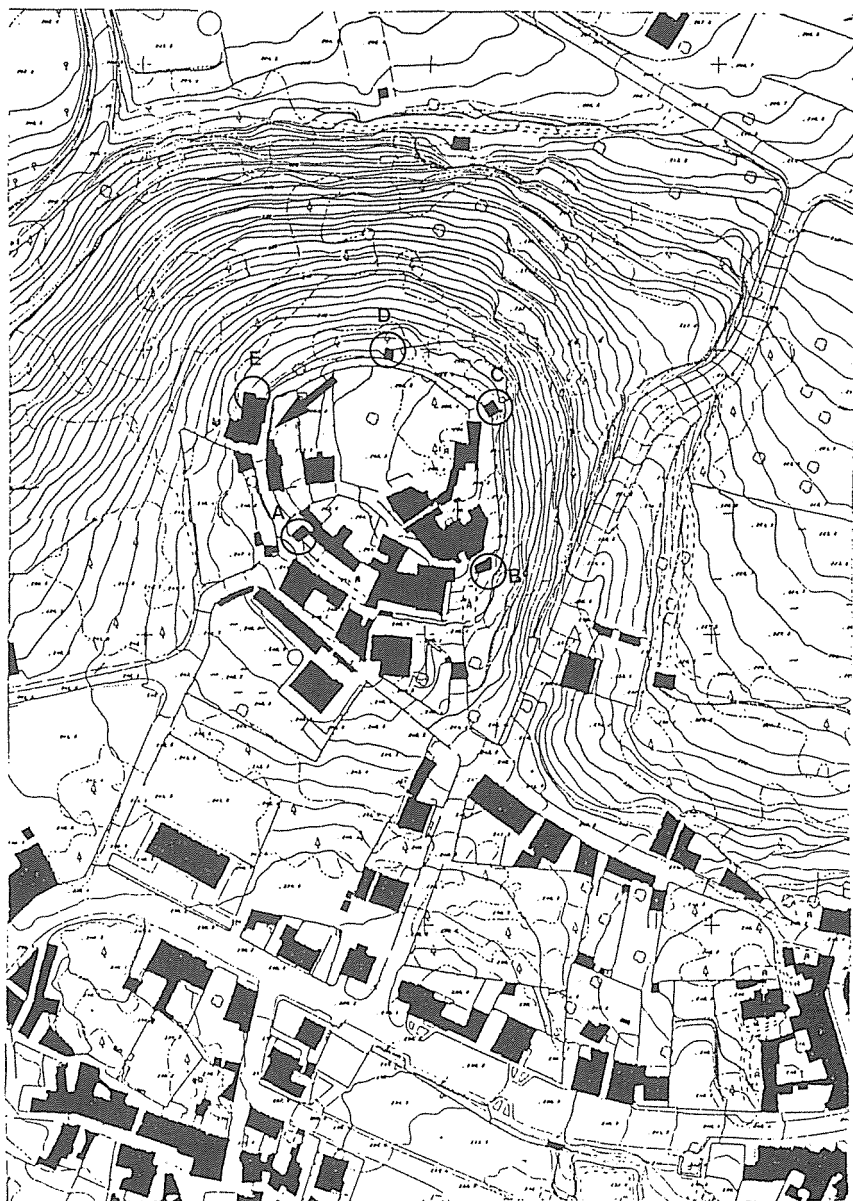


Fig. 2 — Planta topográfica da zona do castelo de Salir (a partir da planta de esc. 1:200, reduzida; esc. c. 1:265). A. C. D. e E são torres de taipa; B corresponde a um pequeno tramo de muralha ou a uma torre destruída. A seta indica a área da escavação.

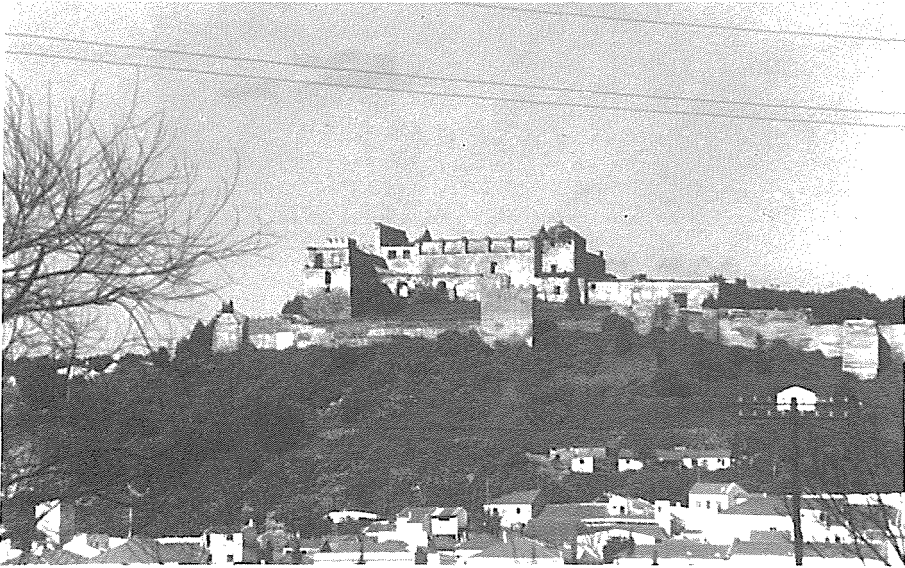


Fig. 3 — 1. Muralhas e torres de taipa do Castelo de Alcácer-do-Sal.



Fig. 3 — 2. Castelo de Paderne. As setas assinalam os vários buracos com lintel, localizados no lado poente da muralha.

Est. IV

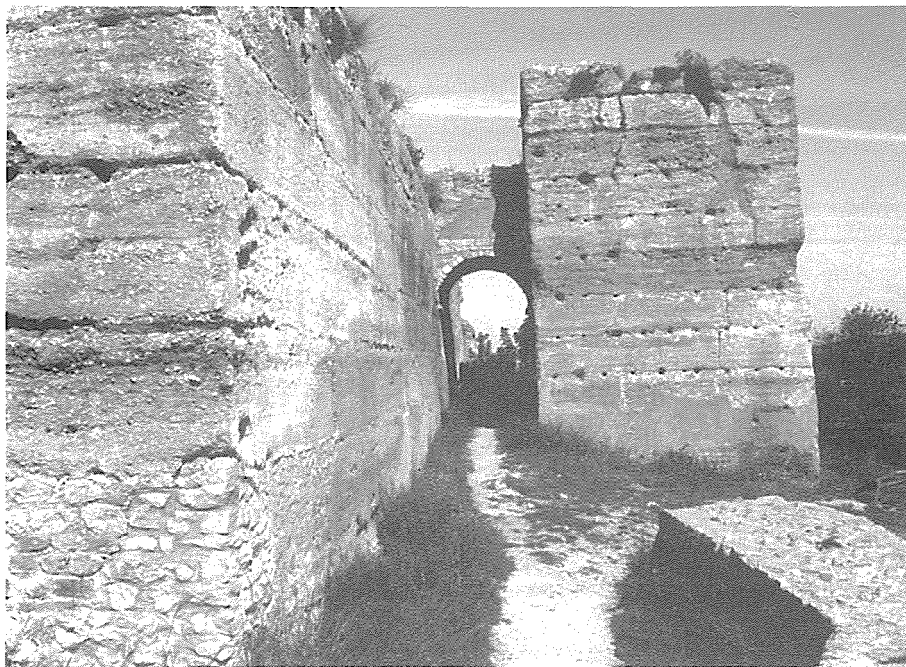


Fig. 4 — 1. Castelo de Paderne. Torre albarrã e passadiço superior de ligação à muralha.



Fig. 4 — 2. Castelo de Salir. Torre albarrã junto da qual se localiza a escavação.



Fig. 5 — 1. Pormenor da escavação na área do quadrado F11, sendo visíveis várias camadas estratigráficas.

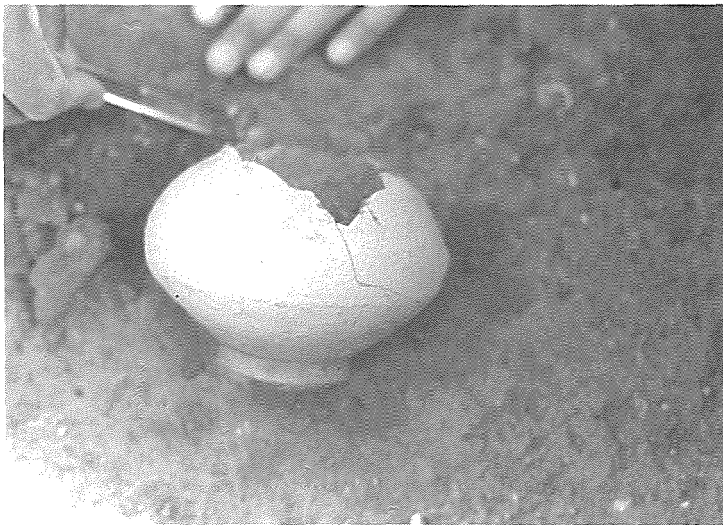


Fig. 5 — 2. Pormenor da recolha de uma jarrinha do período almóada, encontrada sobre o solo de um compartimento do quadrado H10.

OBRAS CONSTRUCTIVAS EN AL-ANDALUS DURANTE EL EMIRATO DE MUHAMMAD I SEGUN EL VOLUMEN II DEL *MUQTABIS* DE IBN HAYYAN

por

Juan A. Souto*

Resumen: El emirato de Muhammad I (852-86) no sólo fue un intenso período de revueltas, sino también de enorme actividad constructiva en todo al-Andalus. La (re)fundación de fortalezas de diversos tipos y el amurallamiento y consolidación de ciudades preexistentes fueron dos constantes de la época, también caracterizada por obras civiles y religiosas. De todo ello quedan testimonios claros en las fuentes árabes, sobre todo en las geográficas y en las históricas.

Nuestra comunicación se inscribe en el marco de un estudio sistemático de las actividades constructivas del emirato de Muhammad I, estudio cuya primera fase consiste en la recopilación y sistematización de los datos disponibles al respecto. Se analizan aquí los testimonios de obras constructivas realizadas en tiempos de Muhammad I y que figuran en la sin duda crónica fundamental de su emirato, el volumen II del *Muqtabis* de Ibn Hayyan (988-1076), mediante la exposición escueta de los datos en sí, desglosados (re)construcción por (re)construcción, y una orientación bibliográfica básica sobre cada una de ellas — aportada en notas —, acompañado el conjunto de un mapa de situación.

Palabras-clave: Al-Andalus. Muhammad I. Actividad constructiva.

1. INTRODUCCIÓN

Una primera lectura de los pasajes concernientes a Muhammad I (852-86)¹

* Este trabajo ha sido realizado en el marco del proyecto «Sociedad y política en al-Andalus (en sus fuentes)», subvencionado por la DGICYT (nº BP 910373). Debemos agradecer a los Dres. Miquel Barceló, M^º Jesús Viguera y Juan Zozaya sus valiosas observaciones y sugerencias.

¹ La bibliografía fundamental sobre Muhammad I y su época se concreta en la obra clásica de LEVI-PROVENÇAL, E., *España musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031)* (vol. IV de la *Historia de España* dirigida por Menéndez Pidal), reed., Madrid, 1982, pp. 183-211 [= HEM-IV]; y en VV.AA., *Historia general de España y América. III. El fallido intento de un estado hispánico musulmán (711-1085)*, Madrid, 1988, pássim, donde se contienen abundantes y actualizadas referencias bibliográficas. Las fuentes que recogen datos biográficos de este emir se encuentran recogidas en IZUZQUIZA BARTOLOME, Aránzazu, «La familia Omeya en al-Andalus», en MARIN, Manuela & ZANON, J., eds., *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus*, V, Madrid, 1992, personaje nº 227. En este artículo figura un cuadro genealógico de la descendencia del emir que nos ocupa.

en el volumen que se supone II del *Muqtabis* de Ibn Hayyan² arroja cierta luz sobre el tema de las obras de construcción realizadas por ese emir³, pues si bien la filiación y la cronología de algunas de las ahí documentadas son ya bien conocidas por los investigadores, las de otras resultan serlo un tanto menos. Por eso el interés de esta crónica para los aquí presentes.

Tal y como hemos hecho ya en otro lugar con el volumen II del *Bayan al-Mugrib* de Ibn 'Idari⁴, presentamos en este Congreso lo que pretende ser simple aproximación a una «lectura arqueológica» de los pasajes relativos a Muhammad I en el volumen II del *Muqtabis* de Ibn Hayyan: damos así una lista de las obras documentadas y de los datos escuetos que la crónica aporta sobre cada una de ellas, junto con bibliografía de referencia, si es que la hay. La crítica de autenticidad de los pasajes, su estudio historiográfico y su interpretación histórica y arqueológica son algunos de los aspectos sobre los que nos encontramos trabajando en estos momentos y de los que el presente escrito no constituye sino un simple avance⁵.

2. LAS OBRAS

2.1. Arquitectura religiosa

2.1.1. Mezquita aljama de Córdoba

Los pasajes relativos a las obras de Muhammad I en la mezquita aljama de Córdoba son bastante importantes, tanto por cantidad como por lujo de detalles,

² IBN HAYYAN (988-1076), *Kiṭab al-Muqtabis fi ta'rix rijal al-Andalus*, vol. II, edición de M. 'A. Makki, Beirut, 1973. Sobre el autor y su obra, v. el estudio del propio editor, así como los pasajes al respecto contenidos en VIGUERA, M^a J., «Cronistas de al-Andalus», en MAILLO SALGADO, F., ed., *España. Al-Andalus. Sefarad: Síntesis y nuevas perspectivas*, Salamanca, 1988, pp. 85-98.

³ La «bibliografía arqueológica» fundamental de Muhammad I se encuentra en TORRES BALBAS, L., «Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba», en el vol. V de la *Historia de España* dirigida por R. Menéndez Pidal, reed., Madrid, 1982, pp. 403-15, y en el citado vol III de la *Historia general de España y América* (apartado escrito por F. Valdés), éste con un inventario exhaustivo y referencias actualizadas.

⁴ SOUTO, J. A., «Obras constructivas en al-Andalus durante el emirato de Muhammad I según el *Bayan al-mugrib*», *Arqueología Medieval*, 3, 1994, en prensa [= «Obras Bayan»].

⁵ Nuestra bibliografía en torno a Muhammad I: *El conjunto fortificado musulmán de Calatayud: hacia un estudio histórico-arqueológico*, Tesis de Licenciatura inédita, Universidad de Zaragoza, 1983; «Sobre la génesis de la Calatayud islámica», *Aragón en la Edad Media*, VIII, Zaragoza, 1989, pp. 675-95; «Ensayo de estudio histórico-arqueológico del conjunto fortificado islámico de Calatayud (Zaragoza): objetivos, metodología y primeros resultados», *Anaquel de Estudios Arabes*, 1, 1990, pp. 187-201; «Un pasaje de al-'Udri acerca de la [re]construcción de la muralla de Huesca en el año 261 / 874-875: observaciones y precisiones», *Actas del XVI Congreso de la Unión Europea de Arabistas e Islamólogos*, en prensa; «El emirato de Muhammad I en el *Bayan al-Mugrib* de Ibn 'Idari», en prensa [= «El emirato»]; y «Obras Bayan».

en la crónica que nos ocupa. Destacan en ellos los hechos básicos ya conocidos a través de otras fuentes y de la propia evidencia arqueológica: el emir Muhammad se ocupó de concluir lo que quedaba por hacer de la ampliación de su padre, a quien la muerte le llegó en el año 852 sin haberla terminado. Realizó así sus decoraciones, reforzó sus puertas y erigió su *maqsurá*, «siendo el primero de los califas en servirse de ella allí», según transmite Ahmad b. Muhammad ar-Razi⁶. Al-Hasan b. Muhammad b. Mufarrij, por su parte, describe el conjunto de las obras de ampliación, atribuyendo implícitamente a Muhammad I quizás más de lo que realmente le corresponde en ellas⁷. La crónica deja bastante claro que, tras finalizar las obras, el emir entró en la mezquita a solas con sus principales hombres, la recorrió recreándose en lo que allí se había hecho, hizo humildemente sus oraciones y se volvió al alcázar⁸.

El *Muqtabis* conserva versos de Mu'min b. Sa'id y de 'Abbas b. Firnas sobre la conclusión de esta fase de la mezquita por Muhammad I⁹.

Es muy interesante un pasaje en el que se contiene una cuidadosa cadena de transmisión y en el que un testigo directo da cuenta de cómo en un momento determinado -por desgracia, no se aportan fechas- hubo una amenaza de ruina en el edificio. Notificado el emir, envió al chambelán (*hajib*), a los visires y a los jefes de construcciones (*ashab al-bunyan*)¹⁰ «para que vieses con sus propios ojos» lo que allí ocurría: sus dos muros (*sic*) se habían inclinado y sus jácenas se habían roto. Los jefes de construcciones hubieron de ingeniárselas para que aquello no se desplomara -la cubierta estuvo a punto de ceder, siempre según la fuente- hasta que se acometiesen unas obras de restauración en toda regla; y así se hizo, pues construyeron unos soportes sujetando sus dos muros, que con eso aguantaron las lluvias de aquel invierno¹¹. No es cuestión de detenernos aquí a hacer una valoración del pasaje ni de su credibilidad. Baste consignar que quizás no esté exento de hipérbole, y que la tal ruina de dos muros debió ser en un lugar muy concreto de la mezquita¹².

⁶ Páginas 219-20. Sobre el valor del término «decoraciones», v. las notas del § 7 de «El emirato».

⁷ Página 220.

⁸ Páginas 220-1.

⁹ Páginas 221-3.

¹⁰ Sobre el valor de la expresión *sahib* (pl.: *ashab*) *al-bunyan*, v. OCAÑA JIMENEZ, M., «Arquitectos y mano de obra en la construcción de la gran mezquita de Occidente», *Cuadernos de la Alhambra*, 22 (1986), esp. pp. 55-9.

¹¹ Páginas 223-4.

¹² Sobre la mezquita aljama de Córdoba, véase a modo de síntesis EWERT, CH. & WISSHAK, J. P., *Forschungen zur almohadischen Moschee. Lieferung 1: Vorstufen*, Maguncia, 1981. Las únicas obras seguras de Muhammad I son las incluidas en la portada llamada de «San Esteban»: TORRES BALBAS, L., *Op. cit.*, pp. 403 y ss.

2.1.2. Mezquitas aljamas de Ecija y Medina-Sidonia. Otras mezquitas

Un pequeño párrafo a renglón seguido de los dedicados a las obras de la mezquita aljama de Córdoba cuenta que el emir Muhammad restauró (*jaddada*) las mezquitas aljamas de Ecija y Medina-Sidonia y edificó casas de culto (*'amara buyut al-'ibada*) por todas partes. No se aportan fechas¹³.

2.1.3. Mezquita aljama de Toledo

Según el *Muqtabis*, en el año 257 / 29 noviembre 870 - 17 noviembre 871 se desplomó el alminar de la mezquita aljama de Toledo. Los toledanos pidieron permiso al emir Muhammad para reedificarlo con dinero del *xaraj* y le solicitaron licencia para anexionar a la mezquita la iglesia que le era contigua. El emir les respondió favorablemente a estas peticiones, pues «en aquellos días se encontraban entre la rebelión y la obediencia». Así que emprendieron la [re]construcción y la anexión de la iglesia¹⁴.

2.2. Arquitectura civil

2.2.1. Alcázar de Córdoba

No quedó el alcázar omeya de Córdoba sin obras de Muhammad I, aunque

¹³ Página 224. Sobre la mezquita aljama de Écija, v. VALENCIA RODRIGUEZ, R., «Los territorios de la *cora* de Ecija en época árabe», *Actas del I Congreso sobre Historia de Écija*, Ecija, 1990, pp. 324-5. Sobre Medina-Sidonia, v. VALLVE, J., *La división territorial de la España musulmana*, Madrid, 1986, pp. 325-6. Sobre el concepto de *'ibada*, que encierra todo aquello relativo a las relaciones de los hombres con Dios, v. el artículo «'Ibadat» de la *Encyclopédie de l'Islam*, 2ª edición. En cuanto al término *'amara*, habría que entenderlo aquí como significante de «construir desde el poder», dando a entender así bien a las claras que las tales «casas de culto» serían fundaciones de iniciativa estatal. El conjunto del pasaje es bastante retórico y merece un análisis pormenorizado.

¹⁴ P. 327. Sobre la mezquita aljama de Toledo, v. DELGADO VALERO, Clara, *Toledo islámico: ciudad, arte e historia*, Toledo, 1987, pp. 266 y ss., donde se hace alusión a la noticia que nos ocupa y a su trascendencia desde el punto de vista arqueológico. Sobre las iglesias de Toledo bajo dominación islámica, v. APARICIO BASTARDO, J. A., «Evolución de la topografía religiosa cristiana altomedieval en la urbe toledana: las iglesias de los mozárabes», en las actas del IV Congreso de Arqueología Medieval Española, en prensa. MANZANO MORENO, E., *La frontera de al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid, 1991, p. 296-7, califica esta ampliación de la mezquita aljama con anexión de la iglesia como «un extraño suceso que tiene asimismo una difícil interpretación» en el contexto histórico toledano de ese momento. El *xaraj* es un impuesto que deben pagar los no musulmanes: v. el artículo «Kharadj» en la *Encyclopédie de l'Islam*, 2ª ed.

el *Muqtabis* no es prolijo en detalles concretos. Se dice que fue el primer lugar en que el emir intervino, haciéndolo en cuanto llegó al poder, por tratarse de su residencia¹⁵. Para ello destinó una suma de dinero que desconocemos¹⁶. Menciones de parques, jardines, cúpulas elevadas¹⁷ y belleza que se hizo proverbial¹⁸ conforman una descripción breve y tópica de este alcázar en tiempos de Muhammad I¹⁹.

2.2.2. Ruzafa de Córdoba

Una de las aficiones heredadas de sus antepasados sirios por los Omeyas andalusíes era el tener almunias de recreo donde retirarse a descansar y a disfrutar de los placeres de la caza y de la contemplación de vergeles y huertos. En memoria de la Ruzafa de Siria, 'Abdarrahman I creó una almunia homónima cerca de Córdoba, dotándola de todo lo necesario para sus propósitos²⁰. El emir Muhammad dio a esta Ruzafa su preferencia sobre otros lugares de esparcimiento, arreglándola a su gusto y haciendo que llegase a ser «única en su tiempo»²¹. Se conservan también noticias del presupuesto asignado por el emir para las obras, diez mil dinares, así como del encargado de las mismas, un hermano del visir Hashim b. 'Abdal'aziz²², o bien este mismo visir²³.

Para hacer las correspondientes alabanzas del lugar, el emir convocó a los poetas de su corte, algunos de cuyos versos descriptivos y laudatorios de la Ruzafa y de Muhammad I se conservan en el *Muqtabis*²⁴.

¹⁵ Página 226.

¹⁶ Página 227.

¹⁷ Página 226.

¹⁸ Página 227.

¹⁹ V. alguna tópica mención más en la p. 236. Sobre el alcázar de Córdoba, v. las referencias contenidas en ZANON, J., *Topografía de Córdoba almohade a través de las fuentes árabes*, Madrid, 1989, pp.75-6. La descripción más o menos fiel o hiperbólica de alcázares, tanto en prosa como en poesía, es frecuentísima en la literatura del Islam. Cf. RUBIERA MATA, M^a J., *La arquitectura en la literatura árabe*, Madrid, 1988, pássim.

²⁰ P. 227. Es interesantísimo, aunque no procede incluirlo ni comentarlo aquí, el pasaje en que Ibn Hayyan habla del primer proyectista de la Ruzafa de Córdoba, un bereber llamado Razin al-Barnasi, quien entró en al-Andalus con el ejército de Tariq en 711 (pp. 234-5). Sobre la Ruzafa de Siria, v. CRESWELL, K. A. C. & ALLAN, J. W., *A Short Account of Early Muslim Architecture*, Aldershot, 1989, pp. 146-9 (según datos de K³ Otto-Dorn).

²¹ P. 227.

²² P. 170. V. la nota 2 de esa página, donde se discute el pasaje correspondiente y la cuestión de quién pudo haber sido el tal hermano.

²³ Dos líneas más abajo de la mención del hermano se dice que «Hashim la construyó de su propio peculio (*bana-ha min mali-hi*)», haciendo la introducción de una anécdota relativa al gasto del emir en la Ruzafa y a una pequeña broma que le gastó su visir.

²⁴ Concretamente, se conserva una poesía de 'Abbas b. Fimas. V. pp. 227-34. Sobre la Ruzafa de Córdoba, situada a unos tres kilómetros al noroeste de la metrópoli, v. HEM-IV, sobre todo p. 89, y

2.2.3. Almunia de *Kintush*

Según Ahmad b. Muhammad ar-Razi, el emir Muhammad no se limitó a mejorar y embellecer para sí los palacios heredados de sus antepasados, sino que quiso crear su propia almunia, disponiéndolo así por su voluntad y privilegiándola por ser un proyecto realmente suyo. La elección del lugar fue el cortijo (*day'a*) de *Kintush*²⁵, en la parte más baja de Córdoba, al oeste de ella, al borde de su campiña. El *Muqtabis* se recrea en el hecho y las consecuencias de ser la almunia de *Kintush* un proyecto personal del emir, quien la utilizó como uno de sus lugares de asueto en plan de retiro devocional.

No faltan las menciones de los poetas que cantaron las alabanzas de la almunia y de su hacedor²⁶.

2.3. Fortificaciones

2.3.1. Esteras de Medinaceli, Talamanca, Madrid y Peñafora

La [re]construcción de estos cuatro *hisns* está referida por Ahmad b. Muhammad ar-Razi en un pasaje en que destaca, entre las cualidades del emir Muhammad, su preocupación por las necesidades de los musulmanes y por la defensa de sus fronteras. Menciona entonces la [re]construcción (*bunyan*) del *hisn* de Esteras, al Noroeste de Medinaceli, así como que fue Muhammad I quien [re]construyó (*bana*) «para las gentes de la Marca de Toledo» los *hisns* de Talamanca, Madrid y Peñafora. No aporta fecha concreta²⁷.

TORRES BALBAS, L., «Los contornos de las ciudades hispanomusulmanas», *Al-Andalus*, XV, 1950, pp. 450-1.

²⁵ Según el Dr. Makki (n. 409 de la edición), se encontraba en el camino de Córdoba a Sevilla. Como su nombre indica, estaría situada a cinco millas de la primera.

²⁶ Páginas 236-44.

²⁷ Página 132. No conocemos estudio concreto alguno acerca de Esteras, lugar muy próximo a Medinaceli. Sobre el contexto histórico omeya de esta última, v. GOMEZ MARTINEZ, Susana, *Cerámica islámica de Medinaceli*, Tesis de Licenciatura inédita, Universidad Complutense de Madrid, 1993, vol. I, pp. 18-33; sobre Talamanca, v. VV.AA., *Castillos, fortificaciones y recintos amurallados de la Comunidad de Madrid*, Madrid, 1993, pp. 222-7 (artículo de F. Sáez Lara); sobre Madrid, v. el contenido y las referencias de VIGUERA, M^a J., «Madrid en al-Andalus», *Actas del III Jarique de Estudios Numismáticos Hispano-Arabes*, Madrid, 1992, pp. 7-35; sobre Peñafora, v. PAVON MALDONADO, B., *Guadalajara medieval. Arte y arqueología árabe y mudéjar*, Madrid, 1984, pp. 96-101. La valoración histórica de la [re]construcción del conjunto de estos asentamientos se encuentra en MANZANO MORENO, E., *Op. cit.*, pp. 168-71. Sobre *bana* y otros verbos derivados de la raíz {bny} y cuyo significado es tanto «construir» como «reconstruir» -de ahí que traduzcamos sistemáticamente «[re]construir»-, v. SOUTO, J. A., «Textos árabes relativos a la mezquita aljama de Zaragoza», *Madridener Mitteilungen*, 30, 1989, apartado a.2.

2.3.2. Cora de Jaén. Ubeda

A raíz de la batalla de Andújar, que tuvo lugar el 21 de marzo de 854 y que supuso una seria derrota del ejército emiral ante los rebeldes toledanos, los habitantes de «la capital de Jaén» huyeron de ésta temiendo por sus vidas, «dispersándose y yéndose al monte. Por esta razón el emir Muhammad [re]construyó (*bana*) el *hisn* de Ubeda en la cora de Jaén y reunió en él a los árabes que seguían en la obediencia, de ahí que fuera llamada “Ubeda de los Arabes”»²⁸.

Algo antes de dar cuenta de este hecho en el que se detalla la fecha de la [re]construcción de Ubeda, Ibn Hayyan habla de cuando el emir elevó a Ha-shim b. ‘Abdal‘aziz al visirato y lo hizo valí de la cora de Jaén. Precisa entonces que fue bajo la dirección (*‘ala yaday*) de este Hashim que fueron [re]construidas Ubeda y la mayor parte de «las fortalezas (*ma‘aqil*) inexpugnables» de esa cora²⁹.

2.3.3. Calatrava, Jándula y -bh

En el año 239 / 12 junio 853 - 1 junio 854 al-Hakam, hermano del emir Muhammad, salió en plan de aceifa. Llegó a Calatrava, que había sido despoblada de sus habitantes y sus murallas arruinadas. Al-Hakam hizo alto allí con el ejército, cuidó de [re]hacer su muralla y fortificar su entorno, trajo de vuelta a sus habitantes y dotó a la ciudad de una guarnición. Lo mismo hizo con el *hisn* de Jándula, y regresó a Córdoba tras recorrer las comarcas en poder de los rebeldes³⁰. Más abajo, en el propio *Muqtabis*³¹, se dice que con ocasión esta campaña [re]construyó el emir Muhammad lo que había sido deshecho de la ciudad de Calatrava, regresando a ella sus habitantes que se habían dispersado. Hizo lo mismo con el *hisn* de -bh³². Allí instaló abundante caballería e infantería, y la convirtió en sede

²⁸ Página 294.

²⁹ Página 160. Sobre Ubeda, v. n. 487 de la edición. Habría sido fundada por ‘Abdarrahman II, ampliándola Muhammad I, según Ibn Galib (s. XII) (VALLVE, J., *Op. cit.*, p. 278). Sobre la batalla de Andújar, v. MANZANO MORENO, E., *Op. cit.*, pp. 288-9. Sobre la cora de Jaén en general, v. la bibliografía contenida en VALLVE, J., *Op. cit.*, pp. 274 y ss. Sobre la expresión *‘ala yaday* como significante de «bajo la dirección de...», v. OCAÑA JIMENEZ, M., *Op. cit.*, p. 58.

³⁰ Páginas 293 y 294.

³¹ P. 334. Es un folio que debe estar desplazado en el conjunto del manuscrito. El editor advierte en la nota 556 que el autor vuelve a hablar de los hechos del año 239 / 12 junio 853 - 1 junio 854.

³² Suplido por el editor: «Soria». Sólo se conservan las dos últimas letras de la palabra. En el BM-II figura Talavera junto con Calatrava en el año 241 / 22 mayo 855 - 9 mayo 856 (cf. «Obras Bayan», § 6).

para los caídes y *ribat* para los hombres³³.

2.3.4. Badajoz

En el año 261 / 16 octubre 874 - 5 octubre 875 el emir Muhammad respondió favorablemente al amán solicitado por el rebelde Ibn Marwan a través del infante 'Abdallah y le impuso como condición que bajase, depuestas las armas, a la ciudad de Badajoz, en el extremo occidental de al-Andalus, pues por aquel entonces estaba vacía. Ibn Marwan [re]construyó Badajoz para sí y para quienes estaban con él, alojándose en ella y consolidándola como ciudad³⁴. En otro pasaje, que aporta como fecha el mes de *dhu l-qa'da* de ese mismo año [261] / 7 agosto - 5 septiembre 875 se califica a Badajoz de *hisn* y se dice que Ibn Marwan entregó rehenes al emir como garantía de su buen comportamiento³⁵.

2.3.5. Coras de Rayya y Algeciras; Cardela (?)

En el año 266 / 23 agosto 879 - 11 agosto 880 salió el infante 'Abdallah, hijo del emir Muhammad, en campaña con la accifa contra las coras de Rayya y Algeciras, siendo caíd Hashim b. 'Abdal'aziz, recién liberado del cautiverio en

³³ ¿Se refieren estos últimos datos a Calatrava? El texto no es del todo claro en este sentido. Sobre Calatrava (Ciudad Real), v. la comunicación de Manuel Retuerce e Isidoro Lozano en las *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Zaragoza, 1986, y la de Manuel Retuerce y Juan Zozaya en las del tercero, Oviedo, 1992. Sobre Jándula, hoy día un hidrónimo, v. TERES, E., *Materiales para el estudio de la toponimia hispanoárabe. I. Nómima fluvial*, Madrid, 1986, pp. 140-1; el último intento de localización del *hisn* homónimo se encuentra en AYALA MARTINEZ, C. DE & AL., «Delimitación de la frontera meridional del Campo de Calatrava en el siglo XII», *Boletín de Arqueología Medieval*, 5, 1991, p. 74, donde se dice que el actual cortijo de Lentisquillo, al Sur del Peñón de Ambroz y junto al río Jándula, es «uno de los lugares a que cabría atribuir la hipotética localización de la antigua fortaleza de *Sándula*». Sobre el concepto de *ribat*, v. MARIN, Manuela, «La vida en los *ribat* de Ifriqiya», en AZUAR RUIZ, R., coord., *La rábita califal de las dunas de Guardamar*, Alicante, 1989, pp. 199-207. No es baladí por parte del cronista el especificar que el *ribat* establecido era «para los hombres»: la permanencia o no de mujeres en este tipo de lugares es un asunto que ha dado bastante que hablar. Cf. pp. 200-1 del citado artículo de la Dra. Marín.

³⁴ P. 345.

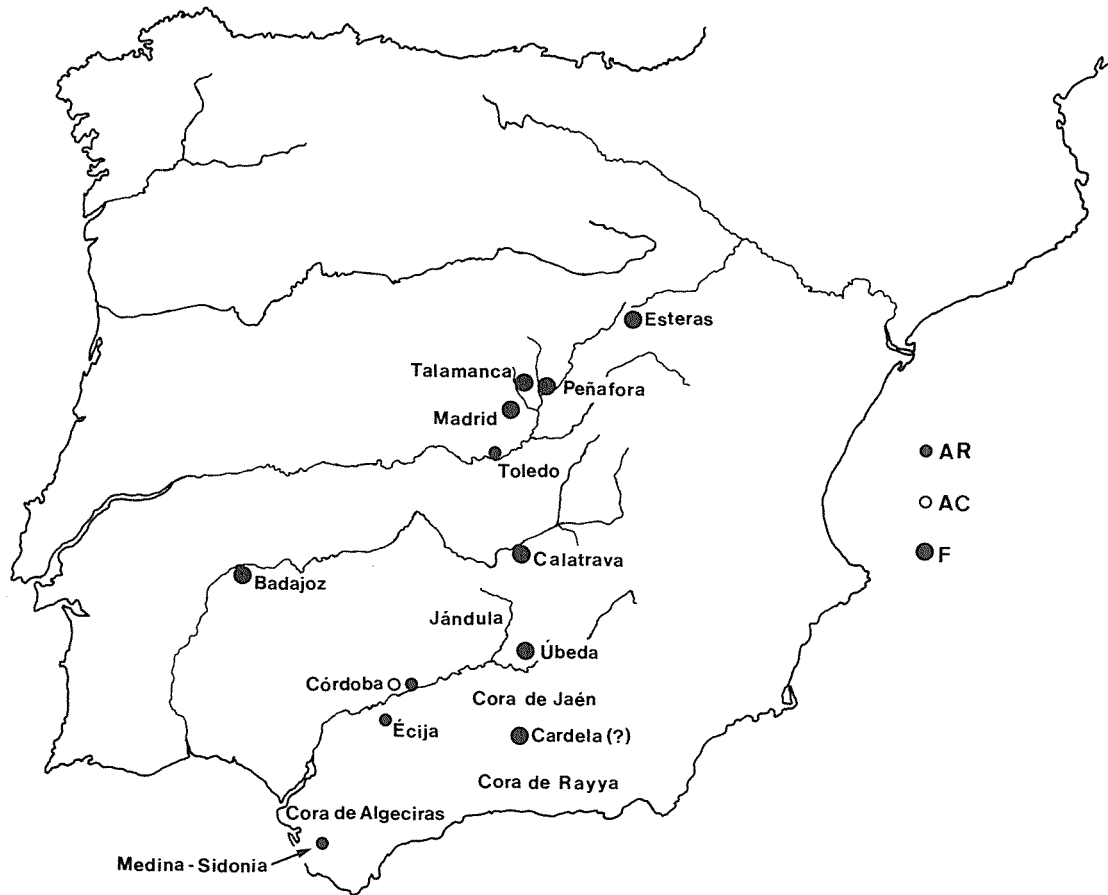
³⁵ P. 355. En la p. 356 se dice que Ibn Marwan tornó a Badajoz, se instaló en ella y residió y permaneció allí lo que quedaba del año 261 y hasta comienzos de 262 / verano - otoño 875. Sobre estos hechos en el *Muqtabis*, v. PEREZ ALVAREZ, M^a A., *Extremadura en las fuentes árabes*, Cáceres, 1992, pp. 108 y 110. Sobre Badajoz en época islámica, v. esta misma obra, pássim. Sobre sus aspectos arqueológicos, v. una introducción general y bibliografía en VALDES FERNANDEZ, F., «Ciudadela y fortificación urbana: el caso de Badajoz», en BAZZANA, A., ed., *Castrum 3*, Madrid-Roma, 1988, pp. 143-52. V. tb. la aportación del mismo autor al volumen *Castrum 4*, Madrid-Roma, 1992, pp. 85-98.

que le había tenido Ibn Marwan³⁶. Sometió el país de los rebeldes y [re]construyó (*ibtana*) contra ellos las fortalezas (*al-husun*), situando en ellas a las gentes obedientes para que se hiciesen cargo de sus Algaras. Entre esas fortalezas se contaba la de Cardela (?)³⁷ y otras. Luego volvió³⁸.

³⁶ Liberación que tuvo lugar en el año 264 / 13 septiembre 877 - 2 septiembre 878. Sobre esto, v. pp. 386 y ss. del volumen II del *Muqtabis*, así como «El emirato», § 38.

³⁷ *Qrdyra*, identificado por el editor como un castillo en la cima de un monte, a 5 Km al Noreste de Iznalloz (provincia de Granada): v. n. 625. No obstante, en la n. 2 de la p. 395 de la edición, el propio Dr. Makki dice que no es seguro que la grafía que nos ha llegado sea la correcta, pudiendo referirse también a *Qbryra*, mencionada por el régulo zirí 'Abdallah (1073-90) en sus memorias y que está cerca de Granada, en el camino de Guadix; o bien a *Fryra*, mencionado por al-'Udri al hablar de la cora de Elvira. *Qrdyra* aparece en el volumen III del *Muqtabis* y en la *Jamhara* de Ibn Hazm, de ahí que el Prof. Makki se incline por esa opción.

³⁸ Página 395. Sobre la cora de Algeciras, v. VALLVE, J., *Op. cit.*, 326-7; sobre la de Rayya, v. ídem, pp. 328-31, así como ACIEN ALMANSA, M., «Poblamiento y fortificación en el sur de al-Andalus. La formación de un país de Husun», *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, I, Oviedo, 1989, pp. 135-50, *pássim*, en torno a su organización militar.



Est. I

Obras constructivas en al-Andalus durante el emirato de Muhammad I según el volumen II del *Muqtabis* de Ibn Hayyan. AR = Arquitectura religiosa; AC = Arquitectura civil; F = Fortificaciones. En Jándula y en las coras de Jaén, Rayya y Algeciras fueron [re]construidas fortificaciones.

LOS RUBUṬ DE AL-ANDALUS: UN ENSAYO DE LOCALIZACION

por

Carmen Martínez Salvador*

Resumen: Desde hace algún tiempo se viene discutiendo sobre la existencia o no en al-Andaluz de rubut a lo largo de las sucesivas líneas de la frontera islámica, y muy especialmente hasta el siglo XI d.C. (siglo V de la Hégira). A raíz de lo cual, en este trabajo hemos intentado hacer un ensayo de localización de estas fortificaciones utilizando para ello la información aportada por las Fuentes medievales, así como la proporcionada por la Arqueología.

Palabras-clave: Arqueología. Islámica. Fuentes.

La palabra ribat definía en Oriente, y también en Occidente, en los principios del Islam un establecimiento de carácter religioso y militar a la vez. Su función en esos primeros momentos era la de albergar a un grupo de personas dispuestas a realizar el *ḡihād* contra los enemigos del Islam; y desde este lugar de concentración partían las expediciones. La raíz de la que deriva es la del verbo *rabata* que significa “atar” o “trabar”; y de ese modo aparece en el Corán, 8.62, con el significado exacto «de lugar en el cual la caballería es reunida, trabada y preparada para una expedición militar». El originario concepto de *ribāṭ* como fortaleza en la que se reunía el ejército para salir en expedición, fue unido a uno mayor de carácter religioso. En este sentido quizás la mejor definición de *ribāṭ* fue la que dió J. Oliver Asín: «*ribāṭ* es la asidua o constante estancia en un lugar, que es la frontera, para defenderlo y vigilarlo; luego el escuadrón para esa guardia, y por último, el dificio para ella» (OLIVER ASIN, 1928, 13).

Para *al-Andalus*, durante el siglo XI d.C. y con anterioridad, las fuentes árabes, y en menor medida las cristianas, ofrecen una buena información sobre los puntos calificados o utilizados como *rubuṭ* o como rábitas; en la mayor parte de las ocasiones son las biografías de ulemas y hombres religiosos las que facilitan

* Departamento de Prehistoria y Arqueología. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Autónoma de Madrid. Cantoblanco Universidad. 28049 Madrid/ ESPAÑA.

los datos al respecto. Por supuesto, las limitaciones de las fuentes son muchas, porque son muy escasos los datos que aportan sobre el modelo arquitectónico que siguieron, si es que existió algún modelo, y el funcionamiento interno de estos *rubuṭ*. Sin embargo, estas fuentes son la única posibilidad de localización de la mayoría de los casos y son el punto principal de apoyo para su localización en la geografía andalusí en esta investigación. Este gran aporte de información viene suministrado por las biografías de hombres religiosos recogidas en varios diccionarios biográficos de escritores árabes, lo que pone en evidencia la fuerte relación que tuvo en *al-Andalus* la *vida de ribāṭ* con el sentimiento religioso de carácter individual con mayor frecuencia.

Son únicamente dos casos en los que existe una acción directa del estado a la hora de impulsar la fundación o el fortalecimiento de alguno de estos *rubuṭ*. Se trata del *ribāṭ* de Almería, fundado en tiempos de °Abd al-Raḥmān II, y del de Gata, cuyas obras de fortalecimiento fueron revisadas personalmente por el califa al-Ḥakam II. Ambos situados en la costa y relacionados con la defensa de la misma frente a los posibles ataques marítimos, primero normandos y después fatimíes. El resto de las noticias recogidas sobre la existencia de puntos referidos como *rubuṭ* o en los que se realiza vida de *ribāṭ* están directamente relacionadas con la presencia en los mismos de hombres piadosos y religiosos; se trata de acciones particulares que por decisión propia deciden desplazarse voluntariamente a un lugar de la frontera norte, en la mayoría de los casos. Los lugares escogidos por estos *murābiṭīn* se corresponden con ciudades o fortificaciones que forman o formaban, pues muchos de los casos corresponden al siglo XI d.C., parte del dispositivo de defensa del califato de Córdoba y que no reciben nunca el calificativo directo de *ribāṭ*. Y a parte de estos puntos fronterizos, se localizan otros que se encuentran en el interior del país o en las zonas de costa que no parecen, en principio, guardar relación con la actividad militar desarrollada por algunos de estos religiosos que se desplazaron a los *ṭugūr*; en estos otros puntos del interior o de la costa se desarrolla una actividad de fuerte carácter religioso durante el siglo XI d.C.

Nuestro ensayo se ha centrado solamente, por lo extenso que resultaría el tema, en los puntos que se localizan en la frontera del reino toledano en el siglo XI d.C., y arrancando este movimiento de *ṭagrīs* hacia la frontera desde el siglo anterior, e incluso en algún caso como Madrid desde finales del Emirato, y dejando para otra ocasión el resto de los puntos.

LA CIUDAD DE TALAVERA/ṬALABĪRA (TOLEDO)

La ciudad se levantará en la región toledana como una alternativa y contrapeso de Toledo en constante insurrección frente al poder cordobés. Fue amurallada a

mitad del siglo IX d.C. por el emir Muḥammad I (241 H./855-856 d.C.) y reformada posteriormente en el año 325 H. (936-937 d.C.) con °Abd al-Raḥmān III; especialmente la reforma consistió en la reconstrucción de una parte del recinto y el levantamiento de la alcazaba para el gobernador y la tropa. A a este respecto S. Martínez Lillo propone que tal vez °Amrūs durante el tiempo que fue gobernador en el año 181H. (797 d.C.) ya se hubiese realizado las primeras obras en las murallas de la ciudad (MARTINEZ LILLO, 1990, 20). Los muros de la fortificación emplean una gran cantidad de sillares rentilizados; correspondiendo la disposición de estos muros, al menos en la parte oriental, a la época de ocupación islámica. Y en algunos de los lienzos se localizan torres semicirculares de mitad del siglo X d.C. (MARTINEZ LILLO, 1987, 203-5).

En el siglo XI d.C. al-Mu°tamid de Sevilla atacó esta ciudad tras la subida al trono de al-Qādir. Y más tarde, cuando toda la región de Toledo pasa a manos de Alfonso VI también lo hace la ciudad de Talavera. Y a partir de ese momento fue objetivo de algunos ataques de las tropas almorávides, que consiguieron tomarla momentaneamente en el año 1109 d.C., cuando intentaban recuperar Toledo.

Se conoce, a través de las fuentes, el retiro a Talavera de varios personajes, de buena vida religiosa, con la intención de llevar una *vida de ribāġ*.

Uno de ellos es Abū °Abd Allāh Muḥammad b. Ṭāhir al-Qaysī¹, originario de *Tuḍmīr* y conocido como el martir, que desde aquí participa en el *ġihād*. Correspondía a una de las familias honorables en su tierra y era de grandes de al-Andalus. Era conocido como un hombre dedicado al bien, la bondad y a Dios. Tras formarse en *al-Andalus*, peregrinó por Oriente formándose en el *Ḥaramayn* y Jerusalén. Más tarde se fue a Iraq para encontrarse con el *saġġ* Abū Bakr al-'Abharī, alfaquí de formación malikí. Fue allí donde tomó contacto con los *nussāk*² a los que acompañó incorporándose a ellos y apartándose de los deseos de la vida; siguió sus huellas, se vistió de lana y comía únicamente pan. Regresó a Murcia en el año 376H. (986-7 d.C.) ó 377H. (987-8 d.C.) y se negó a residir en la ciudad de Murcia, por lo que se instaló fuera de ella, en el pueblo atribuido a los Banū Tahir, cultivando su propio huerto del que se alimentaba. Participó realizando el *ġihād* con Muḥammad b. Abī °Āmir, asistiendo con él a la conquista de la ciudad de Zamora y Coimbra. Al-Maqqarī especifica y añade que tras dos años de vida eremítica en Murcia «se dirigió a la frontera para hacer constantemente el ejercicio del *ribāġ*, fijando su residencia para eso en Talavera. Desde allí hacia entradas en la tierra del enemigo, formando parte de los escuadrones de caballería dedicados a ello. Vivía del producto que le correspondía del botín del enemigo. Montaba

¹ Biografía en al-Maqqarī (1968), II, p. 145; Ibn al-Faradī (1890), pp. 203-204, n° 1349 y (1966), n° 1351, pp. 87-88.

² Plural de *nasik*: persona desprendida de la vida dedicada al servicio divino.

sobre un caballo propio, que se había traído expofeso para el ejercicio del *ribāṭ*».

Es realmente significativa la vida ascética a su regreso de Oriente; allí se empapó de ideas ascético-místicas que continuó practicando a su vuelta a al-Andalus, no sólo en el retiro, sino también uniéndose al ejército califal y estableciéndose como *murābiṭ* en el *ṭagr* hasta su muerte en el año 378H. (989 d.C.) en la alczua de Astorga.

También Ibn Sumarik³ y Abū ʿUmar Aḥmad b. Muḥammad b. Aḥmad⁴ hicieron *ribāṭ* en Talavera. Abū ʿUmar, participando además en varias alczúas como Ibn Ṭāhir del que tomó. Era conocido como un hombre bueno, virtuoso, apegado al *ribāṭ* en Talavera y que iba reiteradamente con les escuadrones a territorio cristiano hasta que sufrió el martirio. Es evidente una continuidad del pensamiento de Ibn Ṭāhir en este *murābit*; *tal vez sea demasiado prematuro*, a la luz de las escasas noticias, hablar de una *escuela* en Talavera, pero sin lugar a dudas existe un incididor al que le siguieron en su pensamiento y acciones algunos ascetas que eligieron el mismo lugar de residencia de Ibn Ṭāhir para seguir su enseñanzas. Este aspecto de la vida de *ribāṭ en la Península será una constante que se repetirá en otros* lugares de la frontera.

Sobre la localización de un posible espacio o edificio reservado para los *murabiṭīn*, S. Martínez Lillo llegó a la conclusión tras varias compañías arqueológicas que en este caso no existió un edificio “diseñado o planteado como lugar donde habitasen luchadores de la fe”(MARTINEZ LILLO, 1990, 12). Y da como única alternativa la alczaba, aunque también explica que la alczaba fue diseñada como residencia del gobernador de la ciudad y su ejército.

EL HISŪ DE OLMOS/WALMUS (TOLEDO)

Se localiza sobre dos colinas separadas por una pequeña vaguada a la margen izquierda del río Guadarrama. Su situación en el camino de Toledo a los pasos de la sierra (Puerto de los Leones, Tablada y Somosierra) le confiere un valor importante en la defensa de esa línea de comunicaciones y como punto de descanso y apoyo para el ejército de Córdoba en sus expediciones contra el norte, como sucedió en el año 939 d.C.; y a pesar de no aparecer en las fuentes hasta el califato de ʿAbd al-Raḥmān III es muy probable que existiese con anterioridad algún tipo de fortificación levantada durante la campaña de refortificación de la Marca Media llevada a cabo durante el reindado de Muḥammad I.

Durante el gobierno de al-Maʿmūn, este le cedió a Alfonso VI las plazas de

³ Biografía en Ibn Baškwal (1882-3), n° 117.

⁴ Biografía en Ibn al-Abbār (1920), p. 49, n° 111.

Canales y Olmos para que dejase a sus heridos y enfermos cuando iba a ayudarlo. Cuando Olmos pasó a poder de Alfonso VI definitivamente con la toma de Toledo en el 1086 d.C. sufrió el ataque de las tropas almorávides de ʿAlī b. Tāšfin en el año 1109-1110 d.C., durante el cual se destruyó el poblado pero no la alcazaba, y el sitio de las tropas del almohade Yaʿqub al-Manšūr. Con Alfonso VII Olmos paso al poder de la orden de San Juan a mitad del siglo XII. El castillo continuó de un modo u otro habitado hasta Juan II Trastámara quien lo mandó derribar por ser refugio de ladrones.

Este *ḥiṣn* es citado en las fuentes como punto elegido por varios personajes en el siglo XI d.C. para retirarse a él y llevar una adecuada *vida de ribāṭ*. Se trata de ʿAbd Allāh b. Saʿīd b. Abī ʿAwf al-ʿAmilī al-Ribāḥī⁵, el de Calatrava, hombre virtuoso, religioso, prudente, precavido y constante en la oración en la mezquita en Toledo, donde residía tras la peregrinación. Se desplazaba en el mes de *ramadān* a este *ḥiṣn* para *hacer ribāṭ* hasta que murió en el año 432 H. (1040-1 d.C.). Su formación ascética le vino de la mano de Ibn Abī Zamnīn y otros a quien escuchó.

También Yūsuf b. Mūsā b. Yūsuf al-Asadī⁶, de Toledo y conocido por Ibn al-Babs, murió en el mismo *ḥiṣn* de Olmos en el año 1083 d.C. tras retirarse a él y fue enterrado en el mismo. Había tomado de Muḥammad b. Mugit y Muḥammad b. Baḍr. En la fecha de la muerte de Yūsuf b. Mūsā es muy posible que este *ḥiṣn*, junto con Canales, hubiesen sido cedidas a Alfonso VI para dejar sus bajas, pues según Ibn al-Kardabus en el año 476H. (1083-4 d.C.) Canales es entregado a Alfonso VI quien se encarga de fortificarlo (IBN AL-KARDABUS, 1986, 18). De modo que en el año 1086 d.C., cuando se rinde Toledo, la región al completo pasa a manos cristianas.

Durante 1983 y 1984, se llevaron a cabo labores de prospección y excavación en los dos cerros que constituyen Olmos: el de la fortificación y el del poblado⁷. En ellas salieron a la luz toda una serie de materiales cerámicos fechados entre los siglos IX-XIII d.C., fabricados algunos de ellos *in situ*, pero sin estructuras. Por lo que se plantea el problema de la localización del espacio que sirvió de residencia a los que realizaron en él *vida de ribāṭ*. Tal vez, como sucedió en Talavera, si estos personajes formaban parte del grueso del ejército su lugara estaría con el resto de la guarnición, sin que por el momento pueda decirse nada más exacto.

⁵ Biografía en Ibn Baškwāl (1883), p. 351 y (1955), pp. 260-261, n° 591.

⁶ Biografía en Ibn Baškwāl (1955), p. 643, n° 1504.

⁷ Estas fueron realizadas por S. Martínez Lillo.

AL-FAHMĪN

Situada en la línea de comunicaciones que va de Toledo a Tablada, formaba parte del dispositivo de defensa de la Marca Media de al-Andalus junto con otras fortalezas desde que pasó a control cordobés en el año 318H. (930-1d.C.) tras estar en levantamiento. La fuentes árabes dicen de ella que disponía de tiendas y edificios, así como de una mezquita mayor en la que se hacía la *juḡba* y otra parroquial.

Pasó a manos cristianas en época de Alfonso VI; y todavía aparece citado en un fuero del año 1118 como Alfahmin y fue objeto en el 1131 de un ataque por parte de las tropas musulmanas. Su despoblamiento tuvo lugar en época moderna y J. Oliver Asíñ cree que sus despobladores son los fundadores del Alaminos de Guadalajara (OLIVER ASIN, 1928, 22).

En la actualidad sólo quedan los restos de un castillo levantado en el siglo XIV y sobre los que se han levantado una nueva edificación. Al estar situado en una finca particular el acceso a los restos ha sido imposible, por lo que no se ha podido realizar una valoración sobre los mismos.

Abū Yaʿfar Aḥmad b. Muḥammad b. Muḥammad (353-400H./964-1010 d.C.)⁸, conocido por Ibn Maymūn y originario de Toledo y de tradición malikí, estuvo a finales del siglo X d.C. o comienzos del siguiente durante algún tiempo *haciendo ribāʿ* en *al-Fahmīn*. Se había formado en Toledo y Córdoba, donde estuvo con su compañero Abū Ishāq. Tras lo cual se marchó a Oriente en el año 380H. (990-1 d.C.) con su compañero Abū Ishāq con el que hizo la peregrinación. La Meca, Medina, *Wādī al-Qurā*, *Maydān*, donde tuvo contacto con sufíes, Ayla, *al-Qulzum*, *Miṣr*, Trípolí, Qayrawān, Masīla y Tunez fueron los lugares en los que se formó. Luego se marchó a Toledo para residir en ella y apegarse *al ribāʿ* en *al-Fahmīn*, aunque siempre manteniendo su residencia fija en Toledo. Tenía buena fama, gracia, *zuhd* y prudencia, llevándose a sí mismo por el camino de los *abdal*⁹ y permaneció aislado sin familia ni hijos.

También el asceta Abū al-Walīd Hiṣām b. Sulaymān b. Ishāq al-Qaysi (m. 420H./1029-30 d.C.)¹⁰, originario de Toledo, estuvo haciendo *ribāʿ* en este lugar a principios del siglo V de la Hégira. Había sido discípulo en Córdoba de Ibn al-Hindī e Ibn Abī Zammīn. Y luego se marchó hacia Oriente e hizo la peregrinación, empapándose en la Meca y Qayrawān. Era considerado como *zāhid*, virtuoso, puro y dedicado a Dios, separado de la vida. Tenía la costumbre de ayunar durante el mes de *ramaḍān* en *al-Fahmīn* y en al fiesta del desayuno

⁸ Biografía en Ibn Baṣkwal (1883), I, pp. 21-23, n° 35 y (1955), pp. 25-28.

⁹ *Generosos*, aunque es considerado por algunos como una categoría de los sufíes.

¹⁰ Biografía en Ibn Baṣkwal (1882-3), n° 1426 y (1955), pp. 614.

preparaba la para la gente del *ḥiṣn* y el resto de los *murābiṭīn* que asistían.

Es llamativo que en ambos casos sólo se trate de una residencia temporal y centrada en unos meses concretos del año, lo que aun se hace interesante al tener ambos su residencia en Toledo. Tal vez, esta situación el *ḥiṣn* visitado por grupos de *murābiṭīn* durante el mes de *ramaḍān* pueda compararse con la de cualquiera de los *rubuṭ* del Sahel tunecino y su relación con Qayrawān en el mismo mes del año.

MADRID

Emplazada sobre un observatorio natural con una considerable pendiente hacia el sur, su posición le permitía dominar buena parte del territorio. Su fundación en época del emir Muḥammad I (852-886 d.C.), fue paralela a la de otras fundaciones y fortificaciones en esta región y formaba parte de un frontera interior puesta por los soberanos cordobeses frente a las rebeliones toledanas (MANZANO MORENO, 1990, 117), sin que hasta el momento se hayan localizado restos de un importante poblamiento anterior en la zona de la ciudad emiral.

La delimitación de sus murallas y del curso de las mismas ha sido, y aun sigue siendo, motivo de discusiones entre los investigadores¹¹, a la vez que se le viene atribuyendo una planta cudrangular. Desde el año 317H. (929-30 d.C.) comienzan a sucederse gobernadores directos omeyas coincidiendo con la destitución de los Banū Salīm del gobierno de la zona, que durante todo el emirato habían controlado, y la participación directa de estos gobernadores cordobeses en enfrentamientos con las tropas cristianas, que comienzan a ser cada vez más frecuentes. Ramiro II en el año 932 d.C., o el siguiente, asaltó las murallas y saqueó la ciudad, volviendo a intentarlo en el 950 d.C. con ayuda de Fernán Gonzalez. Coincidiendo con estos ataques, L. Pavón Maldonado cree que Madrid debió verse reforzada por °Abd al-Raḥmān III entre estos años (PAVON MALDONADO, 1984-5, 232).

En el siglo XI d.C., entre el 1059 y el 1065 d.C., fue saqueada por Fernando I junto con Talamanca, Guadalajara, Alcalá y otros lugares. En mayo del año 1082 d.C., pocos años antes de pasar a manos cristianas, la ciudad sirvió de refugio para los descontentos de al-Qaḍir tras quejarse ante Alfonso VI y la muerte de Ibn Muguīt, su líder; pero al-Qaḍir tras sitiarnos y vencerlos confiscó sus bienes en Toledo. Junto con otras plazas de la zona, Madrid pasó a manos cristianas con la ciudad de Toledo en el año 1086, siendo el primer nombre que

¹¹ La última puesta al día, la de F. Valdés, ofrece una buena visión de conjunto de estas discusiones.

aparece como su gobernador cristiano el de Pedro Ansurez en el año 1095 d.C., (GONZALEZ, 1975, 123). Y ya en manos cristianas fue saqueada junto con otras plazas fronterizas por °Alī b. Yūsuf.

La primera cita de Madrid como punto de *ribāṭ* viene recogida en la biografía de Aḥmad b. Ibrāhīm¹² y es quizás de las más antiguas que tienen una localización. En ella se relata como su padre Abū Ishāq Ibrāhīm b. Muḥammad b. Bāz de Córdoba, hombre muy competente en la ciencia de la lectura del *Corán*, se encaminó hacia Madrid en su salida para el *ṭagr* y el *ribāṭ*, acompañado de Aḥmad b. Jālid, Aḥmad b. Abī Zur^{ca}, uno de los discípulos de Ibrāhīm, Abu °Abd Allāh b. °Abd al-Barr y su hijo Aḥmad; pero murió en Toledo en el año 274H. (887-8 d.C.) sin llegar a su destino en la frontera. Este primer intento de *ribāṭ*, que no puede saberse si fue completado por el resto del grupo, tuvo lugar en los momentos inmediatamente posteriores a la fundación de la ciudad por Muḥammad I, y será el primero de toda una larga serie, quizás la más larga de los puntos calificados o utilizados como *rubuṭ* de *al-Andalus*.

Muḥammad b. Ḥunayn¹³, jurisconsulto de Écija y discípulo de °Ubayd Allāh b. Yaḥyā al-Layṭī (m. 910 d.C.) y de Muḥammad b. °Umar b. Lubāba (839-926 d.C.), doctor malikí. Estuvo en la Meca y luego fue a Madrid en calidad de *murābiṭ*, muriendo en lucha contra los cristianos. Esto debió tener lugar a principios del siglo X d.C., sin que pueda precisarse por el momento la fecha exacta.

Abū Maymūna Darrās b. Isma^{ci}l¹⁴ (m. 967 d.C.), malikí originario de Fez, fue a Madrid a combatir como *ṭagrī a mitad del siglo X d.C.*, continuando de estamenera con la tradición iniciada a finales del siglo pasado de utilizar a Madrid como punto de *ribāṭ*.

Uṭmān Sa^{ci}d b. Ṣalīm al-Maḥrīṭī¹⁵, conocido también como al-ṭagrī, fue discípulo de Ibn Masarra en Guadalajara y de Wahn b. °Īsā en Toledo y se dedicó a la enseñanza. Fue una figura destacada de la vida religiosa-militar de la frontera de Madrid, donde murió en el año 376H. (986 d.C.). La actividad de la enseñanza desarrollada por este *ṭagrī* ofrece una posibilidad para hablar de una *escuela* de religiosos-ṭagrīs en Madrid que se ve apoyada y continuada por Ḥassās al-Zāhid de Siyilmasa¹⁶ quien, tras viajar a Oriente, explicaba, a finales del siglo X d.C., en Madrid el libro de ascética del santón de Tudela y *ṭagrī* Yumn b. Rizq¹⁷, explicaciones que Abū al-Muṭarrif escuchó.

Este Abū al-Muṭarrif °Abd al-Raḥmān b. °Abd Allāh b. Ḥammād¹⁷ (939-

¹² Biografía en Ibn al-Abbār (1920), pp. 9-10, n° 2.

¹³ Biografía en Ibn al-Faraḍī (1890), n° 1281.

¹⁴ Biografía en Ibn al-Faraḍī (1890), n° 432.

¹⁵ Biografía en Ibn al-Faraḍī (1890), n° 515.

¹⁶ Biografía en Ibn al-Faraḍī (1890), p. 96, n° 323.

¹⁷ Biografía en Ibn al-Faraḍī (1890), n° 1611.

-1016 d.C.) devoto y virtuoso, era un historiador toledano y combatiente en la frontera. Sus maestros fueron al-Zubaydī, al-Hindī (m. 1008 d.C.) discípulo de Ibn Masarra, Ibn Abī Zamanīn y °Abdūs b. Muḥammad (m. 999 d.C.). Dos de estos maestros, al-Hindī e Ibn Abī Zamanīn, también lo habían sido de Hišām b. Sulaymān (m. 1029-30 d.C.) que realizaba *ribāṭ* en *al-Fahmīn*, poniéndose de esta manera en conexión el origen de muchos de los impulsos que empujan hacia el *ribāṭ* como se verá más adelante.

En la primera mitad del siglo XI d.C. no se recogen noticias de *ṭagrīes*, a lo que J. Oliver Asin aduce como consecuencia de las guerras civiles (OLIVER ASIN, 1991, 473), volviendo a aparecer nuevamente a mitad del siglo con el historiador Mūsā b. Qāsim b. Jaḍir (m. 1051 d.C.), tradicionalista toledano, que fue a Madrid con la intención de cumplir el precepto del *ḡihād* 30 años antes de la reconquista de Madrid; murió al el *Faḥṣ al-Madīna* (Salmedina, Dehesa de la villa) a orillas del Manzanares en una algará de los cristianos.

Abū Ya°qub Yūsuf b. °Abd al-Raḥmān b. °Abd Allāh b. Hammad (1004-1081 d.C.), estudió en el extranjero y se formó con su padre y Abū °Umar al-Ṭalamankī y °Abd Allāh b. Sa°id al-Šantaḡālī (m. 1044 d.C.). En ese mismo año también murió Abū al-Walid Yūnus b. Aḥmad (m. 1081 d.C.), un asceta que no salía de su casa a no ser por un asunto de extraordinaria gravedad. Sobre estos no hay referencias a acciones bélicas contra los ejércitos cristianos, limitándose, tal vez, a realizar una vida ascética.

Entre los años 1944 y 1967 salieron a la luz algunos lienzos y cubos de las murallas al ser derribadas algunas casas, y a partir de 1972 se sucedieron las campañas de excavación. El aparejo de las murallas de Madrid es muy similar al de Calatrava (CABALLERO Y OTROS, 1983), que junto con Talavera fueron fortificadas también en época de Muḥammad I para atacar y contraatacar el levantamiento y expansión toledana. Los restos que salieron a la luz en el solar de la calle Cuesta de la Vega ofrecieron un lienzo de construcción en sillares de gran tamaño a soga y tizón con un ancho de casi 3 metros, con un relleno interior de hormigón constituido por mampostería de cal, y una cimentación en escalones con algunos torreones cuadrados (2,40m de saliente por 3,30m. de ancho) y un portillo. Sin embargo, ante el estado de la investigación arqueológica es imposible intentar localizar el lugar de residencia de todos estos voluntarios, aunque repitiendo lo ya dicho anteriormente, las posibilidades de que estos se integrasen en el grueso del ejército, y por lo tanto ocupasen el mismo lugar de residencia, son muchas.

Estos son algunos de los lugares elegidos por religiosos desde el califato para realizar una vida de *ribāṭ* apartados del mundo y concentrados en el *ḡihād* y en el espíritu y su relación con Dios. Son las fuentes las que nos proporcionan su localización en las ciudades y fortificaciones de la línea de frontera, pero ahora a de ser la arqueología la que nos evidencie su localización exacta, si es que hubo

un lugar reservado específicamente para estos *murābiṭīn* como sucedía en el Sahel tunecino. El movimiento de esta clase de personas tiene su arranque a finales del Emirato y desarrollándose durante todo el siglo X d.C. con la intención de defender las fronteras del Islam. Sin embargo, a lo largo de todo ese siglo X se va produciendo un leve cambio, concediéndosele una mayor importancia al elemento religioso que en el siglo XI comienza a desplazar al aspecto militar.

BIBLIOGRAFIA

- CABALLERO, L. Y OTROS (1983), *Las murallas de Madrid. Excavaciones y estudios arqueológicos (1972 a1982)*, *Estudios de Prehistoria y Arqueología*, Madrid, II, pp. 9-182.
- GONZALEZ, J. (1975), *La repoblación de Castilla La Nueva*, Madrid.
- IBN AL-ABBĀR (1920), *Kitāb al-Takmila li al-kitāb al-sila*, edición de M. Ben Cheneb y A. Bel, Argel.
- IBN BAŠKWAL (1982-3), *Kitāb al-sila*, edición F. Codera, Madrid.
- IBN BAŠKWAL (1955), *Kitāb al-sila*, edición ^oI. al-Husaynī, el Cairo.
- IBN AL-FARAḌĪ (1890), *Tarij ^oulama al-Andalus*, edición, F. Codera, Madrid.
- IBN AL-FARAḌĪ (1966), *Tarij ^oulama al-Andalus*, edición el Cairo.
- IBN AL-KARDABUS (1984), *Kitāb al-Iktiā'*, traducción M. La Chica, Alicante.
- AL-MAQQARI (1968) *Kitāb Nafh al-tib*, edición I. ^oAbbās, Beirut.
- MANZANO MORENO, E. (1990), Madrid en la frontera omeya de Toledo, *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid, pp. 115-129.
- MARTINEZ LILLO, S. (1987), Algunos aspectos inéditos de la fortificación musulmana de Talavera de la Reina, *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, pp. 199-205.
- MARTINEZ LILLO, S. (1990), Un ribāṭ interior en la Marca Media. El caso de Talavera, *Symposium La fundación de Madrid*, Madrid, separata.
- OLIVER ASIN, J. (1928), *Origen árabe de rebato, arroba y sus homónimos*, Madrid.
- OLIVER ASIN, J. (1991), *Historia del nombre "Madrid"*, Madrid.
- PAVON MALDONADO, B. (1984-5), Arqueología y urbanismo medieval en Madrid, *Awrāq ^oYadīda*, VII-VIII, pp. 231-278.
- VALDES, F. (1992), El Madrid islámico. Notas para una discusión arqueológica, *Maḡrit. Estudios de arqueología madrileña*, Madrid, pp. 141-180.

SILOS MEDIEVALES DE MONZON DE CAMPOS (PALENCIA)

por

Carlos Lamalfa Díaz*, Aurora de la Cruz Pérez*
y M^ª Julia Crespo Mancho*

Resumen: En el término de Monzon de Campos (Palencia), al realizarse los desmontes para la mejora de la carretera nacional 611, quedan al descubierto, con diferente nivel de vaciado, numerosos silos, tanto en planta como en talud. En el último caso se plantea la problemática de como abordar la excavación con los medios disponibles.

La excavación se halla aún en proceso de realización y se pretende exponer las dificultades encontradas, así como las soluciones dadas.

Palabras-clave: Silos. Talud. Problemática.

MATERIAL CERAMICO

La excavación, objeto del presente estudio, se llevó a cabo en el término municipal de Monzón de Campos (Palencia), en cuatro áreas distantes entre sí más de dos kilómetros, que se sitúan a lo largo de la carretera 611.

Los yacimientos se encuentran ubicados en las estribaciones de los páramos y tesos que delimitan por su parte oriental el valle formado por el curso bajo del Carrión. Geológicamente el suelo consiste en una arcilla de naturaleza básica caliza.

En su mayor parte, las estructuras aparecidas son silos excavados en la tierra, apareciendo asimismo varios cenizales cuyos restos parecen corresponder al mismo horizonte cultural. En todos los casos las estructuras se presentaban, en mayor o menor grado, parcialmente destruidas.

Dos áreas, de las cuatro excavadas, consisten en sendos taludes de fuerte pendiente (en su mayoría presentan un ángulo de inclinación superior a los 75°),

* Iter. Gabinete Arqueológico. Palencia.

con una altura que oscila entre los tres y los siete metros y en cuya parte superior se apreciaban una serie de estructuras negativas, de forma esferoide, ninguna de las cuales se hallaba a menos de cinco metros de altura, respecto del nivel actual de la carretera, por lo que su acceso resultaba sumamente problemático. Para salvar la dificultad que presentaba su excavación, se optó por realizar la intervención sosteniendo a los excavadores desde la zona superior del talud con correajes y elementos de escalada. En cuanto a los resultados de la intervención, se han documentado un gran número de depósitos o silos y se ha recuperado abundante material, especialmente cerámico. Este último aspecto es el que se estudia en el presente trabajo.

LAS ESTRUCTURAS

Se han documentado alrededor de 50 silos de variada morfología (ovales, circulares e irregulares), así como de distinto tamaño. Gran parte de ellos aparecen con un revoque interior de arena y cal (Lamalfa, C.; Cruz, A. y Crespo, M^a J., 1993).

HALLAZGOS

Los materiales encontrados son relativamente variados, siendo los más numerosos los cerámicos, seguidos de los restos óseos de alimentación, encontrándose también restos de huesos trabajados, restos metálicos, maderas y cereales carbonizados.

CERAMICA

En el material cerámico podemos observar, a pesar de las diferencias, dentro de los hallazgos de las diversas áreas, una unidad en las características generales, tanto morfológicas como decorativas.

Los restos aparecen bastante fragmentados y nos encontramos, tras los primeros intentos de restauración, con escasas vasijas parcilmente completas, en relación al número total de ejemplares que indican los restos aparecidos, lo que puede tener relación con el avanzado estado de destrucción de los depósitos en el momento de la intervención arqueológica, o con un relleno de los mismos con fragmentos de vasijas incompletas; es decir, fragmentadas con anterioridad a su deposición en las estructuras.

En una primera aproximación al material nos encontramos con algunos datos de cierta importancia para poder adentrarnos en el conocimiento del yacimiento. La nota más destacada es la aparición de marcas en el fondo de algunas vasijas que, según algunos autores, son consideradas como marcas de alfareros o, según otras opiniones, como la impronta de los canales o estrías que, en la mesa del torno, sirven para dar estabilidad a la pella de barro en el proceso de elaboración de los vasos.

Aspectos tecnológicos: en general, nos encontramos con un lote cerámico de pastas rojizas, variando de intensidad desde los tonos amarillentos hasta los marronáceos. Aparecen también vasos de pastas grises, que pueden llegar, en ocasiones, al negro. Hay asimismo un ejemplar de jarra de coloración gris y tonalidad rojiza en el exterior, que nos indica, según M. Picón (Picón, M., 1993), cocción y postcocción en atmósfera reductora, con entrada de oxígeno al final de la postcocción.

En definitiva, nos hallamos ante cocciones irregulares, tanto oxidantes como reductoras, así como reductoras-oxidantes que producen un alma gris con un exterior rojizo.

Aspectos morfológicos: en cuanto a la tipología representada en el lote cerámico estudiado, existe una escasa variedad de formas, con variados tamaños dentro de ellas.

Los tipos más frecuentes son las jarras y las ollas, con una morfología relativamente uniforme, apareciendo en bastante menor proporción otras formas.

OLLAS, de cuerpo globular y borde exvasado que termina en labio semicircular, más o menos engrosado. Perfil en "S".

JARRAS, de cuerpo globular y cuello recto que termina en labio engrosado, frecuentemente de sección triangular y, en ocasiones, algo exvasado. LLeva un asa en el lado contrario a la vertedera de pico de pellizco. Algunas veces presentan cordones paralelos al borde, tanto en el cuello como en la zona próxima a los hombros.

Dentro del grupo de jarras podemos incluir una jarrita, con las mismas características formales, pero sin vertedera y con orificio en la parte superior del cuerpo, en donde se situaba un pitorro.

CAZUELAS o LEBRILLOS, de perfil abierto y labio engrosado; paredes lisas o con cordones aplicados en líneas horizontales y/o unguilaciones cercanas al borde.

PLATOS, aparece solo un perfil de plato de pequeñas dimensiones, liso y con un labio apuntado, formando al interior una pequeña ranura como para tapadera.

CANDILES, solo ha aparecido un fragmento de lo que sería una base plana, con rebaje rehundido en “U” bordeando el perfil exterior e incisiones decorativas en la superficie.

FUSAYOLAS, han aparecido dos ejemplares cilíndricos, con orificio central de pequeño tamaño.

En todos los casos nos encontramos con fondos planos.

Aspectos decorativos: este grupo cerámico presenta la característica decoración altomedieval de estriado y pintado.

En líneas generales, podemos señalar que la decoración se ciñe al cuello y zona superior del cuerpo u hombros, en escasas ocasiones la podemos certificar en el labio, asa y parte inferior del vaso.

Existe asimismo la decoración bruñida, así como la utilización del barniz y la decoración en relieve.

Decoración estriada: la encontramos tanto en ollas como en jarras. Se pueden distinguir dos grupos distintos en este apartado: las líneas incisas paralelas, totalmente regulares, que recorren a veces el cuello y/o la parte de los hombros y las estrías, más irregulares, que se suelen situar, normalmente, en la zona superior del cuerpo. Las estrías son de diversos grosores y, en algunos casos, a ellas se superpone la decoración pintada.

Decoración en relieve: está realizada a base de cordones de sección semi-circular, que recorren paralelamente la vasija, a veces acompañando a líneas incisas; en ocasiones se trata de cordones lisos y otras veces cuentan con digitaciones.

Este motivo en algunos ejemplares divide la zona superior, decorada, de la inferior, lisa.

En fragmentos de lebrillos o cazuelas, a veces dos cordones paralelos, cercanos al borde, enmarcan una decoración de línea incisa ondulada.

Decoración pintada: constatamos esta decoración en las jarras y alguna olla, no observándose en el resto de vasos.

El color suele ser rojizo, en algunos casos oscurecido hasta el marrón o negruzco. La zona pintada suele ceñirse al cuello u hombros, con algún ejemplar pintado también en la parte inferior del cuerpo. En ocasiones aparece decorado el labio, recorrido por líneas oblicuas y paralelas.

Los motivos son escasos, ciñéndose a líneas simples paralelas, en aspa, enrejados, a veces inscritos en una línea curva.

Otras decoraciones: además de las ya citadas, existen otras técnicas decorativas como el bruñido o espatulado y el barniz.

El bruñido es muy frecuente, presentándose normalmente: en líneas paralelas que bordean el cuerpo o el cuello del vaso, centrándose su utilización en jarras. Otras veces se encuentra en bandas verticales en el cuello y horizontales en los hombros. Esta técnica da un aspecto brillante.

A veces, y mayoritariamente en ollas, nos encontramos con la utilización del barniz, también en la parte superior del vaso y, en ocasiones, invadiendo la zona interior del labio. Presentan coloraciones ocres y parduzcas.

CONSIDERACIONES FINALES

Las excavaciones de Monzón de Campos presentan varios elementos para la comprensión de la época altomedieval en la Meseta Norte. Supone uno de los más numerosos campos de silos encontrados en la Península, con una variada morfología.

Por otra parte, se ha recogido un abundante lote cerámico, que ofrece una variada tipología, como ha quedado reflejado, con la clásica decoración altomedieval, en donde sobresalen dos datos. Por un lado, las marcas impresas en los fondos de algunas vasijas, que en algunas zonas de Europa se sitúan en torno al siglo XI (Reynaux, F. y otros, 1975), dando incluso dataciones más tempranas, en torno a los siglos VIII-IX (Faure-Boucharlat, E. y otros, 1978, p. 436 y Lobbedez, V., 1958) y que aparecen en lugares próximos como Saldaña (Pérez Rodríguez, F., 1990, p. 278), Tariego de Cerrato (Calleja, M^a V., 1976-77, fig. 3) o en la actual Cantabria (Peñil, J., 1985, p. 289). Aparecen en yacimientos como la fortaleza de Camargo (Cantabria), en donde se les sitúa entre la segunda mitad del siglo X y las primeras décadas del siglo XII (VVAA., 1989, p. 156).

Por otro lado, la decoración pintada, que “salvo raras ocasiones se decora la mitad superior del cuerpo de las vasijas” (Lamalfa, C., 1991), en el caso de algunos materiales hallados en Monzón se comprueba decoración pintada hasta el mismo fondo de las vasijas, lo que aporta un nuevo dato a los estudios cerámicos medievales.

Aparece, asimismo, la decoración bruñida, cuya área de distribución se restringe al sureste de León, sur de Palencia, oeste de Valladolid y Zamora (VVAA., p. 308) y que los autores citados sitúan cronológicamente entre los siglos XII-XIII, algo que no concuerda con las fechas propuestas para el conjunto cerámico de Monzón de Campos.

Respecto a la cronología, la ausencia de hallazgos numismáticos no permite concretar la época o épocas concretas de funcionamiento de estos silos, así como

de la utilización de los materiales arqueológicos hallados en ellos, pero nos permite utilizar “la fuerza del argumento negativo que supone la ausencia de moneda medieval -cuyos comienzos se vienen situando en el reinado de Alfonso VI tras la toma de Toledo en 1085” (Bohigas, R. y Sarabia, P., 1987, p. 324).

Así pues, podríamos pensar en una datación anterior al último cuarto del siglo XI. En este sentido puede ser clarificador recordar que durante los siglos IX-X hay un gran número de pequeñas poblaciones que constituyen las denominadas comunidades de aldes, formadas por hombres libres liberados “de los vínculos de dependencia que marcaban la pauta evolutiva desde el Bajo Imperio ... procedentes de las sociedades gentilicias” que se estaban liberando de “la dependencia que las estrechas estructuras comunitarias imponían al individuo como tal” (Pastor, R., 1980. pp. 23-25). Este sistema de propiedad no duraría mucho tiempo, pues a partir del siglo X se debilita la monarquía leonesa y aumenta la influencia de la nobleza que posibilitará en la segunda mitad del siglo X una nueva estructuración del territorio y de la propiedad de la tierra: los condados (Monzón, año 937).

En cuanto a la relación de este grupo con otros, no hemos encontrado paralelos exactos, Pero sí existen algunos paralelos formales, como el caso de una jarra de hombro muy pronunciado, similar a un ejemplar del “Castellar” de Villajimena (García Guinea, M.A. y otros, 1963, fig. 15), yacimiento en que también apareció un hueso tallado y un campano, similares a los encontrados en Monzón de Campos (ibídem, figs. 33 y 34). El conjunto señalado del “Castellar” es situado por el Dr. García Guinea en los siglos IX-X (ibídem, p. 150), pudiendo extenderse algo más en el tiempo.

Ante lo expuesto anteriormente, tal vez pudieramos, a priori, pensar en una franja cronológica entre los siglos IX-X para la utilización de los silos y los siglos X-XI para su colmatación con los materiales deshechados.

BIBLIOGRAFIA

- BOHIGAS, R. y SARABIA, P.: “El castillo de Camargo y los castros altomedievales de Cantabria”, II *C.A.M.E.*, T. III, Madrid, 1987, pp. 313-325.
- CALLEJA, M.V.: “Cerámica de repoblación de Taariego de Cerrato (Palencia)”. *SAUTUOLA II*.- Santander, 1976-77.
- CRUZ, A., CRESPO, M. J., y LAMALFA, C.: “Monzón de Campos: la transformación del sistema de almacenamiento, consecuencia del cambio de las estructuras agrícolas”, IV *C.A.M.E.*, Alicante, 1993. (En prensa).
- FAURE-BOUCHARLAT, E., COLLARDELLE, M., et alli: “Elements comparatives de la production céramique du XI siècle dans la bassin rhodanien”.- *Coloquio de Valbone*, 1978.
- GARCIA GUINEA, M.A. et alli: “El Castellar, Villajimena (Palencia)”. *Tello Téllez*, nº 23,

Palencia, 1963.

LAMALFA DIAZ, C.: "Sobre la cerámica medieval en el área central de las antiguas montañas cántabras" V *C.I.C.M.M.O.*, Rabat, 1991. (En prensa).

LOBBEDEZ, V.: *Untersuchungen mittelalterlicher keramik verchulich aus südwestdeutschlnd.*- Berlín, 1958.

PASTOR, R.: *Restistencias y luchas campesinas en la época del crecimiento y consolidación de la formación feudal. Castilla y León, siglos X-XIII.* Madrid, 1980.

PEÑIL, J.: "La cerámica medieval del yacimiento de Rebolledo, Camesa". *SAUTUOLA IV.*- Santander, 1985.

PEREZ RODRIGUEZ, F.: "Nuevas investigaciones en torno a la antigua ciudad de Saldania". *Actas del II Congreso de Historia de Palencia*, T.I, pp. 275-296.- Palencia, 1990.

REYNAUX, F., COLARDELL, M., et alli: "Etude d'une ceramique regionale: les vases à fond marqué du XI siècle dans la région Rhone-Alps". *Archéologie Medievale*, V.- 1975.

VV.AA.: *La cerámica medieval en el norte y noroeste de la Península Ibérica.*- Universidad de León, 1989.

Est. I

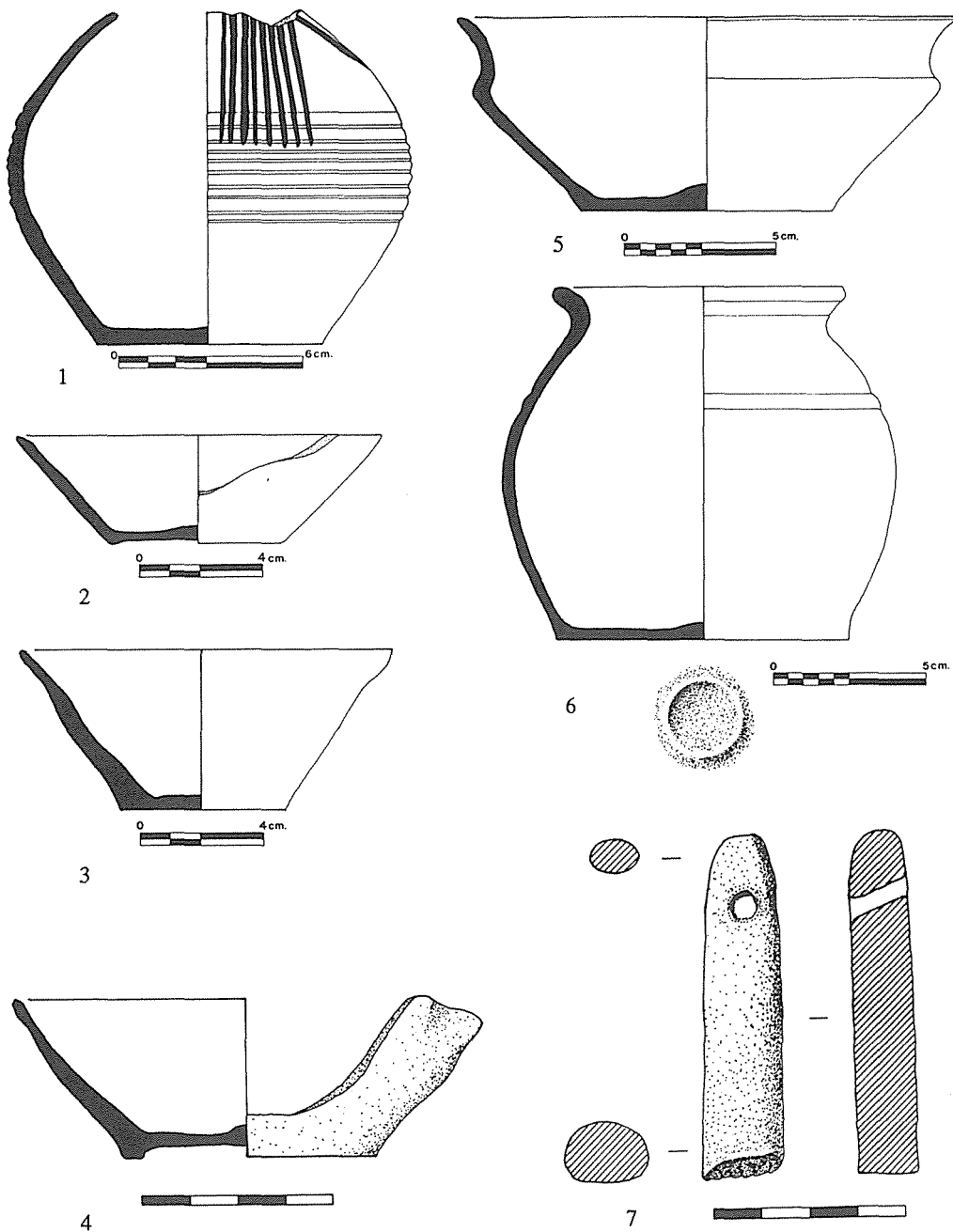
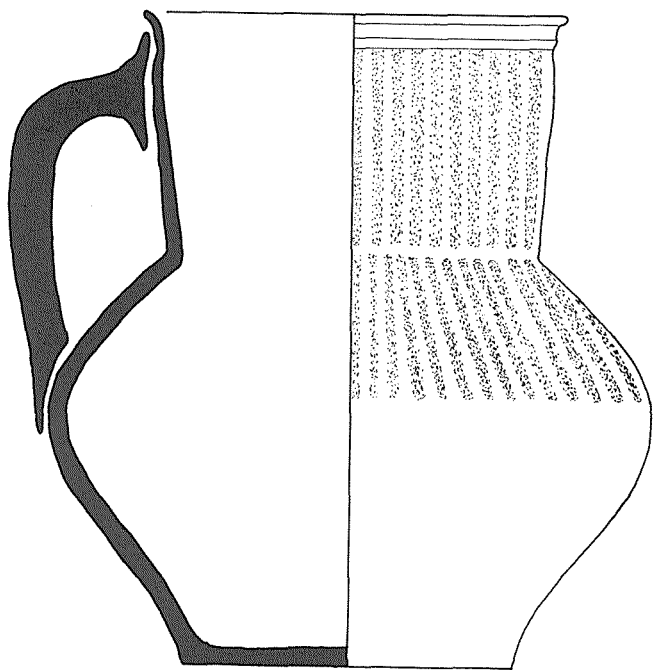
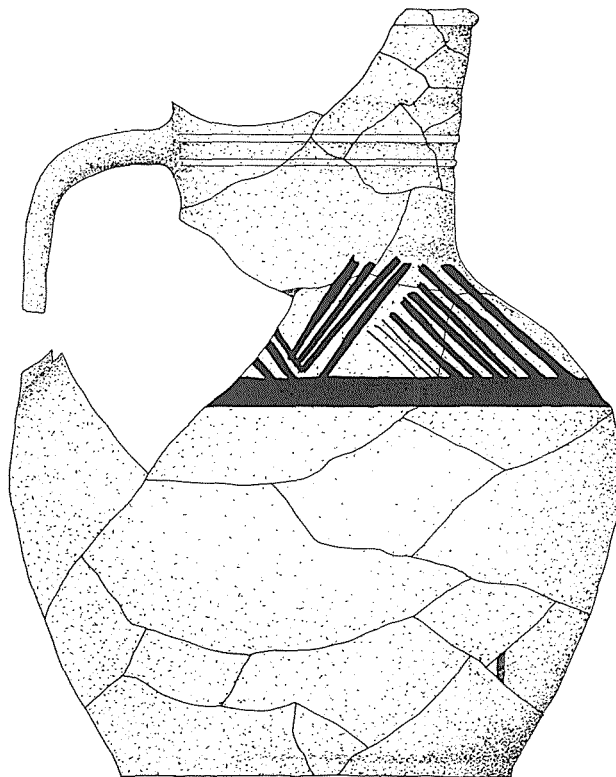


Fig. 1 — 1. Olla de cuerpo globular. 2. Posible candil. 3. Lebrillo. 4. Candil. 5. Cuenco. 6. Olla con sello. 7. Afilador ó alisador de piedra.



1



2

Fig. 2 — 1. Jarra con decoración bruñida y sello. 2. Jarra con decoración pintada.

LAS PUEBLAS FRONTERIZAS ENTRE LEÓN Y PORTUGAL EN LOS SS. XII Y XIII: "CIUDADELAS" DE RIBA-CÔA (BEIRA, PORTUGAL)

por

José Avelino Gutiérrez González, Carmen Benítez González
y Hortensia Larrén Izquierdo

Resumen: Después de la independencia de Portugal en el siglo XII, las relaciones políticas con el reino de León vienen marcadas por la alternancia de alianzas y enfrentamientos; estos se manifiestan en pugnas y ocupaciones del territorio fronterizo desde uno y otro lado. El reino de León crea entonces frente a Castilla, por el Este, y Portugal, por el Oeste, líneas fronterizas apoyadas en villas amuralladas, las "pueblas" de los siglos XII y XIII, que reorganizan e jerarquizan el poblamiento y las funciones políticas, económicas y militares. Su estudio arqueológico contribuye a conocer mejor el proceso histórico.

Palabras-clave: Frontera. Fortificación. Arqueología urbana.

1. EL CONTEXTO HISTÓRICO: EL NACIMIENTO DE UNA FRONTERA FORTIFICADA

Desde que Alfonso Henriques inicia una política en pos de convertir al condado portucalense en reino independiente de León y Castilla, entre 1.128 y 1.137, comienza un dilatado periodo de alternativas guerras y pactos, incursiones militares en uno y otro sentido, anexiones territoriales y obras de fortificación en la frontera, que no culminaría hasta tiempos bien cercanos.

El común pasado de unos territorios que han ido surgiendo de N. a S. con la colonización feudal de tierras poco pobladas, no integradas ni en los estados cristianos ni musulmanes, o ganadas progresivamente a éstos últimos, además de la propia dinámica evolutiva de la organización y articulación sociopolítica de dichos territorios, motiva una indefinición en los espacios rayanos, lo que produciría continuos enfrentamientos por el control y la expansión territorial en los mismos. (Vid. A. HERCULANO, 1.876; R. de AZEVEDO, 1.937; J. VERISSIMO SERRÃO, 1.979; A. H. de OLIVEIRA MARQUES, 1.985, entre otros, sobre el proceso y desarrollo histórico del reino de Portugal).

A consecuencia de ello, a los anteriores sistemas de fortificaciones reticulares (castillos cabeza de territorios) o lineales frente al Islam, surgiría un nuevo sistema de fortificaciones fronterizas entre los reinos de Portugal y León, donde se ensayarían elementos y dispositivos militares novedosos o importados de otros lugares, contribuyendo a “emparejar” y asociar una característica arquitectura militar.

Ya desde 1.140 las tensiones entre Alfonso Henriques, que se proclama rey imperante, y Alfonso VII llevan a la invasión de las tierras gallegas de Limia por el primero, constestada militarmente por el segundo.

Después del reconocimiento de Alfonso Henriques como rey, en 1.143, y de la división de los reinos de León y Castilla a la muerte de Alfonso VII en 1.157, se incrementan las pretensiones territoriales de aquel, aprovechando en buena medida las pugnas fronterizas que a su vez surgieron entre León y castilla (Vid. fundamentalmente J. GONZÁLEZ, 1.943, 1.944-45 Y 1.960 para estos momentos y acontecimientos históricos). Así entre 1.160 y 1.165 se reproducen las conquistas portuguesas en Limia y Toroño que León recupera en 1.169; resurgen las guerras en esos territorios entre 1.196 y 1.199 con Sancho I, contestadas con ataques leoneses a Bragança.

Es, por tanto, el límite septentrional de Portugal uno de los primeros y más disputados territorios fronterizos ante la falta de divisiones naturales más al este del Miño. De ahí que fuera una de las primeras fortificadas, encargándose el obispo de Orense de las construcciones militares por delegación de Fernando II de León (J. GONZÁLEZ, 1.960, 60 y ss; y L.M. GARCÍA MAÑA, 1.988, un reciente estudio sobre la frontera en tierras orensanas).

El sector nororiental luso, no exento de tensiones, se estabiliza en mayor medida en base al control territorial que se ejerce desde las cabezas de tierra, como Bragança o Miranda do Douro, a las que se oponen las pueblas o villas fortificadas de Puebla de Sanabria, Alcañices, Alba de Aliste, Castrotorafe, Fermoselle y Zamora, en la tierra de esta última. Así pasos fronterizos como el de Calabor -”inter Sanabriam et Breganciam” (A. RODRIGUEZ GONZALEZ, 1973, doc. 17, año 1145)- o Río de Honor -”in finem urbe Senabrie” (Ib. doc. 43) se documentan desde bien temprano. Desde aquí, el gran tajo de los “arribes” abierto por el Duero en los batolitos graníticos del macizo hespérico, servirá siempre de contención natural a ambos estados.

Sin embargo, al sur del Duero donde éste toma dirección oeste, en las tierras rayanas de las “Extrematuras” aún escasamente colonizadas e integradas políticamente a finales del s. XII, surgen disputas territoriales desde la misma independencia portuguesa, dada la indefinición de límites naturales.

En 1.161 acometía Fernando II la repoblación -dotación de término concejil, fuero, organización municipal, política, económica y eclesiástica, así como de

murallas- de **Ciudad Rodrigo** y **Ledesma** (J. GONZÁLEZ, 1.943 b, 225 y ss.). Con ellas, especialmente Ciudad Rodrigo, prolongaba el refuerzo del dominio regio al sur de Zamora y Salamanca, necesario tanto ante los señoríos nobiliarios y el control castellano del sector oriental en la Sierra de Béjar, como ante la expansión portuguesa. Las reacciones serán inmediatas, tanto por parte del concejo salmantino en 1.162 -que ve perjudicados sus intereses al disminuir sus términos-, como de Portugal que llega a dominar Salamanca en 1.163, e incluso de los musulmanes más adelante (Ib. 228 y ss.). Tras la recuperación leonesa, las paces se suceden momentáneamente con el compromiso matrimonial de Fernando II con la hija de Alfonso I en 1.165 (Ib., 1.960. 684).

Poco después, en 1.169, las disputas se reproducían más al sur, en Badajoz, en tierras recién ganadas a los almohades. A un nuevo tratado de paz suceden nuevos enfrentamientos en Ciudad Rodrigo, en 1.179 (Ib, 685 y ss.); y a renovadas disputas sucede el tratado de paz de 1.191 entre Sancho I de Portugal, Alfonso II de Aragón y Alfonso IX de León que casaría con Teresa, hija de Sancho y consanguínea suya. Fracasos de las negociaciones luso-leonesas frente a Castilla conducen a nuevas hostilidades en 1.196-97 en Bragança y Pinhel (Ib, 709 y ss.). Después de estos enfrentamientos en 1.199-1.200 sucede un periodo de paz en el que se estabilizan algo más las fronteras en estas tierras de las “Extremaduras”.

Hasta el último tercio del s. XII, dichas tierras rayanas en la ribera del río Coa, “Riba-de-Côa”, debían presentar un escaso poblamiento y apenas debían estar sujetas claramente a alguno de los poderes regio (R. de AZEVEDO, 1.934, 455 y ss.; J. GONZÁLEZ, 1.943 b, 237 y ss; L.F. LINDLEY CINTRA, 1.984, XXX y ss.). La reorganización e integración política de las tierras entre el Águeda y el Coa se inicia desde su límite superior a partir de 1.170-1.174 por Fernando II de León. Esta primera fase es repobladora protagonizada por el Monasterio de Santa María de Aguiar, filial del monasterio cisterciense de Moreruela en Zamora, y por la Orden del Pereiro, que bajo la protección del rey leonés van fundando pequeñas granjas y núcleos aldeanos (Vid. a este respecto L.F. LINDLEY CINTRA, 1.984, XLIX y ss., así como R. de AZEVEDO, 1.934 sobre la situación inicial de São Julião de Pereiro en la margen derecha del Coa).

A estos pioneros de la colonización agraria seguiría, en una segunda fase, ya con Alfonso IX por León y Sancho I-Alfonso II por Portugal, una mayor reorganización y jerarquización del territorio con base en pueblas o villas concejiles fortificadas (sobre el carácter concejil y perfil jurídico institucional de estas “pueblas” leonesas o “concelhos perfeitos” portugueses Vid. J. GONZÁLEZ, 1.943 b, A. HERCULANO, 1876, o J. MATTOSO 1.985 a, entre otros).

Desde su ascenso al trono en 1.188 el rey leonés inicia esta política repobladora en todo el reino pero, especialmente, en la frontera oriental, ante Castilla, y occidental ante Portugal (J. A. GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 1.989, 1.991;

P. MARTÍNEZ SOPENA, 1.985 y 1.990).

El registro documental de estos momentos permite ir viendo los pasos de esta reorganización pobladora; ya en 1.189 y 1.191 se advierten intervenciones en “**Castell Rodrigo**”, que será definitivamente poblado y fortificado en 1.209, al igual que “**Castell Melhor**”, ambos en los extremos septentrionales de Riba-Côa (J. GONZÁLEZ, 1.943 b, 238, 1.960, 744 y ss; sobre los términos y fueros concedidos Vid., L.F. LINDLEY CINTRA, 1.984).

Por entonces comenzaba también Portugal su aproximación a la margen izquierda del Coa; **Pinhel**, desde 1.197 y **Guarda** desde 1.199 aparecen ya con funciones de organización jurídica y defensa militar, sin duda apoyándose en el impulso que desde la retaguardia supone la existencia de antiguos castillos en Penedono, Mêda, Longroiva, Marialva, Trancoso y Linhares (Vid. sobre éstos y su reactualización militar en el s. XII la reciente y clarificadora síntesis de M.J. BARROCA, 1.990/91); igualmente en el sector leonés, las recientes villas fortificadas de Ciudad Rodrigo, San Felices de los Gallegos, Ledesma, Salamanca y Zamora formaban la retaguardia en el transpaís.

Si **Pinhel**, dotado a su vez con fueros en 1.209, suponía la respuesta de Sancho I a la repoblación de **Castelo Rodrigo**, después de las renovadas guerras fronterizas entre 1.210-1.215, Alfonso IX intensifica la fortificación de la frontera con la puebla de **Almeida** (h. 1.217) frente a **Pinhel** pero ante la misma foz del Coa (L.F. LINDLEY, 1.984, LX-LXI), lo que supone también avance hacia el sur, continuado con **Castelo Bom** (h. 1.225-26 fundación y concesión de fueros), **Vilar Maior** (1.227), **Alfaiates** (h. 1.226) y **Sabugal** (creado ya en 1.219), en el extremo sur de Riba-Côa, alcanzando así una completa y efectiva ocupación y organización de la margen izquierda del río.

Por su parte, Sancho II oponía, ya en la misma margen derecha, **Castelo Mendo** (1.229) a **Castelo Bom**, y **Sortelha** (1.228) a **Sabugal**, además de la ya fundada Villa de Touro en 1.220 por Alfonso II (R. de AZEVEDO, 1.934; J. VERISSIMO SERRÃO, 1.979, 130 y ss.; L.F. LINDLEY CINTRA, 1.984, LX y ss; J.M. CORREIA, 1.946).

Quedaba así creado un sistema defensivo a ambos lados del río Coa que permitiría la estabilización de las fronteras en las siguientes décadas, merced tanto al propio dispositivo bélico montado, como a la propia organización municipal basada en las igualitarias milicias concejiles que, desde estas pueblas, no olvidaban sus prácticas de razzia y conquista dirigidas principalmente hacia las regiones más meridionales aún en poder de los musulmanes, como se establece en los propios fueros, especialmente el de **Alfaiates** (J. MATTOSO, 1.985a y 1.985b).

Dicha estabilidad fronteriza en Riba-Côa se mantiene hasta 1.296 en que D. Dinis retoma la expansión territorial; coincidiendo con los problemas exteriores en la Corona de Castilla durante la minoría de Fernando IV ocupa y se anexiona

Riba-Côa después de una campaña que, penetrando por Ciudad Rodrigo y Ledesma, llegó hasta Simancas.

La solución pacífica se logra en 1.297 con la firma del tan conocido Tratado de Alcañices, por el que se acuerdan los límites fronterizos a cambio de algunas plazas en el sur. D. Dinis recibe, en Ribacôa, Sabugal, Alfaiates, Almeida, Castelo Rodrigo, Vilarmajor, Castelo Bom, Castelo Melhor, Monforte; es decir, todas las pueblas leonesas, más San Felices de los Gallegos que luego revertería a Castilla.

A partir de entonces, estabilizada definitivamente la frontera en el curso del Agueda-Turões, D. Dinis emprende una ingente labor de reconstrucción y fortificación de las plazas fronterizas, cuyas principales obras (castillos y torres del homenaje dotadas de matacanes, balcones “dionisianos”, etc) habrían de perdurar y ser plasmadas en las representaciones del *Livro das Fortalezas de Don Duarte Darmas* hacia 1.509 (sobre estos documentos gráficos, sus ediciones, copias y arquitectura militar de esos castillos fronterizos más tardíos, Vid. J. de ALMEIDA, 1.943; A. PIMENTA, 1.944 o la más reciente y fiel edición de M. da SILVA CASTELO BRANCO, 1.990; además, M. GONZÁLEZ SIMANCAS, 1.910-11; L. VILLENA, 1.985 entre otras contribuciones al congreso de castillos de la raya).

Desde los tiempos de D. Dinis la frontera apenas habría de modificarse, si bien los conflictos territoriales, dinásticos y fronterizos continuarían con sus sucesores; las guerras, invasiones y anexiones brotarían periódicamente en la Baja Edad Media y Edad Moderna -especialmente duras desde 1.640 en que se iniciaría además el periodo de construcciones abaluartadas- sin que por ello dejase de quedar perfilada la identidad, con sus semejanzas y diferencias, entre ambos estados peninsulares.

2. EL SISTEMA DE FORTIFICACIONES FRONTERIZAS DE RIBA-CÔA

La creación de un denso sistema de fortificaciones en la frontera entre Portugal y los sucesivos reinos (León-Castilla-España) origina la erección, reconstrucción y reactualización constante de fortalezas en las que se introducen, de manera periódica, los novedosos dispositivos bélicos de cada momento. Desde su nacimiento en el s. XII, y hasta el mismo s. XVIII, la renovación poliorcética no se interrumpió más que en algunos momentos de paz, lo que ha dejado sobre el terreno numerosos testimonios de la arquitectura militar de cada etapa. Pero si bien esa permanente actualización uniformiza en cierto modo las características arquitectónicas de las fortificaciones, la variedad geológica y morfológica, las distintas tradiciones culturales y las diversas necesidades regionales o locales

rompen, en cierta medida, esa uniformidad. Este hecho es bien patente en los primeros momentos -siglos XII y XIII-, en los que la técnica de los sistemas de construcción distan mucho de alcanzar el grado de sistematización unificadora de los castillos dionisianos, manuelinos o, no digamos, de la construcción abaluartada moderna, donde esas circunstancias disgregadoras se dejan notar en mayor medida.

Sin dejar de guardar relación morfológica, las plantas, muros, elementos constructivos, así como los sistemas de tiro y defensa plenomedieval, aún identificables en Galicia-Zamora-Salamanca-Extremadura o Minho-Tras-os-Montes-Beira-Extremadura-Algarbe, etc, difieren respectivamente más entre sí (de N. a S., de las sierras a los llanos, de las zonas graníticas a las cuarcíticas o silíceas, de la tradición altomedieval cristiana a la musulmana) que a uno y otro lado de la frontera.

Así, entre esas agrupaciones tipológicas de carácter regional que pueden establecerse, cobra especial singularidad y personalidad propia la del sistema fortificado de Riba-Côa, tanto por las razones históricas expuestas (dinámica de repoblación común y particular) como por las circunstanciales más arriba anotadas (cierta unidad geomorfológica, espacial y humana).

Por tanto, además de las razones de orden práctico (trabajo de campo abarcable, limitaciones en la observación, reconstrucciones/destrucciones, etc) la propia unidad del sistema fortificado de Ribacôa permite su acotación. Con todo, esa unidad tipológica (en morfología de los asentamientos, plantas, técnicas constructivas y elementos arquitectónicos defensivos y funcionales) no es total. La extensión del territorio, de N. a S. y de E. a O.; los cambios geolitológicos; transición de granitos a cuarcitas; las distintas tradiciones culturales y constructivas: de las técnicas de tradición altomedieval galaico-portuguesa de raíz altomedieval e incluso mozárabe a las técnicas castellano-leonesas o de influencia musulmana; así como la diferente cronología en la erección y reconstrucción (de Fernando II-Alfonso IX y Alfonso II-Sancho I a D. Dinis y sucesores) se dejan notar, ligera o sustancialmente, en las fortificaciones ribacoanas.

Con todo, y aunque el modelo plenomedieval de puebla-villa-concejo, cabeza de un territorio-alfoz-término concejil dotada con castillo y recinto amurallado sea bastante común a Portugal y León-Castilla, la acusada personalidad de las ribacoanas permite establecer entre ellas una **variante** tipológica, conocida a veces en los mismos textos antiguos como “**ciudadelas**”/“**cidadelhes**”, erigidas en cerros rocosos y en las que es posible identificar, generalmente, un recinto murado ovalado-polygonal de tendencia circular dotado con castillo, iglesia, aljibes, etc. y en el que se abren puertas y portillos. Variante diferenciable, además, de entre una amplia tipología de fortificaciones que formaba y completaba el sistema fronterizo como son las ciudades y villas (Zamora, Salamanca, Ciudad Rodrigo...) en el

traspáis, castillos (Alba de Aliste...), torres o atalayas tan frecuentes sobre caminos, vados, puentes, cordeles montañosos, etc.

3. CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DEL SISTEMA FORTIFICADO DE RIBA-CÔA

3.1. Emplazamiento-Asentamiento

La elección del emplazamiento está condicionado en buena medida por la topografía de Ribacôa entre el Duero y el Sistema Central (sierra de Malcata), región accidentada que forma parte del macizo hespérico peninsular. En su litología, básicamente granítica, se abre paso el drenaje fluvial que se hunde progresivamente al N. en “foces” o “arribes” en busca de la fosa por donde discurre, ya de E. a O., el Duero. El paisaje es así sumamente accidentado, especialmente al N. de la línea Guarda-Vilar Formoso, destacando sobre las “foces” algunos cerros o estribaciones de sierras, como la de Marofa.

La ocupación defensiva leonesa comenzada de N. a S. aprovechó esos cerros próximos al río fronterizo para su instalación:

- Castelo Melhor. Se ubica en un cerro de perfil troncocónico en la zona más septentrional donde la hoz es más profunda y confiere mayor altura a sus escarpadas laderas.

- Castelo Rodrigo. Se emplaza en el resalte central de uno de los tres que forman el extremo oriental de la sierra de Marofa, algo más alejado de la margen derecha del Côa debido, sin duda, a la cercanía del Monasterio de Santa María de Aguiar que en su llanada oriental se había instalado hacia 1.170; además antes de la organización de la puebla entre 1.197-1.209 debió existir allí una sencilla instalación -torre o atalaya- conocida como “Atalaia de Martín Rodrigo” (L.F. LINDLEY CINTRA, 1.984, XL). Controla además las principales vías de comunicación hacia el N. (paso de Barca de Alva) y el E. (Puerto Seguro en el Agueda), así como una región de minería férrica atestiguada en sus inmediaciones.

- Almeida. Asentada en los altozanos de la misma ribera derecha del Côa, paso del Tourões, etc.

- Castelo Bom. En un cerrete casi cónico sobre el vado del Côa y el paso hacia Vilar Formoso-Ciudad Rodrigo.

- Vilar Maior y Alfaiates. Se emplazan sobre cerretes similares, menos escarpados y más retraídos hacia el E, en riberas de afluentes del Côa y controlando amplios territorios agropecuarios y vías de comunicación N-S y E-O.

- Sabugal. Con estratégico emplazamiento sobre el mismo río Côa y su puente, en un leve altozano fácilmente defendible.

Los lugares fortificados portugueses eligen parecidos asentamientos:

- Pinhel. Más retraído al O. del Côa, pero ubicado en los altozanos de la Ribeira de Pinhel.
- Castelo Mendo. Claramente opuesto a Castelo Bom en otro cabezo resaltado de la margen derecha del Côa.
- Sortelha. En otro cerro más alejado al O del río, frente a Sabugal.

3.2. Morfología y Planta

La topografía del emplazamiento en cerros rocosos condiciona en buena medida la morfología del asentamiento y el trazado de sus recintos; la tendencia general es circundar la cima del cabezo con una muralla, que adopta así una planta ovalada o ligeramente poligonal al adaptarse a los escarpes y bloques rocosos.

En su interior quedan protegidos los distintos componentes estructurales y funcionales de la puebla: castillo o reducto fortificado más sencillo, donde residirían tenentes regios u otros funcionarios municipales; iglesia; aljibes en el recinto concejil -de uso comunal sin duda- o en el del castillo; viviendas del común, espacios públicos, etc.

Sin embargo, dentro de esa tendencia general -común además al resto de pueblas y villas creadas por estos momentos en otras regiones de Portugal, León o Castilla- las de Ribacôa presentan ligeras variantes; no obstante, es posible que algunas de las diferencias observadas se deban más a la destrucción y desaparición de elementos arquitectónicos (castillos, puertas, torres, antemuros...) o a las reparaciones y reconstrucciones posteriores (segundos recintos y antemuros, castillos...) que a una diversidad estructural original.

El rasgo más común es la existencia constante de un recinto murado concejil, que encierra la población, lo que permite tomar a éste, la *ciudadela*, como denominador común al que se añaden otros elementos.

- **CIUDADELAS SIMPLES** (sin castillo original aparente, recinto sin torres). Castelo Melhor-Castelo Bom-Vilar Maior.

Se caracterizan por estar formadas por un recinto sencillo a veces con antemural, sin torres o con presencia de algún cubo esporádico, no reiterado en todo el muro; es el caso de **Castelo Melhor** donde sólo se constata hoy un gran cubo de planta semicircular peraltada en el lienzo N., el más visible desde el llano, además de otra falsa torre creada por inflexión curva del muro, al SO., sobre los escarpes del Côa.

En **Castelo Bom** las torres que flanquean el acceso en codo del lado S., así como otras no conservadas (dos torres cuadrangulares más la del homenaje, visibles

en las vistas de Duarte Darmas) debieron ser producto de las reconstrucciones de D. Dinis y D. Manuel (M. GONZÁLEZ SIMANCAS, 1.910, XXIII, 97).

Vilar Maior mantiene íntegro todo su perímetro murado dejando ver la inexistencia de torres; las apuntadas en el dibujo de Duarte Darmas -que por su extrañeza anotó "estas dous toregoes sam de pedra e sosa"- no son en realidad más que inflexiones angulares que rompen la tendencia circular aparentando, de lejos, ser torres de flanqueo.

Tampoco se constatan en estas tres ciudadelas restos de castillos o reductos interiores anteriores a las reconstrucciones de D. Dinis o posteriores.

En **Castelo Melhor** el arrasamiento de estructuras interiores, incluso en los peñascos centrales donde pudo emplazarse, apenas deja reconocer más que restos de algunas construcciones rectangulares.

En **Castelo Bom** se conserva la planta inferior de una construcción abovedada, al E., que pudiera ser un aljibe o formar parte de la desaparecida torre del homenaje.

La torre exterior al recinto de Vilar Maior es claramente del periodo dionisiano, como el recinto bajo de la villa.

- CIUADELAS CON CASTILLO

Pinhel, Sabugal, Sortelha, Castelo Mendo.

Además del recinto concejil, de planta ovalada y con antemural (en Sabugal, representado por Duarte Darmas, aunque pudiera ser posterior a la época de repoblación), presentan alguna torre de planta cuadrangular flanqueando alguna de las puertas (que también pudieran ser debidas a reconstrucciones más tardías como se aprecia claramente en la "puerta do Relógio" de Sabugal, Vid. sobre ésta J.M. CORREIA, 1.948).

En todos los casos los castillos deben su aspecto actual a las reconstrucciones de D. Dinis y posteriores, aunque se aprecian otros restos, atribuibles a la época inicial.

En **Pinhel**, además del registro documental, son visibles muros de espacios rectangulares al pie de la torre de D. Dinis, entre ésta y la torre de D. Manuel. Igual ocurre en el patio del castillo de **Sabugal** reconstruido totalmente por D. Dinis sobre el flanco occidental de la ciudadela concejil (J.M. CORREIA, 1.946, 93). En **Sortelha** las reparaciones parecen afectar a la torre del homenaje y a la puerta de acceso al castillo, registrándose en el resto de su recinto una factura coetánea a la de la ciudadela: es un espacio alargado, irregular, adaptado a la topografía rocosa del sector SO.

Castelo Mendo presenta un recinto castelario al SO. de la ciudadela, en el sector más alto y rocoso del cabezo. Describe un trazado ovalado, cerrando perpendicularmente hacia la ciudad, donde se dispone la puerta, el aljibe y una torre mayor en el ángulo exterior NO.; no se trata aquí de una reconstrucción posterior

sino de una torre construída conjuntamente con el recinto, por lo que Duarte Darmas anotó: “a torre damenagem nom parece por ser pequena e esta da outra banda”.

El recinto bajo, más amplio y con grandes torres y antemural, que envuelve la villa actual, sería una ampliación de tiempos de D. Dinis (Ib., 91).

- CIUDADELAS CON CASTILLO Y RECINTO TORREADO

Castelo Rodrigo, San Felices de los Gallegos

Aunque sometidas a múltiples reconstrucciones se registran elementos originales en sus recintos.

Castelo Rodrigo, la primera puebla leonesa en Ribacôa muestra un muro ovalado en el que se encierra aún hoy toda su población, a pesar de algunas destrucciones parciales. Su flanco N., más escarpado, carece de torres, en tanto que por el sur se disponen seis cubos de planta semicircular peraltada más otro, junto al portillo N., que después se incluyó en el castillo. Los lienzos intermedios están derruidos o han sido rehechos en varios momentos. Dos torres albarranas sobre el antemural, que cerraban la liza por el SE. y NE. -la primera representada por Duarte Darmas y la segunda hoy muy arruinada- son posteriores, como todo el antemural, barrera o barbacana (M. GONZÁLEZ SIMANCAS, 1.910, 111). El castillo tardío se superpone al lienzo N de la ciudadela, siendo difícil constatar restos de la primera época.

En **San Felices de los Gallegos** ocurre lo mismo con el castillo del s. XV. Las reparaciones de D. Dinis y posteriores en el recinto y torres albarranas dejan ver, no obstante, trazas de lienzos y de torres de planta rectangular en algunos puntos. De otro recinto exterior restan partes de dos puertas al E. y NE.

De las construcciones iniciales nada subsiste en **Almeida** y **Alfaiates** después de las obras tardomedievales y posteriores en sus castillos y recintos donde, la transformación abaluartada, especialmente en Almeida, modificó sustancialmente los restos de la ciudadela anterior.

3.3. Elementos arquitectónicos defensivos

Además de los mismos recintos de castillos y ciudadelas, las puertas, torres y sistemas de tiro, configuran el dispositivo defensivo de las pueblas fronterizas completado con otros no menos secundarios como los aljibes, al interior, o las atalayas, en las cercanías.

Torres de Flanqueo

Aumentando el flanqueo y la capacidad defensiva de lienzos y puertas, encontramos torres tanto de planta cuadrangular como semicircular; en algún

caso, su posición adosada y su fábrica diferenciada de los lienzos, denotan una construcción posterior al nacimiento de la puebla (albarranas de San Felices de los Gallegos; Castel Bom y Castel Rodrigo; torre do Relógio de Sabugal; etc.).

Planta Semicircular

Aparecen desde los primeros momentos en el recinto de **Castelo Rodrigo**, con planta peraltada y alzado ataludado, construidas en mampostería concertada. Disponen de escalera por la gola dando acceso a la plataforma defensiva, formado por parapeto almenado y aspillero. Similar fábrica, proporciones y cronología muestra el único cubo de **Castelo Melhor**, dispuesto en el flanco N.

Los antemurales -desaparecidos en Castelo Rodrigo y parcialmente conservados en Castelo Melhor- se adaptan a la planta de lienzos y cubos, describiendo el mismo trazado que éstos.

En Castelo Melhor se registra otro falso cubo al S., formado por inflexión curva del lienzo de modo que, la apariencia externa, simula un verdadero cubo; el flanqueo no obstante se aumentaba.

Junto al portillo N. de Castelo Rodrigo -que después dió servicio al castillo- se dispuso otro cubo semicircular, aunque ambos pueden deber su aspecto a las reformas coetáneas del castillo.

Planta Rectangular

Su uso es más desaconsejable en arquitectura militar respecto a las plantas curvas o poligonales, a causa de la menor resistencia que ofrecen a la zapa, de su menor superficie de flanqueo y de la mayor superficie construida que exigen. No obstante, se emplazaron con cierta frecuencia en Riba Côa y otras regiones de ambos reinos, flanqueando lienzos y puertas. Ello puede explicarse tanto por la falta de experimentación, arcaísmo o facilidad técnica, como por su empleo en zonas ya protegidas por la topografía. Lo cierto es que aunque algunas fueran rehechas, presentan gran robustez -Pinhel, Sortelha y Castelo Mendo-. No debe olvidarse que la planta cuadrangular fue siempre la más elegida para la erección de torres mayores o del homenaje, tanto en época antigua como posteriores.

Aparecen aisladas flanqueando uno de los lados de dos puertas en Pinhel y una en Sortelha, caracterizadas por su gran robustez y prolongado saliente. Flanquean los dos costados de la puerta del recinto tardío de Castelo Mendo, cuyo recinto inferior dispone además de otras torres similares en todo el perímetro de los lienzos. Así mismo la puerta de la ciudadela de **Castelo Melhor** se abre en una gran torre rectangular, de incipiente saliente.

En los lienzos de Castelo Rodrigo y San Felices de los Gallegos aparecen también torres de poco saliente en los tramos anteriores a las reparaciones de los s. XIV y XV. Rectangulares son también las torres tardías que enmarcan las

puertas acodadas de Castelo Bom y Alfaiates, muy destruidas.

Planta Pentagonal

Se registran en el recinto bajo, más tardío que la ciudadela, de **Castelo Mendo**, visibles en las representaciones de Duarte Darmas (M. GONZÁLEZ SIMANCAS, 1.910, XXIII, 92) con paralelos y quizá inspiradas en la torre del homenaje pentagonal del castillo de Sabugal y, por tanto, atribuibles a las obras de D. Dinis, como todo este recinto. También existen dos torres albarranas pentagonales en la ciudadela de **San Felices de los Gallegos**, datables -por la heráldica- en la segunda mitad del s. XIV y con paralelos en otras plazas castellanas como Puebla de Montalbán.

Albarranas

Además de las pentagonales de San Felices de los Gallegos existían otras dos de planta cuadrangular en **Castelo Rodrigo**; una de ellas, en el flanco SE. -no conservada- según el dibujo de Duarte Darmas cobijaba un arco que cerraba la liza (paso entre la muralla y el antemural) (M. GONZÁLEZ SIMANCAS, 1.910, XXIII, 109-114).

Otra, al NE. conserva, muy arruinado, un muro que a modo de coracha descende desde la muralla al camino, cortado y protegido por el arco de dicha torre también muy arrasada. Ambas difieren del resto de la fábrica -cubos semi-circulares- y podrían atribuirse a las reformas posteriores.

Puertas

En cuanto a su planta general y características del acceso, aparecen puertas y portillos sin obra de flanqueo, flanqueadas por uno o dos cubos, entradas en codo y bajo albarranas. Los arcos de entrada que se conservan son de medio punto sin o con impostas, apuntados sin impostas o con impostas a bisel o molduradas.

Portillos simples, sin flanqueo, aparecen en Castelo Rodrigo, hacia el NO. de la ciudadela con arco apuntado sin impostas y en Vilar Maior, al NE., con impostas molduradas; ambos son datables en el primer momento constructivo. Otro similar flanqueado por un cubo semicircular se alza en Castelo Rodrigo, al N., dando acceso al interior del castillo, por lo que a pesar de encontrarse en el muro de la ciudadela podría haber sido reformado; este paso fue además protegido al reconstruirse el castillo con un revellín que alberga un manantial en cueva. Lo mismo ocurrió en el flanco NO. de Sabugal.

También puede considerarse aquí la "porta falsa" aún visible en el castillo de Castelo Mendo -hacia el S.- ocultada, al exterior, por un dispositivo pentagonal, y otro portillo, en el recinto bajo, aunque queda al alcance de otras torres que flanquean el lienzo a poca distancia.

Otros portillos que aparecen representados en los dibujos de Duarte Darmas con dintel recto (en barbacanas) son, como ellas, de época manuelina.

Puertas sin flanqueo (al menos conservado) se ven en Vilar Maior, al S., que luego quedaría protegida por la gran torre del homenaje dionisiana, en Pinhel, Sortelha, Castelo Mendo y San Felices de los Gallegos, todas ellas con arcos apuntados y con impostas. También conviene señalar la existencia de unidades de medida -vara y codo- grabadas horizontalmente en la jamba derecha de la llamada "puerta del Sol" de las murallas de Sortelha, único caso registrado en los ejemplos defensivos que aquí se estudian (M. J. BARROCA, 1992, 74-75).

Un inicio de flanqueo o, al menos, de robustecimiento de la entrada al abrirse bajo una torre cuadrada se ve en Castelo Mendo -en el acceso de la ciudadela al castillo- y en Castelo Melhor, y quizá también en la desaparecida sobre el puente de Sabugal a juzgar por el dibujo de Duarte Darmas.

Puertas flanqueadas por un cubo se conservan en Castelo Rodrigo -el portillo ya anotado con cubo semicircular y la puerta NO. que ha perdido su torre cuadrada-. Otras flanqueadas con una torre cuadrada quedan en Pinhel, Sortelha y Sabugal -"torre de Relogio", de época muy posterior-. Por su parte, en Castelo Mendo dos grandes torres flanquean la entrada principal del recinto dionisiano.

Puertas con doble entrada en codo aparecen en Castelo Bom (acceso S.) y Alfaiates (acceso NE.), muy derruida ésta y de época tardía la primera. Su aparición en la arquitectura militar occidental no se realiza hasta la segunda mitad del s. XIII.

También son más tardías las ya mencionadas puertas bajo el arco de albarranas en Castelo Rodrigo, que describía así Duarte Darmas: "esta porta que está junto cõ esta torre nõ entra dentro na villa e vay entre ho muro e barbacaãm" (M. GONZÁLEZ SIMANCAS, 1.910, XXIII, 109).

Arcos

- De **medio punto**, sin impostas y despice uniforme se conserva un ejemplo en la puerta de acceso al castillo desde la ciudadela en Castelo Mendo.

- Al tipo **apuntado sin impostas** corresponden el portillo N. de Castelo Rodrigo y la puerta de Castelo Bom.

- De **medio punto o apuntado y con impostas**, es el tipo más frecuente en Ribacôa desde la época inicial de la repoblación y extendido ampliamente por otras regiones leonesas, castellanas y portuguesas.

En Ribacôa las impostas son tanto de nacela, a bisel o molduradas. Curiosa es la puerta del campanario en el recinto exterior de San Felices de los Gallegos por superponer dos impostas. Peculiar es también el arco de la puerta del Sol de Sortelha, que superpone tres roscas de medio punto.

En los demás casos los arcos e impostas son más o menos similares en

cuanto a trazado, siendo la factura, sillería, etc, las que proporcionan algún dato cronológico, aparte de alguna datación epigráfica como la de la puerta del recinto exterior de Vilar Maior. En general aparecen tanto en facturas tempranas leonesas, entre 1.200-1.230, (Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Vilar Maior, Sabugal) o portuguesas (Pinhel, Castelo Mendo, Sortelha), como en reparaciones dionisianas entre 1.296-1.320, (Vilar Maior, San Felices de los Gallegos, Sabugal, Pinhel, Castelo Mendo, Sortelha...) distinguibles generalmente por la sillería bien escuadrada o la inclusión en torre del homenaje; incluso persisten en época posterior (Castelo Rodrigo, Castelo Bom,...)

- Los **sistemas de cierre** que se registran son bastante comunes: doble mocheta albergando quicialeras para doble hoja -quizá algún portillo constara de quicialera a un solo lado- que se aseguran mediante trancas. Generalmente basta una sola tranca, aunque en la puerta NE. de la ciudadela de Castelo Rodrigo, donde el paso es especialmente ancho (3,60 m.), se dispusieron tres en batería. Tan sólo se documenta -en trazas originales- un rastrillo en la puerta torreada de Castelo Melhor.

Sistemas de tiro

Si las destrucciones y reconstrucciones afectaron a grandes superficies de las estructuras defensivas, los coronamientos originales de los muros de ciudadelas han desaparecido por completo, tanto por una como por otra causa.

Tan sólo en el cubo semicircular más suroccidental conservado de Castelo Rodrigo restan dos merlones de su almenaje, atribuible, con reparos, a momentos anteriores a las generalizadas obras rectoras de D. Dinis. Uno de ellos es rectangular provisto de una pequeña saetera de escaso derrame; el otro macizo y coronado con un remate piramidal, similar a los que generalizaría D. Dinis. Este detalle constructivo podría fijar su cronología, sin embargo, la fábrica de mampostería con merlones similar a la del cubo permite mantenerla en las fechas iniciales.

También en San Felices de los Gallegos se han conservado algunos restos de parapeto almenado entre el taponado y recrecido posterior; los merlones son aquí rectangulares, anchos, provistos de saeteras en merlones alternos y con algunos desagües del adarve. Sin embargo, están contruidos con la mampostería concertada que en el s. XIV se superpuso a la fábrica anterior.

En otros lugares de Ribacôa -castillos de Sabugal, Sortelha...- se registran ampliamente los sistemas de tiro impuestos bajo el reinado de D. Dinis: merlones rectangulares rematados piramidalmente, saeteras de rasgadura mayor dispuestas en parapetos, plantas intermedias de torres, etc.

Las representaciones de Duarte Darmas dejan ver cómo a comienzos del s. XVI la mayor parte de los recintos iniciales de las pueblas de Ribacôa se

encontraban ya muy arruinados, desmochados parcialmente, con coronamientos muy arrasados o deteriorados, mientras que las obras más recientes, de época de D. Manuel principalmente, se encontraban en mejor estado y respondían a sistemas más actualizadas (parapetos con almenaje más ancho o continuo, troneras para armas de fuego, etc.).

En cuanto a la **organización general de la defensa**, pocos son los elementos estructurales conservados para intentar conocerla.

Además de los ya comentados relativos a defensa pasiva (muros, puertas, reductos...) y activa (torres de flanqueo, sistemas de tiro...) se constata en la mayoría de las ciudadelas la existencia de antemurales (barreras o barbacanas) circundando total o parcialmente los recintos de pueblas y castillos. Su mayor grado de arrasamiento y destrucción impide establecer precisiones tipológicas y cronológicas. En unos casos consta su construcción o reconstrucción tardía como Castelo Bom, Vilar Maior (castillo), Castelo Rodrigo (ciudadela y revellín del castillo), Castelo Mendo (recinto bajo), reflejados por Duarte Darnas; en Castelo Melhor y Vilar Maior los restos visibles dejan apreciar que consistían en muretes de menor espesor que las murallas, para impedir la aproximación y la zapa de éstas.

No se registran sistemas de compartimentación de la defensa ni otros dispositivos más complejos, de tiro vertical o de otro tipo, aparte de los ya referidos (albarranas, puertas bajo albarranas para cerrar la liza en Castel Rodrigo, etc) añadidos en momentos posteriores.

Se conservan en algún caso accesos al adarve, practicados en el propio muro (Vilar Maior, Castelo Melhor) o de lajas salientes escalonadas (Sortelha). Del primer tipo son los dionisianos del castillo de Sabugal, en tanto que el acceso a las torres levantadas por este monarca presentan accesos elevados en la primera planta, con paso desde el adarve de la ciudadela en Vilar Maior, del recinto castelario (Sabugal) o independiente (en Pinhel y Sortelha).

Aljibes

Estructuras indispensables en recintos defensivos de altura, tanto para el abastecimiento corriente como para resistir posibles asedios, son las destinadas al almacenamiento de agua. Se encuentran en la mayoría de las ciudadelas y castillos de Ribacôa, aprovechando manantiales, pozos de agua de lluvia (como en el castillo de Castelo Rodrigo, que dispone de canalillos de teja para conducirla hasta el aljibe ubicado bajo el patio).

Destacan las obras de las ciudadelas de Sortelha y Castelo Rodrigo, de gran capacidad y con fábrica aérea, dispositivos múltiples de recogida, acometidas y extracción del agua, construidos con sillería similar a la empleada en las defensas e incluso bellamente provistos de arcos apuntados o de herradura apuntada (en

Castelo Rodrigo). En ambos casos la existencia de aljibes en el castillo y la puebla hace suponer la organización concejil de los ubicados en ésta. En Castelo Melhor se aprecia una cisterna excavada y revestida de mampostería y hormigón hidráulico. En Castelo Bom y Castelo Mendo se construyeron estructuras aéreas abovedadas e integradas en la obra de torres o castillo respectivamente.

En suma, la especial dedicación prestada a la fábrica de estos elementos deja ver la gran importancia concedida a las aguadas.

Técnicas de construcción aparejos y paramentos

Una característica constructiva generalizada -si bien no exclusiva- en las ciudadelas fronterizas de Ribacôa es el empleo de aparejos de cantería granítica de gran robustez, en seco, con relleno compuesto por piedra trabada groseramente con mortero bastardo o sólo barro.

Una cierta gradación -en buena parte significativa cronológicamente- puede establecerse en esta cantería:

- **no isódoma** con sillares de gran tamaño en la base, menores y de desigual forma en altura; careado y juntas irregulares, hiladas sinuosas y frecuentes codos o engatillados. Muy representativa es la de la ciudadela de Vilar Maior en todo su recinto, conservada casi íntegramente hasta el parapeto. No obstante, la fábrica de puerta y portillo está mejor resuelta.

Ha de considerarse como el aparejo básico y original de las pueblas ribacoanas entre 1.200-1.230, aunque arraigada a la tradición de la arquitectura altomedieval (prerrománica) (M. J. BARROCA, 1.990/91).

- **pseudoisódoma** con sillares más regulares en tamaño y escuadrados, dispuestos en hiladas más regularizadas, juntas más pequeñas; no faltan aún algunos sillares acodados, dispuestos a tizón o de pequeño tamaño para calzar mejor las hiladas.

Bien representada en los muros de Sortelha en casi todo el perímetro de su ciudadela y partes del castillo anteriores a D. Dinis. También en Pinhel, Castelo Bom, Castelo Mendo, Sabugal, etc.

- **isódoma** con sillería bien regularizada en tamaño y escuadrada, con hiladas a soga y tizón, sin apenas codos ni calzos, juntas muy estrechas; aparecen frecuentemente marcas de canteros; se asocia a la época de D. Dinis (1.296-1.320) en las torres de Sortelha, Vilar Maior, Sabugal, acompañada de heráldica, ventanales y puertas con impostas...

Además, aparecen en el sistema fronterizo ribacoano leonés algunas otras fábricas:

- **mampostería concertada**, con cuarcitas y cantos, intercalada con hiladas más regularizadas de lajas y sillarejos, levantadas con tapias. Aparece en Castelo Melhor y Castelo Rodrigo (cubos de la ciudadela), las pueblas más antiguas

y septentrionales, en una zona de transición geológica donde la litología cuarcítica predomina sobre la granítica.

En San Felices de los Gallegos aparece una mampostería bien concertada, a hilada y trabada con mortero, superpuesta a retazos de sillería pseudoisódoma anterior, que debe corresponder a reparaciones bajomedievales.

Por último, es preciso mencionar la fábrica de Ciudad Rodrigo, retaguardia leonesa en el río Agueda, donde se levantaron murallas de hormigón de cal y canto encofrado, alcanzándose hasta nueve tapias (más de diez metros de altura), técnica constructiva muy extendida en la arquitectura militar del reino de León (J. A. GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 1989).

4. PARALELOS, INFLUENCIAS Y CRONOLOGÍA DE LAS CONSTRUCCIONES

El sistema de fortificaciones de Ribacôa puede enmarcarse en un doble conjunto de coordenadas espaciales, temporales y culturales. Por un lado en el vector que de N. a S. supone el avance cristiano feudal hacia tierras progresivamente ganadas al Islam; la región acababa de ser conquistada por Alfonso VII a mediados del s. XII, poco antes de iniciarse la independencia de Portugal y los conflictos fronterizos entre ambos reinos. Ello motivaría una corriente de influencias constructivas relativas a modelos morfológicos, técnicas de fabricación, etc., acordes con el nuevo sistema social que se está extendiendo e implantando. En tiempo de sus sucesores -Fernando II y Alfonso IX en León, Alfonso I, Sancho I y Alfonso II en Portugal- en el último tercio del s. XII y primero del XIII el modelo de puebla o villa real que se impone en León, Castilla y Portugal para reafirmar el poder regio, desarrollar los concejos y reforzar las fronteras, será el implantado igualmente en Ribacôa. Así, se generaliza una morfología de pueblos concejiles protegidos por una **cerca envolvente**, de tendencia circular/ovalada -frente a plazas más irregulares propias de anteriores fortificaciones altomedievales-, provistas con variados dispositivos militares (cubos de flanqueo, puertas fortificadas, sistemas de tiro, aljibes, etc.).

En esta corriente N-S/S-N no están ausentes algunas influencias autóctonas -cantería granítica- e incluso de aporte islámico, como denotan aljibes e, incluso, toponimia y nombres de instituciones municipales, localidades, etc. (Vid. J. MATTOSO, 1985 a, sobre Alfaiates).

Así mismo, en ese trasvase de ideas y tradiciones se reflejan las arraigadas técnicas de construcción altomedievales (cantería no isódoma, sillares acodados...) que no habían desaparecido totalmente en el período románico. Así, algunas de las primeras ciudadelas ribacoanas (Vilar Maior) presentan esos aparejos de gran

similitud con fábricas prerrománicas (M.J. BARROCA, 1.990/91, 95-97).

Al terciar el s. XIII estas técnicas habían ido resolviéndose localmente consiguiendo una mayor regularidad (pseudoisódomas) en Sabugal, Sortelha, Castelo Bom, Castelo Mendo... El contraste se hace evidente con las obras dionisianas de finales de siglo donde se introduce una sillería plenamente isódoma.

En relación con estos últimos aspectos es posible evidenciar otra corriente de influencias en dirección E-O. y O-E. hacia Ribacôa; por una parte la introducida por pobladores procedentes de la "Estremadura" leonesa (tierras de Zamora, Salamanca, Ledesma, Ciudad Rodrigo...) respecto tanto a aspectos ideológico-sociales (organización social feudal introducida por monasterios benedictinos y cistercienses, como Aguiar, magnates francos como Turpin, etc.) y otros de orden técnico: la morfología y plantas concejiles ya comentada, elementos defensivos difundidos por los francos en los reinos hispánicos, como el rastrillo, presente ya en Castelo Melhor. En este orden de cosas también es reseñable la técnica constructiva de hormigón de cal y canto genérica del valle del Duero castellano-leonés y no exenta de influencias antiguas (*opus caementicium*) y musulmanas (*tabiyya*); con ella se levantaron numerosas murallas de villas y castillos en León y Castilla en tiempos de Alfonso VIII, Fernando II, Alfonso IX, (J.A.GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 1.989); en la Extremadura y Transierra leonesa se erigen así también las de Ciudad Rodrigo, Granadilla y Galisteo. Un reflejo de esta práctica se encuentra en las obras de Castelo Rodrigo y Castelo Melhor, justamente las más cercanas en el tiempo a la repoblación de Ciudad Rodrigo, y donde la ausencia de granitos fuerza la introducción de otras fábricas.

Así mismo de Portugal proceden otros aspectos, en parte comunes, como es la influencia franca que había penetrado desde los tiempos de Enrique de Borgoña y Alfonso Enriques. Otros, como la cantería granítica, son prácticas ampliamente enraizadas al sur del Duero desde época prerrománica; aunque a su vez éstas habían recibido influencias norteñas (asturleonesas) y meridionales (mozárabes), las tradiciones locales de la Beira se dejan notar aportando un cuño propio a las construcciones.

Las técnicas posteriores (aparejos románicos isódomos) se extenderán desde el oeste de Ribacôa -castillos de Longroiva, Numão, Penedono, Marialva, Trancoso, algunos con torres del homenaje reconstruidas por los Templarios- (M. J. BARROCA, 1.990-91, 121-123); su influencia se nota ya en las obras de Pinhel, Sortelha o Castelo Mendo, aunque sin presencia aún de torre del homenaje. Estas, junto con aparejos plenamente isódomos, no se generalizarán aquí hasta la época de D. Dinis, ampliamente constatada en su reconstrucciones y nuevas fábricas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. de, 1.943: *Reprodução anotada do Livro das fortalezas de Duarte Darmas*, Lisboa.
- AZEVEDO, R. de, 1.934: "Fronteiras entre Portugal e Leão en Riba-Côa, antes do Tratado de Alcanices (1.297)", *Biblos*, X, p. 454-466.
- 1.937: *Historia da Expansão Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa.
- BARROCA, M.J., 1.990-91: "Do castelo da Reconquista ao castelo românico (Sec. IX a XII)", *Portugalia*. Nova Série, XI-XII, p. 89-136.
- 1.992: "Medidas-padrão medievais portuguesas". *Rev. da Faculdade de Letras*, IX, p. 53-85.
- CORREIA, J. M., 1.946: *Memórias sôbre o Concelho do Sabugal*, Lisboa.
- GARCÍA MAÑA, L.M., 1.988: La frontera hispano-lusa en la Provincia de Ourense, *Boletín Auriense*, anexo II, Ourense.
- GONZÁLEZ, J., 1.943: *Regesta de Fernando II*, Madrid.
- 1.943-b: "Repoblación de la "Extremadura" leonesa", *Hispania* XI, t. III, p. 195-273.
- 1.944-45: *Alfonso IX*, Madrid, 2 vols.
- 1.960: *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*, Madrid, 3 vols.
- GONZÁLEZ SIMANCAS, M., 1.910-11: "Plazas de guerra y castillos medievales de la frontera de Portugal (Estudios de arquitectura militar), *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, XXII, p.372-396; XXIII, p.81-117, 244-287, 375-387; XXIV, p.1-19; XXV, p.19-63.
- HERCULANO, A., 1.876: *História de Portugal. I: Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, Lisboa (ed.1980).
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A., 1.989: "Sistemas defensivos y de repoblación en el Reino de León", *Actas III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Oviedo, I, p. 171-181.
- 1991: *La arquitectura militar en el Reino de León. Siglos IX al XIII*. Tesis doctoral microfilmada. Unv. de Valladolid.
- LINDLEY CINTRA, L.F., 1.984: *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, Lisboa.
- MARTÍNEZ SOPENA, P., 1.985: *La Tierra de Campos occidental. Poder, poblamiento y comunidad del siglo X al XIII*, Valladolid.
- 1.990: "Las Pueblas reales de León y la defensa del reino en los siglos XII y XIII", *Castillos medievales del reino de León*, p.113-138, Madrid.
- MATTOSO, J., 1.985-a: *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, Lisboa.
- 1.985-b, *Ricos-Homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa (2ª ed.).
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, 1972: *Historia de Portugal*, vol. I, Lisboa (12ª ed.)
- PIMENTA, A., 1.944: *Duarte Darmas e o seu livro das fortalezas*, Lisboa.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, A., 1973: *El Tumbo del monasterio de San Martín de Castañeda*, León.
- SILVA CASTELO BRANCO, M. de, (ed.), 1.990: *Duarte Darmas, Livro das fortalezas*, Lisboa.

- VERÍSSIMO SERRÃO, J., 1.979: *História de Portugal. Estado, pátria e nação (1080-1415)*, vol. I.
- VILLENA, L., 1.985: "Elementos peculiares en los castillos medievales de la raya Portugal-España, *Primer simposio sobre los castillos de la raya entre Portugal y España*, p. 173-184.

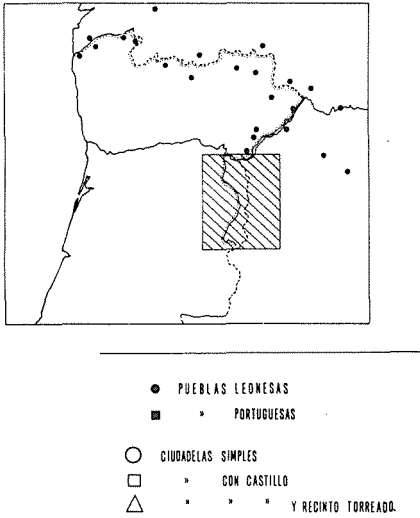


Fig. 1 — Frontera y fortificaciones en el siglo XII entre los reinos de León y Portugal.

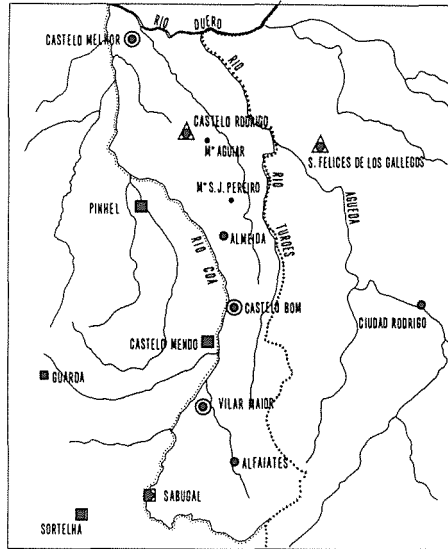


Fig. 2 — Frontera en Riba-Côa en los siglos XII-XIII.

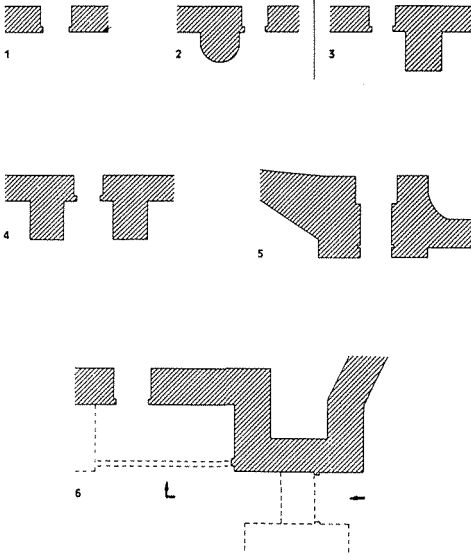


Fig. 3 — PUERTAS Y PORTILLOS: Sin flanco: 1-Castelo Rodrigo, Vilar Maior, Sortelha y Pinhel. Con una torre de flanco: 2-Castelo Rodrigo; 3-Pinhel, Sortelha y Castelo Rodrigo. Con dos torres de flanco: 4-Castelo Mendo. Puerta en torre: 5-Castelo Melhor. Puerta en codo: 6-Castelo Bom, Alfaiates (?).

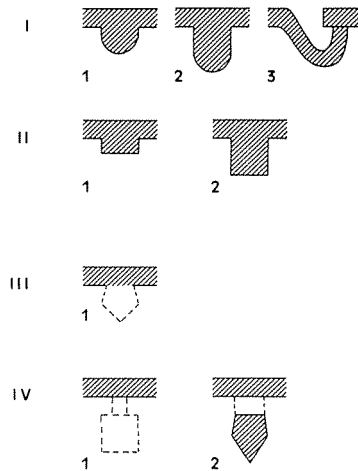


Fig. 4 — TORRES DE FLANQUEO: I. Semicirculares: 1 y 2-Castelo Rodrigo; 3-Castelo Melhor. II. Rectangulares: 1-S. Felices de los Gallegos, Castelo Rodrigo; 2-Pinhel, Sortelha y Castelo Mendo. III. Pentagonales: 1-Castelo Mendo. IV. Albarranas: 1-Castelo Rodrigo; 2-S. Felices de los Gallegos.

Est. II

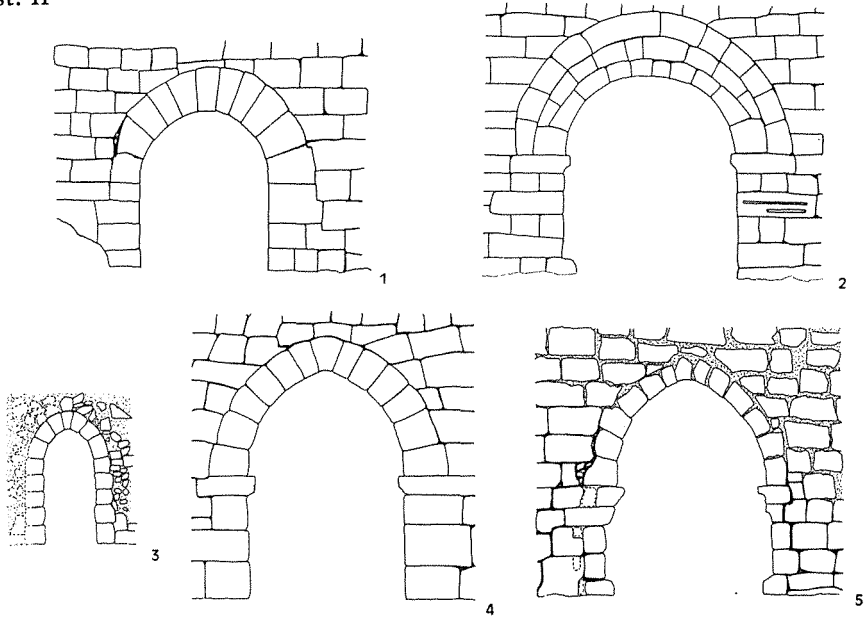


Fig. 1 — ARCOS: De medio punto: 1-sin impostas (Castelo Mendo); 2-con impostas (Sortelha). Apuntados: 3-sin impostas (Castelo Rodrigo); 4-con impostas (Vilar Maior); 5-con doble imposta (S. Felices de los Gallegos).

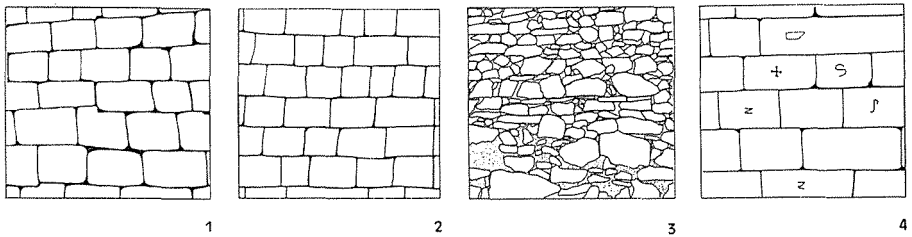


Fig. 2 — PARAMENTOS: 1-no isódomo; 2-pseudoisódomo; 3-mampostería y 4-isódomo.

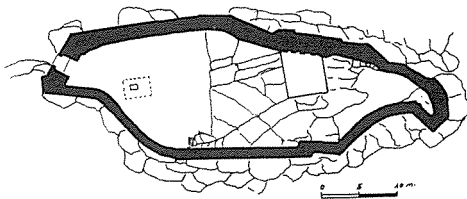


Fig. 3 — Planta del castillo de Sortelha (sg. *Castelos Medievais de Portugal*, D.G.E.M.N., 1949).

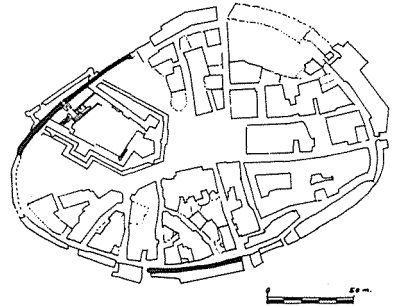
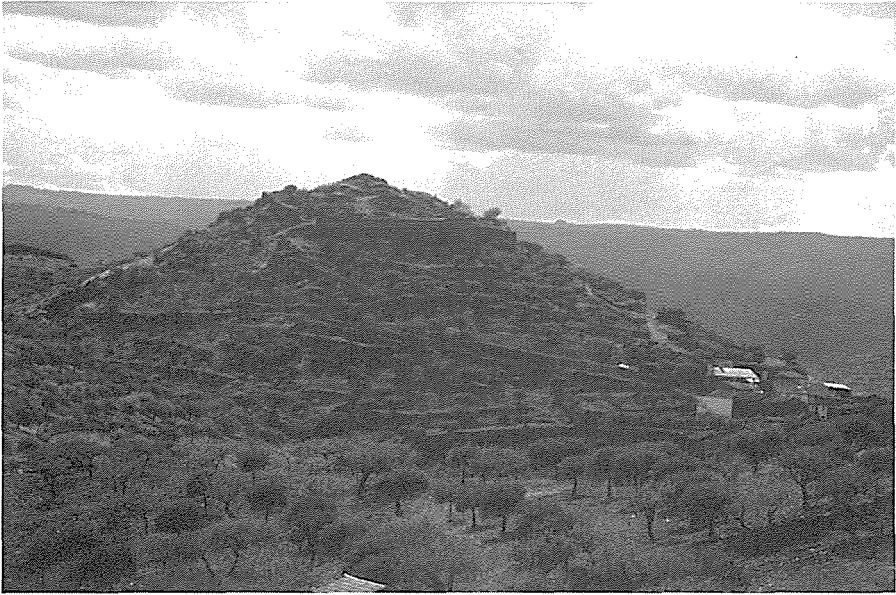


Fig. 4 — Planta de Sabugal (sg. *Boletim da D.G.E.M.N.*, vol 58, 1949).



Fot. 1 — Castelo Melhor.



Fot. 2 — Vilar Maior: cidadela y torre de D. Dinis.

Est. IV



Fot. 1 — Castelo Rodrigo: cidadela con recinto torreado.



Fot. 2 — Castelo Melhor: puerta en torre.

DATAÇÕES DE RADIOCARBONO RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO ARQUEONÁUTICO EM PORTUGAL

por

Francisco J. S. Alves*, António M. Monge Soares**, João M. Peixoto Cabral***, Mário Varela Gomes**** e Maria Isabel M. Ribeiro***

Resumo: O desenvolvimento dos estudos de arqueologia em meio aquático em Portugal, promovidos desde o início da última década pelo Museu Nacional de Arqueologia, aliado à instalação de um laboratório de datação pelo radiocarbono no Departamento de Química do Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (INETI), permitiu dar importantes passos na caracterização e valorização de um número já significativo de testemunhos arqueológicos provenientes desse tipo de contexto.

O *Poster* que ora se apresenta pretende dar uma panorâmica desses testemunhos — objecto de datação absoluta pelo radiocarbono — e que, cobrindo um largo espectro cronológico, desde os meados do I.º milénio a.C. até ao século XVII, ilustram igualmente uma multiplicidade de contextos arqueológicos em meio aquático.

Palavras-chave: Arqueologia em meio aquático. Datação pelo radiocarbono. Datas calibradas.

O desenvolvimento dos estudos de arqueologia em meio aquático em Portugal, promovidos desde o início da década de oitenta pelo Museu Nacional de Arqueologia, aliado à instalação de um laboratório de datação pelo radiocarbono no Departamento de Química do Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (INETI), permitiu dar passos importantes na caracterização e valorização de um número já significativo de testemunhos arqueológicos provenientes desse tipo de contexto.

Em publicações anteriores tem sido noticiada a ocorrência dos vários achados arqueológicos bem como das correspondentes datações absolutas (ALVES, 1986; ALVES *et al.*, 1988/89 a; CABRAL *et al.*, 1990; ALVES *et al.*, s.d.). Nas alíneas seguintes dar-se-á conta, de uma forma resumida, desses testemunhos arqueológicos (uma descrição mais pormenorizada poderá ser encontrada nas

* Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Praça do Império, 1400 Lisboa.

** Laboratório de Isótopos Ambientais, Departamento de Química, ICEN(INETI), 2685 Sacavém.

*** Instituto José de Figueiredo, Rua das Janelas Verdes, 1200 Lisboa.

**** Museu Municipal de Silves, 8300 Silves.

publicações atrás referidas), das datas absolutas obtidas para eles, além de que se publica pormenorizadamente, pela primeira vez, uma fateixa encontrada ao largo da Praia do Carvoeiro (Algarve), a qual apresentando ainda vestígios do cordame, permitiu a sua datação pelo radiocarbono. Por outro lado, e uma vez que as últimas curvas de calibração publicadas (STUIVER *et al*, 1993) e o “software” disponível para a sua utilização, como por exemplo o programa CALIB Rev. 3.0.3. (STUIVER e REIMER, 1993), introduzem diferente precisão nas datas calibradas e, por conseguinte, ligeiras modificações nas interpretações até agora publicadas, julgou-se útil fazer uma revisão de todos os dados já conhecidos. No Quadro I encontra-se uma listagem de todas as datas obtidas tendo em conta os últimos desenvolvimentos atrás referidos referentes à calibração de datas convencionais de radiocarbono.

1. CEPO DE ÂNCORA DA BERLENGA

O vestígio arqueológico naval mais antigo datado pelo radiocarbono em Portugal é um grande cepo de âncora em chumbo com alma em madeira de aderno (*Phillyrea latifolia* L.) (Fig. 1), encontrado em 1983 nas águas da ilha Berlenga, local de onde provém um dos maiores conjuntos de achados deste tipo quer nas costas portuguesas quer mesmo na Europa Atlântica (ALVES *et al.*, 1988/89 b).

Para determinar a idade absoluta do cepo, foram datadas duas amostras da alma de madeira, uma vez que a primeira data obtida (ICEN-479 2370±80 BP) indicava uma idade para o cepo muito diferente daquela que era esperada. Note-se que, até então, todos os cepos de âncora em chumbo descobertos na costa portuguesa eram atribuídos invariavelmente à Época Romana. Através do programa CALIB de Stuiver e Reimer as duas datas obtidas para o cepo foram sujeitas a um teste de significância, obtendo-se $\chi^2(0,05)=3,84$ e Teste T=0,26. Uma vez que são estatisticamente idênticas a um nível de significância de 95% foi calculada a média ponderada, obtendo-se 2335±45 BP, e fazendo uso da curva de STUIVER e BECKER (1993) a data calibrada, a qual tem a distribuição de probabilidade indicada na Fig. 2. Como o troço da curva que interessa para a calibração desta data é bastante ondulado a distribuição de probabilidade da data calibrada estende-se desde 725 cal AC a 209 cal AC (intervalo de confiança de 95,4%). No entanto, 55% da área total correspondente a essa distribuição de probabilidade encontra-se compreendida entre 433 e 350 cal AC, com intercepção da curva de calibração em 394 cal AC. O cepo deverá, assim, ser atribuído aos finais do século V - primeira metade do século IV A.C., o que vem comprovar arqueologicamente, pela primeira vez, a frequentação da costa atlântica da Península

Ibérica por navios de origem mediterrânica, provavelmente púnica, alguns séculos antes de o domínio romano se ter estendido até estas paragens.

2. ARMADILHA DE PESCA DA ÉPOCA ROMANA DE SILVALDE

Em 1989, na praia da carreira de tiro de Silvalde, a sul de Espinho, foi descoberta, durante uma baixa-mar de marés vivas, uma estrutura oval (estrutura I), definida por um conjunto de pontas de madeiros (*Quercus robur* L.) emergindo de um estrato turfo-argiloso. A estratigrafia observável era a seguinte (Fig. 3):

– Inferiormente, existia um nível turfo-argiloso compacto (I), de cor negra, cuja espessura total é desconhecida, mas que sondagens posteriores mostraram prolongar-se para além de -2,5 m da superfície;

– Ao nível precedente sobrepunha-se um outro, turfoso (II), acastanhado, com cerca de 0,25 m de espessura, na parte superior do qual sobressaíam raízes de árvores (B);

– A cobrir estes níveis, encontrava-se a areia da praia (III), que terminava, a oriente, numa arriba talhada nas dunas quaternárias.

Em 1990, uma campanha de sondagens arqueológicas, promovida pelo MNA, permitiu verificar a existência de duas outras estruturas (II e III), uma das quais na proximidade imediata da estrutura I (Fig. 4), e mostrar que qualquer das estruturas era composta por estacas intencionalmente aguçadas para melhor serem cravadas no sedimento. Verificou-se igualmente que, na estrutura I, as estacas estavam entrelaçadas de vimes, como se se tratasse de um cesto. As estruturas foram, por isso, interpretadas como sendo uma armadilha de pesca funcionando, em meio protegido, com a amplitude do fluxo das marés (ALVES *et al.*, 1988/89 a).

Os resultados da datação pelo radiocarbono de várias amostras colhidas quer nas estruturas I e II, quer nas formações turfosas encontram-se no Quadro I. As datas obtidas ajudam a caracterizar o quadro evolutivo da região, marcado pelo assoreamento progressivo de uma zona de ambiente protegido, de tipo lagunar (onde foi implantada a referida estrutura) e que foi posteriormente colonizado por espécies herbáceas e arbóreas.

As quatro datas obtidas para a armadilha de pesca, duas para a estrutura I e outras duas para a estrutura II, são estatisticamente idênticas para um nível de significância de 95% ($\chi^2(0,05)=7,81$; Teste T=1,67). A média ponderada destas quatro datas tem o valor de 1913 ± 23 BP. A data calibrada obtida pela curva de STUIVER e PEARSON (1993) tem a distribuição de probabilidade representada na Fig. 5. 96% da área correspondente a essa distribuição encontra-

-se compreendida entre 56 e 146 cal DC, com intercepções da curva em 86, 102 e 113 cal DC. Poderá, pois, afirmar-se que a armadilha de pesca de Silvalde será datável da segunda metade do Séc. I D.C. ou da primeira metade do Séc. II D.C.

3. CAVERNA MEDIEVAL DE ALFEIZERÃO

Em 1973, durante a abertura de uma vala de drenagem na várzea de Alfeizerão (S. Martinho do Porto) foi descoberta uma peça de madeira (Fig. 6), identificada como sendo uma caverna de embarcação. Esta, em forma de "v", denotando pertencer a uma extremidade de embarcação, apresentava ao longo da sua parte externa os característicos entalhes «em escadinha», típicos da técnica de construção naval em «trincado», de tradição norte-europeia (ALVES *et al.*, s.d.).

Embora a caverna se tivesse, entretanto, extraviado um seu fragmento tinha sido conservado. Após identificação da madeira (*Quercus robur* L.), procedeu-se à sua datação pelo radiocarbono. A data calibrada permite atribuir uma idade à madeira entre os finais do séc. X D.C. e a primeira metade do séc. XII D.C. (ver Quadro I), embora a probabilidade seja pequena para os intervalos mais recentes (Fig. 7). No entanto, considerando que: i) se ignora de que parte do tronco de *Quercus robur* L., do qual foi feita a caverna, provêm os anéis datados; ii) o carvalho comum vive normalmente largas dezenas de anos; iii) poderá ter mediado algum tempo entre o abate da árvore e a sua utilização na construção da caverna; parece-nos ser altamente improvável atribuir o barco de que a caverna fazia parte ao século X, sendo muito mais provável que seja datado dos séculos XI ou XII D.C..

4. PIROGA MONÓXILA DE GERAZ DO LIMA

A piroga de Geraz do Lima (Fig. 8), a primeira a ser recuperada e conservada na Península Ibérica, foi talhada num tronco de carvalho comum (*Quercus robur* L.), tem o fundo chato e mede cerca de 4,4 m de comprimento, por 0,35-0,45 m de largura no interior, tendo como larguras máximas externas 0,5 e 0,6 m, à vante e à ré, respectivamente. A altura média (externa) dos flancos é de 0,3 m nas partes mais bem conservadas, onde apresenta a invulgar característica de ter espessuras da ordem de 0,01 m (ALVES, 1986).

A datação pelo radiocarbono de uma amostra da **parte exterior** da piroga forneceu o resultado de 1000±40 BP (ICEN-20), estatisticamente idêntico ao que se obteve para a madeira da caverna da embarcação de Alfeizerão. Note-

-se, no entanto, que no caso da piroga a amostra datada corresponde aos anéis exteriores da árvore, ao contrário do que aconteceu com a caverna de que se ignora de que parte do tronco provêm os anéis datados, além de que provavelmente o escavar do tronco para fazer a piroga terá sido uma operação imediata ao abate da árvore. Assim (ver Quadro I), a piroga deverá datar dos finais do século X ou da primeira metade do século XI, uma vez que aos dois intervalos mais recentes da data calibrada (para um intervalo de confiança de 95%) corresponde uma probabilidade diminuta.

5. FATEIXA DA PRAIA DO CARVOEIRO

Em 1978, durante um mergulho submarino a cerca de 150 m da praia do Carvoeiro, foram descobertas fortuitamente duas fateixas em ferro^(*). Enquanto que uma se extraviou, a outra encontra-se exposta no Museu Municipal de Silves. Esta fateixa, com um comprimento de cerca de dois metros, encontra-se bastante corroída (Fig. 9). Os produtos de corrosão conservaram fragmentos do cordame, o que já permitiu não só a obtenção de uma data de radiocarbono mas também determinar o modo de manufactura da corda e uma tentativa de identificação da fibra de que é feita.

A data obtida - ICEN-321 760±50 BP - permite atribuir a fateixa ao século XIII D.C., época durante a qual terminou a ocupação muçulmana do Algarve (Silves foi conquistada por D. Paio Peres Correia em 1240).

A corda, com um diâmetro de cerca de 2 cm, é **torcida**, com uma torção Z, e formada por oito cabos, que apresentam uma torção S. Por sua vez, cada cabo é constituído por dez fios, que se encontram torcidos com uma torção Z. As cordas torcidas deterioram-se mais facilmente que as cordas entrançadas uma vez que, quando sujeitas a efeitos de carga, ficam submetidas a tensões de distorção. Nas cordas entrançadas estas forças anulam-se, o que as torna mais resistentes em comparação com as cordas torcidas.

Tentou-se identificar o material constituinte da corda. Para isso, foi realizada uma observação microscópica de cortes longitudinais e transversais das fibras. Em corte transversal, as fibras apresentam-se com forma poligonal, por vezes arredondada, com um orifício central (Fig. 10.1). Para comparação, procedeu-se do mesmo modo para fibras de esparto (*Stipa tenacissima* L.), planta que cresce espontaneamente no Algarve, e para fibras de sisal (*Agave sisalana* Perr.), planta originária da América Central. Nas Figs. 10.2 e 10.3 encontram-se as

^(*) Agradece-se ao Sr. Francisco Satiro da Conceição Silva, que descobriu e recuperou as fateixas, todas as informações sobre o achado bem como ter autorizado a amostragem do cordame para estudo e datação.

micro- fotografias dos cortes transversais das referidas fibras (os cortes longitudinais são incaracterísticos, não apresentando qualquer característica identificadora). Pode observar-se que no corte das fibras de esparto estas apresentam uma forma poligonal e tamanho irregular, sem qualquer orifício central. Por outro lado, as fibras de sisal apresentam uma forma muito semelhante à observada nas fibras do cordame da fateixa da Praia do Carvoeiro. Assim sendo, isto é, se a corda é de sisal e uma vez que esta fibra só surge na Europa depois da descoberta da América, então a data obtida pelo radiocarbono não será aceitável. No entanto, há fibras de plantas do Velho Mundo que se assemelham muito às do sisal. Por isso, julga-se que terão de realizar-se mais observações com fibras de outras plantas que possam ter sido utilizadas na Idade Média na feitura de cordame para embarcações para que este problema de datação da fateixa fique resolvido.

6. BARCOS ANTIGOS DA FOZ DO RIO ARADE

Em 1970, foram descobertos na foz do rio Arade, em Portimão, dois barcos semidestruídos, enterrados no lodo. Um deles, designado por Arade 1 - e de que se conhecem algumas características essenciais graças ao pormenorizado relatório elaborado na ocasião por José Farrajota e aos desenhos de Jorge Albuquerque (Fig. 11) - foi datado pelo radiocarbono no laboratório de Groningen. A data obtida, GrN-7978, permite atribuir a embarcação ao século XVI ou, com menor probabilidade, à primeira metade do século XVII.

Em 1982, desenrolou-se um vasto programa de dragagens na foz do rio Arade, visando a desobstrução do canal de acesso ao porto. Tardamente, o MNA foi alertado para a intensidade das destruições de património arqueológico, de que era exemplo as pilhas de madeiros triturados que se amontoavam no cais de Portimão (Fig. 12). Dois desses madeiros acabaram por ser recolhidos pelo MNA, quase simbolicamente. Apesar do seu quase nulo valor científico, entendeu-se que, do ponto de vista patrimonial, se justificava efectuar a sua datação pelo radiocarbono. Um dos madeiros (barco A) apresentava duas cavilhas em madeira, tendo sido amostrada uma delas (ICEN-519) bem como o próprio madeiro (ICEN-518). Dado que as duas datas são estatisticamente idênticas a um nível de significância de 95% ($\chi^2(0,05)=3,84$; Teste T=0,35) calculou-se a sua média ponderada (ver Quadro I). Do outro madeiro (barco B) retirou-se apenas uma amostra para datação. Os resultados obtidos permitem inferir que o barco A dataria do século XVI ou do XVII e o barco B do século XV ou do XVI.

Os três barcos datados provenientes da foz do Rio Arade, se devidamente recuperados, constituiriam vestígios de incontestável importância histórico-arqueológica. Na verdade, correspondem à época de expansão marítima portuguesa

(ou à época imediatamente posterior) para o qual tão poucos vestígios arqueológicos navais têm sido identificados e recuperados em Portugal.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se reconhecidamente à Dra. Paula Fernanda Queiroz, do Laboratório de Paleocologia (Museu Nacional de Arqueologia), a identificação das várias madeiras referidas neste estudo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F.J.S., 1986 - "A piroga monóxila de Geraz do Lima". *O Arqueólogo Português*, Série IV, 4, pp. 209-234.
- ALVES, F.J.S.; DIAS, J.M.A.; ALMEIDA, M.J.R.; TABORDA, R., 1988/89 a - "A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho)". *O Arqueólogo Português*, Série IV, 6/7, pp. 187-226.
- ALVES, F.J.S.; REINER, F.; ALMEIDA, M.J.R.; VERÍSSIMO, L., 1988/89 b - "Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas - contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade". *O Arqueólogo Português*, Série IV, 6/7, pp. 109-185.
- ALVES, F.J.S.; SOARES, A.M.M.; CABRAL, J.M.P., s.d. - "As primeiras datações de radiocarbono em Portugal directamente relacionadas com o património arqueológico naval e subaquático". In *Homenagem ao Prof. Santos Júnior*, vol. II, IICT, Lisboa (no prelo).
- CABRAL, J.M.P.; MEIRELES, J.M.; SOARES, A.M.M.; VERÍSSIMO, L., 1990 - "Datação pelo radiocarbono de um cepo de âncora em chumbo encontrado na Berlenga". *Conimbriga*, 29, pp. 59-68.
- STUIVER, M.; BECKER, B., 1993 - "High-Precision Decadal Calibration of the Radiocarbon Time Scale, AD 1950-6000 BC". *Radiocarbon*, 35(1), pp. 35-65.
- STUIVER, M.; PEARSON, G.W., 1993 - "High-Precision Bidecadal Calibration of the Radiocarbon Time Scale, AD 1950-500 BC and 2500-6000 BC". *Radiocarbon*, 35(1), pp. 1-23.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J., 1993 - "Extended ¹⁴C Data Base and Revised CALIB 3.0 ¹⁴C Age Calibration Program". *Radiocarbon*, 35(1), pp. 215-230.
- STUIVER, M.; LONG, A.; KRA, R.S. (eds.), 1993 - "Calibration 1993". *Radiocarbon*, 35(1), 244p.

Quadro I

Datações de radiocarbono relacionadas com o património arqueonáutico em Portugal

Ref. do Laboratório	Tipo de amostra	Localização	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data convencional de ^{14}C (anos BP)	Intersecção	Data calibrada			
						método das intersecções		método da distribuição de probabilidades	
						1 σ	2 σ	1 σ	2 σ
ICEN-479	madeira cepto âncora	Berlenga	-24,17	2370±80	<i>cal AC</i> 401	<i>cal AC</i> 680-660;517-465; 430-380	<i>cal AC</i> 766-148; 318-227; 222-207	<i>cal AC</i> 755-657; 587-581; 539-529; 523-460; 448-359; 270-260	<i>cal AC</i> 765-597;595-349; 307-228; 221-209
ICEN-630	"	"	-25,59	2320±50	390	401-361;269-261	478-471; 412-349 316-228; 221-208	407-354; 290-275; 275-256; 251-233; 215-215	731-727; 714-696; 695-660; 517-643 446-444; 431-340; 324-203
Média				2335±45	394	404-379	496-494; 481-468; 426-422; 413-354; 291-232; 216-214	478-417; 411-355; 289-277; 274-256; 248-233	725-724; 713-660; 518-462; 446-436; 433-350; 315-229; 220-209
ICEN-558	Turfa argilosa	Silvalde	-24,26	2420±90	413	763-619; 602-393	797-360; 283-256	759-675; 660-638 553-396	796-363; 278-261
ICEN-560	madeira estacaria I	"	-24,23	1940*45	<i>cal DC</i> 76	<i>cal DC</i> 22-123	32-11; 10 <i>cal AC</i> -148 <i>cal DC</i> ; 158-209	<i>cal DC</i> 23-121	32-12; 10 <i>cal AC</i> -148 <i>cal DC</i> ; 161-207
ICEN-665	vime estacaria	"	-27,56	1880±50	130	79-224	24-46; 52-249; 309-311	85-107; 111-150; 153-212	24-48; 51-250; 308-311
ICEN-763	madeira estacaria II	"	-27,62	1940±40	76	25-44; 52-120	3 <i>cal AC</i> - -143 <i>cal DC</i>	25-44; 52-120	21-19 <i>cal AC</i> ; 9 <i>cal AC</i> -147 <i>cal DC</i> ; 164-201
ICEN-764	madeira estacaria II	"	-27,52	1880±45	130	81-220	58-245	85-105; 112-149; 157-211	28-35; 55-247
Média				1913±23	86,102,113	76-126	63-140	79-122	29-32; 59-146; 165-197

Quadro I (continuação)

Ref. do Laboratório	Tipo de amostra	Localização	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data convencional de ^{14}C (anos BP)	Intersecção	Data calibrada			
						método das intersecções		método da distribuição de probabilidades	
						1 σ	2 σ	1 σ	2 σ
ICEN-559	turfa	"	-28,29	1150±45	<i>cal DC</i> 891	<i>cal DC</i> 876-971	<i>cal DC</i> 782-999	<i>cal DC</i> 830-830; 867-957	<i>cal DC</i> 787-988
ICEN-563	raiz árvore	"	-24,18	1050±40	1005	978-1020	895-917; 953-1053	971-1023	893-1037
ICEN-123	madeira caverna	Alfeizerão	-23,14	1010±35	1020	1007-1030	983-1047; 1094-1117; 1143-1154	989-1042 ; 1110-1110; 1149-1150	974-1060; 1079-1125; 1135-1158
ICEN-20	madeira piroga	Geraz do Lima	-25,44	1000±40	1022	1010-1037	983-1066; 1074-1128; 1132-1160	995-1047 ; 1094-1117; 1143-1154	982-1068; 1071-1129; 1131-1160
ICEN-321	corda feixa	Praia do Carvoeiro	-22,90	760±50	1280	1239-1291	1213-1303	1235-1291	1177-1307; 1361-1378
GrN-7978	madeira AradeI	Rio Arade	?	325±25	1527, 1553, 1633	1515-1591; 1621-1641	142-1649	1517-1584 ; 1623-1640	1489-1605; 1613-1616
ICEN-518	madeira barco A	"	-23,80	290±50	1644	1520-1569 1627-1660	1476-1675; 1776-1798 1943-1954	1515-1593 ; 1620-1663	1474-1676;
ICEN-519	madeira cavilha b.A	"	-25,80	330±45	1525, 1558, 1631	1484-1646	1452-1660	1511-1600 ; 1616-1641	1774-1800; 1941-1955 1471-1654
Média				312±34	1637	1517-1583; 1623-1648	1480-1659	1518-1582; 1624-1648	1488-1607;
ICEN-520	madeira barco B	"	-26,06	420±50	1454	1438-1488; 1609-1611	1419-1530; 1535-1635	1435-1512; 1597-1618	1612-1655 1420-1529; 1546-1634

* As datas foram calibradas fazendo uso do programa CALIB Rev. 3.0.3. de Stuiver e Reimer.

**A traço carregado indicam-se os intervalos de maior probabilidade.

Est. I

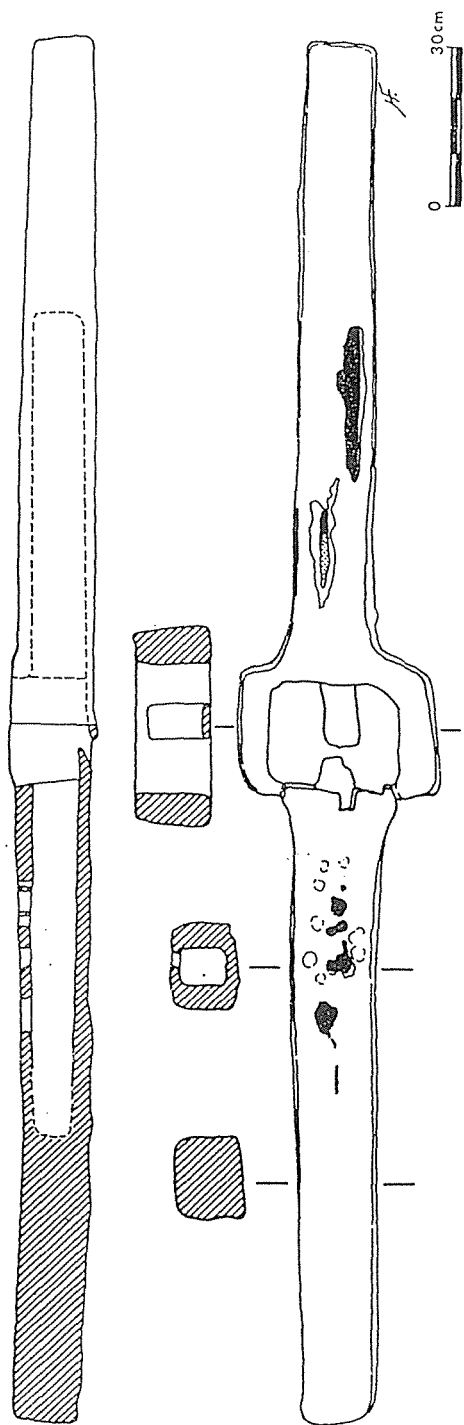


Fig. 1 — Cepo de âncora em chumbo com alma em madeira da ilha Berlenga.

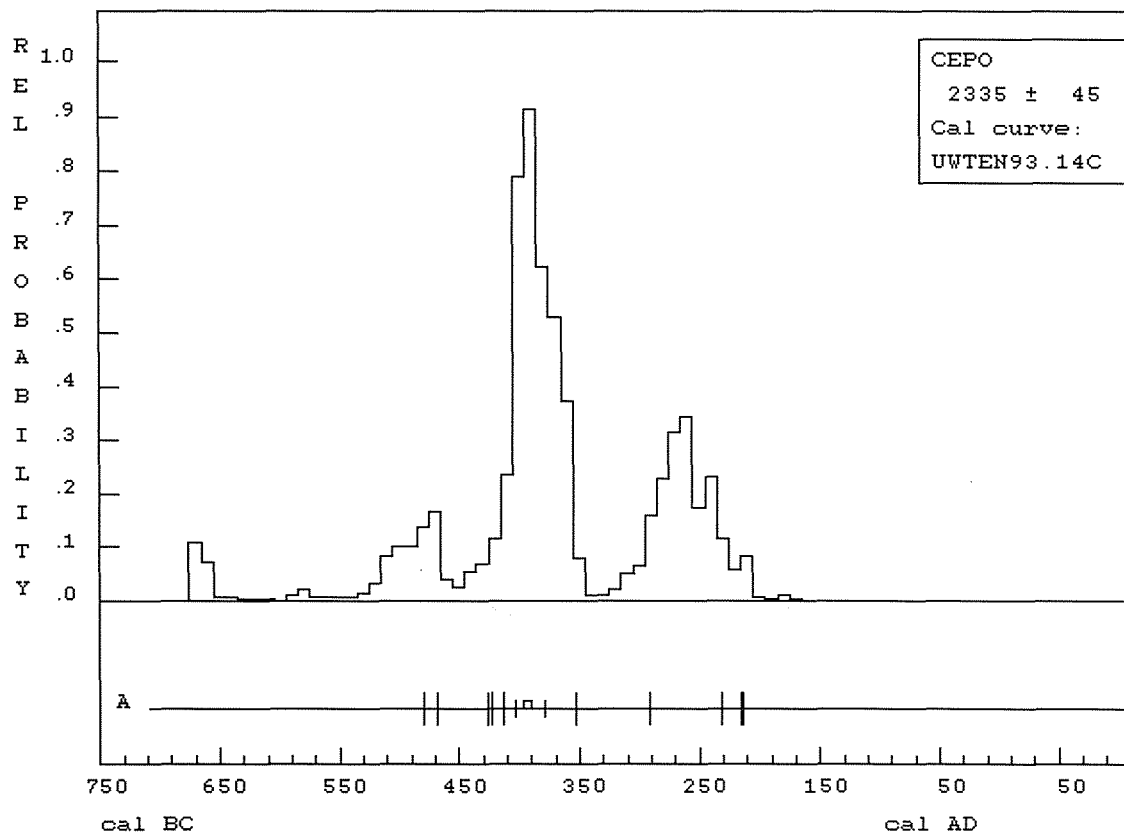


Fig. 2 — Distribuição de probabilidade resultante da calibração da data 2335±45 BP pela curva de STUIVER e BECKER (1993). A - Representação gráfica da data calibrada pelo método das intersecções com a curva de calibração.

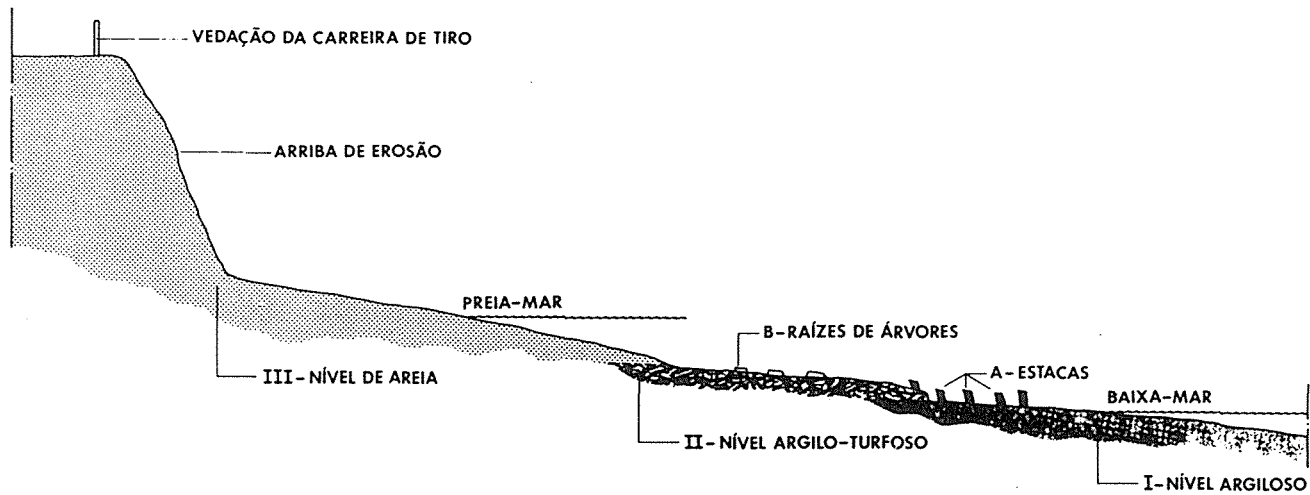


Fig. 3 — Esquema da estratigrafia no local onde se inseria a armadilha de pesca de Silvalde.

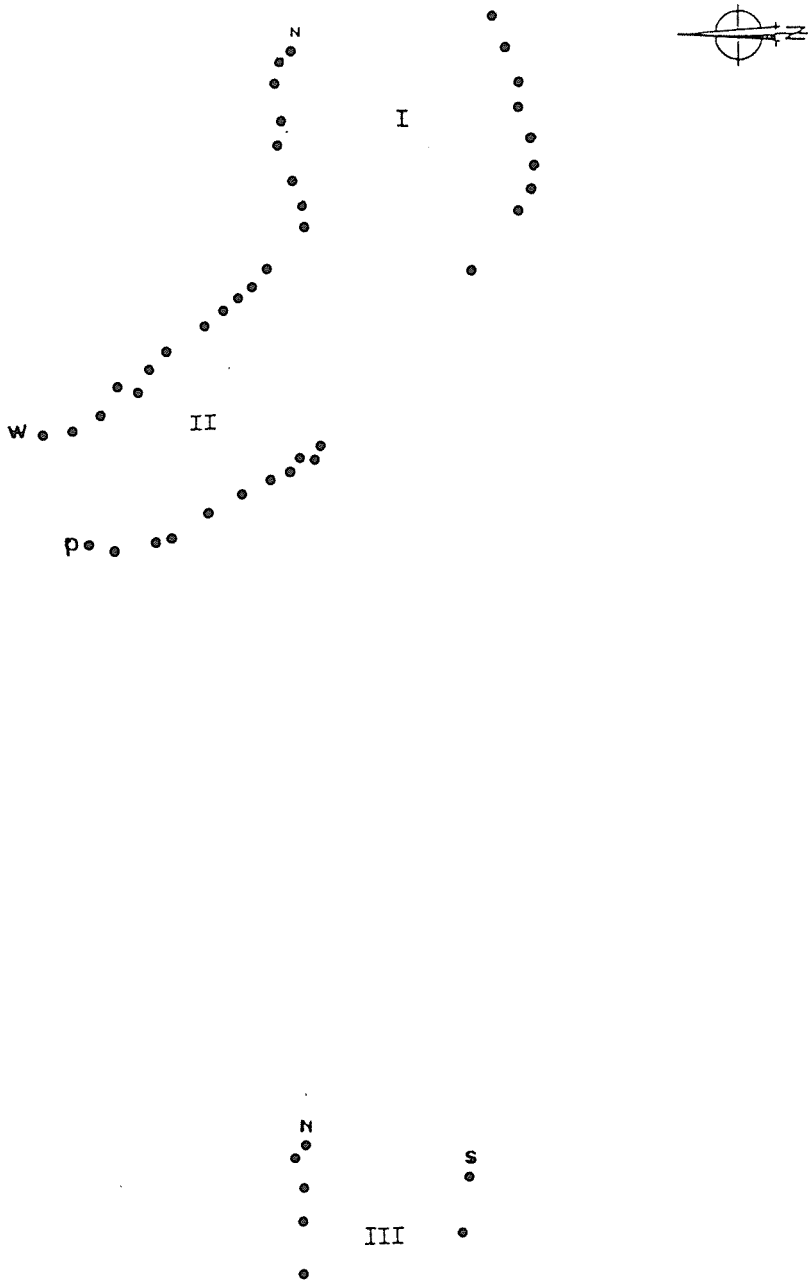


Fig. 4 — Planta geral das estruturas da armadilha de pesca de Silvalde.

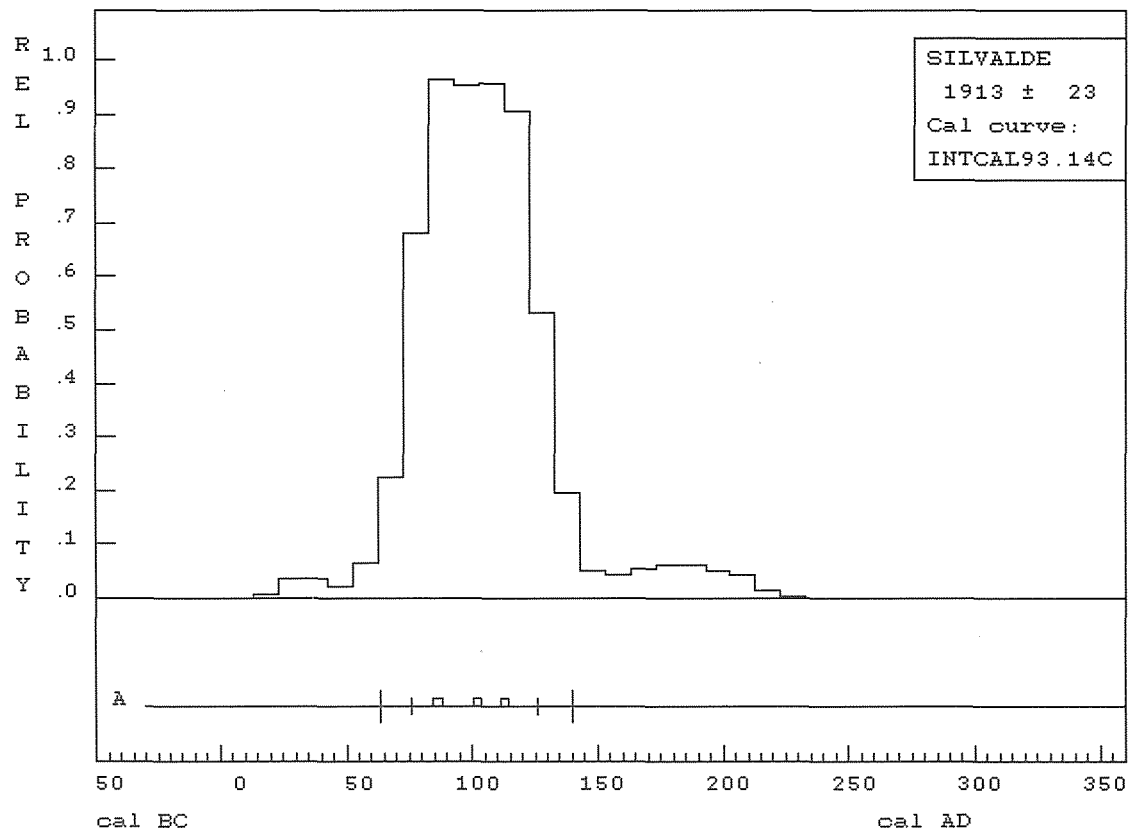


Fig. 5 — Distribuição de probabilidade resultante da calibração da data 1913±23 BP pela curva de STUIVER e PEARSON (1993). A - Representação gráfica da data calibrada pelo método das intersecções com a curva de calibração.

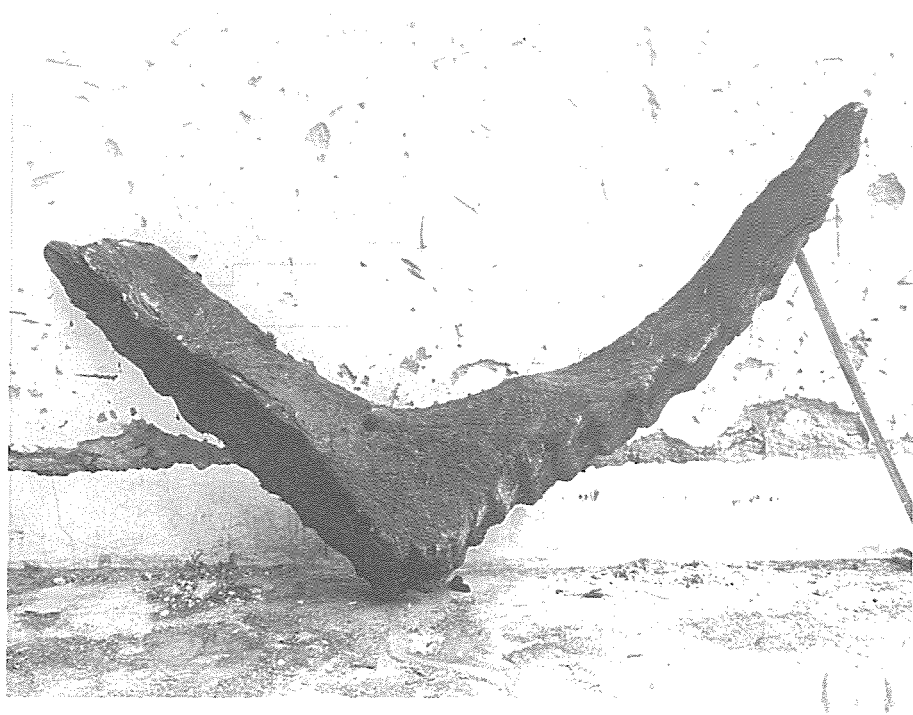


Fig. 6 — A caverna de Alfeizerão.

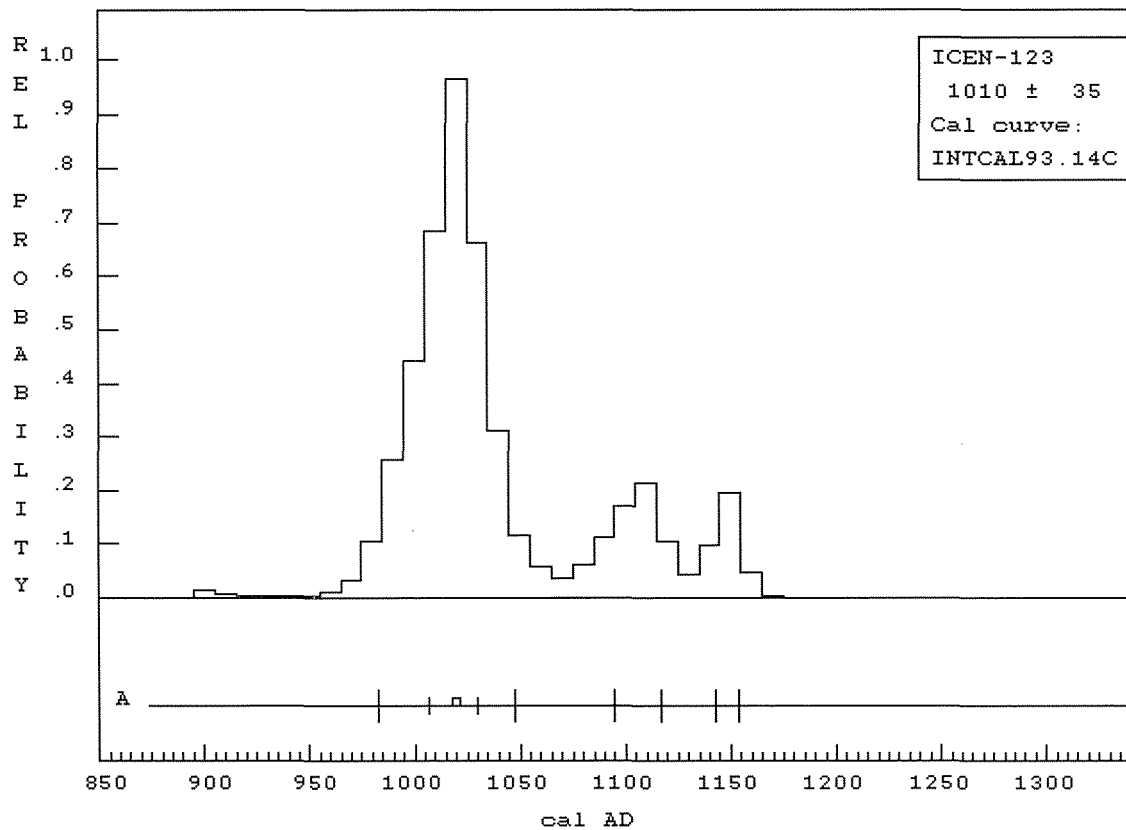


Fig. 7 — Distribuição de probabilidade resultante da calibração da data 1010 ± 35 BP pela curva de STUIVER e PEARSON (1993). A - Representação gráfica da data calibrada pelo método das intersecções com a curva de calibração.

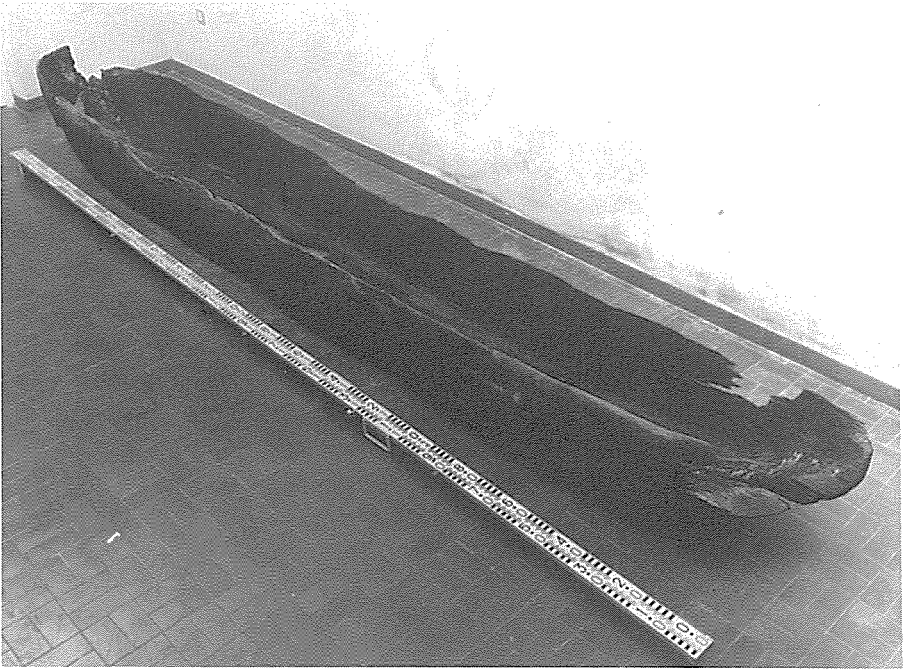
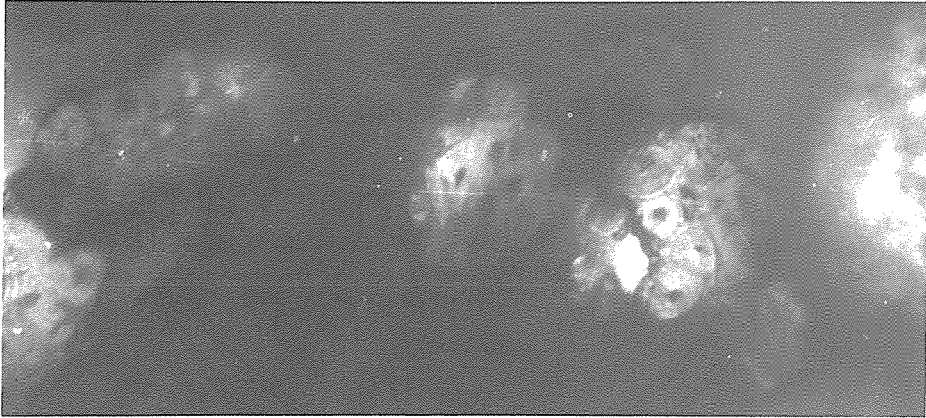


Fig. 8 — A piroga de Geraz de Lima.

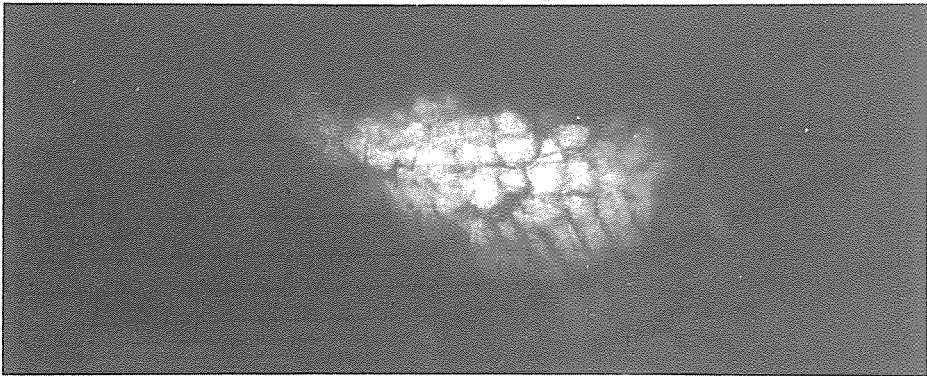
Est. IX



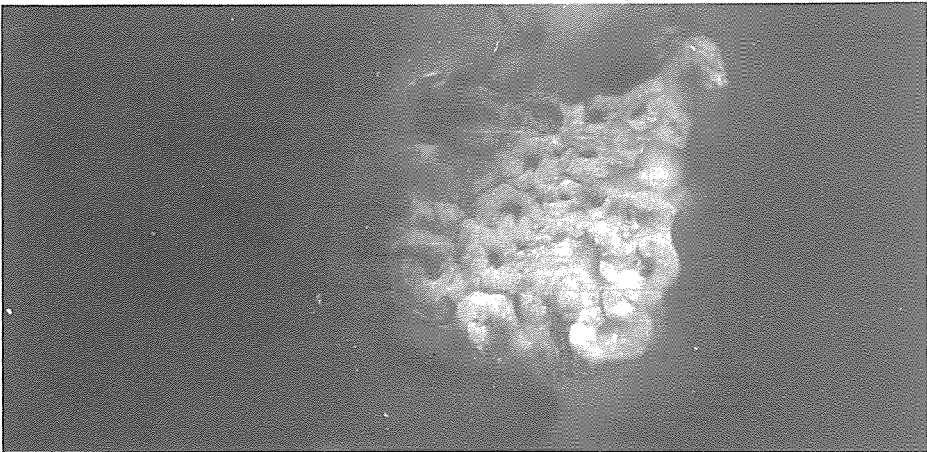
Fig. 9 — A fateixa da Praia do Carvoeiro.



1



2



3

Fig. 10 — Corte transversal: 1. das fibras da corda (220x na foto original);
2. das fibras de esparto (220x na foto original); 3. das fibras de sisal
(220x na foto original).

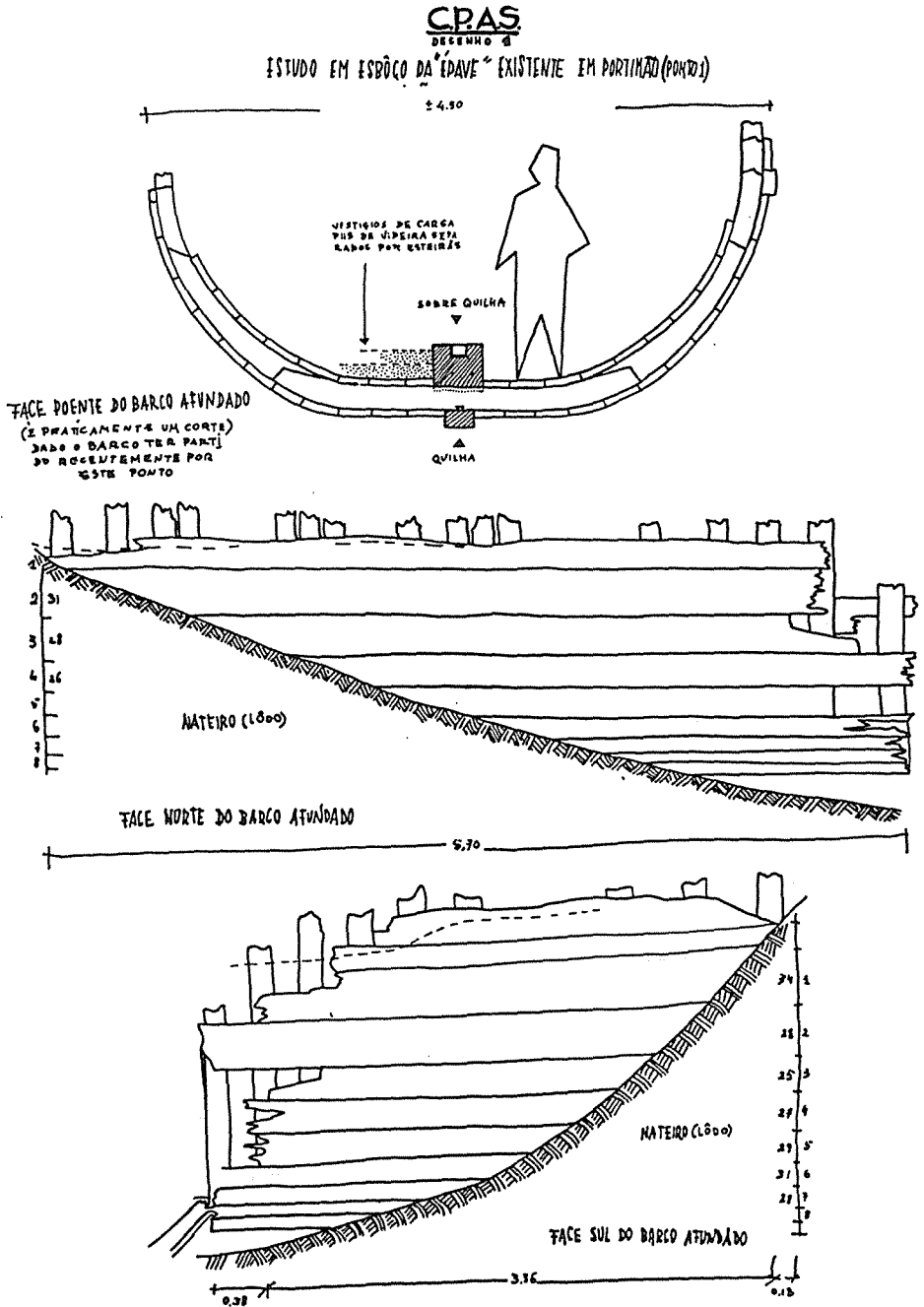


Fig. 11 — "Croquis" do barco Arade 1 (segundo Jorge Albuquerque).



Fig. 12 — Cais do porto de Portimão, em 1982, com pilhas de madeiros resultantes das dragagens.

A ANTRACOLOGIA EM PORTUGAL: PROGRESSOS E PERSPECTIVAS

por

Isabel Figueiral

Resumo: Uma primeira síntese dos dados fornecidos pela Antracologia em Portugal é realizada. Os resultados até agora obtidos, tendo por base carvões provenientes de várias estações arqueológicas do Norte e Centro do país, abrangem um longo período de tempo: do Paleolítico Superior até à época castreja.

Palavras chave: Antracologia. Portugal. Interdisciplinar.

I. INTRODUÇÃO

A vegetação que cobre actualmente as diversas regiões de Portugal continental, imprimindo a cada uma delas um cunho característico, é o resultado de uma lenta evolução de carácter duplo: natural e cultural.

As modificações sofridas ao longo dos milénios constituíram, em primeiro lugar, a resposta do mundo vegetal a pressões naturais, como por exemplo, os factores climáticos. Mas, nos últimos dez mil anos, outros factores que não os naturais, passam a constituir-se igualmente como causa das transformações registadas na paisagem: o incremento e o aumento da eficácia das actividades humanas, a partir sobretudo do Neolítico, iniciam um novo período na história evolutiva do mundo vegetal, no qual o homem se transforma num agente ecológico de importância fundamental.

A gradual destruição das florestas e matas naturais com o objectivo de obter combustíveis e matérias primas, criar novas zonas de cultivo, aumentar as áreas de habitação, estender os terrenos de pastagem, alterou irremediavelmente o equilíbrio biológico. Mais tardiamente, a introdução e/ou expansão artificial de espécies estranhas aos diversos eco-sistemas agravou o desequilíbrio ecológico.

Deste modo, poucos são os núcleos de vegetação espontânea que sobrevi-

vem à hora actual no país. Mas a origem das paisagens actuais só agora começa a ser conhecida de forma mais específica. A sua evolução e o papel nela desempenhado pelas populações que se sucederam no espaço e no tempo só agora começam a ser registados de forma mais sistemática, graças aos novos resultados das ciências ligadas ao paleoambiente.

Em comparação com o resto da Europa ocidental, a reconstituição paleoambiental em Portugal (durante o Pleistoceno e Holoceno) encontra-se ainda numa fase relativamente incipiente. De referir os, já clássicos, diagramas polínicos da Serra da Estrela (Janssen and Woldringh 1981, Van Den Brink and Janssen 1985) e da Serra do Gerês (Coudé-Gaussen et Denèfle 1980) assim como os trabalhos de Romariz (1950) e Elhai (1964). No entanto tem-se assistido, nos últimos anos, a uma multiplicação dos estudos paleoecológicos, sobretudo no ramo da Palinologia (J. E. Mateus 1985 e 1989, P. F. Queiroz 1985 e 1989, Van Leeuwarden e Janssen 1985, I. Silva 1992), da Sedimentologia (Real 1985), da Carpologia (Pinto da Silva 1988), da fauna (Póvoas et al, 1992) e da Antracologia (Vernet 1986 e 1988, Badal Garcia 1987, Vernet and Figueiral 1993, Figueiral 1990, 1991, 1992, 1993a e b).

A nossa atenção concentrar-se-à precisamente sobre esta última ciência — Antracologia — fazendo referência aos seus objectivos e métodos, realizações e limites, e sintetizando os resultados mais salientes obtidos em Portugal até ao momento.

II. A ANTRACOLOGIA COMO RAMO DA PALEOECOLOGIA

A reconstituição do paleoambiente a partir do estudo dos fragmentos de madeira carbonizada encontrados em contexto arqueológico (Antracologia) desenvolveu-se sobretudo em França, a partir dos anos 70 (Vernet 1973). A análise antracológica tinha-se limitado até então a fornecer meras listas florísticas, uma vez que durante os trabalhos de escavação apenas um número diminuto de fragmentos carbonizados era recolhido e submetido a análise (as potencialidades deste tipo de estudo não tinham sido ainda reconhecidas).

O aperfeiçoamento das técnicas de observação (Western 1960, Vernet 1973) e o desenvolvimento de uma metodologia de ponta (Heinz 1988, Chabal 1988, 1990, Badal 1990, Figueiral 1990) permitiu a transformação da Antracologia numa ciência capaz de reconhecer e interpretar as transformações florísticas e estruturais das vegetações do passado.

O estudo de carácter ambiental baseia-se nos dados fornecidos pelos **carvões** encontrados **dispersos** nos sedimentos arqueológicos. Estes carvões são testemunho da lenha recolhida para uso doméstico e resultam da limpeza das áreas de

habitação durante um longo período de tempo. Os dados obtidos através da sua análise revelam que a recolha de lenha para **uso doméstico**, feita durante um **período de tempo** relativamente **longo**, se transforma numa amostragem fiável do meio ambiente em torno do local de habitação; é que nestas recolhas sucessivas a **probabilidade** de todas as espécies lenhosas das imediações serem englobadas torna-se muito maior, ao mesmo tempo que se atenuam as repercussões do factor “escolha” momentânea.

Sendo a procura de combustível doméstico efectuada preferencialmente nas imediações do local de habitação torna-se evidente que a **imagem da vegetação** assim obtida será **sobretudo de carácter local**, complementando a de carácter regional fornecida pela Palinologia.

Para que a imagem da vegetação obtida seja o mais próximo possível da realidade é necessário que um certo número de regras seja respeitado. A elas faremos referência seguidamente.

II.A. A amostragem como base de uma interpretação ecológica fiável

Durante os trabalhos arqueológicos certas regras fundamentais terão que ser respeitadas de forma a tornar possível um estudo ecológico fiável (Est. I, fig. 1):

1. A realização de uma amostragem fiável baseia-se na **peneiração** (seco/água) e/ou **flutuação** dos sedimentos arqueológicos provenientes da maior área escavada possível.

2. A distinção entre **carvões dispersos** e **carvões concentrados** deverá ser feita de forma inequívoca. Em princípio, apenas os resultados obtidos a partir dos carvões dispersos poderão ser interpretados em termos de vegetação.

3. Os fragmentos de grandes dimensões deverão ser recolhidos manualmente e guardados separadamente de forma a evitar uma fragmentação involuntária.

4. Todos os carvões recolhidos deverão ser enviados para análise antracológica. Os carvões identificados poderão ser posteriormente enviados para datação pelo C14.

III. A ANTRACOLOGIA COMO PALEOETNOLOGIA

As informações obtidas pela Antracologia, a partir da análise de um número estatisticamente fiável de fragmentos dispersos nos sedimentos podem ser interpretadas em termos de vegetação, ou seja a frequência de cada espécie assinalada e a sua relação com os restantes elementos vegetais.

Mas, para além desta dimensão ecológica a Antracologia possui igualmente uma dimensão paleoetnológica. É que os carvões encontrados durante as escavações arqueológicas resultam da combustão incompleta da madeira (e/ou lenha) recolhida pelo homem para suprir as suas necessidades domésticas quotidianas. Torna-se assim possível, em determinadas ocasiões, reconhecer o tipo de relações estabelecido entre as populações e o meio ambiente no qual estavam inseridas. Idealmente, poder-nos-emos também aperceber dos condicionalismos e restrições levantados por certos tipos de habitat vegetal e de como eles foram enfrentados pelas diversas populações (por exemplo, uma vegetação particularmente densa pode ser uma fonte inesgotável de combustível e matérias primas mas pode revelar-se igualmente como um obstáculo ao acesso a vias de comunicação vitais e ao desenvolvimento de intercâmbios culturais e comerciais estáveis).

A **dimensão paleoetnológica** da Antracologia liga-se sobretudo ao estudo dos **carvões encontrados concentrados**, como é o caso das lareiras, fossas de curta ou longa utilização, restos de construção, etc. O estudo deste tipo de estruturas fornece-nos sobretudo dados sobre os problemas da escolha premeditada de certas espécies para fins determinados, e da duração e tipo de utilização de certas estruturas. Por exemplo, no que diz respeito aos restos de construção é evidente que certas espécies, pelas suas qualidades (força, maleabilidade, resistência à humidade), terão sido preferidas a outras. Em relação aos restos das lareiras é possível que neles estejam representadas apenas as espécies queimadas na última (ou últimas) utilização da estrutura. As espécies (ou espécie) presentes poderão ter sido escolhidas especialmente para a ocasião ou pode dar-se o caso de elas (ou ela) serem a única lenha disponível no local, no momento de acender a lareira.

Uma situação semelhante caracteriza as fossas, sobretudo se estas foram utilizadas durante um curto espaço de tempo. No entanto ter-se-à que tomar em conta igualmente o tipo de utilização destas estruturas, factor que condiciona o significado dos resultados obtidos (Laloy 1980).

Torna-se assim evidente que a interpretação de dados de carácter paleoetnológico pode revelar-se particularmente difícil uma vez que eles se relacionam com o viver quotidiano de populações possuidoras de conceitos culturais que nos são estranhos. É igualmente evidente que estes conceitos culturais não poderão ser apreendidos na sua totalidade a partir unicamente dos restos materiais exumados na escavação. O carácter hipotético das interpretações a apresentar deverá ser sublinhado. A comparação dos resultados obtidos em diversos povoados, conjugada com os conhecimentos que podemos obter com a ajuda da etnologia e antropologia actuais poderão elucidar-nos sobre a validade das nossas hipóteses.

IV. O TRABALHO DE LABORATÓRIO: DA IDENTIFICAÇÃO À INTERPRETAÇÃO

A fiabilidade dos dados paleoecológicos e/ou paleoetnológicos obtidos pela Antracologia depende não só da metodologia de terreno (supra) mas igualmente daquela utilizada durante o processo de identificação e da análise estatística posterior.

A utilização de um microscópio de luz reflectida é fundamental durante o processo de identificação. As características anatómicas observadas podem ser comparadas com as dos atlas de anatomia das madeiras assim como com as da colecção de referência de madeiras actuais carbonizadas (Est. II, fig 1).

A identificação específica de algumas espécies vegetais pode revelar-se particularmente problemática; as dúvidas suscitadas, sobretudo no que diz respeito às pequenas espécies lenhosas, obrigam-nos frequentemente a identificar apenas o género ou a família vegetal em causa. Noutros casos as semelhanças entre duas ou mais espécies de um mesmo género impossibilita-nos frequentemente de fazer uma distinção específica segura.

Durante o processo de identificação os fragmentos de carvão são analisados independentemente das suas dimensões (dimensões mínimas = 2 mm). A identificação em relação a cada camada arqueológica apenas será considerada completa quando a curva taxinómica traçada mostrar sinais de estabilização (ou seja quando o aparecimento de novas espécies for estatisticamente improvável). Apenas a análise de um número importante de fragmentos por quadrado e camada permitirá o estudo estatístico necessário à interpretação.

Um dos problemas maiores enfrentados pela Antracologia dentro e fora das suas próprias fileiras é o que se relaciona com a unidade de medida a utilizar. Os debates centram-se sobre a validade de três medidas possíveis — o fragmento, a massa ou o factor presença/ausência das espécies — cada qual com os seus prós e contras. Trata-se sobretudo de justificar o pressuposto de que valores numéricos podem reflectir a importância real das espécies. Apesar de dúvidas que persistem, trabalhos recentes (Chabal 1990) vieram demonstrar a validade da utilização das unidades — fragmento e massa, desde que a amostragem seja feita segundo as regras acima referidas, que os fragmentos provenham de lenha de utilização doméstica e que derivem de uma recolha feita durante um longo período de tempo.

Na realidade, o fragmento de carvão é a unidade mais utilizada uma vez que é aquela que pode fornecer resultados mais rápidos. No entanto, sempre que o número de fragmentos disponível não for estatisticamente fiável, ou que os resultados obtidos não pareçam totalmente coerentes a nível ecológico, a interpretação deverá basear-se apenas no factor presença/ausência dos taxa.

A similaridade dos resultados antracológicos obtidos até ao momento de

estação a estação, durante períodos contemporâneos, a consistência dos dados assim obtidos com os das outras ciências paleoambientais, e a coerência dos resultados antracológicos quando comparados com a ecologia actual são prova da fiabilidade da Antracologia como disciplina paleoecológica.

V. A ANTRACOLOGIA EM PORTUGAL: PROBLEMAS DE BASE A ENFRENTAR

Em Portugal, um dos entraves maiores ao desenvolvimento dos estudos paleoambientais baseados na Antracologia é sem dúvida a falta de um laboratório equipado. O segundo maior problema, e mais grave, relaciona-se com a amostragem no terreno. Com efeito, na maioria dos casos, não existe na Arqueologia portuguesa uma verdadeira política de recolha de ecofactos; é que a peneiração e/ou flutuação dos sedimentos pressupõem a existência de recursos humanos e um ritmo de escavação que não se coaduna frequentemente com as exigências de tempo e dinheiro dos arqueólogos.

Em muitos dos casos, os carvões que são eventualmente recolhidos destinam-se apenas ao laboratório de datação, e isto apesar de se saber que é possível realizar-se datações a partir de carvões que tenham sido previamente identificados.

Noutros casos, assiste-se a uma recolha de carvões para análise antracológica, mas estes são recolhidos à mão o que significa que apenas os fragmentos de maiores dimensões são apanhados; a interpretação dos dados obtidos a partir deste tipo de fragmentos são assim extremamente parciais. Embora possamos obter informações a nível da flora (espécies presentes), o estudo dos resultados em termos de vegetação (a abundância de cada espécie e a sua relação com as outras) revelar-se-à impossível.

No nosso caso, é-nos dada frequentemente a possibilidade de trabalhar com arqueólogos que, compreendendo a importância dos estudos paleoambientais, flutuam e/ou peneiram de forma sistemática os sedimentos das camadas estratigráficas das suas estações. É evidente, igualmente, que a utilização destes métodos de amostragem não implica obrigatoriamente que a recolha de ecofactos seja um sucesso. Tal depende das potencialidades de cada estação: umas são caracterizadas por uma riqueza extraordinária em ecofactos (carvões, sementes, frutos, fauna, etc.) enquanto outras são praticamente estéreis. O grau de sucesso obtido pode ligar-se igualmente ao tipo de estação em questão: local de habitação permanente *versus* local de habitação temporário.

Um conhecimento mais profundo da evolução da vegetação em Portugal e uma maior compreensão da relação entre as populações humanas e o seu meio

ambiente natural são objectivos fundamentais da Antracologia; apenas a realização de uma amostragem de terreno correcta, em todas as estações submetidas a trabalhos de escavação, nos permitirá atingir os nossos objectivos.

VI. AS ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS ESTUDADAS E O SIGNIFICADO DAS AMOSTRAS ANALISADAS

O número de estações que forneceram amostras para análise antracológica tem vindo a aumentar de forma substancial desde 1986, data dos primeiros trabalhos realizados por J. L. Vernet. O significado dos dados obtidos não pode ser considerado de forma uniforme, uma vez que nos encontramos perante diferentes tipos de estações, submetidas a métodos de amostragem distintos, que forneceram uma quantidade de material a analisar que varia de estação a estação.

Os carvões de três tipos de estações foram (ou são) objecto de análise: monumentos megalíticos, povoados e abrigos com pinturas rupestres.

* Monumentos megalíticos:

Em primeiro lugar faremos referência aos monumentos megalíticos, já estudados ou em vias de estudo. Em número de 21, eles situam-se todos no norte do país (Est. III, fig 1); a maioria dos monumentos já estudados (15) localiza-se na Serra da Aboboreira, cobrindo um periodo de tempo que se estende do Neolítico Médio à Idade do Bronze - Chã de Parada 4, Meninas do Crasto 2, Mina do Simão, Chã de Santinhos 2 e 1, Outeiro de Gregos 2, Cabritos 1 e 3, Touta, Igrejinhãs, Meninas do Crasto 4, Outeiro de Gregos 1 e 5, Chã do Carvalho; três outros monumentos estudados Mamoã da Pedreira, Mamoã 2 de Pena de Mocho e Mamoã da Arcã, situam-se no planalto mirandês.

Os fragmentos de carvão provenientes de outros monumentos encontram-se em vias de estudo — um dos monumentos localiza-se igualmente na Serra da Aboboreira (Mamoã de Monte Maninho) e dois outros foram erigidos mais a norte, em Castro Laboreiro — mamoãs 1 e 2 do Alto da Portela do Pau.

O número de amostras por monumento varia consideravelmente; elas provêm sobretudo dos sedimentos constituintes do *tumulus*, do interior das câmaras, de lareiras e dos paleosolos. O número de carvões analisados por monumento varia entre 33 e 544, o que nos pode dar desde já uma ideia da discrepância de resultados. Os métodos de recolha utilizados variam de monumento a monumento — da simples recolha manual à flutuação e peneiração de sedimentos.

Os problemas levantados na interpretação dos dados fornecidos por este tipo de estação foram já referidos anteriormente: utilização durante a construção de sedimentos cuja origem se desconhece, reutilizações do monumento, violações

posteriores que misturam sedimentos, etc. (Vernet and Figueiral 1993). As informações obtidas a partir dos carvões, e às quais faremos referência posteriormente, tem assim que ser interpretadas de forma cautelosa. No entanto a comparação dos dados de diferentes monumentos poderá dar-nos uma ideia do significado real das informações que podem ser obtidas a partir do estudo deste tipo de estação.

* Povoados

Em relação aos povoados eles situam-se sobretudo ao norte do rio Tejo, estendendo-se cronologicamente do Paleolítico Médio à Idade Média. Ao sul deste rio apenas uma estação foi estudada até ao momento - o povoado calcolítico de Monte da Tumba - Setúbal (Badal 1987) (Est. III, fig 1).

— Norte do Douro

Entre Douro e Minho: Bronze final/transição I. Ferro - S. Julião, Castro da Sola

Castrejo - Castro das Ermidas, Castro de Penices

Douro Litoral: Bronze final - Bouça do Frade, Lavra, Castelo de Matos (+ Medieval)

Castrejo - Castro do Cruito

Alto Trás-os-Montes: Calcolítico e/ou Bronze inicial - Vinha da Soutilha, Pastoria, Castelo de Aguiar, Alto de Sta Ana, Buraco da Pala, Cunho, Barrocal Alto (este último igualmente com um nível do Neolítico final)

Trás-os-Montes: Castro do Crastoeiro (embora oficialmente integrado na região de Trás-os-Montes a vegetação actual e os resultados antracológicos obtidos levam-nos a integrar esta estação no NW do país).

— Entre Douro e Tejo

Na zona Centro, os carvões provenientes de estações de quatro regiões são actualmente objecto de análise: Alto Douro, Beira Interior, Beira Litoral e Estremadura.

Alto Douro (a sul do rio): o povoado de Castelo Velho apresenta ocupações do Calcolítico e Idade do Bronze.

Beira Interior: Quatro estações datando do final da Idade do Bronze/Início da Idade do Ferro estão em vias de estudo: Monte do Frade, Castelejo, Moreirinha, Alegrios.

Beira Litoral: - Buraca Grande - Paleolítico Superior (Solutrense) e Campaniforme

- Buraca Escura - Paleolítico Médio e Superior

Estremadura: - Gruta do Caldeirão - Solutrense

- Cabeço de Porto Marinho: camadas arqueológicas pertencentes ao Gravetense, Magdalenense (inferior e superior) e Neolítico antigo

- Areeiro III - Epipaleolítico

- Lapa do Anecrial - Aurignacense V
- Abrigo da Pena d'Água - Neolítico

As amostras estudadas, na maioria das estações (mas não totalidade), são constituídas por carvões recuperados através da peneiração a seco e/ou flutuação dos sedimentos. Apenas os carvões dispersos servem de base às propostas de reconstituição da vegetação. As amostras respeitantes a carvões concentrados (la-reiras, fossas, palissadas, buracos de poste, concentrações “anónimas”) são estudadas segundo uma perspectiva palcoetnológica.

*** Abrigos com pinturas rupestres**

Até ao momento apenas um abrigo deste tipo foi estudado; trata-se da Fraga d'Áia (S. João da Pesqueira) ocupada durante a Pré-História recente, e da qual um número bastante reduzido de carvões foi analisado (Est. III, fig. 1).

VII. OS PRINCIPAIS RESULTADOS PALEOAMBIENTAIS OBTIDOS

Tentar delinear uma síntese dos resultados obtidos até ao momento revela-se uma tarefa particularmente difícil. Por um lado, o estudo de muitas das estações está incompleto ou ainda nos seus primórdios. Por outro lado, na maior parte dos casos os dados entre diversas regiões não podem ser comparados de forma uniforme devido a:

1. “discrepâncias cronológico-espaciais” (por exemplo os dados respeitantes ao Paleolítico conhecidos até ao momento provêm apenas de estações situadas na Estremadura)

2. “desiquilíbrio de amostragens” (é muitas vezes impossível comparar estações contemporâneas uma vez que numas os carvões (geralmente em pequena quantidade) foram apenas recolhidos à mão enquanto que noutras os carvões (habitualmente em grande quantidade) resultam da peneiração ou flutuação cuidadosa dos sedimentos arqueológicos).

É por esta razão que nesta síntese procuraremos sobretudo concentrar-nos naqueles dados que consideramos mais relevantes para a compreensão do processo de formação das paisagens actuais. Focaremos igualmente a nossa atenção nos resultados que nos fornecem informações sobre a introdução e/ou estabelecimento de certas espécies vegetais no país.

VII.A. Uma lista florística em crescimento constante

A lista florística obtida até ao momento é constituída por um número assinalável de taxa, mais precisamente 63 pertencentes a diferentes tipos de associações vegetais. A sua identificação foi tornada possível graças à análise de cerca de 30.000 fragmentos de carvão. Na lista apresentada seguidamente (por ordem alfabética) a existência de problemas de identificação específica torna-se evidente.

* Gimnospermas: *Juniperus* tipo *communis/oxycedrus* (Zimbro comum/vermelho), *Juniperus* tipo *phoenicea* (Zimbreira), *Pinus sylvestris* (Pinheiro silvestre), *Pinus pinaster* (pinheiro bravo), *Pinus pinea* (pinheiro manso), *Pinus halepensis* (Pinheiro de Alepo), *Taxus baccata* (Teixo)

* Angiospermas: *Acer* cf. *monspessulanum* (Zelha), *Acer* sp., *Alnus glutinosa* (Amieiro), *Arbutus unedo* (Medronheiro), *Buxus sempervirens* (Buxo), *Calluna vulgaris*, *Carpinus betulus*, *Cistus* sp. (Esteva/Estevão), *Cistaceae*, *Clematis vitalba* (Vide-branca), *Corylus avellana* (Aveleira), *Crataegus monogyna* (Pilriteiro), *Daphne gnidium* (Trovisco), *Erica arborea* (Torga), *Erica* tipo *scoparia* (Urze tipo Urze das vassouras), *Erica tetralix* (Urze tetralix), *Erica* cf. *cinerea* (Urze cf. Queiró), *Erica* cf. *umbellata*, *Erica* sp. (Urze), cf. *Evonymus* sp., *Ficus carica* (Figueira), *Frangula alnus* (Amieiro negro), *Fraxinus angustifolia* (Freixo), *Fraxinus* cf. *excelsior* (Freixo), *Halimium* cf. *alyssoides* (Sargaço), *Hedera helix* (Hera), *Ilex aquifolium* (Azevinho), *Juglans regia* (Nogueira), *Leguminosae* tipo *Adenocarpus* (Legum. tipo Codeços), *Leguminosae* tipo *Cytisus* (Legum. tipo Giesta), *Leguminosae* tipo *Cytisus scoparius* (Legum. tipo Giesteira das vassouras), *Leguminosae* tipo *Cytisus laburnum*, *Leguminosae* tipo *Ulex* sp. (Legum. tipo Tojo), *Leguminosae* indet. (Leguminosa), *Lonicera* sp. (Madressilva), *Olea europaea* (Oliveira/Zambujeiro), *Olea europaea* var. *sylvestris* (Zambujeiro), *Phillyrea* sp. (Aderno), *Populus* sp. (Choupo), *Prunus avium* (cerejeira), *Prunus domestica* (Ameixeira), *Prunus* sp., *Pyrus communis* (Pereira/Escambroeiro), *Quercus* folha caduca [*pyrenaica/robur*] (Carvalho - negral/alvarinho), *Quercus* folha perene [tipo *ilex*] (Azinheira/Sobreiro/Carrasco), *Quercus suber* (Sobreiro), *Rhamnus/Phillyrea*, *Rosaceae Pomoidea* (Rosáceas), *Salix* sp. (Salgueiro), *Sambucus nigra* (Sabugueiro), *Sorbus* sp. (Sorveira), *Sorbus aucuparia* (Tramazeira), *Vitis vinifera* (Vinha),

* Pteridófitas:

Pteridium aquilinum (Feto)

* Monocotiledóneas/Gramíneas

Para além dos taxa acima referidos deverá assinalar-se a existência de dois outros que permanecem indeterminados até ao momento.

VII.B. Resultados obtidos em monumentos megalíticos

Os dados obtidos através do estudo das amostras provenientes dos paleosolos das mamoa da Serra da Aboboreira (Baião) demonstram a existência de zonas florestadas nos pontos mais altos da Serra, desde pelo menos o Neolítico Médio/Final até ao início da Idade do Bronze. Os Carvalhos seriam provavelmente as espécies dominantes (Carvalho negral e Carvalho alvarinho), embora se note igualmente a existência de Leguminosas, sinal provável da existência de zonas abertas colonizadas por uma vegetação de “landê”.

As outras espécies vegetais assinaladas noutra tipo de amostras teriam sido transportadas para o local quer como lenha para as lareiras assinaladas ou integradas em sedimentos provenientes de outros locais, situados nas zonas mais baixas da Serra, utilizados aqui na construção do *tumulus* megalítico. Assim se compreenderá o aparecimento por exemplo de Sobreiro e de espécies que crescem em zonas de ribeira como o Amieiro, o Amieiro negro, e o Salgueiro (Vernet and Figueiral 1993).

Mais para o interior, o carácter mais continental do clima do Planalto Mirandês é posto em evidência nos dados das três mamoa estudadas. São sobretudo taxa de afinidades mediterrânicas que são aqui identificados, ao lado de elementos vegetais conotados com áreas de ribeira. Será de ressaltar o aparecimento, pela primeira vez na região de *Vitis vinifera* (mamoá da Arcã).

VII.C. Resultados obtidos em povoados

Os dados obtidos até ao momento distribuem-se ao longo de uma escala cronológica caracterizada ainda por grandes lacunas que esperamos poder colmar num futuro próximo.

* Paleolítico Superior

Os dados mais antigos estão relacionados com o Paleolítico Superior e provêm de estações arqueológicas situadas na Estremadura. Três periodos culturais estão representados nas estações - Gravetense, Solutrense e Magdalenense (Inferior e Superior).

Os resultados respeitantes ao Gravetense e Solutense são ainda muito limitados — assinala-se a presença constante de pinheiros (pinheiro manso/bravo), Urzes e Leguminosas — mas os dados referentes ao Magdalenense Superior são já assinaláveis. Eles provêm da estação de Cabeço de Porto Marinho e demonstram sobretudo a existência de um pinheiral (pinheiro manso/bravo) que se desenvolveria provavelmente a baixa altitude, nas zonas mais abrigadas. Nestas zonas encontrariam igualmente refúgio as outras espécies de afinidade mediter-

rânica assinaladas — é o caso do zambujeiro, do medronheiro e dos *Querci* de folha caduca e perene. As zonas mais expostas estariam cobertas com leguminosas e urzes (Figueiral 1991 e 1993b Zilhão et al., actas deste Congresso). Será interessante referir que durante o Magdalenense inferior uma outra espécie de pinheiro é assinalada; trata-se do pinheiro silvestre (*Pinus sylvestris*) presente igualmente na Lapa do Anecrial durante o Aurignacense V (Figueiral, inédito).

* Neolítico

Os únicos dados conhecidos (extremamente reduzidos) para esta época provêm do NE do país, mais precisamente do Planalto Mirandês. Uma vegetação de carácter predominantemente mediterrânico à base de *Quercus* tipo *ilex*, sobreiro, medronheiro, é posta em evidência. A presença de carvalhos e pinheiro bravo é igualmente assinalada (Figueiral in Sanches, 1992).

Esperamos obter muito em breve mais informações sobre este período, com o estudo das estações da Estremadura.

* Calcolítico (/Bronze inicial)

Os dados referentes a este período provêm de estações do Alto Trás-os-Montes, mais precisamente da região de Chaves (Vinha da Soutilha, S. Lourenço, Pastoria, Castelo de Aguiar) assim como da região do Planalto Mirandês (Buraco da Pala, Cunho, Barrocal Alto). A sul do rio Douro alguns resultados foram obtidos na região de Foz Côa (Castelo Velho).

Na zona de Chaves três tipos de pinheiro parecem estar presentes (pinheiro silvestre, pinheiro manso, pinheiro bravo) ao lado dos carvalhos, leguminosas e urzes (Vernet 1986).

No Planalto Mirandês as espécies vegetais encontradas pertencem a dois biotipos fundamentais: 1. floresta de folha perene dominada possivelmente pela azinheira (nos locais mais secos) e pelo sobreiro (nas áreas de maior humidade); 2. bosque de folha caduca. Ao lado da azinheira cresceriam os zimbros enquanto que espécies como medronheiro, a torga e o trovisco se associariam ao sobreiro. O bosque de folha caduca seria constituído principalmente pelos carvalhos, aveleiras, pilriteiros e outras rosáceas. De assinalar igualmente a presença de dois tipos de pinheiro — bravo e silvestre (Figueiral 1991, 1992).

Ao sul do Tejo, na região de Setúbal, uma vegetação de carácter marcadamente mediterrânico, dominada pelo bosque de *Quercus* de folha perene e pinheiros, é posta em evidência. O estrato arbustivo seria composto principalmente de *Phillyrea*, medronheiros e rosáceas. Nos espaços abertos cresceriam as roselhas, zambujeiros e leguminosas (Badal Garcia 1987).

* Idade do Bronze (Bronze final)

Informações referentes ao Bronze final foram obtidas em diversos povoados situados em diferentes regiões ecológicas. No NW os dados mais completos provêm de três povoados da região de Baião — Bouça do Frade, Castelo de Matos, Lavra; eles parecem fornecer uma imagem da vegetação desta área caracterizada pela uniformidade: predominância da floresta de folha caduca dominada pelos carvalhos, no seio da qual se nota a existência de espaços abertos (exploração da floresta, campos de cultivo deixados ao abandono, zonas de pastagem) colonizados por leguminosas e, mais raramente, pelas urzes. A importância da floresta ribeirinha é atestada pela presença constante de espécies a ela associadas. Em altitude nota-se a presença de pinheiro silvestre, teixo e tramazeira (Vernet 1988, Figueiral 1990, 1993a).

A sul do Douro, na região de V.N. de Foz Côa, são sobretudo os elementos de carácter mediterrânico que são notados no nível do Bronze final assinalado no povoado de Castelo Velho. De assinalar aqui a representatividade do medronheiro e a ausência do pinheiro bravo (Figueiral inédito).

* Bronze final - transição para a Idade do Ferro

Relativamente perto do litoral, dois povoados fornecem informações, ainda que muito parciais, sobre este período — S. Julião e Castro da Sola (Vila Verde): os componentes da floresta caducifólia atlântica associados com o sobreiro são aqui identificados. A continuação do estudo de S. Julião permitirá compreender, por exemplo, o significado exacto das percentagens extremamente elevadas atingidas pelas leguminosas (Figueiral inédito).

Na Beira Interior os dados são igualmente muito escassos. A presença de taxa de afinidades mediterrânicas tais como *Quercus* tipo *ilex*, sobreiro, medronheiro e torga é assinalada em povoados da região (Moreirinha, Castelejo, Alegrios, Monte do Frade). De sublinhar a abundância de vestígios de pinheiro bravo (escolhido provavelmente como material de construção) (Figueiral inédito).

* Castrejo

O estudo de quatro povoados castrejos — Castro das Ermidas, Castro de Penices (V.N. de Famalicão), Castro do Cruito (Baião) e Castro de Crastoeiro (Mondim de Basto) permitiu-nos reconhecer, no NW do país, a existência de vários “ambientes vegetais” cujas características fundamentais estariam em relação directa com o grau de antropização atingido em cada zona. É que devido às pressões sociais e económicas desta época assiste-se ao acentuar das práticas de desflorestação, pelo menos nas áreas mais próximas dos povoados. A área coberta pela floresta climácica (dominada pelos carvalhos) parece reduzir-se sensivelmente, e os espaços deixados em aberto são rapidamente colonizados pelas espécies

de “lande”. A extensão efectiva e conservação da lande de leguminosas (giestas, tojo, por exemplo) ou de Ericáceas (urzes) depende não só da demografia e das actividades económicas praticadas em cada povoado mas também da capacidade de recuperação do solo na área em questão. O Castro do Crastoeiro parece constituir-se como caso extremo: uma redução extrema da área florestal em favor da lande dominada pelas urzes, relacionada provavelmente com práticas económicas dominadas pela pastorícia.

As margens dos cursos de água parecem ter estado cobertas por uma vegetação variada. Destacaremos, entre outros, a presença de amieiro, salgueiro, amieiro-negro, freixo, sabugueiro e choupo.

A importância das práticas agrícolas em certos povoados parece ser testemunhada pela presença de taxa passíveis de ser cultivados; é o caso da vinha, oliveira, noqueira, ameixeira, pereira, castanheiro e figueira (Figueiral 1990, 1993a).

* Medieval

Duas estações apenas forneceram material (muito reduzido) relativo a este período: Castelo de Matos (Baião) e Casinhas (Planalto Mirandês). Em Castelo de Matos a predominância dos carvalhos é notada embora as leguminosas atinjam frequências bastante elevadas. A presença de sobreiro, e de espécies de ribeira é assinalada (Figueiral e Queiroga 1988).

Em Casinhas, as espécies identificadas estão ligadas sobretudo ao mundo mediterrânico, sendo de destacar a presença de *Quercus* tipo *ilex*, sobreiro, torga, medronheiro, pinheiro bravo, leguminosas, carvalho, *Cistus* e zimbro (Figueiral, inédito).

VII.D. Resultados em abrigos de pinturas rupestres

Uma única estação se encontra incluída neste grupo: o abrigo da Fraga d’Aia, situado na região de S. João da Pesqueira. Os carvões recolhidos permitiram a identificação de dois tipos de pinheiro — bravo e silvestre, assim como de carvalho, sobreiro, torga, medronheiro e uma leguminosa.

VII.E. Pontos-chave da reconstituição paleoambiental

De todos os dados paleoambientais obtidos até ao momento poderemos salientar aqueles que nos parecem ser os mais significativos (Est.IV, fig. 1):

— Durante épocas mais recuadas, a influência benéfica do oceano Atlântico ter-se-á feito sentir de forma acentuada, mitigando condições climáticas, e permi-

tindo assim o desenvolvimento de espécies vegetais que de outro modo teriam desaparecido. É o que parece poder inferir-se a partir dos dados das estações do Paleolítico Superior da Estremadura.

— A Norte do Douro, o pinheiro bravo ter-se-à instalado em épocas muito recuadas (pelo menos Neolítico final) nas zonas do interior, sob influência de um clima de carácter mais continental. A sua expansão em direcção ao litoral ter-se-à efectuado muito mais tardiamente, de forma paulatina. É o que se poderá deprender da análise de cerca de 15.000 fragmentos de carvão de várias estações da Idade do Bronze e Castrejo, do Minho e Douro Litoral. Deles, apenas três fragmentos são de Pinheiro, e destes apenas um é identificado seguramente como pinheiro bravo (Castro das Ermidas — V. N. de Famalicão). Dos outros dois, um é um fragmento de pinha, encontrado no Castro do Cruito (Baião) e outro é um fragmento muito mal preservado do Castro da Sola (Vila Verde). Estes resultados mostram que o pinheiro bravo poderia estar já presente nas áreas do litoral norte a partir da Idade do Bronze mas a sua importância real deveria ser mínima.

A ideia de uma instalação precoce desta espécie em áreas de clima de tipo continental é apoiada pelos resultados em povados do Bronze final na Beira interior, onde se encontra igualmente presente, assim como no Abrigo da Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira).

Será de sublinhar, no entanto, que a instalação desta espécie nestas áreas do interior estaria condicionada pelo grau de humidade existente. É que, este tipo de Pinheiro não foi ainda detectado na estação de Castelo Velho (Vila Nova de Foz Côa), numa região interior bem conhecida actualmente pelas existências de temperaturas muito elevadas e pluviosidade extremamente reduzida.

— A origem da “lande” que cobre actualmente vastas áreas do país recuará ao Bronze final (no N do país), mas a sua extensão irreversível dataria sobretudo da época Castreja e dependeria das condições naturais de cada região e das actividades económicas das suas populações.

— Durante muito tempo o castanheiro foi considerado como uma importação romana. A identificação desta espécie durante o Bronze final (Castelo de Matos - Baião) parece ser prova irrefutável de que ela se teria instalado no norte em épocas anteriores à chegada dos romanos; estes não mais teriam feito do que expandir a sua cultura.

— A identificação de *Olea* no Castro do Cruito (Baião) poderá estar relacionada com o início da cultura desta espécie na zona em questão.

— Os raros fragmentos de pinheiro silvestre assinalados durante o Bronze final na região de Baião (Castelo de Matos) poderiam constituir-se como os últimos testemunhos da presença espontânea desta árvore nesta zona do país. O mesmo comentário poderia ser estendido, provavelmente, à presença de *Fraxinus*

excelsior (Castro de Penices) espécie que, neste momento, não cresce espontaneamente no país.

VIII. PERSPECTIVAS DE FUTURO

Um dos objectivos fundamentais da Antracologia em Portugal será o de obter uma imagem o mais completa possível da evolução da vegetação nas diferentes áreas fitosociológicas do país e de estabelecer “balizas” cronológicas para a introdução e/ou extensão de certas espécies vegetais.

Tal só poderá ser concretizado com a realização de estudos de carácter sincrónico e diacrónico a partir de povoados onde os carvões sejam recolhidos segundo as regras de uma amostragem fiável (1 - peneiração e/ou flutuação dos sedimentos; 2 - distinção carvões dispersos/carvões concentrados; 3 - identificação e isolamento de zonas de remeximento). A tomada de consciência por parte dos arqueólogos da importância vital da amostragem dos ecofactos nas suas estações será meio caminho andado na realização dos nossos objectivos.

A comparação dos nossos resultados com os obtidos pelas outras disciplinas ligadas à paleoecologia será de primordial importância. Só um trabalho interdisciplinar permitirá colmatar lacunas, definir imprecisões, complementar informações e compreender enfim a teia de relações estabelecida entre o homem e o seu meio ambiente no espaço e no tempo.

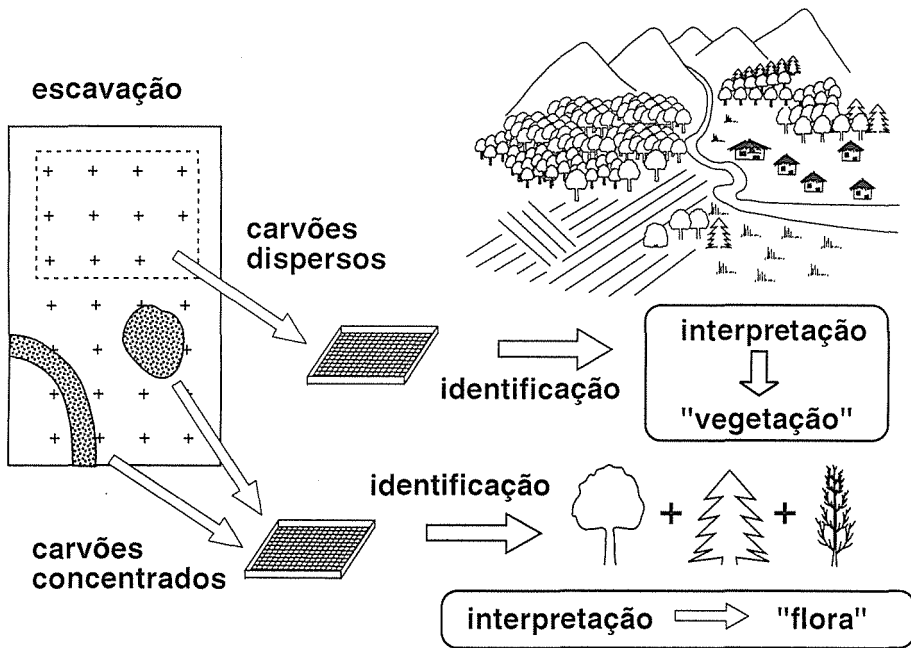
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADAL GARCIA E. (1987) - O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. III - Estudo Antracológico, *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, pp. 87-102.
- BADAL GARCIA, E. (1990): *Aportaciones de la Antracologia al estudio del paisaje vegetal y su evolución en el Cuaternario reciente en la costa mediterranea del Pays Valenciano y Andalucía (18000 - 3000 BP)*. Tesis. Universitat de Valencia, Facultad Geografia y Historia, 321 pag.
- CHABAL L. (1988) - Pourquoi et comment prélever les charbons de bois pour la période antique: les méthodes utilisées sur le site de Lattes (Hérault), *Lattara* 1, 187 - 222
- CHABAL, L. (1990): L'étude paléocologique de sites protohistoriques à partir des charbons de bois: dénombrements de fragments ou pesées? *1st European Symposium on Wood and Archaeology*, 1987, Louvain-la-Neuve, PACT 22, III.5, 189-205.
- COUDE - GAUSSEN, G., DENEFFLE, M. (1980): La signification du développement récent de la lande d'altitude dans le Portugal Septentrional d'après l'étude de deux tourbières. *Bull. A.F.E.Q.*, 1980 -3, 107-115.
- ELHAI , H. (1964): Analyse pollinique de sédiments post-glaciaires de l'embouchure du Leça, près de Porto. *Bol. Mus. Lab. Miner. Geol.*, Lisboa, 10-1, 45-52.
- FIGUEIRAL, I. (1990): *Le nord-ouest du Portugal et les modifications de l'écosystème, du*

Bronze final à l'époque romaine, d'après l'antracoanalyse de sites archéologiques.
Thèse, U.S.T.L., Montpellier, 2 vol.

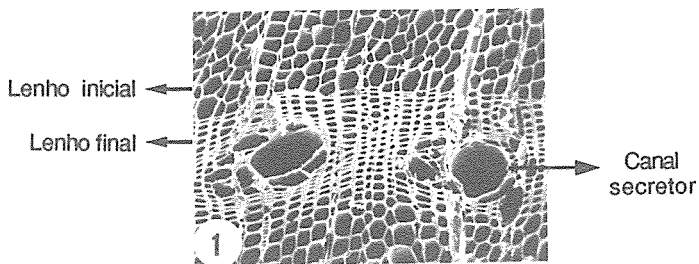
- FIGUEIRAL I. (1991): Buraco da Pala: um meio ambiente vegetal explorado pelo homem. Resultados da análise antracológica. *Actas II Colóquio Paleoecologia e Arqueologia*, Vila Nova de Famalicão, 13-29.
- FIGUEIRAL I. (1992): Primeiros resultados antracológicos do Planalto Mirandês: os povoados do Barrocal Alto e do Cunho in M.J. SANCHES, *Proto-História recente do Planalto Mirandês (leste de Trás-os-Montes)*, "Monografias Arqueológicas", GEAP, 1155-160.
- FIGUEIRAL I. (1993a): Charcoal analysis and the vegetational evolution of North-West Portugal, *Oxford Journal of Archaeology*, 12, nº 2, Jul. 1983, 209-222.
- FIGUEIRAL I. (1993b): Cabeço de Porto Marinho: une approche paléocologique. Premiers résultats. *Estudios sobre Cuaternario*, 1993, 167-172.
- FIGUEIRAL I., QUEIROGA F. (1988): Castelo de Matos 1982 - 86, *Arqueologia* 17, GEAP, 1988, 137-150.
- HEINZ, C. (1988): *Dynamique des végétations holocènes en Méditerranée nord occidentale d'après l'antracoanalyse de sites préhistoriques: méthodologie & paléocologie.* Thèse, U.S.T.L., Montpellier, 275 pag.
- HEINZ, C. (1990): Méthodologie et paléocologie du gisement préhistorique de l'Abeurador (Hérault) au passage Mésolithique/Néolithique, d'après l'analyse des charbons de bois: premiers résultats. *Ist European Conference on Wood and Archaeology*, Louvain-la-Neuve, 1987, PACT 22, IV.2, 219-229.
- JANSSEN C.R., WOLDRINGH R.E. (1981) - A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal. *Finisterra*, XVI, 32, Lisboa, 299-309.
- LALOY J. (1980/1981) Recherche d'une méthode pour l'exploitation des témoins de combustion préhistorique. *Cahiers du Centre de Recherches Préhistoriques*, 7, Univ. Paris I, 167 pag.
- MATEUS J.E. (1985) The coastal lagoon region near Carvalhal during the Holocene: some geomorphological aspects derived from a palaeoecological study at Lagoa Travessa. *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, 2, 237-249.
- MATEUS J.E. (1989) Pollen Morphology of Portuguese Ericales. *Revista de Biologia*, 14, 135-208.
- PINTO DA SILVA A.R. (1988) - A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987. *Actas do I Colóquio Paleoecologia e Arqueologia*, Vila Nova de Famalicão, 5-36, XIV estampas.
- PÓVOAS L., ZILHÃO J., CHALINE J., BRUNET-LECOMTE P. (1992) - La faune de rongeurs du Pleistocene Supérieur da la Grotte de Caldeirão (Tomar, Portugal), *Quaternaire* 3 (1), 40-47.
- QUEIROZ P.F. (1985) - Dados para a história da vegetação holocénica da região da Lagoa de Albufeira. Sumário das conclusões do estudo palaeoecológico da Estacada, *Actas I Reunião do Quaternário Ibérico*, II, Lisboa, 1985, 251-259.
- QUEIROZ P.F. (1989) A preliminary palaeoecological study at Estacada (Lagoa de Albufeira). *Revista de Biologia* 14, 3-16.
- ROMARIZ, C. (1950): Contribuição da análise polínica no estudo da vegetação primitiva da Serra da Estrela. *C.R. Congrès Int. Geog.* Lisboa, 1949, 2(3), 824-830.
- SILVA, I. (1992) - Mamoia 1 da Chã do Carvalhal. Resultados preliminares da análise polínica. in D.J. CRUZ, *A Mamoia 1 de Chã do Carvalhal (Serra da Aboboreira)*, Coimbra 1992, 141-151.

- VAN DEN BRINK L.M. and JANSSEN C.R. (1985) - The effect of human activities during cultural phases on the development of montane vegetation in the Serra da Estrela, Portugal. *Rev. of Palaeobotany and Palynology*, 44, Amsterdam, 193-215.
- VAN LEEUWAARDEN, W., JANSSEN, C.R. 1985: A preliminary palynological study of peat deposits near an oppidum in the lower Tagus Valley, Portugal. *Actas I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, 1985, vol. II, 225-236.
- VERNET, J.L. 1973: Etude sur l'histoire de la végétation du sud-est de la France au Quaternaire d'après les charbons de bois principalement. *Paléobiologie continentale*, 4, 1, Montpellier, 90 pag.
- VERNET J.L. (1986) - Análises anthracológicas das estações pré-históricas de Vinha da Soutilha (Mairos), Pastoria (Chaves) et Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), in S.O. JORGE, *Povoados da Pré-história recente da região de Chaves - V.ª P.ª de Aguiar*, Inst. Arq. Fac. Letras do Porto, 1127-1131.
- VERNET J.L. (1988) - Análise antracológica de carvões provenientes da Bouça do Frade II A, in S.O. JORGE, *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze final do norte de Portugal*, "Monografias Arqueológicas", GEAP, 1988, 113-114.
- VERNET J.L. and FIGUEIRAL I. (1993) - The highlands of Aboboreira (North-West Portugal): Ecological conditions from Middle / Late Neolithic to early Bronze Age. Evidence from charcoal analysis. *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 12, nº 1, Março 1993, 19-28.
- WESTERN, A.C. (1963): Wood and Charcoal in Archaeology. In BROTHWELL and HIGGS (ed.) *Science in Archaeology*, Thames and Hudson., 150-160.



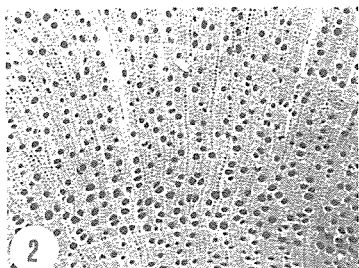
Da escavação à interpretação: esquema que sublinha a necessidade de uma amostragem baseada na peneiração /flutuação dos sedimentos e na distinção entre carvões concentrados e carvões dispersos.

Gimnospermas

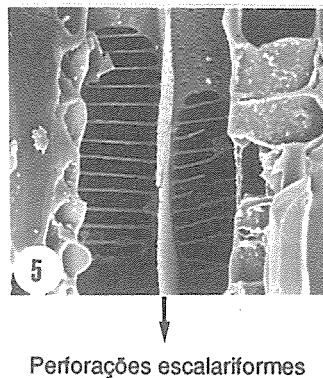
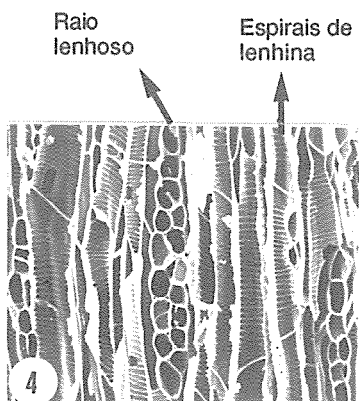
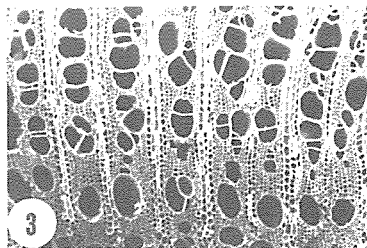


Angiospermas

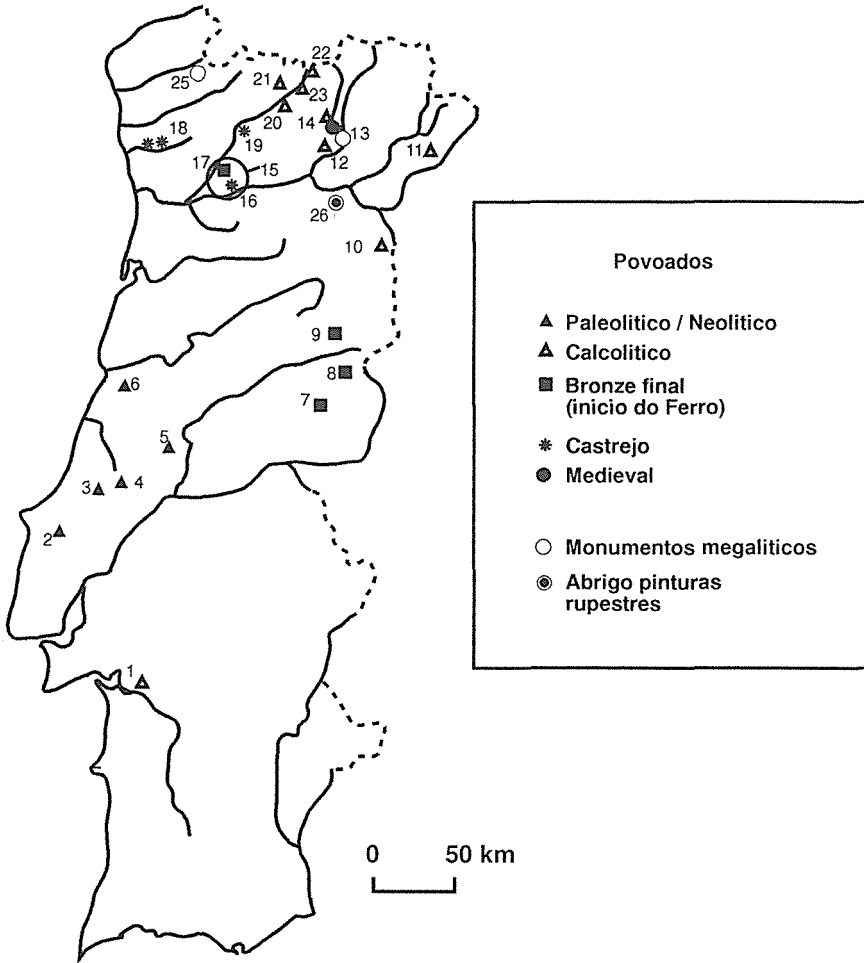
Lenho de porosidade difusa



Lenho de porosidade em anel



Algumas das características anatómicas que possibilitam a identificação dos taxa vegetais (1 - Pinheiro bravo, 2 - Urze, 3 - Vinha, 4 - Leguminosa, 5 - Amieiro).



1 - Monte da Tumba; 2 - Cabeço dePorto Marinho, Areiro III; 3 - Lapa do Anecrial; 4 - Abrigo da Pena d'Água; 5 - Gruta do Caldeirão; 6 - Buraca Grande, Buraca Escura; 7 - Alegrios, Moreirinha; 8 - Monte do Frade; 9 - Castelejo; 10 - Castelo Velho; 11 - Cunho, Barrocal Alto; 12 - Mamo da Arcã, Cemitério de Mouros; 13 - Mamo da Pedreira; 14 - Buraco da Pala, Casinhas; 15 - Mamoas da Aboboreira; 16 - Castro do Cruito; 17 - Bouça do Frade, Castelo de Matos, Lavra; 18 - Castro das Ermidas, Castro de Penices; 19 - Castro do Crastoeiro; 20 - Pastoria, Castelo de Aguiar; 21 - S. Lourenço; 22 - Vinha da Soutilha; 23 - Alto de St. Ana; 24 - S. Julião, Castro da Sola; 25 - Mamoas 1 e 2 do Alto da Portela do Pau; 26 - Fraga d'Aia.

Mapa assinalando a localização das estações arqueológicas referidas no texto.

Est. IV

Periodos culturais		Entre Minho e Douro		Entre Douro e Tejo		Sul do Tejo
		a oeste	a este	a oeste	a este	Baixo Alentejo
Idade Média		Bosque aberto de carvalhos. Espaços abertos colonizados por leguminosas. Presença do sobreiro e de espécies de ribeira	Vegetação de tipo mediterrânico com Quercus (folha perene e caduca) pinheiros, urzes, leguminosas, zimbro, medronheiro, e "Cistus"			
Castrejo		Area dominada pela floresta caducifolia diminui em favor da "lande". Degradação ambiental relacionada com demografia, economia, e condições naturais de cada povoado. Regressão florestal irreversível.				
Idade do Bronze		Bosque caducifolio dominado pelos carvalhos. Terrenos abertos colonizados por leguminosas. Floresta de ribeira diversificada. Castanheiro presente; pinheiro silvestre assinalado em altitude.			Presença de espécies ligadas sobretudo ao mundo mediterrânico : Quercus - folha caduca e perene, medronheiro, urzes, leguminosas, Cistáceas. Pinheiro bravo é assinalado.	
Calcolítico			Dois biotipos são assinalados : floresta de folha perene com azinheira e sobreiro, e bosque caducifolio. Pinheiro bravo, pinheiro silvestre e zimbro são as gimnospermas assinaladas		A presença de Quercus tipo ilex, sobreiro, medronheiro, trovisco, zimbro e Cistáceas sublinha o carácter mediterrânico da vegetação. Pinus pinaster ausente.	Bosque de Quercus de folha perene e pinheiros, com um estrato arbustivo à base de Phillyrea, medronheiros e rosáceas.
Neolítico		Os carvalhos e as leguminosas parecem ser os elementos lenhosos mais significativos da cobertura vegetal das áreas mais elevadas desta zona.	Taxa de carácter predominantemente mediterrânico são identificados : Quercus tipo ilex, sobreiro, medronheiro. Carvalho e pinheiro bravo estão igualmente presentes.			
Pal. Superior	Magdal Superior			Pinheiral (manso / bravo) a baixa altitude. Presença dos Quercus (f. caduca e perene), leguminosas, urzes, medronheiro e "Olea"		
	Magdalen. Inferior			Pinheiro (manso / bravo) domina + urzes e leguminosas. A notar presença de Quercus e pinheiro silvestre.		
	Solutrense			Presença de pinheiro. Quercus (folha perene) buxo, Rhamnus/ Phillyrea e "Olea"		
	Gravetense			Presença de pinheiros (manso/bravo), urzes e leguminosas		

Quadro sintetizando os principais resultados paleoecológicos obtidos pela Antracologia em Portugal.

FIToarqueologia: UMA INTERFACE BOTÂNICA

por

T. Mouga* e M. T. Almeida**

Resumo: A presença de plantas vasculares tanto é indicadora de ecossistemas naturais, como de actividade humana, como é causa de biodeterioração de monumentos.

Numa perspectiva Fitoarqueológica a comparação entre dados fitológicos e arqueológicos poderá permitir, não só identificar estruturas, inferir sobre conservação/introdução/extinção de espécies vegetais, conhecer usos, e períodos de abundância, como também procurar as soluções mais adequadas para casos de biodeterioração.

Na Fitologia serão de considerar: diversidade e variação da cobertura vegetal actual, sinais de antropomorfização da vegetação. Na Arqueologia serão de considerar: estruturas, materiais de construção, motivos de decoração, micro/macrorestos, impressões/inclusões, de origem vegetal.

Palavras-chave: Fitoarqueologia. Botânica. Biodeterioração.

INTRODUÇÃO

Desde o seu aparecimento na História da Evolução que o Homem se tem relacionado com as plantas para alimentação, medicina, religião, abrigo, transporte, cosmética, hortas e jardins. Na procura da História do Homem, os elementos fitológicos são omnipresentes, incluindo no actual “marketing verde” das mais variadas ideias.

Se por um lado o Homem pode fazer desaparecer a vegetação, por outro lado em qualquer aglomerado populacional é reconhecida uma flora ruderal que segue de perto a acção do Homem.

Essa flora é constituída por plantas resistentes, acompanhantes da migração humana, e por vezes também inclui relíquias da vegetação original da zona, de outro modo totalmente extinta.

A presença de Plantas Vasculares tanto é indicadora de Ecossistemas Naturais, como de Actividade Humana, como é causa de Biodeterioração de Monumentos

* Bolseira JNICT.

** Departamento de Botânica, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

Arqueológicos.

Algumas estruturas vegetais, tais como sementes, grãos de pólen, partes lenhificadas, podem manter-se mais ou menos intactas ou dar origem a impressões, em que é possível, com um grau de dificuldade maior ou menor, identificar a sua presença.

Com o advento de técnicas minuciosas e finas, tal como o uso do microscópio electrónico, é possível estudar esses microrestos vegetais, mesmo em jazidas pré-históricas.

Um outro processo de estudo de material vegetal encontra-se na interpretação de representações pictóricas, como por exemplo frescos e mosaicos.

Um estudo no campo da Botânica para além de fornecer importante informação nestes domínios, pode abranger aspectos completamente diversos, nomeadamente o uso das plantas como bioindicadores, para o reconhecimento arqueológico de superfície, e também o estudo das comunidades biológicas em áreas de importante património arquitectónico, no que diz respeito à sua conservação.

As plantas podem então comportar-se como uma interface botânica, que nos dá informação sobre o passado, o presente, e sobre a protecção do futuro.

E assim surgiu a ideia da Fitoarqueologia em que:

Numa perspectiva fitológica são de considerar todos os aspectos da cobertura vegetal acualmente existente.

Numa perspectiva arqueológica são de considerar os aspectos total ou parcialmente de origem vegetal (sementes, pólen, folhas, caules, coprólitos, etc.); impressões ou inclusões de material vegetal em cerâmica; motivos de decoração vegetal em mosaicos, frescos, artefactos, etc.

Numa perspectiva Fitoarqueológica a comparação entre os dados Fitológicos, da cobertura actual, e Arqueológicos poderá permitir a identificação de estruturas gerais ou particulares, tirar inferências sobre a conservação/introdução/extinção de espécies, tomar conhecimento de usos, hábitos, períodos de abundância, numa palavra adquirir uma maior informação sobre a História do Homem.

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

É essencial que se estabeleça um equilíbrio entre a arqueologia humana e a arqueologia natural. De facto, o estudo das ciências naturais e particularmente a botânica, devem ser consideradas também como património legado pelo Homem ancestral. O estudo de frescos, mosaicos e outras representações artísticas de elementos vegetais, bem como estudos paleobotânicos de cinzas e restos vegetais encontrados aquando das escavações (sementes, frutos, pólen, folhas, caules,

coprólitos, etc.), permitem a reconstrução da fitologia do habitat antigo. (Figuras 1, 2 e 3). É assim possível reconstruir aspectos do quotidiano como sejam a medicina e farmacopeia, a perfumaria, o vestuário, a cosmética e a arte culinária, entre tantos outros aspectos. É ainda possível inferir aspectos da economia agrícola e florestal, bem como do comércio uma vez que o homem dependia do ambiente natural no qual se inseria. (Figuras 4, 5 e 6)

Um outro aspecto importante trata da reconstrução de jardins que possuam arquitecturas e composições florísticas semelhantes às antigas. No que se refere à época romana, a vegetação era constituída sobretudo por flora selvagem local. Esta incluía árvores, arbustos ou plantas herbáceas, nativas da região, que poderiam ser facilmente encontradas em áreas selvagens. Contudo, os jardins eram ainda enriquecidos por plantas exóticas provenientes de regiões distantes do império romano.

A flora lusitânica possui uma lista considerável de plantas nativas que podem ter figurado nos jardins das “villas” e outras construções da época romana (Figuras 7 e 8).

A BOTÂNICA COMO FERRAMENTA ARQUEOLÓGICA

A utilização das plantas como bioindicadoras de estruturas arquitectónicas subterrâneas tem-se tornado um elemento importante nos estudos arqueológicos.

Com o termo bioindicador define-se qualquer organismo vivo que, com a sua presença (ou, por vezes, com a sua ausência), forneça indicações sobre os parâmetros ambientais.

Uma espécie é tanto melhor bioindicadora quanto mais sensível ela for à variação dos parâmetros ambientais, isto é, quanto menor for a sua amplitude ecológica.

Este tipo de análise dá um contributo importante à arqueologia, uma vez que a vegetação cultivada ou natural, responde de maneira significativa à presença de descontinuidades no solo, no que diz respeito ao seu crescimento, coloração, ou número de indivíduos numa determinada área.

De maneira geral a presença de muros ou pavimentos enterrados determina uma menor taxa de crescimento e menor resistência ao stress hídrico. Pelo contrário, a presença de fossos onde terá ocorrido maior depósito de detritos aluvionais e acumulação de matéria orgânica origina uma maior retenção de água e, conseqüentemente, é mais favorável ao desenvolvimento da vegetação. (Figura 9)

Neste campo, dois tipos de análise podem ser efectuados: o primeiro, com base em fotografia aérea, permite a determinação de padrões de vegetação em

zonas de monocultura, quer esta se trate de cereais, quer de forragens, quer mesmo de árvores.

O segundo, realizado *in situ*, através do estudo das espécies vegetais espontâneas presentes. Estas espécies podem constituir excelentes indicadores de descontinuidades no solo, uma vez que a presença de muros ou pavimentos enterrados, geralmente favorece o aparecimento de plantas calcícolas e com menores exigências do teor hídrico. O tipo de vegetação quer qualitativa quer quantitativa nesta zona deverá ser perfeitamente identificável. (Figuras 10 e 11)

A BOTÂNICA COMO BASE PARA A CONSERVAÇÃO

Todas as construções humanas estão sujeitas a sofrer degradação por inúmeros factores: poluição atmosférica, acção da chuva, sais existentes na atmosfera, e ainda acção biológica. Muitos organismos usam os mais diversos materiais de construção como substrato ou alimento, provocando assim a sua degradação. (Figuras 12 e 13)

Os parâmetros ambientais e a natureza do substrato são preponderantes na definição das comunidades biológicas que nele se instalam. Factores como pH, presença de impurezas e conteúdo hídrico do substrato condicionam o estabelecimento e desenvolvimento dos agentes de deterioração. (Figuras 14 e 15)

Todos estes organismos causam deterioração mais ou menos acentuada do substrato, através de processos físicos e/ou químicos.

Processos físicos:

Os processos físicos causam abrasão mecânica, fracturação e disrupção do substrato devido à actividade mecânica dos organismos (movimento ou crescimento). Este efeito é particularmente grave no caso das plantas superiores, devido à acção das raízes que crescem no interior dos muros e paredes.

Processos químicos:

Os processos químicos envolvem a decomposição ou transformação do substrato pela actividade química dos organismos.

No caso das plantas superiores, são as raízes as responsáveis pela degradação do material através da excreção de metabolitos, como sejam ácidos orgânicos, enzimas, etc., os quais vão interagir quimicamente com o substrato.

Este processo, juntamente com a acidez da rizosfera, permitem retirar ao substrato os elementos minerais que as plantas necessitam para o seu desenvolvimento, e simultaneamente degradam esse mesmo substrato.

Métodos de controle:

Os tratamentos de restauro e conservação devem incluir especificações para a eliminação do crescimento biológico prejudicial. A eficácia dos tratamentos

depende dos métodos utilizados e produtos escolhidos, mas, após um certo tempo, inevitavelmente novo crescimento tem lugar quando as condições ambientais assim o permitirem. Assim não é suficiente uma única intervenção, devendo também ter-se em conta quais as condições ambientais que favorecem o crescimento biológico; é necessário elaborar um planeamento de manutenção periódica, se possível deve fazer-se também o controle das condições ambientais.

As plantas são excelentes bioindicadores das condições ambientais que as rodeiam fornecendo indicações do estado de degradação do substrato (ruínas, monumentos, edifícios) bem como das condições atmosféricas onde se desenvolvem. A presença de uma dada espécie num determinado local, num determinado momento, não é casual: as condições ambientais são compatíveis com as necessidades ecológicas dessa espécie. Sabendo quais são essas necessidades ecológicas, podemos determinar indirectamente quais os factores ambientais existentes nesse local (ex. pH, grau de insolação, regime térmico).

Uma vez que espécies diferentes possuem distintas necessidades ecológicas, o mapeamento da vegetação numa dada área dá-nos importante informação acerca dos microclimas que estão presentes.

Por outro lado, a vegetação varia, não só ao longo do espaço, mas também ao longo do tempo. Inicialmente observa-se a presença de espécies pioneiras, normalmente plantas de pequeno porte, anuais. A sucessão vegetal evolui para uma complexa comunidade vegetal composta também por plantas vivazes e, em casos extremos, arbustos e árvores. (Figuras 16 e 17)

Este estudo botânico é necessário para planificar correctamente a intervenção de restauro ou conservação, permitindo a escolha correcta do método a utilizar (mecânico, biológico ou químico), bem como a(s) época(s) do ano em que deve ocorrer.

CONCLUSÃO

Pensamos ter demonstrado que a investigação Botânica, quer seja relacionada com a conservação de monumentos, quer com os restantes aspectos referidos, caminha lado a lado com a Arqueologia. Um trabalho de conjunto, nas respectivas competências, reúne útilmente duas disciplinas que desde sempre foram artificialmente classificadas como 'científica' e 'clássica'.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, I.A., *Arte Paisagística e Arte dos Jardins de Portugal*, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização - Centro de Estudos de Urbanismo, Lisboa, 1962.
- CANEVA, G., NUGARI, M.P., SALVADORI, O. - Biology in the conservation of works of art.- ICCROM, Roma, 1991.
- CANEVA, G. "Crop marks" e "weed marks": arqueologia ed agricultura. *Professione Agricoltore* 3-4 (1990), pp. 15-18.
- CANEVA, G., SALVADORI, O. Sistematica e sinsistemica della comunità vegetali nella pianificazione di interventi di restauro, *Atti del Convegno "Il cantiere della Conoscenza, il Cantiere del restauro"*, Bressassone (1989), pp. 325-335.
- CIARALLO, A. - *Orti e Giardini de Pompei*, Napoles, Casa Editrice Fausto Fiorentino, 1992
- FONT QUER, P., *Plantas Medicinales - El Dioscorides Renovado*, Ed. LABA, Barcelona, 1962.
- SILVA, A.R. Pinto da - A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa - resultados desde 1931 a 1987. *Actas do Encontro "Paleoecologia e Arqueologia"*, Vila Nova de Famalicão, 1988.
- TELLO, M. Picão, 'O que comiam os nossos antepassados', *Gazeta do Agricultor*, 292 (1973), pp. 269-280.

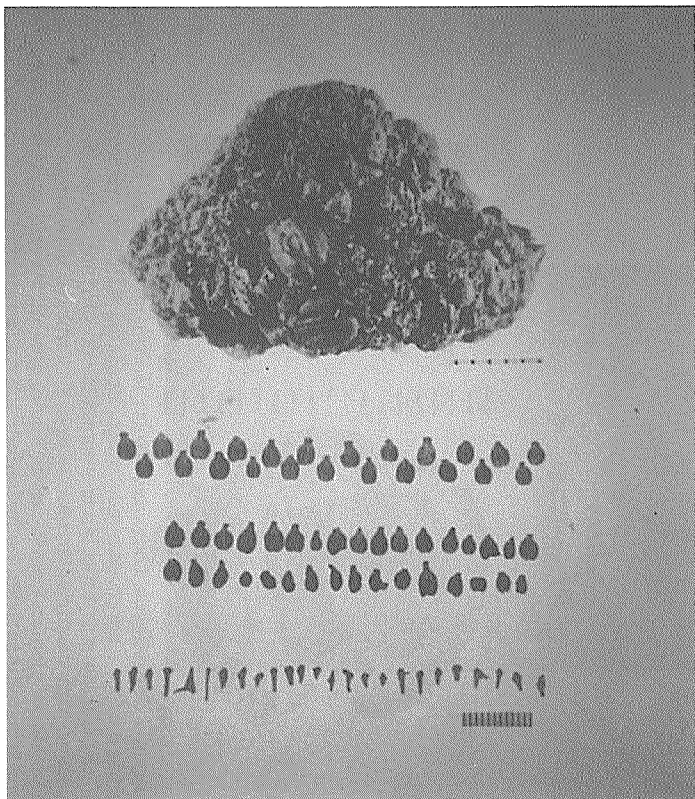


Fig. 1 — Fotografia de grainhas e pedicelos de uvas, frutos muito apreciados na época romana, quer frescos quer secos. (fotografia em SILVA, A.R. Pinto da, 1988).



Fig. 2 — Moeda do séc. 1 a.C. representando Baco e Proserpina. O vinho era representativo do culto ao deus da inspiração e do êxtase, sendo este representado pictoricamente com uma coroa de folhas de videira. De facto, o vinho é, desde muito antes da época clássica, uma bebida muito popular. Numerosas variedades de vinho eram fabricadas também com fins terapêuticos.

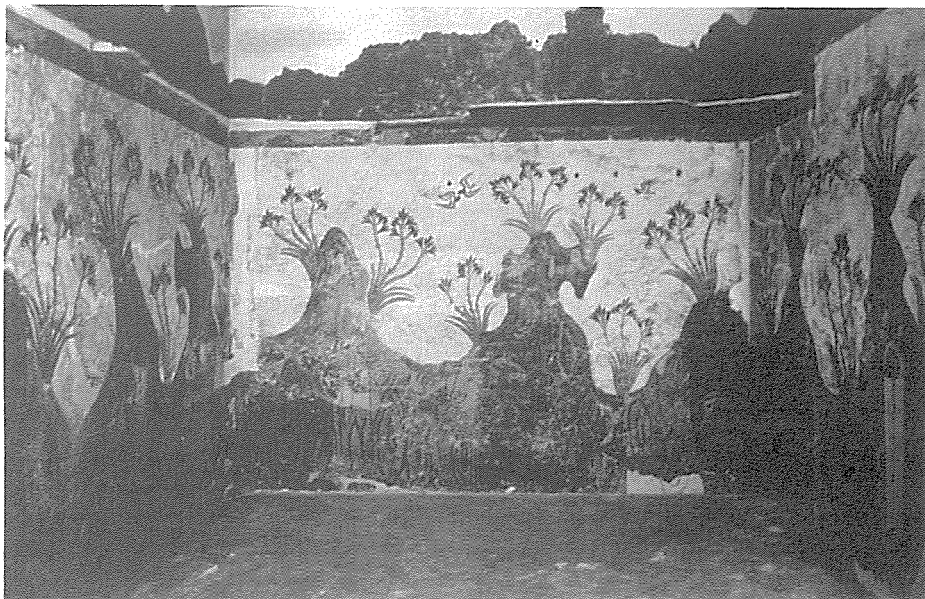


Fig. 3 — Pintura mural de Thera, Grécia, representando uma espécie de *Amaryllis*.

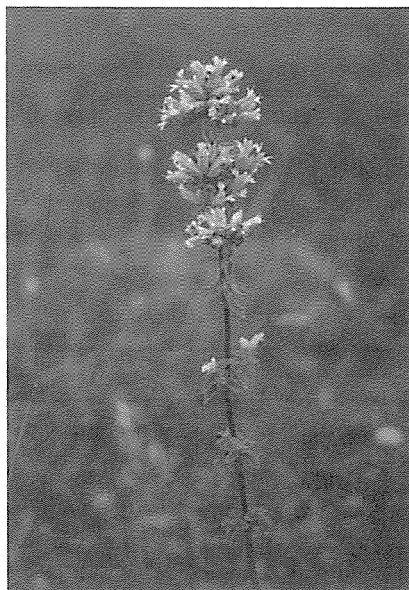


Fig. 4 — Fotografia dos orégãos, *Origanum virens* Hoffmanns & Link. Esta planta, com cheiro aromático e sabor amargo, tem sido usada, desde há milénios, para aromatizar os alimentos. Juntamente com as especiarias importadas do Oriente, os orégãos foram intensamente usados para condimentar todo o tipo de carnes e para temperar azeitonas, juntamente com outras plantas aromáticas. É, ainda, uma planta anti-séptica muito forte e, tomada na alimentação, pode conferir uma alta resistência à doença.



Fig. 5 — Madressilva - *Lonicera etrusca* L. - As suas propriedades medicinais eram já conhecidas na antiguidade, quer no Egipto quer na Grécia e Roma antigas, usando-se sobretudo a casca do caule. É possível que fizesse parte dos jardins romanos dada a sua beleza mesmo no estado selvagem.



Fig. 6 — Fotografia da arruda - *Ruta chalepensis* L. - Trata-se de uma planta com um cheiro fétido, muito desagradável; todavia era muito apreciada como condimento da comida. De facto, Apicius refere-se a ela numerosas vezes, fazendo parte de molhos para acompanhar peixe e marisco; aconselhava ainda o seu uso em saladas, para condimentar carne, etc. Os romanos reconheciam as suas propriedades medicinais, sendo contudo uma planta muito tóxica, e, por isso, abortiva.

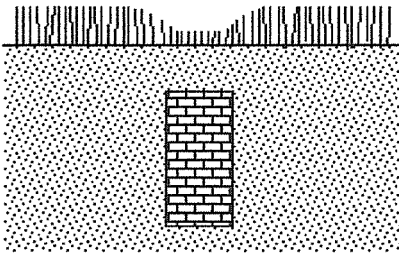


Fig. 7 — Fotografia da Gilbardeira - *Ruscus aculeatus* L. Esta é uma planta mediterrânica, que figurava nos jardins da época romana, não só como planta ornamental mas também pelas suas características medicinais.

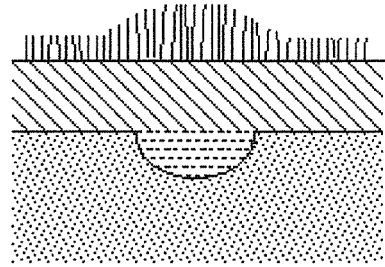


Fig. 8 — Fotografia do Gladiolo silvestre - *Gladiolus illyricus* Roch. Este é um dos poucos exemplos conhecidos de planta herbácea cultivada nos jardins com fins exclusivamente ornamentais.

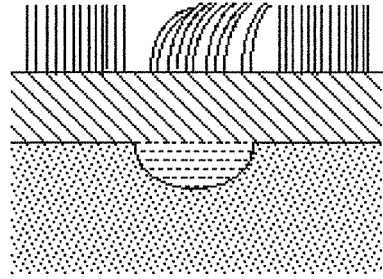
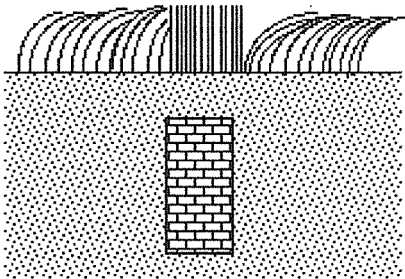
MURO



FOSSO

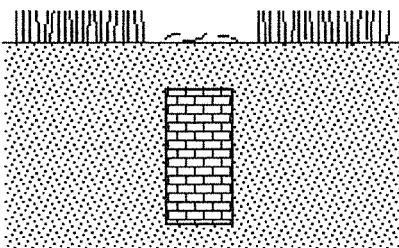


Primavera: após germinação

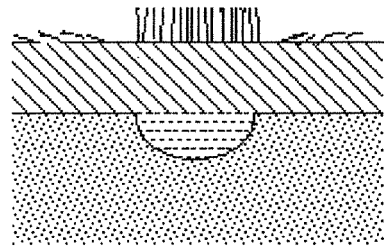


Efeito do vento

vive morte vive



morte vive morte



Situação de stress hídrico

Fig. 9 — Resposta da vegetação à presença de estruturas arqueológicas enterradas («crop marks») (de Caneva, G., De Marco, G., 1990, modificado).

Est. VI



Fig. 10 — Fotografia de ruínas (Casa dos Repuxos, Conímbriga). Estão presentes duas espécies bioindicadoras: *Parietaria officinalis* L. e *Adiantum capillus-veneris* L.. A primeira necessita de um meio onde exista muito azoto disponível e a segunda necessita de muita humidade. Ambas requerem sombra para sobreviverem. Assim, podemos perceber que neste local existe um microclima particularmente nitrogenado e húmido; tais condições favorecem o crescimento vegetal.



Fig. 11 — Fotografia do *Crataegus monogyna* Jacq. Esta planta é bioindicadora de cálcario. Ela pode ser observada a crescer sobre as ruínas, particularmente na zona da muralha mais degradada, e também no planalto. A sua presença em zonas particulares do planalto pode ser indicadora de estruturas arquitectónicas enterradas.



Fig. 12 — Fotografia da Sé velha, Coimbra, ilustrando a presença de deteriogenes, neste caso líquenes.



Fig. 13 — Aspecto da muralha de Conímbriga onde se pode observar a predominância de plantas superiores. São, portanto, estes organismos os principais agentes de biodeterioração.

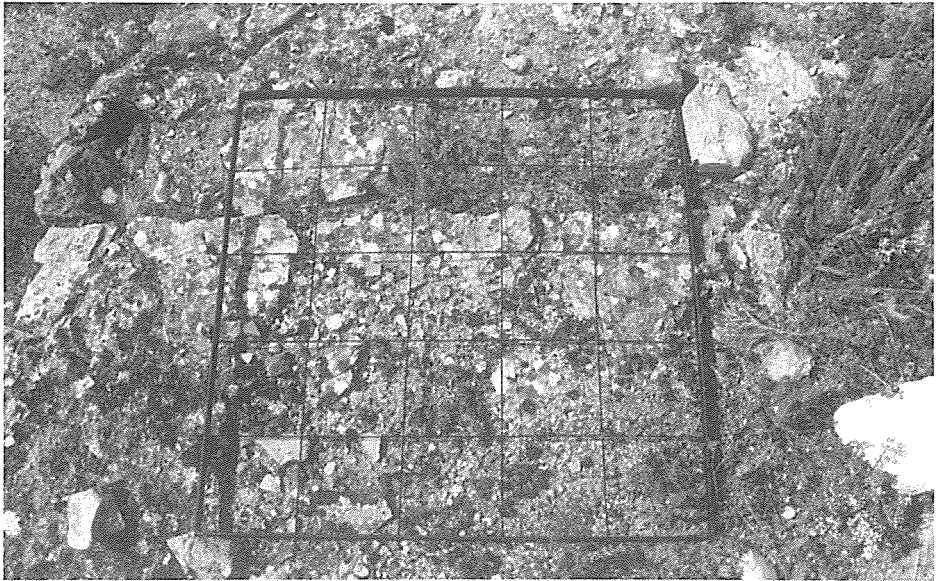


Fig. 14 — Pormenor das Termas públicas de Conímbriga com exposição ao sol permanente.



Fig. 15 — Pormenor das Termas públicas de Conímbriga, com exposição ao sol muito reduzida. Nestas duas fotografias (14 e 15) podemos observar o efeito da exposição ao sol sobre a vegetação, quando o substrato é semelhante. Na figura 14 observa-se um menor número de espécies, e de indivíduos, plantas de menor porte e com estado reprodutivo atrasado. As espécies mais frequentes nestas zonas menos favorecidas são espécies características, com uma capacidade excepcional de sobrevivência em condições adversas. Na figura 15, as espécies presentes estão bem desenvolvidas, observando-se também a presença de espécies não características dos muros.



Fig. 16 — Fotografia de um muro de Conímbriga. Numa fase inicial de invasão de construções por plantas superiores, observa-se a presença de plantas herbáceas específicas, como por exemplo a *Saxifraga granulata* L. A estas espécies chamamos espécies pioneiras, e são elas que preparam o substrato para a colonização por espécies mais exigentes.



Fig. 17 — Fotografia da muralha de Conímbriga. Numa fase mais avançada observa-se a presença de arbustos e árvores como sejam o *Ficus carica* L. e a *Pistacia lentiscus* L. São ambas plantas de grande porte, com largas exigências minerais, causando um dano muito grave no substrato, quer químico pela exudação das raízes, quer mecânico, pelo crescimento das suas raízes.

LA GEOARQUEOLOGÍA EN ESPAÑA HOY

por

Jesús F. Jordá Pardo

Resumen: En el presente trabajo se intenta plasmar el estado actual de las investigaciones que se llevan a cabo en España en temas relativos a la Geoarqueología. La realización en los últimos años de dos reuniones nacionales de Geoarqueología que totalizan cerca de un centenar de contribuciones, permite constatar el creciente interés que diferentes colectivos de investigadores (arqueólogos y prehistoriadores, geólogos, edafólogos, geógrafos, biólogos, químicos, físicos, etc) manifiestan por esos aspectos de la investigación arqueológica. Estos estudios geoarqueológicos raramente se olvidan en la actualidad a la hora de realizar cualquier análisis arqueológico riguroso. Un rápido repaso de la bibliografía reciente permite verificar este hecho.

Desde el punto de vista temático, los estudios realizados se pueden agrupar en dos grandes bloques:

- Procesos de formación y transformación del registro arqueológico.
- Paleogeografía y Arqueología del paisaje.
- Captación y transformación de los recursos geológicos.
- Conservación de yacimientos arqueológicos.
- Técnicas aplicadas a la investigación geoarqueológica.

Desde esta comunicación, se pretende llamar la atención sobre la conveniencia de introducir este tipo de estudios tanto en la práctica habitual de la investigación arqueológica, como en la actividad docente y formativa de los centros universitarios y de investigación del ámbito peninsular.

Palabras-clave: Geoarqueología. España. Análisis de actualidad.

1. INTRODUCCION

Dentro del contexto de las investigaciones sobre el registro arqueológico, la Geoarqueología es una disciplina que ha experimentado un notable desarrollo en los últimos años. En efecto, en la década de los setenta podemos destacar dentro de la literatura anglosajona los trabajos de Shackley (1975) y de Davidson y Shackley (1976) y en la década de los ochenta señalaremos la obra de Butzer (1982), traducida al castellano en 1989. Estos trabajos junto a otros muchos (Davidson, 1985; Dincauze, 1987; Hassan, 1985; Renfrew, 1976; Renfrew y Bahn, 1991; Schiffer, 1987; Stein, 1987, Wood y Johnson, 1978) sientan las

bases de la Geoarqueología, que queda constituida y sistematizada como el conjunto de metodologías utilizadas en el estudio e interpretación de las relaciones existentes entre el medio natural y el hombre, plasmadas en el registro arqueológico. La Geomorfología, la Sedimentología, la Paleoclimatología y la Paleogeografía serán algunas de las disciplinas donde la Geoarqueología, desde una perspectiva arqueológica, tomará sus fuentes de información y sus técnicas de investigación.

2. LA INVESTIGACION GEOARQUEOLOGICA EN ESPAÑA

El estudio del registro arqueológico desde un óptica geoarqueológica comienza a desarrollarse en España desde la década de los setenta, alcanzando en estos momentos un momento de auge y expansión, fruto del cual son las dos reuniones nacionales sobre Geoarqueología celebradas en los últimos años (Barcelona, 1990; Madrid, 1992), en las que se presentaron más de medio centenar de comunicaciones.

Dentro de la investigación geoarqueológica en España podemos señalar la existencia de varias líneas de investigación que cubren en su conjunto la práctica totalidad de los diferentes periodos y aspectos del registro arqueológico. Estas líneas de investigación son:

– Reconstrucción e interpretación paleoclimática y paleogeográfica del Pleistoceno y Holoceno a partir de estudios sedimentológicos y geomorfológicos llevados a cabo en registros arqueológicos kársticos.

– Reconstrucción e interpretación paleoclimática y paleogeográfica del Pleistoceno y Holoceno (especialmente este último) a partir de estudios geomorfológicos y sedimentológicos realizados en registros arqueológicos subaéreos (no kársticos).

– Análisis e interpretación de la evolución de los medios fuertemente antropizados y urbanos.

– Reconstrucción e interpretación de los procesos de transformación y destrucción del registro arqueológico, con una especial proyección hacia la prospección arqueológica superficial.

A continuación analizaremos brevemente cada una de estas líneas de investigación, señalando la bibliografía básica en cada uno de los temas abordados.

2.1. Geoarqueología y registro arqueológico kárstico

Las principales zonas geográficas en donde se han realizado estudios de

geoarqueológicos en registros arqueológicos kársticos, básicamente desde la óptica de la Sedimentología kárstica, se ciñen a las áreas calcáreas donde existe una mayor profusión de yacimientos, y si bien la amplitud y complejidad de los trabajos efectuados y de los resultados obtenidos son claramente diferentes en función del número de estudios realizados, se pueden considerar las siguientes regiones como zonas potenciales para el establecimiento de secuencias paleoclimáticas regionales en el contexto general de España (Hoyos y Jordá, 1989):

– Cantábrico: Es la zona tradicional de estudios paleoclimáticos, en donde existe una secuencia, que cubre fundamentalmente el Pleistoceno superior y los momentos iniciales del Holoceno, establecida por Hoyos a partir de numerosos estudios (Hoyos, 1972-73, 1979, 1980, 1981a, 1981b, 1984; Hoyos y Fumanal, 1985, Rasilla y Hoyos, 1988), con aportaciones de Laville y de otros autores (Laville, 1980, 1981, 1982, 1986; Laville y Hoyos, 1981; Hoyos y Laville, 1982; Fortea *et al.*, 1987, 1992; Adán y Jordá, 1992; Areso, 1984).

– Pirineo oriental: En esta zona los estudios sedimentológicos y paleoclimatológicos se han empezado a realizar recientemente, pudiendo destacar los llevados a cabo en el Pirineo catalán (Bergadá, 1991; Fullola y Bergadá, 1990; Jordá *et al.*, *in lit.*; Mora *et al.*, *in lit.*; Maroto, 1985-86), que comprenden el Pleistoceno superior y el inicio del Holoceno.

– Mediterráneo oriental: La problemática de los depósitos de las zonas externas del karst ha sido abordada más recientemente por Fumanal en numerosos trabajos (Fumanal, 1979, 1982, 1983, 1986; Fumanal y Calvo, 1981; Fumanal y Dupré, 1983, 1987; Fumanal y Garay, 1984), la cual ha obtenido una secuencia que cubre prácticamente desde el final del Pleistoceno medio hasta el Holoceno incluido (Fumanal, 1986).

– Mediterráneo meridional: Hasta el momento se han obtenido secuencias locales, como en la Cueva de Nerja (Málaga) (Jordá, 1986; Jordá *et al.*, 1990; Jordá Cerdá *et al.*, 1991; Jordá, 1992) y en La Cueva de Ambrosio (Almería) (Jordá y Carral, 1988) que cubren parte del Pleistoceno superior y del Holoceno, e incluso el final del Pleistoceno medio y el Pleistoceno superior, como en la Cueva de La Carihuella (Granada) (Vega *et al.*, 1988).

– Meseta: En la actualidad se está realizando el estudio sedimentológico y paleoclimático de los diferentes cortes existentes en la trinchera de la Sierra de Atapuerca (Burgos), que cubren la parte más alta del Pleistoceno inferior, el Pleistoceno medio y parte del superior, si bien existe un avance estratigráfico publicado (Gil *et al.*, 1987). También se están llevando a cabo este tipo de estudios en los yacimientos del Pleistoceno superior y Holoceno del Alto Valle del Jarama (Guadalajara) (Jordá, 1988; Jordá, *in lit.*) y en la Cueva de Valdegoba (Burgos) (Díez *et al.*, 1988, 1988-89), situados en un contexto pleistoceno superior y holoceno. Otros puntos de interés en la zona del Sistema Central son el

yacimiento de Pinilla del Valle (Madrid) del Pleistoceno medio (Alfárez *et al.*, 1982; Maldonado, 1991) y la Cueva del Buho (Segovia) del Pleistoceno superior (Iñigo, 1991).

Desde el punto de vista de la cronología, como hemos esbozado en los párrafos anteriores, los conocimientos que se tienen sobre la paleoclimatología de los yacimientos kársticos del Pleistoceno inferior español son muy escasos, existiendo información de tipo puntual y aislada que no permite establecer secuencias regionales. En este contexto son de gran interés los trabajos que actualmente se realizan en los yacimientos de Atapuerca, donde las secuencias sedimentarias se inician en el Pleistoceno inferior alto, abarcando el Pleistoceno medio hasta la base del superior (Aguirre *et al.*, 1987). El Pleistoceno medio está prácticamente cubierto con la secuencia kárstica de Atapuerca, a la que hay que unir los niveles inferiores de la Cueva del Castillo y de la Cueva de la Carigüela.

Pero es el Pleistoceno superior el periodo cronológico del que se tienen mayor número de datos paleoclimáticos que permiten el establecimiento de secuencias regionales. Como veíamos anteriormente, el Cantábrico y el Mediterráneo oriental constituyen los núcleos en donde se han podido establecer secuencias regionales, mientras que en el Mediterráneo meridional, las secuencias son hasta el momento locales, al igual que en el Pirineo oriental y en la Meseta. En los dos primeros casos se han podido diferenciar claramente una serie de fases climáticas a partir del estudio de más de una veintena de yacimientos en la Cornisa Cantábrica y de una decena en la zona mediterránea oriental. No obstante uno de los problemas que quedan pendientes es la correlación entre sí de dichas secuencias, teniendo en cuenta los condicionamientos geográficos existentes y la limitación de las mismas impuesta por las propias excavaciones arqueológicas. También supone un problema el desfase sistemático entre las secuencias polínicas y sedimentológicas (Hoyos, 1981 b), en parte debido a una respuesta más rápida del medio físico a los cambios climáticos, frente a la de la cobertera vegetal.

En cuanto al Holoceno, se han obtenido secuencias paleoclimáticas kársticas regionales en el Mediterráneo oriental (Fumanal, 1986), y locales en la zona mediterránea meridional (Jordá, 1986; Jordá *et al.*, 1990) y en el Pirineo catalán (Mora *et al.*, *in lit.*) llevándose a cabo actualmente numerosos estudios que comprenden determinados momentos del Holoceno en diferentes puntos de la geografía española.

2.2. Geoarqueología y registro arqueológico subaéreo (no kárstico)

En los últimos años, las investigaciones geoarqueológicas a partir de registros arqueológicos subaéreos (no kársticos) han proliferado enormemente en España, de tal forma que resulta difícil intentar reseñar en el espacio de que disponemos todos los trabajos publicados sobre estos temas. No obstante, se observan algunos núcleos geográficos en torno a los cuales se centran los estudios geoarqueológicos, por lo que es a ellos a los que nos referiremos en las líneas que siguen.

Los estudios geoarqueológicos de yacimientos no kársticos desde una perspectiva geomorfológica tienen su punto de partida en los trabajos llevados a cabo en Aragón por Burillo, Gutiérrez y Peña, que se continúan desarrollando en la actualidad con gran intensidad (Burillo, Gutiérrez y Peña, 1981a, 1981b, 1983, 1985, 1986; Burillo *et al.*, 1984, 1986; Burillo y Peña, 1984a, 1984b; Burillo, Peña y Picazo, 1985; Gutiérrez y Peña, 1989, 1992; Peña, 1984, 1988, 1990; Peña y González, 1990; Peña y Rodames, 1990, Peña *et al.*, 1986, 1988, 1991; Collado *et al.*, 1993). En estos trabajos, los autores estudian fundamentalmente la incidencia de los procesos geomorfológicos en los yacimientos arqueológicos del Holoceno, pudiendo destacar el estudio de las vertientes del cerro del Castillo de Alfambra (Teruel) (Burillo, Gutiérrez y Peña, 1981a, 1981b), de las acumulaciones holocenas de Mediana de Aragón (Zaragoza) (Burillo, Gutiérrez y Peña, 1986) y de los cambios en la dinámica geomorfológica de los ríos Segre y Cinca (Peña y González, 1990; Peña y Rodames, 1990). Una síntesis de estos trabajos se puede consultar en Gutiérrez y Peña (1989 y 1992).

En el litoral mediterráneo son abundantes los trabajos de investigación geoarqueológica, especialmente los que tratan el registro arqueológico del Holoceno. Así, el litoral valenciano ha sido estudiado con una perspectiva geoarqueológica por miembros del Departamento de Geografía de la Universidad de Valencia (Carmona, 1990 a,b; Carmona y Fumanal, 1984 a,b; Roselló, 1975, 1981, 1985; Mateu, 1983, 1992; Mateu *et al.*, 1985; Viñals, 1991, 1992). En el litoral mediterráneo andaluz se han realizado numerosos estudios desde una óptica sedimentológica y geomorfológica encaminados a la identificación de las antiguas líneas de costa holocenas en las desembocaduras de los principales ríos, estudios que han sido llevados a cabo por geólogos de la Universidad de Bremen (Alemania) en estrecha colaboración con los arqueólogos del Instituto Arqueológico Alemán (Arteaga *et al.*, 1987, 1988 a,b; Dahmke, 1988; Hoffman, 1988; Hoffman y Schulz, 1987; Schubart *et al.*, 1990; Schulz, 1983; Schulz *et al.*, 1988). También en la costa de Málaga cabe señalar el trabajo de Díaz del Olmo y Borja (1988).

El litoral atlántico meridional y la cuenca del Guadalquivir han sido estudiados intensamente desde la óptica de la Geoarqueología por investigadores de la

Universidad de Sevilla, destacando los trabajos relativos a la evolución paleogeográfica holocena del bajo Guadalquivir y de las costas de Cádiz y Huelva (Borja, 1989 a,b; 1992; Borja *et al.* 1991; Borja y Díaz del Olmo, 1987, 1989, 1992; Díaz del Olmo y Borja, 1988; 1991; Díaz del Olmo *et al.*, 1989, 1992, 1993).

En Galicia, los trabajos geoarqueológicos se llevan a cabo desde diferentes centros de investigación con una perspectiva edafológica y paleobotánica, dando lugar a estudios sobre arqueología del paisaje en los que se muestra la evolución del mismo desde las últimas etapas del Pleistoceno superior y durante todo el Holoceno (Aira, 1985; Aira y Vázquez, 1985; Aira *et al.*, 1988; Criado, 1988; Criado *et al.*, 1991; Ramil, 1991; Saá, 1985; Saá y Diez, 1983).

Todos estos trabajos citados líneas arriba son una pequeña muestra del estado actual de las investigaciones geoarqueológicas a partir de registros arqueológicos no kársticos. La mayoría de los trabajos citados abordan la reconstrucción paleogeográfica y paleoambiental de áreas concretas durante el Holoceno, si bien algunos estudios descienden en la cronología cubriendo la parte alta del Pleistoceno superior.

2.3. Geoarqueología y registros arqueológicos en medios fuertemente antropizados y urbanos

Los trabajos geoarqueológicos en medios fuertemente antropizados y urbanos presentan un gran interés a la hora de las interpretaciones y reconstrucciones paleogeográficas y paleoambientales dado que permiten el aislamiento de procesos de naturaleza mixta (procesos naturales y culturales), que en muchos casos han sido los responsables de la configuración de los paisajes urbanos actuales. Este tipo de estudios se englobaría en lo que Borja (1992) denomina Geoarqueología urbana.

Algunos estudios de Geoarqueología urbana son los llevados a cabo en la ciudad de Valencia (Carmona, 1990 a,b; Carmona *et al.*, 1985, 1990, 1991), en el conjunto urbano de Niebla (Borja, 1992), o los llevados a cabo por nosotros en los cascos antiguos de las ciudades de Benavente y Zamora (Jordá, 1989).

2.4. Geoarqueología, registros arqueológicos afectados por procesos de transformación y destrucción y prospección arqueológica

La aplicación de la Geoarqueología al estudio de los registros arqueológicos afectados por procesos de transformación y destrucción ha cobrado una especial

relevancia en los últimos años, a partir de los trabajos de Burillo, Gutiérrez y Peña (1983) y de Ruiz Zapatero y Burillo (1988). En estos trabajos se postula la necesidad de realizar trabajos de índole geoarqueológica a la hora de llevar a cabo prospecciones arqueológicas superficiales, dado que la interpretación subsiguiente de los datos de superficie puede ser errónea de no confrontarse con la interpretación geoarqueológica del paisaje en el que se localizan los diferentes restos arqueológicos. La utilización de conceptos geoarqueológicos tales como los de visibilidad del medio y perceptibilidad del asentamiento (Ruiz y Burillo, 1988) resultan imprescindibles a la hora de diseñar una prospección arqueológica sistemática.

Como ejemplo significativo de trabajos sobre transformación y destrucción del registro y su relación con la prospección superficial, podemos citar los ya mencionados en el epígrafe 2.2 relativos a Aragón, o los que sobre procesos postdeposicionales han sido recientemente publicados en el tomo 16-17 de la serie *Arqueología Espacial* (Burillo, ed., 1993).

3. PERSPECTIVAS

A la vista de lo anteriormente expuesto, observamos que en la actualidad, la Geoarqueología ha adquirido en España un elevado protagonismo en el contexto de la investigación arqueológica. No obstante, podemos señalar la existencia de una polarización bastante marcada hacia dos grandes tendencias investigadoras:

– Por un lado, destaca la profusión de trabajos relacionados con la interpretación y reconstrucción paleoclimática y paleogeográfica del Pleistoceno y Holoceno a partir de registros arqueológicos kársticos, que, básicamente, son el resultado de estudios sedimentológicos y geomorfológicos.

– Por otro cabe resaltar el avance que en los últimos años ha experimentado la reconstrucción de los paisajes holocenos, incluidas las épocas históricas, dentro de lo que se denomina Arqueología del Paisaje. En esta línea englobaríamos tanto la Geoarqueología urbana como la Geoarqueología aplicada a la prospección geoarqueológica, en donde se están realizando numerosas aportaciones de carácter metodológico.

El avance progresivo en estas líneas de investigación y la apertura de nuevos campos para la interpretación geoarqueológica, permitirán que la Geoarqueología se consolide en España como una disciplina básica dentro de las investigaciones que se llevan a cabo sobre el registro arqueológico.

REFERENCIAS

- ADÁN ALVAREZ, G. Y JORDÁ PARDO, J.F. (1992): La secuencia estratigráfica de la Cueva del Angel (Tuñón, Santo Adriano) y el material arqueológico asociado. *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 1987-1990*, 2, pp. 255-257.
- AGUIRRE, E., GIL, E., MORALES, J., SESÉ, C. y SOTO, E. (1987): Situación biostratigráfica de los yacimientos de Atapuerca e Ibeas. En Aguirre, E., Carbonell, E. y Bermúdez de Castro, J.M. (eds.), *El hombre fósil de Ibeas y el Pleistoceno de la Sierra de Atapuerca, I*. Junta de Castilla y León, pp. 189-191.
- AIRA RODRÍGUEZ, M.J. (1985): Análisis puntual de la mámoa I de As Rozas (Campolameiro). *Pontevedra Arqueológica I*, pp. 65.
- AIRA, M.J, SAÁ, P. y TABOADA, M.T. (1988): *Estudios Paleobotánicos y Edafológicos en Yacimientos Arqueológicos de Galicia*. *Arqueoloxía / Investigación*, 4, Xunta de Galicia, pp. 134.
- AIRA RODRÍGUEZ, M.J. y VÁZQUEZ VARELA, J.M. (1985): Nuevos datos palinológicos sobre la agricultura prehistórica en Galicia (España). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (2-4) XXV, pp. 241-252.
- ALFÉREZ, F., MOLERO, G., MALDONADO, E., BUSTOS, V., BREA, P. y BUITRAGO, A.M. (1982): Descubrimiento del primer yacimiento cuaternario (Riss-Würm) de vertebrados con restos humanos en la provincia de Madrid (Pinilla del Valle). *COL-PA*, 37, pp. 15-32.
- ARESO, P. (1984): Sedimentología de los niveles VII a II. En Altuna, J. y Merino, J.M. (eds.), *El yacimiento prehistórico de la Cueva de Ekain (Deba, Guipúzcoa)*. Eusko Iraskuntza, Sociedad de Estudios Vascos, pp. 47-60.
- ARTEAGA, O., BAHNEMANN, R., BRIESE, C., DAHMKE, A., HOFFMANN, G., JORDT, K.P., KEESMANN, I., MAAS-LINDEMANN, G., NIEMEYER, H.G., RABEL, W., SCHADE, J., SCHUBART, H. Y SCHULZ, H.D., STÜMPPEL, H. Y WEBER (1988): *Forschungen zur Archäologie und Geologie im Raum von Torre del Mar 1983/84*, *Madridrer Beiträge*, 14, Deutsches Archäologisches Institut, Madrid, 197 pp, 27 láms, 3 encartes.
- ARTEAGA, O., HOFFMANN, G., SCHUBART, H. y SCHULZ, H. D. (1987): Investigaciones geológicas y arqueológicas sobre cambios de la línea costera en el litoral de la Andalucía mediterránea. Informe preliminar (1985). *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 1985, II. Actividades Sistemáticas, pp. 117-122.
- ARTEAGA, O., HOFFMANN, G., SCHUBART, H. y SCHULZ, H. D. (1988): Geologisch-archäologische Forschungen zum Verlauf der andalusischen Mittelmeerküste. *Madridrer Beiträge*, 14, pp. 107-126.
- BERGADÁ, M.M. (1991): Aproximació a l'estudi sedimentològic i paleoclimàtic d'un assentament prehistòric: la cova del Parco (Alòs de Balaguer, La Noguera). *Cypsela*, IX, pp. 33-48.
- BORJA BARRERA, F. (1989 a): Llanuras aluviales y terrazas holocenas del SW de Andalucía: medios naturales y secuencias crono-sedimentarias. En F. Díaz y J. Rodríguez (eds.), *El Cuaternario en Andalucía Occidental*, *AEQUA-Monografías*, 1, pp. 155-170.
- BORJA BARRERA, F. (1989 b): Paleoensuada y llanura del Guadalete (Castillo de Doña Blanca, Cádiz). *Jornadas de Geografía Física (Bahía de Cádiz, Guadalete, Grazalema)*, pp. 25-36.
- BORJA BARRERA, F. (1992): *Cuaternario Reciente, Holoceno y Períodos Históricos*

- del SW de Andalucía. Paleogeografía de medios litorales y fluvio-litorales de los últimos 30000 años.* Tesis Doctoral. Universidad de Sevilla, 520 pp.
- BORJA, F., CAMPOS, J.M. Y POZO, F. (1991): Morfogénesis reciente en el paleoacantilado holoceno y estero de Palos de la Frontera (Huelva). Interpretación geoarqueológica. *VIII Reunión Nacional Sobre Cuaternario, Resúmenes de las Comunicaciones.* AEQUA, Valencia
- BORJA BARRERA, F. Y DÍAZ DEL OLMO, F. (1987): Complejos Húmedos de El Abalarío (entorno de Doñana, Huelva). *OXYURA*, IV (1), pp. 27-44.
- BORJA BARRERA y DÍAZ DEL OLMO, F. (1992): Historical alluviation and navigability in the Fontanilla mud flats. Columbus' port of Palos de la Frontera (Huelva, Spain). En J.L. Suárez (ed.), *The ocean change. Management patterns and environment.* I.G.U.- C.M.G. Huelva, pp. 39-44.
- BORJA, F., CAMPOS, J.M. y POZO, F. (1991): Morfogénesis reciente en el paleoacantilado holoceno y estero de Palos de la Frontera (Huelva). Interpretación geoarqueológica. *VIII Reunión Nacional sobre Cuaternario. Resúmenes de las Comunicaciones.*
- BURILLO, F. (ed.) (1993): *Procesos Postdeposicionales. Arqueología Espacial*, 16-17, 406 pp.
- BURILLO, F. GUTIÉRREZ, M. y PEÑA, J.L. (1981): Las vertientes del cerro del castillo de Alfambra (Teruel). *Actas Reunión Nacional del G.E.T.C.*, pp. 231-244.
- BURILLO, F. GUTIÉRREZ, M. y PEÑA, J.L. (1981): El cerro del castillo de Alfambra (Teruel). Estudio interdisciplinar de Geomorfología y Arqueología. *Kalathos*, 1, pp. 7-63.
- BURILLO, F., GUTIÉRREZ, M. y PEÑA, J.L. (1983): La Geoarqueología como ciencia auxiliar. Aplicación a la Cordillera Ibérica turolense. *Revista de Arqueología*, 26, pp. 6-13.
- BURILLO, F. GUTIÉRREZ, M. y PEÑA, J.L. (1985): Datación arqueológica de deformaciones tectónicas en vertientes holocenas de Sierra Palomera (Cordillera Ibérica centro-oriental). *Actas de la 1ª Reunión de Cuaternario Ibérico*, pp. 255-266.
- BURILLO, F. GUTIÉRREZ, M. y PEÑA, J.L. (1986): Las acumulaciones holocenas y su datación arqueológica en Mediana de Aragón (Zaragoza). *Cuadernos de Investigación Geográfica*, 11, pp. 193-207.
- BURILLO, F. GUTIÉRREZ, M., PEÑA, J.L. y SANCHO, C. (1986): Geomorphological proceses as indicators of climatic changes during the Holocene in the North East Spain. En F. López Vera (ed.), *Quaternary Climate in Western Mediterranean.* Universidad Autónoma de Madrid, pp. 31-44.
- BURILLO, F., JUSTE, N., PEÑA, J.L., PERALES, P., PORRO, J., PICAZO, J., RUIZ, E. y SANCHO, A. (1984): Un estudio sincrónico y diacrónico del poblamiento y el territorio. El proyecto interdisciplinar de Mora de Rubielos (Teruel). *Arqueología Espacial*, 1, pp. 187-205.
- BURILLO, F. y PEÑA, J.L. (1984): Modificaciones por factores geomorfológicos en el tamaño y ubicación de los asentamientos primitivos. *Arqueología Espacial*, 1, Teruel, pp. 91-105.
- BURILLO, F. y PEÑA, J.L. (1984): Clima, Geomorfología y ocupación humana. Introducción a un planteamiento metodológico. *Jornadas de Metodología de Investigación Prehistórica*, Ministerio de Cultura, Madrid, pp. 91-102.
- BURILLO, F., PEÑA, J.L. y PICAZO, J. (1985): Acción de arroyamiento en yacimientos de conjuntos líticos y modelos de reconstrucción. Aplicación en Mora de Rubielos

- (Teruel). *XVII Congreso Nacional de Arqueología*, (Logroño, 1983), pp. 81-88.
- BUTZER, K.W. (1989): *Arqueología - una ecología del hombre: Método y teoría para un enfoque contextual*. Ediciones Bellaterra, Barcelona (1ª edición Cambridge University Press, 1982).
- CARMONA GONZÁLEZ, P. (1990 a): *La formació de la plana alluvial de València. Geomorfologia, hidrologia i geoarqueologia de l'espai litoral del Túria*. Ed. Alfons el Magnànim. I.V.E.I. Valencia, 175 pp.
- CARMONA GONZÁLEZ, P. (1990 b): Fluctuaciones recientes de la línea de costa en el área de Valencia. *Actas de la 1ª Reunión Nacional de Geomorfología*, 1. pp. 319-328.
- CARMONA, P., CELMA, X., DUPRE, M., PROSZYNSKA-BORDAS, H. y BELLUOMINI, G. (1991): El registro sedimentario Pleistoceno y Holoceno de la llanura costera de Valencia. *VIII Reunión Nacional sobre el Cuaternario. Resúmenes de las Comunicaciones*.
- CARMONA, P., DUPRÉ, M. Y SOLÉ, A. (1990): Reconstrucción paleoambiental del Holoceno en el registro sedimentario de la ciudad de Valencia. *Cuaternario y Geomorfología*, 4. pp. 83-91.
- CARMONA, P., RIBERA, A. y LERMA, V. (1985): Geoarqueología en la ciudad de Valencia. *XVII Congreso Nacional de Arqueología*, Logroño, 1983, pp. 859-873.
- CARMONA GONZÁLEZ, P. y FUMANAL GARCÍA, M.P. (1984 a): Notas sedimentológicas sobre el poblado de Benivaire. *Cuadernos de Geografía*, 35, pp. 153-162.
- CARMONA GONZÁLEZ, P. y FUMANAL GARCÍA, M.P. (1984 b): Estudio sedimentológico de los depósitos de inundación en la ribera del Xuquer (Valencia) en octubre, 1982. *Cuadernos de Investigación Geográfica*, XI (1-2), pp. 65-74.
- CRiado BOADO, F. (1988): Arqueología del Paisaje y Espacio Megalítico en Galicia. *Arqueología Espacial*, 12, pp. 117.
- CRiado BOADO, F., BONILLA RODRÍGUEZ, A., CERQUEIRO LANDÍN, D., DÍAZ VÁZQUEZ, M., GONZÁLEZ MÉNDEZ, M., INFANTE ROURA, F., MÉNDEZ FERNÁNDEZ, F., PENEDO ROMERO, R. y RODRÍGUEZ PUENTES, E. (1991): *La Arqueología del Paisaje: el área Bocelo-Furelos entre los tiempos paleolíticos y medievales*. *Arqueología Investigación*, 6, Santiago.
- DAHMKKE, A. (1988): Die Rekonstruktion holozäner Küstenlinien im Mündungsbereich des Río Algarrobo. *Madrider Beiträge*, 14, pp. 39-43.
- DAVIDSON, D.A. (1985): Geomorphology and Archaeology. En Rapp, G. y Gifford, J.A. (eds.), *Archaeological Geology*, Londres, pp. 85-102.
- DAVIDSON, D.A. y SHACKLEY, M.L. (1976): *Geo-archaeology. Earth Science and the Past*. Duckworth, Londres.
- DÍAZ DEL OLMO, F., BAENA, R., RUIZ, B. y ALVAREZ, G. (1992): La sequence tardiglaciaire-holocene du travertin de Priego de Córdoba (Cordillère Bétique, Espagne). En J.N. Salomon et R. Maire (eds.), *Karsts et évolutions climatiques*, P.U.B., Bordeaux, pp. 177-190.
- DÍAZ DEL OLMO, F. y BORJA BARRERA, F. (1988): Geoarqueología en la costa mediterránea: La Plaza de la Marina (Málaga). *R.E.A.*, 11, pp. 137-154.
- DÍAZ DEL OLMO, F., BORJA BARRERA, F. y MENANTEAU, L. (1989): La Cartuja en la llanura aluvial del Guadalquivir. *Historia de la Cartuja de Sevilla*, Ed. Turner, Madrid, pp. 12-29.
- DÍAZ DEL OLMO, F. y BORJA BARRERA, F. (1991): Aluvionamientos recientes en Andalucía Occidental (Guadalquivir-Tinto, España). *Physio-Géo*, 22-23,

pp. 29-54.

- DÍAZ DEL OLMO, F., VALLESPÍ, E. y BAENA ESCUDERO, R. (1993): Formaciones Cuaternarias y Secuencia Paleolítica en el Bajo Guadalquivir. *Investigaciones Arqueológicas en Andalucía. 1985 - 1982. Proyectos*, Junta de Andalucía, pp. 193-210.
- DÍEZ FERNÁNDEZ-LOMANA, C., JORDÁ PARDO, J.F. y SÁNCHEZ, B. (1988): La Cueva de Valdegoba (Burgos): estratigrafía, industria lítica y fauna. *II Congreso Geológico de España. Comunicaciones*, I, pp. 379-382.
- DÍEZ, C., GARCÍA, M.A., GIL, E., JORDÁ PARDO, J.F., ORTEGA, A.I., SÁNCHEZ, A. y SÁNCHEZ, B. (1988-89): La Cueva de Valdegoba (Burgos). Primera campaña de excavaciones. *Zephyrus*, XLI-XLII, pp. 55-74.
- DINCAUZE, D.F. (1987): Strategies for Paleoenvironmental Reconstruction in Archaeology. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 11, pp. 255-336.
- FORTEA, J., CORCHÓN, M.S., GONZÁLEZ MORALES, A., RODRÍGUEZ ASENSIO, A., HOYOS, M., LAVILLE, H. y FERNÁNDEZ TRESGUERRES, J. (1987): Trabajos recientes en los valles del Nalón y del Sella. *Pre-Actes del Colloque International d'Art Mobilier Paleolithique* (Foix - Le Mas d'Azil). Ministère de la Culture et de la Communication, pp. 191-235.
- FORTEA PÉREZ, J., RASILLA VIVES, M. DE LA y RODRÍGUEZ OTERO, V. (1992): La Cueva de Llonín (Llonín, Peñamellera Alta). Campañas de 1987 a 1990. *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 1987-1990*, 2, pp. 9-18.
- FULLOLA, J.M. y BERGADÁ, M.M. (1990): Estudi d'una estructura de combustió i revisió dels nivells paleolítics de la cova del Parco (Alòs de Balaguer, La Noguera, Lleida). *A.P.L.*, XX, pp. 109-133.
- FUMANAL, M.P. (1979): Estudio sedimentológico de la Cueva de la Cocina. Dos Aguas, Valencia. *Cuadernos de Geografía*, 24, pp. 79-98.
- FUMANAL, M.P. (1982): La cova de Les Calaveres. Estudio sedimentológico. *Trabajos Varios del S.I.P.*, 75, pp. 49-76.
- FUMANAL, M.P. (1983): Informe preliminar sobre el estudio sedimentológico de la Cova de l'Or, Sector K. *Noticario Arqueológico Hispánico*, nº 16.
- FUMANAL, M.P. (1986): *Sedimentología y clima en el País Valenciano. Las cuevas habitadas en el Cuaternario reciente. Trabajos Varios del S.I.P.*, 83, 208 pp.
- FUMANAL, M.P. y CALVO, A. (1981): Estudio de la tasa de retroceso de una vertiente mediterránea en los últimos 5.000 años. *Cuadernos de Geografía*, 29, pp. 135-150.
- FUMANAL, M.P. y DUPRÉ, M. (1983): Schéma paléoclimatique et chrono-stratigraphique d'une séquence du Paléolithique Supérieur de la région de Valence (Espagne). *Bulletin de l'Association Française pour l'Etude du Quaternaire*, 13, pp. 39-46.
- FUMANAL, M.P. y DUPRÉ, M. (1987): Epipaleolítico y neolitización en la zona oriental de la Península Ibérica. 1. El ambiente físico y biológico. *Prémieres communautés paysannes en Méditerranée occidentale. Actes du Colloque International du C.N.R.S. Montpellier, 1983*, pp. 581-585.
- FUMANAL, M.P. y GARAY, P. (1984): Génesis y evolución de las formas parakársticas de Vallada a partir del estudio sedimentológico de sus rellenos. *Cuadernos de Geografía*, 34, pp. 31-56.
- GIL, E., AGUIRRE, E. y HOYOS, M. (1987): Contexto estratigráfico. En Aguirre, E., Carbonell, E. y Bermudez de Castro, J.M. (eds.), *El hombre fósil de Ibeas y el Pleistoceno de la Sierra de Atapuerca, I*. Junta de Castilla y León, pp. 45-54.
- GUTIÉRREZ ELORZA, M. y PEÑA, J.L. (1989): Upper holocene climatic change and

- geomorphological processes on slopes and infilled valleys from archaeological dating (NE Spain). En A.C. Imeson y B.S. de Groot (eds.), *Landscape ecological impact of climatic change on the Mediterranean Region (incl. N. Africa) with emphasis on Spain*, Wageningen.
- GUTIÉRREZ ELORZA, M. y PEÑA MONNE, J.L. (1992). Evolución climática y geomorfológica del Holoceno superior (Cordillera Ibérica, Depresión del Ebro y Prepirineo). En Cearreta, A. y Ugarte, F.M. (eds.), *The late Quaternary in the Western Pyrenean region*. Universidad del País Vasco, Bilbao, pp. 109-124.
- HASSAN, F.A. (1985): Paleoenvironments and Contemporary Archaeology: A Geoarchaeological Approach. En Rapp, G. y Gifford, J.A. (eds.), *Archaeological Geology*, Londres, pp. 85-102.
- HOFFMANN, G. (1988): *Holozänstratigraphie und Küstenlinien - verlagerung an der andalusischen Mittelmeerküste, BERICHTE aus dem Fachbereich Geowissenschaften der Universität Bremen*, 2, 173 pp, 47 figs., 3 láms.
- HOFFMANN, G. y SCHULZ, H.D. (1987): Holocene stratigraphy and changing coastlines at the mediterranean coast of Andalucía (SE Spain). *Trabajos sobre Neógeno-Cuaternario*, 10, pp. 153-159, Madrid.
- HOYOS GÓMEZ, M. (1972-73): Brecha y corteza estagmítica de la Cueva de Sofoxó. *Zephyrus*, XXXIII-XXIV, pp. 40-42.
- HOYOS GÓMEZ, M. (1979): *El karst de Asturias en el Pleistoceno superior y Holoceno*. Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid.
- HOYOS GÓMEZ, M. (1980): *Estudio geológico y sedimentológico de la Cueva de la Paloma (Soto de las Regueras, Asturias)*. *Excavaciones Arqueológicas en España*, 116, Ministerio de Cultura, pp. 23-63.
- HOYOS GÓMEZ, M. (1981a): Estudio geológico y sedimentológico de la Cueva de Las Caldas. En Corchón, M.S., *Cueva de Las Caldas, San Juan de Priorio (Oviedo)*, *Excavaciones Arqueológicas en España*, 115, Ministerio de Cultura, pp. 10-55.
- HOYOS GÓMEZ, M. (1981b): La cronología paleoclimática del Würm reciente en Asturias. Diferencias entre los resultados sedimentológicos y palinológicos. *Programa Internacional de Correlación Geológica, Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Madrid*, pp. 63-75.
- HOYOS GÓMEZ, M. (1984): Contribución de la sedimentología a la reconstrucción paleoclimática del Pleistoceno. *V Reunión de Paleolitistas Españoles*, Peñíscola, mayo 1984, Diputación Provincial de Castellón, 21 pp.
- HOYOS GÓMEZ, M. y FUMANAL, M.P. (1985): La Cueva de Erralla. Estudio sedimentológico. *Munibe*, 37, pp. 29-43.
- HOYOS GÓMEZ, M. y JORDÁ PARDO, J.F. (1989): Los depósitos arqueológicos y paleontológicos asociados a los depósitos kársticos cuaternarios en España. En J.J. Durán y J. López-Martínez (eds.), *El Karst en España. Monografía 4, S.E.G.*, pp. 381-390.
- HOYOS, M. y LAVILLE, H. (1982): Nuevas aportaciones sobre la estratigrafía y sedimentología de los depósitos del Paleolítico superior de la Cueva de El Pendo (Santander): sus implicaciones. *Zephyrus*, XXXIV-XXXV, pp. 285-293.
- IÑIGO VEGA, C. (1991): Estudio de un yacimiento cuaternario próximo a Segovia. *Cuadernos de I.N.I.C.E. Arqueología y Paleontología*, 38, pp. 23-36.
- JORDÁ CERDÁ, F., AURA, J.E., JORDÁ PARDO, J.F., PÉREZ RIPOLL, M., BADAL, E. y RODRIGO, M.J. (1991): Paleambiente y secuencia cultural de la Cueva de Nerja (Málaga): La Sala del Vestíbulo. *VIII Reunión Nacional sobre Cuaternario*.

Resúmenes de las Comunicaciones, sin paginar.

- JORDÁ PARDO, J.F. (1986): Estratigrafía y sedimentología de la Cueva de Nerja (Salas de la Mina y del Vestíbulo). En Jordá Pardo, J.F. (ed.), *La Prehistoria de la Cueva de Nerja (Málaga)*, *Trabajos sobre la Cueva de Nerja*, 1, pp. 39-97.
- JORDÁ PARDO, J.F. (1988): Investigaciones prehistóricas en el Alto Valle del Jarama (Valdesotos, Guadalajara). *I Congreso de Historia de Castilla-La Mancha*, 1, pp. 111-123.
- JORDÁ PARDO, J.F. (1991): Estudio geoarqueológico de un horno de fundir campanas del siglo XIV. *Anuario 1991 del Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo*, pp. 115-124.
- JORDÁ PARDO, J.F. (1992): *Neógeno y Cuaternario del extremo oriental de la costa de Málaga*. Tesis Doctoral, Universidad de Salamanca, 888 pp.
- JORDÁ PARDO, J.F., AURA TORTOSA, J.E. y JORDÁ CERDÁ, F. (1990): El límite Pleistoceno - Holoceno en el yacimiento de la Cueva de Nerja (Málaga). *Geogaceta*, 8, pp. 102-104.
- JORDÁ PARDO, J.F. y CARRAL, P. (1988): Geología y Estratigrafía del yacimiento prehistórico de la Cueva de Ambrosio (Vélez Blanco, Almería). En Ripoll López, S., *La Cueva de Ambrosio (Almería, Spain) y su posición cronoestratigráfica en el Mediterráneo Occidental*, *Brithis Achaeological Repports, International Series*, 462, pp. 19-40.
- JORDÁ PARDO, J.F., MARTÍNEZ, J., MORA TORCAL, R. y SÁNCHEZ CASADO, F.L. (in lit.): Modelos deposicionales y ocupación antrópica en el NE de la Península Ibérica durante el Paleolítico Medio. *Actas de la 2ª Reunión Nacional de Geoarqueología* (Madrid, 1992).
- LAVILLE, H. (1980): Les dépôts solutreéns de la grotte de La Riera (Asturies). Signification climatique et chronologique. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 77, pp. 234-236.
- LAVILLE, H. (1981): Los depósitos solutrenses de la Cueva de La Riera (Asturias). Significación climática y chronologica. *Zephyrus*, XXXII-XXXIII, pp. 57-59.
- LAVILLE, H. (1982): Corrélations de quelques séquences culturelles du Würmien récent au vu de la signification climatique de dépôts en grottes et sous abris dans le Sud-Ouest de la France et en Espagne Cantabrique. *Etudes et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège*, 13 (3), pp. 5-16.
- LAVILLE, H. (1986): Stratigraphy, sedimentology and chronology of the La Riera Cave deposits. En Straus, L.G. y Clark, G.A. (eds.), *La Riera Cave. Stone Age hunter-gatherer adaptations in northern Spain. Anthropological Research Papers*, 36, Arizona State University, 25-55.
- LAVILLE, H. y HOYOS GÓMEZ, M. (1981): Estudio geológico de la Cueva de Rascaño. En *El Paleolítico Superior de la Cueva del Rascaño (Santander)*, *Monografías del Centro de Investigaciones Prehistóricas de Altamira*, 3, pp. 189-210.
- MALDONADO DÍAZ, E. (1991): El yacimiento cuaternario de Pinilla del Valle (Madrid). *Cuadernos de I.N.I.C.E. Arqueología y Paleontología*, 38, pp. 9-21.
- MAROTO GENOVER, J. (1985-86): Un jaciment prehistòric a l'interior del massís de l'Alta Garrotxa: La Cova dels Ermitons. *Vitrina*, 1, pp. 38-48.
- MATEU BELLÉS, J.F. (1983): Aluvionamiento medieval y moderno del llano de inundación del Júcar. *Cuadernos de Geografía*, 32-33, pp. 291-310.
- MATEU BELLÉS, J.F. (1992): Morfogénesis mediterránea en tiempos históricos: limitaciones de un debate geoarqueológico. *Est. de Arqu. Ibér. y Rom.; Hom. a E.*

- Pla Ballester*. Trabajos Varios del Serv. de Inv. Prehist. Dip. Prov. de Valencia, 89, pp. 671-686.
- MATEU, J.F., MARTÍ OLIVER, B., ROBLES CUENCA, F. y ACUÑA HERNÁNDEZ, J.D. (1985): Paleogeografía litoral del Golfo de Valencia durante el Holoceno inferior a partir de yacimientos prehistóricos. *Pleistoceno y Geomorfología litoral. Homenaje a Juan Cuerda*, Universitat de València, Eidgenössische Technische Hochschule, Zürich, Universitat de Palma de Mallorca, pp. 77-102.
- MORA, R., JORDÁ PARDO, J.F., PIQUÉ, R. y TAULE, M. (*in lit.*): La dialéctica entre el medio natural y el medio histórico a lo largo de la secuencia estratigráfica de La Font del Ros (Berga, Barcelona). *Actas de la 1ª Reunión Nacional de Geoarqueología (Barcelona, 1990)*.
- PEÑA, J.L. (1984): Dinámica reciente de vertientes en el valle medio del Segre. *Actas VIII Con. Geogr.*, Barcelona, pp. 123-130.
- PEÑA, J.L. y GONZÁLEZ, J.R. (1990): Modelo evolutivo de los cambios en la dinámica geomorfológica del Baix Cinca y Segre (Depresión del Ebro) durante el Pleistoceno superior - Holoceno a partir de los datos geoarqueológicos. *Reunión Nacional de Geoarqueología, Resúmenes de las Comunicaciones*. Barcelona.
- Peña, J.L., Julián, A. y Chueca, J. (1991). Séquences évolutives des accumulations holocènes à la Hoya de Huesca dans le contexte général du Bassin de l'Ebre (Espagne). *Physio-Géo*, 22-23, pp. 55-60.
- PEÑA, J.L. y RODAMES, J.M. (1990): Evolución geomorfológica y ocupación humana en el cerro de Masada de Ratón (Baix Cinca, prov. de Huesca). *Reunión Nacional de Geoarqueología, Resúmenes de las Comunicaciones*. Barcelona.
- PEÑA, J.L., RODAMES, J.M., MAZO, C. y MONTES, A. (1986): La fotografía aérea vertical en blanco y negro y su aplicación a la prospección arqueológica y geoarqueológica. *1ª Jornadas de Metodología sobre Fuentes Aragonesas*, pp. 219-227.
- PEÑA, J.L., RODRÍGUEZ, J.I. y GONZÁLEZ, J.R. (1988): Estudi geoarqueològic del Tossal de Moradilla (Lleida). *Recerques Terres de Ponent*, IX, pp. 31-41.
- PEÑA MONNE, J.L. (1988): *Las acumulaciones cuaternarias de los llanos leridanos*. Institut d'Estudis Ilerdencs, 81 pp., Lleida.
- PEÑA MONNE, J.L. (1990): Evolución geomorfológica y ocupación humana en el cerro Masada de Ratón (Baix Cinca, prov. de Huesca). *Reunión Nacional de Geoarqueología*, Barcelona, 1990.
- RAMIL REGO, P. (1992): *La vegetación cuaternaria de las Sierras Septentrionales de Lugo, a través del análisis polínico*. Tesis Doctoral, Universidad de Santiago.
- RASILLA VIVES, M. DE LA y HOYOS GÓMEZ, M. (1988): Nuevos datos sobre el yacimiento de Cueto de la Mina (Posada de Llanes, Asturias). Avance de las campañas de 1981-1985. *Noticario Arqueológico Hispánico*, 30, pp. 7-20.
- RENFREW, C. (1976): Archaeology and the Earth Sciences. En Davidson, D.A. y Shackley, M.L., *Geo-archaeology. Earth Science and the Past*. Duckworth, Londres, pp. 1-8.
- RENFREW, C. y BAHN, P. (1991): *Archaeology. Theories, Methods and Practice*. Thames and Hudson, Ltd., Londres.
- ROSELLÓ I VERGUER, V.M. (1975): El medio geográfico-geológico dels Estayns de Almenara y su hábitat arqueológico. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*, 2, pp. 14-21.
- ROSELLÓ I VERGUER, V.M. (1981): Canvis climàtics i litorals al Paleolític valencià. *Primer Congreso de Historia del País Valenciano*, vol 2, pp. 113-141.

- ROSELLÓ I VERGUER, V.M. (1985): El Pleistocè mari valencià. Història de la seva coneixença. *Pleistoceno y Geomorfología litoral. Homenaje a Juan Cuerda*, Universitat de València, Eidgenössische Technische Hochschule, Zürich, Universitat de Palma de Mallorca, pp. 135-174.
- RUIZ, G. y BURILLO, F. (1988): Metodología para la investigación en Arqueología Territorial. *Munibe*, sup.6, pp. 45-64.
- SAÁ OTERO, P. (1985): Contribución a la cronología de sedimentos costeros por análisis polínico. Tesis Doctoral, Universidad de Santiago.
- SAÁ OTERO, P. y DÍAZ-FIERROS, F. (1983): Análisis polínico de un sedimento de tipo marsh en la marisma de Catoira (Pontevedra). *Cuadernos do Laboratorio Xeolóxico de Laxe*, 5, pp. 191-204.
- SCHIFFER, M.B. (1987): *Formation Processes of the Archaeological Record*. University of New Mexico Press, Albuquerque.
- SCHUBART, H., ARTEAGA, O., HOFFMANN, G. y KUNST, M. (1990): Investigación geológico-arqueológica sobre la antigua línea de costa en Andalucía. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1988*, t. II, pp. 185-189.
- SCHULZ, H.D. (1983): Zur Lage holozäner Küsten in den Mündungsgebieten des Río de V'lez und des Río Algarrobo (Málaga). *Madri der Mitteilungen*, 24, pp. 59-64.
- SCHULZ, H.D., JORDT, K.P. y WEBER, W. (1988): Stratigraphie und Küstelinien im Holozän (Río de Vélez). *Madri der Beiträge*, 14, pp. 5-38.
- SHACKLEY, M.L. (1975): *Archaeological Sediments. A survey on analytical methods*. Butterworths, Londres.
- STEIN, J.K. (1987): Deposits for Archaeologist. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 11, pp. 337-395.
- VEGA TOSCANO, G., HOYOS GÓMEZ, M., RUÍZ BUSTOS, A. y LAVILLE, H. (1988): La sécance de la Grotte de La Carigüela (Piñar, Grenade): Cronostratigraphie et Paléocologie du Pléistocène Supérieur au Sud de la Péninsule Ibérique. *L'Homme de Néandertal*, vol. II, L'Environnement, pp. 169-180.
- VIÑALS, M.J. (1991): *Evolución geomorfológica de la Marjal de Oliva-Pego (Valencia)*. Tesis Doctoral. Univ. Valencia. 496 pp.
- VIÑALS, M.J. (1992): Evolution of a barrier-lagoonal coast related to the recent Quaternary sea-level oscillations. The Oliva-Pego Marsh (southeastern Valencia, Spain). *MBSS Newsletter*, 14, pp. 66-70.
- WOOD, W.R. y JOHNSON, D.L. (1978): A survey of disturbance processes in archaeological site formation. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 1, Academica Press, Nueva York, pp. 315-381.

O MÉTODO ELÉCTRICO DA RESISTIVIDADE APLICADO À ARQUEOLOGIA. TRATAMENTO DE SINAL.

por

Jorge M. C. Machado de Carvalho*
e Abílio Tinoco Cavalheiro**

Resumo: Considerações gerais sobre o método eléctrico da resistividade e sua aplicabilidade à prospecção arqueológica; tratamento de sinal, correspondente a perfis de resistividade aparente, utilizando filtros derivativos no domínio espacial e a Análise de Fourier unidimensional 1-D e bidimensional 2-D, no domínio espectral; filtros utilizados; exemplos de aplicação das metodologias de filtragem a alguns casos concretos.

Palavras-chave: Resistividade. Análise de Fourier. Filtragem.

Abstract: Generic considerations about the resistivity electrical method and its applicability to archaeological exploration; signal processing of apparent resistivity profiles, using derivative filters on the space domain and Fourier Analysis 1-D and 2-D on the frequency domain; filters used; practical examples.

Key-words: Resistivity. Fourier Analysis. Filtering.

1. INTRODUÇÃO

O método eléctrico da resistividade (figs. 1 e 2, Est. I) é um dos métodos de prospecção geofísica mais utilizados em arqueologia.

A sua eficácia está dependente da interacção de vários factores, nomeadamente:

- o contraste resistivo entre as estruturas arqueológicas procuradas, os terrenos envolventes e o “bedrock”;
- a morfologia daquelas estruturas, da interface “bedrock”/terrenos de cobertura e topografia.

* Assistente - Dep. Minas, FEUP.

** Professor Associado - Dep. Minas, FEUP.

- a profundidade a que se encontram enterradas as estruturas.
- a orientação dos perfis;
- a configuração electródica e o passo de amostragem utilizados.

Um dos frequentes e principais objectivos da aplicação de tal método de prospecção, isolada ou conjuntamente com outro(s), é a divisão duma determinada parcela de terreno em sub-parcelas e a consequente atribuição a cada uma delas, em função dos dados obtidos, de diferentes probabilidades de aí estarem localizadas estruturas arqueológicas.

Geralmente, a interpretação é feita sobre os dados de campo tal e qual, sem nenhum tratamento prévio especial, o que por vezes é insuficiente para ser alcançado, de forma aceitável, o objectivo referido.

No presente artigo, são apresentadas duas metodologias de tratamento de dados, relativos a campanhas de prospecção, utilizando o método eléctrico da resistividade e a configuração electródica tipo Wenner (fig. 1, Est. I), com um passo de amostragem sempre igual ao espaçamento interelectródico, desenvolvidas com o intuito de tornar os dados susceptíveis duma mais fiável interpretação¹.

2. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A selecção de locais, apropriados para a realização de escavações arqueológicas, seria imensamente facilitada se possuíssemos a capacidade de ver em profundidade, através da superfície do terreno; sobretudo nos locais em que existem insuficientes indícios superficiais, sobre a existência e/ou localização das estruturas arqueológicas.

Na impossibilidade de tal forma de visão, são utilizados meios alternativos, como seja os métodos de prospecção geofísica, geradores de “imagens” de definição variável, mas com a vantagem de serem muito menos morosos e custosos que as campanhas de escavações - “tocar para crer”.

Como foi anteriormente referido, os dados obtidos com a aplicação de tais métodos, sendo uma síntese complexa das interferências dum grande conjunto de factores, nem sempre são susceptíveis de serem convenientemente interpretados.

O tratamento de sinal proposto, tem como objectivo filtrar os efeitos dos factores indesejados, de forma a tornar mais evidentes as anomalias correspondentes às estruturas procuradas.

¹ V. J. Carvalho, “Tratamento de Sinal na Geofísica Aplicada à Arqueologia” - Relatório para Provas de Capacidade Científica, Dep. Minas, FEUP - Set. 1991.

Seguidamente, serão feitas algumas considerações sobre os pressupostos subjacentes a tais procedimentos, assim como sobre as respectivas metodologias.

3. FILTRAGEM - PRESSUPOSTOS E METODOLOGIAS

3.1. Introdução

A possibilidade de interpretação “correcta” dum sinal depende, em larga medida, de nele estar suficientemente evidenciada a parte da anomalia correspondente à(s) estrutura(s) procurada(s), o que nem sempre se verifica.

De forma a tentar ultrapassar este constrangimento, começemos por classificar as diferentes influências componentes do sinal, em três classes fundamentais:

- componente regional;
- ruído;
- estruturas arqueológicas (paredes, muralhas, pavimentos e outro tipo de construções).

Tomando como referência a última classe (estruturas arqueológicas) a primeira corresponde a variações lentas de propriedades e/ou características do terreno envolvente, assim como da topografia — baixas frequências. Na segunda classe (ruído) estão contidas as componentes relativas a estruturas de pequena dimensão e mais próximas da superfície, a que correspondem variações bruscas de características e/ou propriedades — altas frequências.

As medidas da resistividade aparente, resultantes duma campanha de prospecção, são atribuídas a determinados pontos, definidos pelas suas coordenadas, podendo portanto ser consideradas amostragens duma função do espaço, real e contínua. A distinção, no domínio espacial de amostragem, das componentes do sinal relativas a cada uma das referidas classes, é uma actividade dependente, em larga medida, da experiência e sensibilidade do analista.

O objectivo do tratamento (filtragem) é “limpar” o sinal das influências tanto da componente regional como do ruído, de forma a isolar e evidenciar, tanto quanto possível a anomalia correspondente à(s) estrutura(s) procurada(s).

3.2. Metodologia de filtragem

3.2.1. Domínio espectral (das frequências)

A Transformada de Fourier — ao permitir passar do domínio espacial do sinal original, para um outro domínio (das frequências ou espectral) sem perda

de informação, no qual as influências componentes do sinal, a que correspondem diferentes frequências, se apresentam explicitadas — possibilita um tipo de tratamento do sinal mais controlado e passível de interpretação física imediata.

São consideradas duas situações, unidimensional, 1-D e bidimensional, 2-D, correspondentes, respectivamente, ao tratamento dum perfil isolado e dum conjunto de perfis relacionados espacialmente segundo uma malha rectangular.

A estratégia adoptada, foi a filtragem, predominantemente das baixas e altas frequências do espectro de amplitudes complexo, tentando, tanto quanto possível, isolar a banda de frequências intermédias, correspondentes às estruturas procuradas, ou seja, a utilização dum filtro passa - banda.

Na prática, como foi referido, a operação de filtragem corresponde à multiplicação do espectro de amplitudes complexo por uma das funções filtro posteriormente apresentadas (secção 3.4.1).

Finalmente, após a operação de filtragem, é possível regressar ao domínio original do sinal, pela aplicação da Transformada Inversa de Fourier e interpretar a anomalia filtrada, comparando-a com a original

O facto das funções filtro serem funções pares, não altera, após multiplicação, a simetria do espectro — parte real par e parte imaginária ímpar — pelo que a anomalia filtrada se mantém uma função real, no domínio espacial.

Para o efeito, foram desenvolvidas algumas rotinas em linguagem “MATLAB” e utilizadas as funções daquele “software”, relacionadas com a Análise de Fourier.

O número de pontos a filtrar m , igual em cada um dos semi-eixos das frequências, é uma das variáveis das funções filtro construídas, tendo sido possível constatar, numa primeira aproximação e com base em situações experimentais controladas, que o seu valor óptimo varia entre $N/2-2$ e $N/2-N/4$, sendo N o número de pontos do sinal a filtrar.

Foram contempladas as situações 1-D, correspondente ao tratamento de perfis isolados e 2-D, correspondente à situação de um conjunto de perfis relacionados espacialmente segundo uma malha rectangular.

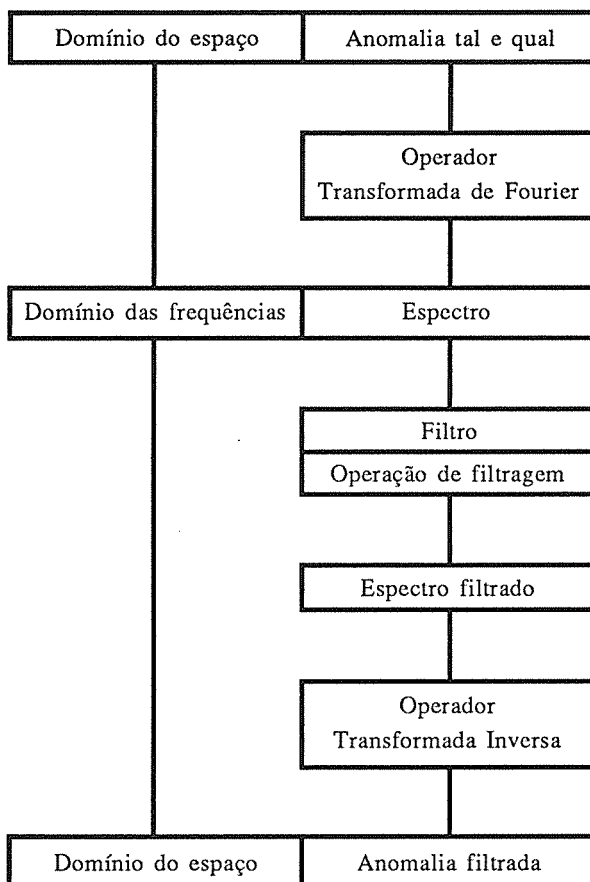
Neste último caso, não se utilizaram filtros bidimensionais, tendo sido aplicados os filtros unidimensionais referidos, segundo direcções perpendiculares às arestas da malha formada pelo conjunto de perfis.

Foram feitas várias experiências de filtragem, nomeadamente utilizando em série mais do que um tipo de filtro, em situações 1-D, ou diferentes filtros em direcções perpendiculares, em situações 2-D.

Em algumas situações, sobretudo 1-D, foi possível comprovar os bons resultados obtidos, visto estes serem correspondentes a condições controladas (secção 4.1).

Seguidamente, é apresentada, esquematicamente, a sequência de operações realizadas:

Filtragem no domínio espectral - sequência de operações



3.2.2. Domínio do espaço

Apesar das vantagens referidas, inerentes ao tratamento de sinal no domínio espectral, a dualidade entre os dois domínios, permite a realização de operações de filtragem no domínio espacial, correspondentes às anteriormente descritas. A eventual conveniência de tal procedimento pode estar relacionada, nomeadamente, com uma questão de economia em formalismos matemáticos.

Neste caso, o formalismo matemático correspondente ao processo de filtragem é a operação de convolução.

Os resultados obtidos com a aplicação dos filtros, apresentados na secção 3.4.2, são equivalentes aos obtidos ajustando curvas polinomiais a segmentos da função a filtrar e posteriormente utilizar as suas derivadas.

Subjacente a este procedimento, está, mais uma vez, a ideia de que as oscilações de pequeno comprimento de onda, são causadas por condições assimiláveis a ruído, o qual é filtrado pelo ajuste polinomial; as oscilações de maior comprimento de onda e declive menos variável, correspondem a tendências regionais, sendo o seu efeito filtrado ao passarem pelo operador derivada; as oscilações evidenciadas, após o cálculo da derivada, são as de comprimento de onda intermédio — correspondentes, sobretudo às estruturas procuradas — cujas variações de declive locais constituem desvios suficientemente significativos, relativamente às tendências regionais.

Este tipo de filtros são tanto mais eficientes quanto mais as estruturas procuradas se afastam “norma” regional e local, devendo a sua utilização ser antecedida duma cuidadosa observação das medidas de campo.

3.3. Filtros utilizados

3.3.1. Domínio das frequências

Seguidamente serão descritas as funções filtro utilizadas e posteriormente algumas operações e resultados com elas obtidos.

— Função filtro “Seno”.

As expressões analíticas correspondentes a este filtro são as seguintes.

$$\left[\frac{\sin(f) + 1}{2} \right]^p$$

$$\left[\frac{\sin(f) + 1}{0.1} \right]^p + 0.2$$

O parâmetro - p - permite variar a curtose da curva.

O argumento da função sin - f - varia entre $\pi/2$ e $3\pi/2$, de forma a incluir os pontos de inflexão e as zonas de decrescimento mais suave, reduzindo os inconvenientes dum corte de frequências demasiadamente brusco, aquando das operações de filtragem.

Graficamente, a função filtro encontra-se posicionada de forma simétrica relativamente à origem do eixo das frequências, podendo o número de pontos a filtrar variar, de acordo com as exigências de cada situação.

— Função filtro “Gauss”.

A função utilizada neste caso, de uso frequente em estatística, tem a seguinte expressão analítica:

$$\frac{1}{\sigma \times \sqrt{2} \times \pi} \times e^{-\frac{1}{2} \times \left(\frac{v-\mu}{\sigma}\right)^2}$$

sendo - σ - o desvio padrão, - μ - a média e - v - a abcissa.

Neste caso é a possibilidade de variar o desvio padrão, que permite modificar a forma da curva.

Também neste caso e graficamente, a função filtro encontra-se posicionada de forma simétrica relativamente à origem do eixo das frequências, podendo o número de pontos a filtrar variar, de acordo com as exigências de cada situação.

3.3.2. Domínio do espaço

Sob a designação de filtros derivativos, consideraremos um conjunto de filtros, (John C. Davis, “Statistics and Data Analysis in Geology”, 2ª edição, pág. 272 e seguintes) sobre os quais foram tecidas algumas considerações na secção 3.4.2.

Foram considerados os seguintes vectores:

De 2ª ordem:

- f23 = [1 0 -1];
- f25 = [2 1 0 -1 -2]/10;
- f27 = [3 2 1 0 -1 -2 -3]/28;
- f29 = [4 3 2 1 0 -1 -2 -3 -4]/60;
- f211 = [5 4 3 2 1 0 -1 -2 -3 -4 -5]/110;
- f213 = [6 5 4 3 2 1 0 -1 -2 -3 -4 -5 -6]/128;

De 3ª ordem:

- f35 = [-1 8 0 -8 1]/12;
- f37 = [-22 67 58 0 -58 -67 22]/252;
- f39 = [-86 142 193 126 0 -126 -139 -142 86]/1188;
- f311 = [-300 294 532 503 296 0 -296 -503 -532 -294 300]/5148;
- f313 = [-1133 660 1578 1796 1489 832 0 -832 -1489 -1796 -1578 -660 1133]/240024.

4. ALGUNS EXEMPLOS DE APLICAÇÃO

4.1. Em condições controladas

A necessidade de utilização de dados de campo, obtidos em condições controladas e obedecendo a determinados requisitos, conducente a uma aplicação dos filtros igualmente controlada, levou à utilização dum modelo em escala reduzida, a seguir apresentado:

– uma estrutura de pequenas dimensões (30x5x5 cms.) em forma de “muro”, constituída por blocos de granito, foi colocada no fundo duma sanja §§(de 3x3x0.8mts.) aberta num solo de terra vegetal (representação esquemática na Est. I fig. 1). Seguidamente, foram sendo colocadas camadas de terra crivada, sobre a estrutura e efectuadas medições da resistividade aparente, segundo perfis perpendiculares à direcção do “muro”.

Foram utilizados eléctrodos de latão, com cerca de 15cm de comprimento e 0.2cm de diâmetro.

O passo de amostragem a , variável, foi sempre igual ao afastamento inter-electrónico da configuração tipo Wenner utilizada.

Nas Est. II e III, figs. 1, podem ser observadas as anomalias de campo relativas às seguintes condições:

– anomalia 1 - Est. II, fig. 1: estrutura enterrada a $p=10$ cm de profundidade e perfil perpendicular à sua maior dimensão e passando à mesma distância dos extremos. Passo de amostragem igual a 5 cm.

– anomalia 2 - Est. III, fig. 1: estrutura enterrada a $p=30$ cm de profundidade e perfil perpendicular à sua maior dimensão e passando à mesma distância dos extremos. Passo de amostragem igual a 10 cm.

Nas Est. II e III, figs. 2, podem-se observar alguns resultados de filtrações das anomalias referidas:

– anomalia 1 filtrada - Est. II, fig. 2: resultado da aplicação do filtro “Gauss” na anomalia 1. Como se pode observar, a probabilidade de detecção da estrutura, localizada a meio do perfil, aumenta significativamente após a operação de filtração.

– anomalia 2 filtrada - Est. III, fig. 2: resultado da aplicação do filtro derivativo f_{37} na anomalia 2. Também neste caso se verifica um aumento significativo da probabilidade de detecção da estrutura.

4.2. Em condições não controladas

Seguidamente será apresentado um exemplo de filtragem 2-D, duma anomalia que se pensa corresponder a uma mamoa.

Na Est. IV, fig. 1 pode-se observar a anomalia de campo tal e qual.

As figs. 2 e 3, da mesma estampa, correspondem a duas filtrações da referida anomalia, utilizando o filtro "Seno" segundo duas direcções perpendiculares. A metodologia de filtragem foi a mesma nos dois casos, variando apenas o número de pontos filtrados que foi superior na anomalia da fig. 3.

Não houve ainda possibilidade de aferir a qualidade da filtragem, visto a mamoa não ter sido escavada, até à data. No entanto, nota-se uma maior individualização de pontos com resistividade mais elevada, que se espera que correspondam à localização dos fragmentos rochosos constituintes, de maiores dimensões.

5. CONCLUSÕES

Uma apreciação genérica dos filtros referidos anteriormente, permite concluir que, nas condições controladas 1-D em que foram utilizados, conduzem a resultados bastante mais interpretáveis que os sinais tal e qual.

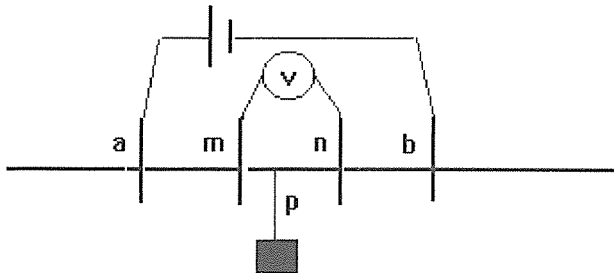
A sua utilização em condições 2-D, refere-se apenas a situações não controladas e a locais onde não se procederam ainda a escavações ou, então, onde não foi possível referenciar espacialmente os resultados obtidos. No entanto, em algumas das situações, nomeadamente no caso apresentado na Est. IV, os resultados obtidos são credíveis e prometedores.

No tocante aos filtros derivativos, os melhores resultados em média, foram obtidos com os de menor número de termos.

6. BIBLIOGRAFIA

- BRACEWELL, R.; 1976 - *The Fourier Transform and its applications*. Third Edition, Mc.Graw Hill.
- CAMARA, M. E.; HERNANDEZ, M. C.; GISBERT, J; 1990 - Estudio geofísico en la avenida de las Industrias (Denia, Alicante). Aplicación de la Transformada de Fourier (1D) en la interpretación de los datos. *Geociências, Rev. Univ. Aveiro*, vol. 5, fasc. 1, pp 63-70.
- DAVIES, J. C.; 1986 - *Statistics and Data Analysis in Geology*. 2ª Edição, John Willey & Sons.
- DOBRIN, M.; 1976 - *Introduction to Geophysical Prospecting*. Third Edition, Mc.Graw Hill.

- GRANT, F. S. & WEST, G. F.; 1965 - *Interpretation theory in applied geophysics*. 1ª vol., Mc.Graw Hill.
- Jornadas sobre teledetección y geofísica aplicadas a la arqueología*. 1992, 1ª edición, Madrid, Edita. Ministerio de Cultura, Dir. Gral. de Bellas Artes e Archivos, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales.
- LOSADA, F. P.; ALMEIDA, F.; MATIAS, M. S.; 1989 - Prospecção geofísica e escavação arqueológica em Noville (Mugardos - A Coruña - Galiza). *Geociências, Rev. Univ. Aveiro*, vol. 5, fasc. 1, pp 49-61
- MADUREIRA, C. N., 1971 - *Teoria dos métodos geofísicos*. Dep.Minas da FEUP.
- KOEFOD, O.; 1979 - *Geosounding principles, 1- Resistivity sounding measurements*. Elsevier Scientific Publishing Company.
- KUC, R.; 1982 - *Introduction to digital signal processing*. Mc.Graw Hill International Editions.
- TELFORD, GELDART, SHERIFF & KEYS; 1976 - *Applied geophysics*. Cambridge University Press.

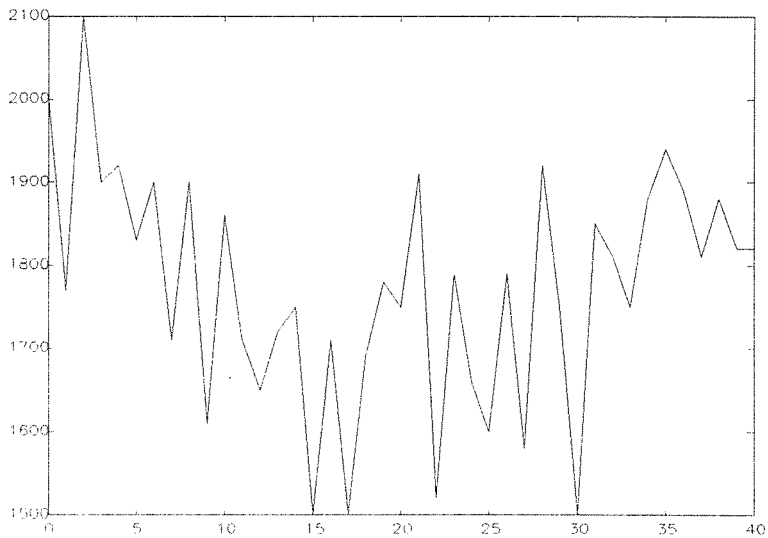


1 – Representação esquemática da configuração electrónica tipo Wenner e do modelo a escala reduzida, enterrado à profundidade p .

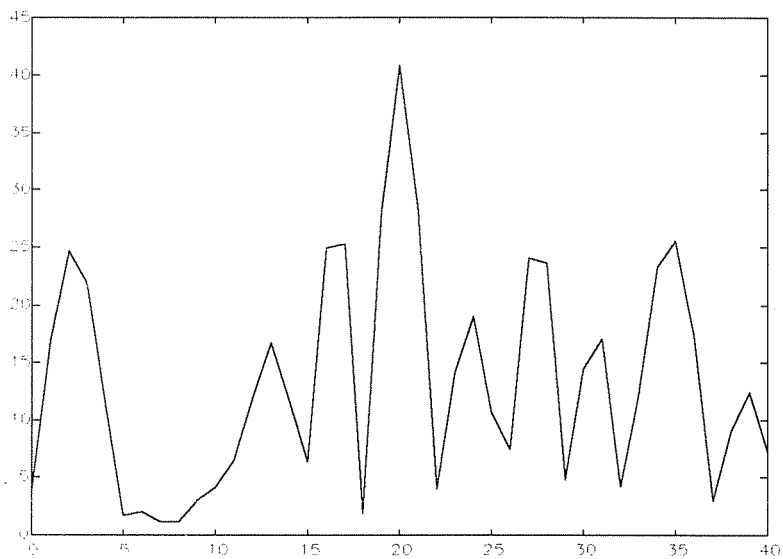


2 – Campanha de prospecção utilizando o método eléctrico da resistividade.

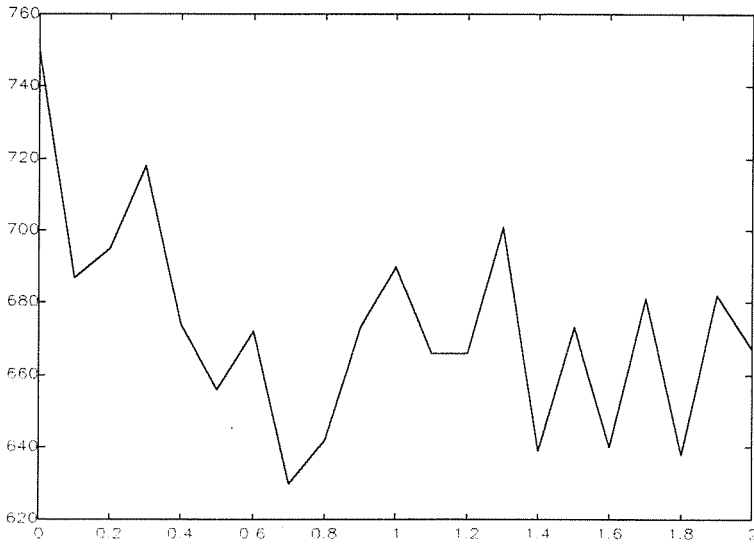
Est. II



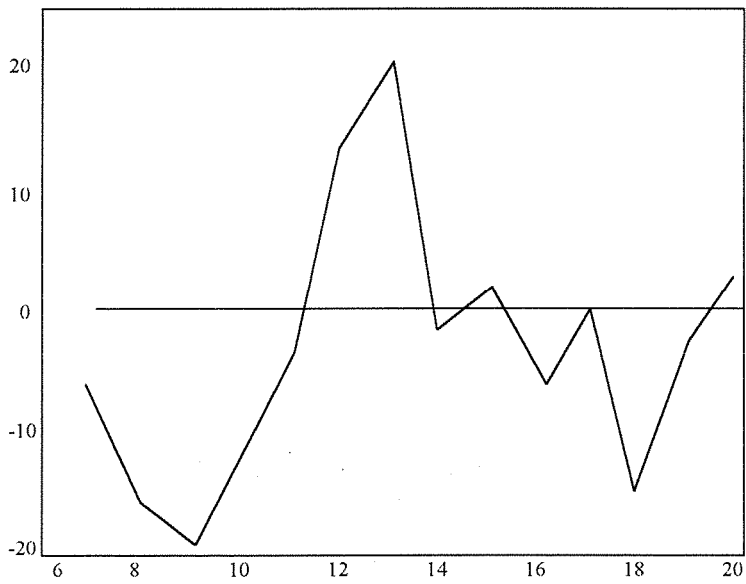
1 – Anomalia 1. «Muro» enterrado a meio do perfil.



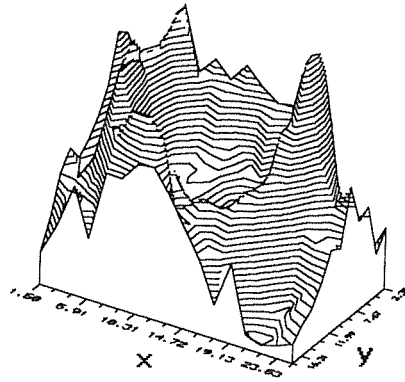
2 – Anomalia 1 filtrada pelo filtro «Gauss».



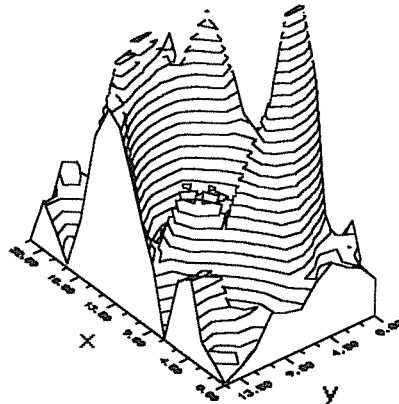
1 – Anomalia 2. «Muro enterrado a meio do perfil».



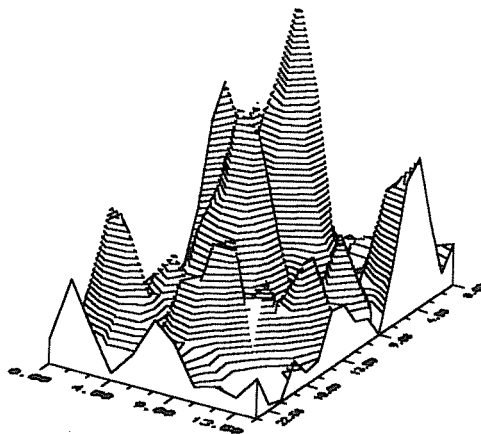
2 – Anomalia 2 filtrada pelo filtro derivativo f37.



1 - Anomalia 3.



2 - Anomalia 3 filtrada.



3 - Anomalia 3 filtrada.

DATAÇÃO DE MICRO-QUANTIDADES. TÉCNICA DE AMS

por

António M. Monge Soares*

Resumo: Nos finais da década de setenta, o conceito de datação absoluta que fazia uso do fenómeno de desintegração radioactiva sofreu uma revolução ao ser sugerido que, em vez da detecção e medição da radiação emitida na desintegração dos átomos do isótopo radioactivo existente na amostra, se separassem e contassem esses átomos. A nova técnica, conhecida pelas iniciais AMS — Accelerator Mass Spectrometry — tornou possível não só a utilização de amostras muito mais pequenas do que até então (no caso do ^{14}C , quantidades menores que 1 mg), mas também menores tempos de medição, além de ter permitido a utilização de diversas espécies cosmogénicas radioactivas em datação absoluta.

Serão discutidas as vantagens e limitações da utilização desta nova técnica em datação pelo ^{14}C e focados alguns programas de datação tornados possíveis pelo uso da AMS, bem como exemplos demonstrativos da importância da associação da amostra com o contexto a datar.

Palavras-chave: Datação pelo radiocarbono. AMS. Micro-quantidades.

The sensitivity of radioisotope dating is improved by counting atoms rather than decays.

Richard A. Muller, 1977

A utilização de aceleradores de partículas em datação pelo ^{14}C foi proposta, pela primeira vez, nos finais da década de 70, por Richard A. Muller (MULLER, 1977). Este físico, fazendo uso do ciclotrão do Laboratório Berkeley da Universidade da Califórnia, datou uma amostra de deutério (com a idade de 24 anos) tendo, para isso, determinado o número de átomos de ^3H e ^2H existentes na amostra. Baseado em fundamentos teóricos e no funcionamento do ciclotrão, Muller sugere que com esta técnica se poderá fazer uso do ^{14}C e do ^{10}Be

* Laboratório de Isótopos Ambientais. Departamento de Química, ICEN(INETI). 2685 - Sacavém.

para datação absoluta, e mesmo de radioisótopos mais pesados como ^{26}Al , ^{53}Mn , ^{81}Kr e ^{205}Pb , desde que estes existam em concentrações superiores a 10^{-16} em relação aos respectivos isótopos estáveis. Sugere também que, em vez do ciclotrão se poderão utilizar os aceleradores lineares para o mesmo fim. Além disso, Muller afirma, no que diz respeito ao ^{14}C , que esta técnica teria a potencialidade de datar amostras com massas de carbono de apenas 1 a 100 mg e de atingir idades entre 40000 e 100000 anos.

Alguns meses mais tarde, nesse mesmo ano em que Muller publicou o seu revolucionário artigo, NELSON *et al.* (1977) e BENNET *et al.* (1977) provaram a exequibilidade da utilização de aceleradores tandem electrostáticos de Van de Graaff na datação pelo ^{14}C .

Estas técnicas que são conceptualmente idênticas às utilizadas na espectrometria de massa clássica mas diferindo desta, essencialmente, na aceleração a que os iões são sujeitos até atingirem elevadas energias, da ordem de dezenas de MeV, previamente à sua detecção e contagem, permitem a eliminação fácil de possíveis "contaminantes" (caso do isóbaro ^{14}N em relação à medição do ^{14}C ou do ^{10}B em relação ao ^{10}Be). Torna-se assim possível a separação dos vários isótopos de um dado elemento e a contagem precisa do número de átomos correspondente a cada um deles. Os ciclotrões, os aceleradores lineares ou os aceleradores tandem de Van de Graaff podem funcionar, pois, como espectrómetros de massa e daí o nome pela qual esta técnica é conhecida — Accelerator Mass Spectrometry (A.M.S.).

Desde o início da conceptualização desta técnica que três grandes vantagens se tornaram evidentes em comparação com as técnicas baseadas na medição de radiações (cintilação líquida e detectores proporcionais de gás). São elas: menor dimensão das amostras a datar, maiores idades possíveis de serem determinadas e menores tempos de medição. No caso da datação pelo ^{14}C , essas vantagens traduzir-se-iam pela utilização de amostras com massas de carbono da ordem de poucos miligramas comparadas com amostras de 1-6 g de carbono usadas nas técnicas clássicas, pelo limite de idade de cerca de 100000 anos, possível de atingir devido à não interferência da radiação cósmica de fundo, comparada com a de 40000-50000 anos das outras técnicas e por tempos de medição de apenas alguns minutos ou poucas horas comparados com os de muitas horas ou dias que são necessários para que o número de impulsos registados devidos à radiação β do ^{14}C seja estatisticamente significativo.

Estas eram as expectativas reinantes em finais da década de setenta. Em 1982, existiam já 13 laboratórios envolvidos nas pesquisas tendentes a colocar em fase de rotina a nova técnica (HALL, 1983). No entanto, apenas um único laboratório, o de Zurique/Berna, tinha, nessa altura, publicado datas e possuía um programa de datações. Desses 13 laboratórios, 7 estavam interessados princi-

palmente na medição do ^{14}C enquanto o interesse dos restantes incidia no ^{10}Be , no ^{36}Cl e no ^{26}Al .

Nos finais da década de 80, contavam-se por mais de trinta o número de laboratórios espalhados por todo o Mundo que utilizavam a técnica de AMS em datação. Em muitos deles, as medições dos radioisótopos ^3H , ^{10}Be , ^{14}C , ^{26}Al , ^{36}Cl , ^{41}Ca e ^{129}I eram efectuadas numa base de rotina, enquanto técnicas de medição de outros, tais como, ^{22}Na , ^{24}Na , ^{32}Si , ^{44}Ti , ^{53}Mn e ^{244}Pu eram experimentadas e testadas (WÖLFLI, 1987).

Como se disse, desde o início da utilização de aceleradores de partículas em datação, dois tipos de equipamentos têm sido usados: os já existentes, principalmente os de elevada energia (75MV), como sejam os ciclotrões, e equipamentos novos de baixas energias (2-10 MV) — os aceleradores tandem electrostáticos. Para a datação pelo ^{14}C têm sido preferidos estes últimos, devido não tanto aos problemas do fundo existente nos velhos equipamentos resultantes da sua longa utilização com variadíssimos elementos mas sim, e principalmente, devido à facilidade de resolução do problema do isóbaro ^{14}N nos aceleradores electrostáticos, uma vez que nestes se dá a formação de feixes de iões negativos, sendo impossível obtê-los a partir do ^{14}N , dado que o azoto não forma iões negativos estáveis ou metaestáveis.

Na Fig. 1 apresenta-se um esquema de um acelerador tandem electrostático de Van de Graaff utilizado na datação pelo ^{14}C . Resumidamente, o seu esquema de funcionamento é o seguinte: o carbono da amostra a ser datada é introduzido no sistema sob a forma de grafite a qual, sob vácuo, é bombardeada por um feixe de Cs^+ . Entre outras partículas, iões C^- são arrancados do alvo e acelerados na primeira metade do acelerador. O feixe de C^- entra, então, numa câmara com um gás ionizante (“stripper gas”) - Ar - onde vários electrões são arrancados aos iões C^- convertendo-os em iões C^{3+} . Estes são acelerados na segunda metade do acelerador, passam através de uma série de magnetos e filtros de velocidade, o que dá lugar à separação dos iões C^{3+} das outras partículas que os acompanham. As várias espécies iónicas de carbono são, então, separadas por um analisador magnético (deflecção 90°), sendo os iões $^{14}\text{C}^{3+}$ finalmente dirigidos para um detector de gás onde se determina a sua energia total e também a sua perda de energia ao interagir com esse gás, o que permite uma identificação e contagem precisa do número de iões $^{14}\text{C}^{3+}$ que atingem o detector. Várias vezes por segundo o feixe é comutado e os feixes de iões $^{12}\text{C}^{3+}$ e $^{13}\text{C}^{3+}$ são detectados e medidos em diferentes gaiolas de Faraday.

Um dos desenvolvimentos mais recentes desta técnica consistiu na substituição do alvo de grafite por um gás (CO_2), o que permite reduzir a quantidade de amostra susceptível de ser datada. Deste modo, é possível utilizar amostras de $50\mu\text{g}$ de C (WÖLFLI, 1987) e julga-se que será possível reduzir ainda mais:

para cerca de 20 μ g (RAISBECK *et al.*, 1986) ou mesmo para 5-10 μ g (NELSON *et al.*, 1986). Além da redução da dimensão da amostra, a utilização do CO₂ tem também a vantagem de eliminar uma das possibilidades de contaminação por carbono moderno (quando da grafitização da amostra). Na verdade, o problema da contaminação põe-se com grande acuidade na técnica AMS, não tendo sido até hoje satisfatoriamente resolvido. Pode considerar-se mesmo como constituindo um insucesso da técnica, tendo presente o conjunto de expectativas geradas desde o início. Como se referiu, esperava-se atingir os 100000 anos, dada a nula contribuição da radiação cósmica para o fundo, e apenas a estatística de contagem determinar o limite de idade passível de ser conseguido. No entanto, o melhor que se obteve até hoje foi uma idade de 70000 anos para uma amostra de grafite geológica, totalmente processada sob atmosfera de argon, e de cerca de 50000 anos para amostras que sofreram uma preparação física e química normais (SCHMIDT *et al.*, 1987), isto é, um limite de idade idêntico ao conseguido nos laboratórios que usam a medição da radiação β . A origem deste fundo, o qual parece ser só em parte devido a contaminação durante o processamento das amostras, ainda não se conhece devidamente e continua a ser objecto de investigação. De qualquer modo, se o limite máximo de idade que a técnica AMS permitiria atingir, e divulgado pelos primeiros investigadores que a desenvolveram, continua a ser um objectivo por preencher, outros houve que foram ultrapassados.

Uma das grandes vantagens da aplicação da técnica AMS, ainda não referida, mas implícita na utilização de amostras de reduzidíssima dimensão, reside no alargar ou na abertura de novos campos de aplicação do método de datação pelo radiocarbono. É o caso, por exemplo, da determinação de idades das camadas de gelo das calotes polares através da extracção e datação do CO₂ nelas retido (OESCHGER, 1987), da datação mais precisa das sondagens efectuadas nos fundos oceânicos pela utilização de amostras constituídas apenas por conchas de foraminíferos bentónicos ou planctónicos (BROECKER *et al.*, 1984; JONES *et al.*, 1989) ou da datação de obras de arte ou relíquias religiosas, em que a datação do Sudário de Turim (DAMON *et al.*, 1989) constituirá o exemplo mais publicitado e, por isso, mais espectacular para o grande público, na aplicação desta técnica.

Uma outra aplicação importantíssima traduz-se em permitir estender as curvas de calibração para além do limite possível de conseguir apenas com anéis de árvores dendrocronologicamente datados. BARD *et al.* (1993), fazendo uso da técnica de AMS e da espectrometria de massa em datação pelo U/Th, dataram com elevada precisão corais dos Barbados. O desenvolvimento deste programa de datação já possibilitou a calibração de datas convencionais de radiocarbono obtidas a partir de amostras da biosfera terrestre até um limite de

idade de cerca de 20000 AC (STUIVER e REIMER, 1993), da biosfera marinha até 10000 AC (STUIVER e BRAZIUNAS, 1993) e deverá conduzir, em futuro próximo, a limites ainda mais antigos.

No que diz respeito especificamente à Arqueologia, um dos campos privilegiados de aplicação do método de datação pelo radiocarbono, a introdução da técnica AMS, pela possibilidade que oferece de datação individual de grãos de sementes e pela utilização preferencial de amostras de ossos, irá permitir o estabelecimento e o aprofundamento de uma cronologia absoluta para algumas etapas da História da Humanidade que dificilmente seria conseguida com os métodos clássicos. Note-se que os ossos, desde que contenham ainda matéria orgânica em quantidade que torne possível isolar e purificar um qualquer aminoácido que dela faça parte, são o material por excelência para a datação pelo ^{14}C , dado que a sua correlação estratigráfica é normalmente segura. Ora, a utilização de aceleradores de partículas, além de tornar possível a utilização de apenas um único aminoácido da matéria proteica óssea, sem necessidade de destruição de grandes quantidades de material ósseo, abriu a possibilidade de datar artefactos desse material que, pela sua raridade e valor científico ou museológico, não poderiam ser destruídos total ou parcialmente como as técnicas clássicas exigiriam.

Assim, e tomando como exemplo o Laboratório de Oxford, cuja actividade de datação é dirigida na sua quase totalidade para a Arqueologia, foi possível elaborar programas de datação tendo em vista, nomeadamente, estabelecer uma cronologia absoluta para as várias culturas do Paleolítico Superior, datar o aparecimento dos primeiros homens da América fazendo uso, em ambos, da datação quase exclusiva de amostras de ossos ou, ainda, determinar as origens e rotas de disseminação da Agricultura no Velho Mundo pela datação preferencial de sementes de cereais (grãos individuais) e de ossos de animais domesticados, encontrados em contextos arqueológicos no Médio Oriente (Síria, Jordânia, Israel, Egipto) julgados importantes para a resolução deste problema (GOWLETT e HEDGES (Eds.), 1986).

BIBLIOGRAFIA

- BARD, E.; ARNOLD, M.; FAIRBANKS, R.G.; HAMELIN, B., 1993 - " ^{230}Th - ^{234}U and ^{14}C Ages Obtained by Mass Spectrometry on Corals", *Radiocarbon*, 35(1), pp. 191-199.
- BENNETT, C.L.; BEUKENS, R.P.; CLOVER, M.R.; GOVE, H.E.; LIEBERT, R.B.; LIETHERLAND, A.E.; PURSER, K.H.; SONDHEIM, W.E., 1977 - "Radiocarbon Dating Using Electrostatic Accelerators: Negative Ions Provide the Key", *Science*, 198, pp. 508-510.

- BONANI, G.; HOFMANN, H-J; MORENZONI, E; NESSI, M.; SUTER, M.; WÖLFLI, W., 1986 - "The ETH/SIN Dating Facility: a status report", *Radiocarbon*, 28(2A), pp. 246-255.
- BROECKER, W.; MIX, A.; ANDREE, M.; OESCHGER, H., 1984 - "Radiocarbon measurements on coexisting benthic and planktic foraminifera shells: potential for reconstructing ocean ventilation times over the past 20000 years", *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research*, B5, pp. 331-339.
- DAMON, P.E.; DONAHUE, D.J.; GORE, B.H.; HATHEWAY, A.L.; JULL, A.J.T.; LINICK, T.W.; SERCEL, P.J.; TOOLIN, L.J.; BRONK, C.R.; HALL, E.T.; HEDGES, R.E.M.; HOUSLEY, R.A.; LAW, I.A.; PERRY, C.; BONANI, G.; TRUMBORE, S.; WOELFFI, W.; AMBERS, J.C.; BOWMAN, S.G.E.; LEESE, M.H.; TITE, M.S., 1989 - "Radiocarbon dating of the Shroud of Turim", *Nature*, 337(6208), pp. 611-615.
- GOWLETT, J.A.J.; HEDGES, R.E.M. (Eds.), 1986 - "Archaeological Results from Accelerator Dating", *Oxford University Committee for Archaeology, Monograph 11*, Oxford, 170 pp.
- HALL, E.T., 1983 - "Radiocarbon Dating by Accelerator - a Progress Report", in *Proceedings of 22nd Symposium on Archaeometry*, Bradford, pp. 130-134.
- JONES, G.A.; JULL, A.J.T.; LINICK, T.W.; DONAHUE, D.J., 1989 - "Radiocarbon dating of deep-sea sediments: a comparison of accelerator mass spectrometer and Beta-decay methods", *Radiocarbon*, 31(2), pp. 105-116.
- MULLER, R.A., 1977 - "Radioisotope Dating With a Cyclotron", *Science*, 196, pp. 489-494.
- NELSON, D.E.; KORTELING, R.G.; STOTT, W.R., 1977 - "Carbon-14: Direct Detection at Natural Concentrations", *Science*, 198, pp. 507-508.
- NELSON, D.E.; VOGEL, J.S.; SOUTHON, J.R.; BROWN, T.A., 1986 - "Accelerator Radiocarbon Dating at SFU", *Radiocarbon*, 28(2A), pp. 215-222.
- OESCHGER, H., 1987 - "Accelerator Mass Spectrometry and Ice Core Research", *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research*, B29, pp. 196-202.
- RAISBECK, G.M.; YIOU, F.; ARNOLD, M.; DUPLESSY, J.C., 1986 - "Measurement of ^{14}C directly from CO_2 using a Tandem Accelerator Mass Spectrometer Facility", *Radiocarbon*, 28(2A), pp. 211-214.
- SCHMIDT, F.H.; BALSLEY, D.R.; LEACH, D.D., 1987 - "Early expectations of AMS: greater ages and tiny fractions. One failure? - One success", *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research*, B29, pp. 97-99.
- STUIVER, M.; BRAZIUNAS, T.F., 1993 - "Modeling Atmospheric ^{14}C Influences and ^{14}C Ages of Marine Samples to 10,000 BC", *Radiocarbon*, 35(1), pp. 137-189.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J., 1993 - "Extended ^{14}C Data Base and Revised CALIB 3.0 ^{14}C Age Calibration Program", *Radiocarbon*, 35(1), pp. 215-230.
- WÖLFLI, 1987 - "Advances in Accelerator Mass Spectrometry", *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research*, B29, pp. 1-13.

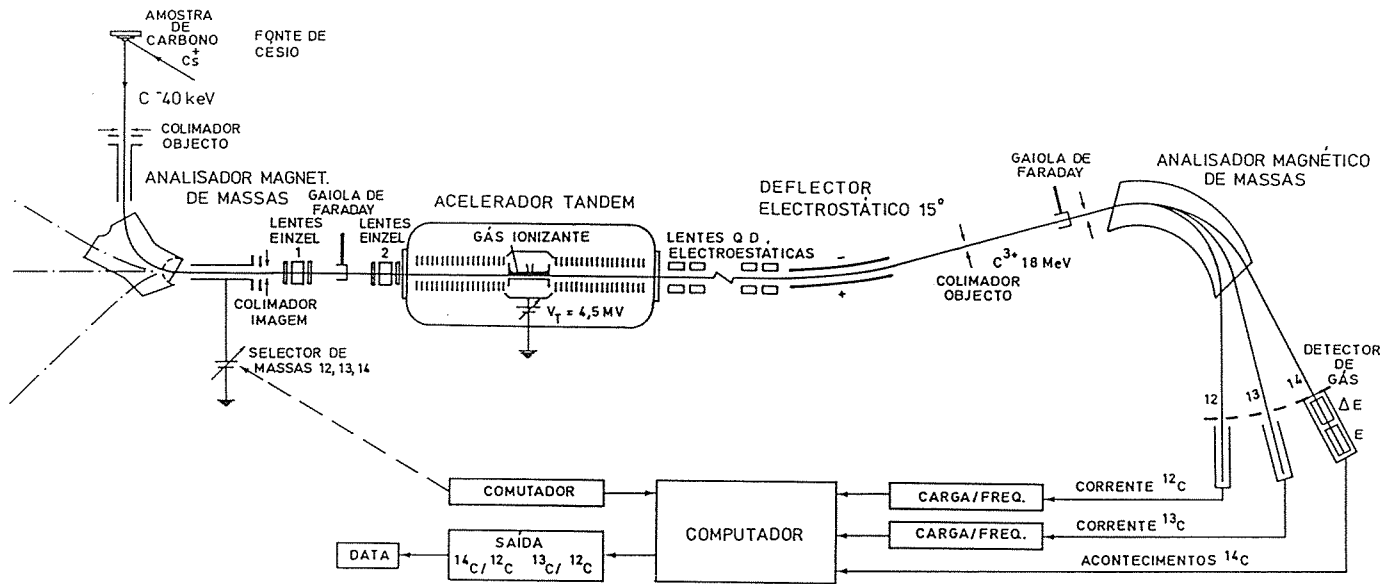


Fig. 1 — Configuração esquemática do equipamento de espectrometria de massa com acelerador (AMS) utilizado em datação pelo ^{14}C no laboratório de Zurique (segundo BONANI *et al.*, 1986, Fig. 1).

SOBRE A DESVANTAGEM DE NÃO HAVER CONVENÇÕES ADEQUADAS NAS CIÊNCIAS HISTÓRICAS PARA REFERIR DATAS DETERMINADAS POR MÉTODOS FÍSICOS

por

João M. Peixoto Cabral*

Resumo: Faz-se uma síntese das convenções e da terminologia estabelecidas na área da datação pelo radiocarbono. Citam-se as propostas que têm sido feitas para criar uma escala absoluta de tempo com o zero fixado em 1950 d.C. Chama-se a atenção dos arqueólogos para a importância de chegarem a acordo quanto à normalização da terminologia utilizada.

Palavras-chave: Datação pelo radiocarbono. Convenções estabelecidas. Terminologia.

INTRODUÇÃO

Uma característica comum à maioria dos livros e revistas de Arqueologia e Pré-História, particularmente daqueles que têm sido publicados em Portugal, é a diversidade de formas de referir as datas, diversidade esta que chega por vezes ao ponto de, para o mesmo tipo de data, se usar mais do que uma maneira na mesma obra.

Para comprovar tal afirmação vou servir-me, no que respeita aos livros, do primeiro volume da *“Nova História de Portugal”*, intitulado *“Portugal: das Origens à Romanização”* (Alarcão 1990). Logo no capítulo I deste volume, sob o título *“Os primeiros habitantes”*, se depara com uma apreciável variedade de formas. Com efeito, aí encontramos datas expressas em anos a.C., datas expressas em anos sem qualquer indicação do momento tomado como referência para a contagem do tempo – entre as quais datas determinadas pelo método do potássio-árgon, datas determinadas com base no paleomagnetismo, datas cuja origem não

* Instituto José de Figueiredo.

é dada a conhecer – e, finalmente, datas convencionais de radiocarbono expressas em anos BP que, como é sabido, se determinam considerando o ano de 1950 d.C. como referência. No entanto, no capítulo imediato, que versa o período que vai “*Dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros produtores de alimentos*”, assim como noutros capítulos do mesmo livro, as datas de radiocarbono já são apresentadas sob uma forma diferente, dita “*não calibrada*” – designação que pode levar o leitor menos avisado nestas questões de natureza cronológica a crer que as datas de radiocarbono do capítulo antecedente o serão quando não são –, forma essa que é obtida subtraindo 1950 à data convencional de radiocarbono e substituindo o símbolo BP por a.C. Note-se, desde já, que esta prática, iniciada na década de 50 quando ainda se admitia que um ano da escala de radiocarbono corresponderia a um ano de calendário, é não só desorientadora mas igualmente incorrecta, como veremos adiante. Por outro lado, no capítulo III, que trata da “*Consolidação do sistema agro-pastoril*”, encontramos além disso datas de termoluminescência, expressas do mesmo modo em anos a.C. Também aqui há razões para recear que o leitor menos prevenido nestas andanças, ao ver as datas de termoluminescência ao lado de datas de radiocarbono expressas da mesma maneira, apesar de ter sido informado no início do capítulo II de que não são calibradas, possa ser induzido a comparar umas com as outras, o que, como se sabe, não é legítimo e conduz a conclusões erradas. Acresce ainda que, enquanto no capítulo I se apresentam as datas convencionais de radiocarbono com os respectivos desvios padrão, como é recomendado nas normas adoptadas pela comunidade científica internacional ligada às aplicações do radiocarbono, nos outros capítulos as datas de radiocarbono ditas “*não calibradas*” são apresentadas sem eles.

No que concerne às revistas de Arqueologia e Pré-História, a situação é muito semelhante e, sob certos aspectos, porventura mais inconveniente. Refiro-me, em particular, à questão da publicação pela primeira vez de datas determinadas em Laboratórios de Radiocarbono a partir de amostras recolhidas e enviadas para esses Laboratórios pelos subscritores dos artigos publicados, datas estas que, muitas vezes, em lugar de obedecerem aos dados que lhes foram fornecidos por tais Laboratórios em concordância com as convenções estabelecidas internacionalmente, são publicadas de acordo com práticas inadequadas como a já atrás citada.

A presente comunicação tem exclusivamente por objectivo contribuir para clarificar algumas questões relacionadas com a terminologia empregada para expressar datas determinadas por métodos físicos, em particular o do radiocarbono, e chamar a atenção dos arqueólogos e historiadores para a vantagem de estabelecerem quanto antes convenções que permitam a utilização dessas datas sem quaisquer ambiguidades.

AS CONVENÇÕES E A TERMINOLOGIA ESTABELECIDAS NA ÁREA DA DATAÇÃO PELO RADIOCARBONO

Começarei por fazer notar que as convenções e a terminologia estabelecidas na área da datação pelo radiocarbono não se têm mantido inalteráveis no decurso do tempo, em consequência do progresso científico que se tem verificado nesta área. Algumas dessas convenções baseavam-se em pressupostos considerados verdadeiros. A demonstração posterior de que eram falsos veio, naturalmente, obrigar a que tais convenções fossem substituídas por outras. Contudo, muitos investigadores persistiram em manter algumas das convenções antigas. Este procedimento constitui, talvez, o factor que mais terá contribuído para o aumento da desordem verificado na literatura arqueológica no que respeita à terminologia e a certas práticas adoptadas.

Julgo, por isso, que será vantajoso apresentar, antes de mais, um breve resumo da história do desenvolvimento do método do radiocarbono e, concomitantemente, alguns apontamentos sobre as convenções e os símbolos que foram sendo adoptados tanto por investigadores das ciências naturais como por arqueólogos.

A comprovação da existência de ^{14}C na natureza foi feita por Libby e colaboradores, em 1947. Nesse mesmo ano, este grupo de investigadores anunciou que o ^{14}C talvez pudesse ser usado para datar materiais carbonados. Em 1949, publicaram os primeiros resultados obtidos com amostras de data conhecida, provando de facto que os valores da actividade específica do ^{14}C , medidos nessas amostras, concordavam satisfatoriamente com os valores calculados a partir da equação que traduz a lei geral do declínio radioactivo. Ficava assim demonstrada, em princípio, a validade do método de datação pelo radiocarbono. Em 1950, os mesmos investigadores publicaram as primeiras datas determinadas para amostras de idade até então desconhecida, partindo do pressuposto que o teor de ^{14}C em cada reservatório de carbono não teria variado ao longo do tempo.

Note-se que estas primeiras datas de radiocarbono foram determinadas medindo não só a actividade específica do ^{14}C em cada uma das amostras a datar, mas também a actividade específica do ^{14}C em amostras de árvores recentes, i.e., com 50 a 100 anos de idade, e calculando as datas tomando para o período do ^{14}C o valor de 5568 anos que entretanto havia sido medido por Libby. Note-se, além disso, que tanto as datas determinadas inicialmente como as obtidas durante quase toda a década de 50 foram expressas em relação ao ano da sua determinação. Quer dizer, uma data obtida no ano de 1955, por exemplo, significava que era antes de 1955 d.C.

Pouco depois verificou-se, porém, que as árvores com idades inferiores a

100 anos não deveriam ser usadas para aquele efeito, em virtude de o seu teor em ^{14}C ter sido afectado pela diminuição do teor desta espécie radioactiva no dióxido de carbono atmosférico, provocada pela queima em larga escala de carvão e petróleo fósseis, ou dos seus derivados, queima essa que começou a intensificar-se enormemente nalguns países, na segunda metade do século XIX, em consequência da Revolução Industrial. Foi decidido, por isso, substituir naquelas medições as amostras de tais árvores por um padrão de carbono moderno apropriado, ficando convencionado na Conferência de Groningen de 1959 que se deveria adoptar o padrão de ácido oxálico do *National Bureau of Standards*, o qual foi distribuído por todos os Laboratórios de Radiocarbono.

Um pouco mais tarde convencionou-se ainda que se deveria fixar o início da escala do tempo para exprimir as datas de radiocarbono, tendo sido adoptado como zero da escala o ano de 1950 d.C. – aquele em que Libby e colaboradores publicaram as primeiras datas de amostras com idades até então desconhecidas – ao qual se deu o nome de “*Presente*” e se representou por P. As datas de radiocarbono passaram então a ser expressas na forma *Before Present* ou, simplesmente, BP.

No início da década de 60 outros progressos vieram exigir que se estabelecessem novas convenções. Por um lado, medições mais apuradas do período do ^{14}C mostraram que o valor de 5730 anos era mais exacto que o primitivo valor e, portanto, que as datas de radiocarbono até então obtidas tinham sido determinadas por defeito, sendo a diferença entre os valores das datas publicadas e os valores mais exactos de cerca de 3%. Por outro lado, alguns trabalhos de investigação sobre a questão de saber se a hipótese da invariabilidade do teor de ^{14}C em cada reservatório de carbono, ao longo do tempo, seria verdadeira ou falsa começaram a indiciar que devia ser falsa e, por conseguinte, que um ano da escala de radiocarbono não devia corresponder exactamente a um ano de calendário. Assim, atendendo aos resultados de tais trabalhos de investigação e a fim de evitar confusões na citação de datas, caso se voltasse a determinar as datas anteriores substituindo nos cálculos o período de Libby pelo valor mais exacto, convencionou-se na 5ª Conferência Internacional de Radiocarbono, em 1962, que o período de Libby, embora incorrecto, deveria continuar a usar-se na determinação das datas de radiocarbono.

Apesar disso, muitos investigadores persistiram em admitir que tal hipótese era verdadeira e, nesta conformidade, acharam por bem converter as datas de radiocarbono, expressas em anos BP, em datas expressas em anos a.C./d.C. subtraindo-lhes 1950. Diga-se, em abono da verdade, que esta prática não se confinou apenas ao arqueólogos mas acabou também por ser adoptada em 1963 pela revista *Radiocarbon*, um dos mais importantes órgãos de publicação de datas de radiocarbono, a qual a partir dessa altura passou a registar estas datas em ambas

as formas – BP e AD/BC¹ – prática que só veio a abandonar em 1977 após uma recomendação nesse sentido emitida na Conferência Internacional de Radiocarbono de 1976.

Entretanto, deu-se um avanço muito significativo nas investigações sobre o problema da variação do teor de ¹⁴C nos reservatórios de carbono com o tempo, das quais se destacam os trabalhos realizados nas décadas de 60, 70 e 80, por diversos grupos de investigadores, com o objectivo de definir a curva que estabelece a relação entre as datas convencionais de radiocarbono e as datas de calendário, à qual, como é sabido, se dá o nome de curva de calibração. Destes trabalhos resultaram várias curvas, sendo importante notar que todas elas concordam satisfatoriamente quando comparadas num intervalo de tempo grande, i.e., de alguns milhares de anos, mas que divergem umas das outras nos pormenores relativos a intervalos de tempo curtos, da ordem de grandeza de uma centena de anos, em particular no referente à forma e ao grau da sua ondulação. O que não é de estranhar, se tivermos em conta que elas se basearam em resultados diferentes e que os métodos de ajustamento de cada curva aos respectivos dados experimentais variaram de autor para autor.

Importa sublinhar que de todas essas curvas de calibração as únicas a que hoje em dia se dá verdadeiramente crédito são as chamadas curvas de alta precisão, desenvolvidas na primeira metade da década de 80 e que se devem a progressos feitos, por um lado, na área da dendrocronologia de carvalhos europeus bem como de pinheiros e sequóias americanas e, por outro lado, na técnica de medição da actividade específica do ¹⁴C. As primeiras curvas de calibração de alta precisão dadas a conhecer publicamente foram apresentadas na 12^a Conferência Internacional de Radiocarbono, em 1985. Duas delas acabaram por ser oficialmente recomendadas, em particular a de Stuiver e Pearson, que cobre o período de 500 a.C. até ao presente, e a de Pearson e Stuiver, que se estende desde 2500 a.C. até 500 a.C.

A necessidade de calibrar as datas convencionais de radiocarbono veio, por sua vez, criar a necessidade de se encontrarem símbolos apropriados para distinguir as datas calibradas das não-calibradas. A fim de permitir essa distinção Suess e Strahm, num artigo que publicaram na revista *Antiquity*, em 1970, designaram as datas calibradas do mesmo modo que as datas históricas, i.e., sob a forma AD/BC, e as datas não-calibradas sob as formas BP ou ad/bc consoante eram expressas em relação ao *Presente* ou em relação ao ano do nascimento de Cristo – neste

¹ Como se sabe, os símbolos AD/BC, usados na literatura inglesa para referir datas correspondentes a acontecimentos ocorridos depois e antes do nascimento de Cristo, são equivalentes aos símbolos d.C./a.C., adoptados em Portugal. No presente texto não usaremos os símbolos portugueses sempre que estivermos a citar práticas adoptadas em países daquela língua.

último caso com um valor diferindo 1950 do outro. Por outro lado, Glyn Daniel, num editorial da revista *Antiquity* de 1972, propôs os símbolos apresentados no Quadro I.

QUADRO I

Instruções dadas por Glyn Daniel aos interessados em publicar artigos na *Antiquity*

	Ano tomado como referência	
	1950 d.C. (<i>Presente</i>)	Ano do nascimento de Cristo
Símbolos propostos para caracterizar as datas		
Datas não-calibradas	bp	ad/bc
Datas calibradas	BP	AD/BC

Repare-se que também nesta proposta os símbolos ad/bc foram escolhidos para designar as datas de radiocarbono não calibradas expressas em relação ao ano do nascimento de Cristo, e os símbolos AD/BC para designar as datas calibradas expressas do mesmo modo. Surpreendentemente, porém, o símbolo BP foi proposto para designar as datas de radiocarbono calibradas, expressas em relação ao *Presente*, o que estava em desacordo com a convenção que já havia sido sancionada internacionalmente, em anteriores Conferências de Radiocarbono, de empregar aquele mesmo símbolo para exprimir as datas convencionais de radiocarbono – não-calibradas.

Refira-se ainda a tentativa de Berger e Suess, editores das actas da 9ª Conferência Internacional de Radiocarbono, realizada em 1976, de distinguir as datas calibradas colocando asteriscos nos símbolos AD/BC associados a essas datas, ou seja usando os símbolos AD*/BC*. Esta convenção não teve, contudo, aceitação geral.

Assim, perante uma tal confusão de símbolos, alguns dos quais foram redefinidos e, por isso, acabaram por ser utilizados com um duplo sentido, considerou-se necessário, na 12ª Conferência Internacional de Radiocarbono em 1985, estabelecer as seguintes convenções e recomendações:

(1) o símbolo BP deve ser usado exclusivamente para designar as datas convencionais de radiocarbono – não-calibradas – expressas em anos antes de 1950 d.C.

(2) o símbolo “bp” não é recomendável como alternativa;

(3) deve acabar-se com a prática de “converter” as datas convencionais de radiocarbono à escala AD/BC, usada geralmente para exprimir datas históricas;

(4) os símbolos “cal AD” / “cal BC” ou, se necessário, “cal BP” são aqueles que se recomendam para designar as datas que forem calibradas por meio de curvas de calibração baseadas em dados dendrocronológicos – os primeiros sempre que o zero da escala dendrocronológica estiver colocado na data do nascimento de Cristo, e o último quando o zero dessa escala se encontrar situado no ano de 1950 d.C.

Parece que estas convenções e recomendações permitiram que se pusesse em ordem a casa dos membros da família do ^{14}C oriundos das áreas das ciências naturais. O mesmo, porém, não se poderá dizer em relação aos arqueólogos e pré-historiadores, apesar da revista *Radiocarbon* ter acabado em 1977 com a publicação de datas de radiocarbono expressas em anos AD/BC e a revista *Antiquity* ter passado a desencorajar o uso das instruções que, em 1972, Glyn Daniel publicara nessa mesma revista. O livro “*Portugal: das Origens à Romanização*” é disso um bom exemplo.

SITUAÇÃO RESPEITANTE AOS OUTROS MÉTODOS DE DATAÇÃO

Para os restantes métodos físicos de datação não se reconheceu até agora, nas áreas das ciências naturais, nenhuma necessidade de estabelecer convenções.

Em geral, com estes métodos determinam-se directamente datas em anos de calendário, embora muitas vezes com limites de erro cujo afastamento é superior à diferença que se verifica entre uma data convencional de radiocarbono e a respectiva data calibrada, mesmo quando essa diferença é grande. As datas determinadas são usualmente referidas em relação ao ano da sua determinação.

A circunstância de para eles não haver nenhuma convenção que fixe o ano de referência – o ano zero – não parece levantar dificuldades, visto que quase sempre tais métodos são utilizados para datar materiais muito antigos, com algumas dezenas de milhares de anos ou mais, sendo irrelevante nestas condições, e atendendo à grande incerteza que normalmente afecta as datas assim determinadas, que elas se exprimam seja em relação ao ano da sua determinação, seja relativamente ao ano do nascimento de Cristo, seja ainda em relação ao ano de 1950 d.C.

PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DUMA ESCALA ABSOLUTA DE TEMPO COM O ZERO FIXADO EM 1950 D.C.

Alguns investigadores (Gillespie e Gowlett 1987; Chippindale 1990) consideram, no entanto, que seria de toda a conveniência que se estabelecesse uma escala absoluta de tempo, na qual todas as datas determinadas por métodos físicos fossem expressas em anos antes de 1950 d.C. Isto porque reconhecem: em primeiro lugar, que é mais razoável que se fixe um dado ano como zero absoluto da escala do que se tenha um zero deslizante; em segundo lugar, que para se poder obter o consenso geral esse zero não deverá ser o ano do nascimento de Cristo – basta ver o que se passou já na área da datação pelo radiocarbono; e, em terceiro lugar, que seria desvantajoso criar-se um novo zero.

Assim, Gillespie e Gowlett, em 1986, propuseram o símbolo ABP – iniciais de *Absolute Before Present* – para designar a mencionada escala. Por outro lado, Chippindale, em 1987, propôs o símbolo OLD, sugerido por Mook, para caracterizar as datas expressas nessa mesma escala. A fim de permitir uma melhor compreensão destas duas propostas apresenta-se o Quadro II, onde se incluíram também os símbolos que foram convencionados ou recomendados para as datas de radiocarbono.

QUADRO II

Símbolos propostos por Gillespie e Gowlett, bem como por Chippindale, para designar datas expressas numa hipotética escala absoluta de tempo, com o zero fixado em 1950 d.C.

	Ano tomado como referência	
	1950 d.C. (<i>Presente</i>)	Ano do nascimento de Cristo
Datas convencionais de radiocarbono	BP	—
Datas absolutas e datas de radiocarbono calibradas	[ABP ou] OLD [= cal BP]	AD/BC [= cal AD/cal BC]

ABP e OLD serão, pois, sinónimos. Uma tradução portuguesa para OLD poderá ser ANOS, contados obviamente a partir de 1950 d.C. Repare-se que, segundo Chippindale, o símbolo “cal BP” é sinónimo de OLD e, portanto, poderia ser dispensado. Além disso, os símbolos “cal AD”/“cal BC” são sinónimos de AD/BC e poderiam também ser dispensados.

Refira-se, por fim, que, em alternativa ao estabelecimento de uma escala de tempo comum a todos os métodos de datação, Chippindale considerou ainda a possibilidade de se estabelecerem múltiplas escalas, uma para cada método de datação, que teriam apenas em comum a fixação do respectivo zero no ano de 1950 d.C. Nesta hipótese, sugeriu os símbolos que se mostram no Quadro III.

QUADRO III

Símbolos propostos por Chippindale, para designar datas expressas em hipotéticas escalas absolutas de tempo com o zero fixado em 1950 d.C.

	Ano tomado como referência	
	1950 d.C. (<i>Presente</i>)	Ano do nascimento de Cristo
Datas convencionais de radiocarbono	BP	—
Datas absolutas e datas de radiocarbono calibradas	cal BP [ou cal OLD]	cal AD/cal BC
Datas dendrocronológicas	denOLD	denAD/denBC
Datas de TL	TLOLD	TLAD/TLBC
Datas de ESR	ESROLD	ESRAD/ESRBC
etc.	etc.	etc.

A razão de ser desta alternativa reside no facto de nem todas as datas determinadas por métodos físicos terem exactamente o mesmo significado, i.e., de cada método de datação possuir características particulares de precisão e rigor. Daí que, ao fazer-se a análise de cronologias, se torne vantajoso que se tome consciência clara da origem dos dados, ou seja, se saiba seguramente se uma certa data é de radiocarbono e, sendo, se foi ou não calibrada, se outra é dendrocronológica ou foi determinada pelo método da termoluminescência, se outra ainda terá sido obtida pelo método da ressonância electrónica de spin, etc.

Em conclusão, é importante que os arqueólogos cheguem quanto antes a acordo sobre a escolha da melhor alternativa para o estabelecimento duma escala absoluta de tempo. Mas, se tal não for possível, já será um grande avanço se a maioria concordar em aceitar as convenções e recomendações que foram feitas na 12ª Conferência Internacional de Radiocarbono, realizada em Trondheim, em 1985, a que me referi anteriormente.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (ed.), (1990) — *Portugal: das Origens à Romanização*, Lisboa, (*Nova História de Portugal*, 1).
- BERGER, R.; SUESS, H. E. (eds.), (1979) — Preface. *Radiocarbon Dating, 9th Int. Radiocarbon Conf., Los Angeles and La Jolla, 1976, Proc.*, University of California, Berkeley and Los Angeles, pp. xi-xii.
- CHIPPINDALE, C., (1990) — How many kinds of age do historical scientists need, and what should they be called?. *¹⁴C and Archaeology: Proceedings of the Second International Symposium, Groningen, 1987*, (eds. W. G. Mook e H. T. Waterbolk), Strasbourg-Council of Europe, Pact 29, pp. 183-194.
- DANIEL, G., (1972) — Editorial. *Antiquity*, 46, p. 265.
- GILLESPIE, R.; GOWLETT, J. A. J., (1987) — The terminology of time. *Archaeological Results from Accelerator Dating: Research Contributions Drawing on the Radiocarbon Dates Produced by the Oxford Radiocarbon Accelerator* (eds. J. A. J. Gowlett e R. E. M. Hedges), Oxford, Oxford University Committee for Archaeology, pp. 157-162.
- SUESS, H.; STRAHM, C., (1970) — The Neolithic of Auvèrnier, Switzerland. *Antiquity*, 44, pp. 91-95.

Editada recentemente pela SPAE a brochura

***Arqueologia na Serra da Aboboreira.
Lista Bibliográfica. 1993***

por Margarida Santos Silva

Vol. 1 da nova série «Trabalhos Eventuais» (1993)

Editado recentemente pela Ed. Afrontamento
(R. Costa Cabral, 859 – 4200 Porto)

o livro ***Existe uma Cultura Portuguesa?***

Coord. por Augusto Santos Silva e Vítor Oliveira Jorge
(1993)

e resultante de uma mesa-redonda efectuada no Porto
em Abril de 1992

Revisão de provas deste volume

Lara Beirão Alves, João Paulo Barbosa, Sandra Carla Barbosa, Vítor Oliveira Jorge, Lídia Santos Lopes, Carla Braz Martins, Teresa Margarida Miranda, Leonor Raquel Pereira, Maria Pilar Reis, Teresa Ponte Riccou, Maria Teresa Silva, Jorge Humberto Vilhena.

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993

